BEATRIZ KUSHNIR

Cães de guarda:

jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988

Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora:
Profª. Dr.ª Maria Stella Martins Bresciani

Campinas
2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

200204410

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
K968c
V. Ex.
TOMBO BC/47190
PROC. 16-837/02
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 15-01-2002
N.º CPD

CM00162591-6

BEATRIZ KUSHNIR

Cães de guarda:

jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988

Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora:
Profª. Drª. Maria Stella Martins Bresciani

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 04 / 10 / 2001

BANCA

Profª. Drª. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora) ----------

Profª. Drª. Angela Maria de Castro Gomes (membro) ----------

Prof. Dr. Ítalo Tronca (membro) ----------

Prof. Dr. Marcelo Ridenti (membro) ----------

Prof. Dr. Michael Hall (membro) ----------

Profª. Drª. Leila Mezan Algranti (suplente) ----------

Profª. Drª. Maria Luiza Tucci Carneiro (suplente) ----------

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

K 968 c

Kushnir, Beatriz
Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988 / Beatriz Kushnir. - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Censura. 2. Imprensa. 3. Ditadura e ditadores. 4. Constituição de 1988. 5. Legislação. I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Na inconstância de tudo que foi menos, mesmo se desejando mais.
E para tudo que não se amaina, não se decifra e nos faz recomeçar sem fim.

E também para a minha mãe e para o Dany.

Resumo

Esta pesquisa tem como temática mais geral os procedimentos censórios no Brasil, do pós AI-5 à Constituição de 1988. A análise, contudo, é abordada a partir da relação entre censores e jornalistas sob a perspectiva do colaboracionismo, ou da não oposição às medidas restritivas. Isto porque, no processo de investigação, constatei que os primeiros censores deslocados para Brasília, quando da transferência da capital, eram jornalistas.

Assim, por um lado foram mapeados o *locus* institucional das agências de censura no aparelho de Estado, as tramas legislativas construídas no período Republicano, e as gerações dos Técnicos de Censura do DCDP — Departamento de Censura de Diversão Pública — além de toda a estratégia corporativa montada por este grupo para sobreviver após a decretação do fim da censura oficial, em 1988.

Por outro, foi redesenhada a trajetória do periódico *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã, que tinha a fama de possuir, em sua redação, jornalistas que eram policiais, sendo acusado também de colaborar com o regime que se instalou no Brasil em 1964.

Partindo de uma abordagem da história cultural, cruzam a metodologia deste trabalho a união da história política com a história oral, dando voz aos personagens dessa trama — jornalistas e censores. O foco na Imprensa permite também refletir a relação entre estes dois profissionais das letras — jornalistas e historiadores — na investigação e feitura da história do tempo presente.

Abstract

This thesis is about the means of censorship that prevailed in Brazil between the AI-5 period (12/13/1968) and the Constitution promulgated in 1988 It analyses the relationship between the censors and the journalists who collaborated in the process, or who at least, did not oppose to their restrictive measures. One of the reasons for that behavior points to the fact that the first censors who went to Brasilia, when it became the new capital, were also journalists by profession. One of the newspapers in São Paulo became well known for "hiring" journalists who were doubling as policemen.

The technique of investigation for this dissertation started by charting the institutional locus of the censorship agencies inside the government and the legislative schemes built in the republican period, between 1889 and 1988. It was followed by the mapping of the generations of censorship technicians from DCDP (Departamento de Censura de Diversão Pública) as well as the corporate strategy created by that group as survivors after the official censorship was extinguished in 1988. As part of the thesis, we have also traced the history of the newspaper *Folha da Tarde*, that belongs to the Folha da Manhã Group.

The basic tools of investigation to the fields above indicated are related to cultural history. The methodology applied inserts political episodes and oral stories by witnesses, therefore giving room to people's voices and viewpoints. As conclusive remarks, we are stimulated to think about the relationship created among the press, journalists and historians — and their responsibilities in relating to and making history of the their present times.

Sumário

Agradecimentos. O saldo das dívidas, o que de melhor fica	ix
Imagem Pif- Paf	13
Apresentação. Sigilos e acordos, a pauta em questão	14
1. Diversos cenários, imagens distorcidas de um tema	16
2. Os pontos, uma outra perspectiva	25
Imagem Figueiredo/Tancredo	30
Capítulo 1: Os donos do tempo, jornalistas e historiadores	31
1. Do ser responsável às responsabilidades: invertendo imagens	33
2. Memórias e narrativas, os jornalistas e os historiadores	52
3. Os guardados e as questões	56
Imagem Tancredo/Sarney	64
Capítulo 2: 20.493/46, 5.536/68 e 1.077/70, os limites do que nos era permitido saber	65
1. O embaralhar de números e imagens	67
2. A Nova República dos festivais	74
2.1 O tripé dos números	80
3. Uma volta no tempo	82
4. Uma volta ao tripé	100
5. Do terceiro vértice ao desmonte da máquina	117
6. Há ou não censura na "Nova República"?	131
Caderno de imagens (Bloco 1)	134
Capítulo 3: Máscara negra: censores e interdições. As trilhas da liberdade de expressão	139
1. A tentação de ver, a Constituição de 1988 e a permanência do ato censório	141
2. Formando os censores. Da Polícia Especial e dos intelectuais	160
2.1 Os intelectuais, os censores e os policias	168
3. Da necessidade à *pecha*	189
4. *Bilhetinhos* do Sigab: os rostos das vozes	200
Apêndice	215
Caderno de imagens (Bloco 2)	219

Capítulo 4. O jornal de maior tiragem, a trajetória da Folha da Tarde. Dos jornalistas aos policiais	222
Imagem Binóculo	223
Parte I: *Os jornalistas*	224
1. Onde folhas, troncos e raízes se encontram	225
2. Por que a *Folha da Tarde* renasce?	240
2.1 Antes da tempestade, a bonança	245
2.2 A tempestade: o AI-5, o sonho acabou	267
Caderno de imagens (Blocos 3 e 4)	287
Parte II: *Os policiais*	299
1. Legalizando mortes em tortura	300
1.1 As muitas histórias desta história	305
2. *Desbundar* na TV	315
3. O *Diário Oficial* da *Oban*	325
Caderno de imagens (Bloco 5)	357
Conclusão. A passagem dos gansos. Quando jornalistas e policiais se confundem	362
Anexo	368
1. Siglas	370
2. Nomes	375
Siglas	395
Crédito das fotos	398
Fontes primárias	403
Bibliografia	409

Agradecimentos

O saldo das dívidas,
o que de melhor fica

O esforço para elaborar uma tese de doutoramento me fez lembrar a edificação de um prédio. Nunca construí edifícios ou casas, mas me sentia assim. Tinha que me preocupar com as fundações, com o encanamento, com os tijolos que, empilhados, fariam a estrutura subir, até chegar aos detalhes dos quadros nas paredes. Tudo muito, e com muitos detalhes.

Afora todo este desgaste que o processo certamente causa, leva-se algum tempo pra se perceber o porquê de um tema nos fazer questão. Mas acaba-se compreendendo o motivo pessoal que a "viagem" da tese proporciona.

Meu encontro com as questões aqui tratadas começou após a leitura do livro de Helena Besserman Viana,[1] em um momento muito particular e difícil. As denúncias ali contidas e o desejo de romper silêncios são, para mim, como um ímã, uma paixão à primeira vista. Por isto, este trabalho me chegou quando me encontrava em uma encruzilhada e tornou-se um encantamento, também permeado por muitos períodos de aflição. Narrativas tão duras e realidades desconcertantes deram o tom, mas o fio condutor sempre buscou apreender o universo dos jornalistas, um enigma permanente.

Em primeiro lugar, é importante sublinhar que este projeto só pôde se realizar com o auxílio concedido pela FAPESP, de quatro anos e meio de bolsa de doutoramento. Assim, se o exercício da tese representou um universo novo, tanto em relação à temática, como também ao espaço em que foi desenvolvida, é preciso destacar o apoio do Departamento de Pós-Graduação em História da UNICAMP, nas pessoas dos professores Cláudio Batalha, Michael Hall e Silvia H. Lara, pela acolhida e as mais diversas formas

[1] Vianna, H. B. *Não conte a ninguém... Contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Imago, 1994).

de auxílio para tornar este processo mais doce e suave. Como também o apoio da linha de pesquisa "Jogos do Político", seus alunos e os professores, em especial Ítalo Tronca que, além de tudo, é personagem desta tese.

No curso da pesquisa, tive o privilégio de freqüentar uma série de debates sobre censura, organizados pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, a quem agradeço pelo carinho, pelos inúmeros convites, pelas trocas e descobertas de tantas proximidades (quase familiares).

Dividir angústias, nas longas conversas, muitas vezes por e-mail, com quem está na mesma situação — meus amigos de doutoramento — foi sempre acalentador: Adriano Duarte, Ana Paula Palamartchuk, Ana Paula Vosne Martins, Cristiana Schettini Pereira, Maurício Maia e o casal Kátia e Adalberto Paranhos. E as amigas da vida inteira, que me suportam nessas alterações de humor, socorrendo-me com dicas preciosas ou apenas me escutando: Anna Paula Uziel, Gabriela Oigman, Gina Silva dos Santos, Paloma Collaço e Simone Guelman.

O tema escolhido trouxe de volta também uma amiga dos tempos da graduação na UFF. À Denise Rollemberg, pela generosidade de dividir comigo fontes, contatos, reflexões e amizade.

Durante todo o processo de créditos e investigações, tive a acolhida da família Zoladz Ventura. Ao Tomas, por me adotar como a "Tia B" e compartilhar doces momentos, meu carinho especial. À Beth Cancelli, pela hospedagem em Brasília e por mostrar que as duras semanas de pesquisa podiam se transformar também em diversão.

A ajuda competente de Frima Santos, que mais que assistente de pesquisa, se tornou uma amiga, me foi fundamental. Temos dividido confidências e inúmeros projetos, e que outros mais apareçam. No finalzinho deste longo processo, Vicente Saul Moreira dos Santos foi um socorro para o qual a falta de tempo apontava. Durante o levantamento de fontes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tudo ficava mais fácil com a simpatia e o carinho de Sátiro Nunes Ferreira, que se tornou um amigo muito querido. Agradeço também a Dilma Cabral e ao pessoal da Coordenadoria dos Documentos Escritos (CDE) do Serviço de Documentos do Executivo (SDE) pela competência e ajuda de todas as horas.

O trabalho caprichoso e o carinho de Rafaela Wiedemann e das *moças* da *Malagueta Design e Comunicação* materializaram o *Caderno de imagens*, dando cara e colorido a esta tese. Marcio Acselrad e Regina Igel deram uma força precisa nas traduções. *Merci* sempre.

Beth Cobra fez um copy necessário e cirúrgico, alegre e ágil, também colocando sua memória a serviço da precisão deste texto. Mas, desejo sublinhar que é impossível não sentir, muito, a falta de Tema Pechman nesses momentos. Ela me é cara, no duplo sentido do termo.

Agradeço à equipe do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, do CPDOC/FGV, em especial a Chris Jalles de Paula, minha amiga, pelo apoio permanente, pelo auxílio de todas as horas e o carinho de sempre. Ali, entre 1996 e 1998, pude também colaborar para a atualização do Dicionário, produzindo ou complementando os verbetes dos principais jornalistas. Tal bagagem foi fundamental para minhas reflexões nesta tese.

À biblioteca da FGV/RJ, em especial o carinho da Liginha em conseguir tudo o que eu precisava; a Vilma, Barbara e Sérgio, da biblioteca da ABI, o meu obrigada. Em Brasília, gostaria de agradecer a Eliane Braga de Oliveira, que organizou o material da DCDP, em depósito na sede do Arquivo Nacional daquela cidade.

Aos muitos entrevistados, pela generosidade em dividir informações, mesmo quando precisei esconder seus nomes em apelidos. E aos inúmeros amigos que os processos de pesquisa sempre me trazem, eternos consultores em momentos de aflição, como: Alberto Moby Ribeiro da Silva, Carlinhos Brickmann, Ivan Seixas, Jaime Spitzcovsky e Moisés Rabinovici, uma dívida eterna e boa de saldar, e um desejo de diálogo permanente.

E em especial, gostaria de sublinhar a gentileza de Carlinhos Brickmann, leitor compulsivo e ágil, pela paciência de ler os originais da *Folha da Tarde*, sugerir e corrigir imprecisões, e a quem recorria em todas as horas. A Ivan Seixas, pela generosidade de dividir comigo histórias muito pessoais do seu passado, ainda hoje cercadas pelo signo da clandestinidade. E a Daniel Aarão Reis Filho, meu professor na graduação, pelas leituras

pontuais e toques precisos, que espero ter incorporado a contento no texto final. A todos, muito obrigada.

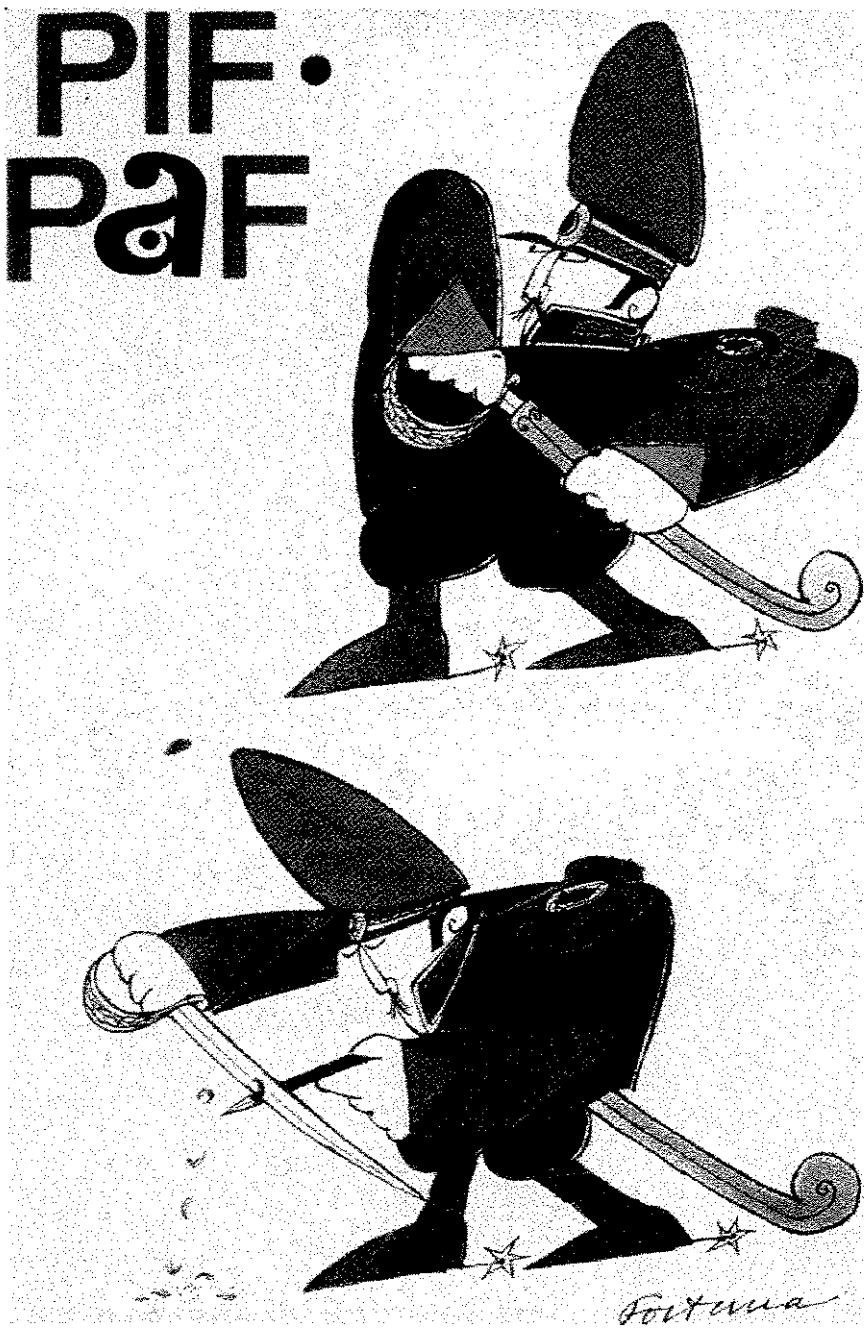
Cynthia De Paoli acompanhou-me por mais de uma década, dando-me suporte, carinho e me ajudando a refletir sobre os porquês dos caminhos que venho trilhando. Mais do que tudo, construímos juntas, "régua e compasso", as minhas investidas presentes e futuras, juntas ou não.

À minha banca de qualificação, composta pelos professores Michael Hall e Leila Mezan Algranti, obrigada pela leitura e sugestões, que espero ter repassado para o texto, como também pelo carinho, pela torcida e por toda essa acolhida. E, desde já, agradeço à banca de defesa, pela leitura, em especial à professora Angela de Castro Gomes, que me acompanha desde o início. Fui sua estagiária no setor de pesquisa de um "velho" CPDOC de fins de 1980, que já não existe mais. Fui sua aluna na graduação e no mestrado na UFF, quando fui sua orientanda. Nos novos vôos do doutorado, nos acompanhávamos de longe. No final deste processo, ela, na medida do seu tempo escasso, leu o que pôde do meu texto, deu sugestões, e me trouxe alento nesses duros momentos. Muito obrigada sempre.

De modo também distinto, quero sublinhar a confiança e o apoio com que fui recebida, desde o começo, pela professora Maria Stella Martins Bresciani, minha orientadora. Stella sempre me deixou livre para ir, respeitando e incentivando esta "orientanda xereta", que não sabe quando pôr fim às investigações. Mais que isto, compreendeu meus momentos de dificuldade na solidão da tela vazia do computador, como também minha vontade e necessidade de desenvolver outros trabalhos para além da tese. Seu desejo e generosidade em compartilhar faz com que tenha uma legião de amigos ex-orientandos. Fico muito contente por me sentir incorporada a este grupo, como também por ela me ver uma tecelã. Espero que possamos traçar juntas muitos outros caminhos.

Pelo amor incondicional do Dany e da mamãe, que agüentam estes eternos processos de teses, suas gestações e partos, meus maus humores e sumiços, obrigada por tudo, sempre.

Liceu Literário Português, agosto de 2001.



Revista *Pif-paf*, julho de 1964, chargista Fortuna.
Revista mensal, cujo editor era Millôr Fernandes, e que fechou no mês seguinte.
Acervo: Dedoc/Editora Abril.

Apresentação

Sigilos e acordos,

a pauta em questão

"A censura não é sempre, nem é em todos os lugares, um esforço constante para suprimir a liberdade de expressão. [...] Sua história é um registro de conflito e acomodação em um terreno sempre em mutação. Tem seus momentos de tragédia e de heroísmo, é claro, mas geralmente acontece em áreas nebulosas e obscuras, onde a ortodoxia se esbate em heresia e rascunhos fixam-se como textos impressos. Parte da história da censura leva à Bastilha ou ao Goulag, mas a maior parte pertence à zona crítica do controle cultural, onde o censor se torna colaborador do autor e o autor um cúmplice do censor. Precisamos explorar essa zona para entendê-la, e quando tivermos encontrado um caminho por entre essas brenhas, conseguiremos ter uma nova visão de eminentes monumentos como a Areopagitica e o Artigo Primeiro do Bill of Rights".[1]

[1] Darnton, Robert, *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII* (São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 17).

1. Diversos cenários, imagens distorcidas de um tema

Nos primeiros dias de abril de 1975, esteve, por um breve período, nas bancas de jornal de todo o país o número 300 d'*O Pasquim*. Neste há um editorial, intitulado "Sem Censura", escrito por Millôr Fernandes, notificando ao público leitor que desde 24 de março daquele ano o tablóide se encontrava livre da censura prévia. Após um telefonema do Dr. Romão, o último dos quase trinta censores que o jornal teve em cinco anos, estava decretado que "agora a responsabilidade era de vocês".

Sentença semelhante recebeu o então secretário de redação de *O Estado de S. Paulo*, Oliveiros S. Ferreira, no início de janeiro daquele ano.

> "Eles ficaram do AI-5, em 13/12/1968, até o dia 3/1/1975, um dia antes do centenário do jornal. No dia 3, o chefe deles telefona e diz:
>
> — Oliveiros, hoje nós não vamos aí.
> — Eu disse: Mas, então, quem responde pelo jornal?
> — Ah, isso é problema seu. Até logo.
>
> E daí não vieram mais".[2]

Um ano antes da comunicação do Dr. Romão, em 4/5/1974, outro jornalista do *Pasquim*, Ziraldo, havia escrito uma carta ao novo ministro da Justiça, Armando Falcão. Fazia um pedido, a volta da censura ao jornal para o Rio, já que havia seis meses, em represália às atitudes d'*O Pasquim*, que esta era feita em Brasília. Ao fim da carta, além da assinatura, um desenho: a mão de um homem que se afogava e a palavra "help".[3] O Dr.

---

[2] O jornalista e ex-diretor de *O Estado de S. Paulo*, professor da USP, Oliveiros S. Ferreira, faria uma palestra/depoimento intitulada "*O Estado de S. Paulo* e a censura durante o regime militar", no módulo 2 ("Minorias Silenciadas"), coordenado pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, do Simpósio *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*. Devido ao seu impedimento, fui convidada a entrevistá-lo e, assim, registrar seu depoimento. O professor Oliveiros me recebeu em sua sala no *Estadão* em duas oportunidades, nos dias 17/6 e 30/9 de 1997, e essas quatro horas de gravação encontram-se no prelo da EdUSP.

Ao se aposentar do jornal, após 47 anos de trabalho, Oliveiros S. Ferreira rememorou os períodos de censura e se despediu em um lindo artigo intitulado "Despedida" (*O Estado de S. Paulo*, 4/7/1999).

[3] Processo nº 54.331, SECOM/MJ. Fundo DSI/MJ, AN/RJ. Ao localizar esta carta, e por ser um documento cuja classificação o impedia de ser liberado ainda em fins dos anos de 1990, o Arquivo Nacional sugeriu que eu entrasse em contato com Ziraldo para obter dele a permissão de cópia. A autorização foi dada, mas meu pedido de entrevista jamais foi aceito.

Romão provavelmente era Hélio Romão Damaso Segundo, chefe do Sigab — Serviço de Informação do Gabinete, órgão não encontrado na estrutura federal, mas que, subordinado ao gabinete do ministro da Justiça, realizou a censura à imprensa escrita.

Assim, o editorial de Millôr, discutido — no sentido de polemizar e instaurar a discórdia —, pela redação, chamava a atenção justamente para o conceito de *responsabilidade*, que o censor advertia ao "devolver" aos jornalistas o controle pelo que saía impresso. Para o chargista, esse rompimento repentino da censura embutia a noção de que deixar de intervir era uma concessão, um presente, que deveria ser pago "com responsabilidade". E sua aceitação era sinônimo de gratidão e cumprimento de um acordo "velado", *ma non troppo.*

Em uma relação paternal e tutelar conservadora, esse "ser responsável", para o Dr. Romão, remetia à compreensão e apreensão de um saber: o que se podia publicar. Assim, essa "liberdade concedida" vinculava-se a um teste: será que os anos de censura prévia formaram, nas redações, jornalistas adestrados e, assim, autocensurados?

Houve um embate entre as posições de Millôr, Dr. Romão e o restante da redação de *O Pasquim*. Para as pessoas que o Dr. Romão representava, o censor, naquele momento e apenas em algumas redações, não mais precisava estar presente fisicamente. Ele deveria permanecer dentro das cabeças dos "homens de jornal", enquanto para Millôr, a responsabilidade pelo texto impresso que chega às bancas, censurado ou não, rasurado à caneta vermelha pelo dono do jornal ou pelo censor, era sempre da equipe de redação. Por isso o chargista termina sua reflexão dizendo que "sem censura não quer dizer com liberdade".

O exemplar de número 300 foi apreendido nas bancas por determinação da Censura Federal. Millôr Fernandes deixou *O Pasquim* e, como sublinha Bernardo Kucinski,

> "[...] com o fim da censura prévia encerrava-se o ciclo resistente d'*O Pasquim* e nascia uma outra fase, a do jornal politicamente calculista e promotor de campanhas políticas, personificada por Ziraldo" (Kucinski, Bernardo, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo, Scritta, 1991, p. 171).

Quase três décadas separam esse episódio das recentes reflexões do coronel Jarbas Passarinho*— que ocupou os mais variados cargos no primeiro escalão de governos, não só durante o regime militar, como também depois dele. Tanto na análise de Passarinho como na de Millôr, a noção de responsabilidade continua presente. Para o ex-ministro, os "vencedores" de 1964 perderam a batalha da mídia e atualmente recebem, da narrativa jornalística, uma imagem que não condiz com esse, segundo ele, triunfo. Para exprimir sua amargura e decepção, publicou no *O Estado de S. Paulo* uma matéria de meia página intitulada "Crítica e autocrítica".[4] Sua reflexão busca entender o perfil que hoje têm os executores do golpe de 1964. Assim, afirma que

> "[...] é incontestável que as diversas facções em que se dividiram os comunistas na luta armada, entre 1965 e 1975, foram fragorosamente derrotadas pelas forças da contra-insurreição, que contaram com o apoio popular. Mas igualmente é incontestável que os vitoriosos perderam não menos fragorosamente a batalha da comunicação após a luta.
>
> [...] Por que perdemos progressivamente importantes aliados ao longo do tempo necessário para eliminar a atividade da guerra revolucionária, combater a corrupção e retomar o desenvolvimento?
>
> [...] Perdemos o momento adequado para devolver [o governo] a um civil, em absoluta segurança. Durou demasiadamente a transição e acabou se dando com aparência de rendição".

Neste seu desabafo, Jarbas Passarinho toca em questões importantes. Ele está preocupado com a narrativa construída no presente, que, para ele, distorce aquela realidade. Por este raciocínio, as imagens estão desfocadas. Partindo desse desencontro de visões, no último parágrafo de sua "crítica e autocrítica", Passarinho faz afirmações que este estudo pretendeu rever. O coronel declara que a imprensa esteve livre até o Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, e que a desconstrução da vitória "dos Revolucionários" veio logo depois da instalação deste instrumento de terror e suas conseqüências. Assim, para ele, a

---

* Com o intuito de retirar do texto notas muito extensas, nomes e siglas que recebem um asterisco ao longo do corpo da tese possuem pequenos verbetes sobre eles, no item *Anexo*.

[4] Publicado em 17/7/2001, p. 2. Agradeço a Stella Bresciani, que me chamou a atenção para este artigo.

> "[...] imposição da censura, imperativo reclamado pela segurança do Estado numa guerra civil não declarada [e] feita, aliás, por censores amadores e por vezes desastrados [, trouxe uma] conseqüência [que] não podia ser outra. Importantes órgãos da mídia, que antes exigiram dos militares a deposição de João Goulart, romperam com os governos empenhados em vencer as guerrilhas e o terrorismo".[5]

Jarbas Passarinho certamente está preso às suas impressões daquela época. Não é verdade que a imprensa esteve livre até o AI-5, e Millôr Fernandes protagoniza outro episódio que desfaz os *castelos* do coronel. Segundo a biografia do chargista, no ano de 1964 este se encontrava preparando o lançamento da revista *Pif-Paf* que[6]

> "[...] em 1979, o serviço de informações do exército consideraria oficialmente como o início da imprensa alternativa no Brasil. Ainda bem, porque fecharam o jornal no oitavo número e eu fiquei devendo 21.000 cruzeiros. Meu valor na praça, então, era mais ou menos 500 cruzeiros mensais" (http://www.uol.com.br/millor/biografia/biografia.htm).

Portanto, essa "liberdade toda", expressada pelo ex-ministro, não impediu que publicações como a *Pif-Paf* fechasse meses depois do Golpe civil-militar de 1964, mesmo tendo colaboradores como Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, Ziraldo, Jaguar e Fortuna, e vendendo 40 mil exemplares. Na *charge* que Fortuna fez para a penúltima revista, de julho de 1964, e que abre esta apresentação, vê-se um general fardado que usa sua espada para apontar um lápis. Na edição seguinte, a última, Millôr profetiza,

---

[5] Vale lembrar que os editoriais do jornal carioca *Correio da Manhã* dos dias 31 de março e 1° de abril de 1964 tinham os títulos de "Basta" e "Fora". É importante ressaltar também que a coluna de Carlos Heitor Cony, "Da arte de falar mal", no mesmo jornal a partir de 2 de abril, foi uma valiosa tribuna contra o Golpe. A reunião deste material está em Cony, Carlos Heitor, *O ato e o fato (crônicas políticas)*, (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979). Uma reflexão sobre o seu significado e outras questões acerca deste autor, está em Kushnir, Beatriz, "Depor as armas — a travessia de Cony e a censura no partidão" (*in* Reis Filho, Daniel Aarão (org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2000).

[6] A *Pif-Paf* nasceu na revista *O Cruzeiro*, onde Millôr fez uma seção com este título e assinando com o pseudônimo de *Emmanuel Vão Gôgo*. Compartilhada, por dezoito anos, com o lendário Péricles Maranhão, criador do "Amigo da onça", a coluna foi definida por Millôr como "uma 'elaborada combinação de grafismos malcomportados e tiradas demolidoras' [, onde] o cético Millôr levou a sério suas máximas 'livre pensar é só pensar' e 'divagar e sempre'" (Ver *A Revista no Brasil*, São Paulo, Abril, 2000, p. 221).

> "[...] quem avisa amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por suas próprias cabeças; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda a sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia" (*A Revista no Brasil*, 2000, p. 227).

A *Pif-Paf* teve vida curta e levaria quase cinco anos para que parte dessa turma se reunisse novamente. Em 26/6/1969, seis meses após o AI-5, era publicado o primeiro número d'*O Pasquim*. Nascido irreverente em tempos de arbítrio, era formado por uma "patota", para usar uma gíria da época, que circulava pela boêmia ipanemense. Freqüentadores do restaurante *Jangadeiro* e do pier de Ipanema, esses rapazes, muitos deles mineiros, certamente teriam dado destaque no tablóide para a passeata que invadiu a praça da Cinelândia e as escadarias do Teatro Municipal, no centro do Rio, em 12/2/1968.

Novamente demonstrando que o coronel Passarinho está equivocado quanto à sua definição de liberdade pré-AI-5, a atriz Maria Fernanda foi impedida pelo chefe de Censura do DPF[#], Manuel de Sousa Felipe Leão Neto, de encenar, em Brasília, *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams, uma remontagem, com direção de Flavio Rangel, em turnê desde 1962 e que acabara de se apresentar na conservadora Minas Gerais.

Nesse episódio pode-se tocar em outros conceitos, ao meu juízo, erroneamente percebidos pelo coronel. Além das fronteiras da liberdade, da qual divergimos de limites, o ex-ministro também reforça uma idéia corrente — a incapacidade dos censores em executar suas tarefas. Na minha reflexão, procuro desconstruir esse olhar, demonstrando, nas várias gerações de censores, um reflexo do caldo social de que faziam parte. Ou seja, eles eram a expressão de uma parcela da sociedade que os queria, como também, tinham uma formação cultural semelhante à de muitos outros brasileiros. Neste sentindo, para o governo que os empregava, as exigências de como deveria ser um censor não confluíam com as de um outro estrato dessa mesma sociedade. No entanto, a imagem de incapaz se fortaleceu frente ao absurdo, para quem preza a liberdade de expressão, das ordens que cumpriam. Eles foram sempre executores de medidas, nunca os seus formuladores. Verdadeiros *cães de*

[#] Ver lista de siglas.

guarda, durante a vigência de censura prévia, ligavam para as redações de todo o país para instruir o proibido. Iniciavam dizendo: *de ordem superior, fica proibido...*

Assim, houve uma comoção nas classes artísticas carioca e paulista em relação ao caso da peça de Williams. Essas demonstraram a insatisfação que, em fevereiro de 1968, se sentia quanto às intervenções da censura. Isto porque, para se realizar qualquer espetáculo — cinema, teatro, baile de carnaval, *shows* eróticos ou não, concertos de música etc.— era necessário receber o aval do Serviço de Censura quanto ao horário a ser exibido e a faixa etária a que se destinava. Para tal, era necessário uma sessão, ou um ensaio exclusivamente para os censores definirem cortes. Tal medida perpassou a censura no período republicano e não foi uma invenção daquele momento.

No caso de *Um bonde...*, depois da indicação da Censura de que deveriam ser retirados os palavrões e o não cumprimento da mesma, e por se sentir desacatado em sua autoridade, o censor proibiu Maria Fernanda de atuar por trinta dias. Esse ato ocorreu em uma sexta-feira, dia 9; no domingo, dia 11/2/1968, o *Jornal do Brasil*, no primeiro caderno, publicou uma reportagem sobre a interdição que sofrera a atriz e uma entrevista com ela, no caderno B. No dia seguinte, uma "comissão de intelectuais do Rio e de São Paulo" foi "recebida pelo ministro [da Justiça do governo Médici], Gama e Silva". Paralelo a isso, um movimento de protesto contra a Censura, iniciado no domingo, e decretando uma greve de 72 horas, tomou a Cinelândia. A reação ao movimento foi retratada pelo *Jornal do Brasil*, como o "povo recebeu com simpatia o movimento dos artistas, não se negando a assinar as listas de solidariedade que eles fazem circular".[7]

A matéria de página inteira do Caderno B, do *JB* de terça-feira, dia 13, com o título de "Contra a censura, pela cultura", narrava que

> "[...] a escadaria do Teatro Municipal, ao meio-dia, é o pior lugar do mundo para uma manifestação de protesto. O sol queima os miolos dos manifestantes.

[7] "Teatro na contramão da Censura". *Jornal do Brasil*, 13/2/1968. No *Caderno de imagens* dessa tese há algumas reproduções das fotos desse episódio. Entre essas, a imagem de quatro atrizes — Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benguell e Cacilda Becker —, em marcha. Na matéria do *JB*, percebe-se que também Paulo Autran, Walmor Chagas, Maria Pompeu, Joana Fomm, Marieta Severo, Leina Crespi, Oduvaldo Vianna Filho, Teresa Raquel, e muitos outros, fizeram parte do ato.

> [...] É ali que os artistas, desde ontem e até hoje à meia-noite, estão fazendo sua greve rápida porém heróica.
>
> [...] Eles lutam contra a intolerância da Censura oficial. Todo dia um pateta qualquer enfia a sua pata numa peça de teatro e corta as frases que lhe parecem atentatórias à moral, aos bons costumes e a democracia.[8] [...] A Patetolandia não dorme em serviço.
>
> Ultimamente esses senhores proibiram a encenação de uma peça chamada *Senhora da Boca do Lixo*, escrita pelo dramaturgo Jorge Andrade, de São Paulo, e que esteve 300 noites em cartaz em um teatro de Lisboa. Dizem que o Dr. Oliveira Salazar tem estado excepcionalmente feliz, graças a este raciocínio:
>
> — 'Agora, quando os brasileiros disserem que Portugal é uma ditadura, responderei, ditadura é a vossa, pá! Em Lisboa não tem disso não!'
>
> Os patetocratas, no início, criam melífluos, depois se tornam sombrios e, finalmente, alcançaram o grotesco. Proibiram em Brasília a encenação de *Um bonde chamado desejo*, [...] recentemente aplaudido pela Tradicional Família Mineira. Isto é que dá raiva: a Censura oficial tem obrigação de se conduzir com o mínimo de lógica".

A intolerância e uma busca por lógica foram sempre os questionamentos quanto ao serviço da Censura. Durante as explicações governamentais sobre o episódio evolvendo Maria Fernanda, travou-se uma série de debates, que também nortearam as preocupações dessa tese. O chefe da Censura, Souza Leão, ponderou que existia um vácuo e uma caduquice na legislação censória, já que os decretos eram do período anterior ao DPF, criado em 1964 pela Lei 4.483. Isto porque, com a transferência da capital para Brasília e as reestruturações das instituições federais, havia um choque entre a Constituição de 1967 e decretos ainda utilizados. E foi para compreender o "lugar da Censura", que levantei toda a legislação que a delimitou no período republicano. A construção de uma legalidade para atitudes impróprias, para não usar ilegais, foi uma demanda importante e constantemente suprida pelos legisladores do pós-1964, o que no mínimo permite refletir.

Especificamente no caso envolvendo a atriz, os jornais aproveitaram também para noticiar a interdição do filme *A chinesa*, Jean-Luc Godard. Quase vinte anos depois, em 1984, a censura a outro de seus filmes, *Je vous salue, Marie*, geraria protestos calorosos, demissão de ministro da Justiça e a exposição da permanência de atos censórios em um período de suposta redemocratização.

---

[8] Veja bem, o jornalista, em 13/2/1968 refere-se ao que se vive no Brasil naquele momento como um estado democrático.

No corpo da tese optei por refletir apenas o caso de dois filmes censurados entre 1964 e 1984: *Je vous salue, Marie* e *Pra frente Brasil*, de Roberto Farias. Os bastidores de suas interdições permitem delinear a relação censura/governo/Igreja, o que me pareceu mais indicado.[9]

Em resposta à audiência com os intelectuais, o ministro Gama e Silva declarou, e o *JB* publicou na primeira página, que a "Censura só funcionará de agora em diante para arbitrar a impropriedade das peças, nunca para interditá-la". Mas o coronel Florimar Campelo, diretor do DPF, mandou notificar ao general Silvio Correia de Andrade, superintendente do DPF em São Paulo, em reunião com artistas, que "a censura continuará em defesa dos princípios morais e culturais de nossa sociedade" (*Jornal do Brasil*, 14/2/1968, p. 15). Nesse sentido, reformular o Serviço de Censura e atualizar a legislação vigente foi sempre uma preocupação, o que não quer dizer que saiu da seara das intenções. O ministro Gama e Silva realmente edita, em 1968, uma lei censória, a de nº 5.536. O seu instrumento mais "ousado", a criação do CSC, entretanto, levou onze anos para sair do papel.

Para o coronel Jarbas Passarinho, quase 25 anos depois dessas manifestações que tomaram a Cinelândia, há um alto custo pago pelo Estado,

> "quando agredido por revolucionários. Se restringe a liberdade, torna-se autoritário. Os liberais viram inimigos também. [...] A luta armada, nesse sentido, foi útil aos comunistas. O impasse levou à perda de duas poderosas alianças: a imprensa, pelo imperativo da guerra civil, que obriga à censura das informações, e a Igreja, pela infiltração marxista auxiliada por nossos erros. O brasilianista Thomas Skidmore, no começo dos anos de 1970, diria ao *Estado* que 'o Brasil só duas resistências viu ao regime: a Igreja e as universidade'. Enganou-se ao não acrescentar a imprensa, ferida pela censura e infiltrada nas redações pela esquerda".

[9] O jornalista Inimá Simões debruçou-se, em *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil* (São Paulo, Editora Senac/Terceiro Nome, 1999), sobre as centenas de caixas com os milhares de pareceres dos censores para interdição de filmes. Um trabalho exaustivo, o livro tem o mérito de mapear o universo e trazer à tona o nome dos censores e o pitoresco de cada evento. O volume de material, ao meu ver, merece uma pesquisa transversal.

O questionamento de Passarinho quanto à imprensa é um dos eixos centrais dessa reflexão. Tendo todos esses pequenos *flashs* em mente, este estudo focaliza uma relação: a dos jornalistas com os censores, tendo como pano de fundo o Brasil de 1968 a 1988. Nem ratificando totalmente a análise de Skidmore, nem a de Jarbas Passarinho, muito pelo contrário, o objetivo é iluminar um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais, e que também foram policiais enquanto jornalistas nas redações. Escrevendo nos jornais, ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaboraram com o sistema autoritário implementado naquele período. Assim como nem todas as redações eram de esquerda, nem todos os jornalistas fizeram do ofício um ato de resistência ao arbítrio.

O que esta reflexão pretendeu foi revelar um dado oculto, que assim está por força de um hábito ou pela expressão dos acordos de uma convenção. Mas revelar aqui tem o sentido de tirar um véu, não de "fazer uma revelação". A vontade foi examinar para desmistificar tanto a noção generalizante de que os jornalistas combateram o arbítrio, como também a percepção de que o censor é antes de tudo um bilontra. Nesse sentido, é importante sublinhar que não se quis delatar, denunciar pura e simplesmente, mas "fazer conhecer" uma outra faceta da narrativa histórica contemporânea que oculta personalidades menos "nobres".

Neste sentido, Jarbas Passarinho tem uma pitada de razão: a batalha da comunicação reescreveu para si um perfil. Nesta parcela que ergueu "heróicos resistentes", buscou-se aqui um questionamento, e o desconforto a que me referi acima, era tanto a surpresa pelo inusitado, como o olhar de espanto dos outros quando eu dizia: estou estudando jornalistas colaboracionistas, *cães de guarda*!

2. Os pontos, uma outra perspectiva

> "Foi a primeira vez que conheci um homem cuja profissão era mentir, a menos que contemos os jornalistas".[10]

O corte temporal dessa reflexão privilegiou o período do AI-5 à Constituição de 1988. Esses parâmetros, contudo, foram sempre muito fluidos. Recuei algumas vezes a março de 1964, por necessidades óbvias. E recuei mais ainda ao mapear a legislação censória no período republicano. Era importante perceber essa engrenagem no tempo, além do que, era impossível não comparar, percebendo semelhanças e diferenças, entre a censura do DIP no Estado Novo (1937-45) e os instrumentos do pós-1964, como o Sigab. Certamente, esse volumoso cenário de decretos e leis, espero, tenha ajudado a compreender a estrutura da censura, suas permanências e rupturas.

Assim, os focos de análise se encontram em dois cenários e no diálogo que esses estabelecem. Portanto, busquei mapear:

a) os jornalistas de formação e atuação, que *trocaram* as redações pela burocracia e fizeram parte do DCDP, órgão vinculado ao DPF e subordinado ao Ministério da Justiça, como Técnicos de Censura, e

b) os policiais de carreira que atuaram como jornalistas, colaborando com o sistema repressivo e censor do pós-1964. Para encontrar esse grupo, se redesenhou a trajetória do jornal *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã de 1967 a 1984.

---

[10] A citação acima, de George Orwell, encontra-se no artigo de Timothy Garton Ash, "A permanência de George Orwell", (*Folha de S. Paulo*, Caderno *Mais!*, 8/7/2001). Ash a complementa dizendo que "o comentário mordaz é próprio de seu típico humor negro. Reflete, assim mesmo, sua indignação pelo modo como toda a imprensa britânica de esquerda estava falseando certos acontecimentos que ele havia visto com seus próprios olhos [, quando lutou na Guerra civil espanhola de 1936-39]".

Ao me deparar com essa interseção que reunia jornalistas e censores em um mesmo lado, unidos para resguardar um *modus operandi*, a imagem de *cães de guarda* para definí-los tornava-se cada vez mais adequada. Foi só muito recentemente que me deparei com o livro de Serge Halimi.[11] Ao apresentá-lo, Emir Sader o define como "[...] um ensaio sobre o poder e, portanto, sobre um universo de conivências". O sincronismo das idéias me fez manter o título escolhido.

A partir deste quadro, no primeiro capítulo, *Os donos do tempo, jornalistas e historiadores*, fiz um balanço da produção acadêmica acerca da temática da censura. Ao refletir sobre as perspectivas de uma História do Tempo Presente, enfoquei a, muitas vezes, "delicada" relação entre esses *sujeitos das letras*.

Para decifrar as regras do interdito, mergulhei em quase um século de decretos e leis do período republicano brasileiro. A indagação era perceber onde a censura esteve no organograma dos governos, isto porque, há uma célebre divisão entre os censores: os que se vêem como intelectuais, e os que são policiais de carreira. Queria compreender a gênese dessa autoimagem, mas deparei-me também com a compulsiva regulamentação para legalizar o proibido que caracterizou os governos pós-1964. Partindo da imagem de um tripé legislativo, do jornalista Pompeu de Souza, primeiro presidente do CSC, no início da década de 1980, o segundo capítulo intitula-se *20.493/46, 5.536/68 e 1.077/70, os limites do que nos era permitido saber*. Centrado principalmente, mas não exclusivamente, em uma fonte bastante áspera, a *Coleção de Leis do Brasil*, busquei tratá-la de um modo que, além de tornar a leitura menos rígida também desenhasse o quadro pretendido.

Munida não só da justificativa jurídica que os censores expunham em seus pareceres, mas também compreendendo a dinâmica do Serviço de Censura, pude me debruçar sobre as gerações desses e os visualizar no terceiro capítulo, *Máscara negra: censores e interdições. As trilhas da liberdade de expressão*. Pretendi perceber diferenças e similaridades nos grupos que compuseram a instituição, o DCDP, além, é claro, de mostrar seus rostos e suas falas. O intuito era também compreender a lógica censória por dentro, ou pelo menos indagar sobre sua existência. As trajetórias dos censores, por seus depoimentos ou por matérias de jornal, também foram fontes para se chegar a alguns perfis.

---

[11] Escritor do *Le Monde Diplomatique* e professor da Universidade de Paris VII, escreveu *Os novos cães de guarda* (Petrópolis, Vozes, 1998).

Vale dizer, contudo, que dos onze censores entrevistados, apenas dois autorizavam a divulgação de seus nomes. Foi tentando perceber quem eles eram que me surpreendi, ao encontrar, no primeiro grupo de censores de Brasília, dez jornalistas.

O quarto capítulo narra a trajetória do jornal *Folha da Tarde* nos seus dois períodos: do renascimento, em 1967 até o AI-5, e quando se torna um instrumento de apoio e propaganda do Estado autoritário. A reflexão acerca d'*O jornal de maior tiragem, a trajetória da Folha da Tarde. Dos jornalistas aos policiais*, foi dividida em duas partes para contemplar esses diferentes instantes.

Na seção sobre *os jornalistas*, investigo a redação que lá se encontrava em 1967, vinculada à cobertura dos movimentos políticos da época, como também possuindo militantes de esquerda, de simpatizantes a engajados. No item sobre *os policiais*, o foco é a mudança de perfil dos que lá passam a trabalhar, já que o jornal ficou conhecido como *o Diário Oficial da Oban.*

É necessário mencionar que cheguei à história da *Folha da Tarde* por um acaso. Na verdade, buscava uma entrevista com o senador Romeu Tuma — diretor do DPF que rompeu a tradição de militares ocuparem o cargo máximo dessa instituição, estruturada a partir de 1964, ao ser convidado pelo presidente José Sarney (1985-90). Para tal, entrei em contato com o seu assessor de Imprensa, em São Paulo, mas não conseguia agendar um encontro. Ao entrevistar Boris Casoy, para compreender os reflexos da censura na redação da *Folha de S. Paulo*, mencionei a dificuldade em chegar ao senador. Casoy então me explicou quem era o assessor de Imprensa e o significado da frase "um jornal de maior tiragem".

O espanto da revelação guiou a investigação. Se existiram censores ex-jornalistas, também houve *tiras* escrevendo em jornal. Portanto, esse é um estudo que toca na questão da ética, mas principalmente se centra nas práticas de um ofício, nas regras a se seguir e, principalmente, nos seus momentos de quebra. Nesse sentido, é importante não se esquecer que a imprensa vende um serviço. Ao se comprar o impresso, adquire-se uma informação. Portanto, negocia-se (com) a veracidade de um relato. Assim, o que ocorreu na *Folha da Tarde* de 1969 a 1984, é algo muito relevante para pensar as normas que regem esse "negócio".

Para que o corpo da tese ganhasse rostos, elaborei cinco *Cadernos de imagens*, que estão divididos por temática e periodicidade ao final dos capítulos. Quatro outras imagens também foram selecionadas. A *charge* de Fortuna, por vislumbrar uma hipótese real. Duas *charges* de Chico Caruso, uma homenagem à primeira fase da *Folha da Tarde*, onde ele e o irmão gêmeo Paulo "enganavam" seus colegas com sua semelhança (e também, quem foi contemporâneo das "Diretas Já" jamais esqueceu o lirismo dos seus desenhos). O capítulo 4 abre com uma imagem do fim do século XIX. Nela o jornalismo desponta de uma maneira feminina, ingênua e romântica; a intenção é reverenciar o período tratado, no qual a utopia e o *romantismo revolucionário* estavam em voga.

Gostaria de sublinhar, entretanto, que a pesquisa cotejou, além da documentação da DCDP, em depósito nas duas sedes do Arquivo Nacional — Rio de Janeiro e Brasília —, o material da DSI do Ministério da Justiça, no AN/RJ. Esse é o único acervo da DSI recuperado, já que existiu em todos os Ministérios.[12] Em Brasília, tive acesso também ao arquivo da Academia Nacional de Polícia (ANP), responsável pelos cursos para os recém-empossados Técnicos de Censura, como também os reciclava periodicamente.

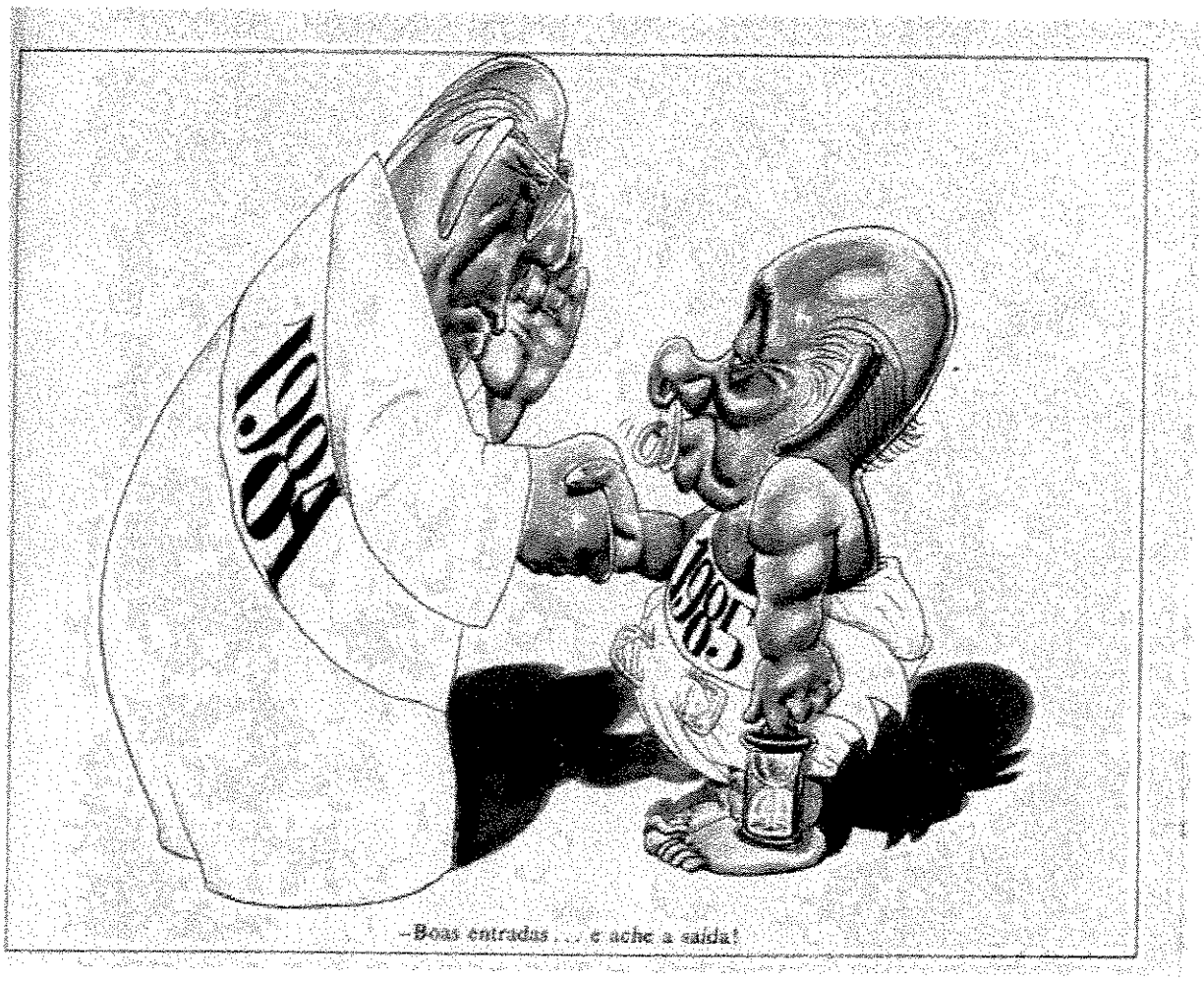
Foi fundamental o acesso ao Banco de Dados da *Folha de S. Paulo* e do Dedoc da editora Abril, além dos arquivos pessoais da jornalista Ana Maria Machado (Rádio JB) e do também jornalista José Silveira (*Jornal do Brasil*). Na busca por vozes, realizei dezenove entrevistas com jornalistas que passaram pela *Folha da Tarde*, e 26 outras com jornalistas que de alguma forma me ajudaram a montar o quadro das questões que aqui perpassam. Afora estes, conversei com o cineasta Roberto Farias, ex-presidente da Embrafilme e diretor de *Pra frente Brasil*, e a livreira Vanna Piraccinni, que me ajudou a compreender a censura ao livros importados. Entrevistei também onze censores — mulheres e homens de diversas faixas etárias, do Rio, São Paulo e Brasília, que entraram para o serviço em momentos diferentes entre 1950 e 1986, e que ou já estão aposentados ou ainda são funcionários do DPF.

Infelizmente, talvez, muito material tenha ficado de fora, o que causou, durante todo o processo de escrita, uma frustração enorme. Ficou a vontade de elaborar um

---

[12] Dois outros trabalhos recentes também se debruçaram nesta fonte, o de Carlos Fico (*Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, Rio de Janeiro, Record, 2001) e o de Maurício Maia de Souza ("Henfil e a censura: o papel dos jornalistas", São Paulo, Dissertação de mestrado, ECA/USP, 1999).

desdobramento desta tese que abarque só as entrevistas. Isto porque, a quantidade de depoimentos de censores resultou um número razoável. Além disto, muitas vezes tenho as duas pontas: o censor de um jornal e um jornalista do mesmo. Enfim, espero que a seleção de fontes aqui expostas e a estratégia montada contemple os objetivos traçados e agrade ao leitor.



Charges de Chico Caruso, publicadas no *O Globo*.
Acervo: Chico Caruso, *Nova República, velho testamento* (São Paulo, Brasiliense, 1987).

Capítulo 1

Os donos do tempo,

jornalistas e historiadores

"Mas se isso não é outra história, como se costuma dizer, é uma história em que a memória começa a se aproximar do presente. E o presente para um historiador, por mais que se diga o contrário, é sempre um terreno pantanoso".[1]

[1] O trecho de Boris Fausto está em um trabalho histórico-memorialístico da trajetória de imigração dos dois ramos de sua família (na Turquia moderna e no Leste europeu) até chegarem à cidade de São Paulo, dos anos 1930 aos 1950. Essa reflexão tem seu ponto final quando o autor se aproxima do tempo presente. Ao explicar sua parada, ele expõe o dilema. Nessa hora, não mais se coloca como memorialista, mas sim, retorna ao ofício de historiador. Ver Fausto, Boris, *Negócios e ócios: história da imigração* (São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 230).

1. Do ser responsável às responsabilidades: invertendo imagens

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dão a medida do peso e do papel de uma cultura da censura — o esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano esta foi uma tarefa, um ato de fundação, que pode ser constatada nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, e se explica como forma de impor um determinado perfil de cidadão ideal. Estas questões, além das da construção de uma identidade nacional e do perfil do seu cidadão, foram tratadas exaustivamente em diversos trabalhos elaborados nos anos 1980 e 1990 sobre a Primeira República.

A postura de vigiar e reprimir implementada em certos períodos por governos brasileiros, entretanto, teve início pelo menos oitenta anos antes desses estudos, com os primeiros decretos de estruturação de uma *polícia política*, que abrigava, então, os departamentos de investigação e repressão à vadiagem e aos "estrangeiros perigosos".[2] Neste sentido, por meio do binômio ordem pública/segurança nacional que regeu a *polícia política*, pode-se pensar a relação de quem dita o permitido. Assim, nos mecanismos de implementação de uma máquina de censura, percebe-se essa intricada mecânica — ora externa (como um pedido de setores da sociedade civil), ora interna — que é a delimitação, pelo Estado, do que é legal.[3]

Pensar o ato de proibir e censurar, de se negar ao outro o direito de acesso a determinados temas; vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário; forjar de maneira brutal uma nova realidade, estas são algumas das questões centrais e preocupações acerca das estratégias do interdito. Os atos censórios não estão, entretanto, circunscritos a determinados momentos, lugares, ou formas de governo. Uma reflexão sobre o poder de veto, que pode ser executado pelo Estado e/ou por

---

[2] Decreto nº 3610, de 14/4/1900, regula o Serviço Policial do Distrito Federal e vincula-o exclusivamente às ordens do chefe de Polícia, de acordo com as instruções do Ministério da Justiça. Ver *Coleção de Leis do Brasil*, Ano 1900, p. 440.

[3] Para uma narrativa da trajetória da *polícia política* na República, ver Kushnir, Beatriz, "Era proibido proibir? O DOPS, a censura e a imprensa clandestina no Brasil — do AI-5 à Anistia" (*Discursos Sediciosos*, nº 3, 1997).

"simpatizantes civis" deste — funcionários deste aparelho de governo ou não —, expõe algumas circunstâncias nas quais a radicalização de atitudes impera.

A investigação deparou-se com diversos desses grupos de "simpatizantes", desde jornalistas-colaboradores, até os censores federais, passando por uma gama de indivíduos ou entidades organizadas que exigiam desse Estado pós-1964 um maior rigor censório. Ao se escolher trabalhar com o foco dos jornalistas e dos censores, constatou-se uma similaridade para além dos atos de colaboração. Muitos dos jornalistas selecionados tinham também uma atividade profissional ligada à Secretaria da Segurança Pública, e alguns dos censores, por outro lado, haviam sido jornalistas ou o jornalismo era a única atividade permitida de ser exercida concomitantemente ao de Técnico da Censura. Além desse traço, ao concorrerem nos concursos do DPF,[#] tornavam-se policiais exercendo uma atividade vista como de cunho *intelectual*.

Partindo deste quadro, o contraponto intelectual *versus* policial encaminha um dos braços da reflexão, no encontro desses "intelectuais a serviço do Estado" (*Earthly authority* ou *intelectocratas*)[4] e seus *itinerários políticos*.[5] É claro que suas funções não os faziam formuladores de políticas públicas, mas suas capacidades eram direcionadas para auxiliar uma estratégia de governo. Nesse sentido, quanto aos termos *intelectocratas* e *intelligenti*, baseio-me nas reflexões Reis Filho, citado acima, e de Norberto Bobbio,[6] dentro do prisma de que intelectuais revolucionários, intelectuais ideólogos, críticos radicais — *intelligenti* — são regidos pela ética da convicção. Enquanto intelectuais de Estado ou estatistas, experts — *intelectrocrata* — existem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa. Assim, nesta separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais e orientais*, em Antônio Gramsci,[7] na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocratas* expressa uma tradição de

---

[#] Ver lista de siglas.

[4] As diferenças, relações e cumplicidades entre intelectuais revolucionários e "de Estado", ver Reis Filho, Daniel Aarão, "Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução" (*in* Reis Filho, Daniel A. (org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX, XX)*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2000).

[5] Sirinelli, J. F., "Os intelectuais" (*in* Rémond, René (org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996).

[6] Bobbio, Norberto, *Intelectuais e poder* (São Paulo, Editora da Unesp, 1997).

[7] Gramsci, Antonio, *Os intelectuais e a organização da cultura* (9ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995).

valores conservadores de sociedades autoritárias e repressoras baseadas, também, no poder do veto censório como forma de exprimir a sua força.

Ao se debruçar sobre esses grupos de "intelectuais de Estado", e refletindo a partir de uma visão de *trajetórias não lineares*, a observação e o cotejo dessas experiências permitem "[...] desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos do engajamento dos intelectuais".[8] Ampliando esse leque de possibilidades e desprendendo-se de um caráter biográfico ou circunscrito aos "grandes intelectuais", Sirinelli nos convida a pensar a história destes tendo como foco os estratos intermediários, trazendo à tona esses desconhecidos e suas influências no seu tempo vivido e nos instantes posteriores. As redes de convivência e os códigos de sociabilidade no interior desses grupos de censores, jornalistas e policiais, torna-se a clave para compreender os valores e as propostas constituídas desses grupos e sua sintonia com o panorama político.

Mas, o que certamente também está na mira da análise é a noção de *responsabilidade* desses atores sociais frente às demandas do seu tempo. Difícil não desejar julgar atitudes que se considera "menos nobre", e esses embates estão no centro das reflexões metodológicas quanto a uma história dos intelectuais. Para Sirinelli, a possibilidade de fazer *essa história* ancora-se na reavaliação e reabilitação da história política, iniciada nos anos de 1970, que a define não mais presa a uma narrativa do fato em si, mas percebendo a dinâmica em que esse se encontra. A seara do político passou a ser vista como o espaço de articulação social e representação, como uma matriz simbólica em que a experiência coletiva se enraíza e reflete-se em um território dinâmico, redefinindo assim o espectro desse espaço, anteriormente percebido como predeterminado.[9]

Ao retratar quem eram esses jornalistas/policiais e suas funções sociais, no diálogo pinçado entre as ideologias, valores e idéias do grupo de atores políticos e as estruturas da cultura política de sua época, está a possibilidade de, em vez de condená-los, *historicizar* a experiência. Neste sentido, como sugere Serge Berstein, a

---

[8] Sirinelli (1996a, p. 245).

[9] Rosanvallon, Pierre, "Pour une histoire conceptuelle du politique" (*apud* Ferreira, Marieta de M., "A nova 'Velha história' e o retorno da história política", *Estudos Históricos*, nº 10, 1992, pp. 265-71).

inteligibilidade das sociedades perpassa pelo entendimento da mutação, diversidade e os códigos simbólicos de uma cultura política, antes tida como uma instituição engessada na imutabilidade de um partido imperador. É nessa dinâmica mutante que se insere a clave de compreensão para a existência desse grupo de colaboradores.[10]

Portanto, sob a capa do "resguardar a moral e os bons costumes", ou defendendo questões de "interesse da Nação", a censura, sempre política, é atemporal. Mas em cada instante as peculiaridades ditam suas especificidades. Portanto, em um tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, ter uma imagem bastante equivocada do tempo vivido. Nesse sentido, a censura exercida pelo Estado autoritário aos meios de comunicação e às expressões culturais brasileiras no pós-1964, enquanto uma temática, tem sido alvo de constantes reflexões, tanto de jornalistas contemporâneos à época, como das análises acadêmicas.

Grosso modo, os questionamentos acerca da repressão à informação, como sinônimo da expressão da força desse Estado autoritário sobre seus cidadãos, têm se concentrado nas brechas para transpor, mesmo que minimamente, os muros que separam o permitido do proibido. As reflexões neste campo têm se debruçado mais fortemente sobre a resistência, sobre o burlar o "não-dizer". Por esse raciocínio, criou-se um duelo, em que o censor ou é um tirano, um algoz, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos, heróicos, de desafiar esse opressor. Nem tudo se explica nesse jogo maniqueísta. Aqui, um dos intuitos é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, frente à imposição autoritária.

Assim, o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão mítica da resistência, na qual se encerra também toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos *anos de chumbo*.[11] Corroborando essa imagem combativa, nada é tão lembrado como a publicação d'*Os Lusíadas*, de Camões,

---

[10] Berstein, Serge, "L'historie et la culture politiques" (*Vingtième siècle. Revue d'histoire*, nº 35, 1992).

[11] Para uma análise que envereda por essa autoconstrução da resistência, ver Aquino, Maria Aparecida de, Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. *O Estado de S. Paulo* e o *Movimento*. Bauru, EDUSC, 1999.

nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, ou das receitas culinárias, no outro jornal do Grupo da família Mesquita, o *Jornal da Tarde*.

No contexto do dia 12/12/1968, uma quinta-feira, o diretor de redação do *Estadão*, Julio de Mesquita Filho, após a confirmação de que a Câmara dos Deputados não concederia o pedido de licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, sob a acusação de ter ofendido as Forças Armadas em um discurso, redigiu o famoso editorial "Instituições em frangalhos". No seu texto, que seria publicado no dia seguinte, enfatizava o impasse em que se encontrava o país: regido por quatro atos institucionais criados pelo regime militar. Descrevia um cenário político de "tonalidades sombrias". O tempo ficaria mais escuro, como apontou uma pequena nota no alto do canto esquerdo da primeira página do *Jornal do Brasil*, no dia 14/12. As *previsões* da meteorologia eram categóricas:

> "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Mín.: 3° nas Laranjeiras".

Ainda no dia 12/12, no início da noite, como narrou o secretário de redação, Oliveiros S. Ferreira, ligaram da Polícia Federal em São Paulo — os agentes queriam saber quais seriam as manchetes da primeira página no dia seguinte. A censura, realizada por militares e à distância, já era uma rotina naqueles dias tensos. Os títulos foram lidos pelo telefone e, como nenhum deles incomodou o censor, a impressão do jornal continuou. Horas mais tarde, porém, já na madrugada de sexta-feira, dia 13, o diretor da Superintendência do DPF em São Paulo, general da reserva Sílvio Correia de Andrade,* decidiu *visitar* as oficinas do jornal e pediu para ler os impressos. Passou em revista as manchetes e o editorial escrito pelo diretor do jornal. Contrariado com o que estaria nas bancas no dia 13/12, determinou a paralisação da impressão e a apreensão dos

exemplares prontos. Cerca de 106 mil jornais, porém, já haviam deixado a cidade, rumo ao interior de São Paulo.[12]

Na noite do dia 13, redigido pelo ministro da Justiça, um professor egresso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e tido até então como liberal — Luís Antônio da Gama e Silva —, o AI-5 era decretado. Concentrando os poderes no Executivo e suprimindo as garantias constitucionais à população civil, oficializou a ditadura civil-militar no país. Como sublinha Bernardo Kucinski,[13] em decorrência desse processo de fechamento, ocorreram diversas alterações nas principais redações do país. O jornalista Alessandro Porro, vinculado ao grupo Abril, e de confiança da família Civita, conseguiu a demissão dos dirigentes da pioneira e revolucionária revista *Realidade*,[14] entre eles Paulo Patarra; no grupo Folha da Manhã, Jorge Miranda Jordão e seus "jornalistas engajados" são substituídos por Antônio Aggio; no *Correio da Manhã*, após a recusa em promover expurgos, o jornal sofreu dois atentados e dois de seu diretores foram presos, o que levou ao seu fechamento em setembro de 1969, também pelas suas dificuldades administrativas e financeiras.

A censura ficaria no *Estadão* por mais de cinco anos e, no discurso dos donos do jornal, as estratégias de preencher o espaço censurado não com outras matérias, mas com os poemas e as receitas eram tentativas de denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia. Quando dos trinta anos do AI-5, em 1998, muitos jornais realizaram séries de reportagens sobre a decretação do Ato Institucional e suas conseqüências. No *Estadão*, não foi diferente. Para ilustrar seus atos no período, relatou que em

> "[...] 1973 estampou [no *Jornal da Tarde*] uma página inteira de Receitas do Alfredo's. O censor não percebeu que se tratava de uma ironia com o objeto da notícia que deveria ter saído naquele espaço, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid".[15]

---

[12] Depoimento de Oliveiros S. Ferreira à autora, em 17/6 e 30/9 de 1997.

[13] Kucinski, Bernardo, *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 59).

[14] Alguns dos jornalistas desta revista mais tarde fundariam o *Bondinho* e o *Ex*, e, como tantos outros profissionais, encontraram na imprensa alternativa uma possibilidade que a grande imprensa já não comportava.

[15] "A violência abateu-se sobre o 'Estado' na madrugada", *O Estado de S. Paulo*, 13/12/1998.

Mas, como lembrou Oliveiros S. Ferreira, eram freqüentes as ligações para o jornal reclamando que as receitas, publicadas muitas vezes na primeira página, não davam certo...[16] Para o censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou no *Estadão* na época, as receitas e os poemas eram, na visão da censura, uma permissão ao jornal.[17] Assim, a existência de censura prévia à imprensa era vista pelo regime como proibida de se mencionar, mas que era de conhecimento público. Neste sentido, um pacto mantido em segredo, mas não em total sigilo.

Quando o general Silvio Correia de Andrade entrou nas oficinas do *Estadão* para só sair nos primeiros dias de 1975, estava em curso o expediente de censura prévia na imprensa brasileira, que só seria regulamentado em março de 1970 com o decreto 1.077. O estabelecimento de censura prévia — análise das por um censor na própria redação, ou o envio do material ao DPF na cidade ou na sede em Brasília, o que complicava em muito a tarefa de publicar notícias frescas —, atingiu um número pequeno de jornais. Essa prática foi exercida em algumas redações entre 1968 e 1978, do AI-5 ao processo de Anistia, de forma mais intensa, o que não significa que não existiu antes, e que deixou de existir depois.[18]

Na grande imprensa, o censor esteve n' *O Estado de S. Paulo*, do AI-5 a janeiro de 1975, e na *Tribuna da Imprensa* em um período não contínuo, de 1968 a 1978. Na imprensa alternativa, freqüentou *O Pasquim*, de novembro de 1970 a março de 1975; *O São Paulo* de junho de 1973 a junho de 1978; *Opinião*, de janeiro de 1973 a abril de 1977; e *Movimento*, de abril de 1975 a junho de 1978. E na revista *Veja*, ficou de 1974 a junho de 1976.

Diferente dos jornais portugueses na ditadura salazarista, ou na Espanha de Franco, por exemplo, que traziam estampados na primeira página o registro de que estavam sob censura prévia, aqui tudo foi muito mais subliminar. Portanto, como se

---

[16] Entrevista concedida à autora, em 17/6 e 30/9 de 1997.

[17] Depoimento à autora, em 18/8/1998.

[18] Os exemplos de intervenção censória anteriores ao AI-5 vêm sendo expostos aqui pontualmente. Para ratificar a prática posterior à Anistia, vale lembrar o episódio de 30/10/1979, quando foi assassinado o metalúrgico Santo Amaro Dias da Silva pela Polícia Militar de São Paulo, durante uma greve. A censura prévia já não existia há dois anos, mas o jornalista Jair Borin, na época na *Folha de S. Paulo* teve, segundo narrou, seu texto mutilado pelo secretário de redação e pelo editor

comportou o restante da imprensa? Se não tinham censor na redação, o que se passou por lá?

Uma prática adotada também na ditadura estadonovista,[19] foi utilizada no pós-1968. David Nasser* faz uma compilação dos vetos do DIP à Imprensa de janeiro de 1943 a fevereiro de 1945. Tal expediente também existiu entre 1972 e 1975 na grande imprensa, quando receberam os famosos *bilhetinhos* da censura, que divulgados pelo Sibag, notificavam quase que diariamente o que não se podia noticiar.[20] Muitos dos jornalistas que entrevistei afirmavam que a maioria dos fatos só eram conhecidos pelas redações quando se apresentava o veto do DPF a esse. A essa ingerência e à aceitação desta norma, dá-se o nome de autocensura. Portanto, a maior parte da grande imprensa brasileira aceitou, ou se submeteu, a esse pacto.[21]

Na reflexão de Bernardo Kucinski, deve-se entender a prática e as conseqüências desse tipo de dinâmica dentro de um pacto acordado por jornalistas e donos de meios de comunicação. Assim, para esse autor,

> "[...] a autocensura determinou o padrão de controle de informação durante 15 anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, acessório e instrumentais à implantação da autocensura.
>
> [...] A autocensura é a supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade.
>
> [...] A autocensura é um crime intelectual com autoria, um ato pessoal de fraude, mesmo quando ordenado pela empresa jornalística.
>
> [...] [Portanto], a mídia agiu como um aparelho ideológico do Estado [...] [, como um] coadjuvante dos aparelhos repressivos do Estado" (Kucinski, 1998, pp. 51-56).

---

chefe do jornal, Boris Casoy, sob a justificativa que "[...] a real dimensão do repúdio poderia contribuir para o fechamento do regime". Ver Borin, Jair, *Jornais diários* (*apud* Kucinski, Bernardo, 1998, pp. 54-55).

[19] Nasser, David, *A revolução dos covardes* (Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1947).

[20] Um dos primeiros trabalhos a utilizar esse material foi o de Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978* (2ª ed., São Paulo, Global, 1980), que os recolheu nos murais de aviso dos jornais que trabalhou na Bahia. Estavam lá para avisar ao jornalista o que não se podia publicar.

[21] Para Anne-Marie Smith (*Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 2000), a censura prévia nesse momento no Brasil foi "[...] ilegal, secreta e rara" (p. 96). A "legalidade" da censura, uma discussão jurídica, é enfrentada no capítulo que se segue. Uma análise mais detalhada sobre os *bilhetinhos* faz parte do capítulo 3.

Dentro desse "acordo", quebras precisavam de permissão. Um contraponto à estratégia aceita para o *Estadão*, com os poemas e as receitas, não valeu para *Veja*. Mino Carta, diretor de redação da revista até 1976, percebeu isto claramente. Para a *Veja* não houve a autorização de preencher lacunas censuradas com algo que não fosse outras matérias agora permitidas.

Os episódios da relação de *Veja* com a censura merece uma narrativa detalhada. O número 5 da revista, de 18/12/1968, com a foto de capa do ministro da Guerra do governo Castello Branco e futuro presidente da República, Costa e Silva, em visita à Câmara dos Deputados com o plenário vazio, coincidiu com a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso. Parte dos exemplares foi recolhida nas bancas do país. Com um censor na redação, *Veja* é liberada com cortes.[22]

No número 65, de 3/12/1969, a capa da revista, em letras garrafais, diz: "O PRESIDENTE NÃO ADMITE TORTURAS". Declarações de juristas e do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid,* garantem que o "terceiro governo da Revolução" vem para construir, não para reprimir... A revista chegava às bancas no sábado; na sexta-feira, quando chegariam os informes da Censura, Mino Carta mandou desligar os telefones da redação e a revista ganhou as ruas. Na *Veja* seguinte, de 10/12/1969, novos problemas com a capa em que a temática era a tortura. A capa tem uma imagem medieval das câmaras de tortura e um dossiê de oito páginas.[23] Por causa desse número, Raimundo Pereira deixou a chefia de Política e foi transferido para Variedades. Élio Gaspari assumiu o seu lugar e, por imposição do governo, para se redimir, em um número seguinte o senador Filinto Müller é entrevistado e fala sobre o seu jardim de flores.

Dois anos depois, a edição nº 169, de setembro de 1971, é novamente apreendida nas bancas, porque reportava o afastamento, por corrupção, do governador do Paraná, Haroldo Leon Perez. Alguns outros episódios marcam uma ou outra edição, mas a revista, ameaçada de censura prévia, ainda não tinha um censor fixo na redação, diferente

---

[22] Duas capas da *Veja*, incluindo esta, fazem parte do *Caderno de imagens* desta tese.

[23] Neste número existe uma matéria de Bernardo Kucinski sobre o assassinato e o enterro do militante Chael Charles Schreier da VAR-Palmares, o primeiro caso comprovado de um militante de esquerda morto sob tortura após prisão. Para mais dertalhes, ver Kushnir, Beatriz, "Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-75)" (*in* Kushnir, Beatriz (org.), *Perfis cruzados, trajetórias e militância no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago, no prelo).

do que acontecia com o *Estadão*, a *Tribuna da Imprensa*, ou *O Pasquim*, por exemplo. Mas, quando em 8/2/1974, *Veja* publicou, em uma nota na seção *Datas*, a indicação de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, para o Prêmio Nobel da Paz, tudo mudou. Assunto proibido, censura prévia, censor de plantão. Duas semanas depois, no número 285, de 20/2/1974,

> "[...] a revista mostra gravuras de diabos e anjos nos espaços em branco censurados, o que era vetado. Na *Veja* seguinte, Mino Carta lança uma seção *Diversos*, com gozações sobre o ministro da Justiça, Armando Falcão: são textos com um suposto padre Sean McIntosh e sobre um misterioso Monge Falcus. Apesar das evidências (Falcus/Falcão), a Censura nunca percebeu nada. Mas as gravuras de anjos e demônios, que voltam na edição nº 288, obrigam Mino e [José Roberto] Guzzo a uma visita à Polícia Federal. McIntosh e Falcus ainda aparecem em mais três edições. Outra gozação que a Censura não percebeu: no nº 287 saem cartas de nove redatores da própria *Veja* [com nomes falsos] falando sobre a matéria 'O longo drama chileno', que teria saído no número anterior. Na verdade, a matéria, totalmente vetada, não fora publicada".[24]

Não é verdade que a censura não tenha percebido a relação de *Falcus* com o ministro da Justiça; o próprio Mino Carta me relatou a proibição de incluir esses trechos em espaços censurados.[25] No fundo, o relato acima, que "comemora os 20 anos de *Veja*", busca desqualificar a figura do censor. Como essa narrativa, são recorrentes as que contam da proibição ao nome "Leonardo", já que o jurista Leonardo Greco era o chefe de Gabinete do Ministério da Justiça no governo Médici. Assim, Leonardo Da Vinci corria sérios perigos de não ter seu nome completo impresso.

Mas, no caso de *Veja*, afeito às duplicidades e enigmas, Mino Carta publicou uma pseudo-autobiografia em que todos os personagens se referem a pessoas vivas ou não, e receberam apelidos. No meio do livro, cinqüenta páginas de narrativa pessoal com nomes e datas verídicas. Se para burlar a censura, em 1974, usou imagens, no seu texto barroco e imagético, narrou o episódio da censura à *Veja* como um depoimento. Quanto aos

---

[24] Souza, Ulysses Alves de. "A história secreta de *Veja*", *Revista Imprensa*, setembro/1988, p. 99. Uma reflexão detalhada sobre os embates com os diabinhos e a censura, ver Abreu, Alzira Alves. "Os anjos e os demônios da revista *Veja*. Um discurso contra a censura" (mimeo., 1996). Uma narrativa sobre *Veja* durante o período de ditadura, ver Gazzotti, Juliana, "Imprensa e ditadura: a revista *Veja* e os governos militares (1968/1985)". São Carlos, Dissertação de mestrado/UFSCar, 1998.

diabinhos, nenhuma palavra. Magoado, como a maioria dos jornalistas que entrevistei, mas extremamente lúcido na reflexão, destilou seu fel certeiro na terceira pessoa do singular. Contou sobre um certo Mino, que um dia, ao entrar no gabinete do ministro da Justiça, Armando Falcão com a cédula de identidade na mão e ao atirá-la sobre a mesa do ministro, ouviu dele "[...] a cédula de Demetrio, subversivo de codinome Mino".[26] O fim da censura à *Veja* faz parte de um acordo, que tem como um dos alvos esse "subversivo" visto pelo ministro Falcão. O jornalista relata o episódio na perspectiva de

> "[...] dois ângulos, e ambas as análises o conduzem à mesma conclusão. De um lado está a Editora Abril com seu pedido de empréstimo subordinado à renúncia à linha crítica. De outro lado, a convicção de que seu tempo na *Veja* se esgotou. A morte de Vlado é o ponto de ruptura.[27] Mino sabe que a sua concepção de jornalismo já não se justifica à sombra da arvorezinha, símbolo da Abril" (Carta, 2000, p. 185).

Seguindo o raciocínio pelas reflexões de Mino Carta, a retirada da censura do grupo Mesquita às vésperas do centenário do jornal, recebeu uma análise mordaz. Para ele era "[...] em sinal de respeito e confiança". Nesse sentido, Kucinski ressalta que dentro da noção de pacto, houve "[...] adesão à autocensura e de identificação plena dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão — e, portanto, de um virtual colaboracionismo".[28]

Para o governo Médici, que legaliza o ilegalizável, decretando a existência da censura prévia em março de 1970, segundo Kucinski, era

> "[...]melhor que os próprios jornalistas se autocensurassem. Melhor fazer com que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua confiança [e] [...] esses quadros foram montados por quase todas as empresas jornalísticas. Para o Estado autoritário, a autocensura era mais interessante

---

[25] Entrevista concedida à autora, em 16/12/1998.

[26] Carta, Mino, *O castelo de âmbar* (Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 180).

[27] *Veja* foi proibida de noticiar o assassinato de Vladmir Herzog na sede da *Oban*. Mino Carta escreveu um editorial de poucas linhas e, sem poder dizer nada, disse tudo. "Algum tempo talvez tenha de passar antes que se possa meditar e analisar o exato significado da visita do presidente Ernesto Geisel a São Paulo. Em todo caso, desde já são evidentes a honradez, a integridade, o alto sentido de responsabilidade do presidente da República, tanto quanto à serenidade e às inextinguíveis esperanças da população de São Paulo e toda a nação brasileira. Na impossibilidade de apresentar um quadro menos genérico, VEJA declara o débito de uma contribuição mais explícita a essa serenidade e a essa fé, que confia poder saldar tão logo lhe seja possível" ("Garantia da tranqüilidade", 5/11/1975).

[28] Ver Kucinski (1998, p. 54).

> do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade" (Kucinski, 1998, pp. 61-62).

Mais uma vez a censura é compreendida como um "pacto da responsabilidade". Assim, antes mesmo que o governo decretasse a Lei nº 1.077, em março de 1970, "legalizando" a censura prévia e demonstrando que esses "quadros de confiança", sugeridos por Kucinski, realmente existiram, toma-se como exemplo o *Jornal do Brasil*. O mesmo jornal que em 1967 cobriu de maneira excepcional a revelação de tortura do sargento Raymundo Soares, no Rio Grande do Sul, seguindo a trilha de denúncias que o deputado e jornalista Márcio Moreira Alves fez sob o mesmo tema no Nordeste, mudou como o país no pós-AI-5.

Em uma circular interna contendo cinco páginas, de 29/12/1969, do diretor do jornal, José Sette Câmara, para o editor-chefe, Alberto Dines,* faz-se uma série intitulada "Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos", com o objetivo de instituir na equipe um

> "[...] Controle de Qualidade [...] sob o ponto de vista político. Não se trata de autocensura, de vez que não há normas governamentais que limitem o exercício da liberdade de expressão, ou que tornem proibitiva a publicação de determinados assuntos. Em teoria há plena liberdade de expressão. Mas na prática o exercício dessa liberdade tem que ser pautado pelo bom senso e pela prudência.
>
> [...] O relativo desafogo institucional com o novo Governo, permite agora que essa responsabilidade, que do ponto de vista legal caberá sempre e exclusivamente aos dois Diretores, seja agora delegada ao grupo selecionado para o Controle de Qualidade".[29]

Baseado em critérios de bom senso, experiência e prudência, Sette Câmara arrola os principais temas e como devem ser tratados pelo jornal. No tópico *Governo*, resume a posição do *JB* ao dizer que este não é a favor, nem contra,

> "[...] não é jornal de situação, nem de oposição. O JB luta pela restauração da plenitude do regime democrático no Brasil, pelo retorno do estado de direito. [...] Enquanto estiver em vigor o regime de exceção, temos que usar

[29] Documento do arquivo pessoal do jornalista José Silveira, na época secretário de redação do jornal.

> todos os nossos recursos de inteligência para defender a linha democrática sem correr os riscos inúteis do desafio quixotesco ao Governo".

Nessa situação esquizofrênica de combater sem se expor, a linha editorial do *JB* frente à política internacional determinava que o único compromisso é "[...] com os interesses brasileiros, é bom repetir. [Assim,] a equipe de Controle de Qualidade deverá estar vigilante para evitar a apresentação tendenciosa de certas notícias, de maneira a favorecer causas que não são nossas". Definindo nesses termos um perfil único do Brasil, dos brasileiros e suas necessidades, no tópico da política interna o comando da empresa ponderou que

> "[...] em vista de presente situação não interessa ao JB destacar quaisquer fatos detrimentórios da condução dos políticos, pois isso viria fortalecer a posição dos que postulam a eternização do regime de arbítrio".

Seguindo essas diretrizes, nas questões militares dever-se-ia usar "a máxima discrição e o maior cuidado". Os outros temas apontados foram a subversão, a Igreja e o Clero, a economia, e os estudantes. O jornal se define como católico e que não daria apoio aos padres francamente comprometidos com as atividades subversivas. Questões que também mereciam "extremo cuidado" são as atividades políticas e as rearticulações do movimento estudantil de contestação. As atividades de luta armada, intituladas subversivas, e as "maquinações da esquerda", também não receberiam o apoio do jornal.

> "Nada no JB deverá favorecer [essas práticas]. [...] Depois de arriscar tudo para enfrentar o desvario comunizante do fim do governo Goulart, depois de termos os fuzileiros do ex-Almirante Aragão dentro de nossas oficinas, não vamos agora, por ação ou omissão, ajudar a causa dos revolucionários radicais de esquerda. [...] O JB teve uma parte importante na Revolução de 1964, e continua fiel ao ideário que então pregou. Se alguém mudou foram os líderes da Revolução.[30]
> [Nesse sentido,] deverão sempre optar pela suspensão de qualquer notícia que possa representar um risco para o jornal. Para bem cumprirmos o nosso maior dever, que é retratar a verdade, é preciso, antes de mais nada sobreviver".

[30] Alberto Dines organizou e também escreveu um artigo no calor da hora de 1964, em que narra detalhadamente a deposição do presidente Goulart. Ver *Os idos de março e a queda de abril* (Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964).

Convidando o jornalista a ser um censor, Sette Câmara termina decretando que "na dúvida, a decisão deve ser pelo lápis vermelho". E no dia 2/1/1970, o editor-chefe, Alberto Dines, encaminhou a circular do diretor do jornal às sucursais do jornal e também para os jornalistas Manoel Bezerra, Wilson Figueiredo e Hélio Polvora. Dines redige um memorando introdutório ao de Sette Câmara, em que declara que o sistema de autocontrole que o jornal se impôs desde o AI-5 chegou ao fim. Para substituí-lo formulou-se o "sistema de Controle de Qualidade", centrado nas questões políticas, explicitadas no documento de Câmara, e nas técnicas que ele expõe, ou seja, nas formas de viabilizar esse sistema. As pessoas que receberam essas minutas foram as escolhidas para fazerem parte do grupo de Controle de Qualidade, que Sette Câmara salientou como estando

> "[...] à altura das grandes responsabilidades que lhes são agora delegadas e que saberão, em quaisquer circunstâncias, discernir sempre, em caso de dúvida, o interesse da empresa, que, em última análise se identifica com o de cada um dos seus integrantes".

É oportuno pensar como a imprensa escreve para si sua própria memória desse tempo. Para exemplificar e expor o tamanho dessa teia, recorro a um artigo do jornalista Jânio de Freitas. Essa análise foi publicada na semana em que se rememorou os trinta anos do AI-5. Quase todos os principais jornais do país editaram cadernos especiais para lembrar o horror daqueles anos e a luta da imprensa pela liberdade de expressão. Freitas, convergindo com minhas indagações acima expostas, desenha a delicadeza da questão ao dizer que

> "Os jornais reagiram à censura determinada pelo AI-5 aos meios de comunicação em geral. A imprensa faz questão de que seja seu, localizado nos dirigentes de cada publicação, o poder de liberar e de vetar. Qualquer intromissão aí une os competidores na reação. Mas ser contra a censura não significou ser contra o sentido geral do AI-5, senão contra um dos seus muitos aspectos.
>
> [...] Não seria possível ser contra o AI-5 sem ser contra o regime. E a imprensa, embora uma ou outra discordância eventual, mais do que aceitou o regime: foi uma arma essencial da ditadura.

> Naqueles tempos, e desde 64, o 'Jornal do Brasil' [...] *foi o grande propagandista das políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime.* [...] Os arquivos guardam coisas hoje inacreditáveis, pelo teor e pela autoria, *já que se tornar herói da antiditadura tem dependido só de se passar por tal.*
>
> [...] Aproveitar os 30 anos do AI-5 para mostrar mais como foi o regime que o criou, eis uma boa iniciativa. Mas não precisava reproduzir também os hábitos de deformação costumeiros naqueles tempos" (ênfases minhas).[31]

Assim, retornando às bases do pacto estabelecido antes mesmo da 1.077/70 entrar em vigor, a avaliação do papel da imprensa nesse momento político vem sendo revista. Mas percebe-se claramente que, com a aceitação da autocensura, do auto-controle, do padrão de qualidade, da abdicação de atitudes quixotescas, que tanto remetem à imagem do jornalismo, a grande imprensa brasileira perdeu muito. Perdeu o sentido de realidade, como resume Kucinski. E nesse auto-engano, construiu para si imagens que, vistas como heróicas, são jocosas, se não fossem tão infelizes.

Na exposição de atitudes a se seguir pela empresa JB, se permite também reler um famoso depoimento de Julio Mesquita Neto, tido por muitos como um exemplo de ousadia, aqui mais como um exemplo de distanciamento do real. Assim, ao depor em um inquérito policial-militar, o diretor do *Estadão* causou espécie ao dizer que ele não era mais o responsável pelo jornal. Como um ato de coragem, o diálogo ocorreu no início do interrogatório

> "Pergunta – 'O senhor é o diretor-responsável do jornal O Estado?'
> Resposta – 'Não!' (Houve uma certa surpresa entre os militares.)
> Pergunta – 'O senhor é o diretor-responsável do jornal?'
> Resposta – 'Não!'
> Pergunta – 'Então quem é?'
> Resposta – 'O ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid, que todas as noites tem um censor na tipografia do jornal'".[32]

[31] Freitas, Jânio de, "A imprensa e o AI-5", *Folha de S. Paulo*, 15/12/1998, p. 5. Agradeço ao jornalista Maurício Maia, que me chamou a atenção para esse artigo.

[32] "Os 30 anos do AI-5", *O Estado de S. Paulo*, 13/12/1998.

A partir do encadeamento de todos esses fatos, compreende-se que, fundamentalmente, se está pensando os conceitos e as práticas de *responsabilidade* e *poder*. Por um lado, o poder do Estado naquele momento; por outro, o *quarto poder* como a imprensa é vista. Neste sentido, se está refletindo sobre um universo de conveniências e possibilidades que estes dois lados estabeleceram para si. Minha investigação optou por também sublinhar os elementos de colaboração e conivência explícita da grande imprensa àquele Estado.

Os jornalistas e donos de jornal que, ao apoiarem os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, se tornaram tanto agentes, como "vítimas" dessa autocensura. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e publicação da verdade. Por isto, esses jornalistas colaboracionistas são aqui vistos como *cães de guarda*. À soleira, montaram guarda e fizeram autocensura no governo Médici, colaborando por construir e difundir uma imagem irreal, inverídica, do país. Seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças.

No âmbito da política de abertura lenta e segura do governo Geisel, a retirada paulatina da censura das redações tanto apostou na continuidade da autocensura, como também serviu para mostrar à "linha dura" que o panorama se alterava. Combinação que foi costurada pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, por volta de 1975, com o apoio de jornalistas escolhidos para "colaborarem e viabilizarem" esse processo de abertura e transição proposta pelo governo Geisel. Novamente seguindo as regras do jogo, houve um diálogo, no início temeroso, mas pouco a pouco, direto entre uma casta de jornalistas e donos de jornal com o governo. Mudavam as atitudes do governo, deveriam se alterar também as propostas impressas nos diários.[33] E

> "[...] foi preciso o assassinato do jornalista Vladimir Herzog pelo DOI-CODI de São Paulo, em outubro de 1975, para que o jornalismo complacente entrasse em crise generalizada dentro das redações, no campo dos jornalistas
>
> O processo de depuração de quadros jornalísticos, inicialmente necessário à operação da autocensura, ampliou- se a partir de Golbery, para

[33] O papel da imprensa nesse instante, como forma de intimidar a "linha dura", a figura do general Golbery do Couto e Silva, como o canal de comunicação governo/empresas de jornalismo, e a retirada, negociada, da censura de alguns periódico, estão em Duarte, Celina, Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-78 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-São Paulo, 1987).

> permitir a implantação da abertura lenta, gradual e segura. Na transição, a autocensura já não basta. É preciso a voz ativa dos jornalistas, criando um discurso consensual em torno de um padrão de abertura política" (Kucinski, 1998, pp. 64-65).

Na percepção lúcida e ferina de Cláudio Abramo*, nas redações não há lugar para lideranças. Os donos dos jornais não sabem lidar com jornalistas influentes, que muitas vezes se chocam com as diretrizes do comando. O jornalista tem ali uma função, mas "ficou forte, eles eliminam".[34] E assim quase todas as grandes redações foram reformuladas no governo Geisel, que propagou o fim da censura. Iniciava-se mais um expurgo: Mino Carta deixou a *Veja* em 1976, Cláudio Abramo foi retirado da *Folha de S. Paulo* em setembro de 1977, e, no *JB*, Alberto Dines, depois de doze anos na casa, foi sumariamente afastado em 1973, três anos depois do estabelecimento do "Controle de Qualidade" no jornal.

Fazendo um parêntese, no *JB* e no caso de Dines vale mencionar que, em entrevista ao *Pasquim*, este declarou que fora dispensado daquele periódico por não aceitar a censura imposta pelo jornal e por discordar das atitudes do responsável pela segurança da empresa, o ex-coronel do Exército, Paulo Moura, que, segundo Dines, teria ingressado no *Jornal do Brasil* no início dos anos 1970 para desenvolver um programa de apoio psicológico aos funcionários, e "depois de conquistar a confiança daqueles que assistia, passou a informar à direção da empresa sobre o que ouvia nas sessões". A divulgação dos relatos de Moura coincidiu com uma série de demissões que o *Jornal do Brasil* realizou em 1973.[35]

Neste sentido, esse tipo de jornalismo autocensurado pode ser definido, na perspectiva de Habermans, como um "jornalismo empresarial". Sette Câmara, em última análise, chama a atenção dos seus empregados, jornalistas, para o bem da empresa, para a sobrevivência de todos. Segundo Habermans, o desenvolvimento das empresas de comunicação altera os estilo da escrita e formulação do jornal. Menos literato, "[...] a escolha dos dados torna-se mais importante que o artigo de fundo; o tratamento e o

---

[34] Abramo, Cláudio, *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988).

[35] Verbete de Alberto Dines, *in* Beloch, Israel e Abreu, Alzira A., *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (Rio de Janeiro, Forense, 1984). A atualização deste verbete, para a reedição publicada em 2001, é de minha autoria.

julgamento das notícias, sua revisão e diagramação, mais urgente do que a busca literariamente efetiva de uma 'linha'".[36] Este mesmo autor pondera as relações que permeiam a esfera pública, definida como a "[...] reprodução da vida acima dos limites do poder doméstico privado, fazendo dele algo de interesse público".[37] Nesse sentido, a noção de "liberdade de imprensa", regida constitucionalmente, é o resultado dos embates pela autonomia da esfera pública burguesa frente ao Estado. Esse processo deu a esta um perfil de palco da expressão dos conflitos sociais. Mas a "imprensa", como representação hipotética desse lugar, molda-se às questões e aos espaços em que se encontra. E, principalmente, aos interesses de quem a percebe como, mais que um serviço, um negócio.

É impossível, entretanto, refletir sobre responsabilidade e poder sem pensar em ética. O jornalista Eugênio Bucci propõe a analise pelo contraponto ética/etiqueta.[38] Assim, a imprensa, que é fruto das revoluções modernas, da preocupação com a construção de direitos e deveres do cidadão, baseia-se em uma ética. Mas também, como inspirada no bem comum, na verdade e na lei, reflete uma etiqueta de conveniência que por vezes se distancia de uma prática e das normas de executar um ofício baseado na liberdade de expressão. Por princípio, a imprensa deve fiscalizar o poder, ao mesmo tempo em que se tornou uma empresa de cunho privada e seguindo as leis do mercado capitalista, o que compromete a utópica "independência do jornalismo". Na visão de Bucci, "[...] o jornalismo é conflito. [...] A ética só existe porque a comunicação social é lugar de conflito. Onde a etiqueta cala, a ética pergunta".[39]

---

[36] Habermas, Jürgen, "Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa" (*in* Marcondes Filho, C. (org.), *Imprensa e capitalismo*, São Paulo, Kairós, 1984, p.146).
[37] Habermas, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 39).
[38] Bucci, Eugênio, *Sobre ética e imprensa* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 23).
[39] Bucci (2000, p. 11).

Infelizmente não tem sido bem assim. A imprensa, que tem sua prática no terrenos das hipóteses, vinculada a projetos democráticos, precisa ser vista em cada sociedade como os reflexos dos valores desse meio. Entretanto é fundamental delinear que no encontro entre ética e etiqueta, pode-se perceber que

> "[...] as boas maneiras, esta redução da ética a uma estética, do bom ao belo, se enraízem em uma política: que a conduta valorizada seja um sacrifício prestado a um senhor, a um príncipe que governa não só o Estado como atos dos seus membros de maior destaque.
>
> [Portanto] [...], a etiqueta só se compreende a partir de uma estratégia política. Aparece e afirma-se junto com a construção das cortes — este espaço estranho, [...] um misto de doméstico e público".[40]

As *práxis* jornalísticas, percebidas como uma encenação das regras sociais, de uma suposta vigília ao poder e da utopia de uma liberdade de expressão absoluta,[41] remete a temas tão presentes e contemporâneos. Assim, a reflexão caminha tanto no que se convencionou chamar história do tempo presente, como também as relações do historiador ao analisar o seu presente. Isto porque nem todos temos a percepção de estarmos no mesmo presente. Essa consciência do tempo presente só se adquire quando se tem a percepção noção de que se está vivo e atuando.[42] Torna-se preeminente entender, portanto, as possíveis relações entre essa história do tempo presente e a história do imediato, as relações entre jornalistas e historiadores, entre narrativas e memórias, entre verdade e versão. Ou, como sugere Sirinelli, a análise histórica como um "ofício" para

> "[...] pôr-se à escuta do presente para iluminar uma volta para o passado, mas evitar os efeitos não dominados do eco entre esses dois níveis. Quando tais efeitos vêm interferir sem controle entre o passado e o presente, mais tarde o julgamento do futuro é impiedoso, pois todas as obras muito impregnadas de presente, ou nas quais o presente é mal controlado pelos autores, mal passam a rampa da posteridade. [...] O historiador, como homem do presente trabalhando sobre o passado, é, pois julgado em segunda instância pelo futuro" (Sirinelli, 1999, pp. 91-92).

---

[40] Ribeiro, Renato J., *A etiqueta no Antigo Regime* (São Paulo, Brasiliense, 1983).

[41] Balandier, Georges, *O poder em cena* (Brasília, Editora da UnB, 1982).

[42] Hobsbawn, Eric, "Escrevendo a história do seu próprio tempo" (*Novos Estudos Cebrap*, n° 45, 1995); Sirinelli, J. F., "Ideologia, tempo e história" (*in* Chauveau, A. e Tétard, P. (orgs.), *Questões para a história do presente*, São Paulo, EDUSC, 1999).

2. Memórias e narrativas, os jornalistas e os historiadores

A reflexão sobre o poder de veto do Estado e a atuação de setores da grande imprensa brasileira no pós-1964 ancoram-se em uma questão do presente, ou do que se convencionou chamar de uma História do Presente, de um tempo e de uma atualidade em que os personagens e/ou as questões levantadas ainda circundam a sociedade brasileira contemporânea. Tempo pantanoso, para Boris Fausto, no trecho que serve de epígrafe a esse capítulo, o presente permaneceu até há bem pouco tempo como uma seara ou para os sociólogos e cientistas políticos, ou para os jornalistas. Para os historiadores, esse território ainda era considerado como proibido, idéia ratificada por Jacques Le Goff, em fins da década de 1970, quando na França surgia o *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP), onde a história do tempo presente localizava suas reflexões no processo da 2ª Guerra Mundial.

Qualquer tempo é sempre pantanoso. Entretanto, a expressão de Fausto certamente refere-se ao mito de que quanto mais perto, menos objetivo pode ser o historiador, que poderá se perder nas teias da memória. Mas o historiador que vem se dedicando a pensar esse "passado recente", acima de tudo incorporou uma nova noção de marcos históricos, alargando os limites. Nessa direção, trouxe para o ofício uma série de métodos e novas fontes de análise, tendo a grata, espera-se, satisfação de encontrar seu objeto para dialogar. A história oral é também um libertador do trabalho preso única e exclusivamente ao documento escrito, retirando dele a noção de verdade absoluta. Esse alargamento deu ao estudo outras demandas, como as aproximações e distâncias entre história e memória, relato e lembrança. Ampliando o leque de fontes, fez também se deparar com as regras do acesso à informação, em que documentos ainda são inacessíveis. Para François Bedarida, a história do tempo presente engloba, ao mesmo em tempo que se define em um corte temporal, um método de reflexão e um instrumental

de análise.[43] Ter acesso aos depoimentos orais traz o desafio de uma pesquisa bem cuidada que confronte visões.

A compreensão do passado, em uma definição de metodologia dessa história, busca apreendê-lo e explicá-lo a partir do presente no qual se encontram os olhos do historiador que pergunta. Não é, portanto, um inventário de respostas das conseqüências do passado sobre o presente. Nesse sentido, a história do presente pensa os fatos históricos em termos dinâmicos e incorporados de atores sociais. A enorme massa documental e um tempo que combina ritmos plurais de curta e curtíssima duração com instantâneos e a reconstrução das raízes daqueles fatos, relativizou o conceito de acontecimento, que Henry Rousso conceituou como deixando de ter essa visão do único, do singular, do solto.[44]

Essa nova conceituação do acontecimento, que se deu a partir da década de 1970, com o repensar da história política, trouxe inúmeras mudanças ao ofício do historiador, e o colocou diante de uma "crise de identidade" do *fazer história*. Esse questionamento da singularidade de seu ofício pode o aproximar, como também perceber as distâncias, do e distancia o historiador tanto doscom relação ao cientistas sociais, e aos jornalistas, e permitindo, assim, uma circulação de métodos, teorias e narrativas com os sociólogos, antropólogos, literatos, e cientistas sociais.

O acontecimento também adquiriu a percepção da dimensão técnica desse tempo presente, em que a mídia difunde, cada vez mais rápido, os fatos. Os jornalistas, nessa sociedade, tonaram-se difusores que concentram o poder de narrar "a verdade" dos fatos. Por este ângulo, os trabalhos históricos mudaram de eixo e vêm se debruçando sobre o jornal e o jornalista tanto como fonte, como também como objeto. Os jornalistas, por sua vez, têm se dedicado a exercícios de mais fôlego, talvez para fugir desse instantâneo que é o relato da notícia. Impresso um dia, descartado no outro.[45]

---

[43] Bedarida, François, "The social responsibility of the historian" (*Diogène*, n° 1995, n° 168)

[44] Rousso, Henry, "Les usages politiques du passé: histoire et mémoire" (*in Histoire politique et sciences sociales*, Paris, Complexe, 1991).

[45] Para um inventário dessa discussão sobre as raízes e renovações da história do tempo presente ver, Chauveau, A. e TÉTART, P., "Questões para a história do tempo presente" (*in* Chauveau, A. e Tétard, P. (orgs.), *Questões para a história do presente*. São Paulo, EDUSC, 1999).

A disputa — no melhor dos sentidos — pelo *fazer história*, que vem atraindo jornalistas e historiadores, é assunto de Jean-Pierre Rioux, em uma análise que pondera esses dois olhares sobre o presente. Assim, esse encontro foi definido como

> "[...] entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica. Esta afirmação, sei por experiência, desagradará aos guardiões — de todas as idades — dos templos da ciência histórica. [...] A seus olhos, o historiador do presente é um ingênuo, um marginal, agitador por defeito e impotente por vocação".[46]

Jornalistas e historiadores estão lado a lado na construção dessa história do tempo presente. Se a temática os aproxima, os métodos os afastam. Ao diferenciá-los, Rioux desenha que

> "O jornalista, quer tenha os papéis de repórter, de redator ou cronista, é um Sísifo do efêmero que 'escreve para o esquecimento', [...] vencer a angústia da pequena morte diária — a página do jornal destinada ao lixo.
>
> [...] O historiador [...] procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do 'fechamento', [...] pretender dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura mediatilizando-a em jatos e inventa fontes sem poder tratá-las" (Rioux, 1999, pp. 120-1).

Em uma visão caricatural, o autor relativiza essas posições ao sublinhar que esses lugares foram modificados "[...] desde os anos de 1960. E foram os jornalistas que tomaram a iniciativa e atravessaram as fronteiras como desbravadores".[47] No encontro de jornalistas e outros intelectuais para uma atuação política, abriu-se um espaço que flexibilizou lugares profissionais. Não se contentando em registar apenas os "ecos da atualidade", os jornalistas, buscam um olhar crítico sobre o material produzido,

---

[46] Rioux, Jean-Pierre, "Entre história e jornalismo" (*in* Chauveau, A. e Tétard, P. (orgs.), *Questões para a história do presente*. São Paulo, EDUSC, 1999, p. 119).

[47] Rioux (1999, p. 121).

exercitando-se em uma história do imediato. Dá-se aí um encontro para além das disputas.

É importante também desfazer a falsa imagem de que a história do tempo presente está envolta nas lembranças e na experiência pessoal, no pantanoso de Boris Fausto. Isto porque, uma pesquisa histórica bem cuidada, desfaz as possíveis armadilhas que as narrativas memorialístiscas poderiam construir. Neste sentido, novamente no encontro entre os jornalistas e os historiadores, é difícil para os primeiros entender que seu relato sobre o tempo vivido é sempre uma construção biográfica de um tempo, diferente do olhar que um historiador poderá, ou não, construir sobre aquele momento.

Mas, como salienta René Rémond, muitos ainda esperam dos historiadores que estes

> "[...] resolvam os debates, que sejam os árbitros nas controvérsias que dividem a consciência pública e confundem as opiniões, que façam a verdade. Exige-se que exerçam uma magistratura".[48]

Desta perspectiva, a caricatura engessa o historiador às reflexões para a posteridade, enquanto o jornalista busca vencer a angústia do esquecimento a cada jornal que no dia seguinte serve para embrulhar o peixe nas feiras.

O grande encontro desses "sujeitos das letras", permite que o tempo presente seja uma não história do instante. Não é a narrativa do agora. É o pensar a complexidade, os detalhes, a produção de novas fontes, o entrelaçamento de fatos. Essa outra racionalidade do tempo não é "uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos", como definiu Rémond. Os profissionais dessas áreas e suas análises desejam contribuir, e nada mais importante do que a narrativa e a reflexão sobre um período, por diversos ângulos, para que isto possa acontecer.

---

[48] Rémond, René, "Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução" (*in* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos e abusos da história Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 1996).

3. Os guardados e as questões

Debruçar-se sobre os vestígios das memórias e depoimentos orais é visto de maneira questionável no historiador do tempo presente, que tem nesses métodos uma fonte de inovação do seu trabalho, um ganho. A visão da memória como os vestígios do passado no presente são caras a este historiador. Partindo das concepções de Maurice Halbwachs[49] e Michael Pollak,[50] rememorar, lembrar, são processos de reflexão que constroem uma memória pessoal, mas também coletiva e social, um testemunho. A edificação da narrativa histórica do tempo presente, quando mergulhada nesses depoimentos, traz à tona, assim como também estabelece uma identidade comum. Assim,

> "[...] para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum" (Halbwachs, 1990, p. 12).

Trabalhar com o depoimento oral permite registrar uma narrativa até então presa às transmissões entre gerações, como também confrontar esses a uma memória oficial. Portanto, quando há essa

> "[...] irrupção de uma memória subterrânea [...] opondo-se a [...] memórias coletivas, [...] essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (Pollack, 1989, p. 8).

---

[49] Halbwachs, Maurice, *A memória coletiva* (São Paulo, Vértice, 1990).
[50] Pollak, Michael, "Memória, esquecimento, silêncio" (*Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989).

Mas se caem no domínio público, se arquivos são encontrados, percebe-se uma clara disputa de memória.

O embate concentra-se no choque de relatos entre histórias de vida e concepções pessoais de uma memória, e os ecos das memórias coletivas produzidas. Portanto, o que também está em foco são os difíceis e múltiplos caminhos do exercício de construção de uma *biografia*. Uma forma de desfazer tensões, talvez se encontre nas conclusões de Pierre Bourdieu, que define o conceito como a tentativa de

> "[...] compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes relações".[51]

O autor sublinha, portanto, a necessidade de inserir a narrativa no contexto. Esse exercício é tanto para o momento em que se apreende a memória de alguém, absorvendo o seu relato, como o instante de construir uma narrativa acerca do outro. Difícil é perceber a totalidade da teia. Fazer do contemporâneo a questão e *locus* de análise traz dois outros argumentos à discussão: a) a premissa do direito à privacidade, e b) o processo de constituição dos arquivos consultados. Esses "encontros" são percebidos separadamente ou estabelecidos em um diálogo. Mas, certamente, centram-se em uma perspectiva comum: a de como utilizar a documentação levantada.

O material burocrático da DCDP cotejado por esta pesquisa permite arrolar nomes e cargos dos censores. Os dados internos desse departamento só podem ser obtidos desta forma, já que o DPF recusa-se a divulgar o organograma da instituição. As identidades desses funcionários que aparecem no material pesquisado, expõem a vida funcional e a formação acadêmica de indivíduos que prestaram concursos públicos e que,

---

[51] Bourdieu, Pierre, "A ilusão biográfica" (*in* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1996, cap. 13).

portanto, são responsáveis, até juridicamente, pelas demandas decisórias do cargos que ocuparam.[52]

A equação formulada aqui deseja responder a um impasse: como utilizar os dados desse acervo sem invadir a privacidade desses indivíduos? Para solucioná-la, optei por traçar uma reflexão semelhante à discussão do acesso à informação do pesquisador aos arquivos de *polícia política* (dos antigos DOPS), por exemplo. Em ambos, o embate centra-se no proteger ou não as identidades, recuperáveis nas documentações desses acervos.[53] Em comum, tem-se também a noção de que tanto o material do DOPS como o do DCDP pertenceram a um mesmo órgão central, o DPF. São, portanto, braços de atuação específica de uma mesma lógica de Estado. Uma peculiaridade, contudo, faz a diferença. Enquanto no acervo do DOPS tem-se a exposição da vida dos indivíduos em sociedade, no DCDP recuperam-se as normas censórias pela leitura de pareceres, a trajetória funcional pelo acesso às suas fichas e as decisões administrativas pela correspondência enviada e recebida.

Estando em discussão os limites da privacidade quando do acesso à informação nesses arquivos, vale destacar que os dados ali contidos não respeitam a individualidade, quando coletadas em momentos de arbítrio. Mas a intimidade passa a ser questão na democratização das informações. Portanto, como a consulta a esses acervos só se realiza em um segundo instante, tem-se uma encruzilhada quando estes entram em choque com os artigos 12 e 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Se o primeiro instrui que:

---

[52] Espantosamente, talvez, durante as entrevistas realizadas com esses censores, da ativa ou aposentados, a maioria deles me pediu que os identificasse por apelidos. Muitos dos entrevistados ficaram chocados ao saber que parte da documentação DCDP, que se encontra no Arquivo Nacional e está aberta à consulta, possui uma parcela de material de cunho burocrático. Este sobreviveu à "limpeza" de ex-agentes do órgão antes de entregar o material ao Arquivo. Vale sublinhar aqui que quando me refiro a *censores na ativa*, quero dizer que são os que permaneceram no DPF após o fim da censura, em 1988. Estes foram transferidos para outros departamentos daquele órgão.

[53] Tal discussão é semelhante à que realizei para compreender as diferentes regras que regem os acervos do antigo DOPS, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cada um desses tem normas próprias ditadas pelos arquivos públicos de suas cidades. Meu

> "[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e idéias por qualquer meio de expressão".

O segundo indica que:

> "Ninguém sofrerá intromissões em sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem o direito à proteção da lei".

Corrobora esta idéia o artigo 5 °, parágrafo X, da Constituição de 1988, onde se lê: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas". Sendo este um terreno pantanoso, o mesmo artigo, no parágrafo XIV, contemporiza, ao assegurar a todos o acesso à informação. Assim instala-se o caos, já que foi essa a mesma Constituição que decretou o fim da censura, das proibições de moral e bons costumes e das retaliações à liberdade de expressão.

No caso específico dessa reflexão, o que está em pauta é a forma de preservar a individualidade, a honra e a privacidade de funcionários que, ao exercerem suas funções, colaboravam com um Estado antidemocrático. Contudo, há que resguardá-los, pois o pacto pela democracia e o processo de anistia política, aprovado em 1979, ao não instituir culpas nem culpados, abriu essa brecha.

A partir desses limites, o historiador Henry Rousso[54] pondera sobre as funções e as fronteiras restritivas dos arquivos para a tessitura da história. Sendo o autor um estudioso preocupado com a história do tempo presente, suas análises mostram que, mais do que as fontes escritas, essa ótica do processo histórico amplia o conceito de "vestígios do passado", ao incluir na metodologia de trabalho a história oral.[55] O âmago da preocupação, na verdade, é pensar a *verdade* histórica. Em que situação o historiador se

---

texto, intitulado "Pelo buraco da fechadura — o acesso à informação e as fontes: os arquivos do DOPS (RJ e SP)", encontra-se em uma coletânea sobre o tema da censura, organizado pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, no prelo da EdUSP.

[54] Rousso, Henry, "O arquivo ou o indício de uma falta" (*Estudos Históricos*, vol. 9, n° 17, 1996).

[55] Torna-se frutífero aproximar as idéias de Rousso aos conceitos de uma história de sinais e de paradigmas indiciários proposta por Carlo Ginzburg em "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" (*in* Ginzburg, C., *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989).

sente mais seguro: no registro escrito ou no depoimento *a posteriori*. Trazendo esse dado para a documentação encontrada no DCDP, pode-se ter uma interessante análise, já que além do material coletado, há também as entrevistas feitas com esses censores. Assim, embatem-se informações e percebe-se a construção de duas memórias: uma, que o material burocrático expõe; outra, a que os funcionários realizam no presente. Em ambas, está uma *verdade*, e a compreensão de suas lógicas internas permite os seus desmontes e o rearrumar das questões.

A idéia, contudo, é não pensar esses locais como os depositários de uma verdade absoluta. Os arquivos, em especial os que contêm informações de caráter pessoal, como os dos serviços de segurança, lembrados por Camargo,[56] possibilitam duas investidas: que lá se encontram informações improcedentes, inexatas e enganadoras; e que lá temos a história de um órgão. Todavia, um pesquisador que daqui a cem anos se interessar pelo assunto e for consultar o *arquivo* do DOPS ou do DCDP, não terá a metodologia da história oral ao seu alcance; não poderá cotejar os dados com depoimentos orais. Nesse sentido, creio que uma forma de apreender o conteúdo desse arquivo é verificar as premissas que ditaram sua acumulação.

Mesmo que em filigranas, são fundamentais esses poucos vestígios do passado, da censura, que ficou nos arquivos . E, como lembra Rousso, é capital para o historiador que se dedica ao tempo presente, recolher ou produzir novas documentações, como os depoimentos orais, para, além de auxiliar as suas próprias pesquisas, deixar o registro para investigações futuras. Assim, compreende-se que foi a lógica do controle das informações de um Estado autoritário que fez produzir o acervo de censura. E será, talvez, a lógica de uma classificação indicativa de horários e faixas etárias, que transformará e poderá quebrar com uma "cultura censória".

O acesso a todos os dados daquele órgão que sobraram é uma forma positiva de falar de um silêncio, como também permite ao pesquisador rediscutir a constituição de uma memória. Nesta direção, está a reflexão de Étienne François, diretor do Centro Marc

---

[56] Camargo, Ana Maria de Almeida, "Informação, documento e arquivo: o acesso em questão" (*Boletim — Associação dos Arquivistas Brasileiros*, n° 11, 1993).

Bloch — Berlim.[57] Sua análise versa sobre o fascínio que os arquivos das *polícias políticas* despertaram na comunidade acadêmica e as dificuldades que seu manuseio impõe. O deslumbramento de poder consultar um material secreto em um momento de liberdade governamental gerou, segundo o autor, a sensação de que todo o segredo do passado seria finalmente liberto. Todavia,

> "[...] muito rapidamente, no entanto, renuncia-se a essas pretensões e começa-se a perceber que tudo não é assim tão simples, que os novos arquivos não falam por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as preocupações éticas e metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação — e não têm resposta para tudo" (François, 1998, p. 157).

A análise do historiador francês dá a verdadeira dimensão desses *arquivos secretos*, e que pode ser estendida para a reflexão tanto do material sobre a censura, como sobre a documentação de cunho estatal como um todo. Tirando a majestade com que alguns os encaram, e a decepção que tamanha expectativa pode gerar, François reafirma que esse arsenal é apenas mais uma fonte para as pesquisas. Uma fonte rica e que não pode ser negligenciada, mas que as informações ali contidas necessitam do eterno cotejar com outras para melhor se compreender um período da história. Sem dúvida, o mais importante é que com o fim desses tipos de organizações secretas de governos autoritários e a liberação para a consulta, como os DOPS e/ou os DCDP, houve um "[...] chamado ao trabalho, à exigência metodológica e ética, à modéstia, à

[57] Centrando seu foco na especificidade da República Democrática Alemã, François nos expõe às exigências que a documentação da *Stasi* — a temida polícia política da Alemanha Oriental — demanda dos pesquisadores que se aventuram a trabalhar ali. Ver François, Étienne, "Os 'tesouros' da Stasi ou a miragem dos arquivos" (*in* Boutier, Jean e Julia, Dominique (orgs.), *Passados recompostos — campos e canteiros da história*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998, pp. 155-161).

humildade, ao requestionamento das certezas adquiridas".[58]

Estamos vivendo agora um momento de inflexão. Reivindica-se o direito de consultar tais documentos, estabelecendo regras que respeitem tanto o livre acesso à informação como a preservação da privacidade, sem supervalorizar a fonte, nem tampouco tutelá-la ou novamente censurá-la. Assim, aproximando as idéias de François e as análises de Camargo, que crê na impossibilidade de considerar a veracidade dos documentos depositados como um dado *a priori*, reforça-se a noção do encontro com os *vestígios*.

O terreno, portanto, está dividido entre o direito à informação e os limites da privacidade. Tentando elucidar a questão, Hannah Arendt esclarece que nos regimes totalitários, as polícias secretas são as que podem ver sem serem vistas.[59] Assim, a abertura à consulta dos acervos do aparelho de Estado em períodos ditatoriais e sua transformação em arquivo público permite, antes de tudo, vermos como eles (os agentes secretos) viam. No caso específico do material do DCDP, pode-se compreender a lógica que formava esses funcionários, seus cursos e currículos, e seu métodos de trabalho. Mas, principalmente, uma história da censura vista por dentro.

Entretanto, não se pode centrar na análise da censura com base só no arquivo do DCDP. Não cotejar diferentes materiais, não permite outras reflexões, podendo, assim, contribuir para um grave erro de análise. Isto, em certa medida, foi realizado em um recente trabalho sobre o DCDP.[60]

Nessa sua dissertação, Berg traça um histórico do departamento, e recai em um quadro teórico de análises sobre o papel do Estado e de governos ditatoriais, fruto das pesquisas dos anos de 1970. Procura, na análise do material, uma raiz com o pensamento militar e as diretrizes da "Comunidade de Informações" e, no meu modo de ver, perde a riqueza do material ao não perceber uma cultura da censura. Centra-se apenas nas fontes daquele arquivo, nas suas análises, e justifica esse procedimento na impossibilidade de

---

[58] François (1998, p. 161).

[59] *Apud* Lafer, Celso, *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988).

[60] Refiro-me à dissertação de mestrado de Creuza de Oliveira Berg, Os mecanismos do silêncio: expressões artísticas e o processo censório no regime militar, Brasil, 1964-1984, (São Paulo, FFLCH/USP, 1997).

acesso aos censores. Estariam aí as suas dificuldades de avançar. Ao se debruçar mais no material censurado — nos pareceres —, perde a abundância de informações contidas no acervo burocrático. Mesmo que em quantidade menor que o primeiro, as correspondências internas e as trocas de informações auxiliam em uma perspectiva de conjunto. Os pareceres podem, creio, ser vistos na perspectiva de uma amostragem e devem dialogar com outros materiais, como as respostas na imprensa ao material censurado.[61]

Certamente, uma análise sobre a censura, uma das executoras das medidas restritivas, passa por uma investida sobre a interface processo histórico/direito constitucional. Além de trazer à tona o "pessoal executor" — os censores —, há que se quebrar a relação ditadura/militares/ESG, tão presente nas discussões dos anos de 1970, e também refletir sobre os civis. Tal redireção busca demonstrar a importância de ampliar as análises para outros espaços, que não só os já privilegiados em estudos anteriores. Isto porque, a escala hierárquica, de modo ascendente, leva o DCDP a ser subordinado ao DPF, que é um órgão do Ministério da Justiça.

Pode-se perceber, e as pesquisas sobre a primeira República demonstram, a forte presença de uma visão bacharelista nas análises históricas. Os grandes advogados da passagem do Império à República provaram a força dessa reflexão. Eles estavam no governo, eram atores políticos fortes e suas posições intervinham e davam a cara da nova ordem política. A presença desses homens no aparelho de Estado decaem com o passar dos anos, e vem sendo substituída pela força das pastas de economia nos governos recentes.[62] Diferente de Alencastro, contudo, que vê essa substituição começando a ocorrer no governo de JK, não se pode perder de vista a importância dos juristas, como o ministro Gama e Silva, e Alfredo Buzaid, para a legalização do autoritarismo nos governos do pós-1964 e 1968; e Petrônio Portella, na sua curta passagem. A força do Ministério da Justiça também perpassa, no caso da censura, a compreensão de onde estavam as agências censórias durante o período republicano, tema do próximo capítulo.

---

[61] Semelhante problema encontra-se no livro de Inimá Simões, *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil* (São Paulo, Editora Senac, 1999).

[62] Alencastro, Luiz Felipe, "Elogio do bacharelismo", *Veja*, 17/2/1999, p. 16.

Charges de Chico Caruso, publicadas no *O Globo*.
Acervo: Chico Caruso, *Nova República, velho testamento* (São Paulo, Brasiliense, 1987).

Capítulo 2

20.493/46, 5.536/68

e 1.077/70:

os limites do que nos

era permitido saber

"E eu digo não
E eu digo não ao não
E eu digo é proibido proibir
É proibido proibir
É proibido proibir"

(Caetano Veloso, *É proibido proibir)*

1. O embaralhar de números e imagens

Olhar, vigiar, controlar, censurar, limitar, policiar, permitir, negar. Ou, olhar, observar, descobrir, conhecer, nomear, reconhecer. Duas faces da mesma moeda, em que cada uma esconde/aprisiona uma escolha. Temática atemporal, o interdito, na sociedade altamente tecnológica e de olhos vigilantes sobre os habitantes das cidades, possui justificativas para essas duas facetas.

Decantada pela força dos tentáculos de controle do Estado sobre o ir e vir, o livro de George Orwell, *1984*,[1] tido por muitos como profético, expôs o limite máximo do observar/vigiar/controlar. Desenhou o grotesco como forma de advertência e de profecia. Refletindo sobre a permanência desse autor e de seus livros, em especial sobre esse, o historiador Timothy Garton Ash ponderou que

> "[...] por que ainda deveríamos ler George Orwell (1903-1950) sobre assuntos políticos? Até 1989 a resposta era clara. Ele foi o escritor que captou a essência do totalitarismo. Em todos os países da Europa sob regime comunista, as pessoas me mostravam suas surradas cópias clandestinas de *A Revolução dos Bichos* ou de *1984* e perguntavam: 'Como ele sabia?'.
>
> Certamente o mundo de *1984* terminou em 1989. Os regimes orwellianos persistiam em alguns países longínquos, como Coréia do Norte, e o comunismo sobrevivia, de forma atenuada, na China. Mas os três dragões contra os quais Orwell lutou com todas as suas forças — o imperialismo europeu, em especial o britânico; o fascismo, fosse italiano, alemão ou espanhol; e o comunismo, que não se deve confundir com o socialismo democrático, em que o próprio Orwell acreditava — estavam mortos ou mortalmente enfraquecidos. Quarenta anos após a sua morte, dolorosa e precoce, George Orwell venceu. Adjetivo e substantivo".[2]

---

[1] A primeira edição desse livro no Brasil, foi patrocinada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), criado em agosto de 1961 por empresários preocupados com a disseminação do "perigo comunista". Um dos objetivos do instituto era orientar políticas de governo e produzir material panfletário (filmes e livros). Teve a duração de dez anos, até março de 1972, recebendo vultuosas doações. Cf. Assis, Denise, *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964* (Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001).

[2] A citação acima encontra-se no artigo de Timothy Garton Ash ("A permanência de George Orwell", *in* Caderno "Mais!", *Folha de S. Paulo*, 8/7/2001).

Da pseudoficção à realidade brasileira, o ano de 1984 traz em si uma carga simbólica e mítica. Foi o clímax de um momento em que os brasileiros apostaram nas mudanças políticas para reverter o quadro autoritário imposto havia duas décadas. Esse ápice vincula-se a um processo longo. Os caminhos que buscaram reverter esse quadro autoritário poderiam ter muitos marcos iniciais. O desmonte da máquina repressiva e as manobras internas da caserna e do Planalto para manter uma determinada ordem foram descritas por Bernardo Kucinski.[3] Em uma análise jornalística, os pontos importantes a se ter em mente são, tanto as estratégias para a escolha do substituto do general Geisel, como, e principalmente, a derrota política da ocupação militar nas greves do ABC em 1980. O início da década de 1980 marca o começo do fim do regime militar.

Vinte anos depois de 31 de março/1° abril de 1964, ou dezesseis anos depois de 13/12/1968, forças políticas e setores populares buscavam, nas manifestações de rua e nas articulações palacianas, formas de fazer explodir o grito calado pela imposição do arbítrio. Nas análises de Skidmore, o

> "[...] Brasil de 1984 não era aquele de 1964. Enormes mudanças econômicas haviam acontecido, viu-se o fim de uma geração inteira de políticos, e havia uma população cuja maioria das pessoas nascera nas duas últimas décadas".[4]

Muitas mudanças, certamente, estavam em curso. Mas "velhos políticos" — como se pôde perceber nas articulações para a sucessão do general Figueiredo, que ocorreria em março de 1985 —, novamente estariam no centro do palco. Assim, uma tradição política, que teve seu auge em 1964, soube se reformular, e contou com um golpe do destino para estar outra vez no "olho do furacão". Por outro lado, resquícios de gerações que estavam na "boca de cena" dos anos 1960 e 1970 também retornaram, beneficiados pela Anistia, assinada em agosto de 1979. Novamente se encontrariam esses revolucionários, auto-

---

[3] Kucinski, Bernardo, *O fim da ditadura militar* (São Paulo, Contexto, 2001).

[4] Skidmore, Thomas E. "A lenta via brasileira para a democracia: 1974-1985" (*in* Stepan, Alfred (org.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 66-7).

exilados, banidos ou não, com seus algozes, juntando-se a eles uma geração que nascera nesse hiato de tempo.

As marcas deixadas, de ambos os lados, por esses anos de autoritarismo, somadas às novas posturas que cada grupo e cada indivíduo construiu para si, sentenciariam que 1984 não era 1964. No bojo das transformações que começaram a ocorrer em meados dos anos 1980, vários marcos redesenham o quadro. No centro dos acontecimentos, o desejo de fazer valer o voto era prioritário. Eleger o presidente da República, naquele momento, representava a forma de restabelecer a democracia, rompendo com a autoritária representação das indicações indiretas do pós-1964.[5]

Nesse sentido, desde fins da década de 1970, percebe-se que o desenho político buscava se alterar. Embalados por uma idéia, que viraria *slogan* poucos anos depois — "um, dois, três, quatro, cinco, mil: queremos eleger o presidente do Brasil!"—, ocorrem encontros políticos nos quais se produziram documentos como a "Declaração de Poços de Caldas" (19/11/1983), com representantes de São Paulo e Minas Gerais; e o "Manifesto dos Governadores" (26/11/1983), quando seis governadores do PMDB[#] — Tancredo Neves[*] (MG), Gilberto Mestrinho (AM), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR), Íris Resende (GO) e Franco Montoro (SP) —, tentavam buscar formas de restabelecer as eleições diretas para presidente da República. Uma euforia estava no ar!

Durante as comemorações pelo 430° aniversário da cidade de São Paulo, em 30/1/1984, as primeiras demonstrações populares aconteceram. A apatia e a inércia, um sono, mas mais que isso, o medo do terror parecia ter chegado ao fim. O povo queria tomar as ruas, e em 10/4/1984 *toma de assalto* a Avenida Presidente Vargas, no Rio, no megacomício, convocado principalmente pelos partidos de oposição, ao qual compareceram um milhão de pessoas. Em São Paulo, foram para a Praça da Sé, seis dias depois, e continuaram a gritar por "Diretas Já!". Os comícios, nos quais as pessoas se

---

[5] São muito interessantes e oportunas as reflexões de Daniel Aarão Reis Filho sobre o processo de Anistia política brasileira, decretada em 28/8/1979. Reis Filho analisa como a luta pela Anistia se autoconstruiu como um resgate de supostas raízes democráticas. Assim, a imagem refeita é a de que a sociedade brasileira sempre foi contra a ditadura e pôde se reencontrar com ela durante as negociações que aprovaram uma Anistia recíproca, para torturados e torturadores. Ver Reis Filho, Daniel Aarão, "A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História" (*in* Teles, Janaína, *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*, São Paulo, Humanitas, 2000, pp. 113-119).

[#] Ver lista de siglas.

vestiam patrioticamente de amarelo, eram *embalados* por muita música, a maioria delas proibidas pela censura até então.

Era como se naquele instante estivesse se construindo uma ponte, unindo esse momento a junho de 1968, quando o Rio de Janeiro viveu a *Passeata dos cem mil*.[6] O desejo era resgatar o clima daquelas manifestações e reafirmar o inato espírito democrático do povo brasileiro. A democracia brasileira, nesse discurso, era algo escondido que deveria novamente vir à tona. Estava, segundo essa perspectiva, nas raízes da sociedade e deveria ser resgatada.

Um compositor que teve inúmeros problemas com a *tesoura e o lápis vermelho* da censura que vigorou na ditadura brasileira do pós-1964, e que até mesmo usou um pseudônimo, Julinho da Adelaide, compôs um samba exaltação que se tornou um hino dessas manifestações. *Vai passar*, de Chico Buarque e Edu Lobo, além de um retrato dos vinte últimos anos, traduzia a esperança que se respirava e a vontade de que nunca mais existissem noites negras como aquelas. A Avenida Presidente Vargas, palco dos carnavais dos anos de 1940 a 1960, ouviria então que

"Vai passar
Nessa avenida um samba
Popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram
sambas imortais
Que aqui sangraram pelos
nossos pés
Que aqui sambaram
nossos ancestrais
Num tempo
Página infeliz da nossa História
Passagem desbotada na Memória
Das nossas novas

[6] Em junho de 1968, o centro do Rio foi o palco da *Passeata dos cem mil*, uma das maiores manifestações de oposição à ditadura. Como resultado, foi a primeira e única vez que um general-presidente, na época Costa e Silva, recebeu uma comissão popular em audiência. Em outubro daquele mesmo ano, a Rua Maria Antônia, em São Paulo, acolheria o embate entre a Faculdade de Filosofia da USP e a direita universitária ligada ao CCC dos alunos da Mackenzie. Nesse mesmo mês, no 30° Congresso da UNE, em Ibiúna, 739 universitários foram presos.

Gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão
Distraída
Sem perceber que era
Subtraída
Em tenebrosas
Transações..."

Essas imagens, construídas e cantadas por Chico Buarque, foram diretamente vinculadas a uma esperança. Os anos de terror, anos de chumbo, de AI-5, de cassação dos direitos políticos e civis, iriam se tornar passado com a decretação da Anistia. Mesmo que não ampla, parecia anunciar o desejo do diálogo nas relações políticas. Vale lembrar, contudo, que parte da sociedade civil apoiou as trevas que caíram sobre o cenário político brasileiro, manifesta também, e não só, nas marchas da Família com Deus e pela Liberdade. Parte desse apoio também esteve estampado nos jornais, em editoriais, às vésperas do 31 de março de 1964.

Entretanto, como reflete Marcelo Ridenti, a crítica social ainda era a temática de Chico Buarque nos anos de 1980, assim como a utopia política de *Vai passar*. No entanto,

> "[...] paradoxalmente, o sonho coletivista e libertário da letra [dessa canção] foi tomado como símbolo da retomada do poder pelos civis, com a eleição indireta pelo Congresso da chapa oposicionista Tancredo Neves/José Sarney, na *transição transada* para a democracia, que em nada minorou os graves problemas sociais brasileiros e tinha pouca relação com a utopia igualitária cantada por Chico" (Ridenti, 2000, pp. 247-248).

No bojo dessa "página infeliz da nossa História", estão as medidas autoritárias do pós-1964. A possibilidade de escolher o presidente da República havia saído do exercício da cidadania desde que o AI-2 mudou as regras das votações presidenciais.[7] Decidir o

[7] O AI-2, de 27/10/1965, no seu artigo 9 legislou que as eleições para presidente e vice-presidente da República seriam por maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e nominal — o que certamente impediria quebra de comando que o voto secreto poderia proporcionar; e impôs também o bipartidarismo, já que só poderia haver dois candidatos por pleito, fazendo surgir o MDB, de oposição, e a ARENA, governista. Ver Grinberg, Lúcia, A Aliança

futuro do país escolhendo quem substituiria o último presidente militar, o general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), era o que movia o povo nas ruas do Brasil naquele ano de 1984.

Dez anos antes, em novembro de 1974, o governo Geisel viu seu partido, a ARENA, ser derrotado pela oposição, o MDB, que fez 335 deputados estaduais, 160 federais e 16 senadores, contra 6 senadores e 199 deputados federais da ARENA. A principal conseqüência dessa eleição foi a perda da maioria de dois terços que a ARENA detinha no Congresso, o que impediria o novo presidente, Ernesto Geisel, de fazer emendas à Constituição contando apenas com os votos da sua bancada.[8] As transformações nas regras do jogo um ano antes das eleições seguintes, em 1978, refletiriam as perdas da ARENA nesse pleito e uma manobra para reverter esse quadro.

Reflexo da pressão dos comícios pelas "Diretas", no dia 25/4/1984, foi votada a emenda à Constituição que possibilitaria, depois de vinte anos, que cidadãos e urna se reencontrassem para esse tipo de pleito, pois outras escolhas foram permitidas durante o período de exceção.

Uma semana antes da votação da proposta do deputado Dante de Oliveira, o presidente Figueiredo moveu as peças do tabuleiro para impedir o direito ao voto da nação. No dia 17 de abril de 1984 fez chegar uma Emenda Constitucional que, em 38 inovações, restabelecia o sufrágio universal para presidente nas eleições de 1988.

Assim, no dia da votação da emenda das Diretas, um aparato de segurança máxima foi montado, as TVs e rádios foram censurados, seis mil homens do Exército estavam nas ruas de Brasília, comandados pelos general Newton Cruz — chefe da agência central do SNI, com sede na capital federal —, obedecendo às medidas de emergência decretadas pelo governo.

O clima popular era de euforia, mas a revista *Veja* daquela semana já apontava as chances mínimas de que o desejo fosse alcançado. A emenda constitucional, de autoria do deputado federal pelo MDB-MT, Dante de Oliveira, que permitiria a existência de eleições

---

Renovadora Nacional (ARENA): a criação do bipartidarismo e do partido do governo (1965-1979) (Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1999).

[8] Segundo os dados de Kucinski (2001, p. 25), o MDB teve 14, 5 milhões de votos para os seus candidatos ao Senado, enquanto a ARENA teve 10, 1 milhões. O partido de oposição avançou dos 21%, alcançados nas eleições de 1970, para 38%, na Câmara, enquanto a ARENA caiu de 48% para 41%.

presidenciais diretas no país, foi derrotada. A população foi novamente impedida de exercer sua cidadania, já que não se conseguiu os dois terços do Congresso Nacional para ratificar o desejo das massas.[9] Esse pleito continuaria com a tradição do pós-1964 e seria indireto.

Decidindo pela continuação da forma indireta de escolha, o Colégio Eleitoral lançou como candidatos o situacionista paulista Paulo Maluf (PDS-SP) e o oposicionista mineiro Tancredo Neves (PMDB-MG), optando pelo segundo, em janeiro de 1985, em um sinal de que as transformações haveriam de chegar, cedo ou tarde. As propostas de abertura política "lenta, gradual e, principalmente, segura",— inauguradas com o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e que se prolongaram no último governo militar pós-1964, do general Figueiredo —, se não permitiram que em 1984 o povo escolhesse seu presidente, recolocou no centro do palco um civil para inaugurar uma nova fase.

O desenrolar dos acontecimentos e a trágica morte de Tancredo Neves, entretanto, deslocou o foco para o senador maranhense José Sarney, vice de Tancredo. Essa mudança de protagonista daria um novo rumo à política dali para frente. Muitas arestas ainda precisavam ser aparadas e, principalmente, havia a necessidade de se definir um novo pacto político-social, diferente do estabelecido em 1964, e que os acontecimentos de 1984 novamente frustraram.

Portanto, todo esse fervilhar de situações que esses dois anos inscrevem — 1984 e 1985 —, demonstra as transformações em curso. As rápidas, mas também hesitantes alterações de cenário e atores vão marcar o governo de José Sarney (1985-1990). Idas e vindas, avanços e retrocessos em um momento de sedimentação, vão pontuar esse período. Há uma lacuna entre as propostas apresentadas e as ações efetivamente realizadas. Mas, o manto que as encobria não demoraria a cair.

[9] No plenário da Câmara Federal, a emenda recebeu 298 votos. Faltaram 22 para completar os dois terços necessários.

2. A *Nova República* dos festivais

A propaganda oficial do governo Sarney vendia uma imagem de novos ventos, novos rumos, enfim, o novo governo prometia muito. Fundava-se a "Nova República" e, entre outras coisas, apregoava-se o fim da censura. Esta seria não mais política, nem moral, mas apenas classificatória. Nos jornais da época, são inúmeras as matérias que sublinham as expectativas por essas mudanças. Às vésperas da posse de Tancredo Neves, que não houve, o caderno cultural "Ilustrada", do jornal *Folha de S. Paulo*, sintetizou o que gostaria de ver no futuro:

> "Foram anos de golpe, de Brasil Grande, de milagre, mas, principalmente, de censura. Esses vinte anos que acabamos de viver ficaram marcados pelo silêncio e pelo lápis vermelho sobre a criação cultural mas, agora o novo governo apresenta seus planos para a transição, começa um degelo na comunicação. É assim que o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, o paulista Joaquim Mendonça, invoca Caetano Veloso e decreta: 'É proibido proibir'".[10]

Uma interdição permite sempre uma leitura de que seria mal recebida e indesejada. Esta análise não é uma sentença inteiramente verdadeira, pois muitos setores da sociedade civil por vezes a desejam e pedem. Contudo, quando associada a períodos de arbítrio, são muito comuns declarações como esta, que parecem restringir o controle da informação aos anos de ditadura e, principalmente, a dois instantes da história do Brasil: o Estado Novo (1937-1945), e o Golpe civil-militar (1964-1985).

A permanência de órgãos de controle da informação, tanto em períodos de exceção, como nos democráticos, quebram essa imagem. A análise da legislação censória e o levantamento do *locus* das agências de censura no organograma da polícia, comprovam esta hipótese. Assim, o objetivo deste capítulo é, a partir desse elenco de leis e decretos, perceber como no período republicano brasileiro se regularam as atividades de controle da informação. Não se está querendo comparar aqui a maneira mais sistemática, e até mesmo mais violenta, que os períodos de arbítrio utilizam para exercer a censura. O que está no

[10] Couri, Norma, "Muda o governo, chega a nova censura, *Folha de S. Paulo*, 15/2/1985, p. 3.

centro da discussão é: a) que a censura e todo o seu aparato existem e executam seus trabalhos tanto em momentos democráticos, como nos autoritários; b) que os períodos de exceção, no Brasil, têm a preocupação, talvez singular, de legislar e, assim, dar aos atos de arbítrio aparência e conteúdo de legalidade; e c) que existe um processo de continuidade, com nuanças de transformação, no sentido de aprimoramento, que regulou as agências de censura no período republicano brasileiro até 1988, quando a nova Constituição retirou da esfera do Estado tal função.

Mas, como ratifica a matéria de jornal acima citada, o ano de 1985 continuava a carregar o tom eufórico de transformações em curso. Efêmeras ou não, os fatos ocorridos no ano de 1986 explicitam uma das respostas possíveis.

Iniciava-se o segundo ano do governo José Sarney. E exemplos que poderiam indicar que "os tempos eram outros" seriam percebidos também nos novos festivais de cinema. Estes voltaram a figurar no panorama nacional a partir de 1984, depois de pelo menos uma década e meia de censura política, encoberta pelo manto da vigilância à "moral e aos bons costumes". Aconteceu, entretanto, um episódio político e cultural no ano de 1986, que recolocou na ordem do dia velhas questões, como a relação entre a censura e o poder da Igreja.

O fosso aberto pelo choque entre desejos de liberdade e estruturas conservadoras de idéias e autoridades, desenharam um triste quadro para aquele ano. Mas, este foi mais torpe por romper com perspectivas e esperanças, como também e, principalmente, porque desmascarou e apresentou a realidade nua e crua.

Para compreender seu significado, é importante recordar que, no último ano do governo do general Figueiredo, aconteceu o I Festival de Cinema do Rio de Janeiro (FESTRIO), tendo como palco o teatro do Hotel Nacional, no bairro de São Conrado, Zona Sul carioca. Um local com capacidade para 1500 pessoas, onde poltronas vermelhas de veludo davam o tom do conforto do lugar.

O filme *Cabra marcado para morrer*, do diretor e roteirista Eduardo Coutinho, era forte candidato a vencedor do Festival. A trajetória dessa película contava um pouco da história dos últimos vinte anos de ditadura e de censura política que o país havia vivido. *Cabra marcado* começou a ser rodado no Nordeste brasileiro, às vésperas de março de

1964. O golpe civil-militar fez com que equipe e atores se separassem. O medo e a incerteza do tempo vivido interrompeu as filmagens. Dezessete anos depois, Coutinho retomou o projeto e voltou à caatinga nordestina para reencontrar seus personagens. Assim, é como se fossem dois filmes: as imagens de 1964, e o destino que foi dado àquelas pessoas depois de quase duas décadas.

A narrativa gira em torno da história do líder camponês João Pedro Teixeira, fundador da Liga Camponesa do Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962 pela Polícia Militar. Conta também a trajetória de sua mulher, Elizabeth Teixeira, que viveu clandestina e exilada por todo esse tempo, vítima das perseguições dos órgãos de repressão do pós-1964.[11]

Ao redesenhar a "grande família comunista nos movimentos culturais dos anos 60", Marcelo Ridenti narrou as origens desse filme. O cineasta Eduardo Coutinho optou por filmar as Ligas Camponesas depois que João Cabral de Mello Neto recusou um projeto de ver em película alguns de seus poemas sociais. Para Ridenti, o filme

> "[...] debruça-se sobre o passado, não só dos protagonistas, mas também do cinema, da cultura e da política brasileira, após quase vinte anos de vigência da ditadura civil-militar, que se encerrava. A intenção do diretor, na versão final, pretende-se crítica em relação à prepotência do CPC e do Cinema Novo acerca do conhecimento do popular, prepotência que estaria subjacente na versão que deveria ter sido concluída em 1964.
> [...] O filme é revelador das contradições das classes médias intelectualizadas, em busca da aproximação do suposto autêntico homem do povo. Contudo, essas contradições passam longe de mera manipulação populista, como sugere uma série de críticas de esquerda, sobretudo nos anos 80, de intelectuais então empolgados com os chamados novos movimentos sociais".[12]

No fim do festival, o filme, com seu resgate da história recente do Brasil, seria aclamado como vencedor. Sua premiação era também um grito: um desejo de confirmar o fim da censura, deixando uma imagem de que já se podia falar, exibir e ver o que se quisesse.

---

[11] *Isto é*, 5/12/1984, pp.32-40.

[12] Ridenti faz uma interessante reflexão sobre o filme tendo como foco as questões que regulavam o CPC, a UNE e as esquerdas nos anos de 1960 à luz dos embates no momento da transposição para as telas de *Cabra marcado* (Ridenti, 2000, pp. 97-99).

Dois anos depois do sucesso de *Cabra marcado*, o III FESTRIO viveria uma situação inusitada. Antes, contudo, é importante destacar que entre o primeiro e o terceiro festivais, temos o ano de 1985. O maranhense José Sarney tomou posse interinamente e, com a morte de Tancredo Neves, tornou-se o novo presidente. O ministério empossado foi o escolhido pelo presidente morto, e o ministro da Justiça era o advogado e deputado federal pernambucano Fernando Lyra (PMDB-PE).

Imbuído do espírito de transformação, o ministro Lyra sentenciou o fim da censura e pôs à frente da Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP), um censor de primeira hora do grupo que chegou à Brasília e que ainda estava na ativa. Era Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, no cargo desde 1961, que substituiu a irascível Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha*. O objetivo de Lyra era desmembrar aquela estrutura e pôr fim à Divisão.

Reforçando uma perspectiva de expurgar antigas marcas, e alterando uma tradição de generais e coronéis no comando do DPF, o presidente José Sarney, e não o ministro Lyra,[13] nomeou, em janeiro de 1986, o delegado federal Romeu Tuma para o cargo. No primeiro grupo de ministros escolhidos por Tancredo Neves, o designado havia sido o coronel, na época já na reserva, Luís Alencar Araripe. Ligado à comunidade de informações, assinalava nenhuma mudança na esfera do DPF.

A trajetória de Tuma pode ser desenhada ao pinçar duas narrativas. A primeira diz que,

> "[...] em 1967 Tuma alcançou o cargo de Delegado de Polícia por concurso público. Entre 1975 e 1983, quando era secretário de Segurança Pública de São Paulo o coronel Erasmo Dias, chefiou o DEOPS de São Paulo. Como diretor do DEOPS contribuiu para o desmantelamento de organizações políticas clandestinas de esquerda que atuavam nos sindicatos, fábricas, universidades e bairros, na época da ditadura militar. Isentou-se, porém, da parte mais delicada da operação que consistia na prisão e confissão, muitas vezes sob tortura, dos militantes de esquerda. Tal tarefa, Tuma, deixava para a *Oban* — ação repressiva vinculada ao II Exército, financiada, em parte, por empresários. Em março de 1983, o governador em exercício de São Paulo, José Maria Marin, extinguiu o DEOPS. No mesmo mês Tuma foi nomeado superintendente da Polícia Federal em São Paulo". [14]

---

[13] Como o DPF é subordinado ao Ministério da Justiça, poderia-se pensar que o delegado Romeu Tuma era uma escolha do ministro Fernando Lyra, o que foi desmentido pelo segundo (entrevista à autora, em 12/12/1998).

[14] *In Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (2ª ed., Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2001). Verbete atualizado.

Uma segunda, bem pessoal, faz parte do livro biográfico sobre o delegado Sérgio Paranhos Fleury, escrito pelo jornalista policial do *Jornal da Tarde*, Percival de Souza. Em depoimento ao jornalista, Tuma, ex-chefe do Serviço Secreto e ex-diretor do DEOPS, diz que começou sua

> "[...] vida na polícia como investigador, já no DOPS. [...] Não tinha uma amizade mais íntima com Fleury. [...] Fomos promovidos juntos à classe especial na carreira de delegado de polícia. Ele me tratava como se houvesse uma competição entre nós. Fiquei sem função alguma na polícia na gestão do governador Franco Montoro. O futuro delegado-geral, Maurício Henrique Guimarães Pereira, ofereceu-me a diretoria do Derin (Departamento de Polícia do Interior). Recusei. Achei que estava condenado ao ostracismo, mas o coronel Moacir Coelho, diretor-geral da Polícia Federal, ofereceu-me a superintendência do órgão em São Paulo. Anos depois, o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel [segundo e último ministro da Justiça no governo Figueiredo] me informou que o presidente José Sarney gostaria de me ver na direção geral. [...] No Ministério da Justiça, em Brasília, o ministro Fernando Lyra me elogiou e disse que havia recebido pressões do professor Michel Temer e do advogado José Carlos Dias para que eu não fosse diretor da Polícia Federal no primeiro governo pós-abertura".[15]

A montagem dessa máquina administrativa e o convite aos profissionais e políticos feito por Tancredo Neves procurava ressaltar nuanças de uma "Nova República" e, assim, dividir fronteiras e memórias. Mas, escorregões aqui e ali explicitaram resquícios de fumaça em antigas fogueiras. A reformulação por que passou o ministério em meados de 1986, deu finalmente ao segundo escalão do governo uma face mais semelhante à do presidente empossado.

A partir de sua nomeação, entretanto, o ministro Fernando Lyra promoveu manifestações públicas para ratificar a inexistência de censura no país. Esses atos de "descensura", como ficaram conhecidos, reuniam intelectuais e políticos. A mais famosa dessas cerimônias ocorreu no dia 29/7/1985, no Teatro Casa Grande, Zona Sul do Rio, templo da resistência contra a ditadura, que decretou o fim da censura.[16] Tem-se, portanto, um enterro, uma morte anunciada em atos públicos. Não há, contudo, alteração de

---

[15] Souza, Percival, *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury* (Rio de Janeiro, Globo, 2000, pp. 59-60).

[16] *Jornal do Brasil*, 29/7/1985, Caderno B, p. 1.

legislação. Não se revogaram decretos e leis; apenas se manifestaram intenções e lhes deram o caráter definitivo de término da censura.

A legislação censória, naquele momento, ainda se baseava em um tripé de números. No entender do jornalista Pompeu de Souza,* esse conjunto era

> "[...] um amontoado de leis, decretos, decretos-lei, portarias e instruções caóticas, caducas e contraditórias, que vão do decreto nº 20.493, de 1946, ao decreto-lei nº 1.077, de 1970, ambos de caráter proibitivo, passando pela jamais aplicada Lei Gama e Silva (Lei nº 5.536, de 1968), liberal e progressista".[17]

Esses números, traduzidos em letras e normas, diziam das possibilidades e das proibições, da tênue fronteira entre obscenidade, pornografia e proteção às famílias — baluarte a ser resguardado e em nome do qual se travavam verdadeiras guerras santas. Mas, esse arcabouço de medidas era, acima de tudo, uma legalidade construída para legitimar desmandos e uma maneira, protetora e sufocante, de preservar e impor moralidades e costumes.

Acima de tudo, as normas legais do pós-1964 foram elaboradas dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, cerceando informações para impor uma imagem de "Brasil Grande". É consagrada a noção de que se a censura fez um serviço para os governos militares, atuou como deseducadora de várias gerações.

O fundamental a sublinhar, neste sentido, era a preocupação dos governos pós-1964 em legalizar suas medidas arbitrárias. Cada ato de exceção, cada norma proibitiva, cada cassação de direitos civis era publicada em *Diário Oficial*. Até quando o desmando era total, com o AI-5, houve a necessidade de uma "legalidade". É no arcabouço legal deste "entulho autoritário" que balizo a reflexão que se segue.

---

[17] *Jornal do Brasil*, 29/7/1985, Caderno B, p. 1.

2.1 O tripé dos números

Ao regular o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) do então Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), editou-se o decreto nº 20.493. Uma das pontas do tripé proposto por Pompeu de Souza, este decreto, de 24/1/1946, foi elaborado e publicado após o fim do Estado Novo. Sua formulação teve o intuito de reestruturar o Serviço de Censura, e administrou as questões da moralidade e dos bons costumes até ser decretado o seu fim pela Constituição de 1988. Ou seja, por 42 anos, um mesmo conjunto de artigos e normas balizou as atividades artísticas e orientou a programação de rádio, cinema, teatro, música e até mesmo da TV, muito embora tenha sido decretado antes do advento deste último veículo.

O decreto nº 20.493 procurou dar nova forma e conteúdo ao direito estatal de regular a liberdade de expressão nesses novos tempos após os desmandos do DIP — Departamento de Informação e Propaganda. E, principalmente, essa norma jurídica objetivou reorientar o Serviço nos moldes da política do governo Dutra (1946-1951). Esta tentativa buscava demarcar rupturas. É interessante sublinhar, no entanto, que um governo eleito pelo povo depois de um longo período ditatorial (1937-1945), refez uma legislação invasiva e centralizadora, como era a que regia o DIP, para, nos ares da liberdade, manter o domínio de outra forma, mas mantendo um conteúdo regulador.

O ato censório por vezes se reveste de um suposto movimento pendular entre o direito à liberdade e o risco do abuso. Esses são os dois marcos a serem preservados, na visão de um Estado democrático. Entretanto, o discurso autoritário, quando quer negar que exerce a censura, também se diz preocupado em garantir o acesso à informação, mas investido de preservador da moral. Partindo dessas duas formas de encarar a censura, pode-se estabelecer a ação do Estado nessa seara em duas frentes: uma, preventiva, outra, repressiva. Uma anterior ao evento, outra de punição ao mesmo. Neste sentido, o

> "[...] poder de Polícia constitui o instrumento de que se vale o Estado para, no cumprimento de sua missão de controle social, garantir a paz, a segurança, a ordem, o desenvolvimento harmônico da sociedade, o respeito

> aos direitos e garantias individuais e a realização do bem-estar da população. É em tal campo que se insere o *direito de censura*".[18]

O grau de violência que o Estado usa para exercer esse "direito de censura", será uma das maneiras de conceituar o tipo e a forma de ação estatal na esfera censória. Nesse momento pós-fim do DIP, por exemplo, o poder público continuou a se atribuir esse "direito", demonstrando permanências dessa intervenção. Isto porque persistiu um certo controle da difusão e classificação da informação entre um período e outro.

O que é fundamental demarcar, e a análise legislativa expõe isto claramente, é que a partir desse momento houve um retorno ao caráter censório das diversões públicas no seu sentido de "moral e bons costumes", sem que se abandonassem as questões policiais e políticas. Claramente, a prática foi a de não desprezar a vigilância às ações da moralidade pública, enfatizando que essas eram uma preocupação do governo.

Para que a trajetória da censura brasileira possa ser percebida, é importante localizar a estrutura burocrática à qual ela esteve vinculada. Dificilmente se pode fazer isso pela via do DPF, que impede o acesso a seus arquivos.[19] Também não existe um Arquivo da Polícia, razão pela qual essa malha administrativa foi estudada pela via da legislação censória e policial. Assim, há que se fazer um mergulho em fontes como a *Coleção de leis do Brasil* e perceber, nos decretos, as alterações que vão sendo montadas.

---

[18] Miranda Rosa, F. A. de, "A censura no Brasil: o direito e a realidade social" (*in* Miranda Rosa, F. A. de, *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 209).

[19] A documentação da DCDP que não foi destruída encontra-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e em Brasília, e está aberta a consulta. O material dos DOPS, órgão também vinculado ao DPF, está sendo aberto por cada estado, sendo que os do Rio de Janeiro e São Paulo são os que apresentam, até aqui, melhores estruturas de consulta.

3. Uma volta no tempo

Para traçar um quadro a respeito do espaço que a Censura ocupou dentro da estrutura policial, há que se fazer um paralelo para perceber os processos de continuidade e ruptura dessa máquina administrativa. Para tal, fez-se um corte temporal e, nesse sentido, escolheu-se limitar a reflexão ao período republicano.

Vale aqui, contudo, uma advertência importante: há sempre uma distância entre o texto legislativo e as práticas adotadas. Por vezes as leis apontam para uma liberdade que não foi praticada. Outras, o escrito impõe uma dura regra e legaliza um arbítrio vivido. Existe ainda a máxima da "lei que pega ou não", que deve ser considerada. Este fosso entre teoria e prática é um dado a ser respeitado, mas não exclui a importância do que foi legislado. Mesmo que não cumprido, aponta para uma intenção, um desejo social e/ou estatal e, portanto, uma face dos direitos a ser contemplada.

Tendo como marco a primeira Constituição republicana, de 1891, e o que esta regulava quanto à liberdade de pensamento, percebe-se que há, naquele texto, uma ampla reflexão quanto ao conceito e uma restrição ao ato de censura. Assim, no seu artigo 72, § 12 da seção de declarações de direitos dos cidadãos brasileiros, lê-se que

> "[...] em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato".[20]

A nova ordem política republicana alterou as práticas policiais e a maneira de fazer censura. Mesmo não se aplicando à imprensa, o controle das informações pelo Estado seria feito em outras searas. Há um avanço nessa Carta, e, apenas a título de observação, a Constituição de 1824, no seu artigo 179, § 4 sentencia que

[20] Brasil, Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações, Brasília, Senado Federal, 1986, p.127.

> "[...] todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometeram no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar" (Brasil, 1986, p. 33).

Faz-se necessário sublinhar o quanto foi liberalizante a Constituição monárquica em relação às imposições do período colonial, assim, como a republicana em relação ao Império. Comparativamente, na Constituição de 1891 a censura não recairia sobre a imprensa e a tribuna. Vale apontar, contudo, que no Império também existiram mecanismos de censura às atividades artísticas.[21] Assim, no quadro de alterações que a República demarcou para adequar as intenções da Carta de 1891 às práticas do cotidiano, em 1900 o Serviço Policial do Distrito Federal, seguindo as normas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), reordenou suas atividades e designou ser de responsabilidade dos delegados de circunscrição,

> "[...] inspecionar as associações públicas de divertimento e recreio, os teatros e espetáculos públicos de qualquer espécie, não só quanto à ordem e moralidade, como também com relação à segurança dos espectadores. [Assim como] presidir aos teatros e demais espetáculos públicos, segundo designação do delegado auxiliar" (Decreto n.º 3.610, de 14/4/1900, *in Coleção de Leis do Brasil*, 1900, vol. I, pp. 439-457).

É importante destacar que no período Republicano se iniciaram as transformações na estrutura policial, que viveu a partir daí quatro décadas de profundas modificações. Ao pensar uma nova ação policial, em todos os níveis, buscou-se perceber, nessa nova engrenagem, o papel dado à censura. Neste sentido, sete anos se passaram até que se determinou ser de competência da 2ª Delegacia Auxiliar estabelecer e policiar a inspeção

---

[21] Acerca da questão censória no século XIX, especificamente as atividades do Conservatório Dramático Brasileiro no período de 1830-60, ver o trabalho de Sônia Salomão Khéde, *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil* (Rio de Janeiro, Codecri, 1981). Este ensaio constitui-se de duas partes: "a primeira, que é o eixo central, estuda a censura teatral no século XIX [...]; a segunda, baseia-se em depoimentos prestados por dramaturgos, escritores, críticos e pessoas ligadas à censura nos últimos 17 anos" (p. 15).

dos divertimentos — teatros, e espetáculos públicos —, não só quanto à ordem e moralidade, mas também em relação aos contratos entre empresários e artistas.

Ficaria a cargo da polícia zelar pela lisura das transações empresarias, além da moralidade dos espetáculos. Toda esta gama de normas e condutas vincula-se, certamente, às transformações urbanas que ocorriam na Capital Federal. A noção de vigilância do conteúdo dos espetáculos, pensada anteriormente no Conservatório Dramático Brasileiro, por exemplo, foi uma questão notória nas três primeiras décadas do século XX; como também a percepção de que era de competência policial conduzir e zelar pelas relações de trabalho no interior dessas casas.

Foi, portanto, na segunda década do século XX que se tem a primeira notícia de censura a um filme nacional. Em 20/1/1912, os jornais estamparam que a fita *A vida de João Cândido*, do diretor Alberto Botelho foi proibida de ser exibida, assim como foi apreendido todo o seu material promocional. Cinco anos antes, o cronista João do Rio chamava a atenção, na sua coluna do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, para a nova febre na cidade: "os cinematógrafos, e que existiam na avenida Central, atual Rio Branco, o Avenida e o Pathé". Entretanto, sublinha o cronista,

> "[...] o carioca é um homem das manias, [...] é variável como o tempo. [...] Na Avenida Central, com entrada paga, há dois, três, e a concorrência é tão grande que a polícia dirige a entrada e fica a gente esperando um tempo infinito na calçada".

Nesse sentido, essa polícia que "nós faz esperar", também não deixou que se assistisse ao documentário sobre o "mestre-sala dos mares", o Almirante Negro. João Cândido era um dos líderes da Revolta da Chibata, ocorrida em novembro de 1910, na baía da Guanabara. Embora anistiados pelo Senado do crime de revolta, ele e centenas de companheiros foram presos logo em seguida e acusados de participarem de uma nova revolta, ocorrida em dezembro daquele ano no Batalhão Naval, localizado na Ilha das Cobras. Contra essa sublevação de fuzileiros, o governo militar de Hermes da Fonseca embarcou mais de quatrocentos homens e mulheres em um cargueiro em direção ao estado do Acre, com ordens de fuzilar em alto mar, na véspera do Natal, os líderes do movimento.

Outros dezoito foram levados para uma solitária na própria ilha; dezesseis morreram asfixiados por cal. Desses, só sobreviveram o "mestre" e um soldado. João Cândido foi levado para um hospício e retornou à Ilha no dia 1° de dezembro de 1912 para ser julgado, com mais dez companheiros. Portanto, a censura ao filme é anterior ao seu julgamento, quando, depois de dois anos de prisão e maus-tratos, foi considerado inocente.[22]

Assim, no plano legislativo, elaborou-se uma série de normas, no fim de 1920, estatuindo um novo regulamento para as casas de diversão e espetáculos públicos (decreto n° 14.529, de 9/12/1920). Foi nesse conjunto de regras que pela primeira vez o termo "censura prévia" apareceu na legislação republicana.

O destaque dado à censura ao texto teatral enfatiza uma preocupação que esteve sempre veiculada a esta forma de arte em função das influências sobre os costumes que este veículo pode exercer. Foi por isso que esta atividade, segundo o governo, deveria ser vigiada pela polícia — o agente executor das medidas restritivas.

O cargo de *censor*, entretanto, só se torna visível na legislação do ano de 1924, quando se fixou o orçamento da União. Determinou-se em quatro o número de censores necessários, mas se afirmou que existiam oito em exercício naquele momento. Deliberou-se, então, por mantê-los até que, por aposentadoria ou desligamento, a quantidade se reduzisse ao estabelecido. No bojo das preocupações de todos esses vinte primeiros anos, novamente percebe-se a demanda por ordenar as atividades das casas de diversões públicas, no sentido de quantificá-las e instituir suas regras de funcionamento.

As normas desses estabelecimentos vinculavam-se a uma licença, emitida pelo Chefe de Polícia, "[...] mediante informações do 2° delegado auxiliar [responsável pela vigilância dessas atividades], após audiência da 4ª delegacia auxiliar[23] e do delegado do distrito sobre os antecedentes e idoneidade da diretoria ou do empresário". Por essas

---

[22] O *Almirante Negro* tornou-se o *Navegante Negro* na música *O Mestre-sala dos mares*, de João Bosco e Aldir Blanc, de1975, por imposição da censura federal. João Cândido morreu em 6 de dezembro de 1969, aos 89 anos, de câncer. Cultuado por parte da esquerda, teve uma simpatia pelo Integralismo e pelo golpe civil-militar de 1964. Jamais conseguiu ser reintegrado à Marinha. Para mais detalhes, ver Nascimento, Álvaro Pereira do, "Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880/1910)", Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1997; e também *Uma introdução à história de João Cândido e da Revolta dos Marinheiros de 1910* (Brasília, Senado Federal, 2000).

[23] "O 4° delegado auxiliar prestará informações diárias ao chefe de Polícia sobre o que interessar à segurança pública, de acordo com suas atribuições, e fornecerá aos demais delegados auxiliares e de distrito, espontaneamente ou por solicitação destes, os esclarecimentos necessários ao serviço de manutenção da ordem, prevenção e repressão de crimes, atendendo também às requisições de agentes de segurança, que lhe forem feitas pelos outros delegados auxiliares para serviços que lhe sejam afetos" (Decreto 15.848, de 20/11/1922, *Coleção de Leis do Brasil*, 1922, vol. IV, pp. 519-20).

medidas, deliberou-se que essas casas de diversão, além de só funcionarem após a licença policial, trabalhariam "exclusivamente de portas abertas, ali tendo ingresso, de dia ou de noite, o chefe de Polícia, delegados auxiliares, censores e autoridades do distrito" (decreto nº 16.590, de 10/9/1924).

É importante destacar este elo entre o trabalho policial e a atividade censória no período republicano. Isso porque as características que esse perfil impõe ajudam a entender quem eram os agentes da censura, bem como estabelecer a origem de uma problemática presente nos anos de 1970. Nesta década, a questão se inscrevia na dificuldade que alguns censores tinham de se identificarem com a carreira policial, já que a de censor conferia um cunho intelectual à função; ou seja, havia a dúvida quanto a onde terminava o censor, com sua atividade "reflexiva" e começava o policial. . Esse fato marcou as dificuldades que os censores tiveram em constituir suas identidades até as décadas mais recentes. Para estabelecer esse perfil, é válido circunscrever o exercício da censura vinculado a uma agência policial formal como a prática corrente no período republicano.

Se na República tem-se a inauguração dessa tradição policial, um contraponto com o período monárquico deve levar em conta o poder que a Igreja detinha neste.[24] Na República a autoridade eclesiástica exerce uma força subliminar e há a sua separação do Estado, porém a possibilidade de cercear continuaria presente até décadas bem contemporâneas. A faceta monárquica da censura foi definida por Khéde (1981), ao estabelecer que

> "[...] a censura teatral exercida, no século XIX, quando foi criado o Conservatório Dramático Brasileiro, demonstrou o controle ideológico da arte pelo recurso da violência simbólica — o corte censório — efetuado por intelectuais destacados na cena cultural. [...] O órgão foi criado com o objetivo básico de 'animar e excitar o talento nacional para os assuntos dramáticos e para as artes acessórias'. Mas logo assumiu o controle censório das peças, tendo como fundamento 'a veneração a nossa Santa Religião — o respeito devido aos Poderes Políticos da Nação e às Autoridades Constituídas — a castidade da língua e aquela parte que é relativa à ortopéia'. No entanto, nem este exemplo declarado de dupla

[24] Quanto ao poder da Igreja nas questões censórias do Brasil colônia e as práticas de leitura no período, ver: Algranti, Leila Mezan, Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI, Unicamp, mimeo; Hansen, João Adolfo, "Leituras coloniais", (*In* Abreu, Márcia (org.), *Leitura, história e história da leitura*, São Paulo, FAPESP/Mercado das Letras, 1999); e Abreu, Márcia, "Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colônia" (*In* Abreu, Márcia (org.), *Leitura, história e história da leitura*, São Paulo, FAPESP/Mercado das Letras, 1999).

> censura, uma vez que o Código Criminal do Império já delegava poderes à polícia para tal exercício, limitou a ação dos censores aos dispositivos legais" (Khedé, 1981, pp. 18-19).

Raízes profundas entrelaçam, portanto, as atividades intelectuais e policiais na ação censória. Seus executores — os censores —, muitas vezes foram intelectuais de renome, como o exemplo de Vinícius de Moraes, censor de cinema durante o Estado Novo.[25] Neste sentido, em determinados momentos tornou-se necessário que seus ocupantes tivessem uma dada formação, muitas vezes de nível superior, nas áreas de humanas, principalmente jornalistas. Suas atuações, entretanto, ficaram circunscritas à esfera da polícia, já que a agência de censura esteve sempre vinculada às atividades de repressão policial. Os censores eram vistos ora como vigilantes de normas impostas, autoridades da caneta vermelha que cortam e impedem o conhecimento, guardiões de uma moralidade imposta e de uma norma preestabelecida, ou, como os que clamavam por uma ação mais dura, que pensavam estar sendo menos autoritários do que deveriam.

Neste sentido, a ação censória espalhou-se pelo tecido social e não pode ser compreendida fora do seu vetor de espaço e tempo. A cada processo histórico tem-se um tipo próprio de censor. No período republicano brasileiro, generalizando, existiram os censores de *carterinha*, pagos pelo Estado. Mas também houve aqueles cidadãos comuns que se imbuíram da função e cobraram cada vez mais rigor nessa seara. Existiu tanto o censor policial, vigilante e repressor, como também aquele que se via como um burocrata.

Retornando às estruturas que começaram a tomar corpo nos anos de 1920, e ratificando a idéia de ser o censor um agente policial, durante a República Velha esta função, subordinada ao 2° delegado auxiliar, encaixou-se em uma rede de articulações vinculadas ao chefe de Polícia. Assim, os companheiros de trabalho do censor foram definidos no mesmo decreto n° 6.590/24, que regulava as atividades das casas de diversão. Este decreto estabeleceu o livre acesso das seguintes autoridades ao espaço dos teatros, compondo o quadro de funcionários correlatos: chefe de Polícia, delegados auxiliares, delegado e comissários do respectivo distrito, suplente encarregado de presidir o

---

[25] No arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV) encontra-se um telegrama, de 21/11/1936, onde Alceu Amoroso Lima agradece ao ministro da Educação e Saúde a nomeação de Vinícius de Moraes como censor (GC/Lima, A. b 0052). Agradeço à Angela de Castro Gomes que me chamou a atenção para esse documento.

espetáculo, censores das casas de diversões públicas, assistente militar do chefe de Polícia, inspetores da 4ª Delegacia Auxiliar, da Guarda Civil e de Veículos, sub-inspetores destas últimas, dos investigadores, autoridades e encarregados de alguma diligência. Este mesmo decreto cita a existência de um "camarote da Polícia" nas casas de espetáculos, que poderia ser ocupado pelo "[...] chefe de Polícia, delegados auxiliares, delegado do distrito, um dos censores, o suplente encarregado de presidir o espetáculo e o assistente militar do chefe de Polícia". Esse "lugar" da censura nos teatros e nas casas de diversão permaneceu até o fim do Estado Novo, com cadeiras na platéia onde se lia, nas costas, a palavra "CENSOR".

As normas do decreto nº 16.590/24 fixaram, portanto, que a nomeação dos censores era um ato do ministro da Justiça e Negócios Interiores após proposta do Chefe de Polícia, o que fazia deste um cargo de confiança. O salário recebido por esta atividade e o quanto ela rendia para os cofres da Polícia refletem uma das razões desse controle. Nesse sentido,

> "**Art. 95**: Os emolumentos da censura de películas cinematográficas e peças teatrais serão pagos adiantadamente, por quem a houver requerido na Tesouraria da Polícia que fornecerá ao interessado uma guia comprobatória desse pagamento, indicando o título da peça ou da película, o número de atos ou de partes e a quantia recebida.
>
> **Parágrafo 1**: Os emolumentos de que trata este artigo serão arbitrados pelo Chefe de Polícia à razão de 10$ por parte de película e 30$ por atos de peça teatral e a censura prevista no parágrafo único do artigo 18 [sociedades carnavalescas] e parágrafo 6º do artigo 30 [trabalho infantil] será arbitrada entre 10$ e 50$000.
>
> **Parágrafo 2**: A renda mensal proveniente dos emolumentos constantes deste artigo será distribuída igualmente entre os censores, depois de descontados pela tesouraria da Polícia 5% que serão aplicados pelo Chefe da Polícia na melhoria do serviço de censura e no pagamento do auxiliar de que trata a parte final do art. 96.
>
> **Art. 96**: O censor mais antigo ficará encarregado das películas cinematográficas, e terá um auxiliar designado pelo Chefe de Polícia para exercer, em comissão, as funções de escriturário da censura prévia, o qual receberá a gratificação mensal de 120$, nos termos do parágrafo 2 do art. 95.
>
> **Art. 97**: Nos termos do art. 2º do decreto nº 4.790, de 2/1/1924, os empresários teatrais são obrigados a apresentar diariamente ao 2º delegado auxiliar ou ao suplente que presidir o espetáculo a autorização do autor ou pessoa em seus direitos sub-rogada, sem a qual não será permitida a representação da peça ou a execução da parte musical

> **Art. 98**: Os censores das casas de diversões públicas usarão distintivo idêntico aos dos delegados de polícia, substituindo os dizeres – 'Segurança Pública' – pelos seguintes: 'Censura Policial'
>
> Tabela de vencimentos dos censores:
> Ordenado ..... 5:600$000
> Gratificação ..... 2:800$000
> Total ..... 8:400$000"[26]

Fica bastante claro, pela fonte legislativa, o quanto, na década de 1920, se priorizou a normatização do espaço público dos divertimentos. Essa regulamentação girava em torno de duas preocupações. Por um lado, censurar gerou dividendos tanto para o censor, como para os cofres do Estado, assim como para a *caixinha* da delegacia. Por outro, a engrenagem da censura ligou-se a uma maquinaria maior, a do próprio Estado, preocupado com a ordem pública.. Em alguns momentos, houve também um componente de preocupação política mais forte, entretanto, não se pode compreender esse instante como de ausência de preocupação política. Ela existiu, mas não era o seu maior problema.

Nesse momento, a ordem social era uma questão policial e também uma preocupação de governo. Estava-se "civilizando a Nação". Em outros instantes, censurar era impor uma ordem ao espaço público que coincidisse com a dura filosofia do poder vigente. Assim, a censura era um instrumento para radicalizar, para tolher a liberdade de expressão e o direito de ir e vir.

Nos anos de 1920, portanto, foram demarcados dois pólos de ação na esfera das políticas públicas: por um lado, como demonstra o decreto acima citado, existiu toda uma regulação da função policial que fazia a vigilância das casas de diversão, regulando a atuação policial nesse setor. Por outro, houve também a preocupação em ordenar as atividades das casas de diversão, pela via da licença policial para o funcionamento do espetáculo — um alvará. Nesse sentido, a polícia, ao distribuir essas licenças, exercia também uma função administrativa que produzia dividendos.

Imbuído desse espírito, o decreto nº 18.527, de 10/12/1928, especificou que requisitos deveria possuir o empresário, ou dono das casas de espetáculos; como deveriam

---

[26] *Coleção de Leis do Brasil*, 1924, vol. III, pp. 161-80.

ser feitos os contratos; que "[...] os artistas não poderão alterar, suprimir, ou acrescentar, nas representações, palavras [...] devidamente aprovadas pela Censura Teatral do Distrito Federal"; e quais seriam as funções da censura nesses estabelecimentos — instituindo um ensaio geral para que o censor pudesse observar a peça e fazer sua avaliação, providenciando então os cortes. Tal prática perdurou até o fim da censura, em 1988, e todo esse aparato, nesse instante de criação, foi vigiado pelo mesmo delegado a quem o censor estava subordinado.

Nesse sentido, pode-se perceber que a década de 1920 foi marcada por essas deliberações de ordem estrutural. Após a Revolução de 1930, novas medidas foram estabelecidas para definir o Serviço Policial no Distrito Federal. Sua organização administrativa, que continuou sob responsabilidade do Chefe de Polícia e vinculado ao MJNI, passou a ser composta:

- ✓ da Chefatura de Polícia;
- ✓ das Delegacias Auxiliares e Distritais, com exceção da 4ª delegacia Auxiliar, que foi extinta;[27]
- ✓ da Diretoria Geral do Expediente e Contabilidade;
- ✓ da Diretoria Geral de Investigações;
- ✓ da Inspetoria Geral de Polícia;
- ✓ da Delegacia Especial de Segurança Pública;
- ✓ da Colônia Correcional dos Dois Rios e;
- ✓ da *Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes* (ênfases minhas).

A Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes responsabiliza-se pelo

> "[...] serviço de censura teatral, publicidade e de comunicações, os serviços de rádio, telefones e telégrafos, os serviços de relação com os Estados, estrangeiro e biblioteca, os serviços de estatísticas e arquivo, os serviços de garagem, oficinas, assistência policial e o serviço de tipografia, com as atribuições que lhe forem conferidas pelos respectivos regulamentos" (Decreto nº 22.332, 10/1/1933).

Neste novo quadro, parece que o lugar da censura se reduz barbaramente. Mas é só uma aparência, pois na verdade ele se dividiria em dois pólos. Um ano depois, em julho de

[27] Extinção aprovada no decreto nº 22.332, 10/1/1933, cf. *Coleção de Leis do Brasil*, 1933, vol. I, pp. 51-57.

1934, o novo regulamento da Polícia Civil do Distrito Federal foi estabelecido. Subordinada à Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes, foi criada a Censura Federal, composta de nove funcionários. Nessa nova estrutura policial, à Inspetoria Geral de Polícia (IGP) cabia

> "[...] inspecionar e fazer inspecionar o policiamento a cargo das Repartições Subordinadas nos navios, embarcações, aeronaves, transportes marítimos em geral, *teatros, espetáculos públicos, divertimentos de qualquer ordem, reuniões públicas em recintos ou em praça pública*, procedendo de moldes e particulares, assim como a segurança e tranqüilidade por todas as formas; expedir ordem à Polícia Especial (PE), na conformidade das ordens que receber do Chefe de Polícia, fiscalizando pessoalmente ou por intermédio do respectivo Chefe, as diligências determinadas e a ação repressora autorizada" (Decreto nº 24.531, 2/7/1934, cap. 3, Art. 22) (ênfases minhas).

Assim, uma era responsável pela censura política e moral dos textos teatrais e a outra faria a censura policial, repressiva e de ação ostensiva. Esse dado é fundamental, porque, a IGP possuía em seus quadros a Polícia Especial, uma espécie de guardas exclusivos do presidente da República. Sua incumbência era controlar "[...] a atividade da Polícia do cais do Porto e da Guarda Noturna, regidas estas por seus regulamentos especiais e subordinando-se, no que lhe for aplicável, à IGP". Ou seja, submetida aos primeiros escalões do governo e com liberdade para agir. Com o fim do Estado Novo, essa polícia foi extinta e alguns de seus membros tornam-se censores.[28]

Esses agentes policiais também agiam como censores quando vinculados à Polícia Especial. Cabia a eles censurar as atividades e manifestações públicas que colocassem em risco a segurança e a ordem públicas. Seu *modus operandi* baseava-se na truculência e no uso da violência o que, certamente, foi levado para suas ações na censura pós-Estado Novo.

É interessante perceber, contudo, as ambigüidades que a temática estabelece. A censura não pode ser percebida e enquadrada de forma única e definitiva, sob o risco de ser

---

[28] O censor Pedro José Chediak concedeu-me uma entrevista e declarou ter feito parte desse quadro que posteriormente foi removido da PE para o SCDP. Mais tarde, dirigiu a censura, no Rio de Janeiro, entre 1959 e 1960 e fez a transferência dessa agência para Brasília. Um outro caso de mesma trajetória é o do censor Augusto da Costa, que foi da PE e também dirigiu a censura, no Rio, na década de 1970. Ele era jogador de futebol, do Vasco da Gama, e foi da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol, em 1950.

engessada e perderem-se as suas múltiplas possibilidades. Um exemplo disso é que, durante o longo primeiro governo Vargas, nas suas diferentes fases, a ação censória foi concebida de várias maneiras. Se a encontramos dividia em duas agências por volta de 1934, ainda no Governo Provisório (1930/1934) a discussão incorporava outros elementos.

Assim, o ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, que ficou menos de um ano no cargo, inaugurou a questão, regulando a censura cinematográfica a partir do decreto nº 21.240, de 4/4/1932. Essa norma reduzia os direitos sobre os filmes impressos e instituía uma caixa para onde iria a taxa recolhida. Seu sucessor, Gustavo Capanema, dois anos depois, refletindo sobre tal iniciativa, fez um balanço do seu sucesso com a seguinte declaração:

> "[...] a censura, a maneira por que se dá em diversos países, deixou de ser apenas policial para ser cultural.
>
> A Comissão, sob a presidência do professor Roquette Pinto, dentro de um espírito de tolerância, necessário à execução de uma lei [...] desempenhou-se de modo satisfatório. Com a taxa cobrada pela Censura, foi custeada a Revista Nacional de Educação, nos seus 19 números, cuja tiragem atingiu a mais de 12 mil exemplares aos pontos mais remotos do território nacional.
>
> Este serviço dever-se-ia ampliar, conforme o plano do professor Roquette Pinto, ao Instituto Brasileiro de Educação Popular, abrangendo além da Revista Nacional de Educação, Rádio, Discoteca, Biblioteca Popular".[29]

No momento em que o ministro Capanema explicitou esse "propósito cultural" da censura, destinando as verbas arrecadadas à difusão do conhecimento, houve também duas agências que se ocupavam da ação censória — Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes e a IGP — regulando o que era permitido ver, ler, saber, e como se manifestar na esfera pública. Uma delas esteve vinculada as práticas da "moralidade e dos bons costumes" e a outra reguladora da ordem pública. Ambas são policiais e políticas. Foi dessa estrutura que veio a verba para a revista.

[29] AG/g 3400.00/2, Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV).

Uma semana depois do decreto de 1934 que dividiu as instâncias da censura, foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, do MJNI, que teve a duração de cinco anos e foi sucedido por um dos importantes órgãos do governo estadonovista, o DIP, instrumento centralizador, coordenador, orientador, supervisor da propaganda nacional — interna e externa —, e fiscalizador, permanente, da circulação de informações dentro e fora do governo. Em consonância com este espírito, o governo Getúlio Vargas outorgou, em novembro de 1937, uma Constituição sensivelmente limitadora da liberdade de pensamento.

A de 1934 era evidentemente de inspiração liberal, o que se evidencia no seu artigo 113, item 9 onde se lê:

> "[...] em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determina. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem pública e social".[30]

Já a de 1937 institucionalizou as normas autoritárias e centralizadoras do Estado Novo. Dura quanto à questão da censura, impõe, no artigo 122, item 15 que:

> "Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos por lei.
> A lei pode prescrever:
>
> **a)** com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;
>
> A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:

---

[30] BRASIL. Constituição. 1986. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.* Brasília, Senado Federal. p.170.

> **b)** nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei".[31]

Para compreender a amplitude das normas proibitivas do período, é importante sublinhar o perfil do DIP, órgão subordinado à Presidência da República. Ao definir suas finalidades, por mais que incentivos e prêmios à cultura estivessem em pauta, a censura e a vigilância foram pontos fundamentais de sua ação. Assim,

> "**Art. 2**: O DIP tem por fim:
> [...]
> **c)** fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;
> [...]
> **m)** proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;
> [...]
> **p)** autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para a imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos;
>
> **Art. 14**: Ficam transferidas para o DIP as atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas, ora conferidas à Polícia Civil do Distrito Federal e a que se refere o capítulo V do Decreto n.° 24.531, de 2/7/1934.
>
> **Parágrafo único**: Ficam incorporadas ao Quadro do DIP, a que se refere o artigo 18, deste decreto-lei, a carreira de **Censor** e um cargo de **Censor** - Padrão J, do Quadro I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
>
> **Art. 15**: Ficam transferidos para o Quadro do DIP, os cargos e funções gratificadas do Quadro I, do MJNI, que atendiam ao extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.
>
> **Art. 16**: Fica extinta a Comissão de Censura Cinematográfica, passando suas atribuições à alçada do DIP."[32]

---

[31] BRASIL. Constituição. 1986. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.* Brasília, Senado Federal. pp. 214-215.

[32] Decreto-lei nº 1.915, 27/12/1939 (*LEX*, 1939, pp. 666-73).

Semelhantes às notas de censura às redações de jornal dos anos de 1970, esse período também tinha os seus assuntos proibidos.[33] Diferente do Estado Novo, que tem no DIP uma repartição pública claramente destinada à censura política, nos anos do pós-1964 essa ação era mais subliminar. É importante sublinhar que tanto o DIP, como a agência censória da última ditadura brasileira estiveram vinculadas diretamente ao Ministério da Justiça. Assim, há que se destacar que foi no âmbito do primeiro escalão do governo que nasceram as diretrizes do proibido, e na esfera policial a execução dessas ordens.

Ao determinar suas atribuições, no processo de fixar cargos e funções, o relatório do Departamento de Administração e Serviço Público (DASP) de 1939, indicou que existiam oito censores vinculados ao DIP. Caberia a eles,

> " **Cap. III, Art. 6**:
> À Divisão de Divulgação compete:
> [...]
> **b)** interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;
> **c)** combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional
>
> **Art. 7**: À Divisão de Radiodifusão compete:
> [...]
> **c)** fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas
>
> **Art. 8**: À Divisão de Cinema e Teatro compete:
> [...]
> **c)** censurar os filmes, fornecendo certificado de aprovação após sua projeção perante os censores da DCT;
> **d)** proibir a exibição em público de filmes sem certificado de aprovação da DCT;
> **e)** publicar, no "Diário Oficial", a redação dos filmes censurados, suas características e o resumo do julgamento da DCT;
> **f)** censurar previamente e autorizar ou interditar:
> as representações de peças teatrais em todo o território nacional;
>
> **Art. 10**: À Divisão de Imprensa compete:
> O exercício da censura à imprensa, quando a esta for cominada semelhante medida".[34]

---

[33] Uma compilação dos itens proibidos, entre janeiro de 1943 e fevereiro de 1945, encontra-se no livro de David Nasser (*A revolução dos covardes*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1947), e farão um contraponto quando analisar os *bilhetinhos* da censura dos anos de 1970.

[34] Decreto-lei 5.077, 29/12/1939 (*LEX*, 1939, pp. 573-699).

Tendo, por um lado, o controle rígido do censor nas redações e, por outro, o poder de registro dos jornais e revistas além da fiscalização sobre a liberação do papel destinado à imprensa, o governo detinha nas suas mãos o poder sobre o que se poderia ver impresso na leitura matinal. Esses aspectos foram legislados, respectivamente, em dois momentos, em dezembro de 1939 (decreto-lei n.º 1.938), e fevereiro de 1940 (decreto-lei n.º 2.101).

Centralizada nas atividades do DIP, a organização da censura, aparentemente, nada sofreu quando em março de 1944 reformula-se a Polícia Civil do Distrito Federal, transformando-a em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), sempre vinculado ao MJNI. Compunha o DFSP, entre outras, as Delegacias de Jogos e Diversões (DJD), e a Polícia Especial. É interessante sublinhar que as atividades da DJD não conflitavam com as do DIP, quanto aos atos censórios. Ou seja, não havia, por parte do DIP, uma preocupação com a vigilância do cotidiano, com a noção de ordem pública.

Antes do fim do governo Vargas, em outubro de 1945, extinguiu-se o DIP e criou-se o Departamento Nacional de Informações (DNI), subordinado ao MJNI. No âmbito de suas atribuições, duas ocupações anteriormente feitas pelo DIP: a) censura ao teatro, cinema, atividades recreativas e esportivas, radiodifusão, literatura social e imprensa;[35] e b) a autorização para a concessão de favores aduaneiros para importar papel de imprensa e o controle de registro de jornais e periódicos.

Desvinculado das funções censórias repressivas e políticas, havia um órgão específico para as questões da diversão e dos costumes, o DJD, que percebia a censura como de domínio da polícia — no sentido de assegurar a moral e ordem públicas. Assim, a censura continuava bipolarizada e ligada a um departamento de informações, o DNI, e a uma delegacia de costumes e diversões do DFSP.

O DNI, entretanto, teve vida breve, terminando ainda no primeiro ano do governo Dutra, em setembro de 1946. Antes disso, em dezembro de 1945, cria-se o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), uma agência policial vinculada ao DFSP, cujas funções eram anteriormente exercidas pela divisão de cinema e teatro do DNI. Suas atribuições foram definidas no início de 1946, com a edição do decreto nº 20.493, de 1946,

[35] Cita-se como base legal dessa função um decreto-lei de 1932 (o de nº 21.111, de 1/3/1932).

a primeira ponta do tripé apontado por Pompeu de Souza.[36] Por esse prisma, a Constituição de 1946 tentava reverter a ação censória da Carta de 1934.Assim, a questão censória em 1946, no seu artigo 141, parágrafo 5 determina que:

> "[...] é livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos termos que a lei presceitar [*sic*], pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe".[37]

Vivia-se ainda sob o impacto causado pela Segunda Guerra, o que pode explicar o por que da última frase deste artigo: o receio do ressurgimento da ideologia nazi-fascista.

Os primeiros meses de 1946 foram marcados tanto por esperanças de mudanças, como por atos restritivos. Esse fechamento parecia destoar de um governo que miticamente apregoava a democracia, ou o retorno a legalidade. Assim, o general Eurico Dutra, ministro da Guerra entre 1936/45 no governo Vargas, foi eleito presidente em uma coligação PSD/PTB. Três dias depois de sua posse, em 2 de fevereiro de 1946, instalou-se a Assembléia Nacional Constituinte, tendo quinze deputados do PCB em plenário.

O desejo era elaborar uma Constituição que suprimisse tanto os "desmandos do Estado Novo", como espelhasse as idéias de liberdade que o país teria ajudado a forjar quando lutou ao lado dos Aliados. Pouco mais de um mês depois do início dos trabalhos, o PCB foi novamente colocado na clandestinidade, após denúncias de que seria antidemocrático e recebia auxílio da URSS.[38] A nova Constituição, promulgada no início de outubro, se autodefinia como "de espírito democrático e restabelecendo a independência dos três poderes e as eleições livres em todos os níveis".

---

[36] Esse decreto torna-se importante pois legislou sobre as questões censórias a partir daí até o fim, em 1988. Todos os pareceres da censura baseavam-se em seus dispositivos.

[37] BRASIL. Constituição. 1986. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.* Brasília, Senado Federal. p. 286.

[38] Acerca da política de "União Nacional", do papel do PCB nesse momento e do seu retorno a clandestinidade, ver: PANDOLFI, Dulce. 1995. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará (principalmente o capítulo VII).

Em 30 de abril, Dutra decreta o fim dos cassinos e proíbe o jogo. Com este pano de fundo, as alterações e o estabelecimento do decreto nº 20.493/46, e sua preocupação com a vigilância à "moral e bons costumes", une as duas pernas da censura e a subordina a uma polícia federal. Durante esse processo de ajustes legais, extingue-se a Polícia Especial, e os ex-agentes repressores desse serviço tornaram-se censores. Uma explicação para essa transferência referia-se ao fato de terem exercido a censura política durante o Estado Novo e, assim, se sentiam identificados com essa agência.

Se num primeiro momento toda essa legislação pós-1945 parece refletir os novos ares da democracia, antigas estruturas ainda estão sendo realocadas. Ao que tudo indica, a censura voltava a zelar pela "moral e bons costumes" e seria também um caso de polícia, objetivando retirar qualquer vestígio de ações políticas nas atividades censórias.

O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), ligado ao DFSP, deveria cuidar da moralidade dos costumes. Contudo, um paradoxo se estabeleceu logo de início, já que parte dos seus agentes, oriundos da Polícia Especial, traziam uma outra experiência e uma outra percepção sobre o seu papel e, principalmente, acerca da atuação da censura. As feições que este grupo de censores deu ao Serviço marcaram profundamente a estrutura e a atuação desse trabalho. A visão que parte desse grupo tinha da censura, um exercício de repressão policial, permitiu, mais tarde, uma união deste órgão com o DOPS nas batidas tanto nos *aparelhos*, como nas redações dos jornais. Nesse sentido, os conceitos que criaram o SCDP no pós-1945, perduraram até 1988.

Nessa direção, é importante, mais uma vez, sublinhar a bipolaridade da censura — vinculada ao DIP e depois ao DNI, ao mesmo tempo que também exercida pelo DFSP. A existência de corpos polares com diferentes maneiras de agir em um mesmo organismo, e que de certa forma estabeleceram uma "harmonia" na ação, jamais perderia suas características.

Assim, por mais que o decreto nº 20.493, de 1946, queira inaugurar uma nova fase, resquícios como a censura prévia lá ainda permanecem. Difícil, portanto, seria mudar as diretrizes censórias ou mesmo extingui-la, pela via formal, já que possuía raízes profundas na nossa cultura. Corroborando essa perspectiva, em maio de 1948, o decreto nº 24.911, de 6/5/1948, busca normatizar o instrumento perverso ao indicar que

> "**Art. 134**: O Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores poderá autorizar a assistência aos trabalhos de *censura prévia, em caráter permanente ou ocasional, e representantes de entidades especializadas, e de fins educativos ou morais, interessadas na elevação do nível dos espetáculos públicos*, sem ônus para o Tesouro, e sem que isto importe em qualquer intervenção nos trabalhos da censura.
>
> **Parágrafo único**: A Secretaria do SCDP comunicará, com a devida antecedência, às entidades de que trata este artigo, o horário e local das exibições e dos ensaios gerais" (ênfases minhas).

Arcaico, ou ainda atrelado a influências pouco democráticas, o decreto nº 20.493/46 é a primeira ponta do tripé para se traçar o quadro legislativo censório do pós-1964. O recuo no tempo, feito até aqui, objetivou compreendê-lo, buscando suas origens. Para o jornalista Pompeu de Souza, o nº 20.493 era um dos marcos para se perceber como a censura se valia de uma legislação "obsoleta", e como essa foi amplamente exercida no pós-1964, que nasceu baseada em um decreto de 1946. Como se pode perceber, esse ainda teve muita serventia, já que se encaixou como uma luva na ação censória. Mas, o decreto de 1946 não pode ser lido em separado e o trajeto legislativo refeito aqui tentou circunscrever essa questão. Há que se continuar no caminho, para se estabelecer a correlação das outras duas pontas do tripé.

4. Uma volta ao tripé

A partir do quadro traçado, da perspectiva de meio século de estrutura censória no Brasil, compreende-se a importância do decreto nº 20.493/46, composto de 136 artigos, divididos em 13 capítulos, que perfilava condutas e dispunha sobre: o funcionamento interno do SCDP; a censura prévia; o cinema; o teatro e as diversões públicas; a radiofonia; os programas; as empresas; os artistas; o trabalho de menores; o direito autoral; a fiscalização; as infrações e as penalidades. Foi esse decreto que justificou a grande maioria dos pareceres dos censores até 1988. Enorme e tentacular, era capaz de dar conta de cada diferente veto. Todos os censores que entrevistei o sabiam de cor e o citavam no artigo ou parágrafo adequado a cada situação. Difícil é lidar com a perspectiva de que feito em um período de redemocratização, justificou proibições ditatoriais.

Continuando o raciocínio baseado no tripé, proposto por Pompeu de Souza, as outras duas pontas do vértice são de elaboração mais recente e de uma mesma circunstância política. Se estas poderiam se fechar em si, fazendo um conjunto de "leitura harmoniosa", é interessante pensar como podem se entrelaçar com a outra ponta...

Entre as demarcações de 1946 e os atos do pós-1964, contudo, há que se apreender esse curto período democrático brasileiro — os governos Dutra (1946-51), Vargas (1951-54)/Café Filho (1954-55), JK (1956-61) e Jânio/Jango (1961-64). De 1946 a 1963, o censor ganhou cada vez mais visibilidade em seu trabalho e esteve sempre a postos nos teatros, clubes, circos e qualquer outra casa de diversão. Para garantir o cumprimento do seu trabalho, a partir de 1952, na segunda gestão de Vargas, deveriam ser remetidos ao SCDP, nos dez primeiros dias de cada ano, dois ingressos de acesso permanente do chefe do serviço e de seus censores aos estabelecimentos. Assegurando o desempenho da função, esses bilhetes "devem ser nas três primeiras filas da platéia em posição de visibilidade e audição" (decreto nº 30.795, de 30/4/1952).

Em janeiro de 1956, o *Diário Oficial*, publicou a Portaria nº 2, "autorizando o Serviço de Censura de Diversões a exercer a censura prévia das exibições de televisão". Esta foi assinada tanto pelo chefe da Censura, tenente-coronel João Alberto da Rocha

Franco, como pelo chefe de Polícia, general Augusto da Cunha Maggessi Pereira demonstrando que o expediente de censurar previamente esteve também presente em períodos democráticos. O exercício da censura ainda não possuía uma visão classificatória da programação. Cortavam-se os "excessos".

Seis anos depois dessa Portaria, o então primeiro-ministro Tancredo Neves e o ministro da Justiça Alfredo Nasser ratificam que qualquer programa artístico dependeria da aprovação do Serviço de Censura, que não iria "classificar o melhor horário de exibição e sim garantir pela moralidade social frente a qualquer abuso do espetáculo".

Se o período anterior a 1964 circunscreve a questão censória ao decreto nº 20.493, logo nos primeiros meses do governo Castelo Branco, em novembro de 1964, reorganizou-se o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Continuou sendo função deste departamento a censura das diversões públicas, com ênfase especial nos filmes. No organograma burocrático, a estrutura, que não se alterou até 1988, era a seguinte:[39]

Presidência da República
↓
Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI)
↓
Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)
(a partir de 1967, Departamento de Polícia Federal)
↓
Polícia Federal de Segurança ↓
(desaparece em 1967)
↓ Superintendências Regionais da PF
↓
Censura Federal
↓
Censurais Estaduais

Tendo esse desenho em perspectiva, as duas outras pontas do tripé, os dois outros marcos da censura, são frutos do pós-1968 e poderiam trazer em si o traço autoritário do período de maneira cabal. Porém, não foi bem desta forma que aconteceu. Uma dessas leis, ou a segunda ponta do vértice, foi escrita de uma maneira pretensiosamente liberal, e

[39] No *Apêndice* do capítulo 3 existem organogramas das ramificações internas do DCDP.

executada em um momento de arbítrio político. Elaborada nos últimos meses do governo Costa e Silva (1967-1969), expõe bem os dilemas daquele período.

Para entender essa ambigüidade, é preciso situar a questão no tempo. Assim, menos de um mês antes do AI-5, o então ministro da Justiça Gama e Silva,* editou uma lei, a de nº 5.536, de 21/11/1968, que dispôs sobre as novas regras de censura às obras teatrais e cinematográficas. Revolucionando conceitos, no seu artigo primeiro a lei sentenciou que a censura das peças teatrais seria classificatória. Um pouco mais adiante, mesmo proibindo quaisquer cortes aos textos, abre uma brecha a esse avanço: desde que não atentem "contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático, [...] [ou] incentive a luta de classes".

Esse instrumento jurídico também refletiu sobre o executor das medidas censórias — o censor. Assim refez planos de carreira e estipulou que para exercer tal cargo era indispensável que se apresentasse o "diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia".[40] Regra que não se alterou até a extinção da carreira, decretada pela Constituição de 1988.

Talvez o principal artigo dessa lei seja o de número 15, que criou o Conselho Superior de Censura (CSC), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça. Essa norma, e principalmente o dispositivo do CSC, deram a esse recurso jurídico um caráter liberal e progressista, sublinhados pelo senador Pompeu de Souza, mas que nunca foi utilizado na sua plenitude máxima. A ambigüidade de sua proposta no momento vivido poderia confundir, mas é facilmente explicável, pois, como ironizava Millôr Fernandes, "se é de censura, não pode ser superior".

A lei de nº 5.536/68 tem algo de avançado — no sentido de propor algo transformador —, já que sugere a institucionalização de uma instância de recurso. O CSC, subordinado ao ministro da Justiça, é composto por 16 membros — sete deles ligados ao governo (Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, das Comunicações; Conselho

---

[40] Menos de um ano depois dessa norma, o decreto-lei 972, de 17/10/1969, que regulou o exercício da profissão de jornalista, no seu artigo 7° confirma "não haver incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e de qualquer outra função remunerada, ainda que pública, respeitada a proibição de acumular cargos e as demais restrições da lei". Essa brecha jurídica, somada a uma prática de os jornalistas terem empregos públicos como forma de se proteger um

Federal de Cultura, de Educação; Serviço Nacional de Teatro; Instituto Nacional de Cinema e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), e nove ligados à sociedade civil (Academia Brasileira de Letras; Associação Brasileira de Imprensa, dos Autores Teatrais, dos Autores de Filmes, dos Produtores Cinematográficos, dos Artistas e Técnicos em espetáculos de Diversão Pública, dos Autores de Radiodifusão). Este conselho tinha por competência

> "[...] rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, proferidas pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-se à aprovação do Ministério da Justiça" (art. 17).

As medidas contidas nessa lei apontavam para um quadro liberal, que infelizmente não se desenhou. Estabelecia um fórum intermediário entre a decisão da DCDP, apoiada pelo DPF, e o ministro da Justiça. Essa arena teria ainda uma maioria composta fora dos quadros do governo. Então, em tese, era perfeita. Mas, poucos dias depois, foi decretado o AI-5 e o endurecimento tanto das políticas de Estado, como das normas de censura se tornariam claramente visíveis.

O CSC esteve sempre em pauta, mas só foi institucionalizado no bojo da decretação da Anistia, em 1979. Elaborado em 1968, só foi implementado mais de uma década depois.[41] Há que se sublinhar as diferenças de panorama no qual foi criado, em 1968, e o período de sua formalização. Quando passou a existir, dois complicadores lhe foram imputados, e estes despontaram durante o seu curto período de existência.

Por um lado, se o Conselho possuía uma maioria de componentes fora dos quadros do governo, o artigo 18 da lei estabelecia que da "decisão não unânime do Conselho Superior de Censura caberá recurso ao Ministro Justiça". Ou seja, a deliberação do Conselho não era soberana em uma maioria simples. Tal dificuldade gerou um grande número de embates, pois era quase impossível que tantas opiniões concordassem e uma só voz destoante quebrasse essa harmonia tênue.

---

pouco da instável carreira, explica e justifica a existência de jornalistas exercendo suas funções em concomitância ao exercício de cargos públicos.

[41] O decreto 83.973/1979 regularizou a ação do CSC.

Por outro lado, se a lei nº 5.536/68 indica uma porta sem abri-la, o artigo 3° impõe uma interessante reflexão:

> "[...] para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza, levar-se-á em conta *não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decoro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou às religiões ou ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes"* (ênfases minhas).

Aproximadamente um ano e meio antes dessa lei ser promulgada, em 9/2/1967, editou-se uma outra, a de nº 5.250, a Lei de Imprensa. No instante de sua edição, pré-AI-5, o dispositivo que desejava regular a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, no seu artigo 1°, reza que

> "[...] é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer".

E continua no parágrafo 2:

> "[...] o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela medida".

Mesmo não havendo um decreto oficial de estado de sítio, até porque o governo pós-AI-5 desejou construir uma auto-imagem que negasse a existência de situações arbitrárias, dessa ausência de um estado de direito, ocorreu tudo o que o parágrafo dois

estabelecia. Assim, para muitos juristas, o AI-5 foi uma decretação não oficial de estado de sítio.[42]

A pretensa liberdade contida na lei nº 5.536/68 e o momento posterior à sua decretação, fez com que não vingasse o que nela existia de mais transformador, no pós-1968, por razões óbvias. Por isto, o decreto de 1946 pareceu muito mais adequado aos pareceres dos censores. Entretanto, existe algo na lei nº 5.536/68, principalmente no seu artigo 3º, acima citado, que expõe as dúvidas presentes, como também foi motivo de preocupação do governo e do ministro da Justiça, no pós-AI-5. Uma brecha para a possível aplicação da censura foi explicitada no artigo acima, definindo muito bem a sua atuação no pós-1968.

Assim, a censura, também nesse momento, esteve dividida em duas instâncias: uma se aplicava à diversão, outra à imprensa, ambas com cunho político, contudo, a primeira encoberta nas preocupações da "moral e bons costumes". O órgão fiscalizador da imprensa tinha um caráter secreto, fora do organograma tanto da Polícia Federal, quanto do Ministério da Justiça.

Nessa direção, o artigo acima, ao dizer que nenhuma manifestação poderia ser contrária às questões de política e segurança da nação, como também aos elementos de moral e bons costumes, expõe que a censura, nesse momento, era percebida *sempre* como um ato político, e não restrito apenas ao universo das diversões públicas. Tudo — do livro ao filme, do jornal à música, do teatro ao carnaval —, era objeto de censura.

Censurar, portanto, é um ato político em qualquer esfera ou momento de sua utilização. Com graus de ingerência maiores ou menores, esse ponto é fundamental para compreender os mecanismos estabelecidos no pós-AI-5.

A partir dessas primeiras intervenções do ministro Gama e Silva na seara da censura, nota-se a preparação de um terreno legal para ações que viriam mais adiante. O importante a destacar é que os governos civil-militares no Brasil se preocuparam muito em reforçar o poder do Judiciário, dando aparência e conteúdo legais ao arbítrio.

---

[42] Acerca da propaganda do período civil-militar, em especial sobre a criação e atuação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), ver: Fico, Carlos, Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no brasil (1969/1977) (Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1996).

Em um artigo para a revista *Veja* ("Elogio do bacharelismo", 17/2/1999, p. 16), Luiz Felipe Alencastro, ao sublinhar o desproporcional peso que as equipes econômicas tiveram no governo federal desde o governo JK, influência, certamente, do violento processo industrial dos anos de 1950, comenta:

> "[...] a anormalidade veio em seguida, com a ditadura, quando as equipes econômicas se juntaram aos cartéis privados e estatais para impor sua lei de ferro ao governo federal, aos Estados e à sociedade. Violências e atos institucionais demoliram o que restava do arcabouço constitucional republicano. Rompeu-se a tradição da preeminência da norma jurídica que fazia do direito o elemento constitutivo da vida política. Tradição que os juristas da UDN haviam ajudado a incorporar à Constituição de 1946 como defesa contra a reedição das arbitrariedades perpetradas no Estado Novo".

A "quebra de tradições jurídicas" teve parte de seu sucesso garantido também pela legalidade forjada no pós-1968. Os exemplos são tristes, como os dos ministros Gama e Silva e Alfredo Buzaid, que construíram instrumentos jurídicos autoritários nos governos do pós-1964 e 1968. Uma imagem distorcida poderia conferir ao ministro da Justiça do último governo militar, Petrônio Portella, uma direção oposta. Por essas lentes fora de foco, sua gestão foi um resgate do verdadeiro *locus* de atuação do Ministério da Justiça. Portella foi um ministro de curta, mas marcante atuação, já que na sua gestão foi assinada a Anistia política recíproca.

Com todas as ressalvas que uma Anistia desse porte pode receber, nas reflexões de Kucinski (2001, p. 29), o processo de sua implementação, de forma "lenta, gradativa e segura" *proposto* por Geisel, e ratificado no governo Figueiredo, exprimia o caráter controlador daquele governo. Nele, o processo deveria ser "[...] de cima pra baixo, e que nunca escapasse ao controle dos que o propunham". Assim, o ministro Portella "coroava" a sua vida política dando continuidade aos trabalhos que desenvolveu como presidente do Senado na gestão Geisel. Portanto, a pasta da Justiça ainda mantinha o seu atrelamento às necessidades do regime.[43]

---

[43] Aqui vale a referência à Missão Portella, nas vésperas da decretação do Pacote de Abril, em 2/4/1977, quando o Congresso foi fechado. A missão teve por objetivo caracterizar uma intransigência do MDB frente às reformas do Judiciário, e, assim, promover a "cirurgia política" que o pacote implementou para a manutenção do regime.

Nas seara da censura, a ação do ministério da Justiça significou que, em última instância, era esse Ministério que centralizava a sua atuação, tanto no Estado Novo, como no pós-1964. Dividido entre a atuação policial e as agências de inteligência e informação, o período militar tinha no Ministério da Justiça uma atuação também de cunho policialesca. As lentes desfocadas veriam na curta atuação de Portella, com a implementação do CSC, uma inverídica reversão desse papel.

A diferença entre esses dois momentos foi pontuada também por Alencastro, lembrando que na ditadura varguista

> "[...] surgiu um patamar mais avançado no processo repressivo, porém, predominavam as operações de polícia, sem envolvimento direto do Exército. Operações que não chegaram a se generalizar.
> [...] 1964 quebra o ascenso da esquerda, mas também esfrangalha a conciliação das elites. [...] O AI-5 derruba o padrão evolutivo plantado desde a independência pelos herdeiros do despotismo ilustrado pombalino. Este padrão pressupunha um espraiamento progressivo das liberdades reservadas à burocracia do Império e às oligarquias. [...] A 'evolução civilizadora' foi rompida por elites que enveredaram pela barbárie".[44]

Assim, o desenrolar dos acontecimentos nos levam de volta ao AI-5, em 13/12/1968, quando se estabeleceu o recesso do Congresso, a suspensão dos direitos políticos, a proibição das manifestações públicas, e a suspensão dos *habeas corpus*. Esse endurecimento do regime obviamente mobilizou as ações de censura, que serviram de base para a concretização dessa força dura sobre o corpo social. Há que se ter em mente, contudo, que tanto a lei nº 5.536/68, como o AI-5, expõem uma legislação em andamento. O arcabouço legal para as questões censórias ainda não estava pronto em fins de 1968, muito embora a ausência desse aparato legal completo não tenha impedido que os atos censórios tenham ocorrido logo nesse instante.[45]

---

[44] Alencastro, Luiz Felipe de, "1964: por quem dobram os sinos" (*in* Teles, Janaína (org.), *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*, São Paulo, Humanitas/FFLCH, 2000, publicado inicialmente na *Folha de S. Paulo*, 20/5/1994).

[45] O jornal *O Estado de S. Paulo* começa a receber censura na véspera do AI-5, como expôs o jornalista Oliveiros S. Ferreira (entrevista à autora, em 17/6 e 30/9/1997).

No próprio dia 13/12/1968, as imprensas carioca e paulista receberam o seguinte "manual de comportamento":[46]

Manual distribuído no Rio de Janeiro

1. " Objetivos da censura:

a) obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa a consolidação da democracia.
b) evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas que possam vir a trazer intranqüilidade ao povo em geral.

2. Normas:

a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:

- propiciar o incitamento à luta de classes
- desmoralizar o governo e as instituições
- veicular críticas aos atos institucionais
- veicular críticas aos atos complementares
- comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil
- veicular declarações, opiniões ou citações de cassados ou seus porta-vozes
- tumultuar os setores comerciais, financeiro e de produção
- estabelecer a desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública
- veicular notícias estudantis de natureza política
- veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários

4. Prescrições diversas

a) a infração das normas do nº 3 implica a aplicação das sanções previstas em lei.
b) os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa.
c) as presentes instruções entram em vigor no ato do recebimento, revogando-se as disposições em contrário.

Ass.: General de Brigada César Montagna de Souza"

***

[46] Estas notas, publicadas pelo jornal *Resistência*, em 21/1/1969, foram cedidas a mim pelo jornalista Élio Gaspari. No original me entregue não havia o item 3.

Manual distribuído em São Paulo

1) "Manter o respeito à Revolução de 1964;
2) Não permitir notícias referentes a movimentos de padres e assuntos políticos referentes aos mesmos;
3) Não comentar problemas estudantis;
4) Não permitir críticas aos Ato Institucionais, às autoridades e às FFAA;
5) As notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos consumados;
6) Não permitir informações falsas, supostas, dúbias ou vagas;
7) Não permitir notícias sobre movimentos operários e greves;
8) Não permitir aos cassados escrever sobre política
9) Não publicar os nomes dos cassados a fim de não colocá-los em evidência, mesmo quando se trate de reuniões sociais, batizados, banquetes, festas de formatura. A prisão dos cassados poderá ser noticiada, desde que confirmada oficialmente;
10) Não publicar notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado.

Ass.: General Silvio Correia de Andrade[*]"

É importante ressaltar que o processo de elaboração e publicação do AI-5 aconteceu durante o desenrolar da crise do governo Costa e Silva. Com a doença do presidente, surgiram a iminência da sucessão e, principalmente, as articulações políticas da "linha dura" — que elaborou aquele Ato Institucional —, para ocupar a cena mestra do palco. Poucos meses depois do AI-5, estabeleceu-se a Lei de Segurança Nacional, que no seu artigo 39 decretou,

> **I.** " a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como [...] cinema [...], como veículo de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária
>
> Pena: Detenção de 1 a 4 anos
>
> **Art. 42**: É punível a tentativa, inclusive os atos preparatórios, com um ou dois terços da pena prevista para o crime consumado" (decreto-lei 510, de 21/3/1969)".

Sete meses se passaram entre esse ato legislativo e os últimos dias do governo Costa e Silva quando, em 17/10/1969, decretou-se a Emenda Constitucional nº 1, que no seu artigo 8, letra "C", dizia ser de competência da União organizar e manter a Polícia Federal com a finalidade de "apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União"; e na letra "D", regulou que seria função desta Polícia promover a censura de diversões públicas. Desde a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, foi esse o primeiro momento em que se expõe, com clareza, o *locus* da centralidade do poder de polícia e, mais uma vez, a censura faria parte das suas atribuições. Esta mesma Emenda, no artigo 153, parágrafo 8 decreta que

> "É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informações independente de censura, *salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e bons costumes*" (ênfases minhas).

Os fatos posteriores demonstraram que um abismo havia sido aberto entre o texto da lei e as práticas de censura. Neste sentido, muitas vezes se notou um rearranjo das normas jurídicas que dessem legitimidade ao ato autoritário.

Continuando com a esquizofrenia das ações, o parágrafo 9 deste mesmo artigo garantia o segredo dos documentos pessoais, ao dizer que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas". Mas, como se habitava um mundo de ausência de garantias, dois artigos à frente, no de número 155, lê-se que o presidente da República pode decretar estado de sítio se entender que há uma grave perturbação da ordem ou ameaça de sua inversão. E esse mesmo artigo, no parágrafo 2,

letra "E", diz que o estado de sítio autoriza "a censura da correspondência, da Imprensa, das telecomunicações e diversões públicas".[47]

Mesmo não havendo a decretação formal de estado de sítio no Brasil pós-1964, houve a censura da Imprensa, das diversões públicas e a violação da correspondência.[48] A estratégia montada demonstra a colaboração da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) com os órgãos de repressão, que para tal criou a Assessoria de Segurança e Informações Regionais (ASIR)[49] instalada nas sedes da empresa por todo o país.[50]

Dentre as atividades da ASIR, entre dezembro de 1971 e janeiro de 1973, a ECT remeteu ao DEOPS de São Paulo uma correspondência de vasto material impresso (jornais, livros e revistas) apreendido. Esse foi catalogado por data de procedência e postagem, e endereço do remetente e do destinatário. O documento enviado ao DEOPS se refere à circular secreta 002/66 e ao processo 37731/64/SP, não encontrados, mas supõe-se que esses autorizassem a abertura de correspondência tida como suspeita no território nacional.[51]

---

[47] O artigo 19 dessa mesma Emenda decreta que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir imposto sobre o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão". Prática utilizada durante o Estado Novo, as pressões dali para frente serão de outra ordem, já que, como demonstrou Gisela Taschner em *Folhas ao vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* (São Paulo, Paz e Terra, 1992), a atuação do poder econômico do governo, muitas vezes o grande agente publicitário do órgão de imprensa, redefine atuações e prioridades na hora de se publicar.

[48] Como hipótese de reflexão, o AI-5 possa ser considerado como a imposição de um estado de sítio. Para ser decretado, entretanto, precisava da ratificação do Congresso, que estava fechado. É oportuno pensar, contudo, que o AI-5 é anterior a essa Emenda Constitucional. Se aos olhos de hoje pode ser compreendido como um "estado de sítio", nunca foi assim nomeado pelo governo que o concebeu, sempre tão preocupado em legalizar desmandos, mas que não deu ao seu mais duro ato o seu verdadeiro caráter. O que faz todo sentido (Agradeço ao advogado Nilo Batista que me chamou a atenção para essa questão).

[49] As Assessorias de Segurança à Informação foram criadas em todos os ministérios e demais órgãos da administração, como universidades e autarquias. Esse tipo de rede de controle e circulação da informação baseava-se na Doutrina de Segurança Nacional e no combate aos "inimigos internos", doutrina da qual um dos idealizadores foi Golbery do Couto e Silva — chefe do SNI de 1964-67 e chefe do gabinete civil da Presidência da República de 1974-81, nos governos Geisel e Figueiredo. Sobre a Doutrina, ver *Brasil: Tortura nuca mais* (3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985); e Alves, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil (1964-84)* (Petrópolis, Vozes, 1984).

[50] Esta Assessoria é um Núcleo até outubro de 1974. Em pleno governo do general Geisel ela parece ganhar mais notoriedade ao ser renomeada (Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS, 50-Z-9-38253).

[51] Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS, 50-Z-45-313.

Dentro dessa linha de denúncias, dois outros exemplos foram localizados. Em junho de 1976, durante o governo da distensão de Geisel, as ASIR do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco remetem ao DEOPS/SP uma carta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O assunto parece banal, a não aceitação pela FAU da orientação da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Mas a classificação do impresso era o que interessava ao burocrata: movimento estudantil.[52]

Em dezembro daquele mesmo ano, um funcionário da ECT, Edson Silva, foi preso por três dias no Departamento de Operações e Investigações (DOI) e transferido para o DOPS, onde ficou mais dez dias. O motivo: carregar um exemplar do jornal "Frente Nacional do Trabalho", que os agentes que o prenderam, seus colegas de ofício, pensavam ser um jornal "subversivo". Edson, depois de trabalhar na ECT, dava expediente como datilógrafo em um escritório de advocacia na Avenida Ipiranga, em São Paulo, embaixo de onde se editava o jornal. Sua função era datilografar o estêncil do jornal e fazer as ilustrações no mesmo. Após o episódio, foi demitido da ECT.

Curiosamente, talvez, na edição nº 226, de 3/1/1973, a *Veja* publica uma matéria sobre o trabalho dos Correios. A conclusão é que a empresa é morosa, despreparada e podia levar até duas semanas para remeter um telegrama. Dirigida, na época da reportagem, pelo coronel Haroldo Corrêa de Mattos, percebe-se quase um abismo entre a eficiência em violar correspondência e a dificuldade em fazer que o material chegasse ao seu destino.

Esse trabalho de espionagem executado pela ECT, entretanto, remonta ao período anterior a 1964. Em correspondência de 10/1/1973, da Comissão Permanente de Controle Postal para o delegado do DOPS, Mário Peixoto Alcides Cintra Bueno, fica-se sabendo que:

> "[...] pela sua continuidade, posto que vem sendo realizado há vários anos, esses trabalhos se constituem em rotina diária deste setor de Triagem.
>
> Os impressos sujeitos às restrições recomendadas pelas letras "E" e "M" do artigo 18 do Decreto n.º 28.151/51,[53] foram separados dos

[52] Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS, 50-Z-45-452.

[53] Na verdade, o decreto é o de nº 29.151, de 17/1/1951. Este aprovou o regulamento dos Serviços Postais e de Telecomunicações em pleno governo Dutra. A ECT só tornou-se uma empresa em 1969. O artigo citado, o 18, letra "E", "[o departamento não expede nem distribui] objetos, publicações ou artefatos com endereço, dizeres ou desenhos indecentes, injuriosos, ameaçadores. Ofensivos à moral, ou ainda, contrário à ordem pública e aos interesses dos país"; e letra "M", "correspondência que atente contra a segurança nacional ou do regime".

> demais e relacionados em quatro vias, com indicações de procedência, data de postagem, quantidade, espécie, nome e endereço do destinatário.
>
> A original da relação foi encaminhada ao Sr. Chefe da Assessoria Especial da Presidência da E.C.T./GB, outra via ao Chefe do Serviço Nacional de Informação, esta vai anexa a este relatório e ficou uma em nosso poder.
>
> As correspondências (impressos simples) apreendidos no decorrer destes três meses, que se trata de jornais, revistas, catálogos, panfletos, livros, boletins informativos etc., infringentes as letras "E" e "M" do Regulamento em vigor com peso de 390 quilos foram incinerados, serviço este executado com todo o cuidado e o máximo sigilo que o mesmo requer" (Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS, 50-Z-45-431).

Ilustrando uma rede de continuidades, na biografia sobre o delegado Fleury encontra-se a seguinte referência:

> "[...] o símbolo do Dops, o cavalo-marinho, escolhido por uma razão oficial: [...] 'vigilante no mar, sempre ereto e eterno vigilante'. Foi aprovado na gestão do delegado Odilon Ribeiro de Campos — ele era o favorito do governador Adhemar de Barros (1963-1966). Pretendendo ter olhos e ouvidos em toda parte, possuía uma rede de informações em todas as organizações sindicais. Como polícia do pensamento, tinha um professor para aulas exclusivas, Luís Apolônio, velho investigador do Dops, tio do futuro ministro Delfim Moreira, e, posteriormente, o delegado Alcides Cintra Bueno Filho para fazer atenta exegese de documentos apreendidos" (Souza, 2000, pp. 40-1).

A execução desse "expediente" de censura na correspondência permanece depois de 1973. Em uma troca de informes entre a DSI do Ministério das Comunicações e a DSI do Ministério da Justiça, datada de 1/11/1974, sabe-se que, a ECT interceptou na Guanabara, exemplares do panfleto "MDB", postados pelo deputado Miro Teixeira . "O panfleto interceptado, se utiliza de chavões, freqüentemente explorados pela oposição e busca induzir os seus destinatários a votarem no MDB, no pleito de 15 de novembro de 1974".[54]

Essa "interceptação de correspondência" continua, e quatro dias depois, a Assessoria de Segurança e Informação da ECT, em Fortaleza (CE), notifica a apreensão de um grande

[54] Informe 536/74 (DSI/MJ, AN/RJ).

número de malotes contendo a brochura "MDB em ação nos comícios rádio e TV - Democracia com Desenvolvimento e Justiça Social", e relata que

> "[...] o livreto interceptado é um documento de contestação aos Governos da Revolução, em vários setores da Administração e, as suas páginas, segundo os autores, contém subsídios para a propaganda dos candidatos do MDB, às eleições de 15 de novembro de 1974".[55]

Além dos impressos apreendidos, os agentes da repressão também se preocupavam em saber de onde vinham os livros recebidos pelas livrarias brasileiras, que passavam pelo setor de importação da Alfândega e eram recebidos por funcionários do Ministério da Fazenda.[56] A Portaria nº 427, de 25/5/1977, assinada pelo ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão, impõe a censura prévia às publicações vindas do exterior, um procedimento realizado, de forma não legal, desde antes dessa norma. Os livros apreendidos, segundo relatórios do serviço de censura, foram incinerados em uma grande fogueira.[57]

É oportuno perceber que há uma engrenagem em curso. Diversos órgãos das administrações federais, estaduais e municipais trabalham em conjunto para um mesmo fim. O início de todo esse processo de vigilância mais acirrada tem seu *start*, certamente, no fim de 1968. Com as regras sendo postas à mesa a partir de então, no dia 25/10/1969, cinco dias depois da publicação da Emenda Constitucional nº 1 no *Diário Oficial da União*, foi empossado, após eleição por vias indiretas, o general Emílio Garrastazu Médici* (1969/1974), sendo o seu ministro da Justiça o jurista Alfredo Buzaid.*

O Congresso Nacional, fechado desde o AI-5, foi reaberto para sagrar — no sentido de investir numa dignidade por meio de cerimônia esse ato.[58] Portanto, vale aqui uma ressalva: se o período analisado é o do desmando, por que perseguir o seu rastro pela via

---

[55] Informe 544/74, de 5/11/1974, (DSI/MJ, AN/RJ).

[56] Uma relação das 27 livrarias paulistas que recebiam livros de Portugal, Argentina e México, foi entregue pela ASIR aos agentes do DEOPS/SP. Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS, 50-Z-45-437).

[57] Em dezembro de 1973, uma das maiores livrarias de livros importados, a carioca Leonardo Da Vinci, foi incendiada. O episódio, nos relatos do jornal da época e no depoimento de sua proprietária, Vanna Piraccini, parece concluir que foi um ato criminoso. A proprietária da livraria narrou também que muitas vezes encontrou em feiras de livros realizadas nas ruas do Rio, os exemplares de seus livros apreendidos (entrevista à autora, em 22/9/1998).

[58] O termo *sagrar* está na reflexão de Daniel Aarão Reis Filho, em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000).

legislativa? Primeiro, porque se "tudo se podia fazer" tendo o AI-5 como retaguarda, é oportuno pensar que mesmo assim, há toda uma máquina burocrática armada para executar os desmandos. Em segundo, porque será na análise mais ampla desse panorama legal, no período republicano, que observações de permanência e rupturas ficarão mais evidentes e, neste sentido, mais chocantes. E, finalmente, porque tendo essa noção de conjunto, compreende-se o quanto ela foi introjetada pela cultura, sendo impossível ser anulada, anos mais tarde, apenas pela via formal.

Uma possível resposta é que nesse momento reina, além do arbítrio, um jogo de farsas. O arcabouço legislativo montado também é uma tentativa de dar um rosto ao regime, um véu suspenso no ar. Negava-se a violência e os desmandos que cometiam. Não havia para eles nem tortura, nem censura. Não havia violação de direitos humanos.

Assim, o mesmo decreto-lei nº 1.077/70, a última ponta do tripé de Pompeu de Souza, também permitia dupla leitura: legalizava a censura prévia, ao mesmo tempo que justificava sua não existência. Os poderes que o AI-5 autorizava, permite legalizar o ilegalizável. Como sublinha Maurício Maia (1999, p. 62),

> "[...] o jornalista e advogado D'Alembert Jaccoud colocava o governo Médici contra a parede quando insistia na tese de que não poderia haver censura de caráter político no Brasil pela falta de uma autorização expressa ('quem se der ao trabalho de ler a legislação em vigor não poderá acreditar que ela se exerça. [...] E o AI-5? Esse documento admite que o presidente da República poderá adotar 'se necessário à defesa da Revolução', as medidas da alínea E do parágrafo 2° do artigo 155 da Constituição [...] Não existe, porém, qualquer ato do presidente autorizando a medida para torná-la legal nos termos do AI-5')".[59]

Publicado no primeiro dia do ano de 1971, o argumento do advogado vem à tona quando a máquina censória estava no auge de sua atuação. Do AI-5 ao decreto nº 1.077/70, e seus complementares, uma armadura se formou. Ao meu juízo, o 1.077 justifica e legaliza a existência de censura prévia. Para Maia de Souza (1999) e para Anne-Marie Smith,[60] o decreto em si não era o instrumento de censura prévia, até porque, pelos informes

---

[59] *Jornal do Brasil*, 1/1/1971, p.2.

[60] Smith, Anne-Marie, *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil* (Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2000).

do governo, a censura não existia. Esses autores insistem em sublinhar a ilegalidade jurídica da ação censória nos jornais por não existir nenhum instrumento que a autorize.

A inconformidade, certamente, está nas palavras de D'Alembert Jaccoud : "quem se der ao trabalho de ler a legislação em vigor não poderá acreditar que ela se exerça". Mas não são essas palavras que põem o governo em xeque-mate. A lógica da ambigüidade, onde esse estava calcado, se importava muito pouco com essas palavras desafiadoras.[61]

[61] O mesmo jornalista, acompanhado de outros como Pompeu de Souza, sofreu um expurgo infligido à imprensa em fins de 1977. O evento está inscrito nas armadilhas palacianas para a sucessão do presidente Geisel. A "linha dura" estava derrotada e o MDB lançou a candidatura de oposição, do general Euler Bentes Monteiro. Os jornalistas que faziam parte da corte ao general Golbery promoveram uma sabotagem a essa candidatura sob o pretexto de que ameaçava o processo de abertura. A solução final da crise se deu com a demissão do general Sylvio Fota e a "limpa" em parte da imprensa. Para mais, ver Kucinski (1998, p. 65; 2001, pp. 49-66).

5. Do terceiro vértice ao desmonte da máquina

O tripé normativo sugerido por Pompeu de Souza ficou pronto nos primeiro dias de 1970 — ano em que o Brasil do "ame-o ou deixo-o" seria tricampeão mundial de futebol no México. Ao se elaborar o decreto-lei nº 1.077, de 26/1/1970, na minha compreensão se legaliza a norma de censura prévia. Assim, se no capítulo 2 do decreto n.º 20.493/46 o serviço de censura deveria, antecipadamente, analisar e aprovar, na totalidade ou em partes, todas as projeções de cinema, teatro, *shows*, discos, propagandas e anúncios na imprensa, o 1.077/70 vai bem mais longe. Sempre justificando as proibições pelo resguardo da "moral e dos bons costumes", como se assim lhes anulasse a intenção política, o governo proíbe publicações, nacionais ou importadas, que ofendam esses requisitos. Ou seja, a censura era à imprensa nacional e aos exemplares estrangeiros que aqui chegassem e que estivessem em desacordo com as normas. Estas regras eram praticadas desde o AI-5, e com circulares enviadas às redações, mesmo que a emenda à Constituição dissesse o contrário.[62]

Entre o decreto de 1946 e o de 1970, tendo como foco de ação o estabelecimento de censura prévia, foi baixada a portaria nº 242-DG, do Diretor-Geral do DPF, coronel Newton Cipriano Leitão, de 18/5/1967, que tinha por objetivo normatizar e orientar o serviço de censura tanto no órgão central, em Brasília, como nas delegacias regionais. Muito semelhante às regras estabelecidas em 1946, essa portaria de 1967 desejava apenas a uniformidade da ação, mas estabeleceu também a censura prévia de filmes, programas de rádio e TV, novelas, músicas, teatro, cinemas e todas as manifestações artísticas. Não há, contudo, qualquer referência à imprensa. Em 1970, entretanto, a questão era outra.

Uma análise do decreto-lei nº 1.077/70, feita por três censores federais à época da sua edição, elucida o poder devastador que este podia exercer.[63] Nessa direção, os censores indicam que

---

[62] No estudo de Anne-Marie Smith (2000, p. 237, nota 79) , a autora lembra que o decreto 1.077/70 impunha o registro dos periódicos junto ao DPF, e que o MDB "entrou com uma ação judicial alegando que a lei era inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal recusou-se a pronunciar sentença no caso, alegando que o próprio MDB não publicava um jornal e portanto não estava diretamente afetado pela lei". É importante sublinhar também que na 3ª edição, de 1979, do *Vade-mécum da comunicação*, seu autor, Reinaldo Santos, atribui ao decreto a regra de censura.

[63] O livro em questão, de Rodrigues, Carlos; Monteiro, Vicente Alencar e Garcia, Wilson de Queiróz, *Censura Federal — leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*, (Brasília, C.R. Editora, 1971) era a "bíblia" dos censores e me foi

> "[...] o governo considerou, ao baixar o Decreto nº 1.077/70, que o emprego desses meios de comunicação [imprensa escrita e cinema] obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional e que tais publicações estimulam a licença, insinuando o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira".

Unindo sempre perspectivas de segurança nacional e, portanto, noções políticas, com demandas da moral, a legislação não parou aí. Assim, o tripé indicado por Pompeu de Souza recebeu ajustes, mas sua base estava montada. Para completar o arcabouço, foram editadas duas Portarias (a de nº 11-B, de 6/2/1970; e a de nº 219, de 17/3/1970) e uma Instrução (a de nº 1-70, de 24/2/1970, do ministro da Justiça). Todas se baseavam na legalidade que o parágrafo 8, do artigo 153, da Constituição Federal de 1967 permitia. Tamanha era a arbitrariedade imposta por esse conjunto, que os censores se apressaram em justificá-las ao dizer que essas

> "[...] são perfeitamente constitucionais, segundo declarações do próprio Ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid e constituem um serviço do Estado, não se podendo, jamais, considerá-los como uma nova forma de autoritarismo, que repugnaria a formação democrática do povo brasileiro" (Rodrigues, Monteiro e Garcia, 1971, p. 143) .

O decreto-lei nº 1.077/70 se autodefine no seu segundo artigo, ao deliberar que caberá ao ministro da Justiça, "[...] verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente" à moral e aos bons costumes em qualquer meio de comunicação, cabendo ao DPF a execução dessa tarefa. Ao apontar um árbitro, o ministro da Justiça no 1.077/70, parece iluminar uma instância superior reguladora de qualquer desmando, um *locus* apaziguador que impedisse descalabro. Talvez essa não seja a melhor leitura. Creio que, no fundo, o que o decreto esclarece é que quem dita as regras de censura é o ministro da Justiça. Portanto, censura é uma questão de Estado, com atuação de polícia na execução das medidas. Por isso, talvez, o Conselho Superior de Censura só tenha saído do papel em 1979, quando o AI-5 deixou de vigorar. Pois antes não havia nem espaço, mesmo que fictício, para esse tipo de arena.

---

presenteado pela censora *Margarida*, em São Paulo. Os três autores eram censores e jornalistas, e entrevistei o único vivo, Queiróz Garcia. Nessa compilação de legislação, realizada para ordenar um serviço, que certamente cresceu muito.

Nesse sentido, quando os delegados regionais da PF se reúnem no Rio de Janeiro no início de setembro de 1970, para receberem instruções de como agir no caso da censura, sua assembléia tem uma pauta de dois pontos: as atribuições da PF a partir de 1° de outubro e as recomendações sobre sua atuação. As instruções de trabalho centram-se em oito pontos. Esses eram:

- ✓ **Primeiro**: quanto às normas gerais, pautava pela veracidade das notícias publicadas; pelo cumprimento da lei de Imprensa, a de n° 5.250/67; e pela proibição do uso de expressões como "fonte fidedigna", "pessoa ou político bem informado", "fontes autorizadas da Presidência", "fontes autorizadas do Ministério, "assessores";
- ✓ **Segundo**: quanto à política, deliberava que era proibido notícias, declarações, entrevistas etc., de pessoas atingidas pelo Atos Institucionais e membros de organizações estudantis; bem como de declarações contra o governo, ou animosidade entre membros do regime, ou fatos políticos não comprovados; não criticar os Atos Institucionais e a legislação vigente, não divulgar notícias de prisões e censura;
- ✓ **Terceiro**: quanto aos atos atentatórios ao patrimônio, interditava notícias sobre assaltos a estabelecimentos de crédito;
- ✓ **Quarto**: quanto aos costumes, proibia a divulgação de crimes ou cenas obscenas que atentassem contra a moralidade da família brasileira;[64]
- ✓ **Quinto**: quanto aos problemas religiosos, vetava tanto a divulgação da atitude política de clérigos, quanto os episódios que criassem animosidades nessa seara;
- ✓ **Sexto**: centrava-se nas questões financeiras e proibia a divulgação das políticas econômicas do governo;
- ✓ **Sétimo**: quanto às questões sociais, censurava a divulgação de movimentos operários, greves, ou qualquer outro tema que promovesse a "subversão da ordem pública". Era também interditado o comentário a "movimentos subversivos em países estrangeiros, planos de condutas violentas, guerrilhas etc., assim como filmes para televisão de movimentos dessa natureza";
- ✓ As "**recomendações finais**" determinavam serem proibidos, "sob qualquer hipótese ou pretexto e, no tocante às matérias acima especificadas, 'manchetes', títulos, fotografias ou legendas de caráter sensacionalista, malicioso ou que não correspondam exatamente ao texto".[65]

Isto posto, as regras estão claras. Não há nada caótico e perdido na burocracia, como muitas análises tentam apontar. Não há acefalia. Até mesmo os temas censórios estão expostos desde o início, como as notas recebidas no dia do AI-5 comprovam. Mas o jornal

---

[64] Vale sublinhar que questões da moralidade estão na mesma pauta que as questões políticas, reforçando a idéia de uma só censura.

[65] "Recomendações para a imprensa escrita, falada e televisada/Ministério da Justiça". Fundo DSI/MJ, AN/RJ. Este documento também encontra-se citado no trabalho de Maia de Souza (1999, p. 63).

O Estado de S. Paulo continuou expondo o sentimento corrente da época, na matéria "Liberdade em debate na ABI", de 23/3/1972, (p. 6), ao dizer que

> "[...] como a legislação é contraditória, por força do grande número de portarias e instruções que complementam os diplomas de arrocho fundamentais, os jornais continuam à mercê de decisões subjetivas que variam consoante o critério da autoridade encarregada de interpretar os textos".

O difícil, certamente, era aceitar a intromissão de um censor na redação. No pós-AI-5 eles eram das Forças Armadas, mas com o passar do tempo e os acertos dos pontos a serem seguidos pela PF, eles e elas (os técnicos de censura) são desta Polícia e ligados a DCDP. Assim, o decreto nº 1.077/70 direcionou a responsabilidade final, a orientação dos atos censórios ao ministro da Justiça, que deveria ser o comandante das ordens, seu mentor, legislador, executor, e seu juiz.

Existe, contudo, um interessante debate de quando teria se iniciado essa segunda fase da censura no pós-AI-5, com a interdição efetiva da censura nas redações. Para o jornalista Paolo Marconi,[66] a partir de notas proibitivas localizadas, a data dessa segunda fase seria 10/6/1969. Já no trabalho de Maia de Souza (1999), a reunião da PF e os oito pontos a serem censurados faria o trabalho ter começado no dia estipulado por aquele relatório, 1/10/1970. Para Maia de Souza foi essa reunião, e não o decreto nº 1.077/70, de janeiro, que fez o marco. Para mim, prefiro pensar que uma máquina está em andamento desde o AI-5 e que é difícil demarcar o que foi mais importante e deu a partida. Pensando no processo de censura, cada novo ajuste legal fez o aperfeiçoamento daquela engrenagem.

Nessa seqüência de acertos legislativos, um outro debate igualmente oportuno: a existência de um decreto secreto, de nº 165-B/71,[67] ratificando a posição de comando do Ministério da Justiça. Isto porque os dez pontos proibitivos do 165-B/71 saem do gabinete

---

[66] Marconi, Paolo, *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978* (2ª ed., São Paulo, Global, 1980).

[67] O 165-B foi decretado um ano antes dos telefonemas proibitivos ("De ordem superior, fica proibido...") adentrarem às redações. Comparativamente, os telefonemas aos jornais entre 1972 e 1975 muito se aproximam dos dez pontos divulgados em 13/12/1968 às imprensas paulista e carioca. No entanto, entre o 1.077/70 e as ligações proibitivas, tem-se a edição do decreto secreto 165-B, em março de 1971. Meses antes, em 11/11/1970, foi editado o decreto 69.534, autorizando a edição de decretos secretos. Cf. Silva, Hélio, *Os governos militares, 1969-1974* (São Paulo, Editora Três, 1998, p.11).

do ministro. Portanto, a legislação mostra, de forma cabal, onde o centro da censura sempre esteve. Os dez pontos proibidos pelo 165-B/71são:

> a. "campanha pela revogação dos Atos Institucionais, notadamente o Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968;
> b. manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculos públicos, livros, periódicos e em exteriorizações pelo rádio e televisão, realizada com base no Decreto-lei n° 1.077/70, de 26 de janeiro de 1970;
> c. apreciações que envolvam contestações ao regime vigente;
> d. divulgação de notícias sensacionalistas que possam prejudicar a imagem do Brasil no exterior;
> e. divulgação de notícias com o objetivo de agitar os meios sindicais e estudantis;
> f. divulgação de notícias a respeito da existência de censura, salvo a de diversões públicas, bem como de prisões de natureza política;
> g. divulgação de notícias tendenciosas a respeito de assaltos a estabelecimentos de crédito, nomeadamente a descrição minuciosa de quaisquer crimes ou atos anti-sociais;
> h. divulgação de quaisquer notícias que venham a criar tensões de natureza religiosa;
> i. divulgação de notícias que venham a colocar em perigo a política econômica do Governo;
> j. divulgação alarmista de movimentos subversivos em países estrangeiros, bem como a divulgação de qualquer notícia que venha a indispor o Brasil com nações amigas"[68]

O estudo legislativo do período, como se pode notar, além das leis e decretos publicados na *Coleção de Leis*, também faz uso de uma gama de normas e portarias secretas que só as recentes aberturas de arquivos, como o da DSI e do DOPS, possibilitaram seu encontro. Essa gama inédita de material, que é a própria fala da burocracia sobre si, infelizmente não estava acessível quando Anne-Marie Smith realizou sua pesquisa, no fim dos anos de 1980. Não dando o real valor ao decreto n.° 1.077/70, Smith (2000, p. 96), ao meu juízo, atribuiu ao processo de censura prévia uma inconstitucionalidade que os juristas da época, vinculados ao Estado, se esforçaram para corrigir. Essas arbitrariedades cometidas, legalizadas ou não, também eram escondidas pelo governo. Se existia uma lei "permitindo" a existência de censura prévia, por outro lado,

[68] GM 165-B, de 29/3/1971, (DSI/MJ), em depósito no AN/RJ.

existia uma "recomendação" do governo aos meios de comunicação que não tocassem no assunto da existência de censura. Assim, fazia-se a censura prévia em alguns jornais, muito embora fosse proibido divulgar o assunto.

Infelizmente, por mais que fosse aviltante, a censura prévia no pós-1964 não era ilegal em termos jurídicos. Sua existência, para a imagem construída pelo governo, não poderia ser divulgada. Certamente o mais difícil nesse regime ditatorial civil-militar foi conviver com a violação dos direitos civis e políticos "legalizados" por normas e decretos. Os governos do pós-1964 criaram jurisprudências, e essas serviam como uma capa de legalidade. Atos como banimento, pena de morte, expulsão do país, censura prévia, são terríveis, mas eram legais. Ou seja, eram por lei e pela força bruta.

Mesmo "legalizando" a censura na Imprensa, o governo não queria que essa imagem transparecesse. Assim, em 26/6/1973, a PF distribuiu uma nota aos órgãos de comunicação — rádios, jornais e TVs —, na qual,

> "[...] de ordem superior fica proibido, até posterior liberação, qualquer crítica ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica ou referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgãos de censura, censores e legislação censória".

Neste mesmo ano de 1973, aconteceu um interessante embate entre um órgão de imprensa e o governo ditatorial. O jornal *Opinião*, de propriedade de Fernando Gasparian e sob censura prévia desde janeiro daquele ano até abril de 1977, recorreu da intervenção governamental nas suas publicações. Como narra Smith (2000, p. 132), o ministro da Justiça declarou que o jornal estava sendo censurado com base não no decreto nº 1.077/70, mas sim no AI-5. Por seis votos a cinco, o Tribunal decretou a inconstitucionalidade de censura ao *Opinião*. Suspensa a censura, no dia seguinte, 20/6/1973, o presidente Médici revoga a liberação do jornal baseando-se no AI-5 e em um decreto de março de 1971.

Essa norma é a de n.º 165-B/71, que se encontrava, na época das pesquisas de Smith, em um arquivo ainda sem acesso ao pesquisador. Por não ter conhecimento desse decreto secreto, Smith afirmava que

> "[...] o aspecto mais extraordinário desse despacho, todavia era sua referência a outro despacho até então desconhecido, de 30 de março de 1971, mediante o qual Médici adotara o artigo 9° do AI-5, o qual permitia a censura prévia em defesa da revolução. Até aquele momento presumia-se que o artigo 9° seria invocado apenas em caso de estado de sítio declarado, conforme especificado na Constituição. Tal despacho evidenciava ainda mais a discrepância entre o AI-5 e a Constituição.
>
> Parece não haver dúvidas na cabeça de ninguém de que esse despacho, declaradamente de 1971, na verdade foi preparado em 1973 em resposta à crise do julgamento do caso *Opinião*. Em vez de simplesmente declarar que a censura decorria do AI-5 e que portanto escapava à jurisprudência dos tribunais, o governo aparentemente chegou ao extremo de inventar um documento antedatado autorizando o uso do artigo 9°. O regime de exceção mais uma vez arremedava as normas do processo, o que tanto ressaltava as formalidades legais apropriadas quanto demonstrava que o poder do regime se colocava acima da lei" (Smith, 2000, p. 132).

É importante esclarecer bastante o episódio que envolveu o *Opinião*. Isto porque, ele desmascara uma farsa, se era proibido dizer que havia censura, o caso do *Opinião* torna-se emblemático. O decreto secreto n.° 165- B/71 foi usado para justificar essa intervenção. Se Smith acredita que essa instrução poderia ser uma invenção, Maia de Souza (1999, p. 81) analisa que "essa hipótese conta com um leve indício a seu favor". Isto porque existe um ofício 163-B, de 2/5/1973. Assim, o 165-B de dois anos antes tem uma numeração posterior a esse...

O episódio de 1973 que envolveu o jornal foi explicado no editorial número 230 do *Opinião*, de 1° de abril de 1977, cujo título é "Fim de uma etapa". Às vésperas de interromper sua circulação pelas pressões econômicas advindas da censura política, o corpo editorial assinala que isto ocorria

> "[...] talvez por termos sido nós, precisamente, a primeira publicação que recorreu contra a censura e que desvendou os mecanismos em que se firmava. Contra a censura apelamos ao Tribunal Federal de Recursos, pela voz destemerosa do advogado Adauto Lúcio Cardoso, que levantou a preliminar de sua inconstitucionalidade. Ganhamos a causa, naquele Tribunal. Mas a decisão foi anulada pelo Presidente Médici, ficando então nós, de OPINIÃO, e o país inteiro, sabendo que a censura prévia à imprensa resultava de um despacho presidencial de 1971, até então secreto, baseado no AI-5. Desde então a censura nos dedicou uma atenção toda especial. O preço que pagamos foi o de conviver, até hoje, com a censura prévia, com o veto a alguns de nossos melhores colaboradores, com a paulatina erosão dos temas que nos eram permitidos, com a destruição do

> estilo, da qualidade dos nossos textos submetidos a uma censura freqüentemente bronca e sempre surda a qualquer apelo".[69]

Retornando, entretanto, a discussão acerca da data do decreto secreto, ao que parece, a prática do governo não foi a de arremedar e sim criar uma roupagem legal ao seu arbítrio. Certamente o decreto secreto nº 165-B/71 circulou de forma interna no governo, até porque se encontra como material da Divisão de Segurança e Informação (DSI),[70] e foi seguido à risca por seus executores: os censores do DPF. Isto permite a reflexão de que a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar. Se ele foi criado em 1971 ou em 1973, é uma conjectura mais restrita ao reino das hipóteses. E como filosofa Millôr Fernandes, "hipótese é uma coisa que não é, que a gente diz que é, para ver como seria se fosse".

Nesse sentido, uma portaria anterior, a de nº 11-B/70, já havia regulado o braço executor dessas tarefas: o DPF e suas delegacias regionais. O texto dessa norma abriu um precedente bastante interessante, pois era notório que o corpo censório era pequeno e despreparado. Assim, no seu parágrafo único estabelece que

> "[...] o Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, no exame de livros e periódicos, poderá utilizar a colaboração de pessoas por ele designadas, inclusive estranhos aos quadros do serviço público, desde que moral e intelectualmente habilitadas a realizá-lo".[71]

A partir dessa deliberação, tanto estranhos aos quadros do DPF são convocados a serem censores, como policiais de outros departamentos desse órgão também foram deslocados. Não havia a necessidade de formar censores, era só seguir à risca os "Dez Mandamentos" do decreto nº 165-B ou os oito pontos do encontro de setembro de 1970. E

---

[69] Smith nesse trecho teve como fonte o livro de José Antonio Pinheiro Machado, *Opinião x Censura — momentos de um jornal pela liberdade* (Porto Alegre, L&PM, 1978).

[70] A Divisão de Segurança e Informação era a versão civil dos órgãos de informação dos Ministérios militares, e existia em todos os outros Ministérios. Foi instituída pelo decreto 64.416, de 28/4/1969, que também reorganizou o Ministério da Justiça. Como um órgão de assistência direta de cada Ministério, vinculado, portanto, ao gabinete do ministro. O material da única DSI encontrado é a do Ministério da Justiça. Mas como todas as DSIs e os demais órgãos de informação circulavam suas informações, tem-se uma gama de material do interior da "Comunidade de Informações". Esse material encontra-se em depósito no AN/RJ.

[71] A censora carioca entrevistada, *Marina*, apelido a ela designado a pedido, foi uma que entrou para a Censura, no começo da década de 1970, sem concurso e por apadrinhamento. Por saber falar, ler e escrever em francês, seu trabalho foi solicitado, primeiramente, para destrinçar a literatura daquele idioma.

esses "mandamentos" foram aplicados em especial, nesse momento, à Imprensa. Censores da antiga, e cidadãos convocados a serem censores são designados a um serviço especial. Ligado ao gabinete do ministro da Justiça, cria-se o Sigab — Serviço de Informação do Gabinete.

Diferente do DIP em muitos aspectos, e principalmente porque esse foi legalizado por um decreto, o Sigab esteve fora de qualquer organograma, tanto do Ministério da Justiça como do DPF. Um órgão entre o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Federal, não foi instituído formalmente. Ao Sigab cabia os telefonemas diários às redações de todo o país informando o que era proibido publicar, como também a visita aos jornais postos sob censura prévia para checar o comprimento das ordens.[72]

Nesse sentido, uma censura claramente direcionada à Imprensa teve o seu expoente máximo, no período republicano brasileiro, durante o Estado Novo, com a existência do DIP. No pós-1964, e refletindo as diferenças dos dois momentos de arbítrio, esse papel foi desempenhado por um órgão de exceção. Era desse órgão que saíam os telefonemas e os *bilhetinhos* às redações de jornais com os famosos "De ordem superior, fica proibido a divulgação..."[73]

Como se pode notar, desde fins de 1967 a máquina administrativa foi sendo preparada para executar as políticas de governo. Vários órgãos de competência do Ministério da Justiça são reestruturados. A malha da censura recebeu ajustes legais e também, em 1969, há uma reordenação do Ministério da Justiça. É nesse momento que se cria, efetivamente, a Polícia Federal, que deverá ser organizada e mantida em todo o território nacional. Suas funções deveriam ser:

---

[72] O Sigab tem uma origem que muito se assemelha à *Oban*, que foi uma iniciativa conjunta do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré, como uma tentativa de centralizar as atividades de combate às crescentes ações de guerrilha urbana em São Paulo. Criada em 29/6/1969, a *Oban* permaneceu até setembro de 1970 em um caráter extralegal, por não ser encontrada no organograma do serviço público. Isto demonstra que esse tipo de expediente era usado pelo governo ditatorial para manter em sigilo operações mais incisivas.

[73] Entre 1972 e 1975 a grande imprensa recebeu os famosos *bilhetinhos* da censura. A partir de 1975, quando a censura deixou o *Estadão*, apenas os alternativos, a *Tribuna da Imprensa* e a *Veja*, até a saída de Mino Carta, continuam censurados. Os alternativos ou quebram, por pressões econômicas, ou resistem bravamente, mesmo que alterados pelos cortes da tesoura.

> a. "executar os serviços de polícia marítima aérea e de fronteira;
> b. reprimir o tráfico de entorpecentes, o descaminho e o contrabando;
> c. apurar os ilícitos penais contra a segurança nacional, a ordem política, social e moral, ou que vulnerem bens, serviços e interesses da União;
> d. prevenir e apurar as infrações penais, cuja prática tenha repercussão em mais de um Estado, exigindo, em conseqüência, tratamento centralizado e uniforme;
> e. *executar os serviços de censura de diversões públicas*;"

Não por acaso, esse decreto também cria a Divisão de Segurança e Informação, (DSI)

> "[...] como órgão de assessoramento do Ministro de Estado e complementar do Conselho de Segurança Nacional, fornecer dados, observações e elementos necessários à formulação do conceito de estratégia nacional e do Plano Nacional de Informações; colaborar na preparação dos programas particulares de segurança e de informações relativos ao MJ e acompanhar a relativa execução" (decreto n.º 64.416, de 28/4/1969).

Munido desse mar de normas jurídicas e, principalmente, com todas as instituições fundadas a partir dessas regras, percebe-se que as transformações por que passou a censura, no pós-1968, faziam parte de uma estratégia maior. Essa visou, nos três primeiros anos do governo Médici, calar notícias e informações, e centralizar as atividades censórias; no intuito de forjar uma imagem ao governo e ganhar adesões.

O inimigo, bem grosso modo, era outro: as guerrilhas urbanas e rurais, no plano interno, e a vitória comunista no Vietnã, no plano externo. Mas a censura não ficou restrita a esse governo, já que continuou pelo seu sucessor, o general Geisel. Encontram-se episódios de censura também nos governos Figueiredo e Sarney.

Permanente na cultura e enraizada no imaginário coletivo, talvez nunca tenha se dado efetivamente a transferência da orientação do que censurar para o DPF. Por grande parte do governo Médici, a concentração do poder foi total no Ministério da Justiça. Assim, o SCDP executou as tarefas, mas não foi o órgão que decidiu o que deveria ser proibido. A sua estrutura foi sempre tacanha, comparada ao volume de material e o órgão só recebeu uma reestruturação a partir de 1972, quando o advogado e jornalista Rogério Nunes

assumiu o cargo de diretor da Censura.

As alterações desse panorama são fáceis de se explicar, já que o governo Médici enfrentava, nesse período, as questões da sucessão presidencial. Portanto, os primeiros *bilhetinhos* às redações são dessa época, proibindo exatamente as notícias da transmissão do cargo majoritário do país. Foi a partir das mudanças do DPF, em junho de 1972, que a censura passou a divisão (DCDP). Sempre como um executor de ordens, o DCDP assumiu essa função no instante em que a guerrilha urbana e rural — um dos principais "inimigos" do governo Médici —, já estava bem enfraquecida. No centro do comando e pensando as questões censórias, certamente estava o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que teve dois truculentos generais como subordinados, ao dirigirem o DPF nesse período: o general Nilo Canepa* e depois o general Antônio Bandeira.*

Principalmente entre 1972 e 1975, as principais redações de jornais recebem telefonemas proibitivos, fazendo dessa a função da censura. Contudo, sempre que perguntado sobre o por quê desses atos, Rogério Nunes afirmava que estavam procurando no lugar errado, já que não era ele que possuía o controle dessa atividade. A resposta de Nunes é uma das chaves para se compreender a censura durante o governo Médici e por bom período do Geisel. Isto porque, o corpo de censores, acrescido de elementos convidados, foram deslocados para o Sigab, o órgão responsável pelas ligações aos jornais e a ida às redações. Vinculado diretamente ao gabinete do Ministro da Justiça, fisicamente esteve mais perto desse do que do DPF.

Ou seja, a censura aos jornais e revistas recebeu um tratamento diferenciado. Foi executada por censores contratados antes de 1964 e outros, incitados a colaborar. Ligados diretamente ao ministro da Justiça, recebiam de seu gabinete as ordens. Portanto, Rogério Nunes não era seu chefe. Mas isto não quer dizer que os subordinados de Nunes, no DCDP, não fizessem censura política. Executavam essas normas em livros, música, cinema. Apenas os jornais eram um caso para o ministro, e mesmo os livros proibidos eram listados no gabinete do ministro da Justiça.[74]

Foi a partir de 1974, seis anos depois da legislação censória de Gama e Silva, a lei n.º 5.536/68, que aconteceu o primeiro concurso para Técnico de Censura, termo cunhado

[74] Várias listas de livros proibidos encontram-se no material do DCDP, em depósito no AN/RJ e no de Brasília.

por aquela lei. Todas as reformulações do DPF, como a que ocorreu em 1975, contudo, continuam pautando a criação do Conselho Superior de Censura (CSC), que permanecia apenas no papel. Mais uma vez, decidiu-se que o Conselho deveria "elaborar normas e critérios que orientem o exercício da censura de espetáculos e diversões públicas, e rever, em grau de recurso, as decisões finais sobre a matéria".

Mas essa instância de recurso cedo ou tarde se tornaria real, mesmo que longe de exercer seus poderes imaginados. A revista *Veja*, no dia do décimo aniversário do AI-5, 13/12/1978, publicou uma grande matéria com o título "Sem choro nem vela". O texto abria com a seguinte reflexão: "dez longos anos durou o Ato Institucional n° 5 e, no entanto, a menos de um mês de sua morte oficial, sequer se sabe a quem entregar o cadáver". Para o ministro Gama e Silva, seu mentor, mesmo depois dessa década ainda não era a hora de extingui-lo, "ele deveria ficar como uma advertência, uma espada pairando sobre as cabeças". Por decreto, o ato deixou de existir no dia 1/1/1979, mas suas raízes na cultura nacional ainda permaneceriam por muito tempo.

Dentro desse processo de mudanças, no fim de julho de 1979, o ministro da Justiça, Petrônio Portella, encaminhou ao Presidente da República, o general João Batista Figueiredo (1979-85) um ato que nasceu dias antes do AI-5 e levou onze anos para ser sancionado Ao instituir o CSC, estabeleceu um fórum com poderes de rever os pareceres do DCDP sobre a produção cultural, onde o autor da obra poderia reivindicar uma reavaliação dos cortes propostos. O Conselho era uma tentativa de materializar as transformações no tabuleiro do poder sem AI-5. Era uma maneira também de responder às pressões acerca da má-vontade atribuída aos censores nesses novos tempos. A única esfera fora da reavaliação do CSC era a televisão.

Previsto para ser composto de 16 membros, a primeira formação do conselho foi de 12 representantes, que eram: Geraldo Sobral Rocha (Associação Brasileira de Cineastas), Ricardo Cravo Albim (Abert), Roberto Pompeu de Souza (ABI), João Emílio Falcão (Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos), Lafayette de Azevedo Pondé (Conselho Federal de Educação), Alcino Teixeira de Melo (Embrafilme), Arabela Chiarelli (Funabem), Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos (ministério das Comunicações), Octaciano Nogueira (ministério da Justiça), Guy de Castro Bandrão (ministério das

Relações Exteriores), Orlando de Miranda (Serviço Nacional de Teatro) e Daniel da Silva Rocha (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais).

No início de janeiro de 1980, o CSC punha fim a uma proibição de quase uma década. Os maiores de 14 anos já poderiam assistir, sem cortes, ao musical "Calabar", de Chico Buarque, cinco vezes proibido pelo general Antônio Bandeira, diretor-geral do DPF nos anos de 1970. Portanto, é interessante sublinhar que uma máquina legislativa para a questão da censura foi montada *pari passu* às necessidades de seu uso. Se tida como completa a partir de 1971, foi utilizada mais uns cinco ou seis anos em alguns jornais e nos *alternativos*, no caso da imprensa. Para as áreas da música, cinema e TV, essa intervenção teve um período maior.

O decreto-lei nº 1.077/70, como também o decreto secreto nº 165-B/71, perderam seus poderes no dia 1/1/1979, seguindo a legislação que extinguiu os Atos Excepcionais e instituiu um caminho para a Anistia, que não "foi ampla, geral e irrestrita". Finalmente, mais de uma década depois de ter sido criado, o CSC foi formalmente instituído.

Infelizmente, contudo, sua trajetória não cumpriria as expectativas geradas para uma câmara de acordos entre produtores de cinema, escritores, atores e o governo censor. Houve um grande impasse entre o departamento de censura da PF e esse fórum. Foi muito difícil para os censores se adaptarem aos novos tempos. Soma-se a isso a morte prematura do ministro Petrônio Portella, alterando novamente o tabuleiro do poder.

No mesmo início de janeiro de 1980, período em que parte do CSC dava seus primeiros passos para remexer em mais de uma década de cortes e proibições, morria o ministro Portella.* Ele havia convidado para chefe da DCDP o jornalista e ex-chefe da censura em São Paulo, José Vieira Madeira.* Era uma tentativa de demonstrar alterações no panorama, já que Madeira era tido como uma pessoa flexível.

Cinco anos antes de sua posse como ministro da Justiça, o líder do governo, Petrônio Portella, durante os dias que se sucederam ao assassinato do jornalista Vladmir Herzog, declarou

> "[...] embora lamentando o suicídio do jornalista [...] '[asseguro] que o governo será implacável na apuração das responsabilidades dos agentes da desordem daqueles que pretendem implantar a ditadura totalitária em nossa terra" (*Folha de S. Paulo*, 28/10/1975, p. 3).

Sua gestão como ministro durou pouco mais de um ano. Com o prematuro falecimento de Portella, Madeira, tido como um censor liberal, deixou o cargo. Quem assumiu, em uma cerimônia secreta, foi uma censora de carreira, historiadora pela USP e braço direito da censura política (o Sigab) em São Paulo, Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha.*

Em tempos de Anistia, sua posse foi considerada um retrocesso. Sua gestão marcou uma centralização das atividades censórias, cobrada em relatórios periódicos de seus subordinados. O escândalo mais famoso desse momento, foi o processo de censura do filme *Pra Frente Brasil*, de Roberto Farias. Aprovado pelos censores, foi vetado pela diretora da Censura. Entre idas e vindas, recursos ao CSC e pareceres de censores sendo retirados do processo, o filme, depois da Copa do Mundo de 1982, chegou às salas de cinema de todo país.

Havia uma assincronia, um descompasso entre os caminhos desejados para o serviço de censura e sua atuação, reflexões de um momento de transição, também apontados pelo governo Figueiredo. O desenrolar do processo culminou com os anseios pelas "Diretas Já".

Uma máquina legislativa começava a ser desmontada, mas as forças que a sustentava ainda mostravam suas garras. A "vitória" de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral parecia indicar que um novo momento se inaugurava. Não podíamos, ainda, votar para presidente. Teríamos, contudo, um civil na presidência depois de vinte anos. A *Tesourinha* parecia ficar distante, para trás, com a posse de José Sarney. A censura, diziam, finalmente chegaria ao fim...

6. Há ou não censura na "Nova República"?

O quadro é mais ou menos assim: normas em vigor, porque o decreto nº 20.493/46 não perdeu seu vigor com a Anistia, o ministro que decretou, à caneta, o fim da censura oficial. O Estado brasileiro não patrocinaria, segundo Fernando Lyra, ações de repressão aos costumes, ao pensamento e às manifestações. A censura seria de classificação indicativa do melhor horário e a faixa etária ideal do programa.

Entre o ato público no Teatro Casa Grande, em julho de 1985, promovido pelo ministro Lyra e por intelectuais, decretando o fim da censura, e o primeiro choque da realidade, foram apenas dezesseis dias de ilusória mudança. Uma nota da coluna "Radar", da revista *Veja*, noticiou que

> "[...] o governo terá de descascar o abacaxi representado pelo filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Goddard, no qual a Virgem Maria é uma jogadora de basquete que fala palavrões e aparece nua em diversas cenas. Exibido na Europa no início do ano e condenado pelo papa João Paulo II, o filme fez um enorme sucesso de público. No Brasil, a Igreja Católica e o governo tentaram evitar que *Je vous salue, Marie* fosse importado, mas o filme já havia chegado ao país e começara a ser legendado. Se o governo for sensível aos argumentos da Igreja, que considera o filme um atentado à imagem de Nossa Senhora, e proibi-lo, o ministro Fernando Lyra será obrigado a desdizer sua famosa frase 'Adeus, Censura'".[75]

Assim, retornando ao início, e aos festivais e, diferente do panorama do primeiro Festival de cinema do Rio, outro filme tomaria conta do cenário nacional nestes idos de 1986. Em situação oposta ao de Coutinho de dois anos antes, este mostraria a continuidade de processos de censura. Minutos antes de começar a ser exibido o filme *Ran*, do japonês Akira Kurosawa, *hors-concours* do terceiro festival, no mesmo teatro do Hotel Nacional que consagrou *Cabra marcado* foi interrompido por um protesto que vinha do fundo do

[75] "Um abacaxi na mesa da Censura", *Veja*, 14/8/1985, p. 43.

salão. Um homem de cabelos cacheados e uma longa túnica azul turquesa alertava o público para a beleza de *Je vous salue, Marie.*

Autorizado pela DCDP para ser exibido em território nacional, o filme foi condenado às salas clandestinas de cinema durante as madrugadas pelo presidente Sarney, atendendo a um pedido da cúpula da Igreja. O homem de azul que dizia que o filme de Goddard "é lindo!", era o cantor e compositor Caetano Veloso, o mesmo que vinte anos antes compôs a música *É proibido proibir!* — um hino contra o arbítrio e a censura, inspirado, certamente, nas manifestações estudantis francesas de maio de 1968.

Mas, talvez Caetano também pudesse esbravejar que a censura introjeta conceitos e formas de agir que "canetada" nenhuma consegue apagar de uma hora para outra, do dia para noite, fazer esquecer. Esse inconsciente de valores, ações e desejos localizam-se no terreno de uma "cultura política" enraizada e que se espalha pelo tecido social. Como definiu Serge Berstein,

> "[...] a 'cultura política' é uma chave. Ela introduz a diversidade, o social, os ritos, os símbolos lá onde reina, acredita-se, o partido, a instituição, o imóvel. Ela permite sondar os rins e os corações dos atores políticos. Seu estudo é, então, mais que enriquecedor: indispensável, por menos que se entenda sobre sua definição e seus limites.
>
> [...] A cultura política aparece assim como o produto de uma história revista e corrigida, fundadora de tradições. Construção da memória coletiva, a importância da cultura política reside na adesão dos indivíduos que a interiorizam e a fundam como um dos motores (mas não o único) de seus comportamentos políticos. Esta passagem essencial do coletivo ao individual, motivando os atos políticos, opera pelos canais habituais de socialização.
>
> [...] Resultado de uma longa elaboração, adquirida pelo indivíduo na época de sua formação intelectual, reforçada no calor dos acontecimentos e engajamentos políticos, ela é o contrário de uma obstrução passageira ou de um fenômeno contingente. [...] Ela é bastante interiorizada e estrutura a partir dai o comportamento político por um longo período, quem sabe ate por toda a existência".[76]

Nesse sentido, o importante a destacar nessa gama de decretos e leis por todo o período republicano, era a busca por um lugar para a censura. Esse *entulho* não foi

[76] Berstein, Serge, "L'historie et la culture politiques" (*Vingtième siècle. Revue d'histoire*, nº 35, 1992, pp. 67-77).

menosprezado pelo período autoritário, que procurou em vários níveis de atuação forjar uma legalidade. Para tal, também criou mecanismos que possibilitassem sua atuação, revestindo-a de um manto legal. Toda a crise se instala quando do processo de passagem do autoritarismo à democracia. Nesse instante, tanto censura como censores tornaram-se uma pecha, como muitos deles declararam nas entrevistas.

A censura foi rejeitada pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação e Cultura no governo João Figueiredo. Ninguém a queria pela marca de seu estigma. O acadêmico Eduardo Portela, que "estava ministro", declarou que suas funções e as desse órgão eram incompatíveis com o ato de proibir. Petrônio Portella também não a via mais como um assunto de sua pasta. Para onde deslocá-los, era a questão do início dos anos de 1980.

Se neste capítulo refletiu-se sobre a legislação censória, o próximo buscará no histórico da agência de censura (o SCDP e, posteriormente, o DCDP) as formas reais e concretas dessa ação, assim como as gerações de censores, suas semelhanças e maneiras diversas de compreender esse ofício, o "caldo cultural" desses representantes sociais da intervenção. Enraizado nas múltiplas formas de compreender a sociedade, a censura muitas vezes é um desejo de parte dos cidadãos, que dão a esses homens e mulheres o poder de lhes dizer o que ver, ler, escutar... pensar. Portanto, o ato de censurar também é fruto de camadas sociais que a aprovam. É nesse embate de permissões e negativas, a seqüência da reflexão.

Caderno de imagens

Bloco 1

BLOCO 1

Figura nº 1: Polícia Especial do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1932.
Acervo: Arquivo Antunes Maciel/CPDOC–FGV.

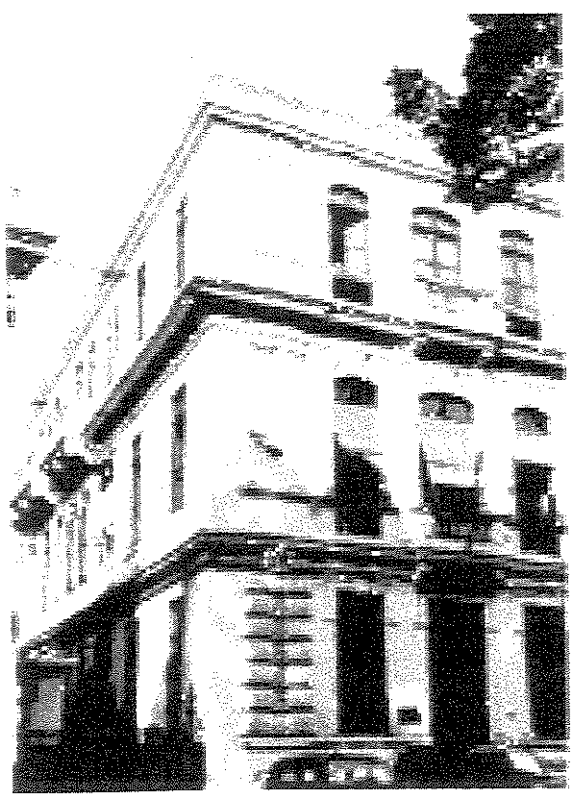


Figura nº 2: Fachada da Delegacia de Costumes e Diversões, Praça da República, Rio de Janeiro. Na matéria, publicada pelo *Correio da Manhã*, se lê "[...] não de todo mal alojada; mesmo assim, é distante da Polícia Central. Por outro lado, não conta com instalações próprias, tendo sido improvisado um xadrez, no vão existente ao lado do Arquivo Nacional".
Acervo: *Correio da Manhã*/AN

Figura nº 3: Fotomontagem comemorativa da Copa de 1950 em que aparece Augusto da Costa, zagueiro do Vasco da Gama e da seleção brasileira.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

Figura nº 4: Augusto da Costa, zagueiro e capitão da seleção brasileira na Copa de 1950. Da esquerda para a direita, o terceiro de pé.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

PELA PRESENTE ANEXAMOS
OFICIO Nº 1182/68 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL QUE DETERMINA A PROIBIÇAO DA EXIBIÇAO DE FILMES E REPORTAGENS QUE MOSTREM TUMULTOS RELACIONADOS COM MANIFESTAÇOES ESTUDANTIS.

ASS. MILTON PARNES - PRESIDENTE DO CONTEL

MIN. DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
DELEGACIO REGIONAL -GB
OF. Nº 1182 / 68/ GDR EM 25 DE JUNHO DE 1968

SENHOR PRESIDENTE:
ATRAVES DE RADIOGRAMA DIRIGIDO A ESTA DELEGACIA REGIONAL, O CHEFE DO SERVIÇO DE CONSURA ~~XXXX~~ DE DIVERSÕES PÚBLICAS, DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, EM BRASILIA , SOLICITOU QUE FOSSE PROMOVIDO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE DESSE CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, MEDIDA PROIBITIVA DA EXEBIÇÃO DE FILMES / REPORTAGENS QUE MOSTREM TUMULTOS EM QUE SE ENVOLVEREM ESTUDANTES, RELACIONADOS AOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS, OU QUE VENHAM ENVOLVER-SE EM FATOS SEMELHANTES, SE DEFLAGRADOS COMO OS ANTERIORES, CUJA REPERCUSSAO CARACTERIZA-SE MUITO PROMOCIONAL, ESTIMULANTE E ENCORAJADORA AOS DESANDOS DESSES MOÇOS, MAL ORIENTADOS NA PRESENTE TRANSMUDANTE FASE DA GERAÇAO , EM QUE OS RESULTADOS TEM SIDO TRÁGICOS PELA EXTENSAO DA VIOLÊNCIA DE QUE SE VALEM.
PELA INTERMEDIAÇAO ELACIONADA A PROVIDÊNCIA QUE VENHA A SER POSTA EM PRÁTICA E A URGENCIA REQUERIDA, LEVO A VOSSA SENHORIA O AGRADECIMENTO ANTEPOSTO A EFETIVAÇAO DA MEDIDA SOLICITADA.
COM A OPORTUNIDADE REITERO A VOSSA SENHORIA OS PROTESTOS DE MINHA ESTIMA E CONSIDERAÇÃO
ASS. GENERAL LUIZ CARLOS REIS DE FREITAS - DELEGADO REGIONAL

AO ILUSTRISSIMO SENHOR DOUTOR JOAO ARISTIDES WILTZEN
DD PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - CONTEL VSC/WMM

Figura nº 5: "Bilhetinhos da censura" (notas de proibição). 25/6/1968. Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

Figura nº 6: Rogério Nunes (à esquerda) passa o cargo de diretor do DCDP a José Vieira Madeira. Brasília, s/d. Acervo: Banco de Dados/*Folha de S. Paulo.*

Figura nº 7a: Solange Hernandez, a Solange "Tesourinha", diretora da DCDP 2/2/1984.
Acervo: Revista *IstoÉ*.

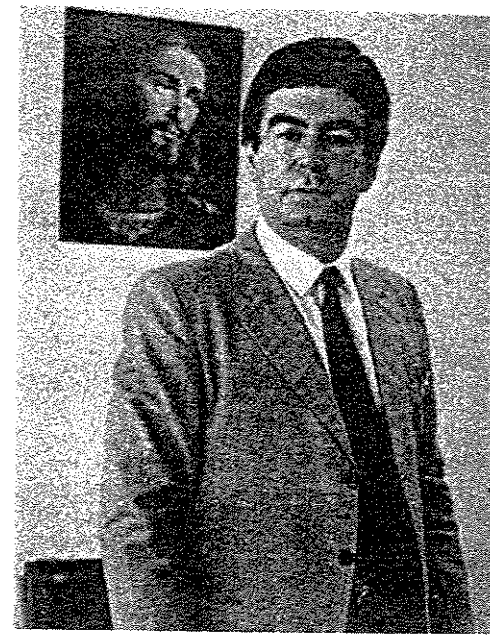


Figura nº 7b: Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, diretora da DCDP na *Nova República*. 25/12/1985.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI)

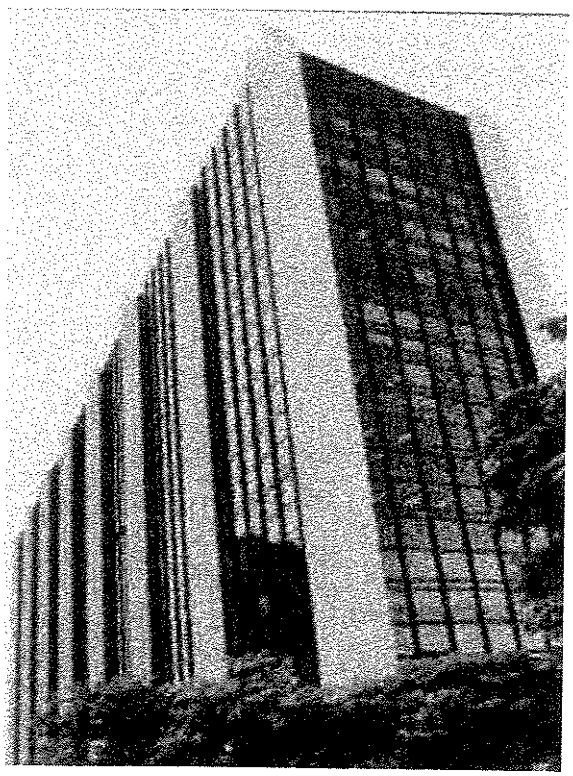


Figura nº 8: Prédio do Departamento de Polícia Federal, Brasília, conhecido como "Máscara Negra".
Acervo: Homepage do DPF (www.dpf.gov.br).

Capítulo 3

Máscara negra:

censores e interdições.

As trilhas da liberdade

de expressão

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"Acabou nosso carnaval
Ninguém ouve cantar canções
Ninguém passa mais brincando feliz
E nos corações
Saudades e cinzas foi o que restou
[...]
E no entanto é preciso cantar
Mais que nunca é preciso cantar"
(Vinicius de Moraes e Carlos Lyra, *Marcha da Quarta-feira de cinzas*)[1]

[1] Vinicius de Moraes e Carlos Lyra compõem, em 1963, o hino da UNE. Na mesma noite, compuseram também a *Marcha da quarta-feira de cinzas*. Mais tarde, Lyra declararia, talvez em um arroubo de exagero, que não havia se dado "[...] conta do que estava acontecendo. Mas [que ele] estava prevendo o golpe!". Ver Castello, José, *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão, uma biografia.* (São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 226).

1. A tentação de ver: a Constituição de 1988 e a permanência do ato censório

Estabelecer os marcos de início e término de alguns eventos é, por vezes interrogação para curiosos e estudiosos de temas históricos. Assim, questões como quando teria começado a censura na mais recente ditadura brasileira, em que momento se optou por atos de tortura aos presos políticos, e como se perceber o encadeamento de eventos que põem fim ao governo militar, vêm sendo colocadas, buscando criar uma cronologia e racionalizar os fatos, dando-lhes uma lógica.[2] Acima de tudo, as datações ordenam e permitem acompanhar continuidades e rupturas no processo. Mas também, expõem olhares convergentes ou não para um mesmo corte de tempo.

As duas pontas do vértice, o começo e o fim de eventos, são problemáticas de difícil arquitetura, principalmente quando se pretende demarcar a extremidade. Localizar quando se extinguiu e sentenciar "então acabou!", é tarefa complexa. Como lembra o jornalista Elio Gaspari, só o *Jornal do Brasil* noticiou, no dia 31/12/1978, em manchete de primeira página, que o "Regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje". Na extinção daquele ato institucional,

> "[...] os cidadãos readquiriam o direito ao *habeas-corpus*, o Congresso e o Judiciário voltavam a ser poderes independentes e estavam revogadas as penas de morte e banimento.
>
> Nenhum outro jornal publicou essa informação. [...] A ditadura militar ia acabar, mas ninguém estava mais prestando atenção nisso.
>
> [...] Essa foi a principal característica do desmanche do regime ditatorial iniciado em abril de 1964. Ele foi se desmanchando aos poucos, com tanta precisão que até hoje não se pode dizer quando acabou. Talvez o certo seja dizer que não foi desmontando. Foi *camaleonicamente transformado*. A transformação foi chamada de 'lenta, gradativa e segura distensão', pelo seu executor, o general Ernesto Geisel" (Gaspari *et alii*, 2000, p. 12, ênfase minha).

---

[2] Kucinski, Bernardo, *O fim da ditadura militar* (São Paulo, Contexto, 2001); Gaspari, Elio, "Alice e o Camaleão" (*in* Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir e Hollanda, Heloisa Buarque de, *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000); Ventura, Zuenir, "Depois de 21 anos, o desacordo" (*in* Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir e Hollanda, Heloisa Buarque de, *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000). É bom lembrar que durante muito tempo Elio Gaspari foi um dos principais interlocutores do Chefe da Casa Civil do governo Geisel, general Golbery do Couto e Silva, que articulou a aproximação do governo com a imprensa para garantir o fim da censura. Nesse processo, houve novos expurgos dentro das redações.

O conceito de um *camaleão* que se adapta às circunstâncias, ou as faz se moldarem a ele, é interessante e muito pertinente para aquele, e também para outros, momentos da história do Brasil. Nas reflexões de Kucinski para esse instante, que se completam com as de Gaspari, as elites brasileiras souberam se moldar e se adaptar ao processo de abertura para continuarem no poder. Assim, Kucinski entrelaça o processo de distensão brasileiro às pressões por um desenvolvimento econômico que necessitava de liberdade política. Somava-se a isso, segundo o autor, a eleição de Jimmy Carter para a presidência dos EUA, quando este propõe uma nova política externa baseada no respeito aos direitos humanos. Cabia ao governo brasileiro, então, realinhar-se a esse novo panorama e, assim, *lidar* com a questão da tortura política, da censura à imprensa, entre outras coisas aqui exercidas no pós-1964.

Esta nova ordem mundial, que exigiu mudanças na política interna do país, não se traduziu apenas em possíveis avanços de panorama democrático no Brasil. Atos como a Lei Falcão — que regulou a propaganda eleitoral — e o Pacote de Abril de 1977 — que além de fechar o Congresso Nacional, buscou redefinir o tabuleiro do poder —, também fizeram parte do cenário, e expuseram a *camaleônica* forma de redefinir o momento político. Tanto a Lei Falcão, como o Pacote de Abril foram reflexos do quadro que as eleições de 1974 delinearam. Aquele pleito demonstrou um substancial avanço do MDB[#] em relação ao partido do governo, a ARENA.

Assim, em junho de 1976, às vésperas das eleições municipais que ocorreram em novembro, o governo alterou as regras e decretou o fim da livre utilização, pelos candidatos, do horário eleitoral na televisão. Somam-se a essa estratégia novas cassações de deputados estaduais e federais do MDB — Marcelo Gato, Nelson Fabiano, Amaury Müller, Nadyr Rosseti e Lysâneas Maciel. Segundo Kucinski, "[...] todas as cassações haviam sido provocadas por discursos acusando o Exército de violações de direitos humanos".[3] Meses antes, em outubro de 1975 e janeiro de 1976, morriam, vítimas de tortura, nas dependências do DOI-Codi em São Paulo, o jornalista Vladimir Herzog e o metalúrgico Manoel Fiel Filho.

[#] Ver lista de siglas.

[3] Kucinski (2001, p. 37).

A suspensão do horário eleitoral gratuito, determinada pela Lei Falcão, não teve o resultado previsto e o número de votos dados ao MDB dobrou o do pleito de 1972.[4] Assim, em 2/4/1977, alegando a "ditadura da minoria" supostamente exercida pela oposição, o governo fechou o Congresso, decretou novos atos institucionais e tentou reverter o panorama de vitória que a oposição conseguiria nas eleições de 1978, principalmente no Senado. Para impedir uma renovação dessa Casa e, assim, ver suas propostas inviabilizadas pela perda de bancada, o governo instituiu o senador biônico, e a maioria simples substituiu os dois terços exigidos anteriormente. Das duas cadeiras para o senado por estado, que as eleições contemplariam, apenas uma concorreria. Portanto, na perspectiva de jogadas políticas, as estratégias montadas refletiam

> "[...] os cuidados para que a distensão fosse lenta, gradativa e segura, exprimiam o caráter controlado que Geisel atribuía ao processo que propunha. Ou seja, um processo de cima para baixo, que nunca escapasse ao controle dos que o propunham" (Kucinski, 2001, p. 29).

Todas essas "precauções" que o governo Geisel dispensou atenção, podem ser percebidas como atos contínuos na busca de fins determinados: principalmente garantindo a escolha de seu sucessor. Portanto, é importante visualizar como outros episódios, ocorridos na década de 1980, ainda estão imbuídos dessa mesma noção de "garantia". Mesmo com a decretação formal do fim do AI-5 e de outros "entulhos autoritários" em dezembro de 1978, as marcas que todo esse processo deixou na sociedade brasileira permaneceram. Pode-se dizer que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas, e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência. Assim, também se pode encontrar traços de permanência dessa intervenção autoritária do Estado depois do fim formal de decretos e leis desse cunho. Penetraram de tal forma no "caldo cultural", que extintos "pela caneta", continuam nas mentes e nos gestos de muitos. Nessa direção, nos anos de 1984-5 e 1988-9, Zuenir Ventura sublinhou que,

---

[4] Sobre a lei e os "perigos" de uma televisão e rádio livres, o ministro da Justiça, Armando Falcão, fez comentários, em suas memórias, dizendo ter sido um instrumento útil, porém falho, que deixou, segundo ele, saudades aos que, também segundo suas reflexões, são obrigados a ver os programas eleitoras de agora (Falcão, Armando, *Tudo a declarar* (2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 351-358).

> "[...] se 1984 foi para a cultura o ano do consenso, tecido pela campanha das Diretas e pela eleição e morte de Tancredo, 1985 foi o ano do dissenso, isto é do debate e da polêmica; em uma palavra, do desacordo. [...] Oitenta e cinco desarrumou o que 1984 tinha arrumado — na aparência. Mas isso, em lugar de ser o fim do mundo, parece ser o começo de outros tempos" (Ventura. 2000, p. 266).

Nas palavras deste autor, há a descrição de eventos, expondo a fragilidade de alguns acordos. A reflexão, contudo, remetem a algo que os transcende enquanto fatos. Nesse sentido, como fletiu Berstein,[5] a importância da *cultura política* está no pacto que os indivíduos, em sociedade, estabelecem e, principalmente, incorporam dando perfis aos seus comportamentos políticos. Se em julho de 1984 o ministro da Justiça, Fernando Lyra, jurou solenemente que a "censura está extinta", seis meses depois o país descobriu o engano do ministro. Nos primeiros dias de fevereiro de 1986, a portas fechadas no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney ordenou que se proibisse *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard — que no imaginário, ficou como o último ato de censura.[6]

A história do filme é uma metáfora da narrativa bíblica sobre a Virgem Maria. Mantendo suas características cristãs — é casta e concebe virgem —, a mãe de Jesus de Godard trabalha em um posto de gasolina como frentista, joga basquete, aparece nua, e seu namorado não entende como ela pode estar grávida.

Frente a um presidente da República intransigente, o ministro da Justiça ainda tentou argumentar sobre o direito que tinham os não católicos de verem o filme, mas José Sarney mostrou-se irredutível: "a responsabilidade é minha e não posso deixar de proibir".[7] Poucos dias depois, o presidente faria uma reformulação ministerial, procurando dar sua feição a um conjunto anteriormente escolhido pelo presidente eleito, Tancredo Neves. Lyra seria então um ex-ministro.

As polêmicas em torno de *Je vous salue, Marie* demonstram que mudanças eram apenas de aparência. Assim, donas de casa em Belo Horizonte fizeram passeatas pela

---

[5] Berstein, Serge, "L'historie et la culture politiques" (*Vingtième siècle. Revue d'histoire*, nº 35, 1992.

[6] Em um levantamento mais jornalístico do que propriamente uma reflexão histórica, o trabalho de Inimá Simões, *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil* (São Paulo, Editora Senac/Terceiro Nome, 1999) apresenta um roteiro dos filmes censurados entre 1964 e 1985. Tendo por base os pareceres censórios em depósito no AN/Brasília, finaliza seu texto relembrando que dias após a promulgação da Constituição de 1988, *A última tentação de Cristo*, de Martin Scorcese começar a ser bombardeado por críticas, pela imprensa, às vésperas de seu lançamento.

proibição do filme, em apoio às diretrizes da CNBB. Dom Luciano Mendes de Almeida, na época secretário-geral da entidade, divulgou uma nota apoiando o fim da censura desde que as obras que usassem personagens religiosos não os expusessem de forma diferente das linhas da Igreja. Para Dom Luciano, não existia censura, havia orientação do que fazer e como apresentar. Assim feito, tudo estaria bem.

As manifestações de parcelas da sociedade civil clamando por mais censura demonstram que durante o tempo em que esteve em vigor, no período pós-1964, a tesoura e os cortes respondiam aos anseios de parte dos brasileiros. O chefe da Censura Federal do governo Sarney, penúltimo Técnico de Censura a exercer o cargo, Coriolano Loyola Cabral Fagundes, recebia dezenas de cartas e mensagens de estados diferentes, solicitando que cenas ousadas fossem proibidas de serem veiculadas.[8] As "senhoras de Santana" em São Paulo, quando achavam um programa pouco sério, ou com excesso de palavrões, enviavam abaixo-assinados, com centenas de nomes, para a Censura, pedido mais rigor.[9]

Prática recorrente, em 2/2/1977, a "União Cívica Feminina" dirigiu-se ao diretor do DCDP, Rogério Nunes, denunciando cenas impróprias na novela "Duas Vidas", da TV Globo.[10] Dias antes, o mesmo diretor da Censura Federal respondia ao paulista Emílio Bassoi, que em carta pedia ao presidente Geisel mão firme na intervenção censória. Rogério Nunes, incumbido pelo presidente de responder, se dizia satisfeito, pois

> "[...] quando alguns pais de família, como V.S., apelam ao Senhor Presidente da República reclamando mais rigor na Censura imposta aos veículos de comunicação social, sentimo-nos estimulados e convictos de que estamos lutando a batalha certa".[11]

[7] O ex-ministro e ex-deputado federal (PMDB/PE) Fernando Lyra concedeu entrevista à autora em 12/12/1998.
[8] Entrevista à autora, em 18/8/1998.
[9] Esse material encontra-se em depósito no acervo DCPD do AN/Brasília.
[10] Seção Administração Geral. Correspondência Oficial, Ofícios de Solicitação (DCDP, AN/Brasília).
[11] Seção Administração Geral. Série Correspondência Oficial, Subsérie: Ofícios de Comunicação (DCDP, AN/Brasília).

Esse expediente de queixar-se às autoridades não se inaugura nesse momento.[12] Percebe-se, contudo, que ele esteve presente também durante toda a ditadura civil-militar pós-1964. Muitos censores lembraram que existia um grupo de senhoras, esposas de ministros, generais etc., que eram as primeiras a assistir os filmes e fazer uma pré-censura. No final, o censor precisava corroborar suas análises e dar o parecer oficial, que tornava legal o desejo delas. Portanto, o estabelecimento dos critérios e atitudes censória passava tanto pelo arbítrio dos censores oficiais, como dos oficiosos, estando eles, ou elas, ligados algo governo ou não .

Exemplificando esses apelos populares por censura, entre janeiro e junho de 1972, durante o governo Médici, o "Movimento Auxiliar de Recuperação da Juventude Brasileira", enviou correspondência ao Ministério da Educação e Cultura. A DSI daquele Ministério fez questão de notificar ao SCDP de Brasília as propostas desse movimento.[13] Algo similar aconteceu dois anos antes, em 26/11/1970, quando o secretário particular do ministro da Justiça, Ruy Carlos de Barros Monteiro, enviou para o DPF um abaixo-assinado recebido. Nele se pedia "medidas governamentais contra o abuso das piadas de mau gosto, que estariam sendo feitas sobre portugueses em programas de rádio e de televisão". Quem respondeu foi o censor Wilson Queiroz Garcia,[14] chefe do Serviço de Censura, citando o artigo 40, item II e o artigo 41, alínea e, do Decreto 20493, 24/1/1946,

---

[12] Um tipo de demanda como esta foi analisada por Eduardo Silva em *As queixas do povo* (São Paulo, Paz e Terra, 1988), tendo como fonte as cartas dos leitores, com todo tipo de crítica e reclamação, publicadas na coluna de "queixas do povo", do *Jornal do Brasil*. O cenário era a cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, e o autor reconstrói os problemas que a expansão urbana causava à cidade, tendo como foco o jornal mais popular entre as camadas populares naquele momento. Outros exemplos são: a tese de doutoramento em História, de Jorge Ferreira, Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-45 (Rio de Janeiro, FGV, 1997), com base nas cartas enviadas ao presidente Getúlio Vargas; e a dissertação de mestrado em Antropologia, de Luciana Quillet-Heymann, As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller (Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1997), calcada nos pedidos encaminhados ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, no primeiro governo Vargas, Filinto Müller. Na verdade, os dois trabalhos referem-se a cartas com pedidos de natureza pessoal.

[13] Seção Administração Geral. Série Correspondência Oficial, Subsérie: Informações Sigilosas (DCDP, AN/Brasília). O funcionamento das DSIs foi destrinchado nas reflexões de Carlos Fico, *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (Rio de Janeiro, Record, 2001), elucidando, pelos documentos oficiais e muitas vezes secretos e/ou confidenciais, a sistemática e métodos do aparelho repressor brasileiro no pós-1964.

[14] O censor, que também era jornalista, escreveu com outros dois censores, também jornalistas, a famosa *bíblia do censor*, um livro que compilava e comentava toda a legislação necessária para preencher os pareceres. Ver Rodrigues, Carlos; Monteiro, Vicente Alencar e Garcia, Wilson de Queiroz, *Censura Federal — leis, decretos-lei,, decretos e regulamentos* (Brasília, C.R. Editora, 1971).

para concluir sugerindo "que o SCDP transmita às suas [turmas de censura], instruções no sentido de que não aprovem nenhum programa naquelas condições".[15]

Meses depois, em 21/6/1971, o "Movimento de Arregimentação Feminina" de São Paulo, enviou um artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* (12/6, p.12), com o título de "Violência e erotismo, temas prediletos", ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid. A correspondência analisa que há uma

> "[...] completa irresponsabilidade de nossa censura cinematográfica. O 'MAF' pede a Vossa Excelência, que vem demonstrando tão grande interesse na defesa da mocidade, que leve a quem de direito, tão grave fato, para que medidas enérgicas e imediatas sejam tomadas para por um a fim de por termo a tais exibições".
>
> [O artigo do jornal inicia com a referência do pedido do presidente à Nação por uma juventude sadia como condição básica para a defesa da nacionalidade]. "Saberão eles que, em 1970, nada menos que 100 milhões de ingressos foram vendidos aos nossos jovens, e que nesse mesmo ano a censura foi obrigada a lhes vedar a exibição de 50% dos filmes nacionais, muitos deles produzidos com o recurso do próprio governo? Saberão que filmes do padrão de 'Memórias de um gigolô', foram financiados pelo Instituto Nacional de Cinema, órgão do MEC? Saberão que neste mesmo momento o INC está financiando a produção de mais de trinta filmes, sem conhecer o roteiro de nenhum deles? Não serão mais do que suficientes para que o assunto passe a ser analisado em profundidade, como uma contribuição ao esforço que se vem realizando com o objetivo de preservar a nossa juventude?" (Seção Administração Geral. Série Correspondência com a Sociedade Civil, Caixa 1. DCDP, AN/Brasília).

Nessa mesma linha, em março de 1971, o presidente Médici recebeu um abaixo-assinado com106 assinaturas,

> "[...] com o intuito de colaborar com V. Excia. para que a ordem e o progresso sempre reinem em nossa Pátria. [Assim], solicitam se digne V. Excia. determinar que se proceda uma advertência à Revista Manchete por intermédio da Autoridade Competente, por ter a dita Empresa publicado o artigo especial na edição nº 981, de 6/2/1971, intitulado 'A grande crise da família', não contando outro artigo não menos subversivo da moral pública, 'A vida sexual das solteironas'" (Seção Administração Geral. Série Correspondência com a Sociedade Civil, Caixa 1. DCDP, AN/Brasília).

[15] Seção Administração Geral. Série Correspondência com a Sociedade Civil, Caixa 1 (DCDP, AN/Brasília).

Portanto, se em 1986 cenas de sexo na novela das oito e nas telas de cinema provocavam uma reação popular, a prática de escrever ao governo pedido uma ação rigorosa é um fenômeno anterior a esse momento. Esse expediente refletia uma continuidade. Uma parcela da sociedade ainda desejosa de tutela, como também, um governo interventor da seara pública e privada. Uma fatia mais conservadora solicitava que o Estado ainda lhes dissesse o que ver, os "protegesse" e tirasse de seus mundos algo que lhes ficou como pornografia. Fernando Lyra, enquanto ministro da Justiça por menos de um ano — de março de 1985 a fevereiro de 1986 —, podia ter teatralizado o fim da censura, em um decreto de cima para baixo. Mas muitos, ao que parece, ainda precisavam dela.

Nessa onda de pedidos e proibições que *Je vous saleu, Marie* protagonizou, outro filme também foi destaque naquele momento. *O último tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci, em que Marlon Brando e Maria Schneider participam de uma cena de sexo bastante comentada, foi proibido de ser exibido na TV brasileira. Arrastando filas ao cinemas em 1972, em vários países, levou sete anos para entrar no circuito dos cinemas brasileiros. Nos idos de 1985, foi aprovado pela censura para ser exibido na televisão, com cortes. Mas não foi ao ar. Voltaram atrás, literalmente, tornando difícil responder a Caetano Veloso, que continuava a esbravejar: "que Nova República é essa?. Quero que alguém me explique o que está acontecendo".

O abaixo-assinado da "Campanha nacional contra o erotismo e a pornografia instalada nos comerciais e novelas exibidos na TV", era uma indicação. Em 1986, as 40 mil assinaturas na cidade de Fortaleza que se engajaram nessa *luta*, pediam "[...] uma Nova República liberal, não libertina".[16] Entretanto, para responder completamente às indagações coletivas que Caetano explicitava, há que se entender que essa série de correspondências recebidas fazia parte de uma estratégia. A CNBB, para ter êxito nas empreitadas pela censura, agia em três diferentes níveis: ia diretamente ao Planalto, pressionava donos de emissoras e também dispunha de

> "[...] uma terceira arma , a mais eficiente: bispos e padres pedem aos fiéis, nas missas, que se manifestem. Periodicamente, o Palácio do Planalto, o Ministério da Justiça e a própria Censura são abarrotados pelo correio por

[16] Seção Administração Geral. Série Correspondência com a Sociedade Civil, Caixa 3. (DCDP, AN/Brasília).

> toneladas de cartas, telegramas, e telex de protesto. [...] Muitas vezes, por desinformação, os remetentes enviam as próprias instruções recebidas, inclusive o modelo do texto sugerido pelo padre ou bispo da região" ("O cerco da Igreja", *Veja*, 9/9/1986, p. 22).

Utilizando-se do artifício da correspondência, na campanha contra a liberação do filme de Godard, o "Centro Bíblico Católico", em nome da "Liga do Professorado", ambos com sede em São Paulo, escreveu dezenas de cartas e telegramas para o ministro Fernando Lyra. Nelas, o diretor, "Dr. Frei Paulo Avelino de Assis", exigia que o filme não fosse visto em nenhum lugar, que houvesse um controle absoluto, pois "não existe o direito de criar salas, para ali desrespeitar pessoas. [...] É questão de direito e de justiça. Minha mãe [no sentido da mãe de Deus] tem o direito de ser respeitada *em toda a parte*".[17]

Nessa direção, os questionamentos de Caetano transmitem o espírito do momento. Há uma assincronia entre os que ambicionam mudanças — potencializadas nas campanhas das Diretas Já —, e todas as forças que compunham o Estado. O país ainda era governado pelas diretrizes da Constituição de 1969, formulada no berço do AI-5. Segundo o jurista Raymundo Faoro, "as constituições modernas garantem que todo mundo pode ter ou não uma religião. O governo é obrigado a manter neutralidade. Com a proibição [ao filme de Godard], Sarney tomou partido".[18]

Fruto da permanência de um outro olhar, o ex-ministro da Justiça no governo Geisel, Armando Falcão sentenciou: "se fosse ministro, não deixaria passar. *Todo mundo deve ser poupado da tentação de ver*" (ênfase minha).[19] Neste sentido, o presidente Sarney colocava o governo, naquele momento, mais próximo de tudo que o ex-ministro representava, pois, sem assistir, também proibiu o filme. Para o presidente, ainda cabia ao governo tutelar o cidadão.

Sintonizado com Falcão e Sarney, o chefe do Serviço de Censura em São Paulo, o censor de carreira Drausus Seiman Dorneles Coelho, valendo-se do mesmo argumento do governo que instituiu o AI-5, proibiu que a entrevista de Marília Gabriela com o inglês

---

[17] Acervo DCDP, AN/Brasília.

[18] "A censura de Sarney", *Veja*, 12/2/1986. pp. 60-2.

[19] "A censura de Sarney", *Veja*, 12/2/1986, pp. 60-2. Onze anos antes dessa declaração, em 5/2/1977, o então ministro da Justiça, Armando Falcão dizia que tanto pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, como pelo AI-5, o país vivia em pleno Estado de Direito e democracia. E por isso cabia a censura (*O Estado de S. Paulo*).

Ronald Biggs, fosse ao ar na TV Bandeirantes. Para o censor, Biggs denegria a imagem do país ao justificar que veio para o Brasil, depois de assaltar um trem na Inglaterra, porque "um amigo me contou que era um ótimo lugar, onde uns 100 nazistas viviam sem ser incomodados" (*Veja*, 11/6/1986, p. 130).

Portanto, todas as disputas que envolveram o *Je vous salue, Marie*, desvendam a permanência de atitudes, findadas apenas pela caneta. Nessa direção, lembrando a invasão do campus da PUC paulista em 1977, oito anos depois agentes da PF caçaram alunos para apreender a fita de vídeo do filme de Godard.[20] Dias depois, foi o delegado Romeu Tuma, diretor da PF, que veio ao Rio convencer o reitor da UFRJ, o físico Horácio Macedo, a comparecer à Superintendência da PF na cidade e nomear os estudantes que assistiram ao filme na universidade. Lembrando o seu antecessor no cargo por quase 20 anos, Macedo estava inspirado por Pedro Calmon, reitor da mesma universidade de 1948-66, que na época chamava-se Universidade do Brasil. Calmon, vendo a Faculdade Nacional de Direito cercada por policiais, decretou: "Alto lá!. Aqui só se entra com exame de vestibular".

De todo esse panorama, um dado é claro: desde que tomou posse, em março de 1985, até o início de 1987, a "Nova República" continuou utilizando o expediente dos atos censórios. Foram 261 letras de música cortadas e 25 terminantemente vetadas. Novelas e textos teatrais também tiveram cenas suprimidas e o conjunto de censores, que era de 150 técnicos, aumentou para 220, já que houve um concurso em 1986. Sempre tentando separar diversão e bons costumes das questões políticas, o diretor do DCDP, Coriolano Fagundes, sublinhou que essas não eram ligadas ao segundo ponto. Mas algo é conclusivo, sentia-se o peso de uma tradição, de uma burocracia e principalmente de vozes conservadoras que o mapeamento deste quadro expõe.

No descompasso entre muitos desejos e as ações, a "Nova República" sinalizava com reformas, a mais importante delas realizada por uma Assembléia Nacional Constituinte. No embate entre reformular o legislativo e retirar os rastros do "entulho autoritário", a nova Constituição, marcada pelo título de "Constituição cidadã", definiu, na

---

[20] Na matéria da *Veja* de 12/3/1986, sob o título de "Veto difícil", o jornalista menciona a invasão da PUC na década de 1970. Em uma ótima oportunidade de historiar aquele momento, quando o secretário de Segurança Pública do governo Paulo Egídio (1975-79), o coronel Antônio Erasmo Dias, prendeu centenas de estudantes em pleno processo de distensão do governo Geisel, fica uma citação solta.

área dos direitos individuais, articular para o Serviço de Censura um caráter classificatório e indicativo.

Fruto da semente plantada pelo ministro Lyra, no seu ano à frente da pasta da Justiça, e auxiliado pelo chefe da Censura de então, o censor Coriolano Fagundes, o projeto de lei que transformava o Serviço de Censura em Serviço de Classificação de Espetáculos e subordinado diretamente ao gabinete do ministro, foi engavetado por seu sucessor, Paulo Brossard. Sintonizado com uma legislação extremamente avançada, na proposta de Lyra e Fagundes caberia ao Estado apontar o melhor horário e faixa etária mais conveniente para a exibição dos programas. Incorporada às diretrizes da Constituinte, muitos achavam que essa idéia não vingaria. Mas em 5/10/1988, a Carta revelava que

> "**Art. 220**: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
> **§ 1.º** Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social [...].
> **§ 2.º** É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.
> **§ 3.º** Compete à lei federal:
> **I** - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;
> **II** - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.
> **§ 6.º** A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade"
> (Constituição Federal de 1988, capítulo V— Da Comunicação).

É importante sublinhar, entretanto, que em janeiro de 1987, durante a elaboração do anteprojeto da nova Constituição, organizado pela Comissão de Estudos Constitucionais e presidida pelo jurista Afonso Arinos, não se atribuía ao DPF a classificação de espetáculos de diversão pública. Era o começo do fim. Naquele instante, o censor e diretor do DCDP, Coriolano Fagundes, refletia que era preciso "[...] destituir o Estado do papel de proibir. A

tutela estatal sobre a vontade do maior de idade é exorbitância" (*Jornal do Brasil*, 16/1/1987). Nesse sentido, a Constituição estabeleceu também que

> **a.** "é livre a manifestação do pensamento, sedo vedado o anonimato" (Artigo 5º, item IV);
> **b.** "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" (Artigo 5, item IX);
> **c.** "compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversão pública e de programas de rádio e televisão" (Artigo 21, item XVI);
> **d.** na vigência de estado de sítio, "restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão" (Artigo 139, item III);
> **e.** é vedado "instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à imprensa" (Artigo 150, item VI, letra d);
> **f.** "até que se edite a regulamentação do art. 21, XVI, da Constituição, os atuais ocupantes do cargo de censor federal continuarão exercendo funções com este compatíveis, no Departamento de Polícia Federal, observadas as disposições constitucionais. § único: A lei referida disporá sobre o aproveitamento dos censores federais, nos termos deste artigo"
> (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT —, Artigo 23).

Na busca constante por demarcar cortes nos processos históricos, o fim da censura, agora decretado na Constituição, foi saudado como o, suposto, término de um dos mais perversos instrumentos de repressão: a proibição da livre expressão. As regulamentações jurídicas acerca da censura, contudo, recomeçaram tão logo a Constituição foi promulgada. Por meio de decreto, o antigo Conselho Superior de Censura foi transformado em Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, também vinculado ao Ministério da Justiça. Este deveria elaborar uma jurisprudência de critérios e normas para uma censura indicativa e classificatória da programação. Caberia ao órgão apontar o melhor horário de apresentação e faixa etária apropriada para assisti-lo, e nada mais.

Naqueles idos de 1988, quando a Constituição foi outorgada, o deputado federal pelo PMDB, Fernando Lyra já era ex-ministro. A pasta da Justiça no governo Sarney teve, portanto, três titulares, e o segundo foi o jurista Paulo Brossard. Militante do MDB, deputado-federal e senador pelo Rio Grande do Sul, foi líder do PMDB no senado no início da década de 1980. Ficando quase três anos no governo, de fevereiro de 1986 a janeiro de 1989, não demonstrou ter o mesmo afinco que seu antecessor em pôr fim à censura.

Durante sua gestão, o decreto 1.077/70, que regulamentou a censura prévia nos governos pós-1964, voltou a ser utilizado. Segundo o ministro, "a Legislação, seja ou não a mais justa, terá que ser cumprida".[21] O ministro Brossard foi substituído pelo jurista mineiro, ex-deputado e membro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, na época com 67 anos. De tendência bastante conservadora, acreditava na volta da censura, já que, segundo ele, esta

> "[...] vai acabar sendo imposta pela própria sociedade, que chegará à conclusão de que é necessária. Os próprios autores acabarão se censurando porque vão sentir na carne os abusos. O que ocorre hoje é o resultado de uma liberação após estancamento: o dique estava impedido, agora houve um rompimento, mas em breve as águas vão serenar. Os abusos acabaram naturalmente.
>
> [...] O espectador não tem condições de saber o que está influindo deploravelmente em seu espírito. A matéria é complexa e delicada. Não tenho dúvidas de que a sociedade encontrará meios corretivos e acabará dominando a boa norma, pois se a sociedade não tiver boas normas dissolve-se e acaba" ("Uma voz conservadora", *Veja*, 1/2/1989, p. 6).

Para colocar em prática suas idéias, dias depois dessa entrevista e menos de quatro meses depois da promulgação da Constituição de 1988, o ministro Oscar Dias Corrêa formulou um Projeto de Lei que devolvia ao Estado a função de selecionar o que deveria ou não ser visto pela população. Nesse sentido, tomava para si as idéias de Armando Falcão, acreditando-se o responsável por preservar o outro da tentação de ver.

No bojo dessa proposta, verdadeiro retrocesso, mais uma vez parcelas conservadoras da Igreja Católica protagonizaram o desfecho e revelaram sua força e prepotência em impor seus desejos. Nessa direção, o projeto do ministro certamente era uma resposta aos fatos ocorridos no Carnaval carioca de 1989. Sendo a festa de Momo um momento de inversão de valores, essas mudanças ocorrem com o consentimento do poder estabelecido, ou seja, tem dia e hora para começar e terminar. Em um desses momentos de *quebra permitida* — durante o mês de fevereiro de 1989, na mesma semana em que a entrevista do ministro da Justiça ao semanário *Veja* foi publicada —, uma escola de samba

---

[21] "Os quase 200 anos de censura no Brasil", Revista *Meio e mensagem*, 2/2/1987 (Acervo Dedoc/Editora Abril).

carioca desfilaria na festa profana do carnaval uma imagem mundialmente identificada à cidade do Rio. E isso, ao que parece, continuava não sendo permitido.

Em um enredo de protesto, a luxuosa *Beija Flor* queria entrar na avenida Marquês de Sapucaí falando do lixo. "Rato e urubus, larguem a minha fantasia", era uma procissão de mendigos, loucos, profetas, prostitutas etc. O "povo da rua" era o centro dessa narrativa, e trazia em um dos carros alegóricos a réplica de uma estátua que causou polêmica. Em um samba que se perguntava se tudo que reluz é ouro, dando brechas para as ilusões, a escola queria trazer para a avenida um Cristo mendigo.

Desafiando a sua própria máxima de que "pobre gosta de luxo, quem gosta de pobreza é intelectual", o carnavalesco Joãosinho Trinta percebeu, no embate, que tipo de uso a Arquidiocese do Rio de Janeiro aceitava para a imagem do Cristo. Em um dos mais bonitos desfiles do carnaval carioca, a *Beija Flor* passou pela avenida debaixo de um temporal que começou e findou enquanto ela lá esteve. Em uma opereta mergulhada na sujeira e nos símbolos da marginalidade, o Cristo veio coberto por um enorme saco de lixo preto com os dizeres: "Mesmo proibido, olhai por nós!."

Apenas quatro meses depois de a Constituinte aprovar o artigo 220, que acabava com a censura, o Cardeal Arcebispo do Rio, Dom Eugênio Salles, proibia que uma figura, para ele apenas católica, freqüentasse uma festa como o Carnaval. E, mais uma vez, parcelas conservadoras da Igreja demonstraram seu poder. Como no filme de Godard, assistido por muitos em sessões clandestinas como uma forma também de protesto à proibição, o Cristo da *Beija Flor* saiu, mas coberto.

As disputas em torno desta imagem e, principalmente, o sentimento de contestação que o desfile da Escola de Samba adquiriu, gerou uma comoção. Todos queriam participar dele e desafiar a ordem, já que esta é sempre a função da festa de Momo. Poucos se lembram quem venceu o carnaval daquele ano. A *Beija Flor*, mesmo em segundo lugar, foi a grande campeã.

Trazendo como refrão a estrofe "Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós. E que a voz da igualdade, seja sempre a nossa voz", uma referência ao Hino da Proclamação da República, a *Imperatriz Leopoldinense* foi a vencedora oficial. Sintonizada com os ideários de mudança, que a Constituição de 1988 propagava, o enredo centrava-se nas ondas de imigração que povoaram o país. Tendo como imagem a de um berço plural que

acolhe todas as diversidades, glorificava a liberdade que aqui julgava existir. Talvez por isso, venceu o Carnaval.

***

A festa de Momo, como arena de manifestação política antes e após-1964, foi diversas vezes utilizada. E a ação censória nesse espaço refletia a sua importância. Muito anterior a esse momento, o Carnaval esteve sempre na mira do Serviço de Censura. As músicas compostas para essas festas deveriam receber a liberação do órgão, tanto antes como depois de 1964, para serem executadas nas rádios, na TV, no cinema e nos bailes.

O assessor técnico da Secretária de Segurança Pública da Guanabara e ex-integrante da Polícia Especial do primeiro governo Vargas, Pedro José Chediak foi o chefe da Censura durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-61).[22] Um dos episódios de confronto na sua gestão ocorreu em janeiro de 1960, quando a música "Marcha do condutor" causou polêmica e foi proibida.[23] Acusada de ofender a classe dos condutores de bonde, a letra quase ingênua, criou comoção popular. Chediak mandou recolher até os discos já prensados, mas a letra já tinha *caído na boca do povo*.

As pressões contra essa marchinha iniciaram-se no final do ano anterior, quando o jornal *O Globo*, de 26/12/1959, na seção "Ouvinte desconhecido", publicou uma nota intitulada "Licenciosidade". Nela exigia atitudes "enérgicas e acauteladoras dos interesses da Família Carioca". O chefe da Censura resolveu então mobilizar esse "grupo de censores oficiosos" e colocou um funcionário de plantão para receber as denúncias de abuso nos programas de rádio e TV. Essa arregimentação, que respondeu ao clamor de Chediak, iria se repetir inúmeras vezes depois de março de 1964.

---

[22] Entrevista à autora em 7/6/1999. Tive acesso também ao seu arquivo pessoal, contendo cópias de documentos publicados do *Diário Oficial* e em jornais. Chediak permitiu também que utilizasse seu verdadeiro nome.

[23] A letra, de Jeremias Pelegrino, Válter Moreno e Amílcar Chamareli dizia "Seu condutor não leve a mal. Encontrei sua mulher agarradinha com o fiscal. Ele diz que é seu amigo. Amigo ele não é. Enquanto você dá duro, ele passeia com sua mulher" (*Diário Carioca*, 6/1/1960).

Parte da imprensa apoiava as atitudes interventoras do chefe da Censura com notas parabenizando sua atuação e declarando que sua "nomeação foi um ato acertado". Outros, sentenciavam sua oposição ao dizer que

> "[...] não somos da mesma opinião do Sr. Chediak. [...] Discordamos do censor maior, e fazemos questão de declarar nesta coluna, porque o que se diz nos círculos da TV é que engana-se a censura colocando nos originais algo mais grosseiro e o simples corte do absurdo chega para liberar o resto, que recebe o beneplácito da censura. Isto quer dizer que os mais espertos já entenderam que o aparelho de repressão quer somente parecer que existe, embora condescenda com o que não deve" ("Moral em porcentagem", de Bornet. Sem data ou local de publicação. Arquivo pessoal Pedro José Chediak).

O rigor censório nessa seara e em outras, certamente aumentaria no pós-1964, mas nem por isso frearia o *ludíbrio jocoso* que o Carnaval permite. Nesses três dias de "nova ordem", as críticas ao momento vivido são feitas em vários tons. Assim, no Carnaval de 1967, o *Salgueiro* desfilou a "História da liberdade no Brasil", levando os autores do enredo, Arlindo Rodrigues e Fernando Pamplona a se explicarem perante a repressão estatal. Nas lembranças do próprio Pamplona, em um dos três prefácios que abrem o livro de Roberto Moura,

> "[...] depois de muita discussão democrática e votação em assembléia, demos uma de D. Quixote e o Salgueiro resolveu contar, em [19]67 (antes do AI-5, é lógico), a história das nossas verdadeiras revoluções, baseado no maravilhoso livro *A história da liberdade no Brasil*, de Viriato Correia. Resultado: mesa cativa para o pessoal do DOPS; coronel perguntando por que não contávamos a *liberdade* até os nossos dias.
>
> — 'Que é isso, coronel? Paramos em Deodoro porque não somos juizes do nosso tempo'.
>
> Cortaram a luz do Salgueiro, que só pode continuar seus ensaios com um gerador emprestado por uma companhia italiana de cinema, que não tinha nada com o peixe. Quadra vazia [...] Resultado: desfilamos pobres e com pouco mais de 800 pessoas, mas castigamos um terceiro lugar.
>
> Depois de Palmares (palavrinha logo em seguida proibida), Chica da Silva, Chico Rei e a História da Liberdade, o *Sal* ficou mais manjado e a censura aporrinhou pacas".

No primeiro Carnaval depois de 13/12/1968, a pressão exercida pela repressão e a expectativa pelo desfile eram grandes. Portanto, tudo foi ainda mais complicado: no rol de proibições, as escolas não podiam desfilar com travestis e os enredos deveriam abordar temas nacionais. O *Salgueiro*, com uma trama muito diferente daquela de dois anos antes, foi absolutamente nacionalista. Venceu apresentando a "Bahia de todos os deuses", da mesma dupla, Fernando Pamplona e Arlindo Rodrigues. A polêmica desta vez ficou por conta da *Império Serrano*, de Mestre Fuleiro, que escolheu como tema os "Heróis da liberdade". Em uma referência ao um Hino nacional, dizia

"De lamento em lamento
De agonia em agonia
Ele pedia
O fim da tirania
[...] Ao longe, soldados e tambores
Alunos e professores
Acompanhados de clarim
Cantavam assim:
Já raiou a liberdade
A liberdade já raiou
[...]Samba, meu samba
Presta esta homenagem
Aos Heróis da Liberdade"

Temática posta para fora de cena, a evocação da liberdade, a referência aos estudantes e a menção de patrulhamento pelos soldados, certamente não era o mais desejado, oficialmente, de se ouvir no momento. A censura proibiu o samba alegando a utilização de uma frase do Hino da Independência ("já raiou a liberdade"). Na interpretação oficial, o ato maculava um dos símbolos da Nação. A escola desfilou, e o samba foi cantado nas arquibancadas montadas na avenida Presidente Vargas, bem perto da Candelária. A *Império Serrano* amargou um quarto lugar, mas a música, gravada por Elza Soares, "[...] ganhou fervor cívico quando cantada nas rodas de samba cariocas daquela época, dos subúrbios ao Teatro Opinião".[24]

Entre o Carnaval de 1969 e o de 1989, inúmeros episódios políticos, culturais e econômicos alteraram o panorama e traçaram um outro país. Mas um dado é muito

[24] Moura, Roberto M., *Carnaval: da redentora à Praça do Apocalipse* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986, p. 29).

relevante: a simbologia da liberdade e da contestação também perpassam esses momentos de confronto, expressos nessas festas de Momo.

Partindo do pressuposto de que esta festa é um momento em que rupturas são "permitidas", é oportuno perceber que a temática da liberdade foi várias vezes introduzida. É curioso, contudo, que tanto a liberdade, como também a democracia aparecem nessas representações como um bem inato. Essa noção não é exclusiva dessa manifestação, mas circunda vários setores da sociedade brasileira, que as entendem como conceitos adormecidos nas raízes históricas do país. Nesse raciocínio, os períodos em que não há liberdade e democracia são sempre percebidos como exceções. E quantas exceções existem.

Uma visão crítica a essa idéia da sociedade brasileira como "democrática por natureza", foi feita por Daniel Aarão Reis Filho acerca do processo de Anistia e de oposição ao regime militar. Para o autor,

> "[...] a sociedade brasileira pôde repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e reconfortando-se na idéia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes históricas. [...] Em tudo isto sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura. [Então], como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada? Ou que tenha sido aprovada uma anistia recíproca?" (Reis Filho, 2000, p. 10).[25]

Dez anos depois do processo de Anistia recíproca, e desejoso por frear uma suposta "liberdade concedida e mal utilizada", logo após o Carnaval de 1989, o projeto do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, recuperava para o governo a função de vigília. Para tal criava a Secretaria de Classificação Indicativa — a brecha que a Constituição permitia. Composta de classificados de filmes, peças, *shows* etc., extinguiu o cargo de censor federal e criou o de analista policial federal. Ambicionava reinstalar uma máquina burocrática estatal que a Constituição de 1988 delimitou como desnecessária.

---

[25] É importante também sublinhar uma imagem cunhada pelo mesmo autor quando analisou as recentes apropriações imagéticas dos anos de chumbo, como o filme *O que é isso, companheiro?*. Formulando a expressão de uma "memória da conciliação", onde a dor não tem lugar, Reis Filho demonstra uma certa continuidade de olhares sobre um dado momento histórico. Ver Reis Filho, Daniel A., "Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60" (*in* Reis Filho, Daniel Aarão *et alii*, *Versões e Ficções: o seqüestro da história* (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997).

Entre a vontade de reinstalar a censura e pôr fim à categoria de censor, muitas idas e vindas perpassaram o debate sobre o papel do Estado nessa seara. A regulamentação mais atual da função estatal se deu em meados de 2000 — uma década depois. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Portaria 796/2000 inscreveu o Estado como um vigilante preocupado com a exposição de menores a imagens e informações de cunho pornográfico. Mas restringiu sua atuação à classificação indicativa de programações como teatro, TV e cinema.

A trajetória dos censores e o término de sua carreira no organograma do DPF, é uma narrativa paralela a esta. Complementa, contudo, uma visão de um não financiamento estatal à burocracia censória. Mas *proteger o outro da tentação de ver* estará sempre nas prioridades de quem luta pela permanência da censura como órgão regulador. Portanto, redesenhar as gerações de censores do pós-1964, permite refazer esse quadro e mapear o debate sobre o tema. Desrespeitando propositadamente cronologias, muitas vezes esse esboço buscará traços fora desse marco de tempo. O intuito é demonstrar permanências no processo.

2. Formando os censores. Da Polícia Especial aos Intelectuais

"Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão".
(*Apesar de você*, de Chico Buarque)

O censor pode ser definido como o que prática ato censório; o crítico — no sentido de quem encerra um julgamento —, o funcionário público encarregado da revisão e da censura de obras literárias ou artísticas, ou do exame crítico aos meios de comunicação de massa: jornais, rádio, TV etc. Esse ofício surgiu no Império Romano, onde a função designava o encarregado da contagem populacional, como também pela vigilância ao cumprimento dos bons costumes.

Nas sociedades modernas contemporâneas, adquiriu também uma leitura psicanalítica. Os censores seriam, assim, como parte do superego — definido como *locus* da personalidade responsável por idéias e valores, e que age inconscientemente sobre o ego, contra as pulsões que provocam culpa. Essas pulsões refletem uma tendência permanente, e em geral inconsciente, que dirige e incita a atividade do indivíduo. Nesse sentido, o papel do censor, do superego, seria o de defensor, guardião, vigilante e zelador, para que partes recalcadas do inconsciente não emerjam no consciente.

Trazendo essas noções para o Brasil de fins da década de 1980, percebe-se como é difícil para alguns abrir mão desse "zelador" da moral e dos bons costumes. Assim, para muitos o censor tem que ser personificado pelo Estado, senão não há serventia e eficácia. E esses muitos que desejam a censura estavam tanto no aparelho de governo, como na sociedade civil. É do pacto desses dois pólos que a necessidade e materialidade desse

"defensor" se concretiza. Mas não se quer dizer, entretanto, que o fim da censura, no caso brasileiro, reflita o término desse pacto. O que se verá é que o acordo, também *camaleonicamente*, se adapta e a censura não termina, se enquadra. Mas para isso há que caminhar mais.

Contudo, vale sublinhar que o embate acerca da existência ou não desse "guarda" — policial —, certamente esteve presente por toda a história republicana. Mas, se perseguirmos o momento em que, definitivamente, se pode determinar o seu fim, tudo fica um pouco mais complexo. Novamente é difícil dizer quando "enfim, acabou", pois mesmo quando se extinguiu o cargo, procurou-se manter o exercício censório.

Nas questões práticas da burocracia estatal, em outubro de 1988, quando se outorga a *Constituição cidadã*, determinou-se que não haveria mais censura oficial — financiada pelo Estado. Em fevereiro do ano seguinte, estabeleceu-se o fim do cargo de censor, mas o retorno da intervenção estatal. Entretanto, uma ação prática se vislumbrava: existiam cerca de 220 técnicos de censura ainda na ativa, espalhados por todos os cantos do país. Onde realocar esses funcionários federais, era uma demanda a ser respondia. Mas por quem?

Figura construída como chistosa, sublinhando uma falta de preparo cultural para o cargo, os censores, após a Constituição de 1988, perceberam a *pecha* que adquiriram com o advento do processo de abertura política. Promulgada a Carta constitucional e estabelecido o fim da censura, do dia para a noite não tinham mais função,nem espaço físico para ficar no DPF. "Sentamos nos corredores", lembra-se *Carolina* — censora carioca desde 1972, aposentada em 1995.[26]

Identificadas como o símbolo do autoritarismo, suas funções existiram antes, durante e depois de momentos marcadamente ditatoriais da República brasileira — o Estado Novo e o pós-1964. Para manter a prática da censura, mesmo depois de 1988, o ministro Oscar Dias Corrêa abria mão do personagem, mas queria garantir o papel.

A discussão acerca do "lugar da censura" é anterior ao fim dos anos de 1980. O desejo de retirá-los, tanto do organograma do DPF, como do Ministério da Justiça, estava

---

[26] *Carolina* e *Mariana* são duas censoras cariocas que optaram por conceder uma entrevista em conjunto, em 23/1/1998. Foram minhas primeiras entrevistadas e me receberam com grande cordialidade. *Carolina* depois fez mais um depoimento, para sanar minhas dúvidas. Na época, *Carolina* tinha 50 anos e *Mariana* 56. Ambas já estavam aposentadas. Por meio delas, cheguei a uma rede de amigos e amigas, censores, com quem conversei. O pedido para que seus nomes verdadeiros não aparecessem foi aqui respeitado.

presente nos debates que antecederam ao processo de estabelecimento da Anistia política, no fim do governo Geisel, e continuaram nos primeiros meses do governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-85).

Dez anos antes da Carta constitucional da "Nova República" ser promulgada, essa situação já vinha se configurando. No início do governo do general Figueiredo, sinalizava-se uma censura classificatória e indicativa. Entretanto, se muitos decretos, leis e atos institucionais foram extintos no fim de 1978, a lei 5.536/68 — o "presente de Gama e Silva" dias antes de decretar o AI-5 —, aparecia para o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, como a grande salvação. Finalmente se colocaria em vigor o Conselho Superior de Censura. No ideário de um órgão gestor do que liberar e como, o ministro parecia respirar aliviado.

É oportuno sublinhar que o ministro Portella era bastante ligado aos meandros que formularam tal lei 5.536/68.[27] Posteriormente, como líder do Senado no governo Geisel, foi incumbindo de negociar com o MDB a reforma do judiciário. A *missão Portella* objetivava tanto rachar o partido de oposição, e, assim, obrigar a uma nova composição política que aumentasse o poder da ARENA, como caracterizar a intransigência do MDB, o que gerou o "pacote" de 2 de abril de 1977, com o fechamento do Congresso Nacional. As reformas divulgadas em 20 de junho, como reflete Kucinski,[28] eram

> "[...] no seu conjunto muito mais autoritária do que a Constituição promulgada pela Junta Militar em 1969, até então em vigor. O reforço do autoritarismo legalizado, como compensação pela perda de alguns dos poderes ditatoriais, foi o resultado natural das negociações de Geisel com seus interlocutores militares e empresariais que pesaram mais do que os interlocutores das oposições liberais do senador Portella".

Na vertente *camaleônica* do governo Geisel, o processo de Anistia política também foi negociado. Assim, se nos primeiros dias de junho de 1977, a censura prévia retirou-se

---

[27] Udenista, aderiu à ARENA, com a decretação do AI-2, em outubro de 1965. Em março de 1971, indicado pelo senador Filinto Müller, tornou-se presidente do Senado. A partir de 1973, ocupou a presidência nacional de seu partido. Foi definido como um "perito na arte de manipular os homens. Nunca fecha totalmente as portas para os inimigos" (*Veja*, 13/12/1978, p.22).

[28] Kucinski (2001, pp. 67-68).

de alguns jornais como *Movimento*, *O São Paulo*, e *Tribuna da Imprensa*, medidas restritivas tinham que compensar certa "flexibilidade". Essa "abertura" culminou, em fins de 1978, com o fim de vários atos e decretos, principalmente o AI-5 e em uma anistia não ampla, geral e irrestrita, mas recíproca.

Nos desdobramentos desse panorama, a reflexão de onde realocar a censura também se inscreve. Muitos censores ainda não tinham plena consciência de que suas funções estavam sendo esvaziadas, mas compreendiam que o quadro estava se alterando. O caminho até o fim seria longo, quase uma década. Naqueles fins de 1970, entretanto, uma diretriz preocupava os técnicos em censura: o lugar na burocracia estatal ao qual seriam vinculados. Concursados para o DPF, eram funcionários federais do Ministério da Justiça. Nesse sentido, o tema em destaque, em março de 1979, era como contemplar os dois ministros Portela.

Petrônio Portella, da Justiça, e Eduardo Portela, da Educação, não queriam que os censores fizessem parte dos seus Ministérios, tendo em vista que cada um julgava que a solução seria transferi-los para os quadros do outro Ministério. O diretor do DPF, coronel Moacir Coelho — que foi por onze anos, de 1974 a 1985, responsável por este órgão — também não os queria. Para ele, "a censura pode ir para qualquer lugar, menos ficar na polícia, porque em nenhum país do mundo, a não ser o Brasil, ela é assunto policial" (*Jornal do Brasil*, 8/3/1979).

Assim, *nesses novos tempos*, a visibilidade do censor, que munido de sua tesoura e uma caneta vermelha, definia o quanto se teria de acesso à informação, tornava-se um grande incômodo. No próprio prédio sede do DPF em Brasília, onde era o "seu lugar", o censor era posto de lado. Na realidade sempre o foi. Não era considerado um policial e muitos acreditavam que realizavam uma tarefa intelectual. Por isso, a Polícia Federal não os incorporava plenamente. Eram uma gleba à parte, porém de raízes profundas naquele território.

Mais conhecido como o *máscara negra*, o prédio da sede do DPF, construída na gestão do ministro da Justiça Armando Falcão, no governo Geisel, tem uma arquitetura que lembra muito a figura dos *meganhas* — policiais de óculos Ray-Ban, tipo truculento e cruel que andava em furgões C-14, típicos dos anos de 1970. Todo em vidro fumê preto, não se

sabe o que se passa lá dentro. Mas sabe-se que eles de lá vêem tudo o que aqui fora se passa, protegidos nessa escuridão.

Nesse espaço da vigília, houve um tempo em que a censura ocupou um certo terreno. Ainda em 1979, mesmo já indesejada, ocupava todo o segundo andar do prédio. No seu subsolo ainda existem mais de sete cabines, cobertas de tapetes e com 20 poltronas verde oliva, com luminárias individuais, onde filmes e novelas eram vistos e censurados. Era uma jornada de oito horas de trabalho, com equipes de três censores, que examinavam pelo menos dois filmes de 35 milímetros e quatro de 16 milímetros. Para os longa-metragens, havia um auditório de 400 lugares.

Por isto o grande desafio era como se desfazer dessa enraizada estrutura. A década de 1980 vivenciou todas essas idas e vindas, todas as comemorações pelo fim, e todas as voltas da censura. Mas os censores não esperaram que alguém definisse o seu término. Antes que o "então, acabou" fosse decretado e que, enquanto uma corporação, perdessem alguma vantagem funcional, resolveram agir.

O objetivo desse grupo era manter o DCDP subordinado ao DPF contra a vontade do penúltimo chefe da Censura, Coriolano Fagundes. Os censores temiam perder vantagens financeiras e funcionais que a função de policial federal lhes garantia. Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16/1/1987, intitulada "Censura organiza seu 'lobby'", compreende-se o por que de "todo esse amor" pela carreira policial.

> "O censor federal não é apenas funcionário público. Como policial federal, ele possui um *status* comparável aos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático, e a perda de gratificações pela função policial poderia reduzir à metade os seus salários: Cz$ 18 mil em média, podendo chegar até Cz$ 40 mil".[29]

Dois dias depois, o mesmo jornal carioca noticiava a possível exoneração de Coriolano Fagundes. Era uma clara vitória da "linha dura" da Censura, que queria se

[29] Em janeiro de 1987, o salário mínimo valia Cz$ 964, 80 (novecentos e sessenta e quatro cruzados e oitenta centavos). Os censores, portanto, recebiam de 18,65 a 41,45 salários mínimos. Atualmente ninguém pode ganhar mais que o presidente da República, que recebe um pouco mais R$ 12 mil (doze mil reais). Alguns censores que entrevistei, esbravejaram. Poderiam ter salários (na ativa ou aposentados) de até R$ 20 mil (vinte mil reais), cerca de 111 salários mínimos, que em outubro de 2001 é de R$ 180,00. Mas têm que se contentar com o teto máximo permitido.

manter no DPF. Com esse ato, ganhavam o apoio do diretor-geral da PF, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Buscando garantir, pela lei e pelo lobby político, sua manutenção dentro do *máscara negra*, o último diretor da DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que "ser censor nos realiza". E para permanecer nesse lugar, em 17/9/1986, fundaram a Anacen — Associação Nacional dos Censores Federais. Sentido-se desprotegidos e à margem da burocracia do Estado, competia à entidade, segundo o seu estatuto, "representar seus associados, em juízo ou fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais".

O primeiro presidente da Anacen foi o censor Arésio Teixeira, ligado à chefia de censura de 1981 a 1985, na gestão do ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no governo do general João Figueiredo. Solange Hernandez, a Solange *Tesourinha*, era a legítima representante da "linha dura" da censura. Sintonizada com as reflexões de Armando Falcão, enquanto foi a "dona da tesoura" censurou 2517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas.

Nesse sentido, a Anacen também era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da "Nova República". O cineasta Neville d'Almeida lembrou-se de sua negociação com Solange Hernandez para a liberação do filme "Rio Babilônia". Sempre muito simpática e radical, firme nas suas posições, sentenciou que "[...] o povo não está preparado para isso. [...] O problema do seu filme não são os detalhes, mas a essência".[30]

Imbuído desse espírito, caberia à entidade de proteção aos censores, a Anacen, dentro das diretrizes que a "ala dura" apresentava, conquistar sócios. Em janeiro de 1987, dos 220 censores na ativa, 160 já eram membros da entidade. Nessa época, a Técnica em Censura e presidente em exercício da Anacen, Maria Lívia Fortaleza, tentando compatibilizar a vigência de um órgão censório com as diretrizes de uma "Nova República", declarou "abraçamos a carreira policial, e esta postura não é incoerente" com o novo governo. "Podemos ser meros classificadores, podem até mudar o nome da função.

[30] *Folha de S. Paulo*, 16/4/1983, p. 29.

Eu pessoalmente sou contra proibir qualquer coisa". O que não podia era deixar o DPF (*Jornal do Brasil*, 16/1/1987).

Enraizados nesse perfil policial que os definia enquanto censores, há que se refletir se sempre foi assim. Visto tantas vezes como um "trabalho intelectual", os últimos censores já se admitiam policiais para manterem-se protegidos pelas benesses do Estado. Mas nem sempre foi dessa maneira que compreenderam o seu "ofício". Portanto, é oportuno traçar perfis e estabelecer gerações nesse processo. Para tal, nas idéias de Sirinelli,[31] há que se fazer antes uma advertência. O conceito de *geração*, como qualquer outro, pode correr os riscos de uma banalização do termo. No caso, há que se preocupar em não restringi-lo à sucessão etária de um grupo; nem na generalização do mesmo, o que lhe dá um caráter de descrição e não um fator analítico. Nesse sentido, *geração* é

> "[...] aparentemente um fator natural, mas também um fator cultural, por um lado, modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer — ou ter pertencido — a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, e a constatação vai no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula.
>
> [...] A geração existe, portanto, no território do historiador, ao mesmo tempo como objeto de história e como instrumento de análise. [...] Por um lado, a geração-padrão não existe. [Essa é] seguramente uma peça essencial da 'engrenagem do tempo', mas cuja importância pode variar conforme os setores estudados e os períodos abordados" (Sirinelli, 1996, pp. 133 e 137).

A intenção aqui é analisar as múltiplas trajetórias desses mais de duzentos censores. O desafio é entender a censura por dentro e identificar como setores mais conservadores da sociedade brasileira recolocaram ou redefiniram o ato de censurar no seu contemporâneo. E, mais que isso, como os detentores da *pecha* foram reabsorvidos por essa burocracia. Portanto, o dilema centra-se na definição do ato censório, ou como um trabalho intelectual, e/ou como uma atividade policial. Esta questão percorreu a trajetória desse grupo, que chegou, em fins dos anos de 1980, composto por pouco mais de duas centenas. Definir o caráter da censura e seus embates internos, também é compreender as diversas facetas de

---

[31] Sirinelli, Jean-François, "A geração" (*in* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 131-137).

quem a compõe. Por isso, policiais e/ou intelectuais colaboracionistas com a máquina repressora, há que nomear e refletir sobre quem executou essa *arte*.

2.1 Os intelectuais, os censores e os policiais

> "A alma individual ao inflamar-se e a coletividade ao pôr-se em movimento são dois mistérios — de natureza diferente — que não temos como penetrar. [...] A sedição se prepara, instila-se nos espíritos. Não podemos medir claramente seus efeitos na ação nem recuperar a arriscada alquimia que transmuta a sedição em Revolução, mas podemos seguir seus traços e sabermos com certeza que ela se comunica por um instrumento temível: o livro".[32]

A palavra como ato de transformação é muito mais associada a mudanças revolucionárias de esquerda. No entanto, os intelectuais que aqui são esquadrinhados exerceram uma atividade de cerceamento, o lugar oposto, talvez, onde se poderia imaginar encontrá-los, ainda mais porque serviram a governos autoritários. Ocupando-se da função censória, analisaram livros, filmes, programas de rádio e TV, matérias de jornais etc., na busca de idéias assincrônicas com o momento político vivido. Ao fim, cortaram o que não acharam "apropriado", tendo em suas mãos uma das pontas, mais não a única, do poderoso controle da informação.

A interrogação que persiste é por que exerceram esse papel. Fazendo um paralelo com as palavras de Darnton acima, há que se considerar tanto atitudes individuais, como estratégias coletivas. Ou seja, como um determinado pensador agiu, e/ou uma parcela geracional, membros de um espaço de sociabilidade etc., enfrentaram as "armadilhas da sedição". Assim, desenhar quem se engajou a um ideário censório e o por que de se *trabalhar* para ele, é no mínimo um dilema que intriga. Refletindo sobre essa questão, Sirinelli concluiu que "a intelectualidade algumas vezes pecou".[33] Mas o caso aqui não é de julgamento.

---

[32] Darnton, Robert, *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII* (São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 160-161).

[33] Sirinelli, Jean-François, "Os intelectuais" (*in* Rémond, R. (org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996a, p. 259).

Na construção de uma gênese desse episódio, antecede-se um pouco no vetor de tempo aqui considerado, o pós-1964. No exemplo de José Barbosa da Silva, o *Sinhô*, tem-se uma trajetória oposta a essa. Nascido no Rio de Janeiro, em setembro de 1888, faleceu, aos 41 anos, em agosto de 1930. Pianista, considerado por muitos o maior compositor da primeira fase do samba carioca, trabalhou nos bailes de "agremiações dançantes", como o *Dragão Clube Universal* e o *Grupo Dançante Carnavalesco Tome a Bença da Vovó*. Era freqüentador das rodas de samba da casa da Tia Ciata — baiana moradora da Praça Onze —, onde encontrava, entre outros sambistas, o Donga.[34] Em 1917, foi surpreendido quando Donga gravou e registrou como sendo dele, em parceria com Mauro de Almeida, o samba "Pelo Telefone", que na casa da Tia Ciata todos chamavam de "O Roceiro".

Sinhô ficou conhecido pelo seu gosto pela sátira e por fazer comentários políticos ao momento vivido. Em dezembro de 1921, lançou uma marcha carnavalesca dedicada ao *glorioso clube dos fenianos*. Foi muito tocada no carnaval de 1922 e colocou-o em apuros no ano seguinte.[35] Quando, em 1923, o presidente Artur Bernardes (1922-26) decretou intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, *Sinhô* e seu samba "Fala Baixo", foram identificados à oposição estatal que alvoroçava o momento. A marcha dizia

"Quero te ouvir cantar
Vem cá rolinha, vem cá
Vem pra nos salvar!
[...] És a minha paixão
[...] És o meu coração
[...] Não é assim que se maltrata uma mulher".

[34] Sobre a figura e a importância da Tia Ciata, ver Moura, Roberto M. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Funarte/INM/Divisão de Música Popular, 1983) e Velloso, Monica Pimenta, "As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro" (*Estudos Históricos*, vol. 3, nº 6, 1990, pp. 207-228).
[35] Dados sobre *Sinhô* recolhidos no arquivo de Almirante, no MIS.

Sinhô apresentou esta música em plena festa da Igreja de Nossa Senhora da Penha, e pelo título, fez-se uma identificação à censura política vigente. Já a palavra "andorinha", identificou-se ao apelido que alguns jornais cariocas deram ao presidente da República. Envolvido *no olho do furacão*, teve de fugir para a casa de sua mãe para não ser preso.[36] O interessante aqui é perceber que, se o governo Artur Bernardes tinha opositores como o sambista, tinha em Jackson de Figueiredo, pensador católico sergipano, seu fiel defensor. Fundador da revista católica *A Ordem*, fora

> "[...] rapaz agitado e furioso nascido em 1891, em Aracaju, morreu precocemente aos 37 anos, em 1928, e foi o mais virulento e dramático pensador católico do país no início do século. [...] Jackson de Figueiredo se converteu ao catolicismo em 1918. [...] Torna-se um homem severo, que preza a rigidez hierárquica, defende o respeito meticuloso à ordem e à tradição e *chega a exercer o posto de 'censor de imprensa' durante o governo Artur Bernardes*" (Castello, 1994, p. 75, ênfases minhas).

Neste fato se expõe uma temática bastante mapeada e conhecida: a relação dos intelectuais com o aparelho de Estado, no Brasil ou fora dele, e o uso de suas habilidades a serviço de um governo. No Brasil, o livro de fins dos anos de 1970, de Sergio Miceli,[37] demonstrava como a "classe pensante" foi cooptada pelo Estado Novo, tornando "intelectuais/funcionários públicos", de vários matizes, como José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, por exemplo.

Assim, o status de que gozava um grupo seleto, escolhido para estar nas "trincheiras do poder", nos vários níveis da administração pública, dava a esses, tanto participação efetiva nos processos decisórios, como prestígio. Na classificação de Miceli, foram

---

[36] A referência a essa música como um comentário malandro acerca da censura vigente, é de Sérgio Cabral e está em um dos três prefácios que compõem o livro de Roberto M. Moura (1986). A mesma observação também se encontra no trabalho de Marcos Antonio Marcondes (*Enciclopédia da música brasileira: popular, erudita e folclórica*, (2ª ed.), São Paulo, Art Editora/Publifolha, 1998). Ambos, contudo, erram na data e atribuem a perseguição a *Sinhô* ao estado de sítio, que segundo esses autores, teria sido decretado em 1921. O governo Bernardes, porém, foi de 1922 a 1926 e a intervenção estatal foi decretada em 10/1/1923 devido às manifestações de oposição ao governo, e teve Aureliano Leal como interventor no Rio. O relevante, entretanto, é que no imaginário ficou a idéia de que a música era uma resposta à arbitrariedade com que Bernardes conduziu o seu governo.

[37] Miceli, Sergio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (São Paulo, Difel, 1979).

"homens de confiança" e "administradores da cultura", participando como árbitros do Estado nos assuntos culturais e políticos.

Nesse sentido, nos parâmetros de uma história dos intelectuais, a idéia de "servir ao Estado", nas reflexões de Sirinelli, impõe ao historiador o deparar-se com a noção de

> "[...] responsabilidade intelectual. [...] Nem complacente, nem membro, *ao contrário*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar fossa comum" (*in* Rémond, 1996, p. 260).

É o próprio autor que aponta uma saída para o impasse ao dizer que "[...] o problema não é ético, mas histórico" e, assim, faz parte dos dilemas e desafios de um história dos intelectuais. Engajados com estruturas mais à esquerda ou à direita, muitos pensadores e letrados *emprestaram* seus talentos a um projeto político-ideológico. Recorrendo novamente a Sirinelli,

> "[...] se a coragem — às vezes até o sacrifício — muitas vezes caracterizou o engajamento dos intelectuais, tal virtude, também neste caso, não pode ser creditada apenas à corporação, e não representa em si mesma um dos traços constitutivos do meio intelectual. [...] A ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez, ela própria alimentada pela Razão. E forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevaleceram sobre a Razão." (*in* Rémond, 1996, pp. 259-260).

Das múltiplas possibilidades de compreender esse envolvimento político, o autor destaca um caráter, o afetivo. Esse, talvez, possa não justificar, porque nem seria esse o caso, mas indicar uma das maneiras de compreender a relação intelectuais/censura. Faz-se oportuno, portanto, um pequeno parêntese, sublinhando também as diversas gradações possíveis de traçar essa parceria.

***

Assim, no instante em que *Sinhô* e Jackson de Figueiredo estão em cena, as reflexões de uma "geração de letrados", que pensou diferentemente o Brasil, estavam em voga. Tomando de *empréstimo* as análises da e sobre a "geração de intelectuais de 1870", os "mosqueteiros", delineadas por Sevcenko,[38] percebe-se um grupo dividido em duas categorias: os "vencedores", "escritores de casaca";[39] e os *ratés*, os derrotados, repartidos entre os boêmios e os "escritores-cidadãos".

Os "de casaca", do emprego público, teriam abdicado da missão de transformar o país pela literatura e engajaram-se no aparelho de Estado. Seriam eles, nesse momento, Coelho Neto, Olavo Bilac, Olegário Mariano. As diferenças entre os intelectuais que viviam no Rio de Janeiro ou em São Paulo no período da *Belle Époque*, para José Murilo de Carvalho, certamente auxilia a compreendê-los.

Fundamentalmente o autor chama a atenção que no Rio, uma cidade de serviços e comércio, houve um envolvimento com o aparelho de Estado, herança da capital federal. Já São Paulo se caracterizaria por uma herança imigrante e branca, onde os intelectuais são ligados as oligarquias e vinculam-se a uma noção de vanguarda.[40] Nesse sentido, os *ratés* boêmios seriam Lima Barreto e João do Rio. E os "escritores- cidadãos", que buscaram uma ação política e intelectual, a transformação da realidade pela via da literatura, são Euclides da Cunha e Graça Aranha.[41]

***

[38] Sevcenko, Nicolau, *Literatura como missão* (São Paulo, Brasiliense, 1983). É claro que as reflexões de Sevcenko foram apropriadas aqui de maneira parcial e são utilizadas de maneira mais ilustrativa do que central à análise.

[39] Para José Murilo de Carvalho, os "de casaca" seriam os de emprego público. Diferenciando os intelectuais que viviam no Rio de Janeiro ou em São Paulo no período da *Belle Époque*, o autor, certamente, auxilia a compreender as diferentes, onde traços ainda permanecem. Fundamentalmente, o autor chama a atenção para que, no Rio, uma cidade de serviços e comércio, há um envolvimento com o aparelho de Estado, herança da capital federal. Já São Paulo se caracterizaria por uma herança imigrante e branca, onde os intelectuais são ligados às oligarquias e vinculam-se a uma noção de vanguarda. Cf. Carvalho, José Murilo de, "Aspectos históricos do pré-modernismo no Brasil" (*in* Fundação Casa de Rui Barbosa, *Sobre o pré-modernismo*, Rio de Janeiro, FCRB, 1988, pp. 13-30).

[40] Carvalho (1988, pp. 13-30).

[41] Entre as gerações de 1870 e 1960, duas outras tiveram vez. A geração modernista de 1922 e a de 1945. A primeira dirigiu seus esforços e interpretou o país como se estivesse em atraso em relação à Europa. Propunha-se, portanto, a "acertar o relógio" do seu desenvolvimento em relação ao Velho Continente, enfatizando o que lhe era nacional. A segunda esteve no aparelho de Estado e tentou uma mudança por dentro, pela estrutura de decisão.

Assim, *Sinhô* e Jackson de Figueiredo eram, em grupos diferentes, letrados que enfrentaram as questões pertinentes naquele instante, como a da raça, do branqueamento da nação e da própria definição de pátria e nacionalidade.[42] *Sinhô* seria também um *raté* boêmio, enquanto Jackson um "escritor de casaca". Mas nem o ferrenho defensor católico, nem o sambista, presenciaram o novo cenário político que emergiu da Revolução de 1930. A partir dali, uma outra feição da participação de "homens de letras" no governo, se construiu. Antes da posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, ambos já haviam morrido. Portanto, não assistiram quando Oswaldo Aranha,* ministro da Justiça e Negócio Interiores, e Francisco Campos,* ministro da Educação e Saúde Pública, formularam o decreto 21.240, de 4/4/1932.

Antes de destrinçar esse instrumento jurídico, é fundamental delinear, em linhas muito gerais, o papel que os intelectuais tiveram no primeiro governo Vargas, principalmente depois da instalação do Estado Novo, em 1937. Enquanto um governo autoritário e centrado no poder Executivo, teve como raízes as diversas matizes do pensamento político da década de 1920.

Geração posterior aos "mosqueteiros" de 1870, parte dos Modernistas de 1922,[43] atuaram na esfera político-cultural do governo Vargas. Temática bastante analisada, a cooptação de intelectuais para o projeto cultural estadonovista expõe a atração que a complexa trama formada por "tradição" e "modernidade", que caracterizou o período, exerceu sobre parte da *intelligensia* nacional.[44]

O engajamento de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Pichia, Plínio Salgado, Rosáio Fusco, Gilberto Freyre, Almir de Andrade e Azevedo Amaral dão uma pequena noção da resposta de parte da

---

[42] Skidmore, Thomas, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976); Torres, Alberto, *O problema nacional brasileiro* (Brasília, UnB, 1982); Vianna, Oliveira, "O idealismo da constituição" (*in Margem da história da República*, Brasília, UnB, 1981, vol. 1).

[43] João Luís Lafetá dividiu em duas etapas a participação intelectual pós-1930. Na primeira fase, a arte é uma forma de observar e criticar a sociedade brasileira. Não há um projeto político e a questão é muito mais de linguagem. Já na segunda etapa, a noção de atuação política é clara. Há, assim, uma tensão entre os projetos estéticos e ideológicos anteriores . Ver Lafetá, João Luís, "Estética e ideologia" (*Argumento*, ano 1, nº 2, 1973).

[44] Esta discussão baseia-se em uma enorme bibliografia, cito apenas: Candido, Antonio, "Literatura e cultura de 1900 a 1945" (*in* Candido, A., *Literatura e sociedade*, São Paulo, Nacional, 1980); Jardim, Eduardo, "Modernismo revisitado" (*Estudos Históricos*, nº 2, 1988); Souza, Gilda de Mello e, "Vanguarda e nacionalismo na década de vinte". (*Cadernos de Literatura e Exercícios de leitura*, São Paulo, Duas Cidades).

intelectualidade aos apelos do projeto do Estado Novo. Sustentado por uma trama que sublinhava tanto a tradição como a modernização, Lucia Lippi Oliveira ressalta que

> "[...] vindos das mais diferentes origens foram desembocar em uma corrente comum que se inseria no projeto de construção do Estado nacional. Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados. [...] Os intelectuais se destacaram neste trabalho de interpretar o regime e se transformar em doutrinadores da nova ordem" (Oliveira, 1982, pp. 11 e 48).

A condução desse processo, segundo Angela Gomes centrou-se na figura de um ministro. Francisco Campos, enquanto à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, foi o

> "[...] grande agente e condutor dessa verdadeira revolução [...], que percebia a relação profunda entre 'produtores intelectuais' e meio social e garantia condições para que toda a vida cultural girasse em torno dos problemas da nacionalidade e da busca de soluções".[45]

O ministro Francisco Campos, para Monica Pimenta Velloso, era o típico ideólogo do Estado, tendo três fundamentais funções: as reformas educacionais, a das instituições jurídicas e a das instituições políticas.[46] Por isso, pode-se ler o decreto 21.240/32 como um reflexo claro das diretrizes do novo governo. Nele, a temática abordada definiu a atuação da censura, como também estabeleceu uma maneira de interpretar a função. Por esse instrumento, vinculado às duas pastas — Justiça e Educação — instituía-se a "nacionalização do Serviço de Censura dos filmes cinematográficos e criava a 'Taxa Cinematográfica'".[47] Em resumo, o decreto atendeu aos clamores de uma indústria e comércio cinematográficos nascentes. Regulou que os favores fiscais estariam vinculados a compensações de ordem educativa. Assim, definiu uma *censura cinematográfica acentuadamente cultural*, já que os

---

[45] Gomes, Angela de Castro, *História e historiadores* (Rio de Janeiro, FGV, 1996, p.138).
[46] Velloso, Monica Pimenta, "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual" (*in* Oliveira, L. L. de, Velloso, M. P. e Gomes, A. M. de C. (orgs.), *Estado Novo, ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 78-79).
[47] *Coleção de Leis do Brasil*, vol. II, pp. 6-10.

> "[...] filmes documentários, seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instituição do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras. Considerando que os filmes educativos são material de ensino, visão permitirem assistência cultural, com vantagens de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos".

Ao organizar o Serviço de Censura, lançou as bases de um modelo que perdurou por um tempo considerável. Além do que, sempre que a temática da censura foi alterada na legislação, calcou-se nessa idéia básica lançada em 1932.

Criou, assim, por esse instrumento, uma comissão de censura, que recebia monetariamente por essa atividade, mesmo já ocupando outros cargos administrativos. Essa foi composta por cinco membros: um representante do chefe de Polícia, um representante do Juiz de Menores, o diretor do Museu Nacional, um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e uma educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação. Unindo as forças e fazendo da censura um tema tanto policial quanto de política de Estado, esse grupo tinha mandato de um ano, podendo ser substituído ou reconduzido ao cargo novamente. Nota-se, entretanto, que não há aqui nenhuma referência a censores policiais para executar essa tarefa. A polícia fazia o papel de vigilante das decisões, mas não sua formuladora.

Seriam estes "escolhidos" que examinariam as películas de cinema, estabeleceriam o melhor público para assisti-lo, classificariam como educativo ou não, como também observariam todo o material de propaganda a eles pertinente. O decreto expõe os cinco itens de interdição:

- "ofensa ao decoro público,
- sugestão de crimes ou maus costumes,
- alusão a não cordialidade entre os povos,
- insulto a coletividade ou desrespeito a credos religiosos,
- e ferir a dignidade nacional, a ordem pública, as forças armadas ou as autoridades".

Essa comissão concedia ao filme examinado um certificado de censura, que garantia sua exibição em todo o território nacional. Tal prática jamais foi extinta, o que se alterou

foram os itens de interdição ou a composição dos "observadores", que mais tarde passam a ser os censores federais. Para obter esse documento, garantia de circulação e exibição para o filme, fazia-se necessário o pagamento de uma taxa, criada a partir desse decreto. A "taxa cinematográfica para a educação popular", cobrada por metro de filme, mais um selo de 10$000 (dez mil contos de réis) pela primeira via e 5$000 pelas demais geraram um recurso ao Estado na execução dessa "tarefa". O montante arrecadado era recolhido à tesouraria do Departamento Nacional de Ensino.

Coube ao Ministério da Educação e Saúde Pública, como órgão gestor, criar o "convênio cinematográfico educativo", que permitiu produzir cine-jornais, mais tarde veiculados pelo DIP. O importante desse decreto, entretanto, foi vincular ao Ministério da Educação e Saúde Pública tanto a administração desse capital arrecadado pelas taxas de censura, como também ser o responsável pela comissão de censura. Esse dinheiro, na gestão do ministro Gustavo Capanema nessa pasta, dois anos depois, financiou também a "[...] *Revista Nacional de Educação*, nos seus 19 números, cuja tiragem atingiu a mais de 12 mil exemplares aos pontos mais remotos do território nacional".[48]

Refletindo as diretrizes que norteavam a ceara da censura naquele momento, Capanema concluiu, no mesmo documento, que "[...] a censura, a maneira por que se da em diversos países, *deixou de ser apenas policial para ser cultural*" (ênfase minha). Assim, o Ministério também indicava o presidente e um funcionário do Ministério para a função de secretário e arquivista. Ao Ministério da Justiça competia a fiscalização. As autoridades policiais deveriam zelar pela a existência de filmes somente de posse do certificado de censura.

Nesse sentido, era o ministro da Educação e Saúde Pública que conduzia as diretrizes do proibido, dando-lhe pinceladas de fomento à cultura, além de normatizar como e onde gastar os recursos arrecadados; ele também formava a comissão censora . Dentro desse panorama, alguns intelectuais de renome fizeram parte dessa Comissão, como Prudente de Moraes Neto e, por indicação deste, Vinicius de Moraes, que o substituiu em

---

[48] A Comissão encarregada de gerir o capital da "taxa de censura" foi presidida pelo "[...] professor Roquette Pinto, dentro de um espírito de tolerância, necessário à execução de uma lei [...] desempenhou-se de modo satisfatório. Com a taxa cobrada pela Censura, foi custeada a Revista Nacional de Educação. [...] Este serviço dever-se-ia ampliar, conforme o plano do professor Roquette Pinto, ao Instituto Brasileiro de Educação Popular, abrangendo além da Revista Nacional de Educação, Rádio, Discoteca, Biblioteca Popular" (AG/g 3400.00/2, Arquivo Gustavo Capanema [CPDOC/FGV]).

1936. Dias depois da nomeação, Alceu de Amoroso Lima, que segundo Oliveira,era "[...] crítico literário e expoente da intelectualidade católica, exerceu durante o Estado Novo um importante papel de mentor intelectual e guardião dos valores morais do catolicismo junto ao ministro Capanema",[49] escreveu a esse mesmo ministro agradecendo a nomeação.[50]

A relação de Vinicius de Moraes* com esse grupo de intelectuais autoritários e católicos se estabelece, na visão de seu biógrafo, José Castello, entre 1932 e 1938. Nesse período, o poeta deu seus primeiros passos em uma vida profissional, publicando livros e poemas. Em outubro de 1932 fez sua estréia, com o poema "A transformação da montanha", na revista *A Ordem*, naquele momento dirigida por Tristão de Athayde. Nesse período, Vinicius de Moraes também trabalhou "[...] como censor de cinema do Ministério da Educação, estranha função para um poeta libertário".[51] Substituindo Prudente de Moraes Neto na Comissão de censura, tornou-se amigo deste aos 23 anos e o substituiu no posto de censor, cargo que, como seu biógrafo faz questão de sublinhar, "[...] ocupará somente para exibir sua assinatura ao pé do certificado oficial que antecede as projeções, pois jamais censurará filme algum".[52] Mais tarde, nos anos de 1940, tornou-se crítico de cinema do jornal *A Manhã*.

Assinando ou não qualquer parecer, por um tempo Vinicius de Moraes recebeu do governo Vargas subvenções para executar essa tarefa e, por conseqüência, administrar suas contas. Ao querer desculpá-lo, seu biógrafo cria um mal-estar. Assim, Sergio Miceli ao ressaltar a situação de Carlos Drummond de Andrade, que na sua opinião é a das mais delicadas, ajuda a elaborar essa sensação de desconforto. Drummond não era um funcionário público qualquer, ele era o chefe de gabinete do ministro da Educação. Sendo assim, ocupava uma função de confiança e lealdade ao ministro e, por conseqüência, ao governo. Nas reflexões tanto de Miceli como de Helena Bomeny,[53] a passagem de Drummond pelo governo trouxe dilemas pessoais que, se não determinaram o rumo de sua

---

[49] Oliveira (1982, p. 11).
[50] Telegrama datado de 21/11/1936 (GC/Lima, A. b 0052. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV).

[51] Castello (1994, p. 67).
[52] Castello (1996, p. 33).
[53] Bomeny, Helena Maria B, Mineiridade dos Modernistas — A República dos Mineiros (Tese doutorado, Rio de Janeiro, Iuperj, 1992).

obra, refletiram-se, certamente, nos seus escritos. Nesse sentido, é o próprio Drummond que narra

> "[...] O emprego no Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectivas de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto".

Depois de citar um sem-número de intelectuais brasileiros, de Machado de Assis a Lima Barreto, Coelho Neto e José Veríssimo, que também exerceram cargos em diversos governos, ratifica

> "[...] Mas seriam páginas e páginas de nomes, atestando o que as letras devem à burocracia, e como esta se engrandece com as letras. [...] Há que contar com elas, para que se prossiga entre nós certa tradição mediativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens. [...] o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado".[54]

Aqui, a marca de um intelectual que pode trabalhar para um governo, sendo também um censor, é tão forte que, quando a censura está vinculada ao Ministério da Educação, são intelectuais que também farão parte do Conselho dos que aprovam ou vetam. Esse enlace, nesse momento, mostrou um caráter reflexivo que o ofício censório já tinha. Tal imagem perdurou e muitos censores o têm como um trabalho de cunho intelectual.

Na observação da legislação, feita no capítulo anterior, percebeu-se que com o fim do Estado Novo, policiais da Polícia Especial foram transferidos para o Serviço de Censura, retomando a feição de polícia que a censura teve até os anos de 1930. Prudente de Moraes Neto e Vinicius de Moraes estiveram, portanto, na Comissão de Censura pré-DIP e Estado

---

[54] Andrade, Carlos Drummond de, *Passeios na ilha* (*apud* Miceli, Sergio, *Intelectuais à brasileira,* São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 195-6). Existe uma coleção no AN/Rio de Janeiro, denominada "Arnaldo Luis Fontes", composta de 24 depoimentos de servidores do DIP, realizados em 1985 e doados ao arquivo em 1992. Entre os depoentes está Carlos

Novo, ratificando a noção de um "trabalho reflexivo" e executado por "homens de letras", na maioria os que também escreviam em jornal. Para vislumbrar a entrada de jornalistas desta seara no governo Vargas, toma-se por exemplo a trajetória do médico e jornalista aposentado Álvaro Vieira, que serviu no prédio cinzento da Rua da Relação, no Rio de Janeiro, para o Serviço de Censura dos primeiros anos da ditadura Vargas.[55]

O Chefe de polícia era o ex-deputado Batista Luzardo, que nomeou Salgado Filho para a 4ª Delegacia a fim de estruturar um Serviço de Censura. Este escolheu quatro jornalistas para auxiliá-lo e cerca de trinta jornalistas foram contratados para executar o ofício censório. Na argumentação de Álvaro Vieira para exercer o cargo, uma narrativa que perdurou e também justificou muitos que fizeram os concursos para censor das décadas de 1970 e 1980, "era melhor que a censura fosse exercida por jornalistas do que por policiais". A partir de 1932, a censura prévia instalou-se nas redações e Álvaro Vieira ficou responsável pelos jornais *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*. Com a substituição de Batista Louzardo por Filinto Müller na Chefia de Policia, a censura foi deslocada para o gabinete do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Agamenon Magalhães, prática também ocorrida no pós-1968. As medidas censórias no Estado Novo, além da censura prévia, ganham a feição das notificações do governo às redações. Seguindo a matéria de Domingo Meirelles, o depoimento do ex-chefe do Serviço de Controle da Imprensa do Estado Novo, Sampaio Mitke, que em 1974 tinha 76 anos, e que também foi jornalista, revelou que sua função não era exercer a censura prévia.

> "[...] nós transferíamos para os jornais a responsabilidade pela publicação das notícias que desagradavam o governo. O trabalho era limpo e eficiente. As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica".

Utilizando-se de telefonemas ou mensagens de telex, como seus colegas das décadas de 1970, parte dos *bilhetinhos da censura* do DIP foram reunidos por David

---

Drummond de Andrade, que esteve no DIP de novembro de 1945 a março de 1946 para ser secretário de Américo Faço, trazendo consigo o jornalista Prudente de Moraes Neto e o médico Gastão Cruz.

[55] Meirelles, Domingos, "Memórias de um censor do DIP (e outras histórias)" (*Boletim da ABI*, nov./dez., 1974, pp. 6-7).

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

Nasser.[56] Mas o chefe de Polícia, Filinto Müller não acreditava que essa prática pudesse ser nomeada de censura. Em uma resposta ao juiz de Menores, Saul Gusmão, que pedia ao DIP pela proibição de publicações em jornal que envolvessem policiais e menores, Müller informou

> "[...] que no tempo em que a 'censura' era exercida pela Policia, tive a oportunidade de tomar medidas amplas a este respeito. [...] Hoje, todavia, a 'censura' já não existe, cumprindo, apenas, ao DIP dar instruções aos jornais sobre os diferentes assuntos. Deste modo, imediatamente após o recebimento da sua carta, oficiei ao Dr. Lourival Fontes, diretor daquele Departamento, transmitindo sua justa solicitação".[57]

O jornalista e Conselheiro da ABI, Edmar Morel não concordaria com essa carta de Filinto Müller. Ratificando uma noção presente em todo o processo de censura no Brasil republicano, afirma que esta foi exercida tanto por órgãos do Exército, como da policia e do Ministério da Justiça. Demonstrando que as práticas de censura prévia e autocensura estiveram presentes tanto na ditadura varguista, como no pós-1964, Morel recorda-se que em 1935 o diretor do Serviço de Censura era o comandante da polícia de choque, o integralista Pacheco de Andrade. Um "*galinha verde* fazendo censura em jornais democráticos. Mas o DIP era diferente: institucionalizou a censura e a mentira".[58]

Portanto, a presença de intelectuais na seara da Censura deu-lhe essa faceta de um trabalho reflexivo, mas não concedeu aos seus integrantes essa imagem de "homens pensantes". O próprio Vinicius de Moraes é eximido, por seu biógrafo, da tarefa de lá ter estado. Ficou muito mais marcada a presença de policiais nesse espaço. Assim, um ano depois de ter entrevistado um censor do DIP, Domingos Meireles encontrou Martins Alonso, na época com 57 anos. Secretário de redação do *JB* por quase 40 anos, foi também um "homem do lápis vermelho", como insinua o título da matéria. Usava um lápis

---

[56] Nasser, David, *A revolução dos covardes* (Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1947). Mário Lago também faz referência, no seu depoimento a Monica Pimenta Velloso, sobre essas notificações do que estava proibido durante o Estado Novo. Ver Velloso, Mônica P., *Mário Lago, boêmia e política* (Rio de Janeiro, FGV).

[57] FM 33.04.19 chp/ad (Arquivo Filinto Müller, CPDOC/FGV).

[58] "A égua farpa enfrenta a censura" (*Boletim da ABI*, jan./fev., 1975, p. 4).

de duas pontas, a vermelha para riscar o desnecessário e a azul para "marcar as retrancas".[59] Reforçando a idéia de censores-policiais, Alonso lembra que

> "[...] sem nenhum preparo intelectual, chegavam sempre às redações por volta das 22 horas, para examinar as provas de *paquet* (provas impressas dos textos já compostas nas oficinas). A sua presença era antipatizada e eles procuravam evitar os repórteres e se entender só com os diretores e secretários dos jornais".

Trinta anos depois dos episódios que envolveram o DIP, os "intelectuais de Estado" e da ditadura de Vargas, encontram-se Vinicius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade em outros tipos de luta. Em fevereiro de 1968, muitos meses antes de o AI-5 entrar em vigor, a atriz Maria Fernanda e o Serviço de Censura entram em choque pela proibição de *Um bonde chamado desejo*. Uma comissão de intelectuais é formada para encontrar o presidente Costa e Silva, em descanso no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Neste grupo encontram-se, entre outros, esses dois intelectuais.

Mas a presença de jornalistas dentro do Serviço de Censura é algo que perpassa toda a sua trajetória. No início da década de 1960, o governador Carlos Lacerda nomeou Ascendino Leite para dirigir o setor na Guanabara. Paraibano, esteve durante 30 anos nas redações de *A Manhã*, na sucursal carioca da *Folha de S. Paulo*, no *Diário Carioca* e no *Diário de Notícias*. À frente do Serviço de Censura por nove meses, aceitou, porque estava cansado da vida de jornal e também porque o

> "[...] cargo já havia sido rejeitado por dois intelectuais, mas aceitei por causa das minhas idéias de disciplina. Era preciso limpar o teatro das imundices insuportáveis e dos maus costumes" ("Prêmio sem censura", *JB* - Caderno B, 5/1/1989).

Essas declarações foram dadas por Ascendino Leite em janeiro de 1989, depois que a coluna de Zózimo, no *JB*, noticiou que o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, seria dado a um ex-censor.[60]

---

[59] Meireles, Domingos. "O homem do lápis vermelho". *Boletim da ABI*, jan./fev. 1975, p. 13.

[60] Ao deixar a chefia da censura, Ascendino Leite ganhou do governador Carlos Lacerda a 4ª Vara de Órfãos, um cartório dentro do Fórum do Rio de Janeiro, para registro de heranças e testamentos, o qual teve que deixar em 1986, quando completou 70 anos.

Mas também a presença de membros do Exército nos órgãos do DPF, criado em 1964, vai ratificar cada vez mais essa noção de que censura é um ato de polícia. Três meses depois do incidente com a atriz, que envolveu o diretor do SCDP, Manoel de Souza Felipe Leão Neto, o general Bretas Cupertino, diretor do DPF, nomeou o tenente-coronel Aloysio Muhlethaler de Souza para o cargo. Quase como uma resposta a essas reformulações que o aparelho de Estado implementava, o jornalista Ruy Castro escreveu para o *Correio da Manhã* que "[...] a luta da Censura contra a Cultura se arrasta, e aparentemente sem qualquer perspectiva de solução a curto prazo". Para a censura, segundo o jornalista, "[...] um palavrão ou uma mulher mais ou menos nua ou qualquer conceituação política ou pseudo — bastam para que os alarmistas do Poder vejam as sacrossantas instituições sacudidas".[61]

Vista como um trabalho do DPF e que, portanto, era realizado por policiais, o general Bretas Cupertino alerta que a "[...] prática censória é idêntica a uma perícia, requer do indivíduo vasto conhecimento do assunto, excelente nível intelectual".[62] Mais uma vez o general, demonstra a mescla de policiais e "intelectuais" no Serviço de Censura; faziam parte dele nesse momento, as seguintes pessoas.[63]

- Aldo Vinholes de Magalhães;
- Antonio Fernando de Sylos;
- Augusto da Costa, ex-integrante da Polícia Especial;
- Cândido Monteiro de Castro;
- Carlos Alberto Gutierrez Dias;
- Carlos Lúcio de Menezes, jornalista;
- Carlos Rodrigues, jornalista;
- Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, censor desde 1961 em Brasília;
- Ernani Ferreira;
- Francisco Dutra de Andrade;
- Guilherme de Sena Varjão;
- Hélio Duarte Mourão;
- Hélio Guerreiro;
- Hildon Rocha, jornalista;
- José Augusto da Costa;
- José Vieira Madeira, jornalista;

[61] "Por trás da censura", *Correio da Manhã*, 10/7/1968.
[62] "Censura terá novo critério", *O Estado de S. Paulo*, 21/7/1968.
[63] Dados recolhidos nos arquivos da Anacen e nas Fichas Funcionais dos Lotados no SCDP/SR/Rio de Janeiro (AN/Rio de Janeiro).

- Josino da Silva Amaral;
- Manoel de Souza Felipe de Leão Neto;
- Manoel Marcílio Nogueira, jornalista;
- Maria Ribeiro de Almeida;
- Maria Selma Miranda Chaves;
- Maria Silvia Barreto Nogueira;
- Milton Cruz;
- Nagib Curi;
- Orlando Viegas
- Oswaldo Scrivano;
- Ozéas Pereira de Oliveira;
- Padre Renato Dumont; e
- Pedro José Chediak, ex-integrante da Polícia Especial;
- Romero Lago
- Silvio Domingos Roncador;
- Vicente de Paula Alencar Monteiro, jornalista;
- Wilson Aguiar;
- Wilson de Queiroz Garcia, jornalista;

Preocupado com o bom desempenho dos censores, o general Cupertino ressaltava que todos eles faziam cursos periódicos de aperfeiçoamento e especialização na ANP. Esses cursos foram instaurados em outubro de 1966, pelo então chefe do SCDP, Antônio Romero Lago (portaria 123, de 10/10/1966 e portaria 134, de 24/11/1966). Existiu por quase 20 anos e formou os últimos Técnicos de Censura concursados, já na Nova República. No primeiro, de 1966, o coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho foi professor de Técnica de Censura, Coriolano Fagundes de Direito aplicado e Sylvia Orthof de teatro. A prática de ter tanto professores vindos de órgãos de Inteligência do Exército, representantes do DOPS e membros das universidades foi uma prática constante.

Para se prepararem melhor, os censores Coriolando e José Vieira Madeira, também jornalista, cursam, em 1967, com o professor Eidemar Massoti, na Universidade Católica de Minas Gerais, a cadeira de censura cinematográfica. Em 1971, o censor Rogério Nunes é o professor da Legislação Especializada, curso dado antes por Coriolano Fagundes, mas também foi substituído pelo chefe do Sigab, Hélio R. Damaso Segundo. Em 1976, a

professora de técnica e censura de teatro foi Maria Clara Machado e no ano seguinte, professores da UnB ministraram também cursos para os censores.[64]

A capa de defensora da moralidade e dos bons costumes de que a censura se investia teve um grande baque no início de 1967, processo que se alastrou por todo o ano seguinte. O chefe do Serviço de Censura, Antônio Romero Lago, na verdade chamava-se Hermelindo Ramirez Godoy. Nascido no Rio Grande do Sul em 1920, foi preso em 1944 como mandante de um homicídio. Fugiu registrou-se com um novo nome, veio para o Rio de Janeiro e foi trabalhar no Palácio do Catete. Amigo do general Riograndino Kruel, diretor do DPF no governo Castello Branco, foi delegado a ele um enorme poder e prestígio para chefia o Serviço de Censura.

Em junho de 1967, a revista *Realidade*, publicou uma longa reportagem sobre a estrutura da censura. Vasculhou o quarto andar do prédio do DPF em Brasília e encontrou os 17 homens da censura — dirigidos por Romero Lago.

> "[...] com o nível de cultura de média para baixo, esses 16 cidadãos têm o poder de proibir filmes para menores, cortar cenas e até interditar uma fita inteira.
>
> [...] A equipe agüenta ver quatro filmes de longa por dia, mais um tanto de documentários e jornais cinematográficos. A ordem de exibição é a de chegada, mas os nacionais têm preferência. Os censores trabalham em grupo de dois, três e quatro. No subsolo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (onde a censura ocupa o quarto andar) eles têm uma sala de projeção: 300 lugares, luz e som perfeitos".[65]

Assim, a existência de censura política envolta na capa de "moral e bons costumes", apareceu pontuada na imprensa também por todo o período pré-1968. Em maio daquele ano, muitos meses antes do AI-5 entrar em vigor, o que causava polêmica era a liberação do filme *Superbealdades*. O ministro da Justiça, Gama e Silva, deu posse ao substituto do general Riograndinho Kruel, como diretor do DPF. O novo diretor, general Bretas Cupertino, teve de pronto uma incumbência: abrir uma sindicância para compreender o por que desse filme ter sido liberado e interditado seguidamente.

---

[64] Os dados acima foram recolhidos na Academia Nacional de Polícia, em Brasília, onde 17 tomos, do Departamento de Ensino, registram esses quase 20 anos de atividades.

[65] "Isto é proibido", *Realidade*, junho/1967, p.14.

No centro dessa polêmica aparece o nome de Augusto da Costa. Censor federal com uma carreira que completou 33 anos de serviço. Tendo como formação o curso secundário completo, Augusto da Costa, que nasceu em 22/10/1920, no Rio de Janeiro, teve uma trajetória bastante inusitada. Jogador de futebol, zagueiro do Vasco da Gama, foi o capitão da seleção brasileira de 1950 que perdeu a final por 2 x 1 contra o Uruguai em pleno recém-inaugurado Maracanã. O censor narrou a sua história após aquela perda de campeonato. Assim, lembrava de ter retornado ao trabalho no dia seguinte

> "[...] porque desde 1941, eu era também funcionário público. Sempre joguei futebol e trabalhei. Fui, então, à minha repartição, no Largo da Carioca. *Eu era polícia especial.* Tive de aturar os meus colegas de polícia me gozando.
>
> [...] Aprendi uma lição: a gente deve batalhar sempre. Nunca deve pensar que já conseguiu o máximo. Isso virou um dogma na minha cabeça. Sempre luto o máximo que posso. É o que fiz no meu emprego de funcionário público. *Entrei como polícia especial, cheguei a censor federal* quando me aposentei" (ênfases minhas).[66]

Redesenhando o espaço de trabalho desse censor e jogador de futebol, é importante ter em mente que, em meados dos anos de 1940, dentro das reformas por que passou a Polícia do Distrito Federal, foi instaurado, em março de 1944, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Sua atuação estava restrita à área do Distrito Federal e tinha como incumbência a segurança pública, agindo em nível nacional apenas na parte de polícia marítima, aérea e de fronteiras. Dentro das alterações do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-51), na seara da polícia, na metade do ano de 1946, as atribuições do DFSP foram estendidas para todo o território nacional em alguns casos, como o comércio clandestino de entorpecentes e crimes contra a fé pública, quando de interesse da Fazenda Nacional. Portanto, a centralização das atividades de polícia transferiu-se para Brasília com a mudança da Capital Federal, em 1960. Devido à carência de pessoal, o DFSP, na nova capital, foi reestruturado, buscando-se como modelo as polícias da Inglaterra, Estados

[66] Mesmo localizado pela pesquisa, Augusto da Costa se recusava a falar. Utilizei aqui seu depoimento a Geneton Moraes Neto, *Dossiê 50* (Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, pp. 59 e 62-63). Seu filho, Augusto da Costa Filho tornou-se censor em 1972. Sobre a passagem de policiais da Polícia Especial, do governo Getúlio Vargas, ao cargo de censor, ver o capítulo 2 desta tese, sobre a legislação censória.

Unidos e Canadá, passando a ter, efetivamente, atribuições em todo o território brasileiro a partir de da Lei n.º 4.483, de 16/11/1964.

> "Todavia, com a nova Constituição Federal, promulgada a 18 de setembro daquele ano, os Estados passaram a ter poderes para atenderem suas necessidades de governo e administração, sendo considerada uma espécie de limitação dessa autonomia a existência de um órgão de segurança com atuação nacional" (*In* www.dpf.gov.br).

O DFSP torna-se DPF, pelo artigo 210 do decreto-lei n.º 200, de 25/2/1967. A Direção-Geral conta com órgãos técnicos e de apoio, em Brasília, incumbidos das tarefas de planejamento, coordenação e controle. Para as atividades de execução, o DPF dispõe de 27 Superintendências Regionais, 54 Delegacias de Polícia Federal, 12 postos avançados, bases fluviais e 2 bases terrestres.[67]

Assim, Augusto da Costa, enquanto um policial, realizou inúmeros cursos de aperfeiçoamento técnico em censura, como o da Academia Interamericana de Polícia no Panamá, do Departamento de Estado norte americano (1962); o de Informação e contra informação, na ANP, em Brasília (1963); o de Polícia Federal, ANP, em Brasília (1963); o Básico de Cinema, na Escola Superior de Cinema da Universidade Católica de Minas Gerais, realizado na ANP, em Brasília (1966); o de Censor Federal, ANP, em Brasília (1967); o de Introdução à Técnica de Teatro, ANP, em Brasília (1967); e o Técnico de Censura categoria promoção, ANP, em Brasília (1969 e 1971).[68]

Um colega de Augusto da Costa, na Polícia Especial, também veio para o Serviço de Censura. Pedro José Chediak, que também se tornou censor em meados dos anos de 1940, com o fim daquele tipo de policia, foi o último chefe do Serviço de Censura quando o Distrito Federal ainda era o Rio de Janeiro e fez a transferência desse para Brasília, no

---

[67] Ver www.dpf.gov.br.

[68] Dados retirados de sua ficha funcional (Acervo DCDP, AN/RJ). Existem apenas 97 fichas como essas, que infelizmente não é a totalidade dos censores que passaram pela divisão no Rio. Os documentos desse acervo não têm classificação aqui porque tive acesso a eles na fase de organização dos mesmos. Gostaria mais uma vez de agradecer à direção do AN e aos responsáveis pela Coordenadoria dos Documentos Escritos (CDE) do Serviço de Documentos do Executivo (SDE) pelo privilégio do convívio e a compreensão da minha necessidade de pesquisa.

início dos anos de 1960.[69] Um policial de família de professores do Colégio Pedro II, Chediak criou fama na censura por suas atitudes polêmicas. Ao decretar a portaria 005, proibia o *strip-tease* em todo o território nacional. Medida derrubada por Romero Lago, fez da distância de cinco metros da câmera a possibilidade do nu nas telas.

No governo Castello Branco (1964-67), o diretor do DPF, general Riograndino Kruel, nomeou Romero Lago para substituir Pedro José Chediak na chefiado SCDP. Durante sua gestão, o prédio do BNDE abrigou alguns setores da Polícia Federal, entre esses a censura. Romero Lago ou Ermelindo Raimundo Godoy, foi o diretor do SCDP durante as gestões do general Riograndino Kruel e do coronel Newton Cipriano Leitão.

No governo Médici, o general Bretas Cupertino tornou-se o diretor-geral do DPF e o diretor SCDP, que estava sendo dirigido por Manoel Felipe Leão, substituto de Romero Lago, foi o tenente-coronel Aloysio Muhlethaler de Souza.

Quando o ministro Alfredo Buzaid assumiu a pasta da Justiça, nomeou o general Walter Pires para diretor-geral do DPF e Wilson Aguiar para diretor do SCDP. Em São Paulo, o general Denizart Soares de Oliveira era o delegado da PF na cidade e existiam 15 censores chefiados por Josino da Silva Amaral. Em outubro de 1970, Geová Cavalcanti substituiu Wilson Aguiar no SCDP. Cearense e bacharel em Direito, tinha 28 anos na época, e esteve à frente do Serviço de Censura enquanto os generais Nilo Canepa e Antonio Bandeira dirigiram o DPF.

O coronel Moacyr Coelho esteve à frente do DPF por longos onze anos. Assumiu no governo Geisel e lá permaneceu até o fim do governo Figueiredo. Cada governo teve um diretor do DCDP: primeiro, Rogério Nunes, depois José Vieira Madeira,ambos jornalistas e censores de carreira. Madeira havia dirigido a Censura em São Paulo e foi substituído pela mais famosa censora, Solange Hernandez. Nos tempos da Nova República, foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes o penúltimo diretor do DCDP.

O que sempre chamou a atenção no trabalho censório, contudo, foi o pequeno número de censores para o volume monstruoso de trabalho, e a autocensura pode ajudar a compreender o porquê do número reduzido de censores. Mais no reino da ilusão do que

[69] Entrevista à autora em 7/6/1999. Pedro José Chediak também me cedeu seu arquivo pessoal para xerox.

propriamente na narrativa dos fatos, o velho copy do *JB*, Martins Alonso, declarou romanticamente que

> "[...] o fantasma da autocensura, que rondava as redações durante as crises políticas, era exorcizado sempre com repugnância. A autocensura era repelida como um insulto pela própria direção dos jornais. Ela era também uma ofensa ao espírito:
>
> — 'Além de seu caráter espúrio, ela deixava marcas que só apareciam com o tempo: empobrecia intelectualmente os repórteres e estrangulava a criatividade nas redações".[70]

[70] Meirelles (1975, p. 13).

3. Da necessidade à *pecha*

"Há nada como um tempo
Após um contratempo
Pro meu coração
E não vale a pena ficar
Apenas ficar chorando, resmungando
Até quando, não, não, não
E como já dizia Jorge maravilha
Prenhe de razão
Mais vale uma filha na mão
Do que dois pais voando
Você não gosta de mim
Mas sua filha gosta"
(*Jorge Maravilha*, de *Julinho da Adelaide*, 1974).[71]

Para driblar a censura, depois de se ver cerceado com as proibições a *Calabar*, Chico Buarque criou um heterônimo chamado *Julinho da Adelaide*, filho da favelada *Adelaide de Oliveira*. A estratégia deu resultado e músicas como *Acorda, amor*; *Jorge maravilha* e *Milagre brasileiro* passaram sem grandes problemas pela censura. A ousadia continuou e *Julinho da Adelaide* chegou a ser entrevistado pelo jornalista Mario Prata. A matéria se intitula "O samba duplex e pragmático de Julinho da Adelaide", e foi publicada no jornal *Última Hora* (7 e 8/9/1974). A verdadeira identidade só viria a público um ano depois, em outra reportagem, agora no *Jornal do Brasil*. Usando o mesmo pseudônimo, escreveu também o livro *Fazenda modelo*, recebido com reservas por parte da crítica. A prática na censura era a seguinte: ao chegar uma letra com o seu nome, os censores davam como interditada. Este fato se deu desde que gravou *Apesar de você*, interpretado pelas autoridades como uma ofensa ao presidente Médici. Assim, lançou o disco *Sinal Fechado*, em 1974, com músicas de outros compositores, exceção feita a *Acorda amor*, parceria com sua alma gêmea, *Julinho da Adelaide*. A letra desta canção diz:

---

[71] Costa, Manto, *Meu caro Júlio, a face oculta de Julinho da Adelaide* (Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997).

"Acorda amor
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora
Batendo no portão, que aflição
Era a dura, numa muito escura viatura
[...]
Se você corre o bicho pega
Se fica não sei não
Atenção
Não demora
Dia desses chega a sua hora
Não discuta à toa não reclame
Clame, chame lá, clame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão, chame o ladrão
Não esqueça a escova, o sabonete e o violão"

As dubiedades das poesias de Chico, imposições de um momento de censura, tornaram-se depois um objeto de análise. Para quem eram? O que realmente queriam dizer? Tentando decifrá-lo, Humberto Werneck conclui que "os dois primeiros versos [de *Acorda amor*] permitiram supor que o destinatário da canção fosse o general Geisel, cuja filha, Amália Lucy, se havia declarado fã de Chico Buarque". Mas Chico rebate,

> "[...] 'nunca me passou pela cabeça fazer música para a filha do Geisel', vem desde então desmentindo o compositor. Ele conta que fez esses versos pensando nos policiais que iam apanhá-lo em casa para prestar depoimento e no elevador pediam um autógrafo para a filha. O pior era quando, além da filha, também o pai parecia estar do lado de Chico."[72]

A censora *Carolina*, que atuou no DCDP do Rio de Janeiro, contudo, tem certeza que na letra *Jorge Maravilha*, os versos "você não gosta de mim, mas sua filha gosta" é uma mensagem aos censores. Já a censora *Margarida*,[73] relembrou que os censores, ao receberem as letras das músicas, cantavam alto uns para os outros tentando pegar qualquer segunda intenção, tudo meio improvisado e com pouca estrutura. A censora — paulista, formada em pedagogia pelo Mackenzie —, *Margarida* fez o primeiro concurso para

[72] Werneck, Humberto. "Gol de letras". In. *Chico Buarque: letra e música.* São Paulo, Companhia das Letras 1989.
[73] Entrevista concedida à autora em 2/10/1997 e 1/4/1998, na sua sala na Superintendência da DPF em São Paulo.

Técnica de Censura em 1974, aos 27 anos, e foi assessora de Solange Hernandez, quando esta assumiu a direção do DCDP, em Brasília, em 1981.

O que chama a atenção nos quadros censórios do Estado brasileiro pós-1964 é o pequeno número de censores para o grande volume de trabalho. Em 18/5/1970, o *JB* noticia que

> "[...] para atender as suas atuais preocupações com a moral pública, o Serviço de Censura Federal precisa de 120 censores com nível universitário e 400 fiscais. Mas só tem 17, sendo quatro emprestados pelo Estado da Guanabara. Em Brasília, centro das decisões, só quatro funcionários durante a semana passada.
>
> [...] o Presidente Médici autorizará a contratação, por sete meses, de 30 censores e 100 fiscais".

Carolina, que é maranhense e veio estudar Letras no Rio de Janeiro, entrou para o Serviço de Censura em 1972 a convite, já que não conseguia empregos na sua área. Por dominara a língua francesa, foi chamada para ler e censurar os livros estrangeiros. Entretanto, só quatro anos depois da instauração da censura prévia, em 1970, foi realizado o primeiro concurso para Técnico de Censura. É interessante perceber que o primeiro concurso aconteceu no governo Geisel, que pregava a abertura política e o fim da censura. Esses concursos, segundo os dados da ANP, aconteceram nos anos de 1974, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1985, e deram aos quadros do DCDP um total de 300 censores em todo o país. Todos funcionários concursados, polícias federais vinculados ao DPF e subordinados ao Ministério da Justiça, que deveriam cumprir os nove pré- requisitos para ser censor:

- ser brasileiro;
- ter 18 anos completos;
- estar quites com as obrigações militares;
- estar em gozo dos direitos políticos;
- ter procedimento irrepreensível;
- apresentar diploma de conclusão de curso superior nas áreas de ciências sociais, direito, filosofia, jornalismo, pedagogia ou psicologia;
- passar no concurso;
- ser aprovado no teste psicotécnico e no exame médico[74]

[74] "Candidato a censor terá que passar no teste de Cooper para ser aprovado" (*JB*, 30/7/75).

Margarida, que prestou o primeiro concurso, lembrou que este era muito concorrido e que havia 16 vagas para São Paulo; recordou-se também que os primeiros censores pertenciam às polícias estaduais e retornaram aos seus postos no final dos anos de 1970, justificando assim a necessidade de novas contratações. Vale sublinhar que o último concurso foi feito entre 1985, em plena Nova República.

Carolina narrou que o bom salário era atraente, e 90% dos que fazem o concurso o fazem por trabalho, mas nesse primeiro concurso muitos não passaram no psicotécnico. A justificativa da falta de empregos na área escolhida, somada a um trabalho de poucas horas e de "fundo cultural", além da estabilidade de uma carreia federal com bons salários, foram os principais motivos declarados pelos censores que entrevistei. Desde o que realizou o primeiro concurso, nos anos de 1970, até *Teresa*[75], psicóloga paulista que prestou o último, o discurso foi sempre o mesmo.

Na verdade, o primeiro concurso serviu também para legalizar a situação funcional de 70 censores "convidados" a exercer o cargo. Destes, 21 não passaram e, é claro, a notícia veio à baila. Os reprovados se defendiam, afirmando que no DPF a Censura é hostilizada, já que seu trabalho era visto como uma

> "[...] função policial sem caráter de polícia. As vítimas replicam que o seu trabalho exige formação de nível superior, conhecimentos aprimorados, capacidade subjetiva na interpretação da lei e dos conhecimentos de moral".[76]

Apontando mais uma vez a má qualidade dos censores, Dias Gomes refletiu, na sua autobiografia, que criava suas histórias com base na situação política

> "[...] satirizando e criticando o 'sistema', em tempos que a Censura ainda o permitia. O *Bem-amado* era uma pequena janela aberta no paredão de obscuridade construída pelo regime militar. Não que a Censura não percebesse e não mutilasse os textos, mas tinha certa dificuldade em fazê-lo, já que os censores não primavam pela inteligência. [...] Eram realmente brilhantes nossos censores. Tanto quanto seus superiores, como prova o memorando enviado pelo folclórico general Bandeira, [diretor] da Polícia Federal, e que me foi mostrado pelo próprio chefe da Censura, Wilson

[75] Entrevista concedida à autora, em 7/11/1999.
[76] "A censura reprova os seus censores" (*JB*, 17/3/1976, Caderno B).

> Aguiar. 'Recomendo a todos os censores ler com especial cuidado os textos do sr. Dias Gomes, linha por linha e *principalmente* nas entrelinhas'". [77]

Wilson Aguiar era jornalista e mestre em Comunicação e foi chefe do Serviço de Censura aos 53 anos, contando com um contingente de 74 censores em todo o país. Em outubro de 1970, alterações no DPF fizeram do advogado Geová Cavalcanti, também cearense e de 28 anos, o novo chefe da censura. Menos de um ano depois, contudo, o general Caneppa substituía Walter Pires no comando geral do DPF. O advogado, policial desde 1936, Rogério Nunes tornou-se o novo diretor da censura. São de sua lavra as grandes transformações nessa seara, que logo de início deixou de ser um serviço para se tornar uma divisão, a DCDP, ganhando assim em autonomia.

Segundo *Margarida*, que censurou peças, programas de TV e rádio, letras de música, cartazes de cinema, sempre existiram mais mulheres que homens. Os aprovados no primeiro concurso não realizaram depois, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília, um curso preparatório,. Aprenderam o trabalho com os censores antigos e com a *biblía* — um livro de 1971, que compilava os principais decretos e leis.[78] Esse trabalho foi realizado por Carlos Rodrigues, Vicente Alencar Monteiro e Wilson de Queiroz Garcia, todos censores/jornalistas que estão no ofício desde o começo dos anos de 1960. Movidos pela decretação da 1.077/70 e todo o debate pela ilegalidade de uma censura prévia, os censores/jornalistas estariam também respondendo às demandas de seus colegas jornalistas. As aflições de Evandro Carlos de Andrade expunham que

> "[...] até hoje não se sabe exatamente qual o limite da liberdade de imprensa entre nós, uma vez que nenhuma lei estabelece tais limites. Pelo contrário, o que existe é um ato institucional que permite tudo ao governo (no sentido lato do termo) e não permite nada à Nação.
>
> [...] O certo é que a liberdade não será plenamente restabelecida por ato de generosidade dos opressores do momento, mas pelo reconhecimento de que é melhor concedê-la por bem. O presidente Médici

---

[77] Gomes, Dias, *Apenas um subversivo — autobiografia* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, pp. 276-277).

[78] Rodriges, Carlos; Monteiro, Vicente Alencar e Garcia, Wilson de Queiroz, *Censura Federal — leis, decretos-lei, decretos e regulamentos* (Brasília, C. R. Editora, 1971).

> mesmo já disse que a liberdade precisa ser conquistada; partindo dele, é mais um conselho do que um comentário anódino".[79]

Outros três censores também escreveram e publicaram trabalhos tentando decifrar os meandros da Censura. Selma Chaves[80] — da leva de censores do início dos anos de 1960 dirigiu o Serviço de Censura quando Solange Hernandez era a diretora do DCDP; Sheila Feres[81] — que foi censora em São Paulo, fez um doutoramento sobre o assunto e os debates quanto ao seu trabalho foram apresentados em um simpósio sobre censura, dentro dos debates pós-Anistia;[82] e Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, que faz uma análise ampliada no tempo e em outros países da temática da censura.[83]

Nesse sentido, Wilson de Queiroz Garcia teve um papel de destaque na burocracia censória, dirigiu, de 1974 a 1977, o Serviço de Censura no Rio de Janeiro, como também o órgão estadual que realizou a censura à imprensa, o Sigab, vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Justiça. Mas que isso, Queiroz Garcia fez parte de um esquema que explica porque a censura podia contar com um número reduzido de censores. Semelhante às diretrizes da autocensura que a grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além. Montaram para si um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com a censura. Localizei essa estrutura em duas organizações: na Rede Globo e na Editora Abril. Faz-se aqui, portanto, um parêntese.

***

---

[79] "A liberdade de imprensa", *O Estado de S. Paulo*, 1/9/1970. Nessa matéria o jornalista se refere a Olavo Hansen, militante trotskista do PORT, preso no dia 1/5/1970 pelo DEOPS/São Paulo e ao seu assassinato, sob tortura.

[80] Chaves, Selma e Cunha, Mariotavia, *Censura: sim ou não* (Rio de Janeiro, s/ed, s/d).

[81] Feres, Sheila Maria, A censura, o censurável, o censurado. Tese de Doutorado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980.

[82] Simpósio "Censura: histórico, situação e solução", Brasília, 3/12/1980.

[83] Fagundes, Coriolano de Loyola Cabral, *Censura e liberdade de expressão* (São Paulo, Taika, 1974). À guisa de curiosidade, o meu exemplar deste livro foi um presente do autor, quando estive em Brasília para entrevistá-lo. Atualmente, Coriolano é pastor evangélico, mas na época em que escreveu o livro freqüentava terreiros de umbanda, e dedicou-o a uma "mãe de santo", sua amiga. Não perdendo o vício de censor, antes de me presentear rasgou a folha de dedicatória.

Em 1976, o jornalista Arthur Xexéo era repórter da Geral do *JB*, e foi cobrir a censura à novela da Globo, "Despedida de Casado", publicando uma matéria sobre o caso na primeira página do jornal, em um sábado, 24/12/1976. Esta novela seria substituída por uma reprise de "Gabriela" e depois por uma outra, de enredo romântico, "Nina". Quase vinte anos depois, em 27/4/1996, na sua coluna do mesmo jornal, Xexéo relembrou o fato. Em ambas as matérias, fez referência a José Leite Ottati, ex-funcionário do DPF contratado pela, na época, TV Globo. Isto porque, ao encontrá-lo nos corredores da emissora, em 1976, ouviu dele que este o teria avisado que essa temática não passaria pela Censura. Não foi ouvido e a novela foi proibida.

Em suas memórias, Walter Clark, figura de destaque e poder na Globo dos anos de 1970 e meados de 1980, relatou os embates com a censura no período. Segundo Clark, até 1968 a TV Globo não sofreu nenhuma intervenção da censura. No dia 1/9/1969, foi ao ar o *Jornal Nacional*, o primeiro programa diário e ao vivo em cadeia nacional da TV brasileira. Semelhante à estratégia do *JB* em 1970,[84] a Globo instaurou o "Padrão Globo de Qualidade", que receberia também o auxilio de pesquisas de opinião feitas por Homero Icaza Sanchez, o "Bruxo", encarregado de buscar as motivações da audiência. Acerca de toda esta estratégia, Clark explicou que

> "[...] enquanto a Censura agia para subjugar e controlar a arte e a cultura do país, perseguindo a inteligência, nós continuávamos trabalhando na Globo para fazer uma televisão com a melhor qualidade possível". [85]

Mas Walter Clark não conseguiu manter suas idéias neste tom por muito tempo. Outros ingredientes tiveram que ser acrescidos para manter a programação da TV no ar. Já Dias Gomes, em sua autobiografia, narrou alguns episódios, mas não ratificou o que Clark declarou em suas memórias. Para o *big boss* da Globo de então, em uma novela de Gomes, um personagem teria dito "televisão tem que estatizar mesmo! Televisão que tem Ibrahim Sued no ar não merece moleza do governo!". Ibrahim era então funcionário da Globo. Para

---

[84] Relatei, no primeiro capítulo, o episódio envolvendo o diretor do jornal, José Sette Câmara e o editor-chefe, Alberto Dines, quando da formulação das "Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos".

[85] Clark, Walter, *O campeão de audiência*. (São Paulo, Best Seller, 1991, p. 228).

não ter problemas com censura e com o temido general Antonio Bandeira, que dirigia o DPF na ocasião, Clark decidiu que

> "[...] daí pra frente, passei a jogar o jogo: ele [Dias Gomes] escrevia o que queria, eu punha no ar o que podia. Não iria oferecer o meu pescoço em holocausto, para ele posar de campeão da liberdade. Contratei um ex-diretor do Departamento de Censura da Guanabara, o Ottati, e o coloquei ali com a missão de ler tudo que ia para o ar, fazendo a censura mais rigorosa que fosse possível. Eu preferia decidir o que ia ou não para o ar do que ouvir dos censores do regime" (Clark, 1991, pp. 257-8).

Instituída a autocensura, o Padrão Globo de Qualidade teve acrescido outros ingredientes para o seu sucesso. Em sintonia com a imagem divulgada pelo governo autoritário, de um "Brasil Grande", formulou-se também uma "assessoria militar" ou uma "assessoria especial" formada por Edgardo Manoel Ericsen[86] e pelo coronel Paiva Chaves. Segundo Clark, "ambos foram contratados com a função de fazer a ponte entre a emissora e o regime. Tinham boas relações e podiam quebrar os galhos, quando surgissem problemas na área de segurança".[87] Assim, como demonstra uma série de correspondências entre a Globo e o DPF, nas pessoas do seu direto, Moacyr Coelho, ou do chefe do DCDP, Rogério Nunes, elas são enviadas e assinadas por Ericsen.[88]

Em Brasília, este esquema contava ainda com a figura de Guy Cunha, gerente de programação da emissora na cidade e a quem o ex-diretor do DCDP, Coriolano Fagundes se referiu como a pessoa que vinha até ele para negociar os cortes na programação. Dentro da Central Globo de Programação, duas outras figuras auxiliavam nesse esquema, Borjalo e Duarte Franco, que por ironia do destino, casou-se com uma censora.

Todo esse esquema, contudo, não livrou a Globo de problemas com a censura. No próprio ano de 1976, ficou celebre o episódio que envolvia o Balé Bolshói. A TV foi proibida de exibir um vídeo-tape comemorando os 200 anos do grupo soviético. No dia

---

[86] Ver no cap. 4, no item "Os Policiais", o papel que Manoel Edgardo Ericsen teve quando dos episódios, quando ex-militantes das esquerdas armadas vão à TV fazer um arrependimento público.
[87] Clark (1991, p. 199).
[88] Fundo DCDP, AN/Brasília.

28/3/1976, 111 países transmitiriam o espetáculo *Romeu e Julieta* e Armando Falcão, então ministro da Justiça, proibiu que a Globo o colocasse no ar.[89]

A relação entre o Serviço de Censura e a Globo foi montada seguindo a estratégia de que um censor aposentado saberia como limitar a programação às regras impostas. José Leite Ottati foi o chefe do serviço em 1967 e se aposentou no início dos anos de 1970. Convidado por Clark, ficou na Globo até falecer, em fevereiro de 1987. Foi substituído pelo jornalista e censor aposentado Wilson Queiroz Garcia, que ao deixar o cargo na TV, no início dos anos de 1990, deixou no seu lugar a também ex-censora, Maria Helena da Costa Reis. Esta estrutura se desfez no final da década de 1990, fruto das alterações que a Rede Globo implementou. Apenas como um comentário curioso, um ex-censor, jornalista e chefe do Serviço de Censura em São Paulo em meados da década de 1970, Manoel Marcílio Nogueira, tem um grande sonho: ser ator da emissora, e para tal faz inúmeras pequenas pontas. Mas, quando os seus colegas descobrem o seu trabalho anterior, aí se sente perseguido...

Esquema semelhante a este da Globo foi feito pela Editora Abril. Em uma correspondência de Waldemar de Souza a Edgardo de Silvio Faria, advogado do grupo Abril e genro do sócio minoritário Gordino Rossi, de 31/7/1975, intitulada "Instruções para censura prévia da revista *Homem*" fica-se sabendo que as normas são:

- Seios, apenas mostrar 1;
- Genitálias, nem à sombra;
- Nádegas, só se diluída com recursos técnicos;
- Palavrão, segundo o ministério da Justiça, só se tiver apropriado no contexto[90]

No mesmo documento, Waldemar de Souza adverte que o contato com o chefe do Serviço de Censura em São Paulo, o censor de carreira e jornalista José Vieira Madeira já havia sido feito, bem como com o diretor do DCDP, Rogério Nunes, para facilitar a aprovação da revista. Acerca de Edgard de Silvio Faria, Mino Carta, em sua autobiografia,

[89] *Veja*, 7/4/1976.
[90] Dedoc/ Ed. Abril, pasta "Censura".

menciona que "havia um certo zumzum de que [ele] tinha ligações com figuras da repressão".[91]

Os vínculos do "professor" Waldemar de Souza com o governo, entretanto, são anteriores. Em novembro de 1971, o relações-públicas do DPF, João Madeira, enviou uma carta ao diretor-geral da Editora Abril. Ratificava o convite do general Nilo Caneppa a Waldemar de Souza, diretor responsável daquela empresa, que viesse a Brasília ministrar um curso especial aos censores.[92] Coriolano Fagundes, que além de censor também era professor em curso de reciclagem e especialização dos censores, lembrou que "o professor" fazia uma linha dura e radical de combate às idéias comunistas, sendo por vezes mais rígido que os próprios censores.

Em maio de 1972, o próprio general Caneppa envia a Vitor Civita, diretor-geral da Abril uma correspondência agradecendo as palestras sobre Censura de Filmes, de Waldemar de Souza na ANP. Para continuar colaborando, no ano seguinte Souza formula uma brochura intitulada "Segurança Nacional: o que os cineastas franceses esquerdistas já realizaram em países da América do Sul e pretendem repetir aqui no Brasil". Em 1974, com o general Antonio Bandeira no comando do DPF, Waldemar de Souza, em caráter confidencial, expõe o por que de se censurar Kung Fu e sua mensagem que "infiltra a revolta na juventude".

A partir da posse do general Geisel e das negociações que o general Golbery começou a estabelecer com setor da grande imprensa para suspender a censura prévia, ao mesmo tempo em que garantisse aliados ao processo de abertura, *Veja* e Mino Carta enfrentam mais fortemente a ação da censura e principalmente o desagrado de Armando Falcão, ministro da Justiça, às atitudes de Carta. Em fevereiro de 1974, um mês antes da posse, o general Bandeira divulga 26 pontos proibidos de serem publicados para "evitar a censura prévia".[93] Ou seja, ou se faz autocensura, ou se tem um censor na redação. Ou pior, para uma revista semana, a censura por Brasília, o que mataria a revista, que teria que ficar pronta muito antes e assim se tornar velha antes de chegar às bancas.

---

[91] Carta, Mino, *O castelo de âmbar* (Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 177).

[92] Acervo DCDP, AN/Brasília.

[93] Dedoc/Editora Abril.

As proibições da PF eram quanto às notícias de luta armada, seqüestros, roubos, divulgação de censura etc. Ao fim desse documento, Waldemar de Souza colocou o nome, endereço, telefone no DPF, e em sua casa, do chefe do Sigab em São Paulo, Richard Bloch, para que qualquer problema fosse resolvido diretamente com ele. Mesmo com um acordo firmado entre a Abril e o governo, Mino Carta teve que deixar a redação de *Veja* e assim garantir o fim da censura à revista. O significado e a ação do Sigab é o tema que se segue.

4. *Bilhetinhos* do Sigab: os rostos das vozes

> "Quando o Sr. Ministro Armando Falcão assumiu o Ministério da Justiça supúnhamos que sua tarefa seria difícil e afanosa, habituados que estávamos ao seu dinamismo e à sua imaginação política. Ao contrário, porém, do que imaginávamos, seu trabalho tem sido fácil e se executa pelo telefone". [94]

O ano de 1972 é um marco para se compreender o papel dos censores dentro do processo de controle da informação imposto pelos governos autoritários pós-1964. O governo Médici estava na metade de seu mandato e o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid tinha como seus colaboradores, entre outros, o general Nilo Caneppa, no DPF, e o policial de carreira, Rogério Nunes à frente do Serviço de Censura, que o transformaria em uma divisão.

Em junho, a segunda montagem de *Hair* estreou no teatro Casa Grande, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Nos rádios, a música "Detalhes", de Roberto Carlos tocava sem parar. Em setembro aconteceram as comemorações pelo sesquicentenário da Independência. E muito diferente da *farra* que foram os festejos de sete anos antes, pelos 400 anos da cidade — com direito a hino, concurso de misses, jogo de futebol, concursos de peças e a reedição de livros sobre a história do Brasil — os 150 da Independência foi uma festa oficial e de farda, com Don e Ravel esbravejando que "esse é um país que vai pra frente".

No dia 5/3/1972, às 10:30 da manhã chegou um comunicado do DPF na Agência Folhas, do grupo Folha da Manhã que determinava que ficaria "[...] proibido a divulgação de qualquer notícia sobre o incidente ocorrido entre a Polícia Militar de Mato Grosso e posseiros, no Município de Santa Terezinha, em que estariam envolvidos um padre e um bispo".[95] Está não era a primeira vez que os jornais receberam esse tipo de intervenção.

---

[94] "Informe JB", *Jornal do Brasil*, 30/5/1974, p. 4. Um recorte do jornal com essa nota, escrita pelo jornalista Carlos Castello Branco, foi encontrado no material da DSI/MJ em depósito no AN/Rio de Janeiro.

[95] Banco de Dados/ *Folha de S. Paulo* O primeiro trabalho a utilizar esse material foi realizado pelo jornalista Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978* (2ª ed., São Paulo, Global, 1980). Tive acesso a três conjuntos desses *bilhetinhos*: os do *Jornal do Brasil*, os da *Folha de S. Paulo* e os da rádio JB.

Meses antes de se decretar o AI-5, o *Correio da Manhã* recebeu, no dia 25/6/1968, assinado pelo general Luiz Carlos Reis de Freitas, da delegacia regional da PF na Guanabara, a proibição de exibir filme e/ou reportagem relacionados às manifestações estudantis. No dia 24/5, São Paulo e Brasília presenciam as manifestações de rua e a repressão policial, e no dia 26/5, em frente ao Palácio Tiradentes, no Rio, ocorreu a "Passeata dos 100 mil".[96]

O que diferencia esse informe recebido em 1972 é que esses deixaram de ser esporádicos para se tornarem quase que diários. Em um total de 303 notas de proibição recebidas pelo Grupo Folhas, no dia 17/10/1975, três anos e sete meses depois, a Agência Folhas comunicava, às 20 horas e 15 minutos, aos editores de seus jornais que

> "[...] através de telefonema, o agente Nilo Ferreira, da Polícia Federal, transmitiu-nos a integra do 'rádio' proveniente do DPF de Brasília, cujo texto segue abaixo, informando trata-se de uma solicitação aos jornais:
> 'Face problema estudantil Bahia estar sendo explorada agitação antinacional, solicita-se a colaboração do prestigioso órgão de comunicação no sentido de não ser dada cobertura àquela manobra'".

As intervenções do governo no controle das informações a serem divulgadas na grande imprensa se deram em duas estratégias: ou se tinha um censor na redação, diariamente, ou se aceitava esses informes e se realizava a autocensura. O Serviço de Censura também se dividiu em dois para atender a essas demandas. Toda a censura à imprensa era feita por censores do DCDP alocados junto ao Sigab, que no Rio de Janeiro ocupou o quinto andar da Rua Senador Dantas, 61.

A maior parte da grande imprensa recebeu telefonemas proibitivos, como declarou o jornalista Boris Casoy. O Grupo Folha da Manhã optou por se autocensurar e receber as instruções do DPF acerca do que publicar. Para o jornalista, não era uma hora de atos heróicos e se deveria, acima de tudo, preservar fisicamente o jornal.[97] Em 1978, o jornalista

---

[96] A imagem do *bilhetinho* ao *Correio da Manhã* faz farte do *Caderno de imagens* desta tese. O acervo de imagens do *Correio da Manhã* está em depósito no AN/Rio de Janeiro. Uma série de fotos que estamparam as páginas dos jornais nesses dias pode ser consultada em Pontes, José Alfredo Vidigal, *1968, do sonho ao pesadelo* (São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1998) e Reis Filho, Daniel Aarão, *1968, a paixão de uma utopia* (Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988).

[97] Entrevista à autora, em 21/4/1999.

Alberto Dines, na época do AI-5 editor-chefe do *JB*, relembrou que dois majores chegaram à sede do jornal no dia 13/12/1968 e

> "[...] a direção me convocou para receber instruções. O *Jornal do Brasil* não pretendia opor-se a eles, causar qualquer problema. Então pediu licença à direção longe dos censores evidentemente - para me conceder o direito de que pelo menos nesta primeira edição do *Jornal do Brasil* sob censura fosse registrada nossa resistência".[98]

No dia 19/9/1972, Alberto Dines recebeu também um informe da DPF. Esse tipo de mensagem começou a chegar dias antes, precisamente no dia 14, e permaneceria mesmo depois da saída de Dines do jornal, em 1973. Por mais de três anos, os *bilhetinhos da censura* aportaram em todas as principais redações do país, por telefone ou por entrega em mãos, e indicavam o que poderia ser divulgado. Ficaram conhecidos como os: "De ordem superior, fica proibido...."

Portanto, naquele dia 19, o Inspetor Costa Sena determinava a proibição de divulgar o "[...] discurso do líder da Maioria [a ARENA], Senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil". Então ficava combinado assim: não tem censura e se veta que se diga o contrário, fazendo da existência dessa intervenção estatal na liberdade de expressão uma temática impublicável nas páginas dos jornais e revistas.

Para o DPF, contudo, a sistematização das intervenções começa um pouco antes. Em um relatório do Sigab, encaminhado pelo general Nilo Caneppa ao ministro Alfredo Buzaid, o general relata as atividades de censura à imprensa, um pouco antes de deixar o cargo. Assim, contabilizou 80 intervenções de 10/8/1971 a 3/1/1973. As preocupações giravam em torno de temáticas como: subversão, publicações, política, clero, sucessão presidencial, tóxico, política econômica, apreensão de jornais e/ou revistas, e assuntos diversos.[99] Com a posse do general Antonio Bandeira na direção do DPF, em 29/5/1973, há uma clara demonstração do endurecimento nas visões censórias. Em menos de um mês no cargo, ordena a apreensão de dez filmes liberados pela gestão anterior e determina que a transmissão dos informes às redações — os *bilhetinhos* — receberia um tratamento policial

---

[98] A resistência apareceu na primeira página, no canto esquerdo onde a meteorologia previa tempo quente. *Boletim da ABI*, nov./dez./1978.

[99] Ofício 2/73, Sibag/DG (Fundo: DSI/MJ, AN/Rio de Janeiro).

e controlado, com data e horários determinados, instalando o terror também entre os seus funcionários. O medo de que Brasília não gostasse de qualquer liberação assustava os censores. Exemplificando a loucura que se instalou, Raimundo Pereira, na época no *Opinião*, lembrou que

> "[...] um funcionário da censura do Rio [ameaçou] impedir a saída de uma edição do [jornal] porque nós havíamos acrescentado o nome do Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim a trecho de uma matéria já censurada em Brasília. 'não é possível', dizíamos. 'Você tem de compreender que o acréscimo do nome Kurt Waldheim não representa nenhuma mudança'. [...] Escute, [disse o censor], não somos nós, do Rio, que fazemos a censura; nós fazíamos, mas ela foi levada para Brasília porque os superiores não gostavam. Agora vocês não vivem reclamando que eles cortam o nome do Chico Buarque da autoria de uma música? Como vou lá saber se os homens lá em cima não têm implicância com esse tal de Kurt Waldheim?'"[100]

Reflexos da posse do general Bandeira no DPF, o Serviço de Censura no Rio foi considerado flexível demais. A fama do general Juarez, chefe da Censura no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1970, era a de um censor que dava expediente na praia e de apenas dois dias na semana. Em plenos anos 1960, entretanto, Vinicius de Moraes conheceria esse censor. Ao fazer a letra de *Garota de Ipanema*, em parceria com Tom Jobim, havia se inspirado na bela Heloísa Eneida Meneses Paes Pinto.

> "[...] Quando se espalha a notícia de que Helô é a musa inspiradora de 'Garota de Ipanema', d. Eneida [mãe da moça] decide tomar uma atitude. Procura o marido, Juarez Pinto — um militar alagoano de formação conservadora, que viria a exercer, durante o regime militar, o papel de censor do semanário *O Pasquim*" (Castello, 1994, p. 246).

Em fins de 1970, e por longos sessenta dias, parte da redação d'*O Pasquim* ficou presa na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Ziraldo, Sérgio Cabral, Jaguar, Fortuna, Tarso de Castro foram detidos às vésperas das eleições de 1970. A *Operação Gaiola* talvez tenha tirado de circulação dez mil pessoas, como estima Maria Helena Moreira Alves.[101] Desde

---

[100] Pereira, Raimundo, "Os censores têm sentimento de culpa? Alguns já confessaram que têm vergonha da profissão" (*Boletim da ABI*, mar./abr., 1976, p. 8).

[101] Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-84*. Petrópolis, Vozes, 1984. pp. 161.

junho daquele ano, *O Pasquim* estava sob censura prévia, obrigando a redação a enviar para o DPF as matérias. A primeira censora do jornal foi a "Dona Marina", ou Marina de Almeida Brum Duarte,[102] e, segundo Ziraldo narrou a Mauricio Maia de Souza,

> "[...] havia uma relação cordial com a primeira censora destacada para cuidar do *Pasquim*. Dona Marina recebia os jornalistas em casa, oferecia café e discutia os cortes: 'não, isso aqui não convém sair, não. Vamos tirar isso... Não, vocês não vão fazer eu perder meu emprego'" (Souza, 1999, p. 166).

O cartunista Jaguar relembrou que

> "[...] nós descobrimos que [ela] tinha um ponto fraco: gostava de beber. Todo dia a gente botava uma garrafa de scotch na mesa dela e depois da terceira dose ela aprovava tudo. Resultado: foi despedida... no lugar dela entrou o general Juarez Paz Pinto, excelente figura humana. [...] Já aposentado como general [...] ele recebia a gente em uma *garçonnierè*, debaixo de um enorme retrato da Brigite Bardot com os peitos de fora" (Kucinski, 1991, pp. 162-3).

Em 1/11/1970, policiais do DOI-Codi invadiram a redação d'*O Pasquim* e prenderam todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu fugir, mas o restante do grupo enfrentou oito semanas de cárcere.[103] Em 1978, a censora Marina Brum Duarte, ao analisar o jornal *Repórter*, não lembra em nada a figura desenhada pelos jornalistas d'*O Pasquim* e foi extremamente rigorosa ao sentenciar o seu parecer. Para ela, o

> "[...] jornal supra, aos moldes do Pasquim, é uma peça subversiva completa e acabada de comunicação imediatista pelas fotos, legados e slogans. Reedita os acontecimentos de 1968 entre a polícia e estudantes, inclusive com detalhes: missa, velório e ação do clero na morte do jovem estudante Edson, etc. Traz textos de entrevistas com meretrizes, fotos de sexo grupal entre marginais em plena via pública, que supomos, tenham sido preparados para impacto do leitor desavisado. À última página, comenta a detenção do escritor Callado no Galeão. O delegado Fleury e sua comentada vida funcional de torturas, etc, além de reavivar o caso do

---

[102] Na sua ficha funcional consta que nasceu em 29/1/1918, no Rio Grande do Sul, era casada e foi Fiscal e Técnica de Censura. Teve duas carteiras como censora, as de número 49 e 424. Era contratada, ou seja, não fez concurso para Técnico de Censura (Acervo DCDP, AN).

[103] Sobre a trajetória de *O Pasquim*, ver Kucinski, Bernardo, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo, Scritta, 1991); Norma Pereira Rego (*Pasquim: gargalhantes pelejas*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996) e Souza, Mauricio Maia de, "Pasquim: um caso exemplar" (*in* Souza, M. M. de, Henfil e a censura: o papel dos jornalistas, São Paulo, Dissertação de mestrado, ECA/USP, 1999).

> coronel da Aeronáutica Hélio Lívio versus Mascaro. O mais importante, porém, a nosso ver é a nota no verso da 2ª página, quando se refere à sucessão presidencial por um civil a carta de um leitor. Consideramos o jornal uma provocação aos órgãos de segurança. Sua mensagem óbvia é a de agitar e desprestigiar as autoridades vigentes, utilizando e explorando a marginalidade e sua patologia no flagrante desrespeito à moral e aos bons costumes".[104]

Quase 20 anos depois, seguindo as tendências que a nova Constituição infligia, quase todos os jornais e revistas semanais publicaram matérias sobre episódios da censura do pós 1964. Em uma delas, ao jornal de Brasília, *Correio Braziliense*, Ziraldo relembrou o período de censura n'*O Pasquim* e o general Juarez. Em uma relação de intimidade, chamava os jornalistas de "meus meninos" e aconselhava "Sejam ambíguos, generalizem". Contador de casos, o chargista não nomeia quem era o militar,

> "[...] silencia como se ainda estivesse sob censura. Mineiro legítimo, não revela sequer o ano em que a história aconteceu. Mas como consolo, conta outro caso: Em um ano qualquer (também segredo) ele viajou a Florença. E enviou de lá um cartão postal endereçado a três censoras então responsáveis pela vigilância no *Pasquim*. No cartão, a imagem mostrava o Davi de Michelângelo, de costa. E o texto assinado pelo cartunista explicava: 'Tô mandando ele de costas porque se estivesse de frente vocês cortavam o P ... dele'. Quando Ziraldo voltou, não encontrou mais as três censoras. Elas foram afastadas do jornal porque deram liberdade demais ao censurado".[105]

Na verdade, as censoras deixaram o *Pasquim* porque liberaram uma matéria sobre o racismo no Brasil, enfurecendo o general Antonio Bandeira, que, como me narrou *Carolina*, veio de Brasília para punir as censoras e lhes "explicar" que não havia racismo no Brasil.[106] Ao fazer referência ao Davi de Michelângelo, *Carolina* o tirou da gaveta. Era ela uma das três censoras do *Pasquim*. O general Juarez foi considerado extremamente condescendente com os órgãos de imprensa, sendo substituído por pelo jornalista e censor de carreira, Wilson de Queiroz Garcia, que passou a acumular tanto a censura de diversões públicas como a política, respondia assim tanto pela seção da Guanabara do SCDP, como pelo Sigab.

---

[104] Parecer nº 885/78, Fundo DCDP, AN/Rio de Janeiro.
[105] *Correio Braziliense*, 12/3/1989, pp. 6 e 7.
[106] Depoimento à autora, em 23/1/1998 e 30/4/1998.

O Pasquim passou a ser censurado via Brasília, como também o *Opinião* e o *Movimento*. Esse tipo de expediente visava *quebrar* o jornal, já que o obrigava a fechar com muita antecedência, afastando ainda mais os anunciantes e fazendo com que chegasse às bancas "meio velho e requentado". Até porque, os contatos com os jornalistas, segundo seus superiores, servia para uma espécie de lavagem cerebral.

As regras censórias eram de difícil padronização. Cada jornal, um caso. Em uma análise cuidadosa das colunas *Datas* e *Gente* da revista *Veja*, a partir de 1973, causa surpresas. Eram comuns as pequenas notas recolhidas do *Diário Oficial*, com as proibições daquela semana. Assim, noticiavam-se os filmes que o general Antônio Bandeira, diretor-geral do DPF, proibiu em 5/9/1973. Ou a constatação de que talvez o escritor Plínio Marcos não voltasse à dramaturgia, já que sua peça "Abajur lilás" teve recusado o recurso de veto à censura pelo Ministério da Justiça.

Quase sempre no canto final da página, as notas informavam e marcavam uma posição — divulgavam a existência de uma censura oficial imposta e não corroboravam a proibição. Não foi sempre que *Veja* pode agir dessa forma, tecendo uma "resistência". A partir de 1974, o panorama se alteraria muito dentro da redação deste semanário. Vale sublinhar também que em muitos instantes se divulgou nessa revistas notas oficiais como fatos verídicos, sem a devida verificação dos fatos ocorridos. Esse tipo de expediente auxiliava aos órgãos de repressão a difundirem inverdades ocorridas, como mortes em tortura aparecendo como atropelamentos.[107]

O jornalista Raimundo Pereira, na época no *Movimento* se queixava por não ter a mesma regalia, o que certamente nem eram notados pelos leitores. Sua reflexão sobre a censura no *Opinião* e no *Movimento* expõe as várias regras. Assim,

> "jornais como [esses], que não podem colocar versos de Camões nem receitas de doces no lugar das matérias censuradas, contribuem involuntariamente para que o leitor tenha uma idéia mais favorável do que é realmente a censura. [...] Muitas pessoas ficam estupefatas quando sabem que a censura corta de jornais como o nosso, centenas (eu disse mesmo

[107] Um exemplo da publicação de versões oficiais poderia ser a notícia da morte do militante da ALN Norberto Nehring, morto em abril de 1970. Algo que não foi exceção na imprensa brasileira. Um histórico desse fato encontra-se no item "Os policiais" do capítulo sobre a *Folha da Tarde*, como também no Anexo dessa. A trajetória da revista *Veja* no período foi analisada na dissertação de mestrado de Juliana Gazzotti, Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968/1985), Universidade Federal de São Carlos, 1998.

> centenas) de notícias que são livremente publicadas em outros jornais" (Pereira, 1976, p. 8).

O diretor de *O Estado de S. Paulo* parecia concordar com Raimundo Pereira. Aplicando à legislaçãoao conjunto de decretos que "regularizavam" a censura, conferindo-lhe um poder que vinha de outra esfera, Júlio Mesquita afirmava que a

> "Legislação de censura para os meios de comunicação é contraditória, por força do grande número de portarias e instruções que complementam os diplomas de arrocho fundamentais, os jornais continuam à mercê de decisões subjetivas que variam consoante o critério da autoridade encarregada de interpretar os textos" ("Liberdade em debate na ABI", *O Estado de S. Paulo*, 23/3/1972, p. 6).

Nessa mesma seqüência de notas publicadas por *Veja* do material censurado em outros lugares e que saía na coluna *Datas*, vários livros são listados como proibidos, o que refaz um verdadeiro inventário do que foi impedido de circular em território nacional. De *Sexo para jovens e adultos*, de um desconhecido Robert Charthman, a *La internacional comunista desde la murte de Lenin*, de Leon Trótski eram alvos de interdição em setembro de 1975.[108] Para se ter uma noção de volume, em 1973 os censores DCDP do DPF, sob o comando do general Antônio Bandeira, apreciaram 7.309 filmes para cinema e TV, 1.201 peças de teatro e cerca de 25 mil músicas. Desde total, interditaram 37 filmes e 11 peças. Estranhamente, contudo, o relatório não cita o número de músicas censuradas. Desde abril de 1973, segundo a portaria 209/73, todas as revistas nacionais e estrangeiras que aqui circulassem deveriam se registrar na DCDP. Ao ser concedido o registro, esse órgão estabelecia a obrigatoriedade ou não de censura prévia. Mas fica sempre uma pergunta: onde foi parar esse material todo? Desde abril de 1972 até novembro de 1988, todo o material censurado — livros, discos, filmes, revistas —, segundo o artigo 23 do decreto 20.493/46 e o artigo 5 do decreto-lei 1.077/70, deveria ser, e foi, incinerado.[109]

Encarada com censura política, a interdição na imprensa foi realizada pelo Sigab tendo como chefe, nos anos de 1970, em Brasília, Helio Romão Damásio Segundo. No

---

[108] Era o Ministério da Justiça que estabelecia a lista de livros proibidos, como fica evidente neste ofício do Sigab/DG, quando o chefe do serviço Wilson de Queiroz Garcia declara que o "Livro: Presença dos EUA no Brasil, não constava da lista dos proibidos pelo Ministério da Justiça (Fundo Sigab, AN/Rio de Janeiro).

[109] Fundo DCDP, AN/Brasília.

Rio, a coordenação desses trabalhos coube, por um bom período, a Wilson de Queiroz Garcia.[110] Em 1/4/1975, o chefe do Serviço de Censura na Guanabara, e também o chefe do Sigab, era Wilson de Queiroz Garcia. Em um ofício, ao divulgar que Chico Buarque de Holanda estava sob censura, nomeia alguns componentes do Sigab na cidade, um total de 23 censores:

- Ana Maria Vieira,
- Augusto da Costa,
- Eugenia Costa Rodrigues,
- Frederico da Silva Simões,
- Maria Ribeiro de Almeida,
- Maria Cecília Martins,
- Odette Martins Lanziotti,
- Rogério Freitas Fróes,
- Solange da Silva Vidal,
- Sônia Maria Galo Mendes[111]

A dupla função exercida por Queiroz Garcia trazia experiências hilariantes. Há diversos documentos em que o chefe do Serviço de Censura, Wilson de Queiroz Garcia, escreve para o chefe do Sigab na Guanabara, Wilson de Queiroz Garcia, que depois responde ao próprio. Um exemplo está na correspondência do Centro de Informações da Polícia Federal (Sigab/DF), solicitando, "com o fim de confrontar, atualizar e, eventualmente, abrir novas fichas de controle, [...] com a máxima presteza e tão completo quanto possível, um levantamento das tendências e opiniões dos principais jornais e revistas no Estado do Rio de Janeiro". Queiroz Garcia, na qualidade de diretor SCDP responde à solicitação e pede os dados ao Sigab. E no Sigab ele transmite a ele mesmo os dados, em um ofício encaminhado ao SCDP.[112]

Em São Paulo, o Sigab foi dirigido por Richard Bloch, um empresário aposentado e sem vínculos com o DPF, tendo como assessora direta Solange Hernandez, advogada e historiadora formada pela USP, que auxiliava no preenchimento dos pareceres respeitando decretos e lei. Nesse período, Solange *Tesourinha* era apenas uma voz, seu nome

---

[110] É muito difícil estabelecer os nomes e os períodos em que cada ocupante esteve no cargo. O DPF não permite consulta aos seus arquivos e informa que o material sobre a censura já estava no AN. Contudo, como confidenciou a censora paulista *Margarida*, houve uma ordem, no fim da década de 1980, para "queimar tudo". Depois houve uma contra ordem, mas muito já havia sido destruído.

[111] Ofício Sigab nº 242/75, Fundo Sigab, AN/Rio de Janeiro.

[112] Ofício Sigab nº 417/75, Fundo Sigab, AN/Rio de Janeiro.

> "[...] é muito temido nas emissoras de TV de São Paulo. Essa senhora, cujo rosto e qualificação são desconhecidos, é quem telefona da Polícia Federal para as redações, determinando as notícias que não podem ser divulgadas".[113]

Enquanto estiveram no Sigab, nos anos de 1970, os diretores da censura em São Paulo, nos anos de 1970 e 1980, foram o jornalista Manoel Marcílio Nogueira, o jornalista José Vieira Madeira, José Augusto da Costa, Maria Inês e Drausus Seiman Dorneles Coelho. Rogério Nunes era o diretor do DPF desde meados do governo Médici e lá ficou até o final do governo Geisel, sendo substituído por José Vieira Madeira.

Quando perguntado por que censurava jornais, Rogério Nunes costumava afirmar que estavam procurando no lugar errado. O DCDP não controlava a censura a imprensa, cedia seus censores, mas esses estavam vinculados diretamente ao gabinete do DPF e do Ministério da Justiça. Por onze anos, do início do governo Geisel ao fim do governo Figueiredo, o diretor-geral do DPF foi o coronel Moacyr Coelho. Muitos dos informes que chegaram às redações entre 1974 e 1975 levavam a sua assinatura, que somada às dos generais Caneppa e Antonio Bandeira, emitiram as ordem de proibição para a imprensa.

Margarida registrou que a censura aos jornais era feita por censores homens, já que o trabalho era feito à noite, quando o material descia pra impressão. O censor de carreira e jornalista José Vieira Madeira* era tido por muitos como um censor condescendente, que permitia o diálogo, o que parecia ser um ganho. No início do governo Geisel, quando dirigia o SCDP, a imprensa começa a noticiar que a censura vai acabar, ou vai se tornar "mais inteligente", não permitindo abusos desnecessários. Nesse momento, Mino Carta, de *Veja*, e Armando Falcão, ministro da Justiça, entram em rota de colisão. Ausente da censura prévia até aquele momento, Richard Bloch passa a ser o responsável pelo que sai publicado em *Veja*.

Às vésperas da decretação do fim do AI-5 e das negociações pela Anistia, mas principalmente depois que o general Geisel já havia escolhido o seu sucessor, e parte da grande imprensa novamente colaborava com o governo na construção dessa imagem de harmonia, dois grandes jornais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, resolvem dar um presente

---

[113] *O Estado de S. Paulo*, 26/1/1977, p. 9.

ao seu público leitor. Nos contar tudo o que a censura impediu que soubéssemos. A *Folha de S. Paulo*, em 5/3/1978, e o *Jornal do Brasil* de 18/6/1978 trazem um dossiê sobre os temas censurados. No cotidiano da censura do jornal paulista, os temas foram: tóxicos, Flávio Cavalcanti, Adauto Cardoso (senador da ARENA e advogado do *Opinião* contra a censura),[114] Clóvis Stenzel (senador e líder da Arena), Cirne Lima (ministro da Agricultura), sucessão de Médici, OAB, Figueiredo Ferraz (prefeito de São Paulo), a censura, epidemia de meningite.[115] As reflexões de Elio Gaspari para o *Jornal do Brasil* dividem, erroneamente, os períodos de censura em quatro

a) 13/12/1968 a 14/9/1972: 1° *bilhetinhos*;
b) 14/9/1972 a 18/6/1973: quando se libera o noticiário sobre a sucessão presidencial e se apresenta o general Geisel;
c) 15/3/1974 a 8/10/1975: da posse de Geisel ao bilhetinho 270, proibindo as manifestações estudantis;
d) Até 8/6/1978: fim dos censores nas redações.

Primeiro, as notas não começam no AI-5 e, segundo o universo de proibições, de 1972 a 1975 chegou a 303 informes. Como define Raimundo Pereira, em um certo momento, o que importava ao governo Médici era ajudar o ministro Delfim Neto a criar uma imagem de inflação de 12%, quando a realidade era 30. Isto posto, poderia se divulgar que a "imprensa ia melhor". Nas reflexões de Gaspari, em 1978 há uma nova artimanha *cameleônica:* o Pacote de Abril de 1977, o avanço político do MDB, os embates da luta armada, os militantes das esquerdas mortos, a tortura, nada disso entrou em questão. A divulgação é feita, mas de modo bastante transverso. A reflexão ganha um invólucro de certa placidez e notícias de um tempo remoto. Eram as "contingências do momento" e novamente parte da grande impressa cumpria a sua missão.

Semelhante tranqüilidade nas relações são as "lembranças" a respeito de Richard Bloch. Boris Casoy relembrou que muitas vezes pegava o telefone e ponderava: "'Mas sr. Bloch assim não vai ser possível, essa matéria pode passar'. E ele respondia, 'o sr. tem

[114] Um perfil deste senador foi analisado por Lucia Grinberg, "Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA" (*in* Kushnir, Beatriz (org.), *Perfis cruzados, trajetórias e militância política no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago, no prelo).
[115] A médica publicou uma dissertação de mestrado em Saúde Pública acerca da manipulação das notícias sobre a doença na época. Ver Barata, Rita de Cássia Barradas, *Meningite, uma doença sob censura?* (São Paulo, Cortez, 1988).

razão, pode publicar'".[116] Após deixar o Serviço de Censura, Bloch um dia ligou para Casoy, queria conhecê-lo, saíram para almoçar. Em 1986, *Veja* entrevistou o ex-censor que declarou ter aceitado o trabalho a convite do amigo general Denizard Soares de Oliveira, superintendente regional do DPF em São Paulo e porque "[...] gostava de saber antes o que seria publicado".[117]

Amabilidades como estas eram tão comuns como atos mais extremados. O censor Helio Guerreiro, que chegou a dirigir o Serviço de Censura no Rio de Janeiro no início dos anos de 1980, também foi um dos muitos censores da *Tribuna da Imprensa*. Em 21/9/1976, Hélio Fernandes recebeu um bilhete do pessoal da Oficina

> "Sr. Hélio,
> O censor Guerreiro, além de armado, vem ameaçando fisicamente colegas da Redação. Esta madrugada, por exemplo, ele afirmou nas oficinas que, se soubesse quem tinha feito o *Opinião* daria um tiro. Isto foi visto e ouvido pelo pessoal da Oficina".[118]

Em 1977, houve um concurso para o cargo, que reuniu cinco mil candidatos e motivou as Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio, a formular um curso preparatório.[119] Neste mesmo ano também, expurgos atingem as redações e o mais famoso deles foi o que tirou Cláudio Abramo da *Folha de S. Paulo*. Indiferente às mais de mil assinaturas de intelectuais pelo fim da censura, entregues no começo do ano ao ministro Falcão, o governo continuava contratando censores e interferindo no tabuleiro de poder, um pouco mais a esquerda, que algumas redações da grande imprensa ainda mantinham. No início do governo Figueiredo, José Vieira Madeira foi promovido a diretor do DCDP, substituindo Rogério Nunes. Na sua escolha, um sinal de mudança. Mas a censura parecia estar longe do seu fim.

Com uma trajetória muito semelhante à de outros censores/jornalista, Vieira Madeira foi pauteiro do *O Globo*, *O Dia* e quando *A Noite* fechou, fazia parte da equipe do *Repórter Esso*. Transferido para Brasília, logo em 1961 fez concurso para o Ministério da

---

[116] Entrevista à autora, em 21/4/1999.
[117] *Veja*, 3/9/1986, p. 29.
[118] "A censura à imprensa", *Boletim da ABI*, jan./fev., 1977, p. 3.

Justiça. Trabalhar na censura foi decorrência natural. Empossado diretor do DCDP a convite do ministro da Justiça, Petrônio Portella, Madeira deixou o cargo em novembro de 1981. A substituição do ministro da Justiça, com a morte de Portella, levou ao cargo Solange Hernandez. Legítima representante da "linha dura" da censura, o ministro Abi-Ackel escolheu alguém que desejava reestruturar, mas acabar com a censura jamais.

Marcadamente centralizadora, Solange Hernandez, no que parecia ser o apagar das luzes da censura, com a instituição do Conselho Superior de Censura — órgão entre o DPF e o ministério da Justiça para rever as decisões do DCDP — determinou maior rigor e organização no trabalho censório. Relatórios mensais de atividades são exigidos dos censores, mas o grande embate se deu quando da censura ao filme *Pra frente Brasil* de Roberto Farias. O filme, analisado por três censores, como de praxe, e sendo um deles Coriolano Fagundes, foi liberado. A narrativa visitaria pela primeira vez os duros momentos de luta armada do início da década de 1970 no Brasil, com direito também a cenas de tortura explícita.

Pareceres sumiram do processo, censores foram punidos por suas atitudes e o filme só foi liberado após a Copa do Mundo de Futebol de 1982.[120] A disputa ali se deu entre as duas alas de censores, os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, ligados à diretora da Censura. Em agosto de 1982, Solange declarou na imprensa que havia retirado os pareceres de dentro do processo e justificou sua atitude dizendo se preocupar com a saúde mental da população.

Formulada de maneira jocosa no imaginário do músico Leo Jaime, a censora tornou-se, assim, o símbolo de uma interdição estatal conservadora, arcaica e, principalmente, violenta. Para ela, Leo Jaime fez *Solange*

"Eu tinha tanto pra te dizer
Metade eu tive que esquecer
E quando eu tento escrever
Sua imagem vem me interromper
Eu tento me esparramar
E você quer me esconder

[119] *Jornal do Brasil*, 27/6/1977 e *O Dia*, 31/7/1977.

[120] O cineasta Roberto Farias, que também foi diretor da Embrafilme, me narrou que recebeu uma cópia do processo de julgamento do filme com os pareceres originais em sua casa, em uma carta anônima.

Eu já não posso nem cantar
Meus dentes rangem por você
Solange, Solange, Solange
Eu penso que vai tudo bem
E você vem me reprovar
Cê não me deixa nem pensar
Seu nome está em cada lugar
Você é bem capaz de achar
Que o que eu mais gosto de fazer
Talvez só dê pra liberar
Com cortes pra depois do altar"

É claro que a música foi censurada, mas a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney deram à ala mais flexível da censura o poder. Coriolano Fagundes tornou-se diretor do DCDP e enfrentou os dilemas de um "fim da censura" que não se sustentava. Radicalmente diferente do homem que se definia como um "democrata liberal, civil e civilista", [121]

> "[...] longe da tesoura desde 1988, o último diretor da Divisão de Censura Federal, acompanhou os últimos suspiros da censura oficial no Brasil. Considerado de postura liberal no governo Sarney, hoje ele mudou completamente a sua visão. 'Tenho uma nova ordem de valores', relata Fagundes, que há um ano virou pastor da Igreja Assembléia de Deus. Não assiste televisão, que considera 'obra do maligno', e deixou de freqüentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais. 'As cenas picantes nos intervalos deterioram a programação', critica. Fagundes assinou o último ato de censura no País: a proibição do filme *Je vous salue Marie* em 1986. 'Na época assinei o ato interditório contra a minha vontade. Hoje o faria com a maior tranqüilidade', diz o ex-censor, que anda de *Bíblia* na mão. Na sua opinião, nem um departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. 'Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas', discursa o pastor. 'Para barrar a caminhada pervertida da humanidade só resta Jesus Cristo'" ("O último censor", *Isto é*, 24/8/1996).

Os três maiores grupos de censores estavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília., chegando a ser cerca de 200 em todo o território nacional. Na pluralidade de perfis desse grupo, *Margarida* chamou a atenção para uma reflexão interna de alguns censores sobre o seu próprio trabalho. O que lembra muito o discurso de *Carolina* e *Mariana*, quando a primeira criou para si a idéia de que entrou para a censura como forma de resistência. Assim, para ela "[...] depois de ficar um ano *pirada* por trabalhar na censura, resolvi que poderia ajudar estando do lado de cá e evitando absurdos e cortes"... Para

Margarida os "censores eram um gueto dentro da PF, policiais que queriam ser intelectuais. E a Constituição de 1988, os tornou *pechas*". Com o fim da censura subvencionada pelo Estado, os censores foram deslocados para outras áreas da PF: Polícia Marítima, Segurança Bancária, Administrativo, Departamento Pessoal, Comunicação Social, etc. *Margarida* foi trabalhar na Corregedoria de Polícia e muitos dos censores/jornalistas foram transferidos para a Assessoria de Imprensa.

Em fins da década de 1990, dos 220 censores que existiram, 116 estavam na ativa e foram elevados à categoria de Delegado. Dos 104 aposentados, 36 eram advogados e 71 não tinham nenhuma formação jurídica. Não querendo deixar o DPF, atingiram o cargo máximo na hierarquia, em 1998, dez anos depois que a Constituição brasileira acabou com a censura no País,

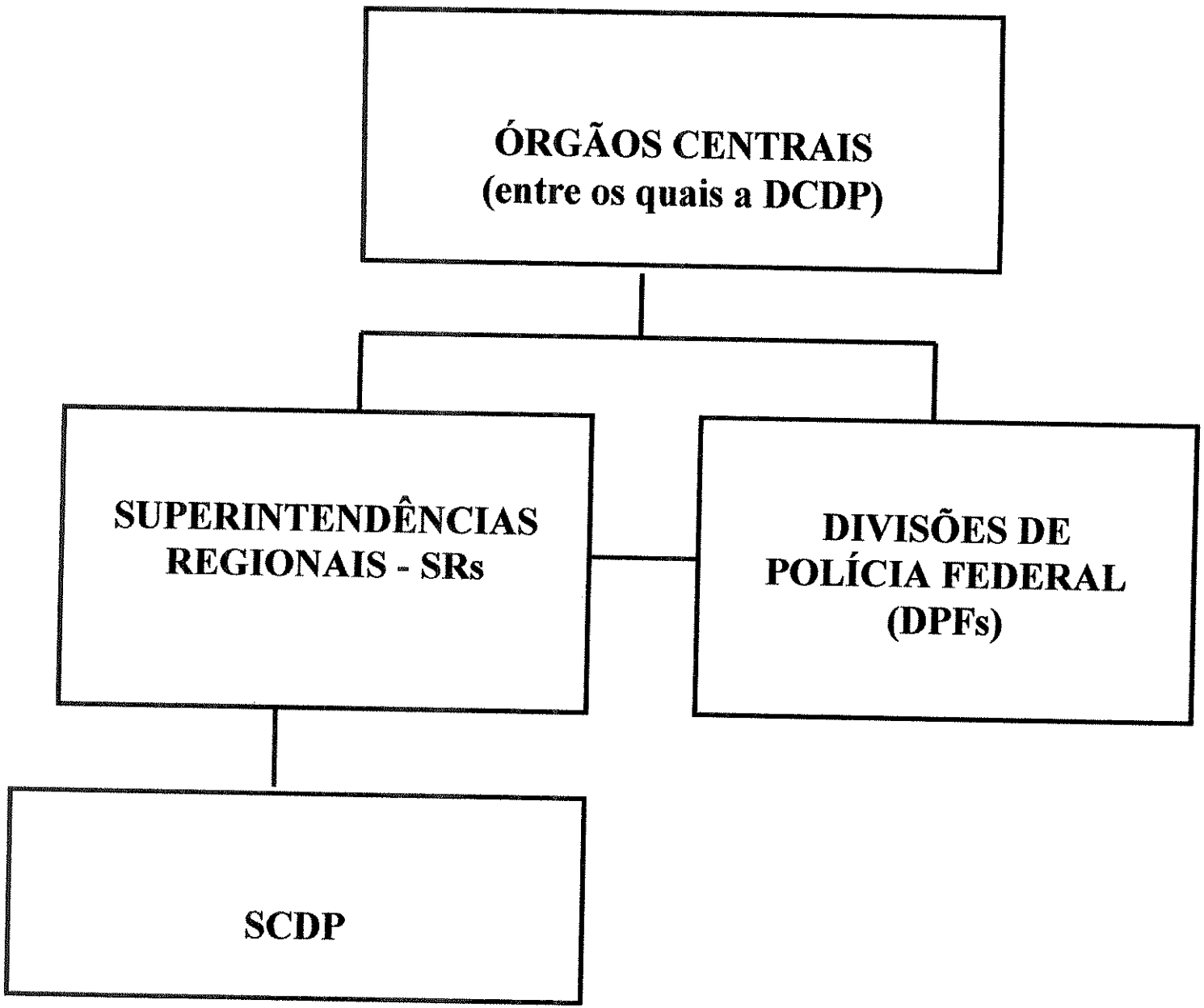
> "[...] só na quinta-feira, 18 um projeto de lei foi aprovado na Câmara para acabar de vez com os 240 cargos de censores que ainda figuram na folha de pagamento da União – da época da ditadura militar ainda existem 84 na ativa. Desde a redemocratização do Brasil eles não exercem mais suas funções de vetar matérias jornalísticas, proibir livros, dizer quais músicas podem ser ouvidas ou determinar que filme devem ou não ser assistidos. Passaram a ocupar cargos burocráticos em assessorias de imprensa ou em delegacias da Polícia Federal, recebendo salários de R$ 3,3 mil a R$ 4,6 mil. ("Tesoura cega", *Isto é*, 24/6/1998).

Assim, mais uma vez vencia a "linha dura" representada por Solange Hernandez e os afiliados à Anacen.

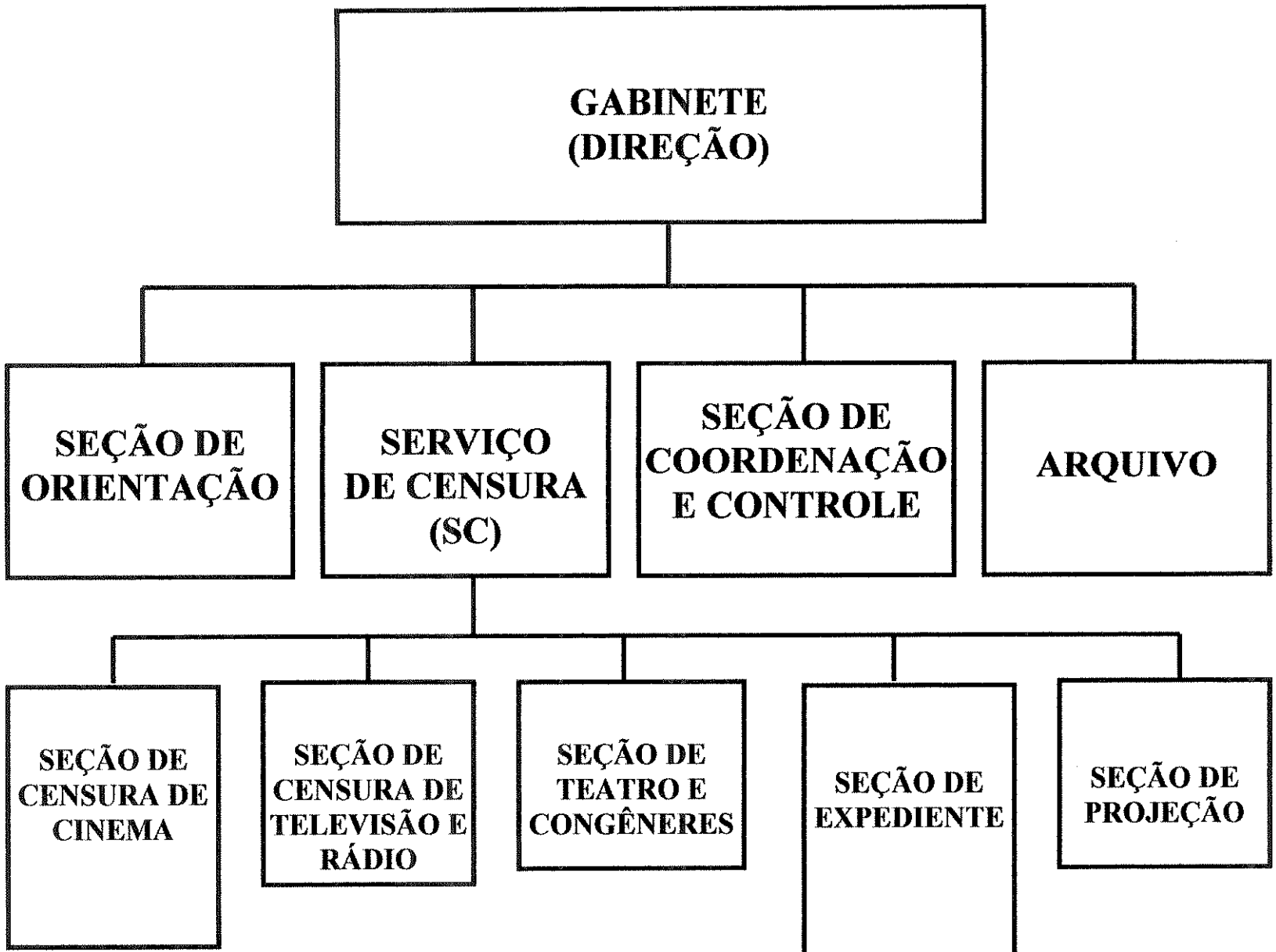
[121] *Veja*, 25/12/1985.

Apêndice

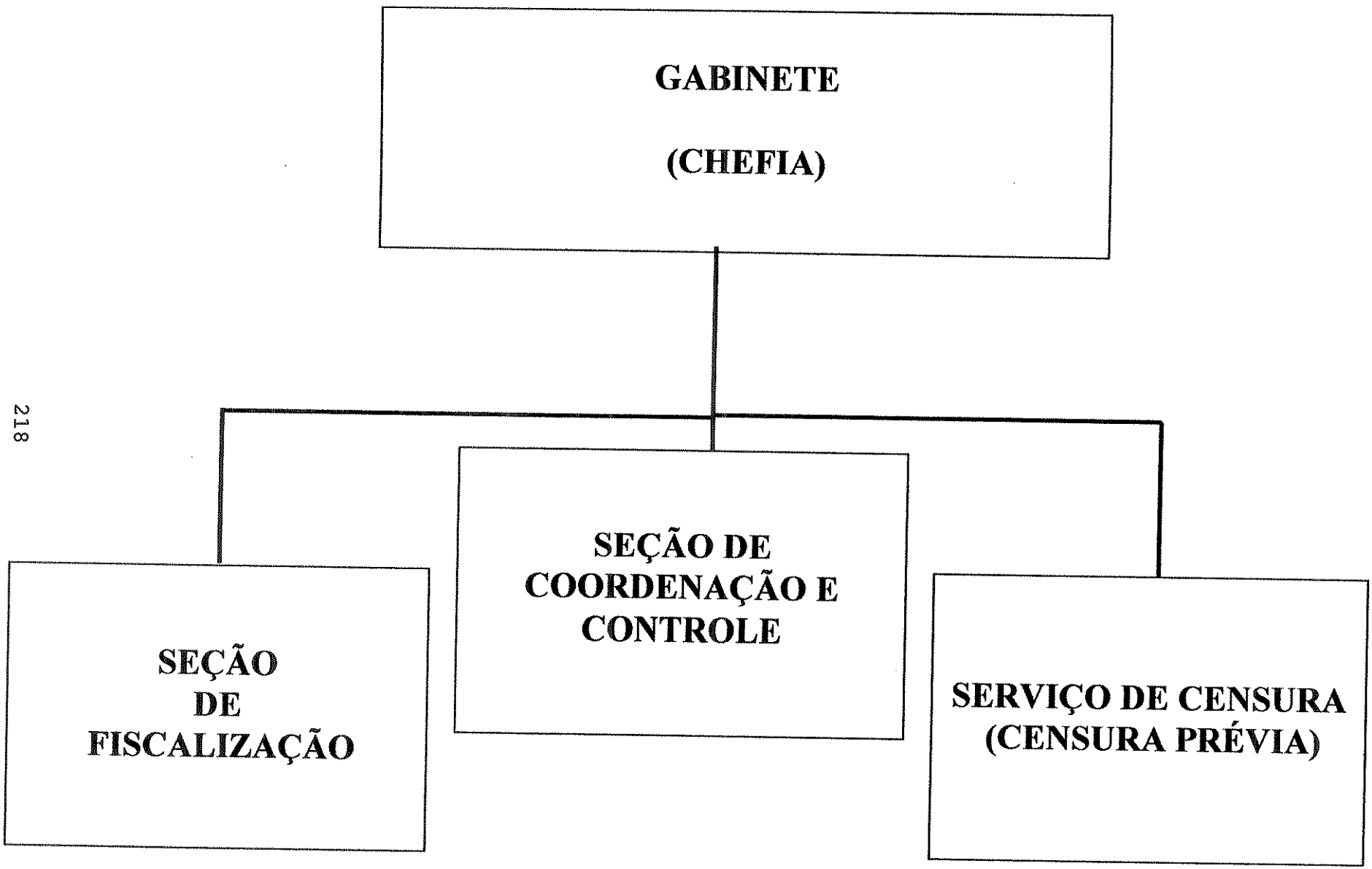
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS - DCDP



SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS - RJ
SCDP - SR/RJ



Caderno de imagens

Bloco 2

BLOCO 2

Figura nº 9: Protesto de artistas contra a censura, em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro (Praça Carlos Gomes/Cinelândia), em 12/2/1968.
Exposição: *As Faces de 1968*, PUC-SP, agosto de1998.
Acervo: *Última Hora* – Arquivo/AE.

Figura nº 10: Passeata de artistas contra a censura. Rio de Janeiro, 12/2/1968. Da esquerda para a direita: Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benguell e Cacilda Becker.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

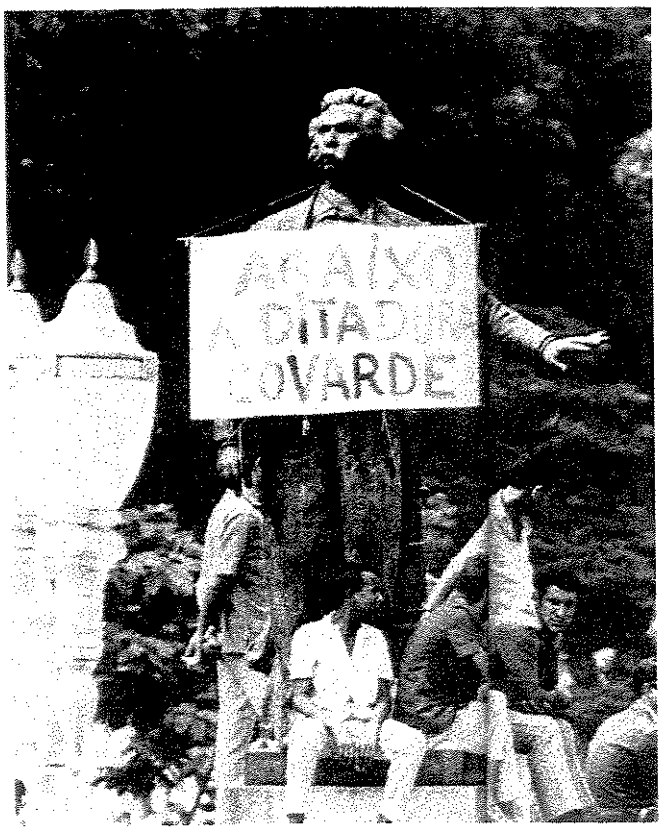


Figura nº 11: Protesto contra a censura, na Cinelândia. Rio de Janeiro, 12/2/1968.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

Revisão prévia

Na sexta-feira da semana passada, recebemos uma comunicação do Major Braga, do SICAP, órgão da Polícia Federal, de que nosso jornal, a partir do próximo número, passará a receber o que o Major chamou de "revisão prévia".

Figura nº 12: Jornal *Opinião*, nº 8, 25/12/1972 a 1/1/1973.
Acervo: Exposição *Sinal Fechado*, Museu da República. Rio de Janeiro, s./d.

Capítulo 4

O jornal de maior tiragem

a trajetória da *Folha da Tarde.*

Dos jornalistas aos policiais

Quarta capa da revista *Binóculo*, de 1881.
Acervo: Dedoc/Editora Abril.

Os jornalistas

"[...] a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo, nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem com linhas paralelas às do jornal.

[...] A grande imprensa, como está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que esta classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. Mas pode exercer um papel de educação".[1]

[1] Abramo, Cláudio, *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 116.

1. Onde *folhas*, troncos e raízes se encontram

A reflexão desta tese está dividida em duas ramificações. Nas raízes desta divisão, busca-se a gênese dos intrincados caminhos e relações entre imprensa e poder a partir dos encontros de jornalistas e censores. Assim, se na análise acerca dos censores constatou-se que muitos deles eram jornalistas, existiu também em uma parte da grande imprensa no período pós 1968, jornalistas que eram policiais.

Nesse sentido, o objeto aqui é mapear uma experiência de colaboracionismo de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão no pós-AI-5. Ou seja, tem-se como mote a atuação de alguns setores das comunicações do país e suas estreitas relações com a ditadura civil-militar do pós-1964. Portanto, além de não fazerem frente ao regime e às suas formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie. Assim, como Cláudio Abramo* sublinha, se há

> "[...] um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado desempenha papel de controlador maior das informações. Mas não é só o Estado, é uma conjunção de fatores. O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura.
>
> [...] A ditadura jogava bruto, censurava o jornal, sonegava notícias, mentia, manipulava índices de custo de vida. [...] Houve um período em que não se podia acreditar em nada que saía impresso; era publicado nos jornais que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade tinha morrido numa cela, sob torturas mais bárbaras". (Abramo, 1988, pp. 118 e 120).

Na ponderação de Abramo há sua visão particular acerca do tema da censura. Entretanto, seu olhar encontra, infelizmente, respaldo na realidade vivida, como se poderá notar. Ou seja, Abramo sinaliza para um acordo entre parte da imprensa e o Estado autoritário do pós-1964. Tendo esse desenho em mente, uma questão se cria: que parâmetros a imprensa deveria ter.

---

* Com o intuito de retirar do texto notas muito extensas, nomes e siglas que recebem um asterisco ao longo do corpo da tese possuem pequenos verbetes sobre eles, no item *Anexo*.

São três as regras básicas: fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico. O que se nota algumas vezes, contudo, é que as relações no interior da imprensa e a sua expressão externa (o jornal, a revista, o periódico etc.), refletem as tramas sociais e de poder intrínsecas àquela conjuntura. É claro que esse tipo de "conversa" da imprensa com o poder vem desde remotos tempos, tanto no Brasil como fora dele. Vale sublinhar que no Brasil, as empresas de comunicação têm quase sempre no governo suas principais contas publicitárias, tornando este diálogo no mínimo permissivo.

Mino Carta,* jornalista desde o início da década de 1950, quando cobriu, para um jornal de Roma, a Copa do Mundo no Brasil, tem, a meu juízo, uma lúcida e também amarga reflexão acerca do tema. Suas mágoas não deturpam a imagem da função do jornalista, muito pelo contrário. Carta esteve nos principais jornais do país, fundou e também dirigiu as redações de revistas como *Quatro Rodas* e *Veja*, da editora Abril, *Isto é*, *Senhor* e *Carta Capital*. Este meio século de intensos diálogos, tanto com as letras, como com as esferas de decisão, estão estampados no seu primeiro romance, que tem muito de autobiográfico, mesmo que o autor não goste do termo. Nele, Mino Carta, ao explicitar a relação entre imprensa e poder no Brasil, diz que

> "[...] a presença de profissionais competentes, de grandes jornalistas respeitados pelas redações, atrapalha a sucessão no feudo e compromete os interesses de quem manda, na instância intermediária e na suprema. Reparem: a nossa imprensa serve o poder porque o integra compactamente, mesmo quando, no dia-a-dia, toma posições contra o governo ou contra um outro poderoso. As conveniências de todos aqueles que têm direito a assento à mesa do poder entrelaçam-se indissoluvelmente".[2]

Seguindo as pegadas deste *homem de imprensa*, as empresas jornalísticas são clãs, feudos, oligarquias. É importante destacar que os quatro principais jornais do eixo Rio/São Paulo — *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo* — são, ou foram até há bem pouco tempo, empresas familiares. Molde copiado também por outros periódicos e por algumas editoras, tanto de livros, como de revistas, como as Editoras Bloch e Abril. Esta formação, e as características que isto impõe, não só explicam muito

---

[2] Carta, Mino, *O castelo de âmbar* (Rio Janeiro, Record, 2000, p. 228). Neste livro, todos os nomes são fictícios. A felina reflexão do autor sobre a relação imprensa e poder, entretanto, não tem seu início neste romance. Doze anos antes, no prefácio ao livro póstumo de Cláudio Abramo, *A regra do jogo*, Carta já era igualmente crítico, analítico e mordaz.

das idéias de Mino Carta, como mostram, no setor de comunicações do país, as dificuldades demarcadas pelo jornalista.

Partindo desse desenho feito por Carta dos "jornais familiares", e o cotejando as conexões entre imprensa e poder, vão se sublinhar aqui as relações de apoio, ou seja, o colaboracionismo de parte da imprensa ao poder estabelecido. Assim, pode-se perceber que esse "colaborar" tem várias cores e tonalidades. Portanto, tanto foi exercido de maneira individual, como coletiva.

Nessa reflexão, escolheu-se trabalhar, ao meu juízo, com o que há de mais forte nessas relações de cooperação. Isso não significa que, por vezes, as expressões mais sutis de exercer esse apoio também não sejam bastante grotescas.

Tendo isto em mente, podemos dizer que o colaboracionismo tem cores e tonalidades várias: tanto podia ser exercido de maneira individual, como coletiva. Vale salientar que esse modo de agir não é exclusivo desse jornal escolhido. Suas características peculiares, entretanto, tornaram-no um *locus* privilegiado desta análise.[3]

Há que se fazer outra ressalva: tal experiência foi centrada no pós-1968. O colaboracionismo ao golpe de 1964 por parte da imprensa é matéria notória. Contudo, com o AI-5, em 13/12/1968, e mesmo um pouco antes, com a tendência de endurecimento do governo, parte do apoio que a imprensa deu ao golpe se transformou em críticas aos rumos do novo governo. No pós-AI-5, porém, um novo pacto foi feito. E é dele que vamos tratar aqui.[4]

***

[3] Cláudio Abramo refere-se a um jornal chamado o *Expresso* e diz que "os conservadores têm a seu lado as TV e os jornais, e por isso não precisam de mais um jornal, embora a direita tenha mantido o *Expresso*, em que trabalhava a fina flor da escória brasileira; era um jornal do DOI-Codi" (Abramo, 1988, p. 135). Procurei muito por esse periódico, mas não o encontrei. Na busca, me deparei com um outro, o escolhido aqui para a análise. Fica de qualquer forma a referência a existência de outros. Percival de Souza cita um outro jornal que poderia ser muito interessante para este trabalho, se pudesse ser encontrado: o jornal interno do DOPS...

[4] A resistência ao golpe civil-militar de março/abril de 1964 na imprensa tem sua gênese dias depois deste, nas colunas de Carlos Heitor Cony no jornal carioca *Correio da Manhã*, e de Carlos Lacerda no *Jornal da Tarde*, em São Paulo, como também nas charges da Hilde Weber, ainda no governo Castello Branco, no mesmo jornal paulista. O material publicado por Cony, na época, foi reunido no livro *O ato e o fato* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979). Sobre a repercussão de suas idéias na época, ver, também, Kushnir, Beatriz, "Depor as armas — a travessia de Cony e a censura no partidão" (*in* Reis Filho, Daniel A. (org.), *Intelectuais, história e política, séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2000).

Neste sentido, o objeto eleito é o periódico *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã. Este jornal foi criado em 1° de julho de 1949, com o *slogan* "o vespertino das multidões", e assim permaneceu até 31 de dezembro de 1959. Retornou em 19 de outubro de 1967 e foi extinto em 21 de março de 1999. O período que interessa a esta análise, entretanto, é o que vai do seu ressurgimento até o dia 7 de maio de 1984. Nesses dezessete anos, entre 1967 e 1984, o país foi dos "anos de chumbo" ao processo das "Diretas Já"; e a *Folha da Tarde* teve tanto uma redação de esquerda engajada, como de partidários do autoritarismo que reinava no Brasil.

Assim, nas páginas desse jornal há desde denúncias sobre os tempos vividos, como, e principalmente, o reflexo do seu apoio às conjunturas do momento. Os homens e mulheres que lá trabalharam, seu corpo de jornalistas, são um grupo diverso, múltiplo. Viveram tanto a força do arbítrio, nas prisões e mortes não só relatadas, mas também sentidas na própria pele, como muitos também fizeram um pacto com os agentes da repressão. Como se poderá notar, a trajetória da *Folha da Tarde* espelha tanto as rupturas e mudanças no panorama brasileiro, como também os caminhos percorridos pelo Grupo Folha da Manhã para se adaptar aos percalços e efervescências políticas daquele período.

Para se apreender essa história, contudo, é indispensável visualizar as transformações por que passou o Grupo Folha da Manhã. E para se compreender essas quase duas décadas da *Folha da Tarde*, há que se voltar ao início dos anos de 1960 e redesenhar as transformações ocorridas no interior do Grupo naquele instante. Segundo Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato

> "[...] em 13 de agosto de 1962 encerra-se a terceira fase das *Folhas*. Os antigos diretores se retiram, passando a empresa a ser dirigida por Caio Alcântara Machado (alguns meses apenas), Carlos Caldeira Filho, Francisco Rangel Pestana e Octávio Frias de Oliveira, tendo ainda como vice-presidente Quirino Ferreira Neto.
>
> Em 4/11/1962 houve nova alteração na diretoria, Octávio Frias passava a Diretor-Presidente, o Vice-Presidente sendo agora Carlos Caldeira Filho. A diretoria se completava ainda com Alberto Bononi, Francisco Cruz Maldonado, F. Rangel e José Reis. Caio de Alcântara Machado passava a ser o Presidente Consultivo e como Diretores Adjuntos

> figuravam Carlos Laino Jr., Francisco D. César, Sílvio Donato e Waldo Barreto".[5]

Foi a partir desse quarto momento,[6] no início da década de 1960, que a sociedade Octávio Frias de Oliveira* e Carlos Caldeira Filho assumiu o controle acionário da empresa Folha da Manhã, que surgiu com este nome em 1/7/1925.[7] Iniciou-se, a partir daí, o que Mota e Capelato definiram como "autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural (1962-1981)".[8] Os empresários, contudo, já haviam estabelecido sua parceria um ano antes, quando em 1961 empreenderam a construção da Estação Rodoviária de São Paulo.

Dividido em três edições diárias, o conglomerado possuía a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde*, e a *Folha da Noite* até fins dos anos de 1950. As transformações realizadas a partir de 1962 até o fim daquela década instituíram para o Grupo os seguintes periódicos: *Folha de S. Paulo* (o Folhão, a reunião das três antigas *Folhas*), *Última Hora* de São Paulo (em 1965), *Notícias Populares* (também em 1965), *Cidade de Santos*[9] (a partir de julho de 1967); e *Folha da Tarde* (a partir de outubro de 1967). Essa estrutura perdurou até 1992, quando a família Frias assumiu o controle total do Grupo. No fim da década de 1990, a

---

[5] Mota, Carlos Guilherme e Capelato, Maria Helena, *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981* (São Paulo, Impres, 1981, p. 183). Vale destacar que o livro em questão nasceu do convite do então secretário do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho aos professores. A respeito destas análises de encomenda, é ilustrativa a reflexão de Mino Carta no prefácio ao livro póstumo de Cláudio Abramo. Para Carta, inspirado em Hannah Arendt, "de fato, não há história de jornais e jornalistas que mantenha um razoável apego à realidade, quer dizer, que não enxovalhe o compromisso básico da profissão. As evocações que as empresas jornalísticas fazem dos seus feitos, e mesmo livros com pretensões a pesquisa científica, de autoria de profissionais embandeirados de ensaístas, magnificam sistematicamente os donos e diminuem, quando não cancelam, quem bolou e fez o serviço. A omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade. Omitida, ela vai ao fundo como um barco furado e ninguém mais recupera" (*in* Abramo, 1988, pp. 7-8).

O mesmo comentário feito por Carta poderia ser atribuído ao livro de Carlos Eduardo Lins da Silva, *Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal* (São Paulo, Trajetória Cultural, 1988), que ignorou o fato de o "Projeto Folha" ter sido iniciado por Cláudio Abramo. O "Projeto Folha" iniciou-se a partir de 1978, dentro de um panorama de mudanças que o jornal passaria. Este projeto, segundo a empresa, buscava consolidar a nova linha editorial do periódico paulista, incorporando estratégias de marketing e buscando fazer, nas palavras do jornal, "um jornalismo crítico e imparcial".

[6] Para os autores, a cronologia do jornal segue os acontecimentos políticos do país. Assim, os outros três momentos são: 1) "os primeiros tempos", entre 1921-1931; 2) "a voz da lavoura" (1931-1945); e 3) "uma nova visão empresarial", de 1945-1962.

[7] Octávio Frias de Oliveira lembra esses primeiros tempos em um depoimento ao jornalista Alberto Dines *et alii* (2000a, pp. 374-391).

[8] O quinto momento inicia-se com a implementação do "Projeto Folha", no final dos anos de 1970.

[9] O Grupo contemplou a cidade de Santos com um jornal porque esta era um reduto de Carlos Caldeira.

Folha da Tarde foi extinta, surgindo em seu lugar o jornal *Agora São Paulo*, de igual tendência popularesca que marcou 30 dos 32 anos da *Folha*.[10]

Seguindo as análises de Mota e Capelato, compreende-se que a década de 1960 foi um momento de reestruturação para o Grupo Folha da Manhã. Para estes autores,

> "[...] em um quadro de inflação, a esclerose administrativa tornava a 'Folha' um jornal envelhecido, contrastando com iniciativas de uma época em que o neocapitalismo desenvolvimentista emergia. E tímido, politicamente, em um momento em que as ideologias fervilhavam" (Mota e Capelato, 1981, p. 187).

Assim sendo, o período entre 1962 e 1981, a primeira etapa da sociedade Frias/Caldeira, apresenta três fazes distintas do Grupo. Entre 1962-1967, houve uma reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; entre 1968-1974, ocorreu uma "revolução tecnológica"; e entre 1974-1981, definiu-se um projeto político-cultural. Visto desta forma, estas três etapas refletem uma perspectiva endógena. Não existe, na análise de ambos, nenhuma análise que contemple as diretrizes da empresas *versus* as questões políticas e sociais vividas pelo país. O percurso da *Folha da Tarde* poderá demonstrar que o período entre 1968 e 1974 esteve longe de ser apenas um instante de transformações tecnológicas.

Nessa direção, o início da década de 1960 foi o grande palco das mudanças internas do Grupo. Por um lado, alterações de forma: os três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de *Folha de S. Paulo*; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa.[11] Com a substituição de Nabantino Ramos por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial a partir de então tornou-se francamente anti-janguista. Como outros jornais, os do Grupo também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1° de abril de 1964.

Concomitantes ao alinhamento editorial, ocorriam alterações em âmbito empresarial. A *Folha de S. Paulo* a partir de então buscou ampliar seu público, adquirindo uma frota própria. Assim, pôde conquistar o leitor do interior do estado, aumentando sua

---

[10] No início de 2001 foi a vez de outro jornal, de mesmo perfil e também pertencente ao Grupo Folha da Manhã. Em 20/1, o jornal *Notícias Populares*, definido como um "veículo de informação para o trabalhador, principalmente dos grandes centros urbanos", deixou de circular.

[11] Anterior às questões vividas no interior da administração do jornal, o ano de 1961 foi palco de uma greve de jornalistas. Não apenas circunscrita aos jornais desse grupo, uma outra paralisação como essa só iria ocorrer dezoito anos depois.

influência. Quanto às transformações na forma e no conteúdo do jornal, o cargo de diretor de redação do *Folhão* foi ocupado por José Reis, homem do jornal desde 1948, e que esteve à frente da *Folha* até 1967. Para Mota e Capelato, entretanto,

> "[...] nesse período, o jornal procurará atuar com extrema imparcialidade — na perspectiva liberal tradicional — abrigando e ouvindo as opiniões contrárias, mas evitando se posicionar claramente. Imaginava-se buscar 'neutralidade'.
>
> Se Nabatino procurava fazer um jornal moderno, mas 'do tipo inglês'(como dizia), no período do professor José Reis buscou-se uma forma menos austera, tipo *Jornal do Brasil*". (Mota e Capelato, 1981, pp. 188-189).

O papel do "transformador editorial" do jornal, contudo, apresenta controvérsias. Para uns, o crédito é de José Reis; já outros, sentenciam que a grande personalidade da *Folha* até 1977 foi Cláudio Abramo. Convidado, em fins de 1965, por Octávio Frias de Oliveira, Abramo, que havia deixado *O Estado de S. Paulo* em junho de 1963, foi trabalhar na empresa Transaco, de Frias, que realizava corretagem de ações. Lá, Abramo fazia análises diárias para o jornal. Mais tarde, Frias o colocou dentro do jornal como chefe de produção, e em 1967 assumiu a secretaria-geral da *Folha*.

Para Abramo, o convite para ingressar no jornal pela primeira vez lhe salvou a vida econômica naquele momento, contudo, "[...] às vezes acho que ter ido para a *Folha* foi um dos maiores erros que cometi na vida, pois ajudei muito o jornal e hoje sou marginalizado" (Abramo, 1988, p. 85). Corroborando essa imagem que Abramo teve de si no jornal, no livro de Mota e Capelato a figura central desse processo transformador é creditada a José Reis. Nesse sentido, a mágoa parece ser o tom que cerca os jornalistas. Redesenhado a figura emblemática de Cláudio Abramo, Mino Carta o compara a *Rétif de la Bretonne*.[12] Nas memórias de Carta, onde os verdadeiros nomes são trocados, ele reflete que

> "[...] quem compara a *Crônica* [*Folha de S. Paulo*] de anos atrás com a de hoje, descobre quando nascem as principais inovações, a vivacidade da primeira página, o pluralismo das páginas dois e três, a agilidade da estrutura, a preocupação com o rigor da informação. Com a saída de Alberti [Cláudio Abramo] do *Arauto* [*O Estado de S. Paulo*], o estilo

[12] *Retif de la Bretonne* é um dos mais conhecidos escritores eróticos e um colaborador da Revolução Francesa. Redesenhado por Sérgio Paulo Rouanet, *O espectador noturno. A revolução francesa através de Retif de la Bretonne* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988), descobrimos um *flâneur*. Sua obra foi escrita tanto para influenciar os rumos da Revolução; como um cronista, um narrador do período.

> literário cartorial teve sua revanche. Com a saída de Alberti da *Crônica*, o jornal ganhou em excentricidade" (Carta, 2000, p. 229).

As dores e feridas parecem marcar a trajetória dos *homens de jornal*. O tempo de Cláudio Abramo na *Folha* e, principalmente, o seu processo de saída, explicam muito do Brasil e da relação imprensa e poder naquele instante. Para tal, faço aqui um parêntese para que se elucide essa questão.

Cláudio Abramo assumiu o jornal em 1967 e esteva à frente dele quando, entre 1969 e 1972, este viveria um momento de censura imposta pelo regime militar, que não findou no início dos anos de 1970 para a totalidade da imprensa. Em 1972, Abramo foi nomeado diretor de redação da *Folha*, sendo afastado pouco depois e substituído por Ruy Lopes, da sucursal de Brasília. Ficou longe dos jornais por cerca de dois anos e, em 1974, esteve, com outros jornalistas, em um seminário na universidade norte-americana de Stanford.

Ao retornar ao país, um ano depois, foi preso, pelo Doi-Codi*, em janeiro de 1975, durante o governo da distensão de Geisel, com sua segunda esposa, Radhá, acusado de subversão.[13] Em meados deste mesmo ano, Abramo retornou à *Folha* e criou a "Página Três", dando início a uma reformulação ainda discreta do jornal. Essas alterações só começariam a se efetivar em 1976, quando retornou à direção efetiva da redação juntamente com Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho.

Em setembro de 1977 foi novamente afastado da direção da redação por imposição do ministro do Exército, general Sylvio Frota, em um episódio envolvendo o jornalista da *Folha*, Lourenço Diaféria, que escreveu, na semana da Pátria, uma crônica que, segundo os militares, ofendia a memória do Duque de Caxias. Segundo Abramo, Diaféria "[...] agiu como um provocador, ou um manipulador. Por conta da publicação da crônica, colocou em risco um projeto muito maior. Por isso acho que agiu como provocador policial". No dia seguinte à prisão de Diaféria, o general Hugo de Abreu, chefe da Casa

---

[13] Nesse mesmo ano de 1975, outros jornalistas também seriam presos, como Marco Antônio Coelho, Rodolfo Konder e Paulo Markun. No dia 24 de outubro, agentes do DEOPS foram à casa de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, e acusado de pertencer a uma célula de jornalistas do Partido Comunista Brasileiro, para intimá-lo. No dia seguinte, Vlado apresentou-se espontaneamente na Rua Tutóia, sede da Operação Bandeirantes (*Oban*) e faleceu horas depois, sob tortura. Para despistar, foi simulado um suicídio por enforcamento. Cf. Jordão, Fernando Pacheco, *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil* (São Paulo, Global, 1979); e Markun, Paulo (org.), *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época* (São Paulo, Brasiliense, 1985).

Militar do presidente Ernesto Geisel, ligou para o jornal e Frias pediu que Abramo se demitisse, tendo sido então substituído por Boris Casoy*.

Dois dias depois dessa demissão, em 22 de setembro, o coronel Antônio Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no governo Paulo Egídio, invadiu o campus da PUC para reprimir o Terceiro Encontro Nacional de Estudantes, prendendo duas mil pessoas e ferindo cinco. Menos de um mês depois, em 12 de outubro, o general Frota foi exonerado, após uma tentativa de golpe contra o presidente.

O jornalista Boris Casoy, que substituiu Abramo, teve o seu primeiro trabalho em jornal na *Folha de S. Paulo*, em 1974, onde, convidado por Otávio Frias de Oliveira, foi editor de Política. Ele havia trabalhado anteriormente, entre 1971 e 1972, como secretário de Imprensa do prefeito de São Paulo, José Carlos Figueiredo Ferraz (ARENA/SP), e, posteriormente, como assessor de Imprensa do ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, no governo do general Médici (1969-74).

Quando da exoneração do governo Figueiredo Ferraz, aceitou o convite de Caio Alcântara Machado — presidente consultivo do Grupo Folha da Manhã nas alterações de novembro de 1962 — para trabalhar na Alcântara Machado Feiras.

Três meses depois de assumir a editoria de Política da *Folha de S. Paulo*, em junho de 1974, foi promovido a editor-chefe no lugar de Ruy Lopes, transferido para ser diretor da sucursal de Brasília. Deste período, relembrou que o jornal era um produto de uma reunião entre ele, Cláudio Abramo, Octávio Frias de Oliveira e o filho deste, Otávio Frias Filho. "Durante muitos anos, a gestão da redação, a análise dos problemas, a posição editorial do jornal foi produto dessa reunião que a gente fazia. [...] Eram momentos difíceis, [...] onde o jornal lidou com a própria sobrevivência". Ficou na *Folha* até junho de 1976, quando saiu e passou a dirigir a Escola de Comunicação e o setor cultural da FAAP. Acerca

de sua saída do jornal, declarou que este trabalho tinha se tornado uma carga muito pesada, para o qual "[...] não estava preparado psicologicamente nem tecnicamente".[14]

Retornou, contudo, à *Folha de S. Paulo* em 1977, onde passou a escrever uma coluna sobre os bastidores políticos, intitulada "Painel". Em setembro deste mesmo ano, tornou-se editor-responsável pelo jornal no lugar de Cláudio Abramo, que saiu após a crise envolvendo o jornalista Lourenço Diaféria. Permaneceu neste cargo até 1984, quando Otávio Frias Filho assumiu a direção do jornal. Voltou, então, a escrever a coluna "Painel" desse jornal.[15]

Vale destacar que o "caso Diaféria" ocorreu meses depois do fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Geisel para a aprovação do chamado "Pacote de Abril".[16] Após a decretação dessas medidas, ficava claro que existia um projeto, articulado pelo Palácio do Planalto, de contenção do MDB,[#] de acordo com os planos de distensão lenta, segura e gradual. Até porque, nas eleições de novembro de 1974, o MDB havia feito 335 deputados estaduais, 160 federais e vários senadores. Em termos numéricos, essa vitória do partido de oposição, como analisa Bernardo Kucinski (2001, pp. 25-6), significou que o MDB teve

> "[...] nada menos que 14,5 milhões de votos para seus candidatos ao Senado, ao mesmo tempo em que [...] a ARENA recebia apenas 10, 1 milhões. [...] O MDB avançou substancialmente, dos 21% alcançados em 1970, para 38% em 1974. A votação da ARENA [...] caiu de 48%, em 1970, para 41% em 1974. Foram 11 milhões de votos para os deputados da oposição e 11,8 milhões para os do governo.
>
> [...] O número de cadeiras da ARENA, na Câmara Federal, caía de 223 para 204; quase dobrava o número de cadeiras do MDB, de 87 para 160.
>
> [...] A situação no Senado punha em perigo o futuro mecanismo parlamentar do regime, pois 22 das cadeiras do Senado em disputa (um terço do total de cadeiras), o MDB ganhara 16, e nenhuma dessas 16 estaria em jogo nas eleições seguintes, em 1978, quando, ao contrário, das 44 cadeiras que então seriam disputadas (os outros dois terços do Senado), quarenta eram cadeiras da ARENA. Bastaria que o MDB ganhasse 17 das

[14] Entrevista de Boris Casoy ao CPDOC/FGV, 1995.

[15] Entrevista concedida à autora, em 18/3/1999.

[16] O "Pacote de Abril" possuía 14 emendas a artigos da Constituição Federal de 1969, três artigos novos e seis decretos-leis que alteravam o controle: a) do processo legislativo, com a adoção do "Senador biônico"; b) do executivo federal, ampliando de 5 para 6 anos o mandato presidencial; c) dos executivos estaduais, com a indicação de governadores; d) das campanhas eleitorais, com a Lei Falcão; e e) do voto urbano, diminuindo o poder do voto das regiões mais politizadas.

[#] Ver lista de siglas.

> 44 cadeiras para ter maioria no Senado em 1978. Com isso teria poder de veto".

Assim, em abril de 1977, quando o pacote foi baixado, o presidente estava às vésperas de escolher o seu sucessor. Em setembro desse mesmo ano, a *Folha de S. Paulo* passou pela sua maior crise de relacionamento com os governos militares. No dia 20 de setembro, a direção da empresa Folha da Manhã decidiu suspender todos os editoriais e artigos da *Folha de S. Paulo*, em decorrência da prisão do jornalista Lourenço Diaféria.

Como sublinhou o jornalista Carlos Brickmann,[17] houve mais um fato importante nesse episódio. Octávio Frias deixou todos os cargos que ocupava na empresa e se retirou. O jornal passou a ser de responsabilidade de Boris Casoy, e, administrativamente, de Wanderley de Araújo Moura. Tal atitude tem conseqüências até hoje. Tornou Frias o "acionista majoritário", ou o "*publisher*", já que exerce, ainda no presente, seu poder sem cargo definido (entrevista à autora, em 21/4/1999). Para Cláudio Abramo,

> "[...] em geral, os jornais explicitam a sua opinião nos editoriais. No Brasil, ficou estabelecido que os grandes jornais têm que ter sua opinião. Embora a *Folha*, em 1977, tivesse suspendido os editoriais sem sofrer nenhum traumatismo. Talvez porque tenha feito no momento em que estava sendo pressionada; e daí não tenha sofrido um impacto muito grande em seu prestígio. Parece até que aconteceu o contrário, porque aquilo foi tomado como uma atitude de reação à pressão a que o jornal estava sendo submetido" (Abramo, 1988, p. 117).[18]

Na seqüência deste episódio, a *Folha* chegou a ser acusada pelo coronel Erasmo Dias de conter em seus quadros "muitos elementos subversivos", sendo ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Em virtude desses fatos, o proprietário do jornal, Octávio Frias de Oliveira, decidiu pelo afastamento de Cláudio Abramo do posto de

---

[17] O depoimento do jornalista é relevante nesse instante, pois Brickmann foi, de maio de 1984 até maio de 1989, e de fevereiro de 1990 a agosto de 1991, editor-chefe da *Folha da Tarde*. No período em que dirigiu a *Folha da Tarde*, reduziu-se a tiragem do jornal, no sentido de retirar os tiras da redação. O jornalista começou na empresa em janeiro de 1963, como copy-desk. Um ano depois, tornou-se editor de Internacional na *Edição Caipira* — aquela que fechava às 6 da tarde. Foi o editor mais novo da história da *Folha de S. Paulo*, com 18 anos (entrevista à autora, em 21/4/1999).

[18] Para relativizar imagens e demonstrar que muitas vezes criam-se mitos nas redações, é importante a reflexão de Bernardo Kucinski, *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998), sobre Cláudio Abramo. Para Kucinski, "o livro póstumo de Cláudio Abramo revela um jornalista extremamente contraditório, um homem não realizado e até infeliz. Um homem fiel ao paradigma da esquerda humanista, mas ao mesmo tempo com raiva das esquerdas. Cláudio Abramo desperdiçou energias tentando inutilmente reeducar os donos da imprensa brasileira, fazer deles uma elite educada para o espaço público republicano e o compromisso social" (p. 73).

editor-chefe e sua substituição por Boris Casoy, como também pela extinção da coluna *Jornal dos Jornais*, escrita aos domingos pelo jornalista Alberto Dines*.[19]

Das lembranças de Mino Carta, há a recordação de

> "[...] uma conversa que tive como Octávio Frias de Oliveira no gabinete de Cláudio, nos últimos dias de agosto de 1977. Eu tinha informações de que o confronto estava próximo e tudo me levava a crer que a dupla Geisel-Golbery preparava uma esparrela sob medida para o general Frota. Frias não concordava, duvidava das intenções de Geisel, que no seu entender ainda não escolheram o seu sucessor, e dos reais poderes de Golbery. Frota caiu exatamente 25 dias depois de Cláudio, dia 12 de outubro. E Golbery observaria: 'mais se foi Frota quem pressionou, porque não chamam Cláudio Abramo de volta à direção da redação?'" (Abramo, 1988, pp. 11-12).[20]

Feito esse parêntese, algo é certo, quando Abramo chegou pela primeira vez na *Folha de S. Paulo*, em fins da década de 1960, essa se encontrava em um momento de afirmação. O ano de 1967 foi o período inicial das transformações da *Folha*, quando o Grupo passou a investir em tecnologia, com a aquisição de máquinas *offset*, e no aumento da frota para acelerar a entrega de seus jornais. Essas alterações se iniciaram pelo jornal *Cidade de Santos* em 8/7/1967 e chegaram à *Folha de S. Paulo* em 1/1/1968. No meio do caminho, em 19/10/1967, contemplaram na *Folha da Tarde*, que renasceu a partir de então. Essa técnica permitiu que a *Folha da Tarde* fosse o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página.

Portanto, credita-se a esses primeiros anos do Grupo uma grande mudança em nível empresarial, com a ampliação substancial seu público leitor. Assim é que, em 1965, o Grupo adquiriu o jornal *Notícias Populares*, fundado dois anos antes. E doze anos após a

---

[19] Vinte e três anos depois do episódio, Octávio Frias de Oliveira fez uma declaração sobre o fato ocorrido, admitindo a pressão do governo sobre o jornal para que Cláudio Abramo saísse do posto (Dines *et alii*, 2000a, pp. 380-381). Na entrevista, contudo, disse não lembrar do nome do chefe da Casa Militar e circunscreveu o acontecido ao governo Costa e Silva, quando esse ocorreu no governo Geisel. Também declarou que na seqüência, Abramo teria se tornado o correspondente da *Folha de S. Paulo* em Paris. Na verdade, em 1980 Abramo retornou à *Folha*, convidado novamente por Octávio Frias Filho e Boris Casoy para ser correspondente do jornal em Londres. Três anos depois, com o mesmo cargo, transfere-se para Paris.

A partir de 1978, a *Folha de S. Paulo* iniciou uma série de mudanças na estrutura interna da redação. Foi criado o conselho editorial, cujo secretário-geral, Otávio Frias Filho, tornou-se o principal responsável pela implementação do "Projeto Folha". Este projeto, segundo a empresa, buscava consolidar a nova linha editorial do periódico paulista, incorporando estratégias de marketing e buscando fazer, nas palavras do jornal, "um jornalismo crítico e imparcial".

[20] Mino Carta também me narrou esse episódio em uma entrevista em 16/12/1998. Os detalhes da "crise militar" até a demissão do general Sylvio Frota são detalhadamente descritos em Kucinski, Bernardo *O fim da ditadura militar* (São Paulo, Contexto, 2001, pp. 49-66).

posse de Frias e Caldeira, a *Folha de S. Paulo* transformou-se no jornal mais lido no interior do Estado de São Paulo, segundo o Ibope (Mota e Capelato, 1981, p. 203).

Novos desenhos para o Grupo Folha da Manhã começam a ser traçados a partir da concorrência de outros jornais. Em 1966, a *Folha* teve de enfrentar um novo competidor, o *Jornal da Tarde* (*JT*)*, da família Mesquita, também dona do tradicional *O Estado de S. Paulo*. Foi a partir das estratégias de disputa com o *Jornal da Tarde* que se pode compreender o por quê do renascer da *Folha da Tarde*. Portanto, é importante ter o *Jornal da Tarde* como um paralelo. Assim, para o jornalista Ivan Ângelo, um dos primeiros do JT, o jornal

> "[...] começou a circular a 4 de janeiro de 1966. Quando chegamos a São Paulo, na primeira semana de dezembro de 65 — um bando de uns 12 garotos mineiros que amavam os Beatles e os Rolling Stones — para ajudar a fazer um jornal diferente que ia sair em São Paulo, chamado *Jornal da Tarde*, já havia uma equipe trabalhando nesse projeto no quinto andar da rua Major Quedinho, 28. [...] Começamos imediatamente [,...] orientados por Mino Carta, o editor-chefe, e Murilo Felisberto, o secretário de Redação, mancomunados com Ruy Mesquita, o diretor. Nada de teoria. Prática. Mão na massa. Um mês de ensaios para que cada um dos setenta jornalistas profissionais que formavam a primeira equipe soubesse direitinho seu papel no dia da estréia. Um mês de números zeros (edições experimentais que se preparam antes do número 1), seguidos de discussão diária, correção diária de rumos, procura diária de um estilo de texto, de lead, de foto, de enfoque, de título, de diagramação".[21]

Nesse sentido, desde o seu início, a *Folha da Tarde* tem um espelho, um objeto de reflexo. O "desejo do patrão" sempre foi fazer um jornal como o *Jornal da Tarde*. Assim, a trajetória dos 32 anos da *Folha da Tarde* esteve intimamente vinculada às questões nacionais do período e aos processos de acomodação do Grupo com os sobressaltos políticos. As diferenças entre o *JT* e a *Folha da Tarde* expressam as distintas opções feitas pelos donos de cada um desses jornais.

Apresentando uma outra imagem, são interessantes as reflexões de Fernando Gabeira acerca da imprensa no final dos anos de 1960. Em uma entrevista, em 4/10/1979, na sua volta do exílio, avaliou que

---

[21] Ivan Angelo, "O jornal da era do Aquário", *in* http://www.jt.com.br/frame/indexqu.htm. Acerca da trajetória do jornal no período de censura, está sendo preparada, por Juliana Gazzotti, uma tese de doutoramento junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, ("O *Jornal da Tarde*: ideologia e indústria cultural, 1966-1975").

> "[...] nesse momento da imprensa brasileira, a única coisa interessante que aconteceu foi no *Jornal da Tarde* de São Paulo, [...] que era puramente formal, ou seja, um jornal bonito mas que não propunha nenhuma questão importante. Bonito, mas muito bem-comportado".[22]

O *Jornal da Tarde* é também sempre lembrado por suas receitas de bolo, publicadas nos espaços onde matérias foram cortadas pelo censor. Era uma forma de denunciar, segundo o jornal, que esse estava sob censura, mesmo que, como relatou Oliveiros S. Ferreira, os leitores ligassem reclamando que as receitas não davam certo... Para Frei Betto, contudo,

> "[...] o *Jornal da Tarde* e o *Estado de S. Paulo* (do qual 25 anos depois me tornei colaborador) atenuavam a sua cumplicidade com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receita de bolo ou poemas de Camões. Os acólitos do regime adaptavam-se, substituiu no noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo sem escrúpulos o aprendizado que faria a escola no jornalismo brasileiro: a autocensura. A insólita lição ensinava que o bom profissional deve alienar-se de suas idéias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o governo editaria. Não era apenas a força de trabalho alugada sob o imperativo da sobrevivência, como a prostituta que se oferece na esquina. Era a própria consciência adulterada, associando autoridade e verdade, como o torturador de dentes cadeados e salário mínimo afoga a sua vítima numa banheira, em defesa de uma liberdade de que ele não usufrui" (Frei Betto, *Batismo de Sangue*, São Paulo, Casa Amarela, 2000, p. 99).[23]

Questão delicada. É difícil avaliar o quanto tal prática, o enxerto de material em espaços censurados, realmente avisou o leitor que o jornal estava sob censura. Segundo Brickmann, "[...] com o tempo, os leitores perceberam. No início, nem todos, mas os leitores que formam opinião sempre perceberam. No começo, antes de publicar poemas, o *Estadão* publicou anúncios tipo 'agora é samba'. E recebeu cartas de apoio à iniciativa cultural. O primeiro poema, aliás, nem foi de Camões, foi o Juca Pirama". Para redimensionar a reflexão, a atitude do Grupo Estado é sempre vista na esfera do combate. Assim,

---

[22] Hollanda, H. B. e Messeder, C. A., "Patrulhas ideológicas" (*in* Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir e Hollanda, Heloisa Buarque de, *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000, pp. 128-129).

[23] Quanto à questão da autocensura e do controle da informação dentro das próprias redações, valem como referência as reflexões sobre tal prática durante os 15 anos de período autoritário no Brasil, e suas conseqüências no contemporâneo, feitas por Kucinski (1998, pp. 50-69).

> "[...] o *Estadão* e o *Jornal da Tarde* passaram a resistir à censura imposta pela ditadura, preenchendo as lacunas das matérias vetadas com trechos de *Os Lusíadas*, no primeiro, e com receitas culinárias no *Jornal da Tarde*, decisão que teve grande repercussão, inclusive no exterior" (cf. Freire, Alípio; Almada, Izaías e Ponce, J. A. de G. (orgs.), *Tiradentes: um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*, São Paulo, Scipione Cultural, 1997, p. 43).

E a *Folha da Tarde*, que imagem deixou? É impossível refazer esse desenho nos prendendo somente ao espaço da redação. O corpo de redação da *Folha da Tarde*, de 1967 a 1984, é formado por dois grupos distintos: os de antes e os de depois do AI-5. A existência dessas duas *castas* se cruza intimamente com os acontecimentos políticos do momento. Além de reportar a realidade para as folhas impressas, muitos dos que lá trabalharam tiveram engajamento contra ou a favor da repressão.

Vale, contudo, uma advertência: se existem imagens dúbias e até opostas sobre a trajetória dos jornais da família Mesquita, não é diferente o que se pensa sobre a família Frias.[24] As tramas no interior do prédio amarelo da Alameda Barão de Limeira, 425 reuniram, segundo Kucinski,

> "[...] Otávio Frias, o homem de negócios que prosperara em tempos de ditadura [e] Cláudio Abramo, o mentor elegante e culto que introduziu no mundo do jornalismo e o seduziu para o projeto de modernização do jornal da família" (Kucinski, 1998, p. 66).

Assim, compreender o por que da *Folha da Tarde* renascer em 1967 também é uma forma de adentrar nessa trama. As uniões e separações dos Frias com figuras como Cláudio Abramo e seus pares, indicam os difíceis caminhos que unem idealismo e realidade no Brasil pós-1968, tendo como palco o prédio amarelo. Para ver e rever alguns desses embates, faz-se importante trazer à tona a trajetória desse periódico.

---

[24] Gostaria de sublinhar que solicitei, tanto a Octávio Frias de Oliveira como a seu filho, Otávio Frias Filho, uma entrevista para conversar sobre a *Folha da Tarde*. Ambos, contudo, alegaram uma agenda conturbada, que os impedia. Vale sublinhar que, diferente de rádios e televisões, que são concessões do governo, e portanto, passíveis de serem dadas ou retiradas, jornais são empresas privadas prestadoras de serviço. Vendem a narração dos fatos ocorridos e suas análises acerca destes. Mas, como ressalta Abramo, a regra que parece imperar é a de que entendem o jornal como sendo do dono. Assim, "se o jornal não quiser publicar, não publica, mesmo porque não é meu. [...] O jornal é deles e eles fazem o que quiserem" (Abramo, 1988, p. 118).

2. Por que a *Folha da Tarde* renasce?

Os caminhos percorridos pela *Folha da Tarde* são um reflexo dos limites e possibilidades do Brasil após o AI-5. Mas, principalmente, espelham as escolhas que cada um achava possível fazer naquele momento. O jornal imprimiu, tanto em suas páginas, como na disposição da sua redação, os trajetos eleitos pelo Grupo Folha da Manhã. As questões políticas estiveram ou não impressas nas suas páginas, respeitando acordos e conveniências. Na retrospectiva feita por Cláudio Abramo, o jornalista pondera o instante vivido e as alternativas possíveis dos donos do jornal, algo entre os anéis ou os dedos, e comenta que

> "[...] de 1969 até 1972 a *Folha* atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir às pressões do governo, e por isso não provocava. Foi uma política muito sábia, que Frias aplicou ao jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal. Foi nessa época que se formou o núcleo policial da Agência Folhas, composto por remanescentes do grupo que estava na *Folha* quando fui para lá, em 1965. Esse pessoal mais tarde passaria para a *Folha da Tarde*, transformando-a no jornal mais sórdido do país" (Abramo, 1988, p. 87).

Parece contraditória a posição de Abramo ao concordar com as atitudes de Frias naquele momento. Até porque, a vida desse jornalista foi marcada por duas outras escolhas desse empresário. A de 1977 e, em 1972, quando os *bilhetinhos* da censura já estavam invadindo as redações.[25] Nessa época, Cláudio Abramo foi afastado do jornal por Frias, seguindo o conselho de um amigo de Abramo, que o achava pessimista diante do momento vivido... Mas ao que parece, tudo valia a pena para se preservar o jornal enquanto instituição.

A *Folha da Tarde* renasceu em uma brecha ainda aberta em fins de 1967 e que logo se fechou. Se o jornal despontou sob um signo arrojado, foi perdendo esse fôlego no

[25] Entre 1972 e 1975 a grande imprensa recebe os famosos *bilhetinhos* da censura ("De ordem superior, fica proibido a publicação..."). A partir de 1975, quando a censura deixa o *Estadão*, apenas os alternativos, a *Tribuna da Imprensa* e a *Veja*, até a saída de Mino Carta, continuam censurados. Os alternativos ou quebram, por pressões econômicas, ou resistem bravamente, mesmo que alterados pelos cortes da tesoura.

decorrer da caminhada. Para fazer frente ao *Jornal da Tarde*, tido por muitos como mais à esquerda, ou menos à direita, o Grupo Folha da Manhã relançou a *Folha da Tarde*, com uma diretriz, naquele instante, de reportar a efervescência cultural e as manifestações estudantis a pleno vapor.

O jornalista Ivan Ângelo, ao redesenhar o momento, se pergunta o que acontecia no mundo entre 1966 e 1970, e responde

> "[...] a Nova Mulher inaugurava-se ruidosamente. [...] Os jovens passavam as senhas da sua revolução através da conspiração internacional do rock'n'roll. Para eles, a guerra era o mal, heróis eram os que estavam contra ela. Herói era Classius Clay, aliás Muhammad Ali, aquele maldito que se recusou a lutar no Vietnã. Heróis eram aqueles caras que viravam carros e jogavam pedras e coquetéis Molotov na polícia, em maio de 68, em Paris, e queriam pôr fogo na Sorbonne, porque a universidade 'estava morta'. Herói era Guevara, que foi procurar a revolução em outro lugar, quando Cuba encaretou" ("O jornal da era do Aquário", *in* http://www.jt.com.br/frame/indexqu.htm).

Nessa "nova ordem mundial", o *JT* e a *Folha da Tarde*, quando chegam às bancas, encontram no Brasil os festivais de música que revelaram Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Gal Costa, Geraldo Vandré e muitos outros. O próprio Roberto Carlos, tido como mais "enquadrado", mandava tudo para o inferno. No teatro, o Oficina encenava *O Rei da Vela*, e quatro peças de Plínio Marcos estavam em cartaz em São Paulo.[26]

Dois anos antes, Antonio Callado e Carlos Heitor Cony estiveram presos juntos em uma cela do quartel da Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Lá também estava Glauber Rocha. Quando saem, publicam, respectivamente, *Quarup* e *Pessach*.[27] Mas também havia a efervescência contestatória dos movimentos estudantis, que cresciam em uma progressão geométrica, e os primeiros passos da luta armada. Assim, eram tempos em que as radicalizações engatinhavam.[28]

---

[26] Acerca das origens do teatro Oficina, ver Ridenti, Marcelo, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 161-4).

[27] Essa prisão centra-se no episódio das manifestações contra a reunião da OEA no Rio, em 1965, em frente ao Hotel Glória. Cf. Ridenti, 2000; ou Kushnir (2000).

[28] Nas análises de Marcelo Ridenti (2000) há todo o traçado de uma grande parcela dessa geração que aliou engajamento político e expressão artística, demonstrando, assim, as múltiplas facetas dos personagens frente às demandas do momento vivido.

Nesse panorama, e saudado pelo *Jornal do Brasil* com a manchete "São Paulo tem novo vespertino", a matéria informava que

> "[...]impressa em *offset* e com fotos a cores, volta a circular a partir de hoje, depois de seis anos, a *Folha da Tarde*, de propriedade da empresa Folha da Manhã, presidida pelo senhor Otávio Frias de Oliveira, que ainda publica, em São Paulo e Santos, os seguintes jornais: *Folha de S. Paulo* (1ª e 2ª edições), *Última Hora* (três edições diárias em *offset*), *Notícias Populares* e *Cidade de Santos* (também em *offset*).
>
> O novo vespertino dirigido pelo jornalista Jorge Miranda Jordão veio substituir a terceira edição da *Folha S. Paulo*. Seu aparecimento está sendo encarado como de grande importância para o jornalismo paulista, pois ele irá concorrer na faixa de público do *Jornal da Tarde*".

Essa proposta cumpriu seu papel por pouco mais de um ano e oito meses. No meio do caminho entre essa intenção e a realidade, tem-se a decretação do AI-5. Seguindo o desenho do novo tabuleiro político a partir de então, esse jornal passou a ter uma péssima fama, e a sua redação foi completamente reformulada. Portanto, se no período até meados de 1969 tem-se a bonança, depois reinaram as trevas.

Nesse sentido, é imprescindível apreender o panorama político brasileiro daquele momento para compreender os caminhos percorridos por esse jornal. Até porque, a realidade não pedia licença e adentrava a redação até fins de 1968. Infelizmente, foi a distorção dos fatos e/ou o alinhamento às idéias autoritárias que deram o tom do jornal no pós-AI-5. A *Folha da Tarde*, a partir daí, trancou sua porta e não reportava o que estava lá fora, mas sim, criava dentro da redação uma narrativa acerca da realidade vivida.

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo — fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico —, a *Folha da Tarde* é um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa ao poder autoritário no pós-AI-5. Colaboraram, tanto jornalistas, como donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas/policiais, que tudo aconteceu.

O desenho da *Folha da Tarde* poderia começar a ser feito pelas acusações a ela dirigidas. Mas, talvez seja importante primeiro capturar um projeto que naufragou. Os meses mais luminosos da *Folha da Tarde*, tão curtos, resgataram um jornalismo impossível de ser exercido naquele local depois de 13/12/1968.

Naquele primeiro instante, a *Folha da Tarde* tornou-se um modelo de jornalismo de oposição com um patrão, que no caso era de tendência conservadora. Este estava mais interessado, certamente, nos leitores que queriam se informar acerca dos movimentos de oposição estudantil e das manifestações culturais que fervilhavam. Foi o jogo do mercado, e não as propostas de contestação que dominavam o período, que fizeram o jornal renascer. Mas, foram o momento vivido e as diversas tonalidades do engajamento político de seus jornalistas que deram o perfil do jornal até o fim de junho de 1969. Portanto, desde o início houve uma tensão entre as demandas da direção da empresa e os compromissos daquela primeira redação. Esse embate só se agravará com o endurecimento do regime.

Nas reflexões do jornalista Carlos Brickmann,

> "Frias lançou um jornal pensando apenas no aspecto comercial. Naquela época, ele disse na minha frente que, em primeiro lugar, era criador de pintos, em segundo comerciante, em terceiro industrial, em quarto nada, em quinto nada, em sexto jornalista. O Jorge Miranda Jordão me contou, em conversa de bar e não posso garantir a precisão, que o Frias o chamou e disse-lhe para fazer um jornal de esquerda. Ele gostou da idéia e fez. Por que um jornal de esquerda? Para atingir o público de esquerda, os estudantes fascinados pelo Vietnã, pelo Cabo Anselmo, pelo Che Guevara. Não era nada exceto oportunismo mercadológico" (entrevista à autora, em 21/4/1999).

Apenas em um exercício de livre associação, poder-se-ia dizer que, comparativamente, o jornal *Opinião* — um alternativo semanal, criado em 1972 no Rio, e que saía às segundas-feiras para concorrer com a revista *Veja* —, também foi de oposição com patrão. Assim, tem-se a *Folha da Tarde* na grande imprensa, e o *Opinião* na alternativa, em períodos diferentes. Todavia, o perfil e as propostas de Fernando Gasparian em muito se diferem das de Frias e Caldeira. Mas, nem a *Folha da Tarde*, nem o *Opinião* tiveram uma longa duração. Jornais de oposição com patrão parece ser uma equação sem harmonia.

Do racha entre Raimundo Pereira e Gasparian, surgiu uma outra publicação, o *Movimento*, em 1975 em São Paulo, de igual tendência anti-*status quo*, mas seguindo o exemplo do carioca *Pasquim* — um semanário de humor político nascido em julho de 1969 e de longa duração para os padrões da época —, e que também não teve um patrão formal.

Contra esses dois, foi a ação perversa da censura prévia um dos motivos que os fizeram balançar muitas vezes.[29]

A trajetória da imprensa alternativa, portanto, traz um dado extremamente relevante para esta reflexão. Muitos dos jornalistas que estiveram na primeira fase da *Folha da Tarde* vieram de outros "tablóides experimentais" e também vão participar dessas duas outras experiências, o *Opinião* e o *Movimento*. Neste sentido, a "*Folha da Tarde* do logotipo vermelho" foi um dos *locus* embrionários de um jornalismo contestador, que a repressão fez sucumbir.

[29] Gostaria de agradecer a Luís Roberto Clauset, editor de Variedades da primeira fase da *Folha da Tarde*, que me sublinhou esse aspecto entre o *Opinião*, o *Movimento* e o *Pasquim* (entrevista à autora, em 29/2/2000). A compreensão da trajetória tanto do *Opinião*, do *Movimento* e do *Pasquim*, como dos jornalistas neles envolvidos e as questões partidas subjacentes, é explicitada na reflexão de Kucinski, Bernardo, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo, Scritta, 1991).

2.1 Antes da tempestade, a bonança

No primeiro editorial da *Folha da Tarde*, de 19/10/1967, lê-se: "Porque voltamos", um convite e uma carta de intenções, e dizia:

> "Leitor, nossos cumprimentos. É um prazer encontrá-lo de novo através da *Folha da Tarde*, que hoje marca seu renascimento, depois de uma jornada interrompida em 1959. Porque a *Folha da Tarde* voltou, é fácil explicar: foi por sua causa leitor, que exige um vespertino moderno, atual, jovem e, principalmente, livre. O vespertino que sabia dar as notícias de um vespertino. A *Folha da Tarde* volta impressa em *offset* , em cores — o mais moderno recurso da imprensa mundial. A *Folha da Tarde* volta com o nº 4125, o primeiro número de 1967. As novidades são muitas. Uma delas é a apresentação: mais leve, agora tem uma redação simples, muito informativa. A partir de hoje, para o leitor sempre ao meio-dia, a *Folha da Tarde* está voltando porque sabe que deixou saudades e também que a imprensa brasileira precisa dela".

A *Folha da Tarde* que renasceu naquele outubro de 1967 era um jornal completamente diferente do que existiu entre 1949 a 1959. O projeto a queria moderna, colorida, impressa em *offset*. Nas suas páginas deveriam estar as questões nacionais do momento e, principalmente, a efervescência que transpirava pelas ruas do país. Quando o jornal foi para as bancas, importantes fatos estavam ocorrendo no país.

Nos três primeiros meses de 1967, a centralidade política pela via da legislação, deu seus primeiros passos: em janeiro, foi promulgada a nova Constituição; em fevereiro, sob protesto, a nova Lei de Imprensa; em março, o general Costa e Silva tomou posse na presidência da República, foi promulgada a nova Lei de Segurança Nacional, e o próximo presidente da República, general Médici, assumiu o SNI. Neste mesmo mês, oito militantes do MNR são presos Serra do Caparaó, no Espírito Santo;[30] e em julho, o jornalista Hélio Fernandes, proprietário da *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, foi preso e encarcerado na ilha de Fernando de Noronha, após assinar um artigo contra o ex-presidente Castelo Branco, morto dias antes em um acidente aéreo. Em setembro constitui-se, no Rio, a Frente

[30] Logo após o golpe de 1964, estudantes e militares de baixa patente articulam alguma tentativa de resistência. Uma das figuras de destaque desse grupo foi o então deputado federal Leonel Brizola, que do Uruguai articulou a derrotada "guerrilha do Caparão", cujo mérito é o de ser a primeira articulação armada para resistir à ditadura civil-militar (Gorender, 1998; Ridenti, 1993).

Ampla, reunindo políticos de oposição como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e Carlos Lacerda; em dezembro, o PCB, no seu sexto congresso, condenou a opção pela luta armada no Brasil; e no 29° Congresso da UNE, Luís Travassos, militante da Ação Popular* foi eleito presidente da UNE.

O pano de fundo do período era esse cenário em constante movimento e muitos instantes de ebulição. No ano de 1967 não houve um vencedor para o prêmio Nobel da Paz. E em outubro, passou a funcionar, no segundo andar do prédio número 425 da Alameda Barão de Limeira, centro velho de São Paulo, a *Folha da Tarde*. Dirigida primeiramente pelo jornalista carioca Jorge Miranda Jordão,[31] contou nesse momento com "velhos jornalistas" que tinham pouco mais de trinta anos de idade, e pessoas que começavam suas carreiras. Muitos deles terão um papel de destaque em sua profissão nas décadas seguintes.

Fizeram parte dessa redação: João Ribeiro (o primeiro chefe de redação), Raimundo Pereira (editor geral), Frei Betto (chefe de Reportagem e que no jornal assinava críticas literárias e teatrais com o seu nome, Carlos Alberto Libanio Christo), Vicente Wiessenbach, Ciro Queiroz (primeiro editor de Variedades), Luiz Roberto Clauset (editor de Variedades posteriormente), Rose Nogueira (repórter de Variedades), José Airton Milanez (repórter de Variedades), o chargista Chico Caruso (às vezes substituído pelo irmão gêmeo, Paulo, sem que ninguém percebesse), Ricardo Gontijo (secretário de redação), Arlindo Mungioli (chefe de redação), Thereza Cesário Alvim, Luís Edgard de Andrade, José Maria dos Santos, Paulo Sandroni (colunista de Economia), Luís Eduardo da Rocha e Silva Merlino (copy-desk), Carlos Penafiel (editor de arte), Antônio Carlos Ferreira, ou Tonico Ferreira (diagramador), Cláudio Maiato (diagramador, um dos mais velhos da redação, tinha mais de quarenta anos na época), Álvaro Luiz Assumpção (colunista social apelidado de *Meninão*, cujo *ghost-writer* era Cláudio Vergueiro, repórter de Variedades), Ítalo Tronca (editor de Internacional), Jorge Okubaro (sub-editor de Internacional), Gilney Rampazzo (repórter), Afanásio Jazadji (repórter de Polícia), Celso Brandão (editor de Esporte), Miguel Arcanjo Terra (Esporte), Lourenço Diaféria (Esporte),

[31] Entrevista concedida à autora na sede do jornal carioca *O Dia*, onde é diretor de redação, em 23/7/1999.

Dante Matiussi e, mais tarde, seu irmão, Paulo Matiussi (também no Esporte), Barah Bordoukhan (repórter), Makiko Yshi e Tânia Quaresma (fotógrafas), e muitos outros.[32]

Mesmo com a relação de nome acima listada, é impossível saber de todas as pessoas que passaram pela redação da *Folha da Tarde*. Não havia expediente publicado e poucas eram as colunas assinadas, como as de José Carlos Bittencourt, Paulo Sandroni, Frei Betto, Luís Edgar de Andrade, Thereza Cesário Alvim[33] e Antonio Garini. Outras, como a de Ibrahim Sued eram compradas. Para Miranda Jordão, essa prática se deu por uma questão de segurança, para preservar os colaboradores. Já na análise de Frei Betto, isso ocorreu devido às exigências da empresa. O jornalista ganhava mais se não tivesse registro em carteira, o que eximia o contratante dos imposto legais. Assim, segundo alguns jornalistas declararam, o jornal decidiu que não registraria ninguém. Outros, contudo, salientam que a prática de assinar matérias não era muito usual e restringia-se às colunas fixas.[34]

Portanto, esses tempos só são possíveis de serem redesenhados pelas memórias de cada um. Muitas das recordações se chocam umas com as outras. Alguém lembrava de ter promovido um repórter, mas o próprio beneficiado não se recorda do fato, enfim, labirintos e vácuos. Não me importei em corrigir as lembranças, apenas registrar o que ficou para cada um. É importante sublinhar também que muitos desses jornalistas iniciantes vêm de experiências da imprensa nanica,[35] que na medida do possível, foi recontada aqui. Os mais

---

[32] Na tentativa de não esquecer ninguém, Tonico Ferreira lembrou que "o Celso Brandão e o Terra tinham vindo da publicidade, uma área nova à época. Acho que eles voltaram para a publicidade depois da *Folha da Tarde*". Ricardo Gontijo recordou-se que "havia ainda o Nelito, um baiano, secretário de redação", que para Tonico era "carioca e *copy-desk* dos bons". Gontijo também lembrou do "Brasinha (Adílson Augusto), um *copy* extraordinário, e o chefe dos fotógrafos, salvo engano, era João, mas não sei o sobrenome". E Paulo Sandroni fez questão de sublinhar que conviveram com um jornalista "cujo apelido era Rousseau e cujo nome me escapa, mas que era uma grande figura. Ele, se não me falha a memória, era o encarregado de receber as matérias dos vários colunistas entre os quais eu me encontrava". Luiz Roberto Clauset completou o quadro recordando-se que o "Rousseau, era, como o Nelito, uma espécie de editor executivo; havia também o Néri, repórter; o João Werneck, figura ímpar, copy-desk; e o Maranhão, na Internacional, junto com o Ítalo". Gostaria de sublinhar que esse quadro melhor se compôs após o depoimento da jornalista Rose Nogueira, que se lembrava de quase toda a redação (entrevista à autora, em 1/3/2000).

[33] A jornalista Thereza Cesário Alvim, na época casada com Miranda Jordão, escrevia sua coluna no Rio de Janeiro. Seu colega, o também jornalista Flávio Tavares — que foi comentarista político do jornal *Última Hora* no Rio e em São Paulo de 1960 a 1968, e esteve vinculado ao processo da "guerrilha do Caparão" — cita o nome de Thereza nessa tentativa de resistência à ditadura (Tavares, 1999, pp. 184-185).

Em 1979, a jornalista organizou uma coletânea de artigos publicados nos jornais no primeiro ano do golpe de 1964. O objetivo era demonstrar que, se muitos periódicos escreveram editoriais de apoio à derrubada do presidente João Goulart, imediatamente depois reverteram suas posições. Com o título "a imprensa disse não", reflexões posteriores demonstram que nem toda a imprensa havia dito não ao golpe de 1964 (Alvim, 1979).

[34] Luiz Roberto Clauset fez questão de ressaltar que ao requerer sua comprovação de tempo de serviço, a empresa Folha da Manhã lhe entregou, sem problemas, uma declaração do período ali trabalhado.

[35] Acerca da experiência desse tipo de imprensa, Kucinski (1991) ressalta que entre 1964 e 1980, 150 periódicos surgiram e desapareceram.

velhos chegaram de outros jornais, que também tentei desenhar a trajetória. Os tons desse vespertino são refeitos também pelas matérias arquivadas, que cobrem as lacunas que o tempo deixou nas lembranças de cada um.[36] Mas o importante foi fazer ressurgir o clima da redação e trançá-la com a efervescência do momento, dessa rica "fauna humana" ressaltada por todos.

A "*Folha da Tarde* do logotipo vermelho" viveu, nesse primeiro instante, até 1° de julho de 1969, o seu período de bonança. Quase um intervalo, menos de dois anos, exatos 22 meses e quinze dias. Teve, nesse início, dois diretores de redação, Miranda Jordão e, depois o paulista Antônio Pimenta Neves,*[37] que ficou pouco mais de dois meses. O carioca Miranda Jordão é, portanto, o grande idealizador e construtor desse projeto jornalístico. Já o paulista Pimenta Neves era um profissional da *Folha de S. Paulo* muito ligado ao editor da época, Cláudio Abramo. Vem socorrer o jornal depois das transformações que o AI-5 causaram ao país e à própria redação da *Folha da Tarde*.

O panorama do jornalismo brasileiro antes do endurecimento do regime militar foi analisado por Kucinski como inscrito em um paradoxo.

> "[...] Os jornalistas brasileiros se manifestavam de forma mais crítica e criativa e conquistaram o maior grau de autonomia em relação aos proprietários dos jornais. [...] O jornalismo tornou-se, nesse período, um agregador de mentes e corações.
>
> [...] O jornalismo liberal das democracias ocidentais nunca foi e nunca mais seria tão autônomo como na década de 1960, e isso se refletiu no Brasil, apesar das limitações impostas pelo autoritarismo crescente, pelas cassações e perseguições, pelo medo e pela falta objetiva de garantias legais.
>
> Destacam-se nesse período, além do *Correio da Manhã*; a revista *Zero Hora*, de Porto Alegre, inspirado em *Última Hora*; a revista *Fatos e Fotos*, dirigida por José Augusto Ribeiro; [...] a revista *Realidade*, dirigida por Paulo Patarra [...]; *Folha da Tarde*, do grupo Folha, dirigida por Miranda Jordão, em que trabalharam jornalistas também engajados; e *O Pasquim*" (Kucinski, 1998, pp. 57-58).

É importante sublinhar que o renascimento desse vespertino e o seu corpo de jornalistas, principalmente os cariocas, que a ele aderiram, se ligou a uma outra trajetória: a

---

[36] Gostaria de agradecer ao jornalista Boris Casoy que pessoalmente pediu a Otávio Frias Filho o meu livre acesso ao Banco de Dados do Grupo Folha da Manhã; bem como ao trabalho prestativo de Armando Pereira Filho, que na época da pesquisa era o responsável pelo Banco de Dados, e também a Edimir e Rafael, que faziam tudo para facilitar as consultas.

decadência da *Última Hora*, de Samuel Wainer, por todo o país depois do golpe civil-militar de 1964. O jornalista Jorge Miranda Jordão, no início de 1967, estava brigado com Samuel Wainer, que se encontrava exilado na França.[38] Segundo Miranda Jordão, as tentativas de Wainer para reaver seu passaporte e poder retornar ao país faziam dele um homem pouco afeito a choques com o governo. De Paris, Wainer trocou a chefia da *Última Hora* carioca, retirando Miranda Jordão e colocando no lugar o jornalista Jânio de Freitas. Corroborando as críticas de Miranda a Wainer, ao regressar do exílio Samuel apreciou a situação da imprensa e afirmou que

> "[...] ainda assim, a opinião da *Última Hora* seguia tendo peso considerável, um trunfo, aliás, que a equipe da redação, então dirigida por Danton Jobim, talvez não tenha sabido avaliar. Algumas manchetes e certos títulos me pareciam quase uma irresponsabilidade. Em pleno regime militar, a *Última Hora* soltava manchetes que soavam provocativas aos donos do poder. Era comum aparecer numa edição qualquer, no alto da primeira página, algo como 'ELEIÇÕES, SÓ DE MISS'. Os militares, naturalmente, não sentiam prazer algum nesse tipo de leitura" (Wainer, 1988, p. 274).

Demitido da *Última Hora*, Miranda Jordão chegou à *Folha da Tarde* convidado por Octávio Frias de Oliveira, que o conhecia desde os tempos em que trabalhou no jornal de Wainer, em São Paulo, entre 1958 e 1960. A trajetória de Jordão começou em 1953, na *Última Hora* do Rio, de onde se transferiu para São Paulo, e entre 1960 e 1962, e esteve em Porto Alegre. Retornou à *Última Hora* no Rio e com a sua crise, novamente retornou a São Paulo, em 1967, desta vez para o Grupo Folha da Manhã. Portanto, foi nesse momento de

---

[37] Entrevista à autora, na sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11/11/1999.

[38] Após o golpe de 1964, Samuel Wainer se refugiou na Embaixada do Chile, no Brasil, e partiu para um exílio de quatro anos em Paris. As sucursais do jornal sofreram represálias, a do Rio, ficou sitiada por 21 dias. Segundo Wainer, em seu livro de memórias, "como não havia condição alguma de resistência, o mais sensato era que, naquele momento, cada um cuidasse da própria sobrevivência". Cf. Wainer, Samuel, *Minha razão de viver* (Rio de Janeiro, Record, 1988, p. 262).

No seu período de exílio, Wainer vendeu a *Última Hora* de São Paulo, em agosto de 1965, para Otávio Frias de Oliveira, dono do grupo Folha da Manhã. Antes, para salvar o jornal, entregou-o para Rubem Paiva e Fernando Gasparian; contudo, como declarou anos mais tarde, "o importante naquele momento era assegurar a sobrevivência econômica do jornal, e para tanto era preciso cautela na linha editorial. Gasparian e Rubem Paiva, entretanto, radicalizaram a posição da *Última Hora*. Vi-me forçado a afastá-los da chefia da redação" (Wainer, 1988, p. 267).

Vale lembrar, contudo, que em um outro jornal, o *Correio da Manhã*, o jornalista Carlos Heitor Cony possuía uma coluna, que ficou marcada por matérias corajosas escritas logo após o movimento de 1964. Transformou o seu espaço neste jornal em uma tribuna política nos meses que se seguiram a este episódio. Estas crônicas foram selecionadas e publicadas, ainda em 1964, sob o título de *O ato e o fato*.

busca de novos caminhos profissionais que Miranda Jordão veio a São Paulo procurar contatos e amigos, como Frei Betto.

O ano de 1967 foi especialmente rico para o dominicano. Frei Betto fazia a assistência de direção de José Celso Martinez Corrêa, na peça *Rei da Vela*, montada no Teatro Oficina. A pedido de Frei Osvaldo Rezende, aluno da Faculdade de Filosofia da USP, seu colega na Ordem Dominicana e amigo desde a militância na JEC — Juventude Universitária Católica — recebeu a visita de um certo professor Menezes, que na verdade era Carlos Marighella que buscava apoio logístico do grupo de frades dominicanos ao Agrupamento Comunista de São Paulo, posteriormente a ALN* (Frei Betto, 2000, pp. 57-58).

Foi nessa época também que Betto recebeu a visita do jornalista Jorge Miranda Jordão, em São Paulo. Para o religioso, a volta de Miranda Jordão à cidade pode ser definida como um acaso, já que

> "[...] em 1967, fui procurado no convento pelos jornalistas Jorge Miranda Jordão e Thereza Cesário Alvim. Vindos do Rio, tinham o projeto de fundar um jornal no estilo do *Brasil Urgente*, o pioneiro da chamada 'imprensa nanica', fundado e dirigido por Frei Carlos Josaphat Pinto de Oliveira. Um dos jornais mais progressistas do país, o *Brasil Urgente* abraçou a tese das 'reformas de base' até que o golpe militar o retirasse das bancas.
>
> Frei Carlos já se encontrava exilado na Suíça, expliquei ao casal [que] os dominicanos não tinham interesse em retornar ao jornal. Jornalista de reconhecida competência, Jorge trabalhara na *Última Hora* com Samuel Wainer.
>
> A viagem a São Paulo, se não serviu para concretizar o projeto do novo tablóide, teve a vantagem de abrir uma nova porta para a carreira de Jorge: Otávio Frias convidou-o para fundar novamente a *Folha da Tarde*. Ao assumir a direção do vespertino, Miranda Jordão convidou-me para integrar o corpo de repórteres.
>
> Ali, ao lado de jornalistas que se iniciavam na carreira, eu dividia o trabalho entre a crítica teatral e a cobertura às manifestações estudantis".[39]

[39] Frei Betto relatou esta passagem em dois momentos: em uma entrevista à autora, no convento dos dominicanos em São Paulo, no dia 3/11/1999, e no seu livro *Batismo de Sangue* (2000, p. 61). É interessante que nesse livro, na edição de 1982, há a seguinte dedicatória "Para o Jorge, que, no afeto, venceu o medo", e na edição de 2000, ficou "ao Jorge Miranda Jordão que, no afeto, venceu o medo".

No convite de Frias a Miranda Jordão, a intenção era clara: competir com o *Jornal da Tarde* e o seu sucesso, naquele momento, junto aos estudantes. Para compor sua equipe, os amigos, principalmente os cariocas, de Miranda Jordão pouco a pouco iam chegando. Da *Última Hora*, veio o jornalista João Ribeiro, que lá era até então editor da primeira página, e tornou-se o chefe de redação, e Ciro Queiroz, para a editoria de Variedades; além de Frei Betto, que trabalhava na revista *Realidade*. Concomitante à convocação para dirigir a *Folha da Tarde*, Frias também entregou a Miranda Jordão o recém-fundado Departamento de Informação, Correspondente e Sucursais (DICS), precursora da Agência Folhas.

A *Folha da Tarde* era um vespertino de verdade. Escrito de madrugada e impresso pela manhã, chegava às bancas na hora do almoço. O tablóide, que na verdade era um *standard*, contava com 16 páginas, e o editorial, na página 2, tinha o título de "Boa Tarde Leitor", e algumas colunas assinadas. Por sair ao meio-dia, na primeira página, do lado esquerdo, existia uma coluna vertical do início ao fim da página com a chamada "Hoje", onde o leitor poderia acompanhar os principais fatos ocorridos naquela manhã.

O recém-formado estudante de economia Paulo Sandroni entrou na *Folha da Tarde* aos 26 anos. Era professor universitário em Rio Claro, interior de São Paulo e foi chamado para a *Folha* pelo jornalista Jorge da Cunha Lima, chefe da redação paulista da *Última Hora* de Samuel Wainer, e "o Miranda Jordão efetivou o convite para que eu redigisse uma coluna diária [assinada] sobre economia" (entrevista concedida à autora, em 5/5/2000).

Já o jornalista Raimundo Pereira[40] começou na *Folha da Tarde* aos 27 anos, vindo das revistas técnicas da Editora Abril e de uma experiência no grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, dirigido por José Roberto Arantes,[41] que como ele também estudara no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).[42] O projeto ambos era o jornal *Amanhã* — um

---

[40] Devido à agenda do jornalista, e por estar residindo entre São Paulo e Brasília, as trocas de informações foram feitas por e-mail entre 26/7 e 1/8/2000.

[41] José Roberto Arantes foi líder estudantil e vice-presidente da UNE. Aluno do ITA, foi preso no 30° Congresso da UNE, em Ibiúna, foi militante da ALN e posteriormente do Molipo*. Foi assassinado pelos órgãos de repressão em novembro de 1971, aos 28 anos, quando *caiu* o *aparelho* da Rua Cervantes, n° 7, em São Paulo. Ver Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos — a responsabilidade do Estado* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999, pp. 131-132); e "Zé Arantes, o guerrilheiro que veio de Cuba" (*in* Rollemberg, Denise, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, Rio de Janeiro, MAUAD, 2001).

[42] Acerca de sua militância política, Raimundo Pereira narrou que teve "alguma no ITA, onde fui ligado ao 'Partidão', primeiro. Posteriormente, depois do ITA e depois de ser solto, pois fui preso com o golpe militar de 1964, tive uma militância rala na Polop, através do Ceici Kameiama, que também foi do ITA e hoje está no PT de São Paulo". Após sua prisão, Raimundo Pereira foi expulso do ITA, onde havia uma célula de militantes do PCB. Nessa também militava José Roberto Arantes, também expulso na mesma ocasião e pelos mesmo motivos.

semanário que teve apenas sete edições. Outros três jornalistas que também participaram desse jornal estiveram com Raimundo Pereira na *Folha da Tarde*: Luís Eduardo da Rocha Merlino, Ítalo Tronca e Tonico Ferreira.[43]

Raimundo Pereira foi para a *Folha da Tarde* por sugestão de outro jornalista da *Última Hora*, Lima Santana, que trabalhava também nas revistas técnicas da Editora Abril. No jornal era editor de texto e preparava o material principal da edição e as matérias da primeira página. As chamadas principais ficavam a cargo do chefe de redação, o jornalista João Ribeiro.

Outro que também veio da *Última Hora* do Rio foi Carlos Penafiel, que entrou para a *Folha da Tarde* em 1967, quando tinha trinta anos. Iniciou sua carreira em jornais na *Tribuna da Imprensa*, como diagramador, e foi convidado por Miranda Jordão para ser editor gráfico e integrar a equipe da *Folha da Tarde*. O convite, aceito de primeira hora, era interessante porque, além de trabalhar com amigos, ia-se lançar o primeiro jornal brasileiro em *offset* e a cores. Segundo Penafiel, "chegamos em julho, preparamos um número zero e o jornal começou a circular em outubro [de 1967]".[44] Contudo, a questão da impressão do jornal foi de difícil solução. Enquanto o *Jornal da Tarde* parece ter resolvido esta "modernidade", a *Folha da Tarde* não teve a mesma sorte.

Clauset diferenciou os dois jornais da seguinte perspectiva: enquanto o *JT* era mais evoluído tecnicamente, a *Folha da Tarde*, mesmo que feia, tinha uma grande preocupação com o conteúdo. Nessa linha, Tonico Ferreira, um dos diagramadores, se lembrou que

> "[no começo] o *offset* tornou o jornal muito feio. Ninguém dominava a nova técnica e as cores não saíam ajustadas. As fotos eram horrorosas. Lembro-me da primeira edição — ou de uma das primeiras — feita [ainda na época do] Miranda Jordão. Foi no dia do primeiro transplante de coração em São Paulo, [26/5/1968]. Todos os jornais saíram com a foto do paciente que recebeu o novo coração — chamava-se João Boiadeiro, se não me

[43] Acerca dessa experiência, o jornalista Tonico Ferreira fez o seguinte comentário: "O *Amanhã*, lançado em 1967, merece um estudo universitário mais profundo. Era um semanário que durou sete números e foi a primeira experiência do grupo que, mais tarde, fez o *Opinião* e o *Movimento*. O líder já era o Raimundo Rodrigues Pereira, um dos maiores jornalistas da imprensa moderna no Brasil". Na classificação de Kucinski (1991, pp. 403), o jornal, nascido em São Paulo, tinha um formato tablóide, de freqüência mensal, cujo editor era Raimundo Pereira. Teve uma predominância de temas políticos, feito de reportagens e de duração efêmera, pois existiu por menos de um ano (o jornalista Tonico Ferreira, na época da pesquisa desta tese, era correspondente da Rede Globo em Londres. Portanto, concedeu essas declarações por e-mail entre 16/3 e 17/4/2000. Agradeço a Maurício Maia, que possibilitou esse encontro).

[44] Carlos Penafiel, que na época da pesquisa desta tese morava no interior do Estado de São Paulo, forneceu as informações por e-mail entre 18 e 22/5/2000.

> engano. A *Folha da Tarde*, para se diferenciar, saiu com a foto do doador acidentado — cara amassada em um acidente de trânsito".

Dilemas de imagem à parte, a proposta do jornal era dar forte ênfase às questões políticas que o momento vivia, principalmente as manifestações estudantis. Nas memórias de Frei Betto, foi

> "[...] através de Jorge [Miranda Jordão], [que] eu consegui ser o repórter pautado pela chefia de reportagem para cobrir as manifestações estudantis. Assim, a *Folha da Tarde* tornou-se o único jornal a cobrir os fatos pela ótica dos manifestantes, reservando pouco espaço à versão das autoridades. Promovido a chefe de reportagem, mantive um *setorista* no DOPS que me passava informações de operações repressivas, de modo a prevenir os alvos visados. Militantes de organizações armadas transmitiam-me com antecedência planos de expropriações bancárias e de roubos de explosivos e armas, para que o jornal estivesse preparado para furar o bloqueio da censura e noticiar as ações revolucionárias.
>
> Levei dois amigos para a *Folha da Tarde*: Ricardo Gontijo, para quem obtive, junto a Miranda Jordão, o cobiçado cargo de secretário do jornal, e Conrad Detrez, para a editoria de internacional, [...] que havia sido preso por participar da AP [Ação Popular]".[45]

Poucos dias depois do primeiro número, a *Folha da Tarde* imprimiu em suas páginas da edição de 27/10/1967, muitas fotos do confronto de policiais do DEOPS* e os alunos do Mackenzie, que não queriam uma nova direção para a União Estadual dos Estudantes (UEE), que elegeria José Dirceu. Frei Betto registrou que, como repórter da *Folha da Tarde*, e incumbido de cobrir as atividades estudantis de 1968,

> "[...] conheci o Zé Dirceu na Rua Maria Antônia, quando ele assumiu a presidência da UEE. Protegiam o bem montado esquema de segurança, o que facilitava a presença rápida e a palavra corajosa nos comícios-relâmpago. Para ele, como confessou certa ocasião, eu não passava de um estranho repórter que fazia perguntas indiscretas e, por vezes, diretamente políticas, deixando-lhe a impressão de, quem sabe, ser um agente dos órgãos de informação disfarçado de jornalista... Qual não foi sua surpresa quando um dia frei Oswaldo o levou para almoçar em Perdizes e, ao entrar no refeitório do convento, viu-me comendo entre os frades!" (Frei Betto, 2000, pp. 89-90).

---

[45] Segundo Frei Betto, Detrez foi o último jornalista a entrevistar Carlos Marighella. E "[...] ninguém na redação dava-se conta da cumplicidade entre o repórter [Frei Betto] e o diretor [Miranda Jordão]" (Frei Betto, 2000, p. 62). É importante sublinhar que o livro de memórias de Frei Betto, o *Batismo de sangue*, recebe desde sua primeira edição, no início dos anos de 1980, profundas críticas de ex-militantes. A celeuma centra-se no assassinato do líder da ALN, Carlos Marighella, quando este ia se encontrar com freis dominicanos. O que se falou em tortura e se os freis teriam ou não entregue o militante, ainda tocam em chagas abertas. O livro de Frei Betto é, por muitos, visto como uma narrativa construída para inocentar os dominicanos no episódio.

O tipo de assunto que Frei Betto era encarregado de cobrir, fervilhou nas ruas e nas páginas do jornal nesse fim de 1967 e durante 1968, e marcaria a trajetória dessa primeira fase do periódico. A manchete principal do dia do "nascimento" do jornal, entretanto, comemorava a descida da sonda espacial Vênus-4, soviética, no solo de Marte.

A linha editorial, portanto, era de oposição ao governo, até quando este permitiu, como também, o jornal caminhava, nesses primeiros tempos, para encontrar seu perfil e definir bem seu público-alvo. Foi o desenrolar do panorama e o posicionamento pessoal dos jornalistas daquela redação que deu o tom do jornal. No fundo, portanto, ele se constituiu como um reflexo do momento vivido. Assim, como refletiu Paulo Sandroni, "não creio que fosse um jornal de esquerda, mas ganhou esse caráter depois".

Nas manchetes da *Folha da Tarde* de 1968 o tom é quase sempre político. Em abril, trazem as torturas sofridas durante oito dias, no Rio, por dois irmãos e cineastas durante a missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, morto no mês de março em um conflito com a Polícia Militar no restaurante estudantil Calabouço, no Rio.[46] No dia do Trabalho, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, mandou prender 23 pessoas e enquadrá-las na Lei de Segurança Nacional pela agitação na Praça da Sé. Em junho, são as rajadas de metralhadora contra os estudantes que ocupavam a Reitoria da Universidade Federal no Rio que estão em letras garrafais. As lutas no interior da UNE também ganham as páginas do jornal, trazendo as disputas e a posição do presidente, Luís Travassos.

Na edição de 10 de julho, a *Folha da Tarde* relatou uma história que mais tarde seria corriqueira nas salas de aula das Universidades: os olheiros. Na matéria, aparece uma moça que trabalhava na 8ª Delegacia de Polícia, em funções burocráticas, e que servia de delatora na Faculdade de Filosofia da USP. Assim,

> "[...] cínica, ingênua, idealista, maluquinha, vendida, aliciante — qual destes adjetivos melhor se presta para catalogar Heloísa Helena Magalhães, a Helô, ou 'Maçã Dourada', ou (como dizem os estudantes) 'a espiã que abalou a Maria Antônia?'".

[46] A revelação da existência de tortura política no Brasil causaria muitos remanejamentos na imprensa. Seguindo a trilha aberta pelo jornalista Hélio Fernandes, no jornal *Tribuna da Imprensa*, a revista *Veja* de 10/12/1969 apresentou um grande dossiê acerca do tema. Em conseqüência disso, a revista foi obrigada a reformular-se. O jornalista Raimundo Pereira foi transferido para a seção de Variedades, para não ser demitido, e Élio Gaspari tomou o seu lugar. Semanas depois, a revista precisou publicar uma matéria sobre o senador da ARENA, Filinto Müller, no seu jardim, para amenizar o governo. Esse fato me foi narrado, em entrevista, por Mino Carta (16/12/1998) e por Ítalo Tronca (3/5/2000), ambos na *Veja* naquele momento.

Traçando seu perfil de forma pouco séria, quase jocosa, com fotos do seu dia-a-dia, relata-se que não fez vestibular e que mencionou no DOPS, ao delegado Celso Telles,[47] que gostaria de estudar Letras clássicas. O delegado teria dito "que era só eu procurar o senhor Edgar, daqui da faculdade, que ele iria arranjar tudo, e ele arranjou".

Dias depois, o Conselho de Segurança Nacional proibiu as manifestações de rua. Mas, em agosto, são os protestos estudantis no Rio, contra a prisão de Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes; as acusações a Carlos Marighella pelos assaltos ocorridos; e a bomba que explode na sede do DOPS paulista, que estão nas manchetes do jornal. Em setembro são os casos de tortura executados pelos DOPS do Rio e de São Paulo. Nelas surge um nome que vai perdurar nos porões da repressão paulista, o do delegado e torturador Waldy Simonetti.[48]

No editorial de 19 de setembro, há uma nota sobre as atividades do CCC contra a atriz Ruth Escobar, informando que "diariamente o teatro recebe telefonemas ameaçadores". Seu teatro foi palco, também, de um dos mais famosos episódios de terrorismo desse grupo, que atuou muito em 1967 e 1968. Em 18 de julho, artistas da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, com direção de José Celso Martinez Corrêa, foram agredidos por fanáticos de direita.[49]

Ao lado da matéria de setembro, uma outra informa a renúncia da candidatura de José Dirceu para apoiar Vladimir Palmeira à presidência da UNE. Em um pequeno boxe ao

---

[47] Celso Telles foi delegado de polícia. Trabalhou no serviço secreto da delegacia de ordem política do DOPS, chefiou departamentos e chegou à chefia da polícia civil.

[48] Na discutível biografia de Percival de Souza sobre o delegado Fleury, *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury* (Rio de Janeiro, Globo, 2000, pp. 54-55), lê-se que Waldy Simonetti era delegado de polícia do DOPS de 1964 a 1969, e que conheceu Fleury como investigador de radiopatrulhas. Em 1969, antes da emboscada no bairro dos Jardins, em São Paulo, que assassinou Carlos Marighella, Simonetti encontrou o dirigente da ALN perto de um colégio. Calmo, descontraído, Marighella vestia terno e mostrou uma carteira de funcionário do serviço funerário municipal e assim convenceu os policiais de que era apenas parecido, mas, menos calvo que Marighella. Simonetti só soube que fora enganado quando Marighella estava morto, sem peruca, conforme revelação feita discretamente pelo serviço secreto do DOPS.

A minha ressalva feita ao livro do jornalista Percival de Souza se deve ao fato de que, mesmo trazendo depoimentos de pessoas ligadas à repressão, a "voz dos vencedores", como fez questão de definir, a pesquisa falha por reproduzir imagens distorcidas, tanto de ex-militantes, como do próprio delegado Fleury. Fruto dos anos como jornalista policial do *Jornal da Tarde*, Percival de Souza conheceu essas "vozes" na intimidade. As imagens construídas em seu trabalho são desmontadas por outros estudos recentes, como exemplo, a narrativa da morte de Carlos Marighella, que no livro compila as várias versões já publicadas; entre outras.

Na tentativa de adentrar ao universo particular do delegado Fleury, Percival de Souza traz à tona uma história conhecida, o envolvimento afetivo do delegado com a advogada Leonora Rodrigues de Oliveira, irmã do jornalista Raimundo Pereira. Percival recria um Fleury caricatural, diluindo as tonalidades de sua crueldade enquanto torturador, frente a bilhetes infantis de um amante quase adolescente.

[49] Fernandes, Rofan, *Teatro Ruth Escobar: 20 anos de resistência* (São Paulo, Global, 1985).

lado dessa informação, há a notícia da libertação de quatro estudantes presos sob suspeita de roubo de carros. Entre eles se encontrava Chael Charles Schreier, da Faculdade de Medicina da Santa Casa.[50]

Em 2 de outubro, em letras garrafais, o jornal diz: "Conheça Vladimir, ele quer o poder". Em uma entrevista, o líder estudantil, de 24 anos e que ficou 46 dias preso, prometia estar em São Paulo para o Congresso proibido da UNE. Acerca da matéria publicada nesse dia na *Folha da Tarde*, Frei Betto destacou que Vladimir Palmeira

> "[...] camuflava, sob aspectos simples, desalinhado, a origem abastada e agressividade política que o tornara o mais conhecido líder estudantil do país. Nossa conversa, registrada em fita, foi reproduzida, na forma de longa entrevista de página dupla, na *Folha da Tarde*, graças à cumplicidade tácita do diretor do jornal, Jorge de Miranda Jordão. A euforia do furo de reportagem mesclava se ao medo de que a polícia viesse buscar-me para saber o paradeiro de Vladimir. Apreensivo, aguardei a intimação que nunca chegou" (Frei Betto, 2000, p. 88).

No dia seguinte, 3 de outubro, são duas as manchetes da primeira página. Os doze mil estudantes reprimidos por soldados do Exército na Cidade do México, e "Maria Antônia volta a ferver", quando um estudante, José Guimarães, é morto por estudantes do CCC e do Mackenzie. As fotos do confronto entre os alunos do Mackenzie e os da Filosofia da USP, que ganham manchete também no dia 4 de outubro, foram feitas por Makiko Yshi, fotógrafa da *Folha da Tarde* e uma das primeiras mulheres nessa função. Nelas, aparecem os alunos do Mackenzie atirando na direção da fotógrafa. Recorrente na memória de seus colegas, essa seqüência de três fotos ilustra o clima que o jornal procurava mostrar. Em uma forma de crônica, o texto relata os acontecimentos do dia anterior, quando

> "[...] às 11h15 a Rádio Eldorado suspendeu sua programação normal para transmitir um comunicado que chegara naquele instante: 'mackensistas,

[50] Chael Charles Schreier, militante da VAR-Palmares, morreu aos 23 anos, no dia 22 de novembro de 1969, no Rio. Sua morte é o primeiro caso comprovado de falecimento sob tortura após prisão para interrogatório. Sua história foi narrada pelo jornalista Bernardo Kucinski na revista *Veja* de 10/12/1969 sobre a tortura no Brasil.
Acerca de Chael e de outros nove militantes das esquerdas armadas e que eram de origem judaica, ver Kushnir, Beatriz, "Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975)" (*in* Kushnir, Beatriz (org.), *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago, no prelo).

> venham defender a sua universidade que está sendo invadida pelos universitários da USP"".[51]

No dia 14 de outubro, a chamada diz: "UNE já pensa na sua volta". Depois do cerco policial ao trigésimo Congresso da entidade, em Ibiúna, dois dias antes, onde mais de setecentos estudantes foram presos, os libertos prometiam passeatas por todo o país. Frei Betto relatou que o setorista de polícia da *Folha da Tarde* informou-lhe que os estudantes seriam presos em Ibiúna. Mas era impossível avisá-los.[52] Assim, restou ver a cobertura do Congresso proibido, feito para o jornal por Luís Eduardo Merlino e Antônio Melo, que e é rica em detalhes, nomes e fotos. No canto esquerdo da mesma primeira página, na coluna "Hoje", anuncia-se a morte do oficial americano Charley Rodney Chandler. Em um exemplo de ação da esquerda armada, o capitão da Agência de Inteligência americana foi metralhado em São Paulo em uma ação conjunta da VPR* e da ALN.

Neste sentido, Gorender narra a perplexidade que tomou conta das redações no dia 12/10/1968 com as duas grandes manchetes do dia a serem escolhidas: o *justiçamento* do capitão Chandler, ou a prisão de 739 universitários, detidos e levados para o presídio Tiradentes, onde foram fichados, liberados e transferidos para seus estados.[53] Um grupo de líderes, contudo, permaneceu naquele cárcere. Solucionando o dilema, a *Folha da Tarde* ilustrou as prisões em Ibiúna de maneira detalhada. Para o jornal, que nascia com a proposta de cobrir os movimentos estudantis, Luís Eduardo Merlino esteve presente no

---

[51] Vários entrevistados lembravam-se de uma fotógrafa de descendência japonesa, Makiko Yshi, que tirou as fotos para essa matéria. Há uma seqüência de três imagens na reportagem do conflito na Maria Antônia, em que os estudantes atiram em sua direção. Uma dessas fotos encontra-se reproduzida no *Caderno de imagens* desta tese.

Eram poucas as mulheres na redação. As recordações eram desta moça, de uma outra fotógrafa, Tânia Quaresma, e da jornalista Rose Nogueira. Tonico Ferreira recorda-se que "a Rose era a mais bonita da redação e a mais agitada. Depois, tornou-se uma grande diretora de televisão — dirigiu o TV Mulher, da Globo". Na entrevista que me concedeu, Rose várias vezes refletiu acerca de uma dicotomia que o mundo externo lhe apresentava: "ser bonita e ter uma militância política".

As memórias de Tonico Ferreira sobre as mulheres da redação continua, lembrando que, "[...] por falar em mulheres bonitas, havia uma *nissei* fotógrafa linda, cujo nome me escapa. Corajosa, tirou fotos de pessoas do CCC, em uma reportagem-denúncia e foi perseguida pelos membros fascistas desse grupo". Penafiel também sublinhou a beleza da moça e lembrou-se que quando ela entrou para a *Folha da Tarde*, vinha "meio refugiada do Paraguai. Tinha alguma implicação política fora do Brasil que não sei qual era". Infelizmente não consegui localizá-la.

[52] As informações dos setoriatas, jornalistas que cobriam áreas especificas, em outra ocasião, salvou a vida de Paulo Pattarra, editor da revista *Realidade*. O setorista do DOPS da *Folha da Tarde* ouviu sobre sua prisão e avisou Betto, que pôde lhe ajudar (Frei Betto, 2000, p. 84).

[53] Gorender, Jacob, *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (5ª ed., São Paulo, Ática, 1998, pp. 161-162). Há no *Caderno de imagem* desta tese, a capa da *Folha de S. Paulo* de 13/10/1968 com as duas grandes notícias do dia.

Congresso proibido da UNE para cobri-lo. Mesmo detido e transferido para o presídio Tiradentes, Merlino pôde, além de reportar os fatos, trazer mensagens dos companheiros presos.

Sua matéria, de cinco páginas, relata e mostra a violência praticada no local e que aumentaria a partir de então pelo país. Merlino conta dos jovens que chegavam de todas as partes e que tomaram de surpresa a pacata Ibiúna, que ficou sem comida. Os homens do DOPS chegaram na quinta-feira, dia 10, ao mesmo tempo em que os estudantes também continuavam a chegar. O jornalista preocupou-se em nomear cada agente da repressão envolvido e denunciar a prisão dos líderes estudantis, como Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José Dirceu, Franklin Martins e do seu amigo dos tempos do *Amanhã*, José Roberto Arantes. No pátio do presídio Tiradentes, o orgulho dos investigadores do DOPS, pelo sucesso da "colheita de tantos subversivos" é registrado pelo jornal. Solto, Merlino fez das páginas da *Folha da Tarde* testemunhas de tudo que viu, e uma longa análise do movimento estudantil no pós-1964.

Fica claro ao consultar esse e outros jornais da época, o quanto a efervescência política ganhava espaço nas ruas e nas páginas dos periódicos. A maioria tinha alguma militância, mesmo que apenas como simpatizante. Muitos dos que escreviam nesse momento no jornal, também pegaram em armas, ou atuaram como colaboradores das lutas da esquerda. Muitos dos jornalistas daquela redação, ou eram ou tinham amigos engajados politicamente.

Assim, a mulher de outro jornalista da *Folha da Tarde* também esteve em Ibiúna. Vera, na época a namorada de Paulo Sandroni, foi uma das presas no Congresso da UNE. Sandroni, além de jornalista e professor, também possuía uma livraria no edifício Itália, centro de São Paulo. Na livraria *Sal*, aos sábados, promovia cursos sobre marxismo para os seus alunos da PUC, em dois turnos.

Luís Eduardo da Rocha Merlino não estava no congresso proibido da UNE só como jornalista. Ele trilhou um caminho que espelha uma das opções dos anos que iriam se seguir. Merlino ou *Nicolau*, era militante do POC*. Nasceu em Santos, São Paulo, em 1948, e morreu, aos 23 anos, na *Oban**, em 19/7/1971. Exerceu o jornalismo desde os dezessete anos, quando, em 1966, fez parte da primeira equipe de jornalistas que fundou o *Jornal da Tarde*. Esteve na experiência do *Amanhã*, e transferiu-se para a *Folha da Tarde* também

no seu início, em 1968, ficando no curto período de tempo que o jornal pôde ser de oposição. Em abril daquele ano, participou da manifestação diante do Tribunal Militar em São Paulo, quando jornalistas foram presos.

Em dezembro de 1970, saiu do país em companhia de sua esposa, Angela Mendes de Almeida, para uma viagem de estudos e contatos na França. Sobretudo, com a IVª Internacional, da qual a POC se aproximará. Voltou, em maio de 1971 com passaporte legal, já que não pesava contra ele nenhuma acusação nos órgãos de repressão.

Na noite do dia 20 de julho de 1971, sua mãe recebeu o telefonema de um delegado do DEOPS, em Santos, comunicando a morte do filho. Foi informada que Merlino teria se jogado embaixo de um carro na BR-116, na altura da cidade de Jacupiranga. Na versão oficial, ele tentava fugir enquanto era levado a Porto Alegre para "entregar companheiros". Na verdade, Merlino foi retirado de sua casa, em Santos, cinco dias antes, por pessoas que no início se diziam amigos e minutos depois instalavam o terror no local. Os policiais buscavam por sua companheira, Angela Mendes de Almeida, que ainda permanecia fora do país. Levado para a *Oban*, na Rua Tutóia, foi torturado por 24 horas e deixado em uma cela solitária. Seu estado de fraqueza agravou as fortes dores nas pernas, fruto do tempo de permanência no "pau-de-arara". Sem cuidados médicos, mesmo depois da queixa de companheiros, Merlino sofreu de uma gangrena generalizada, vindo a falecer no dia 19.

A imprensa, proibida de noticiar a morte de Merlino, publicou, no dia 26 de agosto, no *O Estado de S. Paulo*, um aviso da missa de trinta dias na Catedral da Sé, em São Paulo. "Apesar da violência e dos riscos, cerca de 770 jornalistas compareceram ao culto, desafiando o forte aparato policial presente na Catedral: até no coro havia policiais portando metralhadoras".[54]

A história de Merlino expõe um momento posterior ao vivido ainda naquele ano de 1968. Sua trajetória desenha o mais radical, a morte, e se difere de outros militantes do jornal, que também *caíram* a seguir. Como Merlino, existia outro trotskista na redação. Era o editor de Internacional, o jornalista Ítalo Tronca, que veio do *Jornal da Tarde*, da *Última*

[54] O corpo de Merlino, transferido para o IML, mesmo identificado, foi colocado numa gaveta como indigente. Apesar do atestado de óbito que comprovava torturas sofridas — "anemia aguda traumática por ruptura da artéria ilíaca direita" —, concluía-se que a *causa mortis* era o atropelamento (cf. Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, 1999, pp. 512-516; e "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964", Governo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 1996, pp. 120-122).

Hora de São Paulo, e de revistas de Saúde, e também era um simpatizante da IVª Internacional de outros tempos.

Ítalo Tronca lembrou das madrugadas de trabalho e do fechamento do jornal pela manhã, por volta das 8h. Muitos jornalistas saíam dali para outros empregos, ele mesmo ia para a Editora Abril. Suas memórias recaem na aura de mistério que pairava sobre Frei Betto, e a imagem de "cariocas doidos" que cercavam os chefes Miranda Jordão e João Ribeiro. Ninguém poderia imaginar, na época, as teias da militância política que se teciam na redação, e as necessidades conjunturais que levaram simpatizantes a radicalizar suas intenções. Nas questões de Internacional, Tronca, que tinha como sub-editor Jorge Okubaro, sublinhou que 90% das matérias se centravam nas questões do Vietnã e do Oriente Médio.[55]

Mas nem só de cariocas vivia aquela redação. Ricardo Gontijo, mineiro como Frei Betto, trabalhou na revista *Manchete* em 1964, e de lá foi convidado para fundar o jornal *Sol*, em 1966, que era um encarte do *Jornal dos Sports*.[56] Boêmio, estudante de História, Gontijo tinha uma militância restrita às atividades de jornalista. Quando o *Sol*,

[55] Entrevista concedida à autora, em 3/5/2000.

[56] A primeira mulher de Caetano Veloso, Dedé, era *foca* do *Sol*. A música "Alegria, alegria", de Caetano Veloso, que tirou o quarto lugar no 3° Festival de Música Popular Brasileira, da TV Record de São Paulo, em 1967, diz: "O *Sol* se reparte em crimes, espaçonaves, guerrilhas, em Cardinales bonitas, eu vou. Em caras de presidentes, em grandes beijos de amor, em dentes, pernas, bandeiras, bomba e Brigitte Bardot. O *Sol* nas bancas de revista, me enche de alegria e preguiça. Quem lê tanta notícia? Eu vou, por entre fotos e nomes. Os olhos cheios de cores, o peito cheio de amores vãos. Eu vou, por que não? Por que não? [...] Por entre fotos e nomes, sem livros e sem fuzil, sem fome, sem telefone, no coração do Brasil. Ela nem sabe até pensei, em cantar na televisão. O *Sol* é tão bonito. Eu vou, sem lenço, sem documento, nada no bolso ou nas mãos. Eu quero seguir vivendo, amor, eu vou. Por que não? Por que não?" (Em entrevista à autora, Ricardo Gontijo fez essa referência, em 18/4/2000).

segundo suas palavras, "entra em eclipse",[57] já que as pressões políticas o condenaram, e seus outros projetos também não deram certo, transfere-se para São Paulo em busca de Frei Betto. Lá, vai trabalhar na *Folha da Tarde* e na *Gazeta*. Entrou no jornal no seu começo, como redator. Pelas mãos de Frei Betto, fez uma militância de simpatizante: emprestou carro, dinheiro, freqüentou passeatas. Morando em um hotel simples no centro da cidade, perto do jornal, dividia a cama com um outro amigo jornalista. Um dormia de dia, o outro à noite.

Nas recordações de Paulo Sandroni, a *fauna* do jornal era ruidosa. O clima na redação, no início, até o Ato Institucional n° 5, era muito alegre festivo e solidário, o jornal tinha "uma auréola de 'esquerda'. A desorganização era tão grande que um sujeito ficou freqüentando a redação por 6 meses sem trabalhar lá". Iniciava a feitura da sua coluna à meia-noite e a entregava por volta das duas da madrugada. O jornal fechava às 6h e ia para as bancas na hora do almoço. A rotina na redação era curiosa, "cada um sentava na máquina e escrevia a sua tarefa. José Maria dos Santos, o colunista social, costumava gritar: 'são 2 horas da manhã e eu ainda não escrevi uma linha'".

Corroborando esta imagem, está a trajetória de ingresso de Luiz Roberto Clauset no jornal. Depois de abandonar a tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco no terceiro ano, foi contratado pelo *Diário Popular*. Isto foi em 1967. No Carnaval de 1968, foi cobrir férias na *Folha da Tarde* e se apaixonou pela turma do jornal. Suas escolhas estavam feitas. A elegância do seu texto e a sua calma, são recorrentes nas lembranças de todos. Mas foi Clauset quem primeiro se lembrou de Raimundo Pereira naquela redação, e da sua figura de destaque em qualquer jornal que trabalhasse. Ao destrinçar aquele ambiente, Clauset mencionou as relações estreitas entre Miranda Jordão e Frei Betto, que só em meados de 1969 ficariam mais claras. Mas, certamente os caminhos da *Folha da Tarde*, naquele momento, espelhavam muito da amizade desses dois. Na vida de Clauset, também Betto teria um papel de destaque.[58]

Formou-se, assim, uma grande turma de amigos que extrapolava o ambiente da redação. Após o fechamento do jornal, muitos freqüentavam o "Bar do Oswaldo", ou

---

[57] Na classificação de Kucinski (1991, p. 403), o jornal, nascido no Rio, tinha um formato standard, de freqüência semanal, cujo editor era Reinaldo Jardim. Teve uma predominância de temas políticos, feito de reportagens e de duração efêmera, pois existiu por menos de um ano.

[58] Entrevista à autora, em 29/2/2000.

seguiam atrás de Paulo Sandroni nas suas incursões pelas lojas de discos do centro velho de São Paulo. Como recordaram Clauset e Gontijo, Sandroni era considerado na redação como alguém extremamente sofisticado e maduro, com uma clareza de raciocínio ímpar. No jornal, diziam, ele "era um Deus".

A amizade também fazia com que parte da redação viajasse nos fins de semana para as "terras do chefe", as praias do Rio. Dali também saíram casamentos, como os de Ricardo Gontijo, de Paulo Sandroni, e de Clauset com Rose Nogueira, em uma cerimônia oficiada por Frei Betto, em março de 1969.

Rose Nogueira entrou para a redação em 1968, aos 22 anos, média de idade daquela turma. Tinha sido *foca* de um dos mitos do jornalismo em São Paulo, o trotskista Hermínio Sacchetta*, em um jornal denominado *Shopping News*[59], e veio da revista *Intervalo*, da Editora Abril. Na *Folha da Tarde* foi uma repórter de Variedades para cobrir os acontecimentos culturais, como os festivais de música e a visita da Rainha da Inglaterra a São Paulo, em novembro de 1968.

Inspirada na popularidade da apresentadora Hebe Camargo, de tom bem conservador, e que fazia muito sucesso na TV Record, a emissora de maior audiência da época, Rose Nogueira inventou uma fictícia entrevista entre a apresentadora e a soberana inglesa. Usando os trejeitos característicos de Hebe Camargo, para quem tudo "é uma gracinha", Rose discutia, de forma humorada, mas crítica, as transformações das mulheres no mundo, frente a uma entrevistadora despreparada para qualquer reflexão mais profunda,

[59] Esse jornal é, basicamente, de serviços, com distribuição gratuita em bairros da cidade de São Paulo, com enfoque principal nas donas de casa. Em outubro de 1975, quando Sacchetta não mais lá estava, o periódico teve uma péssima atitude. Nele existia uma coluna, assinada pelo jornalista Cláudio Martins-Marques, que fez intensa campanha contra o jornalista Wladmir Herzog, na época à frente do departamento de Jornalismo da TV Cultura. Marques acusou a TV estatal de pró-Vietnã, e o secretário José Mindlin, de Cultura, Ciência e Tecnologia, de "secretário cor-de-rosa", ou "um cripo-comunista".

Escrita dias antes, a coluna de Marques publicou a seguinte nota: "há certas horas em que a gente, com o mais puro sentimento de coleguismo, fica preocupada com os novos hóspedes do Tutóia Hilton". Esse comentário saiu no dia seguinte ao assassinato de Herzog nas dependências da *Oban*. Cf. entrevista de Cláudio Martins-Marques à autora, em 8/11/1999; entrevista de José Mindlin à autora, em 6/11/1999; e Jordão (1979, p. 180).

e que mesmo assim, era vista por milhões de brasileiros.[60]

É difícil afirmar o quanto Rose Nogueira foi influenciada diretamente pelos embates político-culturais travados sobre os meios de comunicação de massa da época. Mas certamente a figura da apresentadora era tida como jocosa e provocadora de inúmeras situações de constrangimento no ar. Rose Nogueira, na *brincadeira* da entrevista, expôs também todo o quadro surrealista da visita da Rainha ao Brasil, quando o povo, colocado à margem de um concerto de música, arrebentou a faixa de segurança e invadiu o auditório.

Acerca desses embates político-culturais, é importante, contudo, sublinhar essa disputa pelos espaços de informação pela figura da apresentadora, que a matéria de Rose certamente instigava uma reflexão dos leitores do jornal sobre o seu papel. Quanto ao mesmo tema, o jornalista e artista plástico Alípio Freire, militante da Ala Vermelha* na época, relatou a Marcelo Ridenti (2000; pp. 44-6) duas situações envolvendo Hebe Camargo, ambas no ar. Uma com Caetano Veloso, que gravara a canção *Soy loco por ti, América*, de Gilberto Gil e Capinan, uma homenagem a Che Guevara, assassinado na Bolívia, e cuja letra foi parcialmente censurada; e a outra com Nara Leão. Nesse sentido, Alípio Freire conclui ser importante refletir sobre o papel daquele programa, pois, "a reação mais ou menos explícita passava por lá. Mesmo quando [Hebe] levava artistas de esquerda, o objetivo era a luta ideológica, política", na qual a apresentadora e a reação colocavam-se "em posição de força".

Também ficava a cargo da iniciante jornalista a coluna de horóscopos, censurada, e da qual os leitores sentiram falta. Essa coluna era dividia entre Rose Nogueira e o jornalista Cláudio Vergueiro, que em 3 de outubro de 1968, enquanto a Maria Antônia fervilhava, estava no Rio para cobrir o Festival Internacional da Canção, no Maracanãzinho. Nessa mesma edição do jornal, refletindo as possibilidades de expressão artística que o momento oferecia, também se apresentou o projeto de lei do ministro da Justiça, Gama e Silva, sobre a censura.[61]

---

[60] Foi Diva Burnier, atual esposa de Luís Roberto Clauset, que me chamou a atenção para essa matéria de Rose Nogueira. Ao que parece, esta teve grande repercussão. Acerca desta disputa nos meios de comunicação e da figura da apresentadora, ver Ridenti (2000, p. 44).

[61] Esse decreto é o 5.536/68.

Nesse 3.º Festival Internacional da Canção, Geraldo Vandré subiu ao palco para cantar uma música que se tornou um hino, "Caminhando" (ou, "Para não dizer que não falei de flores"). Nela, dizia:

> "Caminhando e cantando e seguindo a canção
> somos todos iguais, braços dados ou não
> nas escolas, nas ruas, campos, construções
> caminhando e cantando e seguindo a canção
> vem, vamos embora, que esperar não é saber
> quem sabe faz a hora, não espera acontecer
> [...] os amores na mente, as flores no chão
> a certeza na frente, a história na mão
> caminhando e cantando e seguindo a canção
> aprendendo e ensinando uma nova lição".

Seu concorrente era "Sabiá", de Tom Jobim e Chico Buarque, cujo tema, associado a um exílio, melancolicamente anunciava

> "Vou voltar, sei que ainda
> Vou voltar para o meu lugar
> Foi lá e é ainda lá
> Que eu hei de ouvir cantar
> Uma sabiá, cantar uma sabiá
> Vou voltar, sei que ainda
> Vou voltar
> [...] Não vai ser em vão
> Que fiz tantos planos de me enganar
> Como fiz enganos de me encontrar
> Como fiz estradas de me perder
> Fiz de tudo e nada de te esquecer".

Ambas de protesto a seu modo, pelos tempos vividos, dividiam a platéia. A de Vandré era tida como "participante", a outra, "alienada". Venceu "Sabiá". Os últimos meses de 1968 viriam estampados no jornal outras disputas mais radicais. Havia um intenso diálogo entre o que acontecia nas ruas e o interior da redação. Os atos posteriores ao que queria calar a massa desde 17 de julho, quando se proibiu as manifestações de rua, também vão ser sentidos na *Folha da Tarde* um ano depois.

No processo de crise política que culminou com o AI-5, no dia 2 de setembro de 1968, o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, criticou duramente, no plenário da Câmara dos Deputados quase vazio, a violência policial

empregada na ocupação da Universidade de Brasília. Pediu aos pais para não levarem os filhos à Parada de 7 de Setembro, em protesto contra a violência, e aconselhou as mulheres dos militares a não "estabelecerem relações" com seus maridos até que a democracia fosse restaurada.[62]

O discurso de Moreira Alves foi distribuído nos quartéis e nas casas dos militares como a prova de que havia uma contra-revolução em marcha. Os ministros militares reclamaram a suspensão das imunidades parlamentares de Moreira Alves para processá-lo, por injúria às Forças Armadas. Os líderes da ARENA, partido do governo, fizeram uma verdadeira operação de guerra para aprovar o pedido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde a resistência em aprová-lo também vinha da bancada governista.

Dois meses antes, em 18 de outubro, o general Mourão Filho se perguntava, na manchete da *Folha da Tarde*, se estávamos em uma democracia ou em uma ditadura, já que os estudantes presos em Ibiúna continuavam incomunicáveis. Uma semana depois, em 25 de outubro, sessenta generais promovidos pelo ex-presidente Castelo Branco se pronunciam contra a intervenção no Congresso para julgar o deputado Márcio Moreira Alves.[63]

Dentro deste clima de caldeirão reportado pelo jornal, na madrugada do dia 2 de dezembro, uma bomba atribuída ao CCC explodiu no Teatro Opinião, no Rio, depois de um *show* de Geraldo Vandré. No dia 10, as manchetes são para a disputa de Tom Zé e Chico Buarque, na TV Record; e os comentários do deputado Moreira Alves, comparando "a bota de um miliciano arrombando um laboratório da Universidade de Brasília [ao] retrato da política educacional do governo".

Na véspera da decretação do AI-5, dia 12, uma quinta-feira, a *Folha da Tarde* anunciou na coluna "Hoje", uma notícia errada. Para o jornal, o Congresso havia suspendido a imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves, e este já podia ser cassado. Publicou também um assalto a uma casa de armas, atribuído à Vanguarda Político-

[62] Logo após o golpe militar, em março/abril de 1964, Márcio Moreira Alves, enquanto jornalista, denunciou as torturas executadas no Nordeste do país. Ainda era um momento em que autocensura e censura prévia eram episódios esparsos, panorama que irá se alterar, e muito, depois do AI-5.

[63] O discurso de Moreira Alves foi usado como pretexto para intervir no Congresso e decretar o AI-5. Meses antes, no dia 31 de março, o jornal *Última Hora* publicou uma entrevista com o líder do MDB, o deputado Mário Covas, a propósito do aniversário do movimento militar. "Este sistema militar que decretou guerra ao povo acabou criando uma atmosfera de absoluta incompatibilidade entre o povo e as Forças Armadas", disse Covas.

Militar da Revolução Brasileira, e o *habeas corpus* que não chegou, deixando presos os líderes estudantis José Dirceu, Vladimir Palmeira, Antônio Ribeiro Ribas e Luís Travassos.

No começo daquela noite, na redação de *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal ligou e conversou com o secretário de redação, Oliveiros S. Ferreira. Inquiriram acerca das manchetes da primeira página do dia seguinte. Monitorar as redações por telefone vinha se tornando um ato rotineiro. As manchetes foram lidas e não despertaram nenhum interesse no censor. Assim, as rotativas continuaram a impressão do jornal. Poucas horas depois, já na madrugada de sexta-feira, dia 13, o chefe da PF em São Paulo, general Sílvio Corrêa de Andrade, apareceu nas oficinas do *Estadão* e pediu para ver o jornal. Além das manchetes, leu também o editorial escrito pelo diretor do jornal, Júlio de Mesquita Filho, intitulado "Instituições em frangalhos". Decidiu impedir a circulação do jornal, ordenou a paralisação das máquinas e a apreensão dos exemplares prontos. Cerca de cem mil jornais, porém, já haviam deixado a cidade, rumo ao interior de São Paulo (Entrevista de Oliveiros S. Ferreira à autora em 17/6 e 30/9 de 1997).

No prédio da Rua Barão de Limeira, a *Folha da Tarde* ainda noticiou, no dia 13, a libertação de José Dirceu e a transferência de outros estudantes, presos desde Ibiúna, para outras unidades militares e do DOPS em todo o país. Mas o pior ainda estava por vir. Nesse panorama, Carlos Penafiel resumiu o que aconteceu ali horas depois, quando, à noite, o locutor da agência Nacional, Alberto Cúri, tendo ao seu lado o ministro da Justiça, Gama e Silva, leu o Ato Institucional nº 5. Para Penafiel,

> "[...] o AI-5 mexeu na redação. Nossa primeira reação foi que, como jornal, estávamos mortos. Daí em diante a linha à esquerda do jornal era meio impossível. Sabíamos que o pouco de liberdade que poderíamos ter da censura oficial, [seria confrontada] com a censura interna (Frias, Caldeira e Cia.). Houve um desânimo geral e muitos saíram nessa ocasião. Só continuaram os que não tinham muita opção, afinal o AI-5 tinha mexido com toda a Imprensa. [Assim,] ou se partia para fazer jornais clandestinos ou se ficava onde estava".

2.2 A tempestade: o AI-5, o sonho acabou

Cláudio Abramo sentenciou que "os donos de jornal não gostam de gente forte nas redações. Ficou forte, eles eliminam" (Abramo, 1988). Assim, a crise na *Folha da Tarde* tem seu ápice com a decretação do AI-5, quando muitos donos de jornal vão criar alternativas para se adaptarem aos "novos tempos". Na mesma semana que o regime autoritário endurece, em vários órgãos de imprensa os jornalistas mais combativos são demitidos.

Jorge Miranda Jordão ficou à frente da *Folha* por mais alguns meses e foi demitido do Grupo nos primeiros dias de maio de 1969. O dono do jornal, Octávio Frias de Oliveira, chamou-o na sua sala e disse: "não posso mais ficar com você". Segundo Miranda Jordão, para o seu lugar, por poucos dias, foi uma pessoa que se apresentava como agente da Polícia Federal, cujo nome era Paulo Nunes, e que dias depois, foi substituto pelo jornalista Antônio Pimenta Neves, que era o "segundo" de Cláudio Abramo na *Folha de S. Paulo*.

Miranda Jordão ficou no jornal por pouco mais de um ano. Nas suas palavras, a experiência da *Folha da Tarde* "durou o tempo que o Frias quis". Para Clauset, o "mérito de Miranda Jordão foi o de reunir esse grupo em um jornal iniciante. Ele não avalia o que fez". Contudo, como salientou, o dono do jornal apenas tolerava a existência da *Folha da Tarde*, até porque este tinha muitos problemas financeiros. Essas questões com o dinheiro, sublinhadas também por Abramo para o Grupo de uma forma geral, parecem se chocar com as análises de Mota e Capelato, que atribuíram ao período a característica de ir "da autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural (1962-1981)".

Assim, para os proprietários do número 425 da Barão de Limeira, as questões do custo da *Folha da Tarde* eram bem menos importantes que as políticas, até o AI-5 ser decretado. Até porque, na gestão de Miranda Jordão, existiram apenas passeatas, furtos, apropriações. O grande evento das esquerdas armadas, o seqüestro do embaixador americano, encontrou outra redação no jornal.

O tempo que Miranda Jordão esteve à frente do vespertino inclui também a edição que cobriu o AI-5. Na margem esquerda da primeira página do dia 16/12/1968, foram publicadas listas com nomes, sob o título de "As prisões até agora". Lá apareciam o jornalista Carlos Castelo Branco, diretor da sucursal do *Jornal do Brasil* em São Paulo,

Sette Câmara, embaixador e diretor do *Jornal do Brasil*, o ex-presidente JK, Darcy Ribeiro, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, entre outros. O jornal tentava resistir, mas seria em vão.

Dez dias antes do AI-5, a *Folha da Tarde* relatou um lamento do DEOPS e do departamento de Polícia Federal em São Paulo. Havia um embate entre os dois órgãos pelo comando das atividades naquele estado. O delegado Ítalo Ferrigno, titular da delegacia de ordem política, achava que não havia "qualquer problema na ação da polícia estadual 'para salvaguardar a segurança nacional'". O chefe da polícia política argumentava, mostrando o acórdão do Superior Tribunal Militar, que deixava claro no artigo 8, item 7, letra A da Constituição Federal, que não existia uma exclusividade da Polícia Federal para a apuração de infrações penais contra a segurança nacional. Mas muitos advogados entendiam que os delegados do DEOPS poderiam ser processados por abuso de autoridade e enquadrados nesta na mesma Lei de Segurança em que se baseia. Dez dias depois, os advogados seriam obrigados a refazer o raciocínio.

Nesse mesmo início de dezembro, o general Sílvio Corrêa de Andrade, da PF/SP, errou nas suas previsões. Declarou que "a imprensa vai ter muito trabalho para conseguir alguma coisa nesse fim de ano na PF. Tudo calmo". Nem tudo estava tão tranqüilo assim. Existia uma crise, e estava dentro da Polícia Federal de São Paulo na época, devido, entre outras coisas, ao afastamento de homens de confiança do general. Por esse motivo, pelo menos, essa polícia teve, segundo a *Folha da Tarde*

> "[...] um papel quase nulo nas últimas crises de São Paulo. E pela Lei de Segurança Nacional seria esta polícia que deveria tratar de todos os problemas de ordem política e social do Brasil. No congresso da UNE, por exemplo, os agentes federais nem compareceram a Ibiúna; tudo ficou por conta do DOPS".

Em dez dias, legalizou-se a arbitrariedade, tornando o inadmissível, possível. A Lei de Segurança Nacional seria apenas uma das capas para os desmandos. Foi esse mesmo general que esteve nas redações à caça de informações nas vésperas do AI-5 e que voltaria a elas poucos dias depois. Nas lembranças de Miranda Jordão, logo após o Ato Institucional, Octávio Frias de Oliveira convocou uma reunião dos diretores dos seis jornais do grupo. O militar diria o que poderia ser publicado. Seu informe, possivelmente,

era a nota sobre os dez pontos proibidos de serem notícia e que circulou após o AI-5. Miranda Jordão se recorda que nesse encontro estava ele, Cláudio Abramo, responsável pela *Folha de S. Paulo*, Antônio Aggio, do *Cidade de Santos*, entre outros. A pauta era o informe desse "decálogo" dos pontos proibidos, recitados pelo general:

> "JK não pode, a encíclica do Papa não, confronto de grupos subversivos fica proibido, notas sobre o governo só poderiam sair o que o 2º Exército noticiar". Por fim eram nove os itens, e Abramo questionou, 'mas não é um decálogo? Qual é o décimo?'. 'Cumpra-se!', ordenou o general".

Mas a *Folha da Tarde* continuou tentando não cumprir. As matérias da segunda quinzena de dezembro de 1968 procuraram racionalizar e explicar ao público o que estava acontecendo. No dia 17/12, a página dois traz a bomba que explodiu na Avenida 9 de Julho, em São Paulo, junto ao monumento aos pracinhas da FEB, como mais um atentado do "grupo Marighella". Abaixo, na coluna de Economia, Paulo Sandroni ainda a escreve, mas não a assina mais. Sandroni explicou que suas "colunas de economia criticavam as atuações do ministro Delfim, o que me causou problemas. Houve liberdade até o AI-5. Depois, com o censor, tirei o meu nome dela" (Entrevista concedida à autora, em 5/5/2000).

E como sentenciou Tonico Ferreira,

> "[...] tudo que é bom, dura pouco, e foi assim com a primeira fase da *Folha da Tarde*. Em dezembro de 1968, no dia do AI-5, vi um censor pela primeira vez na vida. Dois policiais passaram a ler o nosso material. Começamos o penoso aprendizado de enganar censores, mandar textos tipo 'boi de piranha para serem cortados' e, assim, salvar o texto mais brando que de fato queríamos publicar".

Na tentativa de protestar, o jornalista José Carlos Bittencourt retornou com sua coluna no dia 20/12, uma sexta-feira, e a intitulou "Revolução: do AI-1 ao AI-5". Tal qual a famosa primeira página do *Jornal do Brasil* no dia 14/12, que fazia referência ao tempo quente, Bittencourt também assinalou que

> "Em tempo: esta coluna não sai desde segunda-feira passada por rigoroso e absoluto motivo de saúde. Andou fazendo muito calor, o tempo esquentou demais (mesmo à noite) e se registraram muitos casos de insolação, até à sombra. Este colunista foi um desses. Como presente de Natal, já requisitamos (a palavra está na moda): tempo menos quente".

Assim, no dia 24/1/1969, às vésperas do aniversário da cidade de São Paulo e do dia do carteiro, a *Folha da Tarde* publicou, no canto esquerdo superior da página, o desenho de um homem se protegendo da chuva, com os seguintes dizeres: "deve chover hoje. É bom torcer para que caia toda a água que tem de cair, mas amanhã haja um sol prestigiando o feriado". Existiam duas matérias principais nessa página, uma tinha por título: "Vêm aí mais cassações. O ministro Gama e Silva diz que o Conselho de Segurança Nacional examinará, em sua próxima reunião, 92 processos". A segunda, dava conta das numerosas prisões em decorrência do AI-5.

Na primeira matéria, Gama e Silva desenha as regras do novo jogo e faz referências à censura à imprensa, sinalizando a existência de um acordo. Assim, declarou o ministro:

> "[...] logo após a edição do AI-5, se tornou necessária, por motivo da segurança nacional em defesa da ordem pública, a censura à imprensa. Porém, de acordo com a decisão do presidente da República, posso afirmar categoricamente *que não há censura à imprensa. Estão ocorrendo na verdade, e nesse ponto quero declarar com grande satisfação, é que a imprensa brasileira, compreendendo o momento difícil que o país está atravessando, vem tendo um comportamento quase generalizado. Infelizmente, exceções ainda ocorrem com aqueles que não compreendem o seu dever, no sentido de orientar o seu noticiário em suas publicações, dentro do clima de respeito à autoridade.* A crítica da imprensa não nos atemoriza. O que desejamos, exclusivamente, é que ela seja autenticamente verdadeira; que use a liberdade com responsabilidade. Qualquer abuso que venha a ser praticado será reprimido com toda a energia pelo Ministério da Justiça" (ênfase minha).

Nessas circunstâncias, pouco se podia fazer pelo jornal, mais para alguns naquela redação, muito se podia fazer pelo país utilizando outros meios. Assim, por que Miranda Jordão saiu da *Folha da Tarde* é uma pergunta que encontra resposta fora do prédio da Alameda Barão de Limeira. Quando Frias lhe disse que estava demitido, completou que "um dia saberia o por quê". Alguns colegas, tentando encontrar uma resposta, disseram que o jornal não ia bem, que o *offset* ainda não era bem empregado, tornando as imagens

confusas, que o jornal dava prejuízos. Na verdade, o jornal vendia pouco, portanto, tinha pouca penetração. Outros acreditavam que o estilo carioca do jornalista não se adaptava às regras da paulicéia... Não parecem ser estas, contudo, as respostas.

A influência e o peso do jornal, nessa sua primeira fase, frente ao mercado paulistano da época, é um item de interessante reflexão. Quanto ao tema, o jornalista Carlos Brickmann comentou que a *Folha da Tarde* era

> "[..] um jornal de pequena circulação. Ninguém tomava conhecimento da *Folha da Tarde* nos meios jornalísticos. O jornal não aconteceu. Ele podia publicar o que quisesse que o público não dava bola.
>
> Só como exemplo, um caso caricatural: o general Velasco Alvarado derrubou o presidente Fernando Belaúnde Terry, no Peru, para nacionalizar a indústria do petróleo. A *Folha da Tarde*, com aquela visão da época, noticiou o caso como 'gorilas derrubam Governo peruano para entregar o petróleo'. Isso não teve repercussão nenhuma e nem chegou a sobreviver de maneira a que alguém te contasse essa história. Jornalisticamente, editorialmente, a *Folha da Tarde* de esquerda não existiu" (entrevista à autora, em 21/4/1999).

Esta argumentação traz um oportuno mote: se era um jornal tão inexpressivo, por que incomodou a ponto de radicalizar suas posições para o extremo oposto, a partir de meados de 1969?

Alguns novos jornalistas chegaram à *Folha da Tarde* nessa substituição de Miranda Jordão por Pimenta Neves. Outros são promovidos, como Ricardo Gontijo, que passou a secretário de redação. A convite do novo diretor de redação, Tonico Ferreira, que era diagramador no *Folhão*, foi ser copy-desk na *Folha da Tarde*. Seu companheiro seria Luiz Eduardo Merlino, amigo dos tempos de infância em Santos, e também do *Amanhã*. Tonico Ferreira, que tinha 21 anos na época, disse que ficou

> "[...] muito feliz com o convite. O salário era o dobro. O horário maluco, das três da madrugada às oito da manhã, me interessava. Eu estudava arquitetura em período integral na FAU e ia direto da *Folha* para a faculdade. Acordava todos os dias às duas da madrugada. Foi um bom tempo, embora tivesse que dormir todos os dias lá pelas oito da noite. Em compensação o jornal não circulava aos sábados e domingos — dois dias de folga por semana, uma maravilha!"

Antonio Pimenta Neves estava no Grupo Folha da Manhã desde meados dos anos de 1960, quando Cláudio Abramo assumiu a *Folha de S. Paulo*, trouxe três antigos amigos do tempo do *Estadão*. A *Folha da Tarde* foi comandada por Pimenta Neves por pouco mais de dois meses. Neste curto período, os jornalistas fizeram uma greve por melhores salários e para manter o jornal saindo somente nos dias de semana, o que garantia os dois dias de folga semanal. Segundo Abramo, Pimenta Neves teria deixado o jornal porque a redação não teria recebido um aumento previamente combinado.

Paulo Sandroni recorda-se que os jornalistas que fizeram esse movimento ficaram marcados, e os que ainda estavam no jornal foram demitidos em julho de 1969. Ao deixar a *Folha da Tarde*, Pimenta Neves transferiu-se para a revista *Visão*, e mais tarde, levou consigo Ricardo Gontijo. Nesse panorama de mudanças, Tonico Ferreira relatou que o jornal, depois do AI-5, começou a ser completamente modificado. Quando Pimenta Neves o deixou,

> "[...] Octávio Frias de Oliveira decidiu alterar os seus rumos. Mudamos de prédio e de andar no conjunto da Barão de Limeira, na *boca do lixo* de São Paulo. Chegou um novo diretor, que era uma *prata da casa*. Tentou fazer da *Folha da Tarde* um jornal de amenidades e pornografia. Lembro-me desse diretor dizendo ao Clauset: 'estamos no século 20. Século. Sexo. Isso é o que vende'. Publicávamos páginas inteiras com fotos retiradas de revistas com imagens de mulheres nuas".

Demonstrando o desprestigio que a *Folha da Tarde* passou a ter, Penafiel, que também vivenciou suas alterações, recorda-se que esse *prata da casa*, antes de dirigir a *Folha da Tarde*, era o chefe da garagem do Grupo Folhas... Mas, ao que tudo indica, as pressões pós-AI-5 sobre o jornal, são um caminho para se compreender o que aconteceu com a saída de Miranda Jordão.

O verão de 1969, como lembrou Alípio Freire, "não foi um verão de muitas chuvas. Ou se foi, muitos de nós não conseguimos perceber".[64] Isto porque muitos estavam encarcerados em nome da segurança nacional. Neste quadro também se centrou a prisão do jornalista Izaías Almada, repórter do *Folhão*, preso sob a alegação de fazer parte do "esquema de imprensa" da VPR. Tal fato, segundo Frei Betto, precipitou sua saída do

[64] Freire, Almada e Ponce (1997, p. 18).

jornal, no início de 1969, preocupado com sua segurança. Acerca de sua militância e suas funções de jornalista, Izaías Almada refletiu que gostaria de

> "[...] saber qual era o esquema de imprensa da VPR. Eu pertencia à base de informações da VPR em São Paulo e, circunstancialmente, trabalhava na *Folha de S. Paulo*. Dentro do jornal, não exerci atividades políticas".

Semelhante ao que Betto relatou como sendo uma de suas atividades, Almada também tentava proteger militantes quando escutava algo dentro da redação. E afirma que desconhecia, inclusive, se havia militantes da ALN no jornal.

> "Não sei em que data o Betto deixou a *Folha da Tarde*. Confesso que desconheço esses pormenores, pois eu não exercia uma militância ativa, pelas simples razão de que, como levava uma vida legal, eu não deveria me queimar. Mas, com a prisão dos companheiros que pintavam o caminhão do Exército, em janeiro [de 1969], a minha situação ficou insustentável, pois um deles havia sido preso comigo em junho/julho de 1968. Tive que passar à clandestinidade e acabei sendo preso em março de 1969. Nesses quase dois meses de clandestinidade, a polícia disse que me seguiu para ver se prendia mais companheiros, o que não era verdade, pois nesse período me encontrei – entre outras pessoas — com o *Toledo* da ALN (Joaquim Câmara Ferreira) numa tarefa arriscada. Se estivessem me seguindo teriam, pelas circunstâncias, nos prendido naquele dia. Ainda contavam bravatas desse tipo. O certo é que fui preso no dia 6 de março, quando — inadvertidamente — fui visitar minha ex-mulher. Estavam lá de campana".[65]

Em maio daquele ano, foi a vez de Miranda Jordão, aos 35 anos, voltar para Rio. A partir desse momento, ficam mais claras as teias que envolviam esses dois.[66] Frei Betto remeteu o início dessa relação ao período de chegada de Miranda Jordão a São Paulo para dirigir o jornal, em meados de 1967 e,

---

[65] Os relatos de Izaías Almada foram coletados por e-mail na primeira semana de março de 2001.

[66] Teias difíceis de refazer. Na entrevista com Miranda Jordão, o seu papel enquanto jornalista aparecia muito mais do que o do militante. Não falou de sua relação com Thereza Cesário Alvim, por exemplo. Ou da namorada Dulce K., que posteriormente casou com um coronel torturador. Só respondeu às minhas demandas. Mas foi sempre solícito em esclarecer as dúvidas que o meu caminho de pesquisa apresentava, e pareceu querer preservar os códigos de segredo da militância. O que só me restava respeitar. Certamente a dedicatória de Frei Betto no livro *Batismo de sangue* (2000), desenha a personalidade desse jornalista, "que no afeto, venceu o medo".

> "[...] sem que a redação se desse conta, nasceu uma forte amizade entre eu e Jorge, talvez facilitada pela nossa condição de celibatários, pois a mulher dele residia no Rio, para onde ele viajava quase todos os fins de semana. Homem de hábitos refinados e em cujo rosto se destacavam os olhos azuis, Jorge convidava-me aos restaurantes onde fazia as refeições diárias. Aos poucos, descobri que se tratava de uma pessoa sensível aos que se empenhavam no combate à ditadura. Através dele conheci Flávio Tavares, que fora seu colega na *Última Hora* e, desde 1964, se encontrava vinculado aos primeiros grupos que empunharam armas, dispostos a derrubar os militares do poder. Flávio e eu atraímos Jorge para a militância clandestina. Formávamos um curioso trio: o diretor do jornal, com a fachada de *playboy*, carro esporte e intensa vida noturna, dando cobertura a Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e outros dirigentes revolucionários; o jornalista gaúcho de gestos afáveis, fala mansa e doçura de espírito, metido na luta armada desses terríveis do Brasil central e de Caparaó, em 1966, a ponto de comandar as operações bancárias; e o frade que morava num convento e trabalhava em jornal, preocupado em criar a rede de apoio logístico à guerrilha urbana" (Frei Betto, 2000, p. 61).

O apartamento carioca de Miranda Jordão, na Rua General Glicério, em Laranjeiras, tal como o paulista, no bairro de Santa Cecília, serviram como "ponto de encontro", freqüentado por Marighella, Frei Betto, entre outros. Também em maio de 1969, Betto deixou São Paulo em direção a São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde ficou escondido no Seminário Cristo Rei de padres jesuítas. O *aparelho* carioca de Miranda Jordão *caiu* em agosto de 1969. Três dias depois, Miranda Jordão saiu do país em direção ao Uruguai. Na fronteira, Frei Betto o esperava para atravessá-lo, como havia combinado com Marighella, no início de maio. Ao se transferir para o Sul, ficou acertado que acompanharia a "passagem de refugiados políticos que se destinavam ao Uruguai ou à Argentina para, em seguida, viajar à Europa".[67] O primeiro a usar seus préstimos foi Miranda Jordão, definido como uma

> "[...] peça importante no esquema de apoio a Marighella e 'Toledo'. Coringa, jamais se vinculou ao organograma da ALN, nem participou de reuniões ou deteve-se na leitura de documentos.
>
> Aquele mesmo homem que varava as noites em boates da moda, onde ouvia de empresários e políticos notícias sobre os novos projetos da ditadura, abrigava em seus apartamentos [...], entre as coleções de revistas pornográficas e uísques raros, os dirigentes da ALN. Só Flávio Tavares e

[67] O líder estudantil, um dos participantes do jornal *Amanhã* e militante do Molipo que fez treinamento em Cuba, José Roberto Arantes, foi um dos que também utilizaram a travessia de Frei Betto pela fronteira, em agosto de 1969 (Frei Betto, 2000, pp. 82-83).

> eu fazíamos a ligação de Miranda Jordão com o esquema subversivo. Numa ocasião, Jorge levou Flávio até São Leopoldo em seu Karman-Ghia, para uma reunião comigo" (Frei Betto, 2000, p. 77).

Seguindo a proposta de Marighella de se especializar em imprensa clandestina, Miranda Jordão pretendia ir à França, e a Cuba, via Praga, onde trocaria de passaporte. Levava uma mensagem de Marighella para Fidel Castro, costurada no avesso da gravata. Por indicação de Betto, tinha um encontro com Neiva Moreira,[68] mas foi preso antes. Com os policiais em seu quarto de hotel, pediu para ir ao banheiro e destruiu, sem ler, a mensagem. Puro golpe de sorte.

Retirado do Uruguai, foi levado para o DOPS em Porto Alegre, onde ficou por vinte dias. Transferido para o quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio, onde funcionava o Doi-Codi, ficou outros vinte, sem nada dizer.[69] Lá também estava Flávio Tavares, que no início de setembro foi um dos quinze presos políticos trocados pelo embaixador americano.[70]

Miranda Jordão sublinhou que nesse período Samuel Wainer tinha voltado do exílio em Paris, e que, durante o interrogatório no Doi-Codi, lhe perguntaram muito pelo dono do último jornal para o qual trabalhou. Enquanto esteve preso, realizou-se no Rio a mais audaciosa investida das esquerdas armadas: o seqüestro do embaixador norte-americano, em 4/9/1969. A "caça às bruxas", posterior ao seqüestro, trouxe à tona o papel de muitos jornalistas da redação da *Folha da Tarde*.

Nessa mesma época, agentes da *Oban visitam* a livraria de Paulo Sandroni, pois suspeitavam que seus cursos sobre marxismo, reunindo seus alunos da PUC, fossem um "treinamento de guerrilheiros". Nesse momento, muitos de seus alunos, que também eram

---

[68] O jornalista e deputado federal Neiva Moreira, cassado pelo Ato Institucional nº 1, encontrava-se no Uruguai desde desde meados da década de 1960 e ficou por lá por lá por quase dez anos. No Uruguai, tornou-se um dos editores dos jornais *Sur, Izquierda*, posteriormente fechado pela ditadura lá instaurada, e *El Oriental* - estes dois ligados ao Partido Socialista - *El Debate*, apoiado pelo Partido Nacional, e *Ahora*, diário da coligação de esquerda Frente Ampla. Com o endurecimento do regime naquele país, deixou Montevidéu em setembro de 1973, pouco depois do golpe de Estado, e se exilou na Argentina, fixando-se em Buenos Aires.

[69] Frei Betto relatou que o jornalista Luiz Eduardo de Andrade foi morar no apartamento de Miranda Jordão em São Paulo. Acabou preso e torturado na *Oban*, e foi transferido para o DOI-CODI do Rio, ficando em companhia de Miranda e Tavares (Frei Betto, 2000, p. 79).

[70] Flávio Tavares, em seu livro, sublinha que Miranda Jordão poderia revelar a ligação de Marighella com os dominicanos paulistas, o que não fez. Anos mais tarde, Tavares foi capturado pelo Exército uruguaio, em Montevidéu, e entregue ao governo brasileiro em 1977. O relato desses tempos e da sua sobrevivência à Operação Condor está em *Memória do esquecimento* (Rio de Janeiro, Globo, 1999).

militantes, começam a *cair*. Assim, Sandroni sentiu que era a hora de se tornar clandestino, o que ocorre em 8/8/1969.

Paulo Sandroni militou em áreas próximas da Polop, mas posteriormente aderiu a grupos da dissidência do PC que resultaram na formação da ALN. Ele atuava no setor de agitação e propaganda, e quixotescamente, confeccionava panfletos e os jogava do alto dos edifícios. Muito zeloso por sua segurança, Sandroni montou para si um esquema de fuga. Todos os seus contatos na organização tinham sido cortados pelas prisões. Ficou alguns meses no Rio e deixou o país em 1970, como turista, na companhia de sua mulher, em direção ao Chile. Antes de *cair* na clandestinidade, contudo, teve o desprazer de conhecer o "delegado" que iria dirigir o jornal, e foi por ele demitido.

Nesse sentido, o clima de terror que o país viveu a partir do quinto Ato Institucional e, principalmente, após o seqüestro do embaixador americano, também foram sentidos no 2° andar da Barão de Limeira. Penafiel relembrou que sua

> "[...] militância política anterior à *Folha da Tarde* era pequena, apenas 'guardei' na minha casa alguns perseguidos pela repressão, a caminho do exterior. Na *Folha da Tarde* conheci muita gente de esquerda, como o Frei Betto, Luiz Roberto Clauset e sua mulher, Rose Nogueira.
> Eu já fazia parte de ALN. Lá, minha função principal era a falsificação de documentos. Eu tinha um laboratório fotográfico bem equipado em casa e, assim, podia dar fuga a companheiros 'queimados' através do Rio Grande do Sul para o Uruguai. Outra função era fazer 'levantamentos' para possíveis 'expropriações'. Fui preso, em novembro de 1969, um dia antes do Marighella ser assassinado."

Um dos *fotógrafos da Revolução*, foi preso porque tinha ligações com religiosos dominicanos, amigos de Frei Betto. Frei Fernando (de Brito) e Frei Ivo (ou Yves do Amaral Lesbaupin) foram encontrados no Rio, tinham vindo para a cidade no dia 1° de novembro. Seguidos por policiais da equipe do delegado Sérgio Fleury, do DEOPS, já que o convento dos dominicanos estava com escutas em seu telefone, foram reconduzidos a São Paulo. Esse episódio faz parte da *queda* dos dominicanos às vésperas do assassinato de Carlos Marighella. Mais de cem militantes foram presos quando os freis confessaram à polícia o local do encontro com o líder da ALN, confirmado pelo telefone da livraria Duas Cidades, de propriedade da Ordem dos Dominicanos, e marcado para o número 800 da Alameda

Casa Branca, zona nobre da capital paulista. No dia 4 de novembro de 1969, em plena rua, Carlos Marighella seria assassinado.[71]

Vale aqui uma explicação. O tema da morte de Marighella gera alguns embates e é bastante conhecido pelas produções mais recentes. Volta-se aqui a ele, única e exclusivamente porque jornalistas da *Folha da Tarde* estavam envolvidos em militância política de esquerda, principalmente na ALN, e sofreram as conseqüências que esse episódio provocou.

Era uma segunda-feira à noite, dia 3 de novembro, quando a mulher de Penafiel na época, Ana Wilma, foi avisar Rose Nogueira e Luís Roberto Clauset da prisão de seu marido e da necessidade de que fugissem. Penafiel e Clauset foram também "entregues" em decorrência da prisão dos freis. Penafiel narrou que

> "[...] a justificativa que o Frei Ivo me deu foi que precisava ganhar tempo para não entregar o Marighella e 'aí fomos contando tudo'. Nem eu nem o Clauset guardamos mágoa deles por isso, e no Tiradentes tínhamos uma convivência bastante boa com eles".

O papel do casal de jornalistas da *Folha da Tarde* naquele momento era de simpatizantes, que faziam reuniões em casa e hospedavam pessoas, como Carlos Marighella, a pedido de Betto. "Mas o zelador nunca percebeu", afirmou Rose. Vale lembrar que os porteiros deveriam enviar ao DOPS a relação dos visitantes aos apartamentos.

Rose Nogueira, ainda grávida, e depois das mudanças que a *Folha da Tarde* sofreu em julho de 1969, com muitas demissões, foi transferida no mês seguinte para o *Folhão*. Seu filho nasceu em fins de setembro, depois de um parto muito difícil, e de muitos dias de hospital. Quando Ana Wilma foi procurar Rose, em casa, ela estava sozinha com um bebê de pouco mais de um mês. Fugir, para Rose, era impossível, até porque Clauset não estava. E nem deu tempo de explicar a Clauset, quando este chegou, porque, como relatou Rose Nogueira,

> "[...] eles bateram à porta e eu mesma fui atender. Empurraram frei Fernando, que eu conhecia como Pedro, na minha direção. Eram uns dez, chefiados pelo delegado que respirava fundo e pesado (Fleury).
> — 'Pega tudo, pega tudo', ele gritava para os outros que corriam em todo o apartamento e abrindo portas, derrubando livros, remexendo roupas feito

[71] Gorender, J. ,"Assim mataram Marighella" (1998, pp. 190-200).

> ratos famintos. Fernando, ou Pedro, mostrou-me as mãos algemadas. O bebê dormia no berço.
> — 'Vocês estão presos. E o bebê vai para o Juizado de menores'.
> — O bebê não vai. Eu só vou com vocês se puderem deixá-lo com minha família.
> — 'Terrorista não tem família, não tem que ter filho. Eu sou curador de menores', ironizou.
> Levaram Clauset e Fernando foi amarrado no braço de madeira do sofá. Dois homens ficaram comigo. Soltaram as minhas mãos para que pudesse dar de mamar ao menino no quarto. Amanhecia. Os dois ouviam o rádio. Futebol. Naquela noite iria ter Corinthians e Santos com portões abertos".[72]

Todos foram levados primeiro para o DEOPS, no Largo General Osório, e Rose foi para uma cela,

> "[...] a última do fundão, onde já estava Ana Wilma. Clauset também foi para o fundão, junto com José Maria dos Santos, nosso colega da *Folha da Tarde*. Foi uma noite de loucura. Ninguém quis acreditar. Mas era verdade. Para nós, lá do fundão, a confirmação veio com a chegada de Makiko Yshi, repórter fotográfica que trabalhava conosco na Folha. Ela foi presa tentando fotografar o lugar onde morreu Marighella".

A menos de um mês de deixar o país rumo à Alemanha, onde tinha uma bolsa para estudar Teologia, Frei Betto foi capturado no domingo, 9 de novembro, entregue por um rapaz aos delegados do DOPS de Porto Alegre. Como ele mesmo narrou, foi muito pressionado, tanto naquela cidade, como em São Paulo, para revelar que vínculos tinha com Miranda Jordão. Agradecido pelo silêncio do amigo, também se calou, e dos que ajudou a atravessar a fronteira, Miranda Jordão é o único que não está no inquérito policial de Frei Betto.[73]

Entretanto, a confissão dos dominicanos e a conseqüente morte de Marighella, são questões ainda presentes e delicadas. O embate sobre esse tema centra-se nas narrativas de Frei Betto, no livro *Batismo de Sangue*, nas suas duas edições (1982 e 2000), e nas do historiador e ex-militante do PCBR*, Jacob Gorender, em dois momentos: nas cinco edições do seu livro *Combate nas trevas* (1998), e no artigo "Marighella, o indômito".[74]

---

[72] Rose Nogueira narrou esta história em dois momentos, em uma entrevista à autora, em 1/3/2000 e no texto "Em corte seco" (*in* Freire, Almada e Ponce, 1997, pp. 136-7).

[73] Jorge Miranda Jordão ficou nove anos sem emprego em jornal. De 1969 a 1977, trabalhou com Ari Carvalho, dono da *Última Hora* na época, em uma agência de publicidade que depois ficou sendo sua. Só retornou aos jornais em 1977. Dez anos depois, retornou a São Paulo no *Diário Popular*, que na época pertencia a Orestes Quércia e ao próprio Ari, e foi comprado em 2001 pelo *O Globo*. Em 1997 voltou para o Rio para trabalhar no jornal *O Dia*, de Ari Carvalho.

[74] *In* Freire, Almada e Ponce (1997).

Para Frei Betto, o corpo de Marighella teria sido colocado no carro dos freis, na Alameda Casa Branca, para incriminá-los. E para sustentar seu argumento, escreveu um longo capítulo tentando demonstrar que as prisões dias antes, iriam alertar Marighella da impossibilidade de haver segurança na noite de 4 de novembro. Na continuação dessa argumentação, Betto mapeia a gênese da *queda* e morte de Marighella ao início do ano de 1969, quando um militante da VPR, Izaías Almada, foi detido e teria afirmado que os dominicanos mantinham contato com Marighella. A cadeia de fatos sustentada por Betto se complementaria quando o militante Paulo de Tarso Venceslau, vinculado aos quadros da ALN, foi preso no dia 1° de outubro, em São Sebastião.

Paulo de Tarso, contudo, tem outro ponto de vista. Para ele, a tese de Betto é insustentável, já que

> [...] todo mundo viu e ouviu o que ocorreu no DEOPS nas horas que antecederam o assassinato de Marighella. Ninguém, absolutamente ninguém, tem dúvida sobre o papel desempenhado pelos freis Fernando e Ivo. A discussão seria, portanto, os limites de cada um diante da tortura.
> Frei Tito[75], por exemplo, não resistiu durante as torturas sofridas quando de sua prisão. Posteriormente, creio que em dezembro, ele foi levado para *Oban* onde foi barbaramente torturado. Chegou a tentar o suicídio. Quando voltou para o Presídio Tiradentes, de maca, a primeira coisa que ele me disse quando me viu foi: 'Paulo, eles queriam saber quem era o Paulo de Ibiúna. Fique tranqüilo porque não abri nada.
> Se ele falasse que fora o coordenador daquele Congresso e de nossas relações (movimento estudantil e igreja), com certeza não melhoraria em nada minha situação naquele momento".[76]

Segundo Betto, em seu interrogatório, Paulo de Tarso teria afirmado que conhecia Frei Oswaldo.[77] Paulo de Tarso relembrou que

---

[75] Frei Tito viveu torturado pela imagem de Fleury e se suicidou na França em 1974, após ter sido um dos presos trocados pelo embaixador da Suiça. Sobre sua história ver: Frei Betto, *La pasión de Tito* (Caracas, Ed. Dominicanos, 1987); Frei Betto, *Frei Tito* (11ª ed., São Paulo, Casa Amarela, 2000); e Frei Betto (2001).

[76] O depoimento de Paulo de Tarso Venceslau foi feito por e-mail, entre março e maio de 2001.

[77] Segundo Frei Betto, "[...] no entanto, a nota apressada do Secretário de Segurança nem sequer cuidou de verificar melhor certos detalhes que poderiam revesti-la de aparente veracidade. Paulo não foi preso na Alameda Campinas, mas sim numa casa no litoral paulista, em São Sebastião, quando se encontrava sozinho. Barbaramente torturado por Fleury — a ponto de mancar durante vários meses —, nada disse de nossas atividades e só admitiu conhecer Frei Oswaldo, da faculdade, depois que o DOPS descobriu, na pensão em que ele morava, o telefone do convento. Tudo indica que o telefone passou a ser controlado e foi através dele que a repressão soube que Fernando iria ao Rio encontrar-se com um amigo, no dia 1° de novembro. Mesmo considerando a versão policial de que o contato de Paulo 'com Marighella era feito através de frei Ivo', por que o DOPS não levou Ivo ao convento para que aguardasse algum telefonema do dirigente da ALN, preferindo conduzir Fernando à livraria?" (Frei Betto, 1982, p. 164).

> "Frei Oswaldo viajara para a Europa em maio de 1969, com a minha ajuda. Eu sabia, portanto, que ele não se encontrava em São Paulo e muito menos no convento dos dominicanos. Diante da tortura e da evidência dos fatos — Fleury esfregando meu talão de cheques na minha cara com o telefone do convento – não resisti e admiti conhecer frei Oswaldo.
> Se você refletir um pouco verá que minha prisão ocorreu um mês antes da prisão dos freis Fernando e Ivo, e 35 dias antes do assassinato de Marighella. Isto significa que os nossos companheiros foram, no mínimo, liberais demais. Fernando Casadei, militante da ALN, por exemplo, fora enviado por Marighella para Porto Alegre para saber o que havia acontecido com os padres, porque ele, Marighella, havia perdido contato com os frades. Quando Casadei entrava em São Paulo, dirigindo seu carro, naquela fatídica noite de 4 de novembro, ouviu pelo rádio a notícia sobre a morte de Marighella. Ele voltara para São Paulo para relatar o que havia apurado — invasão do convento, prisão dos padres etc., etc., nos primeiros dias de novembro e o pânico que reinava entre os religiosos e nossos aliados gaúchos.
> Marighella não esperou pelo seu retorno e foi ao ponto com os freis. O único nome que apareceu em meu interrogatório/tortura foi o de frei Osvaldo, que está vivo, mora na França e já não é mais dominicano.
> [...] As prisões começaram no dia 24 de setembro e terminaram no dia 1° de outubro, com a minha prisão. Ninguém, absolutamente ninguém, foi preso no mês de outubro. Eu fui preso pela *Oban*, onde fui torturado e fui enviado para o DEOPS, no dia 15 de outubro. Fui o único preso pela *Oban*, naquele período, torturado no DEOPS, e pessoalmente pelo delegado Fleury".

No relato, muitas vezes tendencioso do jornalista policial do *Jornal da Tarde*, Percival de Souza, sobre o delegado Sérgio Paranhos Fleury, segue-se essa mesma linha de raciocínio, incriminando Paulo de Tarso. Mas também expõe a colaboração dos dominicanos após suas prisões, e sentencia que a morte de Marighella se deu dentro do carro dos freis. Tendo como fonte privilegiada os relatos de dentro da repressão, Percival de Souza fez questão de expor diversas narrativas, verídicas ou não. O *Papa*, apelido de Fleury, sentia especial prazer por ter tantos freis sendo torturados e traçando suas ligações com Carlos Marighella.

Já para Gorender, citando as recentes descobertas no arquivo do DEOPS de São Paulo,

> "[...] a pá de cal veio com o conhecimento do plano do DEOPS paulista para a captura de Marighella na noite de 4 de novembro, documento incluído numa exposição do Arquivo do Estado e fotografado pela revista *Isto é*. Sob o título 'Missão', o primeiro item do plano determina (*ipsis litteris*):
>
> 'Aguardar a entrada de Marighella no carro dos padres; acionar os outros, dar voz de prisão'.

> O plano do DEOPS, só agora tornado público, determinava que os policiais esperassem a entrada de Marighella no fusca dos dominicanos. Com as próprias pernas. Ou seja, ao vivo. Que mais precisa comentar?" (Gorender, 1998, p. 199).

Sobre Paulo de Tarso, o mesmo historiador diz que

> "[...] reportagens de jornais e revistas da época atribuíram a Paulo de Tarso Venceslau, membro da Coordenadoria Regional da ALN, a delação acerca da ligação de Yves com Marighella. Uma nota oficial do general Viana Moog, então Secretário da Segurança Pública, também mencionou Paulo de Tarso como fornecedor desta informação ao DEOPS. Na entrevista comigo, Paulo de Tarso negou a acusação. Admitiu apenas que, num apartamento onde residia, os policiais encontraram seu talão de cheques com anotação do telefone do convento da Rua Caiubi. Sobre a ligação de Yves com Marighella, devo esclarecer que não encontrei nenhuma prova contra Paulo de Tarso Venceslau" (Gorender, 1998, pp. 198-199).[78]

Em 1995, o *Jornal do Brasil* publicou duas matérias sobre as descobertas no arquivo do DEOPS paulista. A primeira, no dia 11 de janeiro, tem a seguinte manchete: "Relatório diz que esquerda traiu Marighella" (p.5). Na reportagem, o jornalista Fabrício Marques relatou que a documentação localizada no arquivo isenta os dominicanos e atribui à esquerda, nas figuras de Venceslau e Almada, as informações que a polícia usou para a emboscada que assassinou Marighella. No dia seguinte, o mesmo jornal traz uma matéria feita com a companheira de Marighella à época de sua morte, Zilda Xavier Pereira, que contesta o documento encontrado no DEOPS, testemunha a favor de Venceslau e critica os frades dominicanos.[79]

Mesmo que distante da temática central deste capítulo, é importante, contudo, um parêntese aqui, sobre as conseqüências desse episódio na vida de Paulo de Tarso. Isto se faz necessário porque, a seguir, a questão da delação em tortura irá retornar. Além do que, o tema foi aqui abordado pelo fato de Betto estar envolvido no episódio e com o jornal.[80]

---

[78] Sobre Carlos Marighella existe uma coletânea de artigos em que também se encontram textos de Frei Betto, Jacob Gorender, entre outros. Cf. Nova, Cristiane e Nóvoa, Jorge (orgs.), *Carlos Marighella: o homem por trás do mito* (São Paulo, Ed. UNESP, 1999).

[79] *Jornal do Brasil*, 12/1/1995, p. 5.

[80] Izaías Almada reproduz, na introdução do seu livro *Uma questão de imagem* (São Paulo, Época Atual, 1995), uma carta sua ao *Jornal do Brasil* que não foi publicada, impedindo o seu direito de resposta.

Experiência das mais difíceis de serem remexidas, o que se falou sob tortura divide opiniões ainda hoje. Em *Batismo de sangue*, a responsabilidade pela morte de Marighella parece estar nas declarações de Paulo de Tarso, em detrimento da participação dos freis quando presos. O que está em jogo, neste episódio, é uma polêmica que periodicamente retorna: a de responsabilizar um torturado por alguma informação que teria passado à repressão sob tortura. Segundo este raciocínio, o torturado que *abriu* tem uma dor física e uma culpa imposta.[81]

Feita esta observação, sabe-se que com a prisão dos dominicanos e a morte do líder da ALN, houve a detenção de uma centena de militantes, muitos deles ainda jornalistas da *Folha da Tarde*. Para Rose Nogueira, que havia recém dado à luz, um horror também foram os dias que se seguiram ao episódio das prisões, com depoimentos, interrogatórios, torturas. Assim,

> "[...] o leite que tirava do seio ainda insistia em vazar, e minha blusa cheirava a azedo. A febre aparecia todo dia. [...] Dias depois [vieram] me buscar para depoimento. Empurrava-me pela escada, enquanto gritava: 'vai, *miss* Brasil! Sobe a escada logo, sobe!'
>
> *Miss* Brasil era o nome de uma vaca leiteira que havia sido premiada. E na sala para onde me levou, chamava os outros: 'Olha a *miss* Brasil, pessoal! Tá cheia de leite! É a vaca terrorista!'. Eles riam e me beliscava nas coxas, nas nádegas.
>
> [...] Numa mesinha tinha uma latinha retangular com seringas. Preparou a injeção. O tira segurava meu braço. [...] O homem aplicou a injeção na coxa, na parte da frente, ainda com as marcas roxas dos beliscões. O leite secou logo. Fui para o Tiradentes sem ele".

Luís Roberto Clauset, Carlos Penafiel, entre muitos outros, também estavam presos no Tiradentes. Penafiel ficou na mesma cela onde "residiu" Monteiro Lobato, em uma outra ditadura brasileira... Depois foi transferido, com mais trinta presos, para o Carandirú, onde "cada um de nós ficou numa solitária por 5 meses". Clauset ficou um ano e meio no Tiradentes, saindo em maio de 1971, e Rose, em julho de 1970, tendo permanecido oito meses no mesmo presídio. Só vão conviver com o único filho do casamento dos dois depois

---

[81] Todo esse momento marcou Paulo de Tarso até hoje e, pior, tirou dele a possibilidade de ser incluído na lista dos militantes trocados pelo embaixador alemão. Isso fez com que ele tivesse um período terrível na cadeia. Além das torturas pavorosas por ter realizado o seqüestro do embaixador americano, já que a repressão tinha ódio dos que participaram dessa ação, ele também foi segregado por um bom tempo pelos outros presos. Durante a feitura da lista de presos a serem libertos em troca do embaixador alemão, a própria ALN não contemplou Paulo de Tarso. Assim como Cláudio Torres, nesse mesmo seqüestro, também não foi retirado do cárcere, o que comprometeu sua vida. (Agradeço a Denise Rollemberg pelo contato com Paulo de Tarso, e a Alípio Freire e Marcelo Ridenti por me ajudarem a localizar Izaías Almada).

desse tempo. Quando deixam a prisão, o panorama é muito diferente. A própria *Folha da Tarde*, desde 1° de julho de 1969, passou a ter um perfil diverso daquele que Miranda Jordão para lá levou no longínquo ano de 1968.

Ambos responderam ao processo contra os militantes da ALN presos. Para Clauset, sua vinculação consciente acontece depois da experiência do cárcere, o divisor temporal da sua vida. Durante seu julgamento, em 1971, Rose foi demitida da revista que trabalhava. Sua foto saiu no *Estadão*, e o editor disse que não sabia ter uma terrorista entre os colaboradores.

Mais de duas décadas haviam se passado, quando no fim dos anos de 1990, Rose Nogueira voltou aos arquivos da *Folha de S. Paulo* para coletar material e escrever um artigo sobre sua experiência no Tiradentes. Qual não foi sua surpresa ao constatar que na sua ficha funcional havia uma anotação no alto, em letras garrafais, que dizia ABANDONO. Para a empresa, a jornalista abandonou o emprego em 9/12/1969. Mas Rose se indaga,

> "[...] por que esta data, 9 de dezembro? Ela coincide exatamente com o período mais negro, já que eles me 'esqueceram' por um mês na cela.
> Como é que eu poderia abandonar o emprego, mesmo se quisesse? Todos sabiam que eu estava lá, a alguns quarteirões, no prédio vermelho da Praça General Osório. Isso era — e continua sendo — ilegal em relação às leis trabalhistas e a qualquer outra lei, mesmo na ditadura dos decretos secretos. Além do mais, nesse período, caso estivesse trabalhando, estaria em licença-maternidade" (Freire, Almada e Ponce, 1997, p. 151).

Rose Nogueira, meses antes de toda essa reviravolta, ainda estava na redação da *Folha da Tarde* quando, no início de julho, o jornal mostrou a que viria. Penafiel sublinhou que depois de Pimenta Neves e do *prata da casa*, houve um terceiro editor responsável,

> "[...] que andava com uma capanga armada pela redação, e fomos todos demitidos. A linha do jornal tinha mudado completamente, a ponto de que quando fui demitido por motivos políticos, junto com 8 colegas, em agosto de 1969, de toda a antiga equipe não restava mais ninguém".

Ninguém é uma palavra radical demais: uma pessoa permaneceu nas duas redações, nesses dois momentos da *Folha da Tarde*. As férteis lembranças de Tonico Ferreira recordaram-se de um jornalista que foi um dos poucos, se não o único, da redação pré-AI-5

que ficou depois da saída de Miranda Jordão, de Antônio Pimenta Neves ou mesmo do França.[81] Sintonizado com os novos tempos do jornal,

> "[...] o repórter de polícia era um menino com o rosto cheio de espinhas, magrinho, alto, com nome estranho e hoje mais gordo e famoso: Afanásio Jazadji. Era o período de maior atuação do Esquadrão da Morte, do delegado Fleury. A cobertura das execuções do Esquadrão sustentavam o noticiário policial. Lembro que o Afanásio gostava de sair nas fotos junto com policiais, posando ao lado dos corpos dos bandidos 'achados' mortos — os 'presuntos' no jargão policial da época".

Portanto, o repórter de polícia e ex-deputado estadual pelo PDS/SP, Afanásio Jazadji, nascido no bairro da Mooca, em 1950, iniciou-se no jornalismo com dezesseis anos, escrevendo na *Gazeta da Mooca*. Nessa mesma época, tornou-se repórter da seção de "Geral" da *Folha da Tarde*. Com o surgimento do "Esquadrão da Morte", foi deslocado para o setor de Polícia.[82]

A partir de julho de 1969, com o fim dessa redação iniciada em outubro de 1967, o jornal, como disse Abramo, torna-se sórdido. Nesse contexto, o papel desempenhado pelo grupo Folha da Manhã durante os anos de 1970 recebe muitas críticas. Para Freire, Almada e Ponce (1997, p. 42),

> "[...] a imprensa, censurada aqui e ali, não oferecia resistência mais séria ao governo quando se tratava das organizações de esquerda revolucionária. E aqui distinguimos muito bem os jornalistas dos donos de jornal. É preciso que se diga, a bem da verdade, que muitos jornalistas arriscaram seus empregos e mesmo a vida, enviando notícias para o exterior e passando algumas informações apesar da censura. Jornais, como a *Folha de S. Paulo*, transformaram-se em porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices de algumas ações".

Neste sentido, são graves as acusações contra o Grupo. E, ao que parece, a arbitrariedade imposta pelo governo dos decretos secretos e da tortura, eram corroboradas, de forma colaboracionista, pelos "jornalistas" dessa outra *Folha da Tarde*. Pelo foco do

---

[81] O jornalista Antônio Aggio Jr., que foi o responsável pelo jornal de julho de 1969 a maio de 1984 lembrou que França era o apelido de Francisco de Celio César (entrevista à autora, em 7/7/1999).

[82] Em 1973, começou na Rádio Jovem Pan, como repórter policial. Ficou seis anos na Rádio Globo, no "Patrulha da Cidade", e desde 1984 está na Rádio Capital com o programa "Plantão de Polícia". Em 1986 foi eleito deputado estadual pelo PDS/SP, tendo obtido a maior votação para deputado estadual no Brasil naquele pleito.

jornalista Antônio Carlos Fon,[83] é possível puxar um fio dessa trama. Ao refletir sobre a experiência da tortura no Brasil dos anos de 1960 e 1970, Fon entrelaçou o assassinato do empresário Henning Albert Boilesen à trajetória da *Folha da Tarde* pós-julho de 1969. Assim, para compreender as transformações que ocorreram no jornal e no Brasil pós-AI-5, é oportuna essa análise.

Nas reflexões de Fon, tem-se nas incertezas geradas nos grupos arrecadadores de dinheiro para financiar a repressão o

> "[...] temor compreensível, já que além de matarem o industrial Henning Albert Boilesen, os grupos de extrema esquerda destruíram vários carros distribuidores de um grupo jornalístico paulista que, depois de entregar a direção de um de seus jornais a elementos ligados aos órgãos de segurança, cedeu automóveis para serem utilizados pelos agentes do CODI-DOI" (Fon, 1979, p. 57).

Os fatos referidos acima se referem aos carros do Grupo Folha da Manhã, que foram incendiados por militantes de esquerda nos dias 21/9/1971 e 25/10/1971. Essa ação era uma represália, já que as esquerdas armadas acusavam o Grupo de ceder esses automóveis ao DOI-CODI. Esse disfarce possibilitava, segundo os militantes, que a polícia montasse emboscadas, prendendo ativistas.[84] Ao que tudo indica, há uma ligação que aproxima as alterações na estrutura da *Folha da Tarde* do novo panorama político pós-AI-5. Além do que, segundo Aton Fon Filho, em carta à revista *Teoria & Debate*,

> "[...] a própria *Folha da Tarde* já estava havia muito submetida à orientação do DOI-CODI, fazendo a guerra psicológica e propaganda contra a guerrilha, sem que qualquer ação militar tivesse sido desenvolvida contra ela. Não que não houvesse vontade de realizá-las. Esta surgia de cada mentira, a cada infâmia, a cada vez que a *Folha da Tarde*, na condição de porta-voz oficioso do DOI-CODI, anunciava como fuga ou morte em combate o que na realidade fora o assassinato de um companheiro".[85]

---

[83] Fon, Antônio Carlos, *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (2ª ed., São Paulo, Global, 1979).

[84] Uma foto desse episódio encontra-se no livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio* (2ª ed., Brasília, Editerra Editorial, 1987, p. 225), onde se lê: "incêndio em veículos das 'Folhas de S. Paulo', rua Benedito Calixto, Pinheiros (ALN)". No carro que está carbonizado vem escrito: *Folha da Tarde*. A foto de um outro carro, inscrito *Folha de S. Paulo*, foi reproduzida também n *Caderno de imagens* dessa tese. Na parte II desse capítulo, uma reflexão mais apurada desse episódio.

[85] Fon Filho, Aton, "A publicidade da *Folha*", *Teoria & Debate*, jul./ago./set., 1997, p. 78.

Acusa-se o jornal, e a empresa Folha da Manhã, de algo extremamente sério: ter sido entregue à repressão como órgão de propaganda, enquanto papel, tinta e funcionários eram pagos pelo Grupo. Ratificando essa idéia, o deputado federal José Dirceu (PT/SP) e ex-militante do Molipo, declarou, durante sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem ao Grupo Folha, em 22/2/2000, que

> "[...] a *Folha da Tarde*, jornal já extinto que pertenceu ao grupo, 'reproduziu um noticiário ao agrado da ditadura militar. É preciso fazer uma revisão histórica da participação do Grupo Folha naqueles anos, particularmente da *Folha da Tarde*'" (*Folha de S. Paulo*, 23/2/2000).

Neste sentido, buscando um perfil desse periódico, muitos se atribuem a criação da célebre frase que definiu a *Folha da Tarde* a partir de julho de 1969. O jornal era tido como "o de maior tiragem", devido ao grande número de policiais que compunham a redação no pós-AI-5. Por isto, muitos também a conheciam como "delegacia". Um desenho desse quadro de "jornalistas" e da trajetória da *Folha da Tarde* de 1º de julho de 1969 a 7 de maio de 1984 deve começar pelo destrinçar da morte de Boilesen.

Caderno de imagens

Blocos 3 e 4

BLOCO 3

Figura nº 13: Confronto dos alunos da Mackenzie, envolvidos com o CCC, com os da USP na Rua Maria Antônia, no dia 3/10/1968. Esta foto, feita pela fotógrafa Makiko Yshi para a *Folha da Tarde*, foi publicada no dia seguinte e mostra os alunos da Mackenzie apontando uma arma em direção à fotógrafa.
Acervo: Agência Folhas.

FOLHA DE S. PAULO

CONGRESSO DA UNE: TODOS PRES

SP: TERRORISTAS MATAM MILITAR DOS E

Figura nº 14: As duas grandes manchetes do dia 13/10/1968: os estudantes presos no 30º Congresso da UNE e o assassinato do capitão norte-americano Charles Rodney Chandler.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 15: Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, e o locutor Alberto Curi, durante a leitura do Ato Institucional nº 5. Rio de Janeiro, 13/12/1968.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

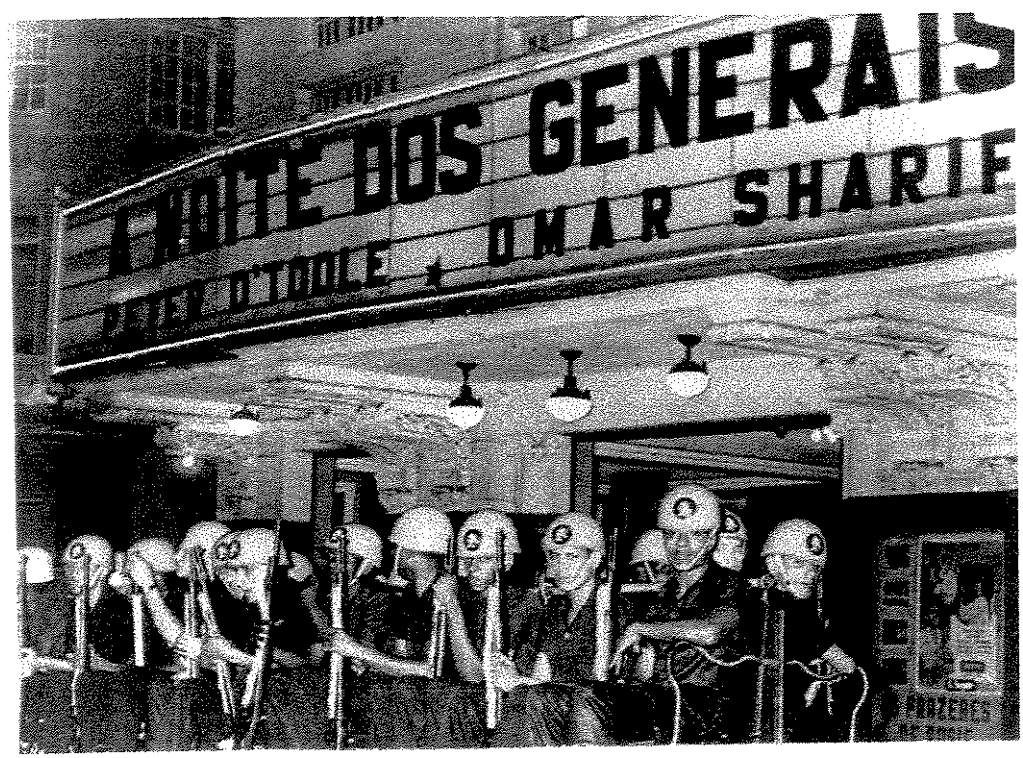


Figura nº 16: Fachada do Cine Odeon: "A noite dos generais". Rio de Janeiro, s/d.
Acervo: *Correio da Manhã*/AN.

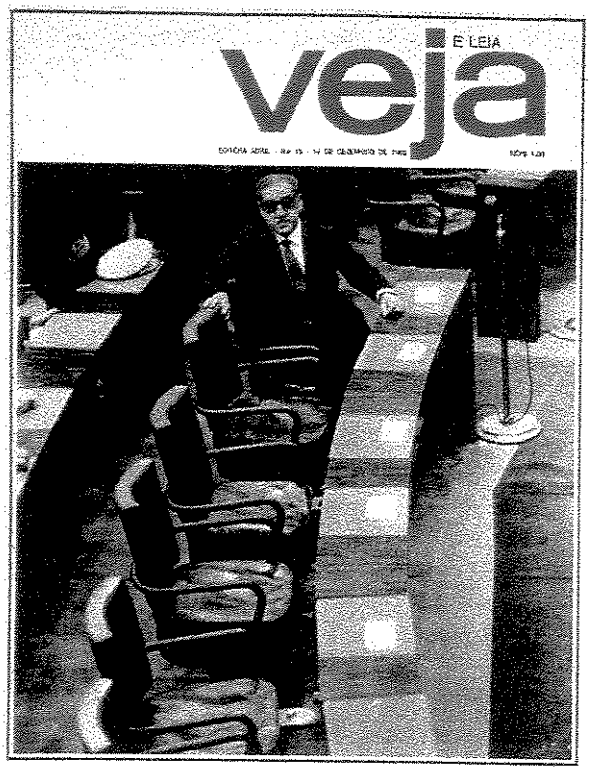


Figura nº 17: Capa da revista *Veja* de 18/12/1968. O ministro da Guerra do governo Castello Branco e futuro presidente da República, Costa e Silva, em visita à Câmara dos Deputados com o plenário vazio. A foto de capa coincidiu com a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso. Parte dessa edição foi apreendida.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

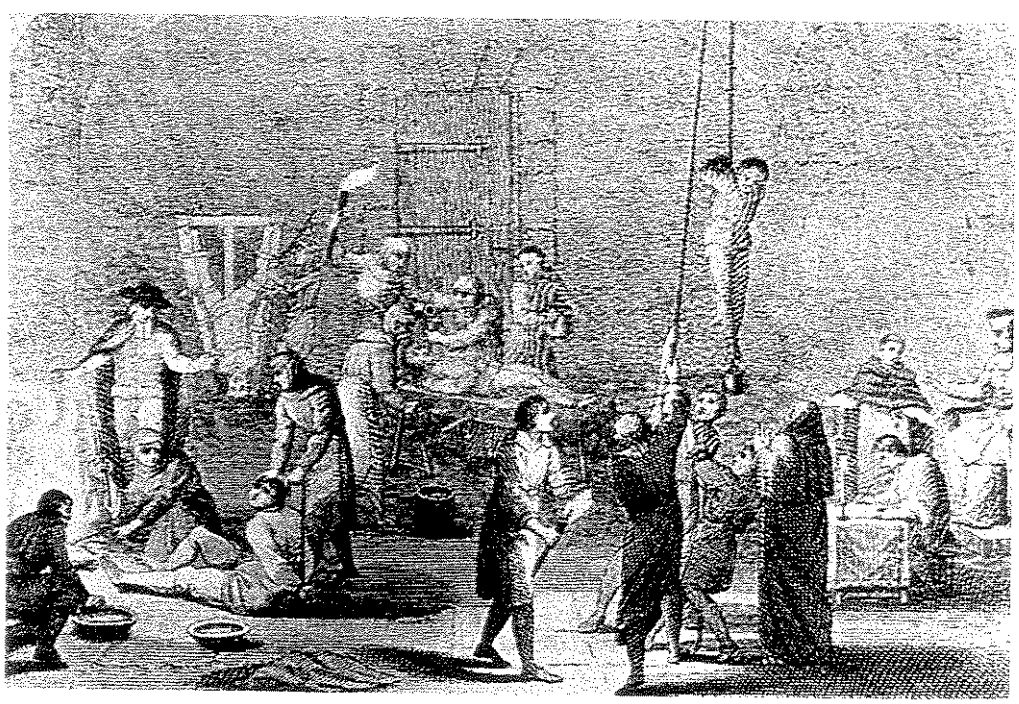


Figura nº 18: Capa da revista *Veja* de 10/12/1969, sobre a tortura, cuja edição foi apreendida.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

BLOCO 4

Figura nº 19: Grupo de militantes da VPR que se arrependeu diante das câmeras da TV. Da esquerda para a direita: Rômulo Augusto Romeiro Fontes, Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho, Marcos Vinício Fernandes dos Santos e Gilson Teodoro de Oliveira. São Paulo, sede da Secretaria de Segurança Pública, 21/4/1970.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

Figura nº 20: Massafumi Yoshinaga, militante da VPR que se teria entregado às autoridades militares e se arrependido publicamente de seus atos. São Paulo, 1/7/1970.
Acervo: Arquivo/AE.

Figura nº 21: Celso Lungaretti, militante da VPR preso, também renegou seus atos em uma declaração assinada na 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, em 8/7/1970, e foi à TV no dia seguinte. A foto é do seu depoimento no Supremo Tribunal Militar. Rio de Janeiro, 17/11/1970.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 22: Caminhonete do jornal *Folha de S. Paulo* incendiada por militantes das esquerdas armadas. São Paulo, 21/9/1971. Publicação em 22/9/1971, p. 6.
Acervo: Agência Folhas.

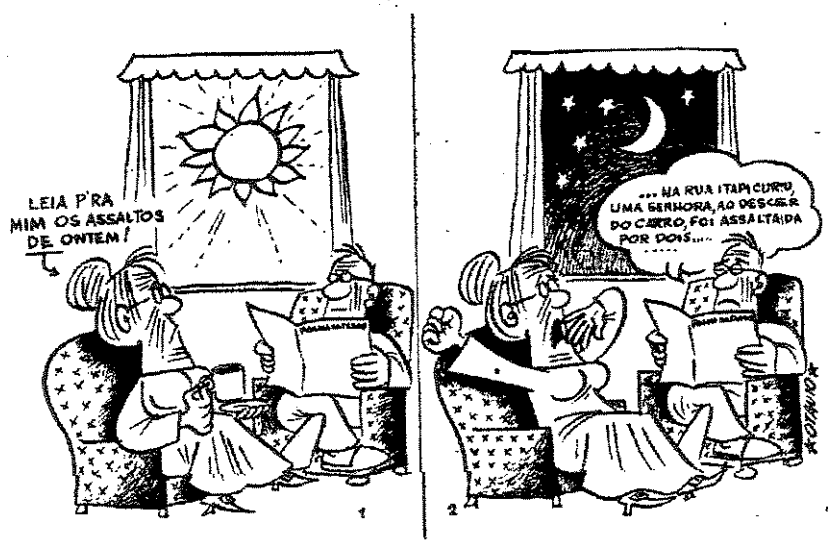


Figura nº 23: *Charge* de Otávio, *Folha da Tarde*, São Paulo, 3/9/1971. A manchete do dia era o assalto à Clínica Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, por militantes de esquerda. Esses desenhos eram o editorial do jornal.
Acervo: Agência Folhas.

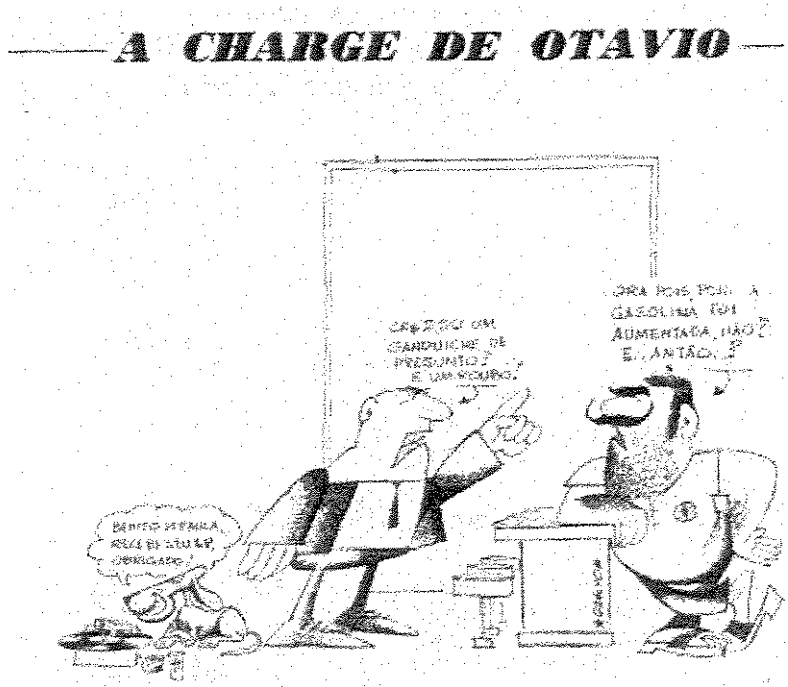


Figura nº 24: *Charges* de Otávio, *Folha da Tarde*, São Paulo, 4/9/1971. A manchete do dia era a identificação dos militantes envolvidos no assalto à clínica no Rio de Janeiro. Esses desenhos eram o editorial do jornal.
Acervo: Agência Folhas.

FOLHA DA TARDE

São Paulo, quarta-feira, 8.9.1971 – Nº 3.354 – Diretor-Presidente: Octávio Frias de Oliveira – Administração e oficinas: Al. Barão de Limeira, Nº 425 – Cr$ 0,40

AMOR, FÉ E ORGULHO!
PARA SEMPRE BRASIL!

Figura nº 25: Primeira página da *Folha da Tarde*, um dia após as paradas militares pelo dia da Independência. São Paulo, 8/9/1971.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 26: Coronel Antônio Lepiane (à esquerda) e seu afilhado, Antonio Aggio Jr., editor-chefe da *Folha da Tarde*, do grupo Folha da Manhã, durante comemoração do aniversário do jornal. São Paulo, s/d.
Acervo: Agência Folhas.

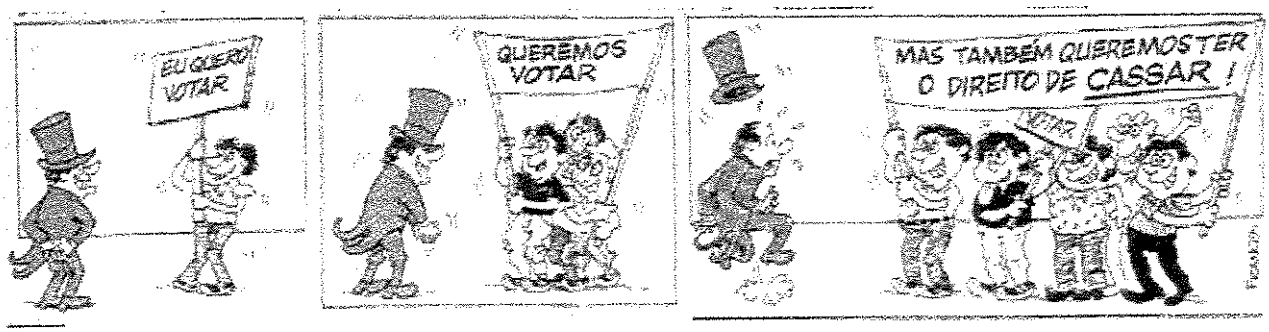


Figura nº 27: *Charges* publicadas na *Folha da Tarde*, dias antes de o jornalista Antônio Aggio Jr. deixar o jornal. São Paulo, 4/5/1984.
Acervo: Agência Folhas.

AO LEITOR

A partir de amanhã, a FOLHA DA TARDE aparecerá nas bancas sob a direção e responsabilidade de um novo editor, após haver conseguido — entre tantos que já havia alcançado — um novo recorde na História de nossa imprensa: quinze anos com a mesma linha editorial, mantida pela mesma equipe de Redação. Nossa circulação e economia resultam num jornal rentável e na posição de um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Mas, exercendo seu direito, a Empresa Folha da Manhã S.A., proprietária da FT, resolveu adotar a mudança. Nossos êxitos nestes quinze anos de luta somente foram possíveis graças à fidelidade de você, querido leitor, ao seu jornal. Meus votos de despedida são de que a FOLHA DA TARDE possa continuar a merecer a sua confiança e o seu apoio. E a você eu dirijo meu mais profundo e emocionado agradecimento, porque, como disse em meu artigo de sexta-feira última ("Plebiscito e Referendo, Instrumentos de Salvação Nacional"), você é a razão de existirmos intelectual e profissionalmente. E estendo este agradecimento à aguerrida equipe da FT, que sempre praticou a lealdade acima de tudo.

Antônio Aggio Junior

Figura nº 28: Nota de despedida publicada na *Folha da Tarde*, no último dia em que foi dirigida pelo jornalista Antônio Aggio Jr. São Paulo, 7/5/1984.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 29: Fax que me foi enviado pelo jornalista Antônio Aggio Jr., no dia seguinte da nossa entrevista. São Paulo, 9/7/1999.

Figura nº 30a: Seleção de algumas primeiras páginas da *Folha da Tarde* nos anos 1960 e 1970. Elas fizeram parte do último número do jornal, que circulou dia 21/3/1999.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 30b: Seleção de algumas primeiras páginas da *Folha da Tarde* nos anos 1970 e 1980. Elas fizeram parte do último número do jornal, que circulou dia 21/3/1999.
Acervo: Agência Folhas.

Os policiais

"Perdoem a cara amarrada
Perdoem a falta de abraço
Perdoem a falta de espaço
Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos
Perdoem a falta de abrigo
Perdoem a falta de amigos
Os dias eram assim

Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias eram assim

E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim

E quando largarem a mágoa
E quando lavarem a alma
E quando lavarem a água
Lavem os olhos por mim

Quando brotarem as flores
Quando crescerem os frutos
Digam o gosto pra mim"[1]

(Ivan Lins e Vítor Martins, *Aos nossos filhos*)

[1] "Aos nossos filhos", de Ivan Lins e Vítor Martins, música cantada por Elis Regina, é a trilha sonora do vídeo-documentário "15 filhos", de Marta Nehring e Maria Oliveira, que narra o depoimento de filhos de militantes políticos de esquerda na ditadura pós-1964. Uma dessas narrativas é a de Ivan Seixas, que resumiu aqueles anos nestes versos.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCU

1. Legalizando mortes por tortura

No ano de 1970, além das glórias do esporte, também despontaram as declarações do ministro da Educação do governo Médici, coronel Jarbas Passarinho*, sobre a participação de universitários nos atos de guerrilha urbana; as informações do general Antônio Carlos da Silva Muricy* sobre os presos políticos; e a denúncia da Comissão Internacional de Juristas à OEA# sobre a violação de direitos humanos no Brasil, seguida, meses depois, da condenação, pelo Papa Paulo VI, das práticas de violência e tortura no país.

Nesse mesmo período, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid*, também conheceu a ira dos manifestantes na Alemanha, que protestaram contra a ditadura civil-militar aqui instalada. A imagem de um Brasil democrático, onde não havia tortura e desrespeito aos direitos humanos, tão acalentada pelos "donos do poder" na época, veio por terra no início de outubro, obrigando o ministro Buzaid a retornar mais cedo de sua visita oficial a alguns países europeus.[2]

Nesse mesmo ano de 1970, a repetição de um ato quebrou essa falsa imagem harmônica construída. Resgatando do cárcere militantes que sofriam bárbaras violências, as esquerdas armadas seqüestraram, em 11 de março, o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi; em 11 de junho, o embaixador alemão no Rio, Ehrenfried von Holleben; e em 7 de dezembro, o embaixador da Suíça, Giovani Enrico Bucher. Acrescido de um primeiro seqüestro — o do embaixador americano no Rio, Charles Elbrick, em 4/9/1969. As negociações desses quatro episódios libertaram um total de 134 presos políticos. Noticiados

---

* Com o intuito de retirar do texto notas muito extensas, nomes e siglas que recebem um asterisco ao longo do corpo da tese possuem pequenos verbetes sobre eles, no item *Anexo*.

Ver lista de siglas.

2 *Jornal do Brasil*, 4/10/1970, p. 4. Para preparar sua viagem a alguns países da Europa, o ministro enviou o jornalista do *Jornal da Tarde*, Lenildo Tabosa Pessoa*, conhecido por seu catolicismo e colaboração com a repressão, para agendar contatos na imprensa. Em um relatório da DSI, sabe-se que a imprensa católica italiana "mostrou-se pouco sensível a qualquer contato ou entendimento, a fim de esclarecer a situação brasileira". Restou a Buzaid, em Roma, conversar de forma protocolar com o presidente do Senado, e com Dom Eugênio Salles e Humberto Monzzoni, Núncio Apostólico (DIS/MJ em depósito no AN/RJ).

nos rádios e TVs do país e de todo o mundo, era impossível negar os acontecimentos vividos.[3]

As cenas que aqui interessam aconteceram tanto no ano de 1970, como no seguinte, trazendo o clima de "caça às bruxas" que o governo do general Médici instaurou contra a luta armada dos movimentos de esquerda. No dia 16 de abril de 1971, duas pessoas foram presas pelos agentes do DEOPS paulista. Um rapaz de 16 anos e seu pai estavam "cobrindo um ponto" e *caíram*. Eles pertenciam ao grupo MRT*, de militância operária, atuante na Grande São Paulo e vinculado à Frente Armada,[4] formada naquele mesmo ano.

Teobaldo, ou Ivan Seixas, e seu pai, Joaquim de Alencar Seixas,* o *Roque*, estavam há oito meses em São Paulo, vindos do Sul. Foram presos no número 9000 da Estrada do Vergueiro e levados para a *Oban*, localizada na Rua Tutóia, nº 721, às 10 horas da manhã, em uma algema única Suas prisões decorreram da *queda* de um outro militante, que *abriu o ponto*.[5]

Existem três versões para o que aconteceu quando da prisão de Ivan e seu pai. A primeira, que se encontra nos prontuários de ambos, no material do DEOPS paulista, diz que durante o interrogatório, Joaquim (ou *Roque*) resolveu colaborar com a repressão e contou onde se daria o próximo encontro. Levados ao local, *Roque*, mesmo algemado, teria ferido o motorista do camburão da polícia e fugido. Uma outra caminhonete, guiada por militantes de esquerda, teria atirado na viatura policial e atingiram *Roque*, que rolou por uma ribanceira ferido, morrendo ao ser conduzido por policiais ao hospital. O *aparelho* de Joaquim fora descoberto, e neles foram encontradas armas e munição do grupo.

---

[3] Alguns militantes fazem uma releitura do seqüestro do primeiro embaixador, o americano, em 1969. Atualmente, para alguns deles, essa foi uma opção contrária às diretrizes propostas por Carlos Marighella para a ALN. Segundo eles também a conseqüência dessa ação armada foi uma violenta resposta das forças de repressão, que vão aniquilar as organizações de luta armada até meados de 1974.

[4] Formada pela ALN, VPR, o MR-8, e o PCBR.

[5] Agradeço a Ivan Seixas por seu depoimento em 6/7/1999. Ao se ter como fonte o relato de presos políticos, uma questão sempre aparece: o limite do que se falou sob tortura. Uma porta para adentrar à temática é resgatar o debate travado entre os deputados federais do PT de São Paulo, José Genoíno, e do PPB/RJ, Jair Bolsonaro, nas páginas da *Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 2000. Bolsonaro, ao acusar Genoíno de delatar sob tortura ao ser preso em 1972 no Araguaia, trouxe novamente à baila a problemática. Dias depois, o jornal carioca *O Globo* (13/2/2000) publicou uma entrevista com Genoíno, que analisou essa dor. Para ele, essas são "marcas de um conflito que vivemos na prisão, em que o ser humano se divide em dois: a consciência quer uma coisa e o físico outra. E, nesse fio de navalha, administramos o que podemos falar e o que não podemos. Fala-se o que não vá prejudicar diretamente os companheiros, que não ajude a localizá-los. Outras informações você acaba

A segunda versão, narrada por Ivan, é de que ao serem presos e levados para a *Oban*, no dia 16 de abril, foram torturados por todo aquele dia. As sessões de tortura, executadas por vários militares, entre eles o comandante da *Oban*, o major Ustra, e o delegado David dos Santos Araújo, o "Capitão José Lisboa",[6] realizaram-se com o pai na "cadeira do dragão" e ele no "pau-de-arara". Pai e filho viram a tortura um do outro e Joaquim nada falou que pudesse entregar seus companheiros de luta. À noite, Ivan "abriu seu endereço e levou os policiais à sua casa", onde a mãe e duas irmãs ainda se encontravam. Elas foram removidas para a Rua Tutóia e colocadas em uma sala embaixo de onde *Roque* estava sendo torturado, ouvindo seus gritos por toda a noite e o meio do dia seguinte. Ivan foi novamente torturado e, depois conduzido por policiais a rodar pela cidade. Na manhã seguinte, dia 17, os agentes da repressão receberam, por rádio, a ordem cifrada de matá-lo. Antes de executar a ação, pararam em um bar para tomar um café. Na banca de jornal, Ivan leu a terceira versão para o ocorrido, que estava na manchete do jornal *Folha da Tarde*, e que dizia

> "Morto o assassino do industrial Boilesen — agindo com rapidez, os órgãos de segurança interna identificaram, ontem, um dos participantes do assassinato do industrial Henning Boilesen: trata-se de Joaquim de Alencar Seixas, vulgo '*Roque*', pertencente à organização subversiva denominada MRT. '*Roque*' reagiu violentamente à ordem de prisão e morreu na troca de tiros com os policiais. Em seguida, foi localizado o 'aparelho', e, neste, vultuosa quantidade de material subversivo, armamentos e bombas".[7]

Nesse momento, a primeira e a terceira versões para o fato se cruzam, e parte da primeira também foi exposta na manchete dessa gazeta. O jornal *Folha da Tarde*, como os demais órgãos de imprensa do país, recebia notas oficiais sobre todos os fatos que deveriam

---

administrando... O ser humano anda no fio da navalha para administrar, na sua consciência, o que pode e o que não pode falar num processo em que é dominado inteiramente, física e psicologicamente. O duelo é terrível" (p. 9).

[6] Anos mais tarde, no primeiro semestre de 1991, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Câmara de Vereadores de São Paulo, sobre as ossadas encontradas no cemitério de Perus, o Capitão e Ivan fizeram uma acareação, quando o primeiro negou conhecê-lo, mas disse ter interrogado seu pai, Joaquim, vinte e quatro horas depois de sua prisão. Só que oficialmente, Joaquim morreu ao ser preso.

A respeito do Capitão, na biografia de Percival de Souza sobre Fleury, relata-se que era delegado de polícia, chefe da equipe B do DOI-CODI. Seu nome aparece em várias relações como torturador. Era o terceiro nome da lista de homens da repressão a serem executados, conforme o material apreendido e que foi organizado pela ALN endossado pela VPR. Para Souza, disse que sua equipe era de buscas e não de interrogatórios (Souza, 2000, p. 63).

[7] *Folha da Tarde*, 17/4/1971, p. 1.

ser divulgados, inclusive as capturas, e eventuais mortes, efetuadas pela repressão político-policial.[8] A singularidade da *Folha da Tarde* era tornar esse informe uma verdadeira matéria jornalística. Tem-se a impressão, ao ler, que havia um jornalista desse periódico cobrindo o fato.[9]

Assim, no dia 16 de abril de 1971, um dia depois do assassinato do dinamarquês Henning Albert Boilesen, os principais jornais do país traziam manchetes sobre a morte deste industrial. O jornal carioca *O Globo*, com foto do morto e mapa da ação, trazia em letras garrafais: "TERROR METRALHA INDUSTRIAL PELAS COSTAS EM SÃO PAULO". A associação das atividades da esquerda armada com a idéia do terrorismo permanece em todas as matérias sobre o caso. O *Jornal do Brasil* também afirmava que "Henning começou a ser metralhado pelas costas", e no seu editorial, sob o título de "Revoltante e Estéril", diz

> "O crime foi friamente premeditado. [...] Nada justifica o ato selvagem que um punhado de fanáticos planejou e calculadamente executou. [...] Moralmente, portanto, ninguém poderá aplaudir o que foi levado a efeito em São Paulo. [...] O homicídio em si é estúpido. Como ato destinado a promover conseqüências de ordem política ou social, só pode ser negativo. [...] A subversão disse ontem, a bala, com o sacrifício de uma vida humana, que pretende levar mais longe um programa terrorista que começou por seqüestrar aviões e representantes diplomáticos. A opinião pública exprime a sua repulsa a esse jogo de violência e, conseqüentemente, apóia as autoridades que tratam de coibir a sana homicida de fanáticos que, em nome de uma pretensa e caricata justiça, assalta, rouba e mata. Nada, absolutamente nada, justifica o hediondo crime ontem friamente perpetrado em São Paulo. Ele é uma nódoa indelével, uma afronta à nação, uma advertência trágica e uma insanidade que enjoa e revolta".

---

[8] A história da prisão de Ivan Seixas e de seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, também foi narrada em um artigo de Fábio Konder Comparato, "Ética política e honra militar" (*Folha de S. Paulo*, 8/7/1997, p. 3), e posteriormente transcrito no livro organizado por Janaína Teles, *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* (São Paulo, Humanitas, 2000). Acerca de sua experiência na clandestinidade e da relação com o pai, Ivan Seixas escreveu um ensaio biográfico intitulado "A vida clandestina" (*in* Kushnir, Beatriz, (org.), *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago, no prelo).

[9] Um outro exemplo de publicações de nota oficial sobre a morte de um militante pode ser encontrada na narrativa do falecimento de Norberto Nehring*. A revista *Veja* publicou uma pequena referência, copiando, certamente, a versão divulgada pelos órgãos de segurança. No arquivo do DEOPS/SP, encontra-se uma nota à imprensa, assinada pelo delegado Romeu Tuma, confirmando a versão oficial de suicídio que foi divulgada pelo semanário. A revista infelizmente "embarcou" nessa versão oficial e sublinhou que Norberto havia sido abandonado pela sua organização, o que justificava seu desespero e suicídio. Infelizmente, contudo, pesava muito a idéia de que, se "deu no jornal, então é verdade" (Miranda e Tibúrcio, 1999, pp. 50-53; Dossiê dos Mortos e Desaparecidos,1996, pp. 88-91).

N'*O Estado de S. Paulo* novamente temos: "Terror mata industrial" e "Congresso repudia a ação terrorista". O *Jornal da Tarde* buscou traçar o perfil do assassinado, fazendo duas matérias: "Henning, o homem" e "Boilesen, o empresário"; e em uma terceira reportagem sentencia: "A polícia descobre a nova tática terrorista: matar". O *Correio da Manhã* também usa da mesma imagem: "Terror mata industrial", e refez um perfil do empresário, divulgando trechos do manifesto que o grupo de esquerda distribuiu no local. E assim, contesta a versão dos fatos apresentados pelos militantes, com as notas divulgadas pelo governo por meio da imprensa.[10]

No jornal *Folha da Tarde*, dois dias depois do assassinato, em 17 de abril, contudo, a reportagem ligou a prisão e morte de *Roque* ao assassinato de um empresário em São Paulo. Para o jornal, segundo as informações que as fontes oficiais lhes havia transmitido, o empresário dinamarquês, naturalizado brasileiro, Henning Albert Boilesen foi assassinado no dia 15 de abril por militantes do MRT chefiados por *Roque*. A maneira encontrada pelos órgãos de repressão para vingar a morte do empresário foi a de apresentar um morto, ligado ao grupo de esquerda e que o teria assassinado, como compensação. Assim, um dia depois do assassinato de Boilesen, os agentes da repressão prenderam *Roque* e seu filho, e noticiaram a solução do caso. O principal suspeito, entretanto, morreu oficialmente nos combates, nada podendo declarar...

[10] A dissertação de mestrado em Comunicação pela ECO-UFRJ, do jornalista João Batista de Abreu, *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil,1965-1979* (Rio de Janeiro, Mauad/EdUFF, 2000) mapeou esse episódio pelas matérias do jornal *O Globo*. Com os títulos de "Terroristas metralham industrial pelas costas", "Ato selvagem e covarde nas ruas de São Paulo" e "Lágrimas no velório", o jornal reproduz a linha desenvolvida também em alguns outros periódicos. São muito interessantes, contudo, as reflexões de Abreu quanto ao primeiro momento em que a imprensa brasileira associou essas ações armadas de esquerda ao termo "terrorista".

1.1 As muitas histórias dessa história

A morte de Boilesen, contudo, é um pouco mais complicada. Para entendê-la, é preciso dar um mergulho em narrativas como as contidas nos dois livros autobiográficos de Carlos Eugênio Paz,[11] que têm o mérito de expor a experiência da luta armada, a partir das lembranças de um ex-integrante da ALN, abrangendo o período de 1967 a 1973, contando as vivências do rapaz secundarista de dezessete anos, cujo pseudônimo era *Clemente* ou *Quelé*, nas ações de guerrilha.[12]

O autor escolheu dois assassinatos para terminar o relato do primeiro livro. Um deles é o *justiçamento* de *Mário*, apelido, no livro, de Marcio Leite de Toledo,* e a segunda e a narração do fato do dia 15 de abril de 1971. Paz conta que o personagem *Hugo*, que na verdade é Devanir José de Carvalho, cujo codinome na militância era *Henrique*, foi

> "[...] dirigente máximo do MRT [...]. Valente, solidário, um líder nato que sempre atuou no sentido da unidade da esquerda armada. Teve atuação importante na Frente Armada [...]. Devanir foi morto em abril de 1971, deixando mulher e filhos. Como represália à sua morte, a ALN e o MRT justiçaram, em 15 de abril de 1971, Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragaz, financiador da repressão política e instrutor de torturas" (Paz, 1996, p. 219).

O histórico da sua morte, contudo, começou dez dias antes, "no dia 5 de abril, por volta das 11 horas da manhã, [quando] Devanir chegou à rua Cruzeiro número 1111, bairro do Tremembé, em São Paulo, e recebeu uma rajada de metralhadora. Ferido, foi preso e levado para o DEOPS".[13] Ao comprovar a *queda*, Ivan Seixas contou aos companheiros que Devanir havia sido pego pela repressão, já que "havia furado um ponto". Com a

---

[11] Paz, Carlos Eugênio, *Viagem à luta armada: memórias romanceadas* (2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996); e *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997).

[12] Os livros de Carlos Eugênio Paz desagradaram muito uma parte das pessoas envolvidas na luta armada por expor também os justiçamentos realizados no interior da organização que ele pertencia, a ALN. Uma biografia acerca do período de militante de Paz foi escrita por Denise Rollemberg ("Clemente", *in* Kushnir, no prelo).

[13] A trajetória e morte de Devanir José de Carvalho está registrada em Miranda e Tibúrcio (1999, pp. 225-227).

confirmação, dois dias depois da prisão e do assassinato de Devanir sob tortura no DEOPS, ficou acertado que Boilesen iria morrer. Seria feito, assim, um outro *justiçamento*, já que desde janeiro de 1971 eram conhecidas as ligações do empresário com a repressão.

No início de 1971 ficou explícita a vinculação do empresário, e esse fato está narrado no primeiro livro de Paz (1996). O autor relata a informação recebida por Joaquim Câmara Ferreira, o *Toledo*[*] — dirigente da ALN após a morte de Carlos Marighella —, sobre empresas que contribuíam financeiramente para a repressão das organizações de esquerda. Como os nomes no livro de Paz são sempre apelidos e o apêndice só relaciona os codinomes de militantes mortos, fica-se sabendo que uma certa Solange, militante da ALN, foi convidada para olhar as fotos de dirigentes de empresas suspeitos de colaborar nessa "caixinha", e reconheceu Boilesen como uma pessoa que participou das sessões de tortura que ela havia sofrido (Paz, 1996, p. 177). Uma das marcas desse vínculo se confirma na existência de dois instrumentos de tortura cuja "autoria" é atribuída a ele — a pianola Boilesen e o microfone Boilesen; este produzia na pessoa uma auto-tortura, já que a própria voz comandava a intensidade do choque. Corroborando essa ligação, nas análises de Gorender sobre a criação e manutenção da *Oban* tem-se que

> "[...] uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público, a *Oban* tinha caráter extralegal. Os problemas decorrentes desta circunstância se resolveram mediante transferência de recursos de órgãos já existentes e do apelo a contribuições de grandes empresas brasileiras e multinacionais. Na coleta das contribuições se mostrou especialmente interessado e ativo o industrial Henning Boilesen, presidente da Ultragás" (Gorender, 1998, p. 171).

Na reportagem do jornalista Antônio Carlos Fon para a revista *Veja*, que posteriormente se transformou em um livro,[14] Boilesen foi apresentado como integrante do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e que em 1969 ele havia alertado alguns empresários para a necessidade de eles participarem, monetariamente, da luta pela segurança nacional. Fizeram parte dessa organização, segundo Fon, o empresário paulista Paulo Henrique Sawaia Filho — economista e ex-assessor do, na época, ministro da

[14] Fon (1979).

Fazenda, Antônio Delfim Neto — , o comandante reformado da Marinha, Hélio Viana, o ex-jornalista Robert Lentz Plassing — que segundo se supõe, era investigador da Polícia Federal e integrou o Doi/Codi, no Rio de Janeiro, onde era conhecido como Samuca —, e o coronel reformado do Exército Álvaro Galvão. Todos seriam sócios de duas empresas de consultoria, encarregadas de arrecadar e gerir os fundos para o combate à repressão, que incluía o pagamento de prêmios pela captura de militantes da esquerda. Boilesen criou também dois órgãos, o CIEx e o CIEE (centros de integração entre empresas e escolas e de empresas e o Exército, na verdade, agências captadoras de estágiários para as necessidades desses dois *locus* receptores). Chama a atenção a ligação do CIEx com apenas uma das três Armas, o Exército.

Percival de Souza relatou que o delegado-geral Walter Suppo, cuja filha casou-se com um sobrinho de Boilesen, viu o corpo metralhado do empresário, que um dia antes oferecera um jantar em sua mansão no bairro do Morumbi. Nesse jantar esteve presente, entre outros, o empresário Paulo Sawaia,

> "[...] que fazia a ponte entre empresários e industriais, e o Doi-Codi e o DOPS, possuindo em seu carro particular um rádio com a freqüência privativa dos órgãos de segurança. Sawaia, nos cifrados códigos de comunicação, era o *Gama* 10" (Souza, 2000, p. 171).

A partir de depoimentos, que segundo declarou, teriam sido colhidos de ex-colaboradores do sistema de repressão, Souza expõe que os empresários

> "[...] deram prêmios em dinheiro aos policiais participantes da operação que resultou na morte de Marighella. Emprestavam caminhões, uniformes e entregadores de gás do Grupo Ultra para as *campanas* do Doi-Codi, as vigilâncias de lugares onde havia *pontos* marcados — e, de repente, aqueles homens uniformizados como operários, carregando botijões de gás ou tocando buzina para anunciar estridentemente a passagem, surgiam dando tiros, algemando, empurrando, prendendo, matando. Boilesen entusiasmou-se com seu grau de colaboração e passou a freqüentar o Doi-Codi, onde foi visto muitas vezes e por muitos presos. A informação da cooperação e da intimidade com os porões foi levada para fora. Expondo-se assim, orgulhoso de suas relações com os militares, acabou se condenando à morte. Mas não era o único colaborador: como ele, outros empresários, banqueiros e industriais se cotizavam para sustentar a máquina militar. Entendiam estar ao mesmo tempo protegendo o Brasil e o seu próprio

> negócio. Cada vez mais íntimos, algumas iam de vez em quando à Casa da Vovó. O com a execução de Boilesen, apavoraram-se. O Doi-Codi organizou uma lista de alvos eventuais com base nos que colaboravam. Esses assustaram-se ainda mais. Receberam armas para autoproteção. Os mais nervosos passaram a contar com segurança policial. O pavor ajudou militares e civis a colocar dinheiro em seu próprio bolso" (Souza, 2000, p. 172).[15]

Assim, voltando ao dia do assassinato de Boilesen, na narrativa de Paz, no dia 15 de abril, componentes da ALN em dois carros, estacionados em uma travessa da Rua Estados Unidos, perseguiram o Galaxie do empresário, que ia em direção à Alameda Casa Branca, perto do local que, em 4/11/1969, foi morto Carlos Marighella. O carro do empresário ficou preso no trânsito e um dos automóveis dos militantes emparelhou e disparou um tiro de fuzil, que passou raspando pela nuca de Boilesen. Este saiu do carro correndo e foi seguido por dois militantes, que lhe acertaram, mas foi um terceiro militante que definitivamente fez o alvo tombar, e Boilesen caiu morto. Panfletos da ALN e do MRT foram distribuídos à população explicando a ação.[16]

No dia seguinte ao assassinato de Boilesen, dia 16 de abril, *caíram* Ivan e seu pai. No outro dia, os policiais também localizaram a casa de Dimas Antônio Casimiro, militante do MRT responsável pelo setor gráfico (Paz, 1996, p. 221), onde estavam guardadas as armas utilizadas para matar Boilesen e a matriz do panfleto distribuído na ocasião.

> "Como no caso de Joaquim Alencar de Seixas, a imprensa noticiou a morte de Dimas Casemiro em um tiroteio,[17] enquanto ele ainda se encontrava vivo, anunciando um crime que viria a ser consumado no dia 19".[18]

---

[15] Quanto a essa relação de pagamento, Ivan Seixas recordou-se que certa vez o carcereiro declarou ter recebido dinheiro por conta de sua prisão.

[16] O jornal *Correio da Manhã*, de 16/4/1971, menciona os folhetos distribuídos à população pelos integrantes do MRT. Dirigidos "Ao povo brasileiro", o periódico afirma que os militantes vinculavam o assassinato do industrial à morte, sob tortura, de outro militante, Devanir José de Carvalho. Mas, segundo o jornal, a imprensa havia divulgado amplamente as notas oficias que relatam a morte de Devanir em perseguição. O policial que o matou, segundo a versão oficial, o fez por pensar que se tratava de um ladrão...

[17] "Baleado e morto chefe dos assassinos do industrial", *Diário Popular*, 18/4/1971.

[18] Cf. Miranda e Tibúrcio (1999, pp. 230-231).

Segundo Jacob Gorender, Dimas e *Roque* teriam participado da ação contra Boilesen.[19] Mas, na versão de Ivan Seixas,

> "[...] nunca se soube quem havia participado do justiçamento. O certo é que durante os dias seguintes, todos os militantes mortos e de certa importância, tinham acrescido ao no seu obituário a participação nessa ação" (Entrevista concedida à autora, em 6/7/1999).

Assim, a repressão justificava também aquela morte como uma forma de vingar a do empresário. O assassinato de Boilesen foi noticiado em todos os jornais da época, como as manchetes citadas anteriormente ilustram, e na única revista semanal, a *Veja*. Certamente tendo como base a nota oficial distribuída, tem-se a impressão de que esta foi composta de vários dados pessoais do empresário, como o time de sua predileção e seus traços de caráter. A riqueza desses detalhes está expressa nas matérias publicadas. Comparando o tratamento dado pela revista e pela *Folha da Tarde* ao fato, fica claro o exagero com que o jornal noticiou e carregou nas cores, destacando que a culpa do acontecido era do desgoverno das ações armadas de esquerda. Mas, alguns dos tons expressos naquele jornal também eram encontrados em outros periódicos. Vale destacar, contudo, que naquele momento, mesmo que as relações do empresário com o financiamento da tortura fossem suposições levantadas pelas organizações das esquerdas armadas, a revista preferiu destacar um perfil do empresário como

> "[...] um tipo encorpado, aparentemente muito vigoroso, com o nariz meio achatado, recordação dos seus tempos de pugilista amador. Um empresário bem-sucedido, capaz de subir de contador a presidente na hierarquia de uma das maiores empresas do Brasil. Um temperamento sem dúvida explosivo nos momentos de irritação extravasada num sotaque carregado que não perdeu em mais de trinta anos de Brasil" (21/4/1971, p. 22).[20]

---

[19] No livro de Paz os nomes dos componentes da ALN e do MRT na ação não são revelados. Supõe-se que pela riqueza de detalhes apresentados e o sigilo no qual esse episódio está envolvido, que o próprio autor tenha sido um dos seis da ação.

[20] No Banco de Dados do jornal *Folha de S. Paulo*, existe uma pequena brochura com cinco páginas datilografadas, produzida pela Agência Folhas, com todos os dados pessoais e profissionais, as comemorações e os dados do enterro. O material certamente foi vendido a outros jornais, como é praxe entre as agências de notícias. Isto porque as informações ali contidas são, depois, encontradas publicadas em outros jornais.

O que chama a atenção no caso da *Folha da Tarde* no episódio, entretanto, é que por volta do meio-dia do dia 17, Ivan Seixas, que se encontrava dentro de uma viatura policial, leu na manchete do vespertino o anúncio da solução do caso Boilesen e a morte de seu pai. Ao retornar à *Oban*, na Tutóia, ainda o encontrou vivo, mas sua morte já havia sido sentenciada. Era apenas uma questão de horas.

Quanto a Ivan, este talvez não tenha sido morto por sua pouca idade. Seu paradeiro dentro dos órgãos de repressão foi silenciado, ficando "desaparecido" até que em 9/9/1971, o mesmo jornal, a *Folha da Tarde*, noticiou sua prisão e seu envolvimento nas atividades do MRT. Ivan, que nunca foi condenado, cumpriu uma pena de seis anos na Casa de Custódia de Taubaté — um presídio de segurança máxima —, saindo em 1976, aos 22 anos, no processo de distensão do governo Geisel.[21] Sua mãe e irmãs foram detidas por um ano e meio. Joaquim Seixas foi enterrado no cemitério de Perus, e posteriormente os parentes foram alertados por funcionários, que o corpo seria colocado numa vala comum, como indigente, para desaparecer; foi, então, removido pelos familiares.

Essa "morte anunciada", estampada nas manchetes do jornal *Folha da Tarde* não é um caso isolado. Uma outra narrativa, formulada pelos órgãos de repressão, já havia ganho as primeiras páginas da *Folha da Tarde* no dia 26 de outubro de 1970. Tendo mais uma vez os depoimentos de Paz (1996; 1997) como fonte, fica-se sabendo que em uma quarta-feira de outubro de 1970 houve uma reunião da Frente Armada, à qual compareceu Joaquim Câmara Ferreira. Após esse encontro, Paz propõe a dois companheiros, Devanir José de Carvalho e Yoshitane Fugimore* uma ação, tendo por objetivo libertar *Bacuri*, ou Eduardo Collen Leite,* preso desde 21 de agosto de 1970.

Três dias depois, no sábado dia 24/10, Joaquim Câmara Ferreira *caiu*. A manchete da *Folha da Tarde* de 26/10/1970 tem o seguinte título em letras garrafais: "Lamarca, o louco, é o último chefe do terror". Assim, o jornal conta a prisão e morte de Câmara

[21] No relato de Ivan Seixas, o "processo foi julgado pela Justiça de Menores, usando como apêndice a Lei de Segurança Nacional. A sentença do Juiz de Menores dizia que deveria ficar preso até os 21 anos, podendo sair antes ou depois, dependendo do laudo psiquiátrico que provasse o fim da periculosidade. Aos dezenove anos, tive um parecer favorável à soltura e a *Oban* cercou o prédio do Juizado de Menores e impediu o cumprimento da sentença de soltura" (entrevista à autora, em 6/7/1999).

Ferreira, o sucessor de Marighella, e seu sepultamento no dia anterior e declara que esse episódio

> "[...] sentencia uma das últimas etapas da curta e trágica história do terrorismo no Brasil. Odiados pelo povo, sofrendo seguidos revezes, separados por irremediáveis divergências, os facínoras remanescentes têm agora diante de si a dificuldade que vai precipitar seu definitivo aniquilamento: a ausência de líderes à altura de Marighella e Câmara Ferreira, capazes de aglutinar em torno de si, e de comandar, as desarticuladas e debilitadas facções do esquerdismo radical. Resta a esses grupos uma única e péssima alternativa: aceitar a chefia do delinqüente Carlos Lamarca, que não passa — e eles bem o sabem — de um criminoso comum e psicopata" (*Folha da Tarde*, 26/10/1970, p. 1).

O veredicto do jornal expõe os pressupostos das medidas repressivas contra a luta armada — quebrar as organizações das esquerdas capturando seus líderes. Para todas as mortes de presos políticos, contudo, há sempre mais de uma versão. Para a de Câmara Ferreira, há duas. A primeira, veiculada pelos órgãos oficiais, manifesta que no dia 23 de outubro à noite, o militante *Bacuri*, preso há cerca de vinte dias pelo DEOPS, teria levado os policiais ao encontro de *Toledo* no "ponto" da Avenida Lavandisca, bairro de Moema. Na confusão para prendê-lo, *Bacuri* teria fugido e *Toledo* teria sofrido um ataque do coração, morrendo.

Uma segunda versão, interna à ALN e relatada por Paz (1996), conta que um militante, apelidado pelo autor de Silvério,[22] teria optado por auxiliar a polícia e os teria levado ao encontro de Câmara Ferreira. O delegado Fleury,* do DEOPS, teria prendido *Toledo*, e o teria levado ao seu sítio, pois tinha por "[...] hábito levar os prisioneiros que queria esconder dos outros órgãos de repressão para assumir as fúnebres honras sozinho, e torturou-o até a morte"(Paz, 1996, p. 189). Esse sítio, conhecido como "Fazenda 31 de Março", seria a sede de um grupo pára-militar de direita nomeado "Braço Clandestino da

[22] Na verdade, tratava-se de José da Silva Tavares, mineiro, que foi preso em Belém, no Pará, "recém-chegado de Cuba. [...] militante estudantil na Faculdade de Filosofia da UFMG, fora preso em Ibiúna no 30° Congresso da UNE e militou na Corrente Revolucionária de Minas antes de ingressar na ALN. [...] [Após capturado, passou] a trabalhar para a polícia política, infiltrando-se na ALN para chegar a Joaquim Câmara Ferreira, o principal dirigente da esquerda armada depois da morte de Marighella" (Miranda e Tibúrcio, 1999, p. 55).

Repressão".[23] Esse era o local para as atividades escusas do delegado, e tornou-se necessário após as divergências

> "[...] surgidas entre os policiais do DOPS e os homens do CODI-DOI onze meses antes, em novembro de 1969, quando o delegado Sérgio Fleury não avisou com antecedência a 'Operação Bandeirantes' sobre a diligência em que morreu o ex-deputado Carlos Marighella. As relações entre o delegado do DOPS e o CODI-DOI ficaram ainda mais tensas em março de 1970, quando foi preso o militante da VPR Shizuo Ozawa, que usava o codinome de 'Mario Japa'" (Fon, 1979, p. 41).

Para evitar que "Mario Japa" falasse para os agentes da *Oban*, o delegado Fleury deitou-o no chão e pulou sobre suas costelas, quebrando várias delas. O delegado, por não repassar as informações à *Oban*, foi transferido para o 41° Distrito Policial, na Zona Leste de São Paulo, na delegacia de Vila Rica (Fon, 1979, p. 52). O passaporte de retorno de Fleury ao comando do DEOPS foi a sua ação para prender *Bacuri*. O interrogatório e tortura desse militante começou na delegacia de Vila Rica e continuou no DEOPS, que depois o enviou para a *Oban*, reacendendo as animosidades entre as duas casas do terror.

Completamente desfigurado e debilitado, *Bacuri* tornava-se incômodo ao DEOPS, que precisava "legalizar" sua morte. Foi por isso que o delegado Fleury anunciou sua fuga durante a captura de *Toledo*, mas como sabiam os seus companheiros de luta presos, ele estava vivo e detido na sela do *fundão* do quartel da General Osório. Sua suposta escapada, auxiliou sua remoção para um local oculto, provavelmente o sítio do delegado Fleury. Sua debilidade física não permitiu que aparecesse vivo novamente.

No acervo do DOPS da cidade do Recife, em Pernambuco, existe um telex da 2ª seção do IV° Exército, retransmitido para os demais departamentos de ordem política e social. Datado do dia 24 de outubro de 1970, o documento narra, no seu primeiro parágrafo,

---

[23] Segundo Ivan Seixas, a "Fazenda 31 de Março" era um antigo campo de treinamento do Exército na região de Emburra, bairro de Parelheiros, que foi vendido para um coronel da reserva de nome Arnaldo Fagundes e transformado em centro clandestino de torturas. O "sítio do Fleury" ficava em uma cidade na região Leste de São Paulo, talvez Mogi das Cruzes. Este sítio nunca foi localizado, mas o do Exército foi. A CPI das ossadas de Perus, da Câmara dos Vereadores de São Paulo, conseguiu entrar lá, mas nada encontrou que conseguisse provar que era um centro de torturas (entrevista à autora, em 6/7/1999).

como se deu a captura e morte de Joaquim Câmara Ferreira. E explicita a versão que será divulgada, e que esteve em todos os jornais no dia 26 de outubro, ao dizer que,

> "[...] INFORMO AINDA, FOI DADO CONHECER REPÓRTERES IMPRENSA FALADA E ESCRITA SEGUINTE ROTEIRO PARA SER EXPLORADO DENTRO DO ESQUEMA MONTADO".[24]

Cerca de um mês e meio depois da morte de Câmara Ferreira, no dia 7/12/1970, o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, foi capturado no Rio de Janeiro. As rádios de São Paulo deram, na mesma manhã, a notícia do seqüestro e, dois dias depois, a manchete da *Folha da Tarde* estampava: "Terror: metralhado e morto outro facínora". Na matéria de primeira página, trazia a morte de *Bacuri* em um tiroteio com a polícia, perto da cidade de São Sebastião, litoral de São Paulo. A reportagem sugeria ainda que existiam dois líderes de esquerda soltos, Devanir de Carvalho, que será preso e morto nos primeiros dias de abril de 1971, e Lamarca, morto em setembro do mesmo ano. *Bacuri*, para a repressão policial, precisava morrer porque certamente estaria na lista dos reféns a serem trocados pelo diplomata, e suas condições físicas não permitam ser apresentado sem que se confirmasse a existência de tortura.[25]

Eduardo Leite, segundo depoimento em juízo de Vinícius Caldeira Brandt, chegou a ver a primeira página da *Folha da Tarde* anunciar sua morte em tentativa de fuga, antes de ser retirado da cela vizinha à sua, para ser assassinado.[26]

As narrativas acima demonstram o esquema montado com alguns órgãos de imprensa, para divulgar versões de fatos ocorridos no ambiente da tortura de outra maneira. As histórias que se seguem são de militantes de esquerda que optam por, ou foram obrigados a colaborar com a repressão. No depoimento desses, a idéia era sublinhar o

---

[24] Agradeço a Ivan Seixas a cópia do documento (DOPS/PE 878-B-E/2).

[25] A verdadeira versão sobre a morte de Eduardo Leite só veio à tona nove anos depois de sua morte. A revista *Veja* (nº 571, de 15/8/1979) fez uma longa reportagem sobre o processo de Anistia e a vida dos exilados políticos. Em uma seção sobre "Direitos Humanos", relata o depoimento de Denise Crispim, mulher de Eduardo que vive com a filha deles em Roma (p. 36). Acerca de sua experiência no exílio, Denise Crispim deu uma entrevista a Denise Rollemberg (*Exílio: entre raízes e radares*, Rio de Janeiro, Record, 1999). Este depoimento e outros, colhidos por Rollemberg a respeito dessa temática, estão em depósito no Laboratório de História Oral (Labor) do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (Niterói), e no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.

[26] BNM, nº 232, vol. 3, pp. 932-933 (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

acerto da atitude do governo em agir de forma violenta contra as organizações armadas. Também nesses episódios, a *Folha da Tarde* teve um papel e uma função.

2. *Desbundar* na TV

> "Parecia que quase tudo era possível, bastava ousar. Pisar na Lua era possível. Pisaram. Recusar ir para a guerra era possível. Recusaram. Desviar um avião para Cuba era possível. Desviaram. [...] Obrigar a ditadura militar a ler em todas as televisões um manifesto contra ela mesma era possível. Obrigaram. Livrar-se da URSS era possível. Tentaram, os tchecos tentaram. Ganhar o trimundial de futebol era possível. Ganhamos" (Ivan Angelo, "O jornal da era de Aquário").

Ousados seqüestros de diplomatas estrangeiros retiravam militantes dos cárceres com notas divulgadas pela TV. Em algum momento a repressão revidaria tanto "atrevimento". Mas antes de exemplificar esses atos de retaliação do governo, é preciso compreender um termo aqui utilizado. Para circunscrever a idéia de *desbundar*, utilizo-me de um comentário que me foi feito pelo prof. Daniel Aarão Reis Filho — ele mesmo um ex-militante do MR-8 e participante do seqüestro do embaixador americano, hoje professor titular de História Contemporânea da UFF .

Preocupado com possíveis interpretações irônicas, ou que atraíssem a ira sobre as vítimas das torturas, e não sobre os torturadores, Aarão Reis refletiu que

> "[...] devemos ter, sempre, compaixão com os que não agüentaram os maus tratos. *Desbundado* foi uma palavra inventada pelos caras 'duros' de vanguarda que, assim, se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas. Depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando, ambiguamente, seja aos que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja aos que cediam diante da tortura. Enfim, trata-se de um termo carregado de sentido pejorativo, e deve ser usado com muito cuidado. Em tempo: os torturadores gostavam muito de utilizá-lo".

Isto posto, se o assassinato de *Bacuri*, noticiado oficialmente e transformado em matéria pela *Folha da Tarde*, legalizou uma morte em tortura, não eram somente essas temáticas que preocupavam aquele jornal a partir de julho de 1969. Na reportagem sobre a morte de *Toledo*, quando se referem a Lamarca, o jornalista da *Folha da Tarde* diz que

> "[...] resta a esses grupos uma única e péssima alternativa: aceitar a chefia do delinqüente Carlos Lamarca, que não passa — e eles bem o sabem — de um criminoso comum e psicopata" (*Folha da Tarde*, 26/10/1970, p. 1).

Objetivando desmoralizar um dos últimos líderes das esquerdas armadas ainda vivo e fora da prisão, a notícia finaliza emitindo as opiniões de um ex-militante da VPR, Massafumi Yoshinaga, sobre o ex-militar. As declarações de Massafumi, o *Massa*, fazem parte de uma outra ponta da teia montada para destruir as ações das esquerdas, que tinham nesse órgão de imprensa um aliado. Assim, além da captura de seus líderes e militantes, também fez parte da estratégia, "induzir" alguns militantes a protagonizarem um arrependimento público. Nesse quadro, no dia 2/7/1970, os dois principais jornais de São Paulo tinham como manchete: "Terrorista entrega-se ao DOPS" (*Folha de S. Paulo*); e "Desiludido e cansado, terrorista entrega-se" (*O Estado de S. Paulo*).[27]

Essas matérias narram a trajetória de Massafumi Yoshinaga, de 21 anos, engajado à VPR e com participação política havia cinco anos, que fazia parte do grupo do estudante Marcos Vinício Fernandes dos Santos e que, segundo declarou, se entregou ao DEOPS paulista por livre e espontânea vontade. Para o jornal *Folha de S. Paulo*, um dos principais motivos para esse ato seria o não repasse de recursos da organização para mantê-lo na clandestinidade. Já o *Estado de S. Paulo* noticiou que foram membros da família do militante que negociaram com as autoridades policiais a "rendição" de Massafumi.

Esta história, entretanto, começou um mês e meio antes. A manchete da *Folha da Tarde* de 22/5/1970 anunciou: "Terrorismo é uma farsa, denunciam jovens presos". Essa matéria narrou o arrependimento de cinco militantes políticos recém-ingressos na VPR —

---

[27] O cantor Geraldo Vandré foi lembrado por muitos como um dos que também teriam feito um depoimento desse tipo. Não consegui localizar uma matéria de jornal, ou um documento, que provasse essa afirmação. Em uma reportagem do jornal *Correio Braziliense*, de 15/9/1985, lê-se: "Vandré não é só o último, mas, quem sabe, o eterno exilado brasileiro. Ele exilou-se de si próprio, desde sua volta ao Brasil, em 17 de julho de 1973, quando depois de um mês de depoimentos e pressões no I° Exército, no Rio, foi obrigado a aparecer no *Jornal Nacional*, saltando de um Electra da Varig, em Brasília, como se tivesse acabado de chegar de Santiago do Chile, pondo fim a um exílio físico e geográfico que começou em dezembro de [19]68, após o malfadado AI-5". Nacionalmente conhecido por "Caminhando — Pra não dizer que não falei de flores", um hino contra a ditadura, foi censurado no fim dos anos de 1960. Em 1994, no Memorial da América Latina (SP), em um concerto para o 4° Comar da FAB, Vandré apresentou "Fabiana", uma canção em homenagem à FAB. O jornalista Percival de Souza (2000, p. 34), no relato biográfico sobre o delegado Fleury diz que "Vandré, preso, passou por uma conversão no cárcere, transformando-se em um profundo admirador da Força Aérea Brasileira".

Marcos Vinício Fernandes dos Santos,* Rômulo Augusto Romero Fontes,*[28] Marcos Alberto Martini,* Gilson Teodoro de Oliveira* e Osmar de Oliveira Rodello Filho* —, que, capturados pela polícia política de São Paulo em janeiro de 1969, teriam resolvido escrever, quase um ano e meio depois, duas cartas abertas, reavaliando suas posições frente à militância armada. Uma, à opinião pública internacional "tranqüilizando quanto ao tratamento carcerário dos presos políticos à disposição da Justiça brasileira",[29] e a outra, aos jovens brasileiros, condenando as ações armadas e o engajamento na militância de esquerda, pois lá, segundo eles, "se alienaria os seus participantes". Adequando assim, seus discursos à prática policial do momento, esse grupo de militantes "inaugurou" essa prática de "arrependimentos públicos" que, infelizmente, seria repetida por outros.[30]

Quando foram a público dar esse depoimento, esses cinco militantes estavam detidos na ala para presos políticos do Presídio Tiradentes. Ricardo Azevedo, ex-integrante da AP, que esteve confinado entre 18/9/1969 e 3/10/1970, relembrou que eles estavam na sua cela, a de número 3, e que freqüentemente saíam para conversas com advogados. Essas saídas

> "[...]aumentavam. Passaram a ser chamados quase diariamente e permaneciam fora da cela por várias horas. Um dia, constatamos que tinham sido levados para fora do presídio. [...] Qual não foi nossa surpresa quando, à noite, em horário nobre, vimos os cinco na televisão, dando declarações de arrependimento. [...] A revolta foi geral. [...] Imediatamente, os coletivos das diversas celas se reuniram e, não me lembro como, os coordenadores de cela 'fecharam' unanimemente nossa posição.
> [...] Para nossa surpresa, por volta da uma da madrugada o camburão chegou ao presídio trazendo-os de volta. [...] Todos nos aglomeramos junto às portas das celas. [...] Eles assomaram à entrada do corredor. Imediatamente nos pusemos a gritar como loucos, com toda a força que a raiva nos dava. [...] Creio que por cinco minutos, na madrugada paulistana, mais de cem presos gritamos: 'Traidores! Traidores! Traidores!'

[28] Entrevista à autora, em 3/11/1999.

[29] No início de outubro de 1970, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em visita oficial à Alemanha, conheceria a ira de manifestantes pelos direitos humanos.

[30] Um outro exemplo de confissões forçadas é o relato de Bete Mendes. O segundo comandante do Doi-Codi de São Paulo, major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-Maior que permaneceu nesse posto de 29/9/1970 a 23/1/1974, tornou-se, em meados dos anos de 1980, adido militar do Brasil em Montevidéu. A atriz Bete Mendes, ex-militante da Var-Palmares, era deputada federal quando, em visita oficial ao Uruguai, o reconheceu, naquele momento já coronel, de tê-la torturado. Bete Mendes também foi obrigada a assinar um depoimento renegando a eficácia das organizações de luta armada. Acusado de torturador, Ustra perdeu seu cargo e escreveu um livro autobiográfico (Ustra, 1997).

> [...] Rômulo sorria ironicamente, Marquinhos xingava e os outros três estavam de cabeça baixa".[31]

As notícias desse "arrependimento" não foram veiculadas apenas pela *Folha da Tarde*, contudo, o que chama a atenção é o destaque dado por este jornal. Os informes acerca dos fatos eram sempre notas oficiais divulgadas à imprensa. A revista *Veja* publicou uma matéria de seis páginas, em que as duas últimas pinçavam os principais trechos dos depoimentos, tanto do grupo de Marco Vínicio, como de Massafumi (*Veja*, 15/7/1970, pp. 20-1).[32] A *Folha da Tarde*, além de ter feito do assunto uma manchete de primeira página, contratou, como também o fizeram outros jornais um pouco mais tarde, dois desses "arrependidos" como jornalistas.

Marcos Vinício Fernandes dos Santos e Rômulo Augusto Romero Fontes, após serem libertos, passaram a escrever para a *Folha*. Marcos participou da greve dos metalúrgicos de Osasco, em 1968, onde conheceu José Ibrahim Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, e a partir dai se envolveu nas atividades do MNR. Na *Folha da Tarde* foi um colaborador.

Rômulo Fontes pertenceu ao quadro do periódico até 1984. Pernambucano, Fontes narrou sua militância vinculada aos movimentos estudantis, às Ligas Camponesas e, mais tarde, à IVª Internacional, de cunho trotskista. Preso, ficou de dezembro de 1966 a agosto de 1967 encarcerado, no Recife. Fugiu para São Paulo em março de 1968, após saber de sua condenação na Auditoria Militar do Recife, e ligou-se ao grupo de Pedro Chaves, Roque Aparecido da Silva e José Ibrahim Pereira.

Rômulo Fontes, Marcos Vínicio, José Ibrahim Pereira e os outros *caíram* dias depois da deserção do capitão do Exército Carlos Lamarca, em 24/1/1969. Lamarca, que nesse momento se ligou à VPR, servia no 4º Regimento de Infantaria, no Quartel de Quitaúna, em Osasco, na época comandado pelo coronel Antônio Lepiane.

---

[31] Este depoimento, como também o de Francisco Luiz Salles Gonçalves, da VPR, que lembram o fato, estão em Freire, Almada e Ponce (1997, pp. 83-95).

[32] Essas duas páginas sobre os "desertores", publicadas pela revista, são a parte final de uma reportagem intitulada "Autocrítica do terror", que tem como imagem central uma foto do presidente Médici em seu gabinete (pp. 16-19). Na matéria, em que o presidente "adverte para o terror", Médici menciona a sua satisfação com as declarações de Massafumi, que citou obras do governo como estímulo para deixar a luta armada ("visita do presidente ao nordeste, construção da Transamazônica e a extensão de 200 milhas para o mar territorial").

Em setembro, José Ibrahim Pereira foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador americano. Marcos Vinício declarou que foi a prisão que possibilitou uma reflexão sobre suas atividades na militância de esquerda, idéia corroborada por Osmar de Oliveira (*O Globo*, 15/4/1971, p.19). Rômulo Fontes, no período em que ficou preso, esteve em incomunicabilidade até agosto de 1969. A partir das visitas que começou a receber, declarou que o grupo resolveu

> "[...] expressar uma posição contrária. [Portanto], a entrevista [de maio de 1970] foi um produto de um trabalho que fizemos. O Manifesto de maio de 1970 foi o coroamento de uma visão nacionalista, de plena identificação ao ideário do governo Médici. Entrei no presídio Tiradentes como um homem de esquerda e sai como direita. Hoje sou integralista[33]" (Entrevista à autora, em 3/11/1999).

Marcos Alberto Martini declarou, um ano depois do seu "arrependimento público", que teria sido o discurso de posse do presidente Médici, ouvido por ele na prisão, que o levou a

> "[...] pensar na 'necessidade de questionar os fundamentos da minha doutrina. Principalmente o papel político que tinha desempenhado como membro de uma organização esquerdista radical'" (*O Globo*, 15/4/1971, p. 19).

Rômulo Fontes sublinhou o ineditismo do ato de maio de 1970, e fez questão de afirmar também que a idéia foi uma decisão de foro íntimo e que não houve nenhum pedido de pessoas do governo para tal ato; havia, segundo ele, apenas, um "encontro" de propósitos. Quando os cinco tomaram a decisão, aí sim, houve a "visita" de representantes do governo, dos quais Fontes não quis mencionar o nome. Após o ato de maio de 1970, foi transferido para Fortaleza, no Ceará, só sendo liberto em 14/07/1971, enquanto seus companheiros ganhavam liberdade no Natal de 1970. Rômulo e mais dois amigos tiveram como advogado o Dr. Juarez Alencar de Araripe, da Auditoria Militar.

Após a *queda* do militante Massafumi, último participante desse grupo, e as inúmeras reportagens em todos os jornais do país expondo o seu *arrependimento público*, uma referência do *Jornal da Tarde* de 18/7/1970 buscou quebrar essa imagem construída

---

[33] Ao final da entrevista, em um bar na Vila Mariana, em São Paulo, Rômulo Fontes me deu os números 3 e 4 do jornal *Ação Nacional*, publicados em 1999. Este jornal, cujo editor é o próprio Fontes, difunde as idéias de Plínio Salgado.

negativamente sobre a militância armada. O jornal narrou que foram jogados, de cima do prédio da Rua Santa Teresa, em São Paulo, panfletos assinados pela Unidade Operária jogados com o título "O que Massafumi deixou de dizer", expondo a ligação do ex-militante com a polícia e as questões nacionais que sua carta à imprensa "esqueceu" de mencionar. Era uma tentativa, das militâncias das esquerdas, de desenhar um outro quadro da situação apresentada.

Dias depois, o *Jornal do Brasil* noticiou que os "arrependidos voltariam à TV". Seriam eles, Massafumi, Rômulo Fontes e Marcos Vinício, em um programa gravado na TV Tupi de São Paulo e que, após aprovação das autoridades, seria exibido na noite de 23/7/1970. A mesma nota do jornal carioca também informava as investigações do DEOPS paulista para descobrir os autores dos panfletos contra Massafumi, que "não teria falado das torturas, exploração de flagelados do Nordeste e suspensão das eleições diretas, [...] anulação da lei de remessa de lucros e da venda de terras a estrangeiros" (*Jornal do Brasil*, 23/7/1970). Anos mais tarde, sem se reconciliar com seu passado, Massafumi se suicidou.

Essa triste memória, a ida à TV para um expurgo público, também marcou outras pessoas, todas militantes de esquerda, como o carioca do MR-8 Manoel Henrique Ferreira* e o militante responsável pelo setor de inteligência da VPR, Celso Lungaretti.* A crueldade dessa ação, desse *arrependimento público*, não parava nas notas na imprensa. Muito provavelmente, a maioria desses indivíduos teve sua "rendição" conseguida pelos órgãos de repressão, certamente, usando de violência física. Programas gravados foram veiculados minutos antes do único jornal nacional da época, o da Rede Globo, recém-colocado no ar.[34]

A manchete da *Folha da Tarde* do dia 9/7/1970 sentencia: "Terrorismo em pânico: outro bandido deserta". Preso desde o dia 16 de junho, Lungaretti renegou sua militância em um manifesto divulgado no dia anterior, na 1ª Região Militar, no Rio. As declarações de Lungaretti na prisão, sob tortura, iniciaram uma nova devastação nos quadros da VPR, e

---

[34] O jornal carioca *O Globo*, de 15/4/1971, um ano depois dos primeiros arrependimentos, publicou uma matéria intitulada "Um alerta para jovens" (p. 19). Nela, narrou a existência de 12 depoentes: os cinco do grupo de Marcos Vinício, Massafumi, Lungaretti, Irgeu João Menegon (militante da VPR que declarou ter se recusado a fazer parte da lista de presos políticos trocados por um dos três diplomatas seqüestrados), Hans Rudolf Jakob Manz , Maria Júlia de Oliveira (militante da AP), Milton Campos de Souza e Newton Morais. A reportagem sublinha a preocupação do governo em "evitar que outros jovens incorram no mesmo engano".

seu ato de renegar a militância foi exposto durante uma hora na TV, no dia 9/7/1970.[35] A apresentação desses programas de televisão se dava por meio de um funcionário da Rede Globo com profundas ligações com o Estado-Maior do Exército, Manoel Edgardo Ericsen.[36] O objetivo era mostrar à população a certeza da diretriz do governo na repressão aos movimentos de guerrilha. Alguns desses depoimentos na TV foram posteriormente mostrados aos companheiros de cela do militante. O desejo, talvez, era de que ali se realizasse um justiçamento.

Redesenhando o quadro, Judith Patarra, na biografia sobre Iara Iavelberg, a mulher de Carlos Lamarca, analisa, pela biografada, que no

> "dia 21 de maio [de 1970], cinco presos denegriram a militância em vídeo gravado e posto no ar pela tevê. À revolta seguiu-se comiseração. O que haviam sofrido, qual a fraqueza a provocar simbiose com o algoz?"[37]

Judith Patarra se *utiliza* de Iara para se questionar quanto a esse ato. Assim, a militante, nas palavras de sua biógrafa, procurava

> "[...] o deletério nos semblantes, há graus de sucumbência, dizia, onde [há] diferença entre eles e Olavo Hansen, do grupo trotskista, preso dia 1° de maio e torturado sem nada abrir até a morte?
>
> Um dia [diria Iara por Judith] estudo o lado emocional da militância" (Patarra, 1993, p. 388).

O importante a destacar é que na imprensa brasileira, em determinados momentos desse período, pode-se pinçar um ou outro episódio estranhamente reportado. Um exagero na análise e a ausência de uma investigação mais precisa comprometeram, olhando do presente, a clareza do fato. Além do que, muitas análises iam de encontro — no sentido de se chocar e opor — aos atos das esquerdas armadas. Certamente, uma parcela grande da

---

[35] Ivan Seixas lembra que quando do depoimento de Lungaretti na televisão, Carlos Lamarca estava escondido em sua casa, em São Paulo. Na entrevista, Lungaretti chamou Lamarca de "paranóico exibicionista, que usava nomes de guerra de personagens grandiosos, como Cid, César etc., e que tinha um plano de seqüestrar o delegado Fleury para fazer um duelo, tipo faroeste, para ver quem era mais rápido no gatilho". Essa clara tentativa de desmoralizar e ridicularizar o militante, como recorda Seixas, deixou Lamarca profundamente magoado. Lungaretti repetiu essas acusações e outras em uma entrevista a Murilo Mello Filho, publicada na revista *Manchete*, sob o título "Lungaretti: 'terroristas do Brasil, ouvi-me'", em 1/8/1970.

[36] Essa informação me foi dada por Duarte Franco, funcionário do departamento de Qualidade da TV Globo por mais de trinta anos (entrevista à autora, em 20/10/1999).

[37] Patarra, Judith, *Iara: reportagem biográfica*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993, p. 388.

imprensa condenava as ações de guerrilha, aderindo ao jargão de "subversivo", "terrorista" e de "terror". Um exemplo pode estar na reflexão feita pela revista *Veja* sobre o militante Carlos Lamarca, que expõe muito das idéias e imagens presas ao momento. Na edição de 3/6/1970, em uma capa que copiava trechos manuscritos do militante, expõe-se sua caligrafia, que revela a letra de um menino. Pelas impressões de Iara, trazidas por Patarra, tem-se que a

> "[...] reportagem [era] sobre Lamarca, as quedas de 21 de abril omitindo a morte de Juarez [Guimarães de Brito]*, as torturas. Páginas assépticas. Censura. A capa reproduzia um texto manuscrito, [...] junto ao rosto recortado, sem traços. Forma de máscara mortuária. [O título diz] 'A nova face do Terror'. Começa com a plástica de Lamarca, que a repressão mantivera em segredo. [...] Alguém da VAR-Palmares ajudou a reportagem, conclui" (Patarra, 1993, p. 389).

O jornalista João Batista de Abreu (2000) fez uma reflexão acerca do vocabulário que permeou a imprensa brasileira no pós-1964 Unindo uma terminologia policealesca às questões da militância política, os guerrilheiros da luta armada tornaram-se "elementos", tal qual qualquer *meliante* que assalta um banco ou rouba um carro. No decorrer do processo, "subversivo" era toda e qualquer pessoa que se opunha ao golpe. A partir das imagens de Che Guevara, o militante era também um "guerrilheiro", mas no sentido negativo do termo. Não o que luta, mas o que se opõe. Influenciado pelas ações de guerrilha urbana na Europa, América e Oriente Médio, que para o noticiário da época geravam terror e caos, o militante também passou a ser "terrorista". Nos cartazes de procurados, sobre os "terroristas políticos", lia-se: "Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise a polícia".

Buscando a gênese para o termo, Abreu entrevistou jornalistas. Para Alberto Dines, editor-geral do *Jornal do Brasil* entre 1961 e 1973, teria sido o governo que recomendou o termo "terrorista" a partir do AI-5. Já para José Silveira, secretário de redação do mesmo jornal, essa foi uma invenção do próprio jornal. Mas, como demonstra Abreu, foi o jornal *O Globo* que, em 1966, pela primeira vez usa o termo, sem nenhum pedido das autoridades. Na manchete da primeira página deste periódico, no dia 26/7/1966, lê-se: "Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva".

Assim, antes mesmo de o governo impor, os jornais já condenaram as guerrilhas urbanas. Tal qual o PCB, que em 1967, no seu VI° Congresso não acreditava na luta armada como uma forma de combater a ditadura civil-militar, uma grande parte da imprensa nacional também não aderiu a essa forma de combate. Para os pecebistas, o caminho seria a

> "[...] participação em todas as instituições permitidas pelo regime ditatorial. Através do caminho eleitoral, consideravam possível e desejável restabelecer a ordem democrática no país. [...] criticando todos aqueles que no pós-64 romperam com o partido e aderiram à luta armada, os pecebistas afirmavam: 'já nos primeiros dias após o golpe militar, [...] recusaram-se ao esquerdismo aventureiro, diagnosticando os aspectos essenciais da ditadura militar. Negaram-se ao radicalismo e colocaram no centro de sua estratégia a luta organizada das massas contra o autoritarismo, a autocracia, o fascismo'" (Jornal *Voz da Unidade*, 8 a 14/5/1981, *in* Pandolfi, Dulce. *Camaradas e companheiros — história e memória do PCB.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 206).

Mesmo depois do AI-5, para muitos ainda a luta não deveria ser associada às armas. Entretanto, se alguns jornais mantinham uma política híbrida, a *Folha da Tarde* foi radical. O diferencial encontrado na sua trajetória é mais agravante, e por isto tão inusitado. Nesse sentido, a trajetória da *Folha da Tarde*, a partir de julho de 1969, coloca no centro do debate a questão da ética, da função do jornal e do papel do jornalista. Radical em sua reflexão, Cláudio Abramo sentencia que

> "[...] a ética dos jornalistas, portanto, é um mito que precisa ser desfeito. [...] O jornalista não deve ser ingênuo, deve ser cético. Ele não pode ser impiedoso com as coisas sem um critério ético. Nós não temos licença especial, dada por um xerife sobrenatural, para fazer o que quisermos.
>
> [...] O jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer; é uma maneira de viver, não é nem uma cruzada. E por isso você faz um acordo consigo mesmo: o jornal não é seu, é do dono. Está subentendido que se vai trabalhar de acordo com a norma determinada pelo dono do jornal, de acordo com as idéias do dono do jornal.
>
> [...] O jornalismo não é uma profissão, é uma ocupação. Um dia desses Paulo Francis melhorou o meu pensamento — e definiu jornalismo como uma carreira, o que eu acho uma definição correta. É uma carreira, não uma profissão. O que é o jornalismo é uma questão complicada. Depende muito do conceito que se tem da função do jornal, do jornalismo, e do papel que eles exercem na sociedade. O que tenho a oferecer é a

> minha visão, que provavelmente não é compartilhada por outros jornalistas brasileiros ou do resto do mundo.
>
> O papel do jornalista é o de qualquer cidadão patriota, isso é, defender seu povo, defender certas posições, contar as coisas como ocorrem com o mínimo de preconceito pessoal ideológico, sem ter o preconceito de não ter preconceitos. O jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir; ele também deve saber interpretar coisas como decretos presidências, fenômenos geológicos, a explosão de um foguete, um desastre de rua. Deve saber explicar para o leitor como o fato se deu, qual foi o processo que conduziu àquele resultado e o que aquilo vai trazer como conseqüência.
>
> [...] Caso se dê as notícias simplesmente, ela não é mentirosa: aconteceu aquilo. [...] Mas a informação pode ir mais fundo" (Abramo, 1988, pp. 109-111).

A redação da *Folha da Tarde* após 1° de julho de 1969, ao que tudo indica, deu uma leitura muito particular às imagens que vinham das ruas e das instâncias do poder. A partir daqui, há que se redesenhar esse grupo de jornalistas, também conhecidos como policiais.

3. O *Diário Oficial* da *Oban*

No ano de 1967, o Grupo Folha da Manhã inaugurou dois novos jornais. A *Folha da Tarde*, em outubro, e o *Cidade de Santos* em julho. A Folha da Manhã, a partir de 1962, era fruto da parceria entre Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Na periodização proposta por Mota e Capelato (1981), no período entre 1962 e 1981, a primeira etapa da sociedade Frias/Caldeira, existem três fases distintas do Grupo. Entre 1962-1967, houve uma reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; entre 1968-1974, ocorreu uma "revolução tecnológica"; e entre 1974-1981, definiu-se um projeto político-cultural. Assim, os dois novos jornais surgem após um equilíbrio nas contas e no início de um investimento basicamente no *layout* dos jornais, com as máquinas *off set* e a aquisição de uma frota nova para melhor distribuir os jornais na capital e no interior do estado.

Para melhor compreender os labirintos desse Grupo, é interessante sublinhar que, em alguns relatos colhidos, Carlos Caldeira foi desenhado como o homem que fazia alianças com setores mais conservadores, e que era amigo, entre outros, do secretário de Segurança Pública do governo Paulo Egídio (1975-79), o coronel Erasmo Dias. Segundo Percival de Souza,

> "[...] o coronel Antônio Erasmo Dias, ex-secretário da Segurança Pública, ex-deputado estadual e ex-deputado federal, era amigo íntimo de Carlos Caldeira. Freqüentava, portanto, as festas promovidas na sede do jornal *Folha de S. Paulo*. [O coronel] relembrou uma ocasião em que foi chamado para um almoço no prédio da [alameda] Barão de Limeira onde estava, além de Caldeira, Otávio Frias, pai e filho, e o cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Na ocasião, dom Paulo pedia melhores condições e acomodações para os presos políticos, condenados pela justiça militar, e que cumpriam penas em vários presídios, inclusive no Hipódromo e na Casa de Detenção. Segundo Erasmo Dias, com verbas próprias do gabinete do secretário, a obra foi construída na área do Barro Branco da PM" (Souza, 2000, p. 435).

Carlos Caldeira chegou a ser nomeado prefeito da cidade de Santos pelo governador Paulo Maluf (1979-83), ficando no cargo por dois anos. Ou seja, para muitos, era o lado "menos nobre" da sociedade. Em outras narrativas, o discurso percebe uma aliança que

regeu o Grupo. Existiria uma união representada por Frias/Caldeira. Nesse sentido, a empresa não podia ser percebida sem essa simbiose.[38]

Carlos Caldeira nasceu na cidade de Santos num 1° de julho, data escolhida para a inauguração do jornal *Cidade de Santos*, como um presente. Para comandá-lo, foi destacado, de São Paulo, o jornalista Antônio Aggio Jr., que traz consigo Horley Antônio Destro, para secretário de Redação.[39] A data de 1° de julho também é significativa para Aggio, pois declarou ter iniciado no jornalismo aos dezesseis anos, em 1954, no mesmo dia, no jornal *O Tempo*, dirigido pelo trotskista Herminio Sacchetta. Quatro anos depois, entrou para o grupo Folha da Manhã, que ainda não pertencia a Frias/Cadeira, tendo antes passado pela sucursal de *O Globo* em São Paulo. Trabalhando como repórter da Geral, teve sempre um especial gosto pelas reportagens policiais, sendo chefe de reportagem dessa área no início dos anos de 1960 na *Folha de S. Paulo*.

Na década de 1960, Aggio lecionou nos cursos de "Introdução ao Jornalismo", promovido pelo grupo Folha, por diversas cidades paulistas, que tinha como temática central a construção da notícia como matéria informativa. E, em 1962, fez um concurso para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, tornando-se escriturário lotado na Delegacia Geral de Polícia. Como se pode perceber, jornalistas com empregos públicos era uma prática comum. A justificativa era a incerteza que a carreira impunha.[40]

---

[38] Sócios durante trinta anos, Frias e Caldeira desfizeram a sociedade em 1991, cabendo ao primeiro a empresa de comunicações e ao segundo os demais negócios e imóveis em comum. Ressaltando essa diferença de estilos, Carlos Eduardo Lins da Silva (*Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal*, São Paulo, Trajetória Cultural, 1988, pp. 45-46), sublinhou que o "[...] o adiamento da adoção dos métodos de organização moderna nas redações [do Grupo Folha da Manhã]" poderia ser justificado nas "[...] discrepâncias de estilo entre os dois sócios". Mas, o mesmo autor fez questão de pontuar que havia "[...] aparentemente [um] perfeito entendimento entre os dois". Foi sempre essa dubiedade que permeou a imagem do Grupo Folha nas narrativas recolhidas nessa pesquisa.

[39] Aqui vale uma narrativa: "encontrei" a história da *Folha da Tarde* por *acaso*. Buscava uma entrevista com o senador Romeu Tuma, diretor-geral do DPF nomeado para o governo José Sarney, em janeiro de 1986, que "quebrara" a predominância de militares no cargo. Para entrevistá-lo, entrei em contato com o seu gabinete, em Brasília, por volta de 1998. Lá me indicaram que falasse com o seu secretário de Imprensa em São Paulo, o jornalista Antônio Aggio. As tentativas de ser recebida por Tuma eram inviabilizadas por Aggio, que sublinhava a doença do senador.

Quando fui entrevistar Boris Casoy, em março de 1999, narrei a dificuldade de obter uma entrevista com Tuma. Casoy me perguntou como estava procedendo, e quando mencionei Aggio, narrou-me uma parte da história do jornal cercado pela frase "o de maior tiragem", pelo número de jornalistas/policiais na redação. Levei mais quatro meses tentando negociar uma entrevista com Aggio, agora sobre o jornal. Finalmente, no dia 7/7/1999, ele me recebeu em sua casa, em São Paulo, e colocou sobre a mesa um gravador para também registrar as declarações. No dia seguinte, recebi um fax, que está reproduzido no *Caderno de imagens* dessa tese, com suas idéias sobre governo e poder baseadas em um pêndulo. Na data do depoimento tinha 61 anos.

[40] Este concurso e suas funções na Polícia, não aparecem no currículo que me foi apresentado. Neste, apenas declara que recebeu "diplomas de Sócio Honorário das associações dos Escrivães e dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo".

Antônio Aggio dirigiu o *Cidade de Santos* de julho de 1967 a junho de 1969. Declaradamente um repórter policial, com bom trânsito nas fontes de polícia, foi chamado para assumir a *Folha da Tarde* porque "o jornal não vendia". O recorde de venda teria sido com as imagens do combates na Rua Maria Antônia, em 3/10/1968, quando se comercializou cerca de onze mil exemplares/dia, enquanto a média era 2.500 exemplares/dia. E esta foi sempre a "explicação oficial" para a substituir Miranda Jordão: a baixa venda do jornal e a falta de recursos para fazer um similar competitivo com o *Jornal da Tarde*.[41] De Santos, Aggio trouxe também Holey e José Alberto Moraes Alves, o *Blandy*, e "tomou posse" do jornal a partir de 19/6/1969.

O expediente do periódico, que não existia na fase anterior, foi publicado com as alterações, e não por acaso, a partir de 1° de julho. Assim,

Editor-chefe	Antônio Aggio Jr.
Secretário-geral	Horley Antônio Destro
Chefe de reportagem	Carlos Dias Torres

Certamente a data foi escolhida para homenagear Caldeira e religar essa nova fase do jornal ao seu início, em 1949, quando também passou a circular no mês de julho.

Da trinca que comandou o jornal a partir de então, Carlos Dias Torres e Aggio se conheceram no final dos anos 1950, quando ambos passaram pela sucursal paulista de *O Globo* e depois pela *Folha de S. Paulo*. Aggio contou que "antes da união das Folhas, a *Folha da Tarde* vendia três vezes mais que as outras e sempre foi policial. Seu hiato foi com Miranda Jordão" (entrevista à autora, em 7/7/1999). E foi para esquecer esse

[41] No dia 21/3/1999, a *Folha da Tarde* circulou pela última vez. Fazendo um balanço dos 43 nos de atividade, a matéria diz que "nos anos 70, [o jornal teria mudado o] seu perfil, tornando-se mais conservador, em consonância com as demandas do eleitorado da época".

"intervalo" que Aggio mudou a cara da redação. Para Torres, "[...] Aggio era o melhor repórter que já conheceu, era perfeito".[42]

O então jornalista Ítalo Tronca, remanescente da redação de Miranda Jordão, lembrou que da antiga redação que sobreviveu ao AI-5, ficou quem precisava de emprego.

> "Até que chegou o Aggio. Ele trazia para dentro da redação um estojo que parecia um violão. Não sabíamos o que era. Mas ele gostava de exibi-lo na sua sala: uma carabina turca.
>
> Nós não sabíamos de onde vinha essa gente [Aggio, Horley e Torres]. O Horley vinha armado de uma automática. Torres era relações públicas do IV° Comar e fazia um gênero amigo. Os outros dois eram acintosamente policias" (entrevista à autora, em 3/5/2000).

É com este perfil de profissionais que a *Folha da Tarde* ganhou nova direção a partir de meados de 1969. Carlos Dias Torres começou na carreira de jornalismo em 1958, no jornal *Última Hora*, na seção policial. Nesse período, também escreveu para a *Revista Policial*. Em 1964, na *Folha de S. Paulo*, já como setorista policial, criou a coluna "Notícias Militares", que, segundo narrou, cobria o 2° Exército, a IV[a] Zona Aérea, o 6° Distrito Naval, o DOPS, a Polícia Federal, a 2[a] Auditoria Militar e outros órgãos de informação. Torres tornou-se, assim, como Aggio explicou, um jornalista credenciado nesses ambientes, um setorista.[43]

Na definição de Percival de Souza, também ele um repórter policial, a relação do jornalista com a sua área ou setor de trabalho no jornal define todo um código de relações e posturas, um leque de possibilidades. Assim,

> "[...] os jornalistas que cobriam o setor [policial] eram tentados a comprometer-se, aceitando um emprego fantasma da Secretaria da Segurança, podendo receber sem trabalhar, e assim contando apenas o que

---

[42] Carlos Dias Torres recebeu-me no hall de entrada do prédio em que mora, no bairro de Vila Mariana, em São Paulo, no dia 7/7/1999. Fiz a entrevista com ele pela manhã e com Aggio no fim da tarde do mesmo dia. Torres disse que estava muito doente e quis dar à entrevista um tom de que ali se encontrava um senhor idoso, magoado e com a saúde abalada. Na data do depoimento tinha 64 anos.

[43] Mais tarde, Torres trabalhou na Assessoria de Imprensa do Banespa e da Secretaria de Agricultura, concomitantemente ao expediente no jornal. Tanto era uma maneira de complementar a renda, como uma forma de utilizar o poder que o jornal proporcionava.

> queriam que contasse. Quem não rezasse por essa cartilha estava automaticamente fora do esquema. Não foi por outra razão que, durante bom tempo, o DOPS tinha apenas quatro setoristas para alimentar toda a grande imprensa, e todos eles eram funcionários públicos de escalões subalternos. Um, Carlos Cavalcanti, investigador de polícia no próprio DOPS. Outro, José Ramos, funcionário do Departamento dos Institutos Penais do Estado. O terceiro, escriturário policial, e o quarto, guarda de presídio no estabelecimento penal ilegal que funcionava com quase mil presos correcionais diariamente, em plena Avenida Tiradentes.
>
> Para ser jornalista e ter trânsito livre entre os encarregados da repressão, somente sendo da casa, ou seja, da própria polícia. O sistema pensou em tudo, inclusive nesse detalhe. Para os jornalistas que não seguissem o *script*, aplicava-se a elástica Lei de Segurança Nacional. Uma notícia fora desse roteiro significava prisão o processo" (Souza, 2000, p. 239).

A direção do jornal — Aggio, Horley e Torres —, ao que tudo indica, tinha profundas relações com o esquema da repressão do Estado autoritário brasileiro, principalmente depois do AI-5. Antônio Aggio, por exemplo, além de funcionário da Secretária de Segurança Pública, era afilhado do coronel Antônio Lepiane, o coronel-comandante do 4° Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, a partir de 1967. Em janeiro de 1969, um comandado seu, o capitão Carlos Lamarca, desertou dessa unidade militar, levando armas e optando pela luta armada de esquerda. Pelas lembranças de Tonico Ferreira, este fato foi proibido de sair na *Folha da Tarde*. "O comandante do quartel tinha algum parentesco com o Aggio, e essas notícias — sempre censuradas, é claro — causavam um *frisson* na redação".

Comenta-se que o coronel Lepiane não chegou a general devido ao episódio com Lamarca, mas ele ocupou outros cargos de comando. Nos primeiros dias de março de 1974, em um dos últimos atos do presidente Médici, Lepiane tomou posse como Superintendente da Delegacia Regional da Polícia Federal, em São Paulo, tendo como superior direto o general Antonio Bandeira. Na sua biografia, publicada na *Folha da Tarde* quando de sua posse, pode-se perceber, mais uma vez, que tipo de discurso era veiculado pelo jornal. Assim, Lepiane foi apresentado

> "[...] como um dos mais respeitados e estimados oficiais de Estado-Maior de nosso Exército, situou-se entre os principais integrantes das Forças Armadas que acorreram ao chamado do povo, em 1964, quando a

> subversão e a corrupção solapavam abertamente as instituições, procurando transformar-se em sinônimos de 'governo'. Cumpriu inúmeras missões, antes, durante e depois da deflagração da Revolução de Março, principalmente como elemento de ligação entre altos escalões revolucionários e os comandantes militares sediados em São Paulo, que constituíram o 'fiel da balança' na definição do Poder reclamado pelo povo, através de inúmeros atos públicos, como as marchas da Família com Deus pela Liberdade".[44]

Em outras ocasiões, também se podia encontrar o coronel Lepiane, o coronel Erasmo Dias, o governador Paulo Maluf, os delegados do DEOPS paulista Celso Telles e Romeu Tuma,[45] os donos do Grupo Folhas e todos os editores dos jornais da empresa, entre muitos outros políticos e militares, nos almoços de aniversário do jornal, comemorados sempre no dia 1° de julho. Amplamente fotografadas, posteriormente eram publicadas listas e mais listas no jornal, com os nomes de pessoas e entidades que teriam felicitado a data. Nos registros dessas ocasiões, é interessante perceber como o jornal contou a sua própria trajetória.

Em 1970, tendo como data inicial o ano de 1949, a *Folha da Tarde* supostamente completaria 21 anos, sublinhada como de sua maioridade. A conta, contudo, "esqueceu" do período de 1/1/1960 a 18/10/1967 em que o jornal não circulou. Tendo como título "Hoje, a festa é aqui em casa", os editores do jornal claramente a colocam como herdeira do periódico editado em 1949, "o vespertino das multidões", anterior à fusão das três Folhas.[46] Nesse sentido, no primeiro editorial de 1/7/1949, a *Folha da Tarde* definiu-se como dedicada "particularmente às questões que diretamente interessam aos habitantes da Capital". Tendo essa diretriz, no início da década de 1970 os novos editores incorporam esse ideário e somam a ele a noção de "informar e servir".

---

[44] O coronel Lepiane também foi agraciado com a Medalha Anchieta de Gratidão da Cidade de São Paulo, em março de 1980, um ano depois de Carlos Caldeira e Antônio Aggio (*Folha da Tarde*, 29/3/1980).

[45] Segundo Percival de Souza, Celso Telles "[era] delegado de polícia. Trabalhou no Serviço Secreto e na Delegacia de Ordem Política do DOPS, [...] chegou à chefia da Polícia Civil". Romeu Tuma foi "[...] ex-chefe do Serviço Secreto e ex-diretor do DOPS. [Foi promovido com o delegado Sérgio Fleury] à classe especial da carreira de delegado de polícia. [...] Fiquei sem função alguma na polícia na gestão Franco Montoro. [...] Achei que estava condenado ao ostracismo, mas o coronel Moacir Coelho, diretor-geral da Polícia Federal, ofereceu-me a superintendência do órgão em São Paulo" (2000, pp. 58-60).

[46] Em "O rosto do mundo", introdução do livro *Primeira página* (São Paulo, Publifolha, 1999, p. 9), com as principais capas do jornal desde o seu início, nos anos de 1920, Nicolau Servcenko elucida que, "[...] a partir de janeiro de 1960 os três jornais foram reunidos sob o nome único de *Folha de S. Paulo*, saindo em três edições diárias — matutina, vespertina e noturna".

A partir desse quadro, a proposta de Antônio Aggio, quando assumiu a *Folha da Tarde*, era torná-lo o oposto àquele do período dirigido por Miranda Jordão, dando *muita* ênfase às narrativas policiais. Mas esta diferença nunca foi claramente explicitada, nem há declarações de Aggio nessa direção. Portanto, essa manobra foi, ao mesmo tempo, subjacente, como também escancarada, nas diferenças que o jornal passou a apresentar.

Tem-se a impressão de que a gestão de Miranda foi percebida por Aggio como uma ilha. O novo editor construiu uma ponte sobre ela, unindo outra vez o jornal à sua, suposta, "gênese". Dois exemplos poderiam corroborar essa idéia. O primeiro encontra-se em todos os relatos da trajetória do jornal. Esses foram feitos nos aniversários de 21, 26, 30 e 32 anos, respectivamente em 1970, 1975, 1979 e 1981. Nesse recontar a própria história, a *Folha da Tarde* de Aggio teria, na sua essência, o mesmo sentimento sublinhado pelo editorial de 19/10/1967: o da saudade que a população sentia do jornal. Por isto seu retorno e continuidade. O que foi feito no período de outubro de 1967 a julho de 1969 não importa sublinhar, pois não há identificação. A não ser, é claro, para a utilização da tecnologia *off-set*, a grande modernização gráfica da época.

Um segundo fato que demonstra a necessidade de distanciar as redações de Miranda Jordão e Aggio foi a cobertura dada à prisão de Frei Betto. Em nenhum momento a *Folha da Tarde* mencionou que o jornalista teria pertencido aos quadros do jornal. Nem Betto, nem nenhum dos outros militantes presos e que tinham trabalhado do jornal. No mesmo dia 11/11/1969, a *Folha da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relatam a prisão do dominicano no Rio Grande do Sul. O *Estadão* foi o único a mencionar que Frei Betto era ex-chefe de reportagem da *Folha da Tarde*.

O jornalista Adilson Laranjeira, que muito mais tarde, em meados dos anos de 1980, dirigiu a *Folha da Tarde*, substituindo Aggio, relembrou que no instante em que "[...] Frias e Caldeira trouxeram Aggio pra redação, estavam sob forte pressão do governo, sendo, portanto, esta uma decisão estratégica" (entrevista à autora, em 7/7/1999). Tanta era a pressão, que o jornalista Antônio Aggio narrou que o combinado era que os donos do jornal ficariam fora do país por três meses, e ao retornarem, se o faturamento não tivesse aumentado, fechariam o jornal. Neste sentido, Boris Casoy sublinhou que "por uma questão

de sobrevivência", o Grupo Folha "não tinha censor. O jornal tinha decidido não enfrentar o regime. Fez autocensura".[47]

Para executar essa autocensura, um esquema interno foi montado: as notícias chegavam no DICS (precursor da Agência Folhas, que foi criada por Miranda Jordão a pedido de Octávio Frias, no agora longínquo ano de 1967), e essa central de informações redistribuía para todos os jornais do Grupo as matérias, como também as vendia para outros jornais. Luís Carlos Rocha Pinto foi seu diretor nos anos 70, até 1982. Era ele quem recebia também os telefonemas da censura notificando as proibições e as passava aos editores sob o título de "Aviso ao Editor". Quando entregues, os editores davam recibo à Agência. Rocha Pinto explicou que o processo dos telefonemas se baseava na confiança, "[...] Você tinha que acreditar na pessoa que entregava as notas ou telefonava. Não se podia pedir documentos comprovando".[48]

Na *Folha da Tarde*, ao que parece, houve também uma censura interna. O colunista social Giba Um, pseudônimo de Gilberto Luiz Di Pierro, lembrou que *Blandy*, que veio do *Cidade de Santos* com Aggio, era a pessoa que revisava seus textos (entrevista à autora, em 8/11/1999). Esta prática não é tão incomum e certamente também aconteceu em outros jornais do Grupo ou fora dele.[49]

Como se pode notar, o jornal tinha mudado muito. A sensação que os remanescentes da antiga redação expressaram foi a de que, como detalhou Tonico Ferreira, a *Folha da Tarde* havia se tornado, de uma hora para outra, um jornal de extrema-direita. Continuava a

---

[47] Boris Casoy concedeu uma entrevista à autora em 18/3/1999. É interessante perceber que, quando se consulta a documentação da DSI/MJ, em depósito no AN/RJ, há uma série de informes, não assinados, sobre vários jornais, inclusive sobre a *Folha de S. Paulo*. Tem-se a impressão, ao ler, que existia alguém dentro das redações relatando aos órgãos de informação do governo, o clima na redação. Narra-se o humor e as opiniões das pessoas. Há muitas, inclusive, que citam como este jornalista se sente.

[48] Luís Carlos Rocha Pinto conversou comigo, sem deixar gravar, em março de 1999 no prédio da Folha. Ficou na Agência até 1982, e hoje conta tempo para se aposentar. Um comentário pouco gentil de feito por Aggio sobre Miranda, foi o de que o DICS atendia aos interesses do patrão em fazer vários jornais com o menor número de jornalistas. Por mais que seja procedente, era e ainda é uma forte tendência de mercado as agências que centralizam o material. Vale a ressalva de que, quando planejada por Miranda, a DICS não tinha o caráter de centralizar as notas de censura.

[49] Na entrevista que me concedeu, Boris Casoy lembrou que a decisão de autocensura foi anterior à sua chegada ao jornal e que, quando editor da *Folha de S. Paulo*, entre 1977 a 1984, não cortava o texto. Quando sentia algo perigoso ali, ligava para o jornalista e solicitava ajuda para solucionar a questão. Não deixa de ser uma censura, que pede do autor uma cumplicidade. Mas Casoy advertiu que era uma maneira de alertar o jornalista de um perigo que nem ele havia percebido...

ser um jornal militante, mas com propósitos opostos aos de então. Tonico Ferreira pediu demissão em 1970, porque

> "[...] o clima havia ficado insuportável. Os tempos eram duros e o Octávio Frias estava ameaçado pela ditadura e muito assustado. O Aggio trouxe o Torres, que era assessor de imprensa do 2º Exército, e o Horley, para a cúpula do jornal. Demitiu alguns, contratou outros.
>
> Ele sabia que eu era de esquerda, mas, como diagramador, não tinha influência no texto e, por isso, não tinha importância nas disputas políticas. Foi uma época pesada: AI-5, prisões, armas nas gavetas dos diretores e ameaças de bombas na redação. A equipe não era avisada com antecedência sobre as ameaças de bombas. Nunca fomos retirados da redação por medida de segurança".[50]

Para se redesenhar a redação desse período, são oportunas as imagens delineadas pelo jornalista Carlos Brickman, que, com Laranjeira, assumiu o jornal em meados da década de 1980. Brickmann, desde a equipe de preparação do jornal, em 1965, até 1974 esteve no *Jornal da Tarde*, e descreveu que a redação da *Folha da Tarde*, quando lá entrou para trabalhar, era um espaço de mil metros quadrados, "[...] dividido em baias, onde existiam fotolitos pregados com dizeres combatendo 'ideologias exóticas' e conclamando as pessoas ao combate" (entrevista à autora, em 21/4/1999). Isto porque, ao assumir, Aggio pregou na redação uma espécie de "Dez mandamentos", de nove pontos, que no seu conteúdo, faziam do ambiente um "lugar de luta". Publicado na edição comemorativa dos 32 anos do jornal, em 1/7/1981, o "ideário", que em 1970 era para "Informa e servir", tornou-se para "Informar e formar". Assim, o jornal deveria

[50] Tonico Ferreira me concedeu o seu depoimento por e-mail, entre 16/3 e 17/4/2000. Isto porque, na época da pesquisa desta tese, era correspondente da Rede Globo em Londres.

I.	" Desarticular as agressões alienígenas e suas alianças;
II.	Conter a corrupção em todas as suas formas;
III.	Combater a desordem econômica;
IV.	Incentivar o desenvolvimento;
V.	Apoiar a livre empresa;
VI.	Manter a paz social;
VII.	Valorizar o homem brasileiro;
VIII.	Fortalecer a segurança nacional;
IX.	Assegurar o prestígio internacional do País, como um jornal a serviço do Brasil".

Considerados, por eles mesmos, como um *Exército de jornalistas/combatentes*, em uma observação final, explicando esse *norte*, Aggio analisa que "[...] 'estar isento não significa omitir-se e pactuar com o crime, seja de que natureza for' e 'Liberdade é o direito de agir segundo as próprias convicções e o dever de aceitar as reações a tais atos'" (*Folha da Tarde*, 1/7/1981).

Todas essas "explicações" sobre as diretrizes do jornal foram dadas, por Aggio, doze anos depois de assumi-lo. Quando tomou posse na *Folha da Tarde*, o editor optou por uma linha agressiva e policialesca contra os atos de "terrorismo" realizados pelas esquerdas armadas. A diretriz adotada pelo jornal, era a do "[...] combate aos tóxicos e aos 'inferninhos'". Portanto, são moralizações de conduta, pela via policial, que o jornal passou a pregar e que, segundo Aggio e Carlos Dias Torres, aumentavam o faturamento. Combinar temas polêmicos com abordagens incisivas era uma estratégia conhecida, como o editor-chefe fez questão de sublinhar, desde meados dos anos 1950 pelo jornal. Talvez devamos substituir jornal pelo termo "esses jornalistas".

Ao que tudo indica, a ação da *Folha da Tarde*, na visão de seu editor, não precisava ser esclarecida. Isto porque, já em julho de 1969, Aggio preferiu também retirar os editoriais do jornal. Assim, o editorial — o lugar onde a equipe de redação expõe as diretrizes que norteiam o periódico, em que dão sua opinião sobre as questões do momento, em que avaliam o panorama —, foram substituídos por *charges*.

Certamente, Aggio discordaria de Millôr Fernandes, que dias antes, no primeiro número do *Pasquim*, sentenciava que "[...] os humoristas têm importância bastante para serem presos e nenhuma para serem soltos" (26/6/1969, p. 9). Portanto, o desenho de humor, uma peça tão censurada, definira as linhas da *Folha da Tarde* entre julho de 1969 e maio de 1984, e essas eram feitas por Otávio, um chargista vindo da *Última Hora*, e mais tarde por Novaes e Franco.[51]

Para se perceber os objetivos do jornal, os valores a serem transmitidos, os seus "dez mandamentos", basta checar suas manchetes. Imbuídos de uma idéia de "guerra santa", do suposto caráter sublime e magnânimo da empreitada, moralizar, no sentido das diretrizes do governo Médici e do pós-AI-5, era a conduta. Respaldados no aumento das vendas do jornal, seus editores acreditavam e ratificavam o acerto do trajeto. Como frisou Carlos Dias Torres, "[...] não encalhava jornal, e o combate ao entorpecente vende, mas também é uma guerra santa".

Para Aggio, as preocupações da *Folha da Tarde* também eram com os "atos de terrorismo", pois estes, ao que parece, tinham público cativo, além de alinhar o jornal ao governo autoritário. Nesse sentido, a *Folha da Tarde* passa a ser um divulgador de notas oficiais. Nesse sentido, divulgar as informações do governo, no caso das ações armadas das esquerdas, merece duas ressalvas. Uma é que o primeiro grande evento das esquerdas aconteceu poucos meses depois de Aggio assumir o jornal. O seqüestro do embaixador americano em setembro, tanto endurece mais ainda o governo e suas ações, como também as manchetes da *Folha da Tarde*. A outra é que, como frisou Carlos Dias Torres, a divulgação dessas notícias, no tom escolhido, vendia o jornal e tinha o apoio dos donos, Frias e Caldeira, para assim serem veiculadas. Portanto, a *Folha da Tarde* não pode ser percebida como um jornal independente. Ela estava calcada e subordinada ao Grupo Folha da Manhã.

Assim, as manchetes da primeira página da *Folha da Tarde*, além de difundirem informes oficiais — que davam outra versão à verdade dos fatos —, também criavam um

[51] Na visão de Maurício Maia (1999), é interessante perceber que a censura aos desenhos de Henfil se deu tanto pelos órgãos do Estado, como, por redações que adotaram a autocensura, de maneira clara ou disfarçada. No *Caderno de imagens* dessa tese há algumas *charges* desses autores publicadas no jornal.

pacto com o cativo público leitor. O tom agressivo aumentava as vendas. O crescimento da circulação difundia a notícia e a fazia um fato. Quase que diariamente se lia que,

- "**Honras militares para a vítima de Marighella**", de 8/11/1969, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella;
- "***Oban* desmantela quadrilhas do terror**", de 28/1/1970, acerca dos mais de 320 militantes políticos presos;
- "**Cônsul livre: começa a caça**", de 16/3/1970, sobre a trocada de presos políticos pelo cônsul japonês;
- "**Prisão para os 140 terroristas da ALN**", de 1/4/1970, acerca do indiciamento de 143 "criminosos",[52] dos quais 140 já com prisão preventiva decretada;
- "**Terrorista fere e morre metralhado**", em 4/4/1970, sobre a morte de Dorival Ferreira;[53]
- "**Fim do seqüestro: 40 bandidos na Argélia**", de 16/6/1970, sobre a troca de presos políticos pelo embaixador alemão;
- "**Chantagem sexual é arma do terror**", de 28/7/1971, sobre a militante Solange Lourenço Gomes, que se entregou à repressão em março daquele ano, e que, anos mais tarde, se suicidou;[54]
- "**Terror mata e rouba em hospital carioca**", de 3/9/1971, sobre o assalto à clínica Dr. Eiras por militantes de esquerda;
- "**Amor, fé e orgulho. Para sempre Brasil**", de 8/9/1971, sobre as paradas militares do dia anterior;[55]
- "**Lamarca deixou 2,5 milhões de dólares**", de 20/9/1971, acerca da morte de Carlos Lamarca;
- "**Eis os assassinos e inimigos do povo**", de 28/9/1971, com fotos dos militantes procurados;
- "**DOPS paulista desmascara infiltração comunista**", de 23/1/1975, divulgando 105 indiciados na Lei de Segurança Nacional.[56]

---

[52] A partir do inquérito sobre subversão realizado pelo DEOPS paulista, os militantes já são considerados, antes do julgamento, criminosos, culpados.

[53] Pela notícia do jornal, que também foi publicada pelo *Notícias Populares* e *Última Hora*, sabe-se que o militante da ALN, cercado por agentes da *Oban* em sua casa, troca tiros com os policiais. Um desses matam Dorival Ferreira. No arquivo do DEOPS paulista há o registro da "execução com 11 tiros".

[54] No relato de Percival de Souza sobre o delegado Fleury, o jornalista traz à tona também o episódio de arrependimento da militante do MR-8 Solange Lourenço Gomes. Segundo Souza, Solange "se entregou voluntariamente para, como fio de Ariadne na caverna de Teseu, fornecer importantes informações complementares sobre Lamarca e a organização. Quase tudo! A espontânea judas de saias agiu como um câncer dentro do MR- 8, no qual Lamarca estava se apoiando" (p. 279).

Acerca deste episódio, Daniel Aarão Reis Filho declarou que: "estes comentários sobre a Solange revelam impiedade e ignorância. Quando a Solange se entregou, estava completamente debilitada mentalmente, passou na cadeia se recuperando durante longos anos, com a solidariedade de gente que teve grandeza para isto. Solta, acabou se suicidando, roída por um desespero existencial que nunca a abandonou e que a perseguia há muitos e muitos anos".

[55] A foto da primeira página do jornal está no *Caderno de imagens* desta tese.

[56] Na última edição da *Folha da Tarde*, em 21/3/1999, há uma seleção de primeiras páginas do jornal nas décadas de 1950 a 1990. Nenhuma das capas mais sensacionalistas, de cunho político, aparecem. Das existentes nessa edição especial do jornal, há uma reprodução no *Caderno de imagens* desta tese.

Na visão de Laranjeira, "talvez fosse conveniente, naqueles tempos, manter a *Folha da Tarde*", um jornal "de maior tiragem", onde muitos jornalistas eram policiais ou se tornaram lá dentro. O próprio editor-chefe possuía um cargo administrativo, por concurso público, na polícia desde 1962. O coronel da PM, na época major, Edson Corrêa, era repórter da Geral; o delegado Antônio Bim esteve por pouco tempo no jornal; o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia; além do chefe da Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira.[57]

O delegado Sequeira fez questão de sublinhar que "quando entrou para a *Folha da Tarde* não era policial". Veio do jornal *Cidade de Santos*, sua cidade natal, para a sucursal do mesmo jornal em São Paulo, entre 1968 e 1969. Entrou para o jornal entre 1970 e 1971, por intermédio de Aggio, que conhecida desde Santos. Sempre esteve ligado à área de Internacional e, como era advogado, fez concurso para delegado, em 1972, para garantir sua independência financeira. Sublinhou várias vezes que do jargão de "maior tiragem" atribuído à *Folha da Tarde*, ele foi o único que lá ficou, por mais de 20 anos, sendo policial e jornalista.

A pedido de Aggio, em 1977, Sequeira foi transferido da delegacia do bairro da Penha para o DOPS, na seção de inquéritos, já que, como Aggio fez questão de frisar, no seu currículo, "assessora o Dr. Romeu Tuma há três décadas". Assim, Sequeira foi concomitantemente policial, pela manhã, seguindo o delegado Romeu Tuma até 1985, e jornalista, à noite, de 1972 a 1988.

Ao entrar para o jornal, Sequeira era subordinado a Jorge Okubaro, que permaneceu na *Folha da Tarde* com a saída de Ítalo Tronca, e assumiu a editoria de Internacional. Sequeira ressaltou que Okubaro sempre soube onde ele trabalhava, e Tronca, a seu respeito, lembrou que

> "[...] o Jorge atuou como meu auxiliar na época em que editei a página internacional da *Folha da Tarde*. Bom redator, aplicado, andava metido com um grupo de luta armada do qual não me lembro o nome. Sei que

---

[57] As informações acima me foram dadas pelo delegado Sequeira, que me concedeu entrevista na sua sala de trabalho, no departamento de Polícia Científica do Instituto de Identificação, responsável pelas carteiras de identidade, em 22/4/1999. Tinha 53 anos quando desse depoimento, e vale ressaltar que foi extremamente verdadeiro em suas respostas e tranqüilo com a sua trajetória, muito diferente das entrevistas feitas com Aggio ou Carlos Dias Torres, por exemplo.
Sequeira lembrou também de outros jornalistas/policiais, como: João Paterno, delegado, do *Diário da Noite*, e Generoso Grutilla, delegado e da Agência Folhas quando esta foi dirigida por Adilson Laranjeira (1981-1984).

> passei maus bocados depois da prisão dele. Fui parar na *Oban* porque descobriram que eu fora avalista de um apartamento em que ele morava em São Paulo. Acharam lá um mimeógrafo a álcool (sempre!) e material de propaganda. Perdi o Jorge de vista depois da prisão. Anos mais tarde soube que ele trabalhava no *Estadão*" (entrevista à autora, em 3/5/2000).

Nessa fauna humana de tendências, pouco a pouco a *Folha da Tarde* vai afunilando a redação com jornalistas mais identificados com os propósitos do jornal. Sequeira recordou que, entre fixos e colaboradores, cerca de cem profissionais estavam envolvidos com o jornal, nos quinze anos em que Aggio esteve por lá. Para se compreender a dinâmica interna da *Folha da Tarde* a partir de julho de 1969, é importante confrontar, mais uma vez, as atitudes do jornal, nas suas matérias impressas, aos fatos ocorridos.

Quando o presidente da República, general Ernesto Geisel, indicou Paulo Egídio para governador de São Paulo, este nomeou para a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, recém-criada, o empresário José Mindlin.[58] O novo secretário escolheu o jornalista Vladimir Herzog para diretor de jornalismo da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, única e exclusivamente pela sua experiência na BBC de Londres, que o fazia o melhor candidato. Como era de praxe, os nomes deveriam passar pelo crivo do SNI, que aprovou a escolha.

O jornalista vinha da revista *Visão*, e era acusado de pertencer a uma célula de jornalistas do PCB. A partir de sua contratação e das alterações no conteúdo jornalístico da emissora, travou-se uma intensa campanha na imprensa e na TV contra ele. O jornalista Cláudio Martins-Marques, que encabeçou essas ações, acusou a TV estatal de pró-vietcong, e o secretário Mindlin de "secretário cor-de-rosa", ou "um cripo-comunista".[59]

Marques era, desde outubro de 1974, superintendente do *Diário de Comércio e Indústria*, cujo Grupo também possuía os periódicos *Shopping News* e *City News*. O jornalista era repórter desde 1966 e editor de política, com uma coluna semanal

---

[58] Entrevista concedida à autora, em 6/11/1999.

[59] Em seu depoimento, Cláudio Martins-Marques sublinhou suas identificações com os ideários autoritários implementados no país e fazia do seu ofício de jornalista uma forma de apoiar essas visões. Foi imbuído desse sentimento que fez a campanha contra os jornalistas ligados ao PCB que atuavam na imprensa. Com a nomeação de Vlado para responder pelo jornalismo da TV estatal, sua campanha chegou ao ápice (entrevista à autora, em 8/11/1999).

denominada "Coluna Um".[60] Quando Vlado foi espontaneamente à *Oban*, em 25 de outubro de 1975, depois da intimação do dia anterior em sua casa, Marques declarou, na sua coluna do jornal *Shopping News* que saiu um dia depois da morte de Vlado, que ele se encontrava no "Tutóia Hilton".

O assassinato de Vlado foi assunto proibido para a revista *Veja*. O jornalista Mino Carta, diretor de Redação, escreveu um parágrafo no editorial de 5/11/1975, sob o título de "garantia da tranqüilidade", e resumiu o momento

> "Algum tempo talvez tenha de passar antes que se possa meditar e analisar o exato significado da visita do presidente Ernesto Geisel a São Paulo. Em todo caso, desde já são evidentes a honradez, a integridade, o alto sentido de responsabilidade do presidente da República, tanto quanto a serenidade e as inextinguíveis esperanças da população de São Paulo e toda a nação brasileira. Na impossibilidade de apresentar um quadro menos genérico, VEJA declara o débito de uma contribuição mais explícita a essa serenidade e a essa fé, que confia poder saldar tão logo lhe seja possível".

O débito que *Veja* se autocredita era o do silêncio. Noticiada como suicídio, a morte de Vlado expunha que o projeto de distensão lenta de Geisel encontrava resistências.[61] Uma semana depois, São Paulo assistiu à missa na Catedral da Sé como um ato de protesto. Mas, o que teria noticiado a *Folha da Tarde* sobre a missa ecumênica? Nada! Para esse jornal, não houve serviço religioso, não houve protesto, não houve contestação às torturas e à morte de Herzog.

---

[60] Cláudio Martins-Marques era jornalista do *Shopping News* e da TV Bandeirantes, onde lia notícias. Foi expulso, a pedido de mais de quinhentos jornalistas, do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, e foi defendido pelo jornalista Alberto Paraiba Quartim de Morais, mais tarde porta-voz no governo Franco Montoro. Seus pares discordavam da forma como ele noticiava os fatos ligados à categoria e com a campanha feita contra Herzog, que culminou na sua morte. Em fevereiro de 1983, o juiz de Direito Caio Graccho Barreto Júnior julgou procedente o recuso de Marques contra o Sindicato. Um ano após, em março de 1984, o desembargador Nelson Fonseca decidiu pela reintegração de Cláudio Martins-Marques ao Sindicato. Meses depois, em 4/10/1984, a *Folha de S. Paulo* noticiava que Cláudio Martins-Marques seria *ghost writer* do candidato Tancredo Neves.

Nos arquivos do DEOPS/SP, existem, no dossiê sobre Cláudio Martins-Marques, informações de que ele foi suplente do vereador Ferraz de Vasconcelos (UDN), em 1964. Tempos depois, em janeiro de 1968, o jornal *Última Hora* publicou uma briga entre os dois, quando o vereador acusou Marques de corrupto. Ferraz de Vasconcelos foi cassado. Há também um boletim do SNI, de 19/9/1968, no qual colegas de Marques do jornal *City News* questionam como ele obteve a informação de que o dólar subiria com dois meses de antecedência. No mesmo arquivo, há a referência de que no dia 5/9/1974, realizou-se, na biblioteca Municipal uma homenagem ao almirante Sylvio Heck, com discurso de Marques lembrando que o almirante empenhou-se "no combate ao comunismo [...] e [pela extensão do] território de 200 milhas marítimas ao país".

[61] Cf. Jordão (1979); Markum (1985); Kucinski (2001).

Caso semelhante ocorreu na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, na plenária de 25/4/1984, pelas "Diretas Já". Todos os jornais do país noticiaram a intimidação que o general Newton Cruz realizou, fazendo *exercícios militares* e cercando o Congresso Nacional, com tropas da PM, do fim da tarde até às 21 horas.[62] O general Cruz, ex-chefe do SNI, era, desde agosto de 1983, responsável pelo Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, com sede em Brasília, e o executor de medidas de emergência. Usando desse instrumento, o general declarou ter antecipado o esquema de segurança em 24 horas, para evitar o acesso não autorizado ao Congresso. No entanto, o cerco se deu após cerca de oitocentos estudantes terem se concentrado no saguão para uma vigília cívica até a votação. Para a *Folha da Tarde*, houve apenas um teste de adestramento.

São inúmeras as atitudes de alinhamento da *Folha da Tarde* com os governos pós-AI-5. Seguindo as normas ditadas, o jornal realizou também, em muitos momentos, uma releitura da realidade vivida e a retratou, *sem isenção*, ao seu público leitor. Sua fama de "maior tiragem" também era bem verídica. Jornalistas empenhados em uma "batalha, uma guerra santa", nortearam a gestão Antônio Aggio, Horley Antônio Destro e Carlos Dias Torres.

Deve-se sublinhar, também, os exemplos dos ex-militantes da VPR, Marcos Vinício Fernandes dos Santos e Rômulo Fontes, que em maio de 1970 fizeram um "arrependimento público" e se tornaram, depois, jornalistas da *Folha da Tarde*. Marcos Vinício foi colaborador e, segundo Rômulo Fontes, que foi jornalista da *Folha da Tarde* de 1971 a 1984 na seção de Geral, "[...] o Aggio queria contratá-lo, mas o Frias não deixava". Para Fontes,

> "[...] o jornal era um oásis dentro do inferno que era o Grupo Folha. [...] Uma redação excelente, uma escola. Me disciplinou. Abriu minha visão. Não tínhamos problemas de censura, porque seguíamos a pauta feita pela direção. A *Folha da Tarde* foi a grande escola pra mim. Lá, conheci o Aggio e o Torres, homens de fibra" (entrevista à autora, em 3/11/1999).

Concomitante a esse trabalho, Fontes possuía um semanário na cidade de Osasco, *O Povo*. Esta cidade, e alguns políticos dali, também tiveram influência sobre o jornal.

---

[62] Há uma imagem desse ato, a primeira página da *Folha de S. Paulo* de 25/4/1984, no *Caderno de imagem*.

A *Folha da Tarde* era um jornal considerado feio, com inúmeras colunas, onde a idéia era "o máximo de notícias, no mínimo de espaço". A tiragem do jornal, no sentido numérico de vendas, girava em torno de 180 mil exemplares/dia no final dos anos de 1970, o que fez Aggio afirmar que o jornal tinha muita penetração e muito poder. Reflexos dessa autoridade e força podem ser medidos nas comemorações do 30° aniversário da *Folha*, em 1979. A Câmara Municipal de São Paulo prestou uma homenagem ao jornal, por ter atingido 200 mil exemplares/dia, marca que a *Folha de S. Paulo* atingiu em 1968. A iniciativa coube ao deputado Francisco Rossi (ARENA/SP),[63] ex-prefeito de Osasco, e o jornal foi saudado, em uma ironia difícil de compreender, pelo deputado Audálio Dantas (MDB/SP), presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo no momento da morte de Herzog, engajado nas lutas contra a censura e que começou como jornalista na *Folha da Tarde*, em 1950.

Infelizmente, contudo, em nenhum momento Dantas fez referências às atitudes agressivas e, por vezes, não verídicas contra os atos das esquerdas armadas, a divulgação de notícias oficiais, entre outras coisas, que o jornal vinha tendo desde julho de 1969. Creio que o jornalista certamente falou ali como um profissional sobre uma instituição, e não acerca da orientação política da instituição naquele momento particular.

Três anos depois, em 29/10/1982, a Câmara Municipal novamente homenageia o jornal, agora nas pessoas de Carlos Caldeira Filho e Antônio Aggio. Nessas ironias do destino, no dia anterior, morria o trotskista Hermínio Sacchetta, e Aggio estendeu sua homenagem a um símbolo do "jornalismo revolucionário", formador de uma "escola" de profissionais, de quem ele se dizia um *foca*. Na ambigüidade e hipocrisia desse instante, a *Folha da Tarde* de 30/10 relatou as felicitações recebidas, e lá estão o comandante do 2° Exército, o secretário de Segurança Pública, representantes da Associação dos Funcionários da Polícia Civil, e da Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, e vereadores da Câmara Municipal de Osasco, entre outros, fazendo assim um resumo da vida e dos personagens do jornal durante sua gestão.

---

[63] Rômulo Fontes declarou ter movido um processo contra Rossi, mas que o coronel Lepiane, enquanto superintendente da regional do DPF de São Paulo, não autorizou a implantação do inquérito, que também foi recusado pela Auditoria Militar.

Nesse sentido, os que passaram pelo segundo andar do prédio 425 da Alameda Barão de Limeira, por quinze anos estiveram em sintonia com as agências repressoras. O clima festivo no início dos anos 1980, de comemorações e homenagens, são opostos à tensão vivida, dentro e fora da redação, dez anos antes. Nos embates daquele momento, se os militantes das esquerdas armadas ousaram exigir a leitura de seus informes em cadeia nacional, o governo ousou fazer ex-militantes se arrependerem em público. A *Folha da Tarde* contratou ex-militantes arrependidos e empresários atrelados às doutrinas do governo. Como lembrou Percival de Souza, cuja passagem já citei anteriormente, o esquema autoritário repressor foi montado com o auxílio de empresas privadas nacionais ou não, que

> "[...] emprestavam caminhões, uniformes e entregadores de gás do Grupo Ultra [de Henning Albert Boilesen] para as *campanas* do Doi-Codi, as vigilâncias de ligares onde havia *pontos* marcados — e, de repente, aqueles homens uniformizados como operários, carregando botijões de gás ou tocando buzina para anunciar estridentemente a passagem, surgiam dando tiros, algemando, empurrando, prendendo, matando" (Souza, 2000, p. 172).

A mesma acusação feita ao Grupo Ultra também foi feita ao Grupo Folha da Manhã. Assim, "[...] os grupos de extrema esquerda destruíram vários carros distribuidores de um grupo jornalístico paulista que, depois de entregar a direção de um de seus jornais a elementos ligados aos órgãos de segurança, cedeu automóveis para serem utilizados pelos agentes do CODI-DOI" (Fon, 1979, p. 57). Nas manchetes da *Folha da Tarde* e *Folha de S. Paulo* do dia 22/9/1971, há um editorial intitulado "Banditismo", onde se lê, além do fato ocorrido, certamente também a explicação da existência de um jornal como a *Folha da Tarde* no Grupo Folha da Manhã. Portanto, pela voz do dono, que pela primeira e única vez escreveu e assinou o editorial, sabe-se que

> **"A sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós.**
>
> Dois carros desse jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em 'represália' a notícias e comentários estampados em nossas páginas.
>
> [...] Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos.
>
> Não distinguimos terrorismo do banditismo.
>
> [...] Quanto aos terroristas, não podemos deixar que caracterizá-los como marginais. [...] Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rótulo de idealismo político.
>
> [...] Da opinião pública, o terror só recebe repúdio.
>
> [...] As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão a nossa linha de conduta.
>
> Como o pior cego é o que não quer ver, o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele.
>
> Nunca houve.
>
> E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelo seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social - realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama. *O país, enfim, de onde a subversão — que se alimenta do ódio e cultiva a violência — está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete o sentimento deste. Essa mesma Imprensa que os remanescentes do terror querem golpear.*
>
> Assinado por Octávio Frias de Oliveira" (*Folha da Tarde* e *Folha de S. Paulo*, 22/9/1971, p. 1, ênfase minha).

Calcados no repudio às ações de empresários em apoio à ditadura, quatro militantes das esquerdas armadas, no dia 21/9/1971, incendiaram duas caminhonetes que distribuíam os jornais do Grupo Folha, em dois locais diferentes. Uma no Ipiranga, por volta das seis horas da manhã, na esquina das Ruas Silva Bueno e Labatut, e a outra no Brooklin, às oito horas, no cruzamento da Avenida Santo Amaro com a Rua Indiana. A acusação é similar àquela feita ao Grupo dirigido por Boilesen, que carros eram emprestados à repressão e atraíam os militantes, que por não verem as indicações de policiais, caíam na armadilha. Contra a *Folha da Tarde* pesavam também as reportagens dando outras versões oficiais aos fatos, uma maneira de apoiar o governo. A matéria sublinha que "nas duas ocasiões, os

terroristas escreveram no asfalto, com tinta 'spray', frases subversivas, com a sigla 'ALN', e desenharam um circulo com uma cruz ao centro".[64]

É interessante apontar que em meados dos anos de 1960, o Grupo Folha investiu no *layout* do jornal — com as máquinas de *off set* —, e em nova frota — com as caminhonetes modelo F-100 amarelo e bege, que faziam parte da estratégia de ampliar a atuação da empresa. Assim, ao destruí-las, os militantes, provavelmente sem saber, ateavam fogo a um dos símbolos da gestão Frias/Caldeira. Os veículos materializavam a modernidade da nova administração, que aumentava o seu universo de leitores tanto na capital, como no interior, apostando na rapidez em atingir os mercados.

No prazo de um mês a partir desse primeiro episódio, dois outros atentados ao patrimônio do Grupo foram realizados. Um, em 25/10, na Rua Benedito Calixto, em Pinheiros. No carro que está carbonizado vem escrito: *Folha da Tarde*.[65] O terceiro e último foi no dia seguinte e em um local bem próximo, na esquina das Ruas Teodoro Sampaio e Lisboa, no mesmo bairro de Pinheiros. Neste último, noticiado na primeira página da *Folha da Tarde*, como um aviso os militantes deixam ameaças de que irão "assassinar o presidente da *Folha da Tarde*".[66]

Esses atos, que não são isolados, fazem parte de inúmeros outros, realizados pelas esquerdas armadas, como assaltos a supermercados, bancos, joalheiras etc., como uma forma de arrecadação de dinheiro para manter os militantes e a vida na clandestinidade. As "expropriações", como eram divulgadas na época, faziam parte da estratégia de guerrilha urbana e rural estipuladas por esses grupos. Uma forma de desqualificar essas atitudes foi a matéria da *Folha da Tarde* dias antes desse atentados aos seus carros. Em 5/10, a manchete era "Briga por dinheiro desmascara terror. Eis o terror: vida de nababos e falsa ideologia". Baseado nos depoimentos de Antônio André Camargo Guerra, tesoureiro do MRT, preso e torturado, ainda como reflexos da morte do empresário Boilesen, a militância era

---

[64] No *Caderno de imagens* da tese existe uma foto dessas caminhonetes incendiadas. Não há, na matéria, nenhuma foto desse círculo com a sigla da ALN.

[65] Uma foto deste episódio encontra-se no livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987, p. 225), onde se lê: "incêndio em veículos das *Folhas de S. Paulo*, (ALN)".

[66] A família Frias, com os atentados, mudou-se temporariamente para um apartamento, construído por Caldeira, na sede do jornal.

apresentada como um lugar de luxo e o dinheiro arrecadado como uma forma de suprir necessidades pessoais.

Portanto, o perfil dos quinze anos de gestão de Antônio Aggio à frente da *Folha da Tarde*, de 1/7/1969 a 7/5/1984, precisa ser circundado, tendo como espelho a trajetória da *Folha de S. Paulo*. Mais uma vez recorrendo à periodização de Mota e Capelato (1981), para estes autores, em relação à *Folha de S. Paulo*, entre 1968-1974, ocorreu no jornal uma "revolução tecnológica", e entre 1974-1981, teria se definido um projeto político-cultural para o mesmo. A riqueza dos acontecimentos, contudo, demonstram ser extremamente empobrecedora essa classificação. Faz-se, aqui necessário, nesse sentido, um parêntese.[67]

***

As mudanças que vão se operar a partir de 1984 no Grupo Folha da Manhã, e que também definiram os novos rumos da *Folha da Tarde*, certamente estão relacionadas aos eventos ocorridos em setembro de 1977. Nesse sentido, é importante ter em mente que, entre 1962 e setembro de 1977, no cabeçalho do jornal se leu "Diretor Presidente, Octávio Frias de Oliveira". Em meados de 1975, Cláudio Abramo retornou à *Folha de S. Paulo*, depois de ter deixado o jornal em 1972, meses após ter sido promovido a diretor de redação e substituído por Ruy Lopes, da sucursal de Brasília. A volta de Abramo representou um início, ainda discreto, da reformulação do jornal e muitos percebem aí o que mais tarde ficou conhecido como o "Projeto Folha". Nessa direção, Mino Carta mais uma vez expôs dores e definiu que Abramo foi

[67] Ao recontar a sua própria trajetória, no aniversário de 80 anos da *Folha de S. Paulo*, o Grupo Folha da Manhã embaralhou as cartas do jogo de outro modo. Assim, "[...] no governo de Emílio Garrastazu Médici, o mais duro do regime militar, de 1969 a 1974, a Folha viveu um período marcadamente acrítico. Editorialmente, apoiou o general. Abandonou, no início, os editoriais. Depois, publicava apenas um. Não havia articulistas ou colaboradores que escrevessem sobre política. No noticiário, tomou cuidados para não divulgar como verdadeiro o que era versão, muitas vezes falsa, das forças repressivas. Publicou notas sobre mortes de oposicionistas entre aspas, apontando como fonte os órgãos policiais e militares, sem assumir como suas as informações" (*in* "Militares ameaçam suspender circulação, *Caderno Especial: 80 anos*, 18/2/2001, p. 3).

> "[...] o melhor jornalista engajado pela Folha em todos os tempos. Os moços do Projeto ganhariam em lucidez se atinassem para o que aconteceu a partir de 1974, entre o quarto e o nono andar de um prédio da rua Barão de Limeira. Os princípios básicos da mudança nasceram do conúbio Octávio, o Velho — Cláudio e foram postos em prática até 1977. A plataforma estava ali, tudo aquilo que tornou a Folha o jornal mais vivo e instigante do País.
>
> [...]Talvez sirva à meditação do Velho a consideração de que a Folha que aí está surgiu em um momento raro na sua singular amizade com Abramo. Por cerca de três anos, Abramo controlou os seus pendores anárquicos e reduziu o alcance dos seus rompantes espanta-burguês. Frias deixou de explorar as depressões do amigo, a fragilidade emocional escondida atrás da agressividade fácil".[68]

No rol das transformações do jornal está a criação da "Página Três", com a colaboração de intelectuais e jornalistas como Paulo Francis, Newton Rodrigues e Alberto Dines. Essas alterações só começariam a se efetivar em 1976, quando Abramo ascendeu novamente à direção efetiva da redação juntamente com Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho.

Em 1977, o governo estava embrenhado nas articulações para a sucessão de Geisel. Na Semana da Pátria, um jornalista da *Folha*, Lourenço Diaféria, escreveu uma coluna intitulada "Herói. Morto. Nós", publicada no dia 1° e que, segundo os militares, maculava a imagem do patrono do Exército brasileiro, o Duque de Caixas. No dia 20 de setembro, a direção da empresa Folha da Manhã decidiu suspender todos os editoriais e artigos da *Folha de São Paulo*, em decorrência da prisão do jornalista Lourenço Diaféria. Em seguida, a *Folha* chegou a ser acusada pelo secretário de Segurança do Estado de São Paulo, coronel Antônio Erasmo Dias, de conter em seus quadros "muitos elementos subversivos", sendo ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Em virtude desses fatos, o proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira, decidiu pelo afastamento de Cláudio Abramo do posto de editor-chefe. O chefe da Casa Militar, ministro Hugo de Abreu, pessoalmente exigiu providências de Frias para não fechar o jornal e Cláudio Abramo

---

[68] Carta, Mino, "Posfácio". (*in* Lins da Silva, 1988, p. 216). Este livro é uma análise dos três anos, cerca de mil dias, da implementação do "Projeto Folha" a partir da posse de Otávio Frias Filho na redação do jornal, em maio de 1984. Para Lins da Silva, o fato ocorrido em 1977, com a saída de Cláudio Abramo, foi descrito como um "acidente de rota" (p. 46).

deixou a redação. A *Folha de S. Paulo* resolveu também pela extinção da coluna *Jornal dos Jornais*, escrita aos domingos pelo jornalista Alberto Dines.

Mino Carta sentencia que Abramo

> "[...] tinha posições políticas firmes e conhecidas e não se afastou delas por toda a vida. Fez, porém, um jornal apartidário e pluralista, embora nítido na oposição ao regime fardado. Frias não hesitou, enfim, em afastá-lo da direção do 'porta-voz da sociedade civil' (a expressão é de Carlos Eduardo Silva), em setembro de 1977, cedendo às pressões de uma facção do sistema, que apoiava a candidatura de Sylvio Frota à sucessão de Ernesto Geisel. Vinte e cinco dias depois da queda de Cláudio, quem caía do Ministério do Exército era o próprio Frota. Cláudio não retomou seu posto. Embora reto e competente, jamais seria confiável para o *establishment*, e jamais conveniente em um posto destinado ao herdeiro natural" (Silva, 1988, p. 217).

O "herdeiro natural" a que Mino Carta se refere é Otávio Frias Filho. Nos bastidores da imprensa, há sempre a referência de que a sucessão no Grupo Folha se deu de maneira "mais tranqüila" com Boris Casoy, do que talvez ocorresse se Cláudio Abramo estivesse no comando da redação. Terreno movediço das hipóteses, Mino Carta é mordaz ao comentar que,

> "[...] Otavinho talvez sofra, em um silêncio que não se concede sorrisos de Gioconda, a sua condição de diretor de redação por direito divino. Sempre lhe faltará a certeza de que foi para o trono por mérito próprio, e não por ser filho do patrão. O Projeto Folha valeria, assim, para demonstrar que ele está no lugar certo — quer dizer, servira para minorar o seu tormento" (Silva, 1988, p. 217).

Boris Casoy, que tinha se desligado do jornal em junho de 1976, retornou, contudo, em 1977, e passou a escrever uma coluna sobre os bastidores políticos intitulada "Painel". Na crise, Casoy, que estava de férias na época, foi trazido às pressas pra São Paulo, a pedido de Frias. O objetivo era salvar o jornal, mantendo-o circulando. Frias entregou-lhe a *Folha de S. Paulo*, e retirou seu nome do cabeçalho da primeira página.[69]

---

[69] No mesmo 20/9/1977, Octávio Frias de Oliveira retirou seu nome de todos os jornais do Grupo. Na *Folha da Tarde* foi impresso "Editor Responsável, Antônio Aggio Jr.".

Nas reflexões de Boris Casoy, várias vezes o termo "sobrevivência do jornal", foi usado para definir a estratégia traçada naquele período, em que "não cabiam experiências". O jornalista também sublinhou que os jornais que permaneceram na grande imprensa, precisaram "readministrar suas redações". Assim, entre 20/9/1977 e 23/5/1984, esteve impresso no cabeçalho da *Folha de S. Paulo*: "Editor Responsável, Boris Casoy" (entrevista concedida à autora, em 18/3/1999). Novamente nas reflexões de Carta, sabe-se que

> "Cláudio criava, com o aval de Frias. A gestão Boris Casoy, um profissional mais talentoso do que muitos entre seus colegas costumam reconhecer, confirmou a orientação. Somente no afastamento de Cláudio a Folha repudiou o axioma: em time que está ganhando não se mexe" (Silva, 1988, p. 216).

Ajustando-se ao novo momento, a partir de 1978 a *Folha* iniciou uma série de mudanças na estrutura interna da redação. Foi criado o conselho editorial, cujo secretário-geral era Octávio Frias Filho. O "Projeto Folha" consolidou, a partir de então, a nova linha editorial do periódico paulista, incorporando estratégias de *marketing* e buscando fazer, nas palavras de Frias Filho, "um jornalismo crítico e imparcial".

Às vésperas de tomar posse no jornal como seu editor, Otávio Frias Filho definiu as diretrizes da Folha, e do Grupo, como crítico, pluralista e moderno. Ou, como assinalou Carlos Eduardo Lins da Silva, aproximou o periódico "de um amplo setor da sociedade brasileira que no final da década de 1970 somava seus esforços [...] para tentar pôr fim ao regime autoritário que perdurava desde 1964" (Silva, 1988).

O mais relevante a sublinhar, entretanto, são as considerações de Mino Carta acerca da definição de Otávio Filho e Carlos Eduardo do novo momento do periódico. Para Carlos Eduardo, na leitura de Carta, "jornalismo é negócio", mas como sublinha Mino,

> "[...] resta ver como cada qual enxerga o seu negócio. [Assim], todos serviram ao poder, quem mais, quem menos, dependendo da arrumação do cenário e da força do seu jornal. Nada de surpresas. A imprensa no Brasil é sempre parte do poder, é o próprio poder, mesmo quando está na oposição. Uma eventual divergência com o governante de plantão não abala este pilar do *establishment*.

> [Portanto], a contribuição da imprensa para a manutenção do *status quo* tem sido magnífica — em certas circunstâncias, vital" (Silva, 1988, pp. 213-214).

No bojo do processo de transformações políticas no país, tendo no horizonte as inúmeras manifestações populares pelas "Diretas Já", em 24/5/1984, um mês depois da derrota da Emenda Dante de Oliveira, alterou-se mais uma vez o cabeçalho do jornal e se imprimiu "Diretor de Redação, Otávio Frias Filho". Um pouco mais de sete anos depois, o jornal, que desde 1961 diz ser "Um jornal a serviço do Brasil", voltou a ter o nome da família Frias. Justificando sua saída, Boris Casoy declarou que "[...] na *Folha* já tinha feito tudo, tinha batido no teto duas vezes, não tinha nenhum desafio, tinha se transformado em rotina" (entrevista à autora, em 18/3/1999).

O grupo de jovens jornalistas que assumiu o jornal a partir de então traz essas mudanças envoltas no "Projeto Folha", definido posteriormente pelo diretor-adjunto de redação, Carlos Eduardo Lins da Silva, como "[...] 'um conjunto de valores' sistematizados pelo grupo que assumiu o comando da Folha em 1984 'para justificar o exercício de seu poder'. [...] O projeto é uma 'ideologia jornalística' que foi formulado como resposta à necessidade de legitimação de um grupo jovem, inexperiente e sem o 'carisma que muitos chefes de redação tinham na imprensa brasileira".[70]

O Projeto tem um conceito básico, o *marketing*, que Mino Carta ressalva ser do mundo da publicidade, e não do universo do jornalismo.[71] Nesse sentido, ao tornar-se diretor de redação, Frias Filho definiu o projeto como

> "os jornais fazem marketing no sentido de que o compromisso deles é, sobretudo, com os seus leitores.
>
> [...] O 'Diretas Já' pode ser visto sob a ótica de marketing, desde que compreendido numa acepção desse tipo, em outras palavras, de uma afirmação entre o jornal e os seus leitores. Essa posição da Folha, a favor das diretas-já, alcançou uma repercussão muito positiva entre os leitores. Inúmeros foram os indicadores de que essa posição repercutia muito bem. E aí eu me pergunto se não é preferível um jornal que se locomove de

[70] "Amor e ódio do leitor causa polêmica entre jornalistas". *Folha de S. Paulo*, 1/12/1988, p. 10 (Debate sobre o livro *Mil dias*, de Carlos Eduardo Lins e Silva, com Mino Carta e William Waak, e sob a mediação de André Singer).

[71] "Amor e ódio do leitor causa polêmica entre jornalistas". *Folha de S. Paulo*, 1/12/1988, p. 10.

> acordo com uma lógica de marketing, ou seja, de um compromisso com o seu público, a um jornal que se locomove com uma lógica fantástica, fantasiosa, quer dizer, com um compromisso, com um código, com um ideário, com uma doutrina qualquer que aquele jornal quer impor a ferro e fogo".[72]

A noção de *marketing* torna-se um divisor de águas e uma diferença fundamental entre as gestões "dos Otávios", o pai e o filho. O Grupo Folha teria se ideologizado sob o comando de Otávio Frias Filho, já que com o pai há uma forma mais pragmática de compreender e conduzir as situações. Assim, na concepção do pai, interessava ter uma *Folha da Tarde* de direita para vender jornal, como interessou, um pouco antes, ter uma *Folha da Tarde* de esquerda, que foi dissolvida não apenas porque a polícia a perseguiu, mas também porque não vendia jornal.

No fundo, contudo, Otávio, o filho, também tem sua dose de pragmatismo, que aparece no processo sucessório que o conduziu ao comando do Grupo. Na apresentação do "Projeto Folha", a "estratégia", justificada pela direção do jornal, baseia-se em um fio condutor que liga o periódico ao interesse do leitor. Mais rebuscado, entretanto, as idéias apresentadas fugiam de qualquer situação redutiva a um puro jogo econômico.

Essa ação, esse *marketing*, parece "esquecer-se" de que o papel da imprensa é: fiscalizador o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico. Nesse sentido, cabe uma indagação: não parece existir nessa visão de imprensa algo muito próximo ao papel desempenhado pela *Folha da Tarde* de 1969 até 1984? A justificativa do "jornal de maior tiragem" não foi sempre ter um público fiel que o lia e queria aquele tipo de informação? Então, sendo a resposta afirmativa, cabe outra questão: por que a redação que comandou por quinze anos a *Folha da Tarde* seria *deposta* dias antes de Otávio Frias Filho assumir a *Folha de S. Paulo*?

***

[72] "Crítico, pluralista e moderno", depoimento de Otávio Frias Filho a Manuela Carta dentro da matéria de Alex Solnik, "Uma virada nas 'Folhas', Revista *Isto é/Senhor*, 23/5/1984, pp. 45-47.

A *Folha da Tarde* foi um porta-voz, o *diário oficial da OBAN* — ao reproduzir informes do governo como matérias feitas pelo próprio jornal. As imagens, construídas para além da verdade dos fatos, ditavam uma direção de raciocínio. Esses foram os "serviços prestados" pelo jornal de julho de 1969 a 7/5/1984. O grande poder da *Folha da Tarde*, segundo Aggio, estava na sua alta vendagem. Se isso é uma parte da verdade e foi um dos motivos que mantiveram a linha policialesca durante a década de 1970, em meados dos anos de 1980 a realidade começou a se alterar.

Nas reflexões de Carlos Brickmann,

> "[...] quando o grupo de Aggio deixou de vender jornal, caiu. Ao meu ver, Boris Casoy definiu a coisa com mais precisão: a *Folha da Tarde* era de extrema direita porque o regime era de extrema direita. Se o regime fosse de extrema esquerda, a *Folha da Tarde* seria igualzinha, com os mesmos dirigentes, e seria de extrema esquerda. Na verdade, a *Folha da Tarde* era o jornal da Polícia. Se a Polícia fosse a Gestapo, como a nossa parecia aspirar ser, seria Gestapo. Se fosse KGB, seria KGB numa boa, sem problemas. Não havia, no direitismo da *Folha da Tarde*, nenhuma raiz econômica: era apenas a supremacia da ordem que valia" (entrevista à autora, em 21/4/1999).

Em 1979, ano em que foi assinada a Anistia política recíproca, morreu, de forma até hoje pouco clara, o temido delegado Fleury, com ares de queima de arquivo. Percival de Souza sublinhou, na biografia do delegado, a existência de uma "maldição dos porões", e esta, segundo o jornalista, não teria poupado o

> "[...] único jornal que lamentou oficialmente sua morte, mandando uma coroa de flores para o cemitério, a *Folha da Tarde*, também recebeu uma parte da estranha maldição. Publicava na íntegra o material redigido nos porões, chamando subversivos de bandidos, e era conhecido nas redações como *Diário Oficial da Operação Bandeirantes*. Foi definhando com a abertura, depois de viver a contradição de ter em seus quadros militantes da ALN e da VPR e converter-se a seguir em porta-voz do sistema militar, que tinha no jornal um dos seus principais defensores" (Souza, 2000, p. 501).

Mais parecendo clima de fim de festa, o jornalista e delegado Sequeira relembrou que a *Folha da Tarde*, no final da gestão de Aggio, estava feia, com poucos anúncios, com

cerca de 32 colunas e havia despencado nas vendas para 50 mil exemplares/dia no início de 1984. Na visão de Brickmann, os leitores do jornal eram os mesmos que liam o *Estadão*, mas que tinham menos poder aquisitivo, ou que não sabiam que pelo mesmo preço poderiam comprar a *Folha de S. Paulo*.

No país e no prédio da Barão de Limeira os tempos eram outros e todos os jornais deveriam se alinhar ao "Projeto Folha", de um periódico "moderno, crítico, pluralista e imparcial". E, definitivamente, as baias da *Folha da Tarde*, seus "dez mandamentos", e seu ar de delegacia, estavam fora de esquadro.

Essa nova imagem para o Grupo se sintoniza com os alicerces lançados no início de 1984. Em 12/1, cerca de sessenta mil pessoas se reúnem em Curitiba pedindo por "Diretas Já". Manifestações cada vez maiores potencializam 1 milhão de pessoas na Candelária, no Rio, tomando toda a avenida Presidente Vargas, em 10/4. Dezesseis dias depois, o vale do Anhangabaú recebeu 1 milhão e 300 mil. Definitivamente, a direção da *Folha de S. Paulo* apostou em reformas para se sintonizar com esse novo público leitor que ganha as ruas. Nem mesmo a *Folha da Tarde* pôde ficar de fora dessas matérias e noticiou, em letras garrafais, o "maior comício de nossa história".

Mas, o destino do jornal já estava selado. Em meados de abril de 1984, Antônio Aggio foi chamado à sala de Octávio Frias de Oliveira, onde também estava o filho. Não havia mais espaço para *aquela Folha da Tarde* no prédio da Barão de Limeira. Na primeira sexta-feira de maio, dia 4 — pouco mais de uma semana depois da derrota das "Diretas Já" —, Antônio Aggio assinou um longo artigo de página inteira. Contrariando o combinado, em uma espécie de editorial intitulado "Plebiscito e referendo, instrumentos de salvação nacional", com *charges*, citações da Constituição de 1967, análises políticas e definições de Estado e democracia, ficava patente a assincronia da *Folha da Tarde* com os novos rumos da empresa.[73]

Na sua versão, Aggio deixou o jornal depois de escrever essa sua "carta de princípios", e não porque, para o Grupo Folha, ele simbolizava um passado a ser retirado e esquecido. O país buscava novos ares, e a *Folha de S. Paulo* se engajara em informar o

[73] Algumas das *charges* dessa matéria encontram-se no *Caderno de imagens* desta tese.

público leitor sedento dessas informações. Assim, era definitivamente imprescindível retirar os "tiras" da redação. Eles eram um dos símbolos de um Brasil obsoleto e, como a Anistia era recíproca, não se julgariam também os seus atos. Apenas os colocariam de lado, de forma remunerada, em estado de espera, contando tempo para a aposentadoria.

Portanto, o editor Antônio Aggio, depois de quase quinze anos no jornal, não poderia festejar. Afeito a comemorações, o *baile de debutante* da sua gestão na *Folha da Tarde* era coisa de um tempo remoto. O jornal de "maior tiragem" tinha prestado o seu serviço para a sobrevivência do Grupo, mesmo não impedido as pressões sobre a *Folha de S. Paulo* em setembro de 1977. Aggio também publicou uma pequena nota, no seu último dia no jornal, 7/5/1984, despedindo-se de seu público, que vinha rareando, e agradeceu à sua equipe "aguerrida que sempre praticou a lealdade acima de tudo". Novamente são as vendas que justificam as mudanças da *Folha da Tarde*.

Ao assumirem o jornal a partir de 8 de maio, Adilson Laranjeira, que chefiava a Agência Folhas, e Carlos Brickmann tinham como incumbência, um velho desejo do chefe, fazer da *Folha da Tarde* um novo *Jornal da Tarde*. Algo não conseguido por Aggio, que, para o Grupo Folha, tinha preferido um jornal mais parecido com o *Notícias Populares*, também do Grupo, mas que ainda mantinha o seu nível de vendas naqueles tempos.[74] Na análise de Brickmann,

> "[...] a idéia da *Folha da Tarde* pós-era policial não era exatamente ser o *Jornal da Tarde* — cuja receita vinha se esgotando também, e que hoje parece totalmente envelhecido. A idéia era a anti-*Folha de S. Paulo*. Uma postura politicamente mais conservadora, embora moderada — contra a pena de morte, contra a brutalidade policial, mas também pedindo lei e ordem. Assim, cortejando os políticos do lado oposto aos da *Folha de S. Paulo*.
>
> Enquanto a *Folha de S. Paulo* flertava nas proximidades do PT, a *Folha da Tarde* deveria flertar com a ala menos ideológica do PSDB — embora, na época, ainda fossem do PMDB. Nossos políticos favoritos seriam Walter Feldman, Marcos Mendonça, o Arnaldo Madeira, o Quércia, o Getúlio Hanashiro. A *Folha de S. Paulo* tinha o Suplicy, Zé Serra, e outros.

[74] A *Folha da Tarde* deixou de circular em 21/3/1999 e o *Notícias Populares* em 20/1/2001. O Grupo Folha tem um único jornal de cunho popular, o *Agora São Paulo*, que passou a circular no dia 22/3/1999.

> Não deu certo porque o Otávio Frias Filho é mais ideologizado que o pai e, embora aprovasse intelectualmente o jornal anti-*Folha de S. Paulo*, emocionalmente o rejeitava. A *Folha da Tarde* nunca chegou, com ele, a ser um produto; foi sempre um subproduto. E, como subproduto, sempre foi também um subjornal: um resumo da *Folha de S. Paulo*, e mal feito, coberto com um glacezinho de gracinhas, de humor, de sacadas, aí sim lembrando as sacadas do *Jornal da Tarde*. Mas eram um recurso para ocultar a pobreza do jornal, que publicava no noticiário os resumos da *Folha de S. Paulo*" (entrevista à autora, em 21/4/1999).

A nova direção do jornal, ao tomar posse, fez uma "limpeza", suprimiu as baias da redação e as inúmeras colunas do jornal. Carlos Dias Torres perdeu a sua "Notícias Militares", que tratava dos aniversários de colégios militares, entrega de espadins e outros acontecimentos sociais da caserna. Indagado sobre o termo "limpeza", Torres, que permaneceu ainda na nova redação retrucou: "mas ela não estava suja!". Ele e alguns outros jornalistas, como Luís Carlos Rocha Pinto, que recebia os "bilhetes da censura" na Agência Folhas, foram mais tarde "aposentados" e recebem um salário do Grupo Folha, ou até completarem tempo de serviço, ou que complementem seus pecúlios.

A partir das transformações que o "Projeto Folha" e a posse de Otávio Frias Filho impuseram, os jornais do Grupo como um todo, demitiram 27 profissionais por "insuficiência técnica", em junho de 1984 (Silva, 1988, p. 48). Aggio se tornou repórter especial da Agência Folhas e se aposentou em 1986. Enquanto policial, manteve o vínculo empregatício na Secretária de Segurança Pública e assessora o senador Romeu Tuma. O delegado Sequeira também continuou no jornal, dirigindo a Internacional, e saindo em 1988. Da trinca do jornal, Horley Antônio Destro engajou-se no mercado publicitário.

Visto desta forma, ao que parece, tudo tomou um lugar, apaziguando dilemas, o que pode causar um certo desconforto para quem não se enquadrou na "nova ordem social". Por isso, é importante sublinhar o tom dessa transição, tanto na *Folha da Tarde*, como no país. Ela pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação.

Tendo como exemplo e pano de fundo o processo de Abertura e de "distensão" no governo Geisel, percebe-se que a imagem de "lenta, gradativa e segura" servia para assegurar uma execução de cima para baixo. Seu caráter controlador expressava uma

direção, impedindo que outros contornos surgissem. Assim, "quem propunha, comandava" (Kucinski, 2001, p. 29). Seguindo nessa indagação, em uma reflexão recente, o professor Daniel Aarão Reis Filho, analisa que a Anistia, em 1979, foi vista como a luz no fim do túnel.

> "A sociedade brasileira pôde repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e reconfortando-se na idéia de que suas opções pela democracia tinham profundas e autênticas raízes históricas. [...] Em tudo isto sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura. [Então], como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada? Ou que tenha sido aprovada uma anistia recíproca?" (Reis Filho, 2000, p. 10).

Temas tão caros e complexos — conciliar, negando a dor, e reafirmar sempre uma herança democrática brasileira — são imagens fortes que desfocam as análises. Quase sempre vista como um *dado*, algo intrínseco, as raízes democráticas do país são sublinhadas constantemente, tentando perceber os períodos de arbítrio como exceções. Por esse raciocínio, aparar arestas sem exorcizar fantasmas é um preço que deve ser pago para garantir a inquestionável democracia. Por esse olhar, os crimes inexistem ou são passíveis de perdão. Tudo em nome da preservação desse sistema político, envolto também em uma fragilidade. Qualquer ação, assim, poderia desestabilizar a democracia, que não é percebida como uma conquista, mas está e sempre esteve "deitada em [nosso] berço esplendido".

Nessa "opção", ficam as rugas em uma sociedade que "perdoa" torturadores, censores, colaboradores em diversos níveis. Há aí um pacto social inegável e doloroso, mostrando que existe muita dor onde este pacto existe. Desta forma, os pressupostos que justificavam a existência da *Folha da Tarde* parecem ficar em um ontem longínquo, cada vez mais para trás. O que é só impressão.

Partindo da imagem desenhada por Tonico Ferreira, há a iluminação de todo esse processo e as marcas deixadas no presente. Para este jornalista,

"[...] em 1972, começamos o *Opinião* e foram oito longos anos de batalhas na imprensa alternativa até o fim da censura prévia, a Anistia e o começo do fim da ditadura. A *Folha da Tarde* ficou para trás e, para mim, virou memória.

É um jornal com uma história notável. O seu vaivém espelha o momento conturbado vivido pelo Brasil entre 1968 e início dos anos setenta. Por essas coincidências interessantes da vida, juntou gente que teve participação importante na história política e jornalística do país, como Frei Betto, Afanásio, Merlino e presos políticos que sofreram na Operação Bandeirantes, no DOPS e no Presídio Tiradentes.

O ambiente na *Folha da Tarde* nada tinha a ver com a pasmaceira das redações de hoje. Havia emoções, surpresas e absurdos. Como tivemos um tradutor de Kafka como colega, e como vivíamos em sobressaltos, é bastante oportuno encerrar este depoimento com a famosa frase inicial de *A Metamorfose*: 'Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranqüilos, encontrou-se metamorfoseado num inseto monstruoso'".

Caderno de imagens

Bloco 5

BLOCO 5

FOLHA DE S.PAULO

300 mil nas ruas pelas diretas

Figura nº 31: Comício pelas "diretas já", com mais de um milhão de pessoas, no Vale do Anhangabaú. São Paulo, 16/4/1984.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 32: Cerco da PM ao Congresso Nacional, acionado pelo general Newton Cruz, responsável pelo Comando Militar do Planalto e pela 11ª Região Militar, na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria a eleição direta para a presidência da República. Brasília, 25/4/1984.
Acervo: Agência Folhas.

FOLHA DE S.PAULO

Use amarelo pelas diretas-já

Congresso repele cerco policial e vota hoje a emenda das diretas

Figura nº 35: "Ratos e urubus, larguem minha fantasia", enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, durante o desfile de Carnaval de 1989 (sambódromo da Marquês de Sapucaí/Rio de Janeiro).
Acervo: Arquivo/AE.

FOLHA DE S.PAULO

A NAÇÃO FRUSTRADA!

Apesar da maioria de 298 votos faltaram 22 para aprovar direta

SIM

NÃO

Figura nº 33: Placar da votação da Emenda Dante de Oliveira. Brasília, 26/4/1984.
Acervo: Agência Folhas.

Figura nº 34: Ato público que ficou conhecido como "descensura", reunindo intelectuais e políticos no Teatro Casa Grande. Da esquerda para a direita: Dias Gomes, Aluísio Pimenta, Antonio Houaiss, Fernando Lyra, Darcy Ribeiro e Pompeu de Souza. Rio de Janeiro, 29/7/1985.
Acervo: Agência Folhas.

— Cortou tudo isto?
— Não, foi o que sobrou...

Figura nº 36: *Charge* "A censura", de Redi. Rio de Janeiro, s/d.
Acervo: AN.

Figura nº 37: *Charge* "A liberdade aprisionada", de Augusto Bandeira. Rio de Janeiro, s/d.
Acervo: AN.

Conclusão

A *passagem dos gansos.*

Quando jornalistas
e
policiais se confundem

"Recordo essas coisas não porque acho que sejam as chaves do inconsciente, e certamente não por saudade [...]. Eu as recordo porque nunca recordei antes, porque quero que algumas dessas coisas permaneçam — pelo menos no papel. E também porque olhar para trás é mais gratificante que o contrário. Amanhã é menos atraente do que ontem. Por alguma razão, o passado não irradia a mesma monotonia irradiada pelo futuro. Devido à sua plenitude, o futuro é pura propaganda"[1]

[1] Brodsky, Joseph, *Menos que um* (São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 14).

O repórter especializado em Polícia do *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde*, Percival de Souza tem se dedicado também a escrever biografias de figuras enigmáticas e de trajetórias sombrias da recente ditadura civil-militar brasileira. Nessa linha, transcreveu e publicou o depoimento do cabo Anselmo,[2] e continuou na mesma trilha ao desenhar um delegado Sérgio Paranhos Fleury, o temido e sanguinário torturador do DEOPS do Largo General Osório, como um amante adolescente.[3]

Esses relatos também esquadrinham a estreita cumplicidade entre a maioria dos profissionais da grande imprensa, que se dedicam a *cobrir* a área policial, e os meandros daquela instituição. Não foram poucos os jornalistas que trabalharam como policiais contratados, como também existiram policiais que deram expediente nas redações, escrevendo e assinando matérias. Para Percival,

> "[...] os jornalistas que cobriam o setor [policial] eram tentados a comprometer-se, aceitando um emprego fantasma da Secretaria da Segurança, podendo receber sem trabalhar, e assim contando apenas o que queriam que contasse. Quem não rezasse por essa cartilha estava automaticamente fora do esquema. Não foi por outra razão que durante bom tempo o DOPS tinha apenas quatro setoristas para alimentar toda grande imprensa e todos eles eram funcionários públicos de escalões subalternos. Um, Carlos Cavalcanti, investigador de polícia no próprio DOPS. Outro, José Ramos, funcionário do Departamento dos Institutos Penais do Estado. O terceiro, escriturário policial, e o quarto, guarda de presídio no estabelecimento penal ilegal que funcionava com quase mil presos correcionais diariamente, em plena Avenida Tiradentes" (Souza, 2000, p. 239).

[2] A trajetória do cabo Anselmo possui diferentes olhares. Para alguns, ele era, naqueles tempos, já que ainda está vivo, um esquerdista talentoso, excelente agitador, e que despontou na militância de esquerda por suas articulações com o MNR. Muitos se referem a ele sublinhando sua ousadia e arrogância. O cerco aos movimentos de luta armada e o medo da morte, justificariam, para alguns, sua traição e colaboração com a repressão policial. A idéia de traidor, delator infiltrado é uma leitura do PCB, que se comprazia em dizer, desde 1962-1963, que o cabo era um agente do Serviço Secreto Americano — CIA. Para o *Partidão*, a mudança de posição e sua colaboração, são tidas como uma "prova" que corrobora sua reflexão.

[3] Souza, Percival de, *Eu, cabo Anselmo* (Rio de Janeiro, Globo, 1999); e *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury* (Rio de Janeiro, Globo, 2000).

As biografias escritas por esse jornalista, entretanto, não agradaram nem uma parte das antigas esquerdas armadas, que o acusam de uma estratégia escusa para conseguir o relato de Anselmo, por exemplo. Além do que, constrói em suas narrativas, uma imagem pouco fidedigna a essa parte recente da história brasileira, como também não saciou os desejos do outro lado.

Uma das críticas "bem à direta", à mais recente publicação de Percival de Souza foi feita por Rômulo Augusto Romero Fontes. Uma figura cuja trajetória expõe uma das inúmeras comicidades, se não fossem tragédias, que perpassaram a imprensa e as esquerdas armadas no pós-1968. Rômulo Fontes foi um, de um grupo de cinco militantes da VPR, que após capturados pelos órgãos de repressão, negociaram um arrependimento público nos jornais e TV. Os que *desbundaram*, como ficaram conhecidos, fizeram por vontade própria, como esse grupo, e assim negociaram suas penas de prisão. Outros, como foi o caso de Celso Lungaretti, membro do setor de Inteligência da VPR, também depuseram, arrependidos, depois de muita tortura. Uma narrativa mais detalhada desse episódio está no item "Os policiais" do capítulo sobre a *Folha da Tarde*.

O que motivou Rômulo Fontes, ex-jornalista da *Folha da Tarde* e que edita um jornal intitulado *Ação Nacional*, a criticar o livro sobre o delegado Fleury, são as acusações ali contidas a esse periódico que abrigou, como jornalistas, dois desses *desbundados*: o próprio Rômulo e Marcos Vinício Fernandes dos Santos. Durante uma década e meia sob o comando de policiais, o jornal ganhou um apelido: o de *maior tiragem*. Para Rômulo Fontes, isso se deveu ao aumento das vendagens. Para outros, a razão é diferente: muitos dos jornalistas que ali trabalharam também exerciam cargos junto à Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Muitos achavam que o local mais lembrava uma delegacia do que um jornal. Além de ser o de *maior tiragem*, pelo número de tiras que lá davam expediente, a *Folha da Tarde* carregava outra pesada acusação: a de "legalizar" mortes em tortura. Na atuação frente a esses episódios, o jornal também ficou conhecido como o *Diário oficial da Oban*.

Uma reflexão sobre os diversos papéis desempenhados pela grande imprensa na ditadura civil-militar do pós-1968, demonstra uma estreita relação de alguns jornalistas e policiais, como também desvenda uma série de esquemas da direção das empresas com os

órgãos de governo para aceitar a autocensura. Como fieis *cães de guarda*, a existência de jornalistas colaboracionistas dentro das redações ou nos órgãos de censura, foi definida por Rômulo Fontes, na sua crítica ao livro de Percival de Souza, pela imagem de "ninho de gansos", possivelmente por ser ele também um freqüentador dessas "moradas de informantes". Tentando explicar essa sistemática, Percival de Souza elucida que

> "[...] para ser jornalista e ter trânsito livre entre os encarregados da repressão, somente sendo da casa, ou seja, da própria polícia. O sistema pensou em tudo inclusive nesse detalhe. Para os jornalistas que não seguissem o *script*, aplicava-se a elástica Lei de Segurança Nacional. Uma notícia fora desse roteiro significava prisão o processo" (Souza, 2000, p. 239).

Seguindo esse raciocínio, Rômulo Fontes narrou, em sua crítica ao livro de Percival, duas atitudes diante do prédio do DEOPS. Uma em que os profissionais da grande imprensa esperavam para serem revistados na portaria, para só depois terem acesso às informações e elaborarem suas matérias. Outra, em que os jornalistas tidos como "da casa", como Fontes classificou Percival, seguiam por uma entrada lateral, reservada aos policiais e apelidada de "passagem dos gansos"...

Percebendo-os como *gansos* ou *cães*, ao que tudo indica, parte da grande imprensa brasileira a partir de 1968, utilizou-se dessa "passagem" e se tornou *habitué* do lado de lá do balcão. Trocaram a narrativa de um acontecimento por publicação de versões que corroborassem o ideário repressivo. Certamente acreditavam nas suas ações, compactuando sempre com o poder vigente. Mais do que as penas, que também servem para escrever, os gansos estiraram os pescoços, "viram" e nos contaram um olhar bem particular da realidade que se vivia. A esse ato se pode dar o nome de autocensura, como também colaboração.

Fieis aos seus "donos", esses *cães de guarda* farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o *castelo*, nos venderam uma imagem errônea. Quando o tabuleiro do poder mudou, muitos desses *servidores* foram aposentados, outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heróica, distanciando-se do que haviam feito. Outros tantos se readaptaram e estão na mídia como sempre.

De todos esses esquemas e estruturas para perder poucos anéis, algo deve ser sublinhado. O jornal, impresso ou televisionado, é um produto que vende um serviço, a informação, comprada pelos leitores. Assim, muitos pagaram pelo jornal impresso para saberem o que se passava nos seus mundos. Outros, sofreram com o que estava impresso no jornal, mesmo que no dia seguinte este tenha virado papel de embrulho de peixe nas feiras.

Anexo

Nota explicativa:

Esse anexo foi criado com a intenção de retirar do texto principal as notas de rodapé muito extensas, o que prejudicava a leitura. São feitas, aqui, algumas considerações e comentários sobre pessoas, e fornecidos os significados de siglas que são citadas no corpo da tese. Os pequenos verbetes foram elaborados para melhor situar o leitor quanto às terminologias, bem como detalhar algumas passagens que não cabia incorporar ao texto. Os termos aqui descritos são marcados ao longo dos capítulos com um asterisco.[1]

---

[1] Para estes verbetes, utilizei-me da seguinte bibliografia:

- Beloch, Israel e Abreu, Alzira Alves, *Dicionário histórico biográfico brasileiro* (Rio de Janeiro, Forense, 1984);
- Durham, Eunice, *O livro negro da USP — o controle ideológico na Universidade* (São Paulo, ADUSP, 1978);
- Ferreira, Manoel Henrique *et alii*, *Esquerda armada: testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira* (Vitória, Edições do Leitor, 1979);
- Freire, Alípio; Almada, Izaías e Ponce, J. A. de G. (orgs.), *Tiradentes: um presídio da ditadura (memória de presos políticos)* (São Paulo, Scipione, 1997);
- Gorender, Jacob, *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (5ª ed., São Paulo, Ática, 1998);
- Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar — a responsabilidade do Estado* (São Paulo, Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 1999);
- Paz, Carlos Eugênio, *Viagem à luta armada: memórias romanceada* (2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996);
- Rollemberg, Denise, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro* (Rio de Janeiro, Mauad, 2001);
- Souza, Percival de, *Eu, cabo Anselmo* (Rio de Janeiro, Globo, 1999);
- _____, *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury* (Rio de Janeiro, Globo, 2000).

1. Siglas

- **Ação Popular (AP),** organização política católica formada em 1963, a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC). Até 1964 produziu um jornal intitulado *Ação Popular, Brasil Urgente.* Entre 1965-67, aproxima-se do marxismo e, em 1968, assume uma variante maoísta. No início dos anos 1970, pregou a unificação das correntes marxistas-leninistas, fundindo-se com o PCdoB em 1971. Dez dos seus militantes foram mortos pela repressão.
- **Ala Vermelha,** foi criada em 1967, após cisão interna no PCdoB quanto à questão da adesão à luta armada. Muitos de seus militantes haviam feito cursos político-militares na China. Em fins de 1968, realizou assaltos a bancos, e no dia 1° de maio de 1969 ocupou a estação da Rádio Independência, na cidade de São Bernardo, para difundir um manifesto.
- **Ação Libertadora Nacional (ALN),** uma das organizações de maior expressão e número de militantes. Originou-se de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando este expulsou Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, entre outros, em 1967. Defendia a luta armada contra a ditadura civil-militar do pós-1964. Uma de suas principais ações foi, juntamente com o MR-8, no seqüestro do embaixador norte-americano no Rio, em 4/9/1969. Entre 1969 e 1975, teve 53 militantes mortos pela repressão.
- **Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS),** ou a "Casa da Vovó", foi chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. A diferença desta agência do DOPS para as outras estaduais era, segundo Jacob Gorender (1998), que nas outras capitais, "os DEOPS se converteram em apêndices dos DOI/CODI, reduzidos quase somente ao cumprimento burocrático da formalização final dos processos judiciais a serem encaminhados às autoridades militares".

São Paulo tornou-se exceção quando da transferência, para a polícia política do DEIC [Departamento Estadual de Investigação Criminal], do pessoal do Esquadrão da Morte chefiado pelo delegado Fleury, para o 3° andar do edifício de fachada avermelhada, estilo inglês, onde funcionava o DEOPS, no Largo General Osório. Nas reflexões de Gorender,

> "[...] se tornou uma oficina de massacre tão sinistra quanto a câmara de interrogatórios da rua Tutóia. Fleury garantiu seu lugar na disputa do butim da repressão através da ligação com o CENIMAR, órgão de inteligência da Marinha. Colocada em plano subordinado pelo Exército após a criação da OBAN e dos DOI/CODI, interessava à Marinha dispor de um autônomo de

> luta contra-revolucionária e, por isso, deu cobertura ao chefe do Esquadrão da Morte implantado no DEOPS paulista" (Gorender,1998).

Vale ressaltar que tanto o Esquadrão da Morte, como a OBAN são dois marcos do governo Abreu Sodré na história do Estado de São Paulo.

- **DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna),** era a base da estrutura da repressão política no Brasil, tendo no Conselho de Segurança Nacional, ligado ao Estado Maior das Forças Armadas, o órgão centralizador das ações repressivas. Cada ministério militar tinha seu Codi, que coordenava a repressão nos Codis regionais. Cada um poderia ter quantos DOIs julgasse necessário. No Rio, em determinado momento houve dois DOIs para cada força militar, e em São Paulo o Exército tinha um, que sucedeu a Operação Bandeirantes — a Oban. A Marinha utilizou informalmente o DEOPS, em São Paulo, como seu DOI-CODI, através do delegado Sérgio Fleury, envolvido em processos do Esquadrão da Morte. A Oban surgiu de uma mobilização de empresários comprometidos com a repressão e o Golpe civil-militar de 1964, de forma clandestina, dando apoio logístico e financeiro. De 1969 a 1970 não teve existência legal, o que aconteceu com a criação dos DOI-CODI nas Forças Armadas.
- ***Jornal da Tarde,*** lançado em 3/1/1966 sob o comando do jornalista Mino Carta, tinha por objetivo ser "um vespertino, um jornal graficamente revolucionário, ágil e de grandes reportagens". Foi definido por seus mentores como

> "[...] 'um produto de *O Estado de São Paulo*... Está dito, portanto, de onde vem e, assim, é fácil compreender para onde vai. Vai para a mesma luta, dentro das mesmas normas éticas de intransigência e de responsabilidade. Mas entra na luta com seus próprios meios, com seu estilo próprio, o estilo vibrante, irreverente de um vespertino moderno que visa atingir um público diferente daquele que, normalmente, lê apenas os matutinos, cujo estilo deve ser, forçosamente, mais pesado e mais prolixo'" (Ivan Angelo, "O jornal da era do Aquário", *in* http://www.jt.com.br/frame/indexqu.htm).

- **Movimento de Libertação Popular (Molipo)** foi criado em 1971 a partir de uma dissidência da ALN. Seus militantes haviam feito treinamento de guerrilha em Cuba e eram conhecidos como o "3° Exército" da ALN, o "Grupo dos 28", ou o "Grupo da Ilha". Onze militantes do grupo morreram entre 4/11/1971 e 27/2/1972. Um, Boanerges de Souza Massa, encontra-se

desaparecido; outros dois foram mortos em outubro de 1972; mais dois em maio de 1973 e um último em novembro de 1974. Jane Vanini morreu no Chile em 1975.

- **Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)** originou-se da Dissidência da Guanabara (DI da Guanabara) do PCB, tendo uma grande influência no Movimento Estudantil. Destacou-se nacional e internacionalmente ao idealizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro de caráter político que teve êxito: o do embaixador norte-americano no Brasil. Sua nomenclatura é uma lembrança a data de morte de Ernesto "Che" Guevara, na Bolívia, em 1967.

  Em 1971, a desarticulação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fez com que um núcleo de militante desta organização, entre eles seu mais importante dirigente, Carlos Lamarca, pedisse ingresso no MR-8. Foi como membro do MR-8 que o capitão Carlos Lamarca morreu, no sertão da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971. Em 1972, o MR-8 foi desarticulado no país, depois de ter quinze de seus membros assassinados pela repressão, e outros tantos terem se exilado no Chile.

- **Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)** foi fundado em meados de 1969, fruto da união dos grupos de Devanir de Carvalho, que havia rompido com a Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, e Plínio Peterson. A sigla do MRT foi primeiramente utilizada por Francisco Julião, um dos organizadores das Ligas Camponesas. A nova organização, a partir de 1968, atingiu um contingente de uns vinte militantes e, no auge, cerca de quarenta. Ganhou fama pela audácia de seu chefe, Devanir de Carvalho, ex-metalúrgico de Santo André, e pela eficiência nas ações armadas. A concepção militarista extremada facilitou o entendimento com a ALN e a VPR. Teve quatro dos seus militantes mortos pela ditadura.

- **Operação Bandeirantes (Oban)**, foi criada em 29/6/1969, na tentativa de centralizar as atividades de combate às crescentes ações da guerrilha urbana em São Paulo, uma iniciativa conjunta do II° Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré. Por não constar de nenhum organograma do serviço público, tinha o caráter de extralegal. Instalou-se nas dependências do 36° Distrito Policial, na Rua Tutóia. O lugar tornou-se o mais famoso centro de tortura no Brasil naqueles tempos, só se igualando ao Quartel da Polícia do Exército do Rio, à Rua Barão de Mesquita. Em setembro de 1970, por decreto do Presidente Médici, a Oban integrou-se no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II, e teve como primeiro comandante o major Waldir Coelho.

Foi substituído, em 29/9/1970, pelo major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial do Estado-Maior que permaneceu nesse posto até 23/1/1974. Anos mais tarde, Ustra, já coronel, escreveu um livro autobiográfico, *Rompendo o silêncio* (Brasília, Editerra, 1987). Nele, conta a sua versão do período que chefiou o DOI-CODI em São Paulo, de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Em uma reportagem da revista *Veja* (18/3/1987, pp. 28-31), Ustra, ou o "Doutor Tibiriça", dizia-se ainda preso às atrocidades que comandou nos porões da Rua Tutóia. Para ele, tivessem os presos políticos saído da Oban mortos ou vivos, seus carcereiros estarão para sempre lá, presos ao passado. Ao entrevistar torturados políticos, percebe-se que as marcas estão nos dois lados, só que em um deles, elas são também físicas. O interessante do livro, contudo, é que mostra, mesmo de forma parcial, uma memória viva do período que ainda tem muito dos seus arquivos oficiais sob sigilo.

- **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR),** resultado das disputas internas do PCB no Rio de Janeiro. Teve como primeira sigla a de Corrente Revolucionária. Em 1968, depois de desligar-se do partido, a dissidência realizou sua Iª Conferência Nacional. Teve dezesseis militantes mortos pela repressão.
- **Política Operária/Partido Operário Comunista (POC)** foi uma organização de cunho marxista, fruto da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista, da seção da Guanabara, com intelectuais paulistas e a seção mineira da Juventude Trabalhista. Durante o seu IVº Congresso, em 1967, dividiu-se. O POC, a partir de então, defendeu a opção pela luta armada contra o regime. Teve três militantes mortos pela repressão no Brasil, e outros quatro mortos no exterior (Chile e Argentina).
- **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR),** fruto da fusão, em 1968, da ORM (Organização Revolucionária Marxista), da Polop (Política Operária) de São Paulo e da seção paulista do MNR (Movimento Nacional Revolucionário). Sua principal figura pública foi o capitão Carlos Lamarca, que desertou do 4º Regimento de Infantaria do quartel de Quitaúna, no município de Osasco (SP) em 24/1/1969. Em 1969, a VPR fez uma nova aglutinação com o Comando de Libertação Nacional (Colina), adotando, a partir daí, a nomenclatura Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Em setembro de 1969, ocorreu uma cisão, fazendo ressurgir a VPR. Em 1970, a organização esteve envolvida no seqüestro dos diplomatas japonês, alemão e suíço, como também nas tentativas de guerrilha rural do Vale do Ribeira (SP).

As divergências e prisões marcaram o ano de 1971. Nesse período, Lamarca deixou a organização. A VPR passou a receber orientação de Onofre Pinto, do exterior, e executadas por Cabo Anselmo, no Nordeste. Mais tarde, descobriu-se que este era um agente infiltrado e que foi responsável por uma série de prisões e mortes, como a dos militantes mortos em Pernambuco. A VPR teve 37 militantes mortos pela ditadura.

***

2. Nomes

- **Alberto Dines** nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1932, filho de Israel Dines e de Raquel Dines, ambos de origem judaica. Fez os cursos primário e ginasial em colégios israelitas do Rio de Janeiro. Em 1943 teve sua primeira experiência jornalística como um dos organizadores do boletim estudantil *Horta da Vitória*, do Ginásio Hebreu Brasileiro na mesma cidade.

  Iniciou sua carreira jornalística em 1952 como crítico de cinema da revista carioca *A Cena Muda*. No ano seguinte, foi convidado, por Nahum Sirotsky, para trabalhar como repórter na recém-fundada revista *Visão,* dirigida na época por Luís Jardim, cobrindo os assuntos ligados à vida artística, ao teatro e ao cinema. Passou, em seguida, a fazer reportagens políticas, entre as quais uma referente à campanha de Jânio Quadros, em 1953, para a prefeitura de São Paulo e, um ano mais tarde, para o governo do estado; cobriu, também para esta revista, os primeiros contatos com os índios xavante, do Xingu.

  Permaneceu na revista *Visão* até 1957, quando foi levado por Nahum Sirotsky, diretor da revista carioca *Manchete*, para exercer suas atividades como repórter. Mais tarde, com recursos próprios, fundou uma revista que não chegou a ser editada, e cujo título seria *H-M, Homem e Mundo.*

  Em 1959 assumiu a direção do segundo caderno do jornal *Última Hora*. No ano seguinte foi nomeado editor-chefe da recém-criada revista *Fatos e Fotos,* tendo colaborado também, nessa ocasião, no jornal *Tribuna da Imprensa,* então pertencente ao *Jornal do Brasil.* Em 1960, convidado por João Calmon, dirigiu o jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, órgão dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, convertendo-o em um tablóide vespertino. Foi neste periódico, e neste período, que se cunhou a expressão *imprensa marrom.* Deixou o jornal, demitido por Chateaubriand, por não obedecer às ordens de ignorar o seqüestro do transatlântico "Santa Maria", realizado em protesto contra o governo espanhol de Francisco Salazar, ocorrido na cidade de Recife, Pernambuco.

  Ingressou em janeiro de 1962 no *Jornal do Brasil* como editor-chefe, aos trinta anos de idade e dez de profissão. Convidado para paraninfar uma turma da PUC logo após a edição do AI-5, em 13/12/1968, proferiu um discurso criticando a censura imposta ao país e, em conseqüência, sofreu duas prisões, a primeira em dezembro de 1968, e a segunda em janeiro do ano

seguinte, nas quais foi submetido a inquérito. Foi demitido em 1973 do *Jornal do Brasil*, depois de doze anos na direção da redação, onde criou o primeiro Departamento de Pesquisas, a primeira Editoria de Fotografias, a Agência JB (AJB) e os Cadernos de Jornalismo. Declarou mais tarde, em entrevista ao *Pasquim*, que fora dispensado daquele periódico por não aceitar a censura imposta pelo jornal e por discordar das atitudes do responsável pela segurança da empresa. Neste episódio também esteve envolvido o ex-coronel do Exército, Paulo Moura, que, segundo Dines, teria ingressado no *Jornal do Brasil* no início dos anos de 1970 para desenvolver um programa de apoio psicológico aos funcionários do jornal, e "depois de conquistar a confiança daqueles que assistia, passou a informar à direção da empresa sobre o que ouvia nas sessões". O conteúdo dos relatos de Moura coincidiu com uma série de demissões que o *Jornal do Brasil* realizou em 1973. Dentre os demitidos estava o editor-chefe por mais de uma década, Alberto Dines.

Em 1974 deixou, depois de doze anos, a revista *Fatos e Fotos*, viajando em seguida para os Estados Unidos, onde foi professor visitante durante um ano na Universidade de Columbia. Retornou ao Brasil em julho de 1975, e assumiu a chefia da sucursal carioca da *Folha de S. Paulo*, convidado por Cláudio Abramo. Ainda neste jornal, criou uma coluna dominical intitulada "Jornal dos jornais", a primeira no país de crítica à imprensa, publicada de 1975 a 1977. A coluna foi extinta por conta de um episódio envolvendo o jornalista da *Folha*, Lourenço Diaféria, que escreveu um artigo sobre a Semana da Pátria, e o ministro do Exército, general Sílvio Frota. Na crise que o episódio gerou na Redação do jornal, houve a demissão de Cláudio Abramo, substituído por Boris Casoy. Em 1980 deixou o jornal, demitido por Boris Casoy após escrever um artigo denunciando a repressão do governador Paulo Salim Maluf (ARENA/SP) à greve do ABC.

- **Alfredo Buzaid** era paulista, nasceu em 1914, e ingressou no curso de Direito da USP em 1931. Homem de idéias políticas radicais, participou do grupo que constituiu as bases teóricas da Ação Integralista Brasileira. No seu obituário , publicado na revista *Veja* (17/7/1991, p. 83), lê-se:

> "[...] ministro da Justiça num período da vida nacional que não havia justiça [...] executou com mão de ferro a censura prévia. [...] Negou publicamente a existência de tortura de presos políticos que corria solta nos porões da repressão política. Defensor do principal instrumento autoritário do regime militar, o ato Institucional nº 5, transformou-se no civil mais poderoso do governo".

- **Antônio Bandeira** foi general-de-brigada do Exército, comandante do 3º BI/Distrito Federal em 1971 até 1973, e diretor do DPF. Enquanto comandante do Batalhão de Infantaria, era o responsável pela repressão e tortura aos militantes das esquerdas armadas. Em parceria com o general Hugo de Abreu, comandou o cerco à guerrilha do Araguaia, entre abril de 1972 e 1974.
- **Antônio Carlos da Silva Muricy,** curitibano, nasceu em 8/6/1906. Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e na Escola Militar do Realengo, a partir de 1923. Após a Revolução de 1930, foi transferido, no início de 1931, para o 5º Grupo de Artilharia de Montanha, em Curitiba. Em 1932 retornou ao Rio de Janeiro, sendo designado para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Entre 1947 e 1950, no governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), trabalhou na assessoria do gabinete do ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, por quem foi designado, no início de 1951, para cursar a Escola Superior de Guerra (ESG). Transferido em setembro de 1963 como chefe da Subdiretoria da Reserva, no Rio de Janeiro, Muricy passou a colaborar ativamente na articulação do movimento para depor o presidente João Goulart.

  Durante o governo Médici, foi chefe do Estado-Maior do Exército, entre 1969/1970, e atuou na ligação entre o Estado e a Igreja, participando de um grupo de trabalho encarregado de estabelecer contatos com a alta hierarquia do clero. Criado ainda no governo Costa e Silva, apenas no governo Médici esse grupo desenvolveu uma atuação mais intensa, devido a denúncias de torturas a presos políticos feitas pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. Esse grupo de trabalho seria extinto pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), que optaria por uma via de contato direto entre o Estado e a Igreja. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de março de 2000 .
- **Antônio Pimenta Neves** formou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, da USP, e iniciou sua carreira jornalística no interior de São Paulo. A partir de 1958, já na capital, trabalhou como repórter e crítico de cinema no jornal *Última Hora*. Pouco depois, foi contratado pelo *Estadão*, onde desempenhou as funções de repórter e redator de política e economia. Esteve também na sucursal de Brasília do jornal. Pimenta atuou ainda como chefe de redação da *Folha de S. Paulo*, diretor da *Folha da Tarde* e da revista *Visão* e assessor-editorial da presidência da Editora Abril. Em 1974, mudou-se para Washington, sendo correspondente da *Folha*, da *Gazeta Mercantil* e, depois, do *Estado*. Em 1986, assumiu a função de conselheiro-sênior para assuntos públicos do Banco Mundial. Nessa ocasião, fez mestrado em Políticas Públicas Internacionais na

Universidade Johns Hopkins, nos EUA, onde ainda estudou jornalismo, política e economia no Macalester College, em Harvard e na Universidade George Washington.

Voltou para o Brasil em 1995 para dirigir a redação da *Gazeta Mercantil*. Em outubro de 1997 deixou a *Gazeta* para retornar mais uma vez ao *Estadão*, então como diretor de Redação. Em 20 de agosto de 2000, aos 63 anos, assassinou sua namorada, a jornalista Sandra Gomide, de 32 anos, no Haras Setti, em Ibiúna (SP) [concedeu entrevista à autora em 11/11/1999, na sede do jornal *O Estado de S. Paulo*].

- **Boris Casoy** nasceu em 13 de fevereiro de 1941 na cidade de São Paulo, quinto e último filho de Raiza Casoy e Casoy I. Srulevitch, imigrantes judeus russos que chegaram ao Brasil em 1928. Realizou seus estudos básicos nos colégios Stanford e Mackenzie. Iniciou, sem concluir, o curso de Direito na Universidade Mackenzie.

Teve sua primeira experiência profissional aos quinze anos, na seção de esportes, no Plantão Esportivo da Rádio Piratininga de São Paulo. Transferiu-se para a Rádio Difusora Hora Certa de Santo Amaro, da comunidade japonesa e, entre 1963 e 1968 foi locutor da Rádio Eldorado.

Em 1968, foi secretário de Imprensa do secretário de Agricultura de São Paulo, Herbert Levy, no governo Abreu Sodré (ARENA/SP). Neste ano a revista *O Cruzeiro* realizou uma reportagem com lideranças estudantis e o incluiu como integrante do grupo de extrema-direita CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Tal idéia foi por ele rechaçada, esclarecendo que apesar de ter tido presença ativa em apoio ao Golpe civil-militar de 1964, não incentivava ações violentas, sendo, portanto, contra as atividades do CCC dentro da Universidade que freqüentou. Declarou, 20 anos depois, à revista *Imprensa*, referindo-se a este episódio, ter consciência de "[...] quanto a imprensa pode estigmatizar alguém. Eu senti isso na carne. E não esqueço Em 1969, Herbert Levy foi substituído na secretária de Agricultura, mas Casoy permaneceu no cargo com o novo titular, Antônio Rodrigues Filho. Com a eleição de Rodrigues Filho para o cargo de vice-governador de Laudo Natel (ARENA/SP), tornou-se, em 1970, assessor de Imprensa do ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, na gestão de Emílio Garrastazu Médici. Entre 1971 e 1972, tornou-se secretário de Imprensa do prefeito de São Paulo, José Carlos Figueiredo Ferraz (ARENA/SP).

Quando da exoneração de Figueiredo Ferraz, aceitou o convite de Caio Alcântara Machado para trabalhar na Alcântara Machado Feiras. Seu primeiro trabalho em jornal foi na

Folha de S. Paulo, em 1974, onde, convidado por Otávio Frias de Oliveira, foi editor de Política. Três meses depois de assumir a editoria de Política, em junho de 1974, Boris foi promovido a editor-chefe no lugar de Rui Lopes, transferido como diretor para a sucursal de Brasília.

Ficou na *Folha* até junho de 1976, quando saiu e passou a dirigir a Escola de Comunicação e o setor cultural da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Retornou, contudo, ao mesmo jornal em 1977, onde passou a escrever uma coluna sobre os bastidores políticos intitulada "Painel". Em setembro deste mesmo ano, tornou-se editor-responsável pelo jornal no lugar de Cláudio Abramo, que saiu após uma crise que envolveu o jornalista da *Folha*, Lourenço Diaféria. Assumiu o jornal aos 36 anos, nesta conjuntura de crise que classificou de uma operação de "salvamento". Permaneceu neste cargo até 1984, quando Otávio Frias Filho assumiu a direção do jornal. Voltou então a escrever a coluna "Painel" deste jornal.

Justificando sua saída do jornal, declarou que "[...] na *Folha* já tinha feito tudo, tinha batido no teto duas vezes, não tinha nenhum desafio, tinha se transformado em rotina" [concedeu entrevista à autora em 18/3/1999]. É interessante, contudo, sublinhar que dentro das alteração que o "Projeto Folha" impõe ao Grupo Folha da Manhã, a partir de fins dos anos de 1970, tanto Casoy como Antônio Aggio e outros jornalistas muito ligados a uma imagem colaboracionista da empresa, deixam seus cargos. Outro dado importante também é que existe uma série de relatórios não assinados, em depósito da DSI/MJ, onde se narra o clima da *Folha de S. Paulo* na Segunda metade da década de 1970. Chega-se a citar como o Editor Responsável do jornal estaria se sentido, o que certamente indica a existência de um agente da "Comunidade de Informação" ali *plantado*.

- **Celso Lungaretti** teve a declaração de sua *queda* anunciada uma semana depois da "prisão negociada" de Massafumi Yoshinaga. A *Folha da Tarde* anunciou na manchete de primeira página: "Terrorismo em pânico: outro bandido deserta" (9/7/1970). No mesmo dia o militante esteve na TV renegando suas ações nas esquerdas armadas. A notícia de sua prisão e arrependimento, nesse mesmo dia 9 de junho, também foi publicada no *Jornal do Brasil*, no *O Estado de S. Paulo*, no *Correio da Manhã*, e na *Folha de S. Paulo*. As notícias continuaram no dia seguinte, em tons de condenação aos atos terroristas, mas sem as cores pintadas pela *Folha da Tarde*. Militante da ALN, fazia parte do seu setor de inteligência.
- **Cláudio Abramo** nasceu em 6 de abril de 1923, na cidade de São Paulo. Devido às posições políticas de sua família, na qual existiam tanto anarquistas como trotskistas, foi atingido pela

repressão política do Estado Novo. Permaneceu separado dos familiares por dez anos, só voltando a reencontrá-los no fim da ditadura Vargas, em meados da década de 40.

Teve sua primeira experiência profissional na área jornalística quando voltou para São Paulo, onde, apresentado por Orígenes Lessa, amigo de seu irmão Fúlvio, exilado na época na Bolívia, trabalhou por cerca de um ano na agência *Arco* de publicidade. Trabalhou nas agências: *Interamericana*, um serviço noticioso cuja sucursal de São Paulo era dirigida por Arnaldo Pedroso d'Horta; *Press Praga*, uma das primeiras tentativas de agência noticiosa brasileira; e *Meridional*, pertencente ao grupo dos Diários Associados, de onde foi demitido por fazer greve. Nos jornais: *Diário de São Paulo*; *Folha Socialista*, jornal do Partido Socialista Brasileiro; foi diretor-responsável pelo jornal *Português Democrático*, da resistência antifascista portuguesa; no *Jornal de São Paulo*, dirigido por Hermínio Sacchetta e fundado por Francisco Souza Neto, o Chico Polícia.

Em 1948, com a falência do *Jornal de São Paulo*, foi convidado por Sérgio Milliet, secretário do jornal *O Estado de S. Paulo*, para escrever a seção de economia, com Frederico Heller, e foi redator da editoria internacional, cujo chefe era Giannino Carta, pai do jornalista Mino Carta. Paralelamente às atividades desenvolvidas no *OESP*, dirigiu também a sucursal da *Tribuna da Imprensa* em São Paulo. Entre 1950 e 1951, com uma bolsa de estudos do governo brasileiro e um salário do *Estado de S. Paulo*, realizou um curso na área de jornalismo na Escola de Estudos Superiores, em Paris.

Voltando ao país, retornou ao *OESP* e, convidado por Júlio de Mesquita Filho, assumiu, aos 28 anos, a secretaria do jornal. Juntamente com Luiz Vieira de Carvalho Mesquita, Ruy Mesquita, Juca Mesquita e Júlio de Mesquita Neto, participou das reformas do jornal, que incluíram: alterações gráficas, transferência da sede, adoção de práticas modernas de controle da publicidade. No bojo das alterações introduzidas no jornal, criou a *Última Página*, voltada para os assuntos nacionais, já que a primeira, dirigida por Júlio de Mesquita Filho, dava destaque às notícias internacionais.

O processo de desgaste de Abramo com o jornal começou em 1961, com o envolvimento de seu irmão Fúlvio, que dirigia a rádio Eldorado, pertencente à família Mesquita, na liderança da greve dos jornalistas daquele ano. No ano seguinte, a radicalização política que se instalou na redação agravou sua situação. Deixou o jornal em 26 de julho de 1963.

Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), foi assessor de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda, no curto período em que esse foi ministro, a partir das reformas que Goulart realizou em seu ministério em junho de 1963. Convidado para reformar o jornal *A Nação*, de Mário Wallace Simonsen, dono da Panair do Brasil, que havia comprado o jornal *A Hora* e o tinha renomeado, tornou-se seu superintendente por pouco tempo. As dificuldades econômicas fizeram Abramo fechar o jornal no dia 25 de janeiro de 1964.

Com o Golpe civil-militar de 1964, passou quase todo esse ano desempregado. Indicado por Fernando Gasparian, foi trabalhar em uma agência de publicidade. Convidado, em fins de 1965, por Octávio Frias de Oliveira, proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*, foi trabalhar na empresa Transaco, de Frias e, mais tarde, no jornal, como chefe de produção. Em 1967 assumiu a secretaria-geral da *Folha*, e no período de 1969 a 1972 o jornal viveria um momento de censura imposta pelo regime militar.

Em 1972, Abramo foi nomeado diretor de redação da *Folha*, sendo afastado pouco depois e substituído por Ruy Lopes, da sucursal de Brasília. Longe dos jornais por cerca de dois anos, aproveitou esse período para viajar e escrever, a convite de Luís Carta, fascículos sobre história geral, que nunca foram publicados. Em 1974, foi convidado, juntamente com Carlos Chagas, Alberto Dines e João Calmon, para um seminário na universidade norte-americana de Stanford. Retornou ao país um ano depois, e em janeiro de 1975 foi preso com sua segunda esposa, Radhá, pelo DOI-CODI, acusado de subversão. Em meados desse mesmo ano, retornou à *Folha* e criou a "Página Três", com a colaboração de intelectuais e jornalistas como Paulo Francis, Newton Rodrigues e Alberto Dines, dando início a uma reformulação ainda discreta do jornal. Essas alterações só começariam a se efetivar em 1976, quando retornou à direção efetiva da redação, juntamente com Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho.

Em 1977 foi afastado da direção da redação por imposição do ministro do Exército, general Sílvio Frota, em um episódio que envolveu o jornalista da *Folha* Lourenço Diaféria. No dia seguinte à prisão de Diaféria, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, ligou para o jornal e Frias pediu que Abramo se demitisse, tendo sido então substituído por Boris Casoy.

Em 1978 lançou, como editor, o tablóide *Leia Livros*, com o apoio de Caio Graco Prado, da editora Brasiliense, voltado para resenha de livros, ensaios e entrevistas. Em 1979, foi

nomeado membro do Conselho Editorial da *Folha*, demitindo-se logo depois, durante a greve dos jornalistas ocorrida naquele ano. Passou a trabalhar como co-editor do recém-lançado *Jornal da República*, de Mino Carta, que teve vida curta. Em 1980 retornou à *Folha*, convidado novamente por Otávio Frias Filho e Boris Casoy para ser correspondente do jornal em Londres. Três anos depois, com o mesmo cargo, transfere-se para Paris. Interessando em participar do processo de abertura política pelo qual passava o país, retornou ao Brasil em 1984 e passou a escrever a coluna "São Paulo", da página dois da *Folha*. Seu espaço no jornal, uma coluna de 48 linhas, foi, por muitos, apontada como uma marginalização do periódico em relação ao jornalista. Morreu, aos 64 anos, no dia 14 de agosto de 1987, na cidade de São Paulo.

- **Davi Nasser** nasceu na cidade de São Paulo em 1917, filho de um casal de imigrantes libaneses. Iniciou, aos 16 anos, no Rio de Janeiro, sua carreira jornalística como repórter do matutino *O Jornal*, da cadeia dos Diários Associados, tornando-se mais tarde um de seus sócios. De 1936 a 1944 foi repórter de *O Globo*, no Rio de Janeiro. Em 1944 voltou aos Diários Associados, onde realizou reportagens, quase sempre em colaboração com o fotógrafo Jean Manzon, pelo Brasil e por outros países latino-americanos, e escreveu por muito tempo na revista carioca *O Cruzeiro*. Em 1965 foi eleito presidente de honra da *Escuderie Le Cocq*, formada por policiais do Rio de Janeiro para homenagear um detetive morto em serviço. Em maio de 1975 desligou-se do condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados, alegando discordar da orientação editorial de seu presidente, o então senador João Calmon. Passou a escrever na revista *Manchete*. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 10 de dezembro de 1980.
- **Eduardo Collen Leite, o "Bacuri"**, era um "jovem quadro de ação armada, fundador da Resistência Democrática (REDE), pequena organização de São Paulo, que ingressou na ALN em 1970. [...] Torturado por cerca de 100 dias, foi assassinado em dezembro de 1970".
- **Francisco Campos** foi ministro da Educação e Saúde Pública de novembro de 1930 a outubro de 1931, e de dezembro de 1931 a setembro de 1932. Ocupou interinamente a pasta da Justiça e Negócios Interiores de março a setembro de 1932.
- **Gama e Silva** (Luís Antônio da), paulistano, nasceu em 1913. Filho de um juiz de direito, seguindo a tradição familiar bacharelou-se pela Faculdade do Largo de São Francisco. Formado, foi redator político do *Correio Paulistano*, órgão do PRP (Parido Republicano Paulista). Ingressou como professor da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e foi seu reitor entre 1963 e 1966. Acumulou, por um curto período de tempo, dois Ministérios no governo Castelo

Branco: o da Justiça e o da Educação e Cultura. No governo de Costa e Silva (1967-1969), foi ministro da Justiça, em um governo marcado por intensas movimentações estudantis contra o arbítrio em vigor, como o AI-2. Na esteira do fechamento da participação popular, forças coibiam as manifestações e, por fim, decretou-se o AI-5, em 13/12/1968, tendo Gama e Silva como o seu mentor. O controle do ministro, nesse período, sobre a vida acadêmica resultou na cassação de uma série de professores a maioria da USP.

- **Gilson Teodoro de Oliveira**, segundo a biografia publicada na *Folha da Tarde*, conheceu Marcos Vinício Fernandes dos Santos na militância estudantil e o seguiu deste tempo até a prisão, em janeiro de 1969. Participou da ação de "expropriação", e com a queda do companheiro, ainda tomou parte em duas ações da VPR, até ser preso. Seu irmão, Gerson Teodoro de Oliveira continuou na luta até morrer, aos 23 anos, em março de 1971, com o seu companheiro da VPR Maurício Guilherme da Silveira.
- **Hermínio Sacchetta** era filho de imigrantes italianos e nasceu na cidade de São Paulo em 1° de maio de 1909. Bacharel em Ciências e Letras, iniciou sua carreira na imprensa em 1928, como revisor do *Correio Paulistano*. Engajado politicamente desde 1932, no Partido Comunista, foi dirigente do comitê regional de São Paulo, e um dos principais editores do jornal *A Classe Operária* até 1937. Discordâncias internas o levaram, no ano seguinte, a formar um comitê central provisório, que contou com a adesão inicial de mais outros cinco comitês regionais. Em novembro de 1937, foi vítima de violenta campanha difamatória que o acusava de "fraccionismo trotskista", sendo expulso do PCB. Seis meses depois foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, deixando a prisão em novembro de 1939.

  A partir daí, tornou-se dirigente do recém-fundado Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV[a] Internacional, de orientação trotskista. Retornou às atividades jornalísticas como redator de política internacional da *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, exercendo, durante seis anos, os cargos de subsecretário de secretário-geral de redação. Em 1945, participou da criação do jornal *São Paulo*, que circulou pelo pequeno período de 18 meses. Transferiu-se para os Diários Associados, lá ficando até 1950. Organizou e dirigiu o jornal *Tempo*. Entre 1956 e 1959, chefiou o departamento de jornalismo da Rádio Bandeirantes e participou da Liga Socialista Independente, de tendência luxemburgista.

  Em 1960, passou a dirigir a redação do *Shopping News*, lá permanecendo por nove anos. No final da década de 1960, engajou-se no movimento comunista internacionalista e, em 1969,

voltou aos Associados como diretor de redação do *Diário de São Paulo* e do *Diário da Noite*. Em agosto deste ano, por divulgar o manifesto da Ação Libertadora Nacional, posto no ar após a tomada dos transmissores da rádio Nacional por Carlos Marighella, foi novamente preso, processado e impedido de exercer a profissão por cinco anos. Voltou às redações em 1975, para assumir a editoria de Exterior da *Folha São Paulo*, função que deixou um ano depois por motivo de saúde. Morreu em 28 de outubro de 1982, aos 73 anos, e 48 de profissão. Com ele, foi-se embora a "escola de jornalismo Hermínio Sacchetta", já que foram tantos os profissionais de imprensa que formou.

- **Jarbas Passarinho** (coronel) foi governador do Estado do Pará, eleito pela Assembléia Legislativa após indicação do presidente general Humberto Castelo Branco (1964-1966). Foi senador pelo mesmo estado em diversos mandatos: pela ARENA em 1967, 1974-1983; senador constituinte na legenda do PDS, em coligação com PMDB, PCB e PCdoB, em 1986-1990; e, em 1992-1994, pelo PPR, agremiação originária da fusão do PDS com PDC. Foi ministro do Trabalho no governo Castelo Branco (1967-1969), da Educação no governo Médici (1969-1974), da Previdência no governo Figueiredo (1983-1985), e da Justiça no governo Collor (1990-1992).
- **Joaquim Alencar de Seixas** iniciou suas atividades como militante político aos 19 anos de idade, combatendo a ditadura de Vargas, assim como rebelou-se contra o Golpe civil-militar de 1964. Em 1970, como dirigente do MRT, abrigou em sua casa, por cinco meses, Carlos Lamarca. Faleceu aos 49 anos, dias depois do assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, após ser capturado e torturado, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, em abril de 1971.
- **Joaquim Câmara Ferreira**, o *Toledo* militava na Juventude Comunista desde o início da década de 1930, tendo Carlos Marighella como companheiro nas lutas do PCB contra Vargas. Estudante da Politécnica de São Paulo, foi preso pela Polícia Especial de Getúlio, no Rio, em 1939 e violentamente torturado, já que detinha informações sobre o trabalho clandestino do PCB. Após sua libertação, com a anistia de 1945, foi dirigir o jornal *Hoje*, órgão do PCB em São Paulo. Em 1966, juntamente com Carlos Marighella e outros que haviam sido expulsos do PCB após o VI Congresso do partido, ajudou a fundar a ALN.

Acreditando na luta armada como forma de combate a ditadura civil-militar do pós-1964, participou, como comandante, do seqüestro do embaixador norte-americano. Após a morte de Marighella, assumiu a direção da ALN até seu assassinato na tortura, em um sítio clandestino da polícia política paulista, na madrugada de 24 de outubro de 1970.

- **José Vieira Madeira** nasceu em 10/08/1935, no Rio de Janeiro. Jornalista e publicitário, bacharel em Direito e em Comunicação Social. Foi jornalista, correspondente, chefe de reportagem, chefe da sucursal de Brasília e editor da sucursal do jornal *O Globo*, em Brasília; repórter e redator da United Press International, Inc., no Rio de Janeiro; Assessor Presidente e Diretor da Sucursal de Brasília da Rádio e TV Bandeirantes; Editor da coluna Propaganda e MICT da sucursal de Brasília do *Jornal de Brasília*; Diretor de Atendimento da Alcântara Machado, Periscinoto Comunicações, de São Paulo; Diretor da Sucursal de Brasília do Jornal *O Dia*; Diretor e Coordenador Geral de Atendimento da RATTO Propaganda, em Brasília; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, 1994-95, da EMBRATUR; e Chefe de Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Agricultura. Diretor do Departamento de Censura e Diversões Ministério da Justiça (Ministro Petrônio Portella); Membro Conselheiro do Conselho Nacional do Cinema; Membro Conselheiro e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Trânsito. Foi Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Presidente do Sindicato dos Publicitários do Distrito Federal.
- **Juarez Guimarães de Brito**, deixou a Polop (Política Operária) e ingressou no Colina (Comando de Libertação Nacional), aderindo à luta armada. Participou da criação da VAR-Palmares e, após a sua divisão, permaneceu como militante da VPR, onde tornou-se um de seus líderes. Casado com Maria do Carmo Brito, "no dia 18 de abril de 1970, quando o carro que dirigia foi cercado, cumpriu um pacto que tinha com sua companheira e deu um tiro no próprio ouvido", falecendo aos 32 anos. Antes do "racha" da VAR-Palmares, em setembro de 1969, executou um assalto à casa da suposta namorada do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Lá havia um cofre com US$ 2,5 milhões. Alguns militantes narram que seria Juarez o depositário de uma parte considerável desse dinheiro, que jamais foi recuperado após sua morte.
- **Lenildo Tabosa Pessoa** nasceu em 1935 na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco. Foi seminarista e completou os estudos religiosos em Roma, onde estudou Filosofia. Teve suas primeiras experiências como jornalista aos 15 anos, quando escreveu sobre Política Internacional para os jornais *A Defesa*, *A Tribuna* e *Jornal do Commercio*.

  Em 1960 transferiu-se para São Paulo e foi estagiar na seção de Internacional do *O Estado de S. Paulo*. Tornou-se articulista e editorialista dos jornais da família Mesquita — *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*. Professor de Direito Internacional Público, piloto

profissional, era conhecido por suas convicções católico-conservadoras, anticomunistas e pela defesa do governo autoritário de março de 1964.

Em vários momentos prestou serviços a esses governos, como na preparação da visita do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, à Europa, em 1970. Outras ligações vinham sendo redesenhadas, como no relato sobre o delegado Fleury, de Percival de Souza. Lá, Souza trouxe à tona a figura de Alcides Cintra Bueno Filho, o *Porquinho*. O delegado Alcides era o coveiro oficial do DOI-CODI e do DOPS, e Souza explicita a ligação de ambos, ao narrar que

> "[...] se alguém morria, em combate ou em tortura, era sempre ele [Alcides] o primeiro a chegar para definir, somente ele, o que fazer. O delegado coveiro, o delegado dos sepultamentos clandestinos, [...] o delegado católico que rezava e comungava, que tinha amigos do clero conservador, que odiava os progressistas.
>
> Quando teve os padres dominicanos nas mãos, convidou o teólogo-jornalista Lenildo Tabosa Pessoa para ler o conteúdo das apurações preliminares e ajudá-lo nas perguntas fundamentais que pudessem comprometê-los na contradição que considerava flagrante: professar o cristianismo e engajar-se na esquerda que empunhava armas. O homem que seria capaz de sumir com corpos sem deixar vestígios teve habilidade para ocultar as sombras e receber Lenildo, um pernambucano de Caruaru, introduzindo-o no casarão sem maiores conseqüências. Um dos padres, contudo, viu Lenildo no momento de descuido [...]. Lenildo chegou num carro fechado e saiu do DOPS da mesma forma. Foi acusado pelos padres de participar diretamente dos interrogatórios. Não tinha sido bem assim." (Souza, 2000, pp. 181-185).

Em fevereiro de 1977, Lenildo Tabosa, mostrando-se bastante antenado com as publicações, escreveu, durante dois dias seguidos, em sua coluna do *Jornal da Tarde* uma resenha sobre o livro *A Esquerda Armada no Brasil*, de Antônio Caso. O livro, publicado em Cuba e Portugal, tem na última edição um prefácio de José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco e um dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano em setembro de 1969. Ocupando-se do tema, em julho do mesmo ano Renato Tapajós lançou o livro *Em câmara lenta*, escrito enquanto esteve preso, e narrando as memórias da militância política dos anos de 1960. Detido novamente, em pleno governo Geisel, na porta da Editora Abril, foi interrogado com base em trechos marcados do livro, os mesmos que Lenildo Tabosa Pessoa havia destacado na sua coluna do *Jornal da Tarde* e que faziam uma leitura torta ao afirmar que as memórias faziam uma apologia à guerrilha e incitava os jovens à luta armada (Ridenti, 2000, pp. 154-155).

No início da década de 1980, Tabosa Pessoa lançou seu primeiro livro de ficção, *A lágrima: o romance do 1984 brasileiro*, inspirado no *1984*, de George Orwell. Baseado na história recente do país e usando pseudônimos, o livro narra o golpe militar do general Golbecou, que derrubou o poder no ano de 1984. Instaurada a ditadura, criam-se "campos de reeducação", para onde são mandados um professor, um jornalista e um piloto. Ao todo escreveu quatro livros, *Não faça vôo cego, A revolução popular* e *O reencontro*.

Lenildo Tabosa Pessoa morreu no dia 15/9/1993, quando pilotava o seu avião particular, quando ia de Caruaru para a Ilha de Itamaracá. Como curiosidade, vale destacar que a pasta número 50-Z-9-41543, que possuía documentos sobre o jornalista, e que pertencia ao DEOPS/SP, não veio quando esse acervo foi transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

- **Manoel Henrique Ferreira** militou no MR-8. O *Jornal do Brasil* de 3/9/1977, trouxe um depoimento do militante sob o título "Terrorista preso afirma que 'arrependeu-se' sob tortura". Na época com 31 anos e condenado a 57, Manoel escreveu uma carta ao Arcebispo de São Paulo, cardeal Paulo Evaristo Arns, afirmando que compareceu à TV sob coação, e com promessas de que seria libertado. Debatendo-se com a dor da prisão e o esquecimento momentâneo das propostas da luta, Manoel ficou profundamente marcado pelos episódios de julho de 1971. Ele era procurado, entre outras atividades, por ter sido um dos quatro guardas responsáveis pelo embaixador alemão seqüestrado em 11/6/1970. Seu nome foi divulgado pela imprensa um dia após o seu pronunciamento na TV, em 13/7/1971.

> "Esse pronunciamento [...] deveria ter como objetivo impedir que outras pessoas ingressassem na subversão. Eu deveria dirigir-me sobretudo à juventude. Deveria também falar sobre o bom tratamento que estava recebendo, sobre a inexistência de torturas. [...] Dias depois, descumprindo um dos tratos, é levada uma televisão à cela, onde é passado o meu pronunciamento, gravado anteriormente em *videotape*. Aquilo foi uma verdadeira agressão aos presos, principalmente pela surpresa e pelo fato de eu tê-los enganado, não falando nada para ninguém" (*Jornal do Brasil*, 3/9/1977).

- **Marcio Leite de Toledo** foi o caso de morte por *justiçamento* no interior da organização de luta armada a que pertencia. "Militante da ALN, fez parte da primeira Coordenação Nacional, treinou

em Cuba e terminou sendo justiçado. Essa decisão, tomada pela Coordenação Nacional e pela Coordenação Regional de São Paulo, constitui o ato mais polêmico da História da ALN".

- **Mino Carta** é italiano e chegou ao Brasil aos 12 anos, em 1946, quando o pai, que era jornalista, aceitou o convite do empresário Francisco Matarazzo para dirigir a redação do jornal *Folha de São Paulo*. Teve sua primeira experiência profissional no jornalismo em 1950, no Rio de Janeiro, como repórter esportivo, cobrindo a Copa do Mundo de Futebol para o jornal *Il Messaggero*, de Roma. Enquanto morava fora do Brasil, foi correspondente do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e da revista *Mundo Ilustrado*, na Itália. Em 1959, foi procurado na Itália por Victor Civita, proprietário da editora brasileira Abril, e convidado a organizar uma revista na área de veículos automotores e turismo, a revista *Quatro Rodas*, surgida na esteira da implantação da indústria automobilística no país. O prestigio do periódico fez Carta receber alguns prêmios *Esso* de jornalismo. Transferiu-se para o jornal *O Estado de São* Paulo, onde fundou e dirigiu a edição de esportes entre 1964 e 1965. Posteriormente, foi convidado pela família Mesquita, proprietária do mesmo jornal, para criar o *Jornal da Tarde*, ficando neste cargo no período de 1966 a 1968.

  Em 1968, a convite de Victor Civita, retornou à Editora Abril com a tarefa de criar um semanário de informação, a revista *Veja*, inspirado nas americanas *Time* e *Newsweek*. Em fevereiro de 1974, Carta passou a integrar a diretoria da Editora Abril, além de continuar dirigindo a revista, vivenciando diretamente o processo de intervenção da censura à *Veja*. Em 1976, fundou, com Domingo Alzugaray, Tão Gomes Pinto, Fernando Sandoval e Armando V. Salem, a revista *Isto é*, buscando um modelo europeu para este novo periódico. Em agosto de 1979, com Domingo Alzugaray, seu sócio na Editora Encontro Editorial, criou o *Jornal da República*, que circulou pelo curto período de cinco meses. Em abril de 1982, de novo convidado por Alzugaray, dono da revista quinzenal *Senhor*, assumiu a direção de redação e transformou-a em uma publicação semanal.

  Em julho de 1988, a revista *Senhor* fundiu-se à revista *Isto é* e Carta tornou-se o diretor de redação da nova *Isto é/Senhor*, que mais tarde passou a ser apenas *Isto é*. Ocupou esse cargo por cinco anos. Em agosto de 1993, deixou a *Isto é*, após divergências com Alzugaray acerca da orientação política e conceitual da revista. Fundou, em agosto de 1994, a revista *Carta Capital*, cujas temáticas são centradas nas áreas de negócios, economia, política e comportamento.

- **Marcos Alberto Martini**, segundo a biografia publicada na *Folha da Tarde*, é natural de Campinas, chegou a São Paulo em 1968 para prestar vestibular de Física. Começou a ter uma

militância estudantil, até que Marcos Vinício Ferreira dos Santos o convidou para formar uma organização. Os problemas financeiros levaram a um contato com a VPR. Uma ação de "expropriação", entretanto, fez com que parte do grupo *caísse*, e vinte dias depois foi preso.

- **Marcos Vinício Fernandes dos Santos**, segundo a biografia publicada na *Folha da Tarde*, ingressou no PCB no começo dos anos de 1960, atuando na área de Osasco. Em fins de 1963, ingressou na Polop — Política Operária —, de onde saiu em 1966. Participou do processo de ressurgimento da Frente Estudantil Secundarista (FES). As dificuldades econômicas de manter os membros do grupo na clandestinidade fizeram com que travasse contato com membros da VPR na tentativa de que estes os auxiliassem. Dez dias depois, em janeiro de 1969, contudo, "fui capturado pela polícia".
- **Médici** (general Emílio Garrastazu), gaúcho, nascido em 1905, freqüentou o Colégio Militar em Porto Alegre até que, em 1924, veio para a Escola Militar de Ralengo (RJ). Participou da Revolução de 1930 e do comando que derrotou a Revolução Constitucionalista de 1932. Trabalhou junto à Escola de Estado-Maior, foi promovido a tenente-coronel em 1950 e transferido para a 3ª Região Militar, em Porto Alegre. Lá, tornou-se chefe da 2ª seção (informação).

  Tornou-se general de divisão da Arma da Cavalaria, e era comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) quando do golpe de 1964; foi também adido militar do Brasil nos EUA, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) até março de 1969, quando foi nomeado general de Exército e comandante do III° Exército. Presidente da República de 1969 a 1974.
- **Neiva Moreira** (José Guimarães Neiva Moreira) é maranhense de uma família de políticos, jornalista e deputado federal. Nacionalista, defendeu a criação da Petrobras e da Eletrobras. Exerceu mandados legislativos entre 1955-1964, na legenda das Oposições Coligadas, constituídas pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Republicano (PR), o Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), e posteriormente, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre 1993-1994 e 1997.

  Quando reeleito, em outubro de 1962 na legenda do PSP, "tornou-se, ainda durante o governo de João Goulart (1961-1964), um dos mais incisivos defensores das reformas radicais, atuando em consonância com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul". Após o

31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, Neiva Moreira teve seu mandato cassado pela Junta Militar no dia seguinte à edição do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril desse ano. Ainda nesse mês, o novo governo proibiu a edição do diário maranhense *Jornal do Povo,* de sua propriedade, cuja sede foi, posteriormente, incendiada. Esteve preso por vários meses em quartéis do Rio e de Brasília. Exilou-se então na Bolívia, onde dirigiu o jornal *Clarín,* que apoiava as conquistas da revolução boliviana de 1952. Com a vitória do golpe militar nesse país no fim de 1964, Neiva Moreira foi intimado a deixar a Bolívia, seguindo de lá para o Uruguai, onde passaria quase dez anos. Neste país, tornou-se um dos editores dos jornais *Sur, Izquierda,* posteriormente fechado pela ditadura lá instaurada, e *El Oriental* — estes dois ligados ao Partido Socialista —, *El Debate,* apoiado pelo Partido Nacional, e *Ahora,* diário da coligação de esquerda Frente Ampla.

Com o endurecimento do regime naquele país, deixou Montevidéu em setembro de 1973, pouco depois do golpe de Estado, e exilou-se na Argentina, fixando-se em Buenos Aires. Na capital portenha, passou a editar a revista mensal *Tercer Mundo,* posteriormente denominada *Cuadernos del Tercer Mundo.* Só voltou ao Brasil depois da assinatura da anistia, em agosto de 1979.

- **Nilo Canepa**, "general do Exército, diretor do DPF em 1972, chefe da rede de assassinos lotados naquele órgão federal de repressão e tortura". (Cf. "Saiu o 2º listão: 442 torturadores", *Em Tempo*, nº 54, 8-14/3/79, pp. 4-5).
- **Norberto Nehring** era militante da ALN e saiu do país em abril de 1969 para treinamento em Cuba. Sua mulher e sua filha, respectivamente Maria Lygia Quartin de Moraes e Marta Nehring, seguiram para a França e ele retornou ao Brasil um ano depois. Foi preso, torturado e morto na OBAN, mas na versão oficial ele teria sido encontrado morto no dia 25 de abril de 1970, no quarto 21 do Hotel Pirajá, na Alameda Northmann, 949, centro de São Paulo, com a identidade falsa de Ernest Snell Burmann, enforcado com uma gravata. Trazia também um bilhete assinado com seu nome e endereçado à mãe.
- **Octávio Frias de Oliveira** empresário e jornalista, nasceu no Rio de Janeiro em 5 de agosto de 1912. Em 1932, alistou-se nas tropas da Revolução Constitucionalista, permanecendo por dois meses em Cunha, na região do Vale do Paraíba. Sua vida profissional oscilou entre as atividades empresariais e a estabilidade do serviço público, prezada por seu pai. A partir de 1940, tornou-se diretor do Departamento Estadual do Serviço Público, respondendo pela diretoria de

Contabilidade e Planejamento. Três anos mais tarde, na condição de acionista-fundador, participou do estabelecimento do Banco Nacional Imobiliário (BNI), dirigido por Orozimbo Roxo Loureiro, onde exerceu o cargo de diretor da Carteira Imobiliária. Nessa função, lançou o programa de condomínios a preço de custo, que possibilitou a construção de prédios como o da Copan e o da Galeria Califórnia, projetos de Oscar Niemeyer, como também o teatro Maria della Costa. Deixou o BNI em junho de 1954, seis meses antes de este ter sido comprado pelo Bradesco, quando entrou em processo de liquidação.

Em 1953, fundou a empresa Transaco — Transações Comerciais —, uma das primeiras firmas especializadas na venda de ações diretamente ao público, que prestou serviços ao jornal carioca *Tribuna da Imprensa,* de Carlos Lacerda e à *Folha da Manhã*, de José Nabantino Ramos. Associou-se ao empresário Carlos Caldeira Filho para construírem a Estação Rodoviária de São Paulo, em 1961, e em 13 de agosto do ano seguinte adquiriram a *Folha de S. Paulo,* de propriedade de José Nabatino Ramos. Frias e Caldeira, presidente e superintendente da empresa, voltaram-se, num primeiro momento, a recuperar financeiramente o jornal. A reestruturação da *Folha* ficou a cargo do jornalista Cláudio Abramo, que havia saído do *O Estado de S. Paulo.* Convidado, em fins de 1965, por Octávio Frias de Oliveira, Abramo foi primeiramente trabalhar na empresa Transaco, que realizava corretagem de ações e análises diárias para o jornal. Mais tarde, Frias o colocou dentro do jornal como chefe de produção, e em 1967, Abramo tornou-se secretário-geral da *Folha.*

No final dos anos 60, investiram na modernização industrial da *Folha de S. Paulo*, com a compra de novos equipamentos nos Estados Unidos. A partir de 1968, o jornal passou a ser o primeiro na América Latina a ser impresso em *offset*. No período de 1969 a 1972, o jornal foi submetido à censura imposta pelo regime militar. A partir de 1972, a *Folha de S. Paulo* viveu momentos de transformação. Cláudio Abramo, recém-nomeado diretor de redação, deixou o jornal, sendo substituído por Ruy Lopes.

Em 1974, Boris Casoy, recém-contratado como editor de Política do jornal, tornou-se editor-chefe da *Folha.* Um ano depois, Abramo retornou a direção do jornal, e criou a "Página Três", com a colaboração de intelectuais e jornalistas como Paulo Francis, Newton Rodrigues e Alberto Dines, dando início a uma reformulação ainda discreta do jornal. Essas alterações só começariam a se efetivar em 1976, quando Abramo retornou à direção efetiva da redação, juntamente com Octavio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho.

Em 1977, Casoy retornou ao jornal e passou a escrever uma coluna sobre os bastidores políticos intitulada "Painel". Abramo foi novamente afastado, em setembro deste ano, da direção da redação por imposição do ministro do Exército, general Sílvio Frota, em um episódio que envolveu o jornalista da *Folha* Lourenço Diaféria. Este havia escrito uma crônica que, segundo os militares, ofendia a memória de Duque de Caxias. No dia seguinte à prisão de Diaféria, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, ligou para o jornal e Frias pediu que Abramo se demitisse, tendo sido então substituído por Boris Casoy. Acerca desse episódio, Otávio Frias Filho escreveu, em 1996, uma versão que o envolveu em uma "crise provocada por uma tentativa de golpe militar contra o presidente Ernesto Geisel". Em meados dos anos 80, Frias começou a transferir a operação executiva do jornal para seus filhos Luís e Otávio, respectivamente nas funções de presidente e editor do Grupo Folha, sem, contudo, afastar-se da orientação e do dia-a-dia do jornal. Em 1984, Boris Casoy deixou o cargo de diretor da redação e voltou a escrever a coluna "Painel", sendo substituído por Otávio Frias Filho. Sócios durante trinta anos, Frias e Caldeira desfizeram a sociedade em 1991, cabendo ao primeiro a empresa de comunicações e ao segundo os demais negócios e imóveis em comum.

- **Osmar de Oliveira Rodello Filho**, segundo a biografia publicada na *Folha da Tarde*, teve uma militância estudantil até conhecer Marcos Vinício Fernandes dos Santos e formar um grupo. Após a ação de "expropriação", *caiu* dias depois.
- **Oswaldo Aranha** foi ministro da Justiça e Negócios Interiores de novembro de 1930 a dezembro de 1931. Transferido para o Ministério da Fazenda, ficou nesse cargo até julho de 1934. Foi ministro da Educação e Saúde Pública de julho de 1934 a outubro de 1945. E de março de 1938 a outubro de 1945 também tornando-se chanceler.
- **Petrônio Portella** era piauiense, nascido em 1925. Formou-se em Direito na Universidade do Brasil, em 1951. Filiado à UDN, foi deputado estadual pelo Piauí em 1954, governador daquele estado entre 1963-66 e senador entre 1967-79. Como a maioria udenista, filiou-se à ARENA, no pós-1964.

Enquanto exercia a presidência do Senado, tornou-se ministro da Justiça do governo Figueiredo, em 19/1/1979, vindo a falecer um ano depois. Nesse curto período de tempo, o Ministério da Justiça voltou a ter uma ação mais política do que policialesca e profundas transformações entraram em curso, como sanção da lei de Anistia, em agosto de 1979. As matérias da época sobre a sua morte são pouco conclusivas sobre o que realmente aconteceu.

- **Pompeu de Souza** (Roberto), cearense, nasceu em 1914 e chegou ao Rio de Janeiro com 14 anos. Foi jornalista, tendo trabalhado como editor internacional, aos 22 anos, no jornal *Diário Carioca*. Na área política foi um dos fundadores da UDN e do PSB, ambos dissolvidos pelo regime militar, que instituiu o bipartidarismo (Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965).

  Levado para Brasília pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves, em 1961, foi chefe do Serviço de Imprensa do Conselho de Ministros. Um dos fundadores da UnB, teve seus direitos cassados em 1964. Entre 1967-68, foi um dos idealizadores do projeto de edição da revista *Veja*. Trabalhando para a Editora Abril, já havia fundado a sucursal da editora em Brasília, permanecendo como seu diretor por dez anos. Com a regulamentação do Conselho Superior de Censura (CSC), em 1979, foi o representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Foi senador Constituinte, pelo Distrito Federal, entre 1987 e 1991. Faleceu, aos 77 anos, em 11/6/1991. Ver *Anuário Parlamentar Brasileiro*, (São Paulo, Editora Três, 1989, pp. 79-80); *Folha de S. Paulo*, 26/12/1981; *O Estado de S. Paulo*, 12/6/1991.

- **Romulo Augusto Romero Fontes**, segundo a biografia publicada na *Folha da Tarde*, é pernambucano, foi membro da base juvenil do PCB em Garanhuns, e apoiou as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Após 1964, ingressou no Partido Operário Revolucionário Trotkista (PORT), sendo o responsável pela difusão da teoria trotskista em todo o Nordeste, mas rompeu com o Partido em 1966. Preso em Fortaleza, ao deixar a prisão veio para São Paulo e travou contato com José Ibrahim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, ingressando na VPR (Concedeu entrevista à autora em 3/11/1999).

- **Silvio Correia de Andrade** (General) foi o Superintendente Regional do DPF, em São Paulo, no governo Costa e Silva (1967-1969). A seu respeito, o jornal *Em Tempo* publicou "[...] general do Exército, comandante da repressão e da tortura no Estado de São Paulo quando chefe do DPF/SP em 1968/1970" (cf. "Saiu o 2º listão: 442 torturadores", *Em Tempo*, nº 54, 8-14/3/1979, pp. 4-5).

- **Tancredo Neves**, ministro da Fazenda do Segundo Governo Vargas (1951-1954) e primeiro-ministro na experiência parlamentarista do governo João Goulart, tornou-se a figura central desse processo de articulação por "Diretas Já!", e candidato potencial a novo presidente da República. Após a derrota, no Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira, o último pleito indireto elegeu Tancredo Neves e seu vice, José Sarney.

  Entre a eleição, em janeiro, e sua posse, em março, Tancredo Neves fez uma viagem à Europa, de apresentação às nações amigas, seguindo uma tradição inaugurada pelo presidente

Juscelino Kubitschek (1956-1961) e interrompida nos governos militares. Já adoentado, retornou ao país e só se internou na véspera de sua posse, com receio de que sua enfermidade rearticulasse as forças conservadoras e impedisse que seu vice, José Sarney, assumisse. Ficou dez dias no hospital, até que, na noite de 21/4/1985, sua morte foi anunciada em cadeia nacional de rádio e TV.

- **Vinícius de Moraes** nasceu no Rio de Janeiro, em 19/10/1913. No Rio de Janeiro, fez o curso de Direito, e o de Literatura Inglesa na Universidade de Oxford. Dedicou-se ao jornalismo em 1941, como crítico de cinema. Por concurso, em 1943, ingressou na carreira diplomática, tendo trabalhado junto às representações do Brasil em Los Angeles, Paris e Montevidéu. Era o representante do Itamaraty na Comissão de Censura Cinematográfica e foi à Europa, em 1952 com o objetivo de estudar a organização dos festivais de Cannes, Berlim, Locarno e Veneza, tendo em vista a realização do festival de cinema em São Paulo. Um ano mais tarde, surge a edição francesa das *Cinco Elegias*. Ainda no mesmo ano, fixa-se em Paris, ocupando o cargo de segundo-secretário da Embaixada do Brasil. Aposentado do Itamaraty pelo AI-5, em uma lista que cassou diplomatas e teve como nota oficial a desculpa de serem "notoriamente pederastas e alcoólatras", mesmo com a Anistia, em 1979, não pode retornar à *carrière*, por estar acima da idade permitida. Faleceu, no Rio, em 9/71980.
- **Yoshitane Fujimore** era "combatente da Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, liderada na época por Carlos Lamarca. [...] Foi cercado na Vila Mariana, perto do Jabaquara, e morto. Populares que assistiram à cena contaram que os policiais atiraram em seu corpo de uma maneira selvagem, vários minutos após sua morte evidente" .

SIGLAS

- Agência Estado/Jornal *O Estado de S. Paulo* (AE)
- Ação Libertadora Nacional (ALN)
- Ação Popular (AP)
- Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
- Assessoria de Segurança e Informações Regionais (ASIR)
- Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
- Associação Nacional dos Censores Federais (ANACEN)
- Ato Institucional número 2 (AI-2)
- Ato Institucional número 5 (AI-5)
- Brasil Nunca Mais (BNM)
- Comando de Caça aos Comunistas (CCC)
- Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)
- Centro de Informação Empresa Exército (CIEx)
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
- Centro Popular de Cultura (CPC)
- Conselho Superior de Censura (CSC)
- Comando Aéreo Regional (Comar)
- Comando de Libertação Nacional (Colina)
- Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
- Delegacias de Jogos e Diversões (DJD)
- Departamento de Administração e Serviço Público (DASP)
- Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)
- Departamento de Informação, Correspondente e Sucursais (DICS), precursora da Agência Folhas
- Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
- Departamento de Operações e Investigações (DOI)
- Departamento de Polícia Federal (DPF)
- Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)
- Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)

- Departamento Nacional de Informações (DNI)
- Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do IIº Exército (DOI-CODI II) ou Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)
- Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP)
- Divisão de Segurança e Informação (DSI)
- Empresa de Correios e Telégrafos (ECT)
- Escola Superior de Guerra (ESG)
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP (FAU)
- Festival de Cinema do Rio de Janeiro (FESTRIO)
- Força Aérea Brasileira (FAB)
- Força Expedicionária Brasileira (FEB)
- Frente Estudantil Secundarista (FES)
- Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)
- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem)
- Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope)
- Institut d'Histoire du Temps Présen*t* (IHTP)
- Inspetoria Geral de Polícia (IGP)
- Juventude Universitária Católica (JEC)
- Museu da Imagem e do Som (MIS)
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI)
- Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
- Movimento de Libertação Popular (Molipo)
- Movimento Nacional Revolucionário (MNR)
- Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
- Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
- Operação Bandeirantes (*Oban*)
- Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Organização Revolucionária Marxista (ORM)
- Partido Comunista Brasileiro (PCB)

- Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
- Partido Democrata Cristão (PDC)
- Partido Democrático Social (PDS)
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- Partido Operário Comunista (POC)
- Partido Operário Revolucionário Trotkista (PORT)
- Partido Progressista Reformador (PPR)
- Partido Socialista Brasileiro (PSB)
- Partido dos Trabalhadores (PT)
- Polícia Especial (PE)
- Polícia Militar (PM)
- Política Operária (Polop)
- Pontifícia Universidade Católica (PUC)
- Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)
- Serviço de Informação do Gabinete (Sigab)
- Serviço Nacional de Informação (SNI)
- União Democrática Nacional (UDN)
- União Estadual dos Estudantes (UEE)
- Universidade Federal Fluminense (UFF)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Universidade de Brasília (UnB)
- União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Universidade de São Paulo (USP)
- Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares)
- Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Crédito das fotos

Bloco 1

- **Figura nº** 1: Polícia Especial do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1932.
  Acervo: Arquivo Antunes Maciel/CPDOC-FGV.

- **Figura nº** 2: Fachada da Delegacia de Costumes e Diversões, Praça da República, Rio de Janeiro. Na matéria, publicada pelo *Correio da Manhã*, se lê "[...] não de todo mal alojada; mesmo assim, é distante da Polícia Central. Por outro lado, não conta com instalações próprias, tendo sido improvisado um xadrez, no vão existente ao lado do Arquivo Nacional".
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/2524(6)].

- **Figura nº** 3: Fotomontagem comemorativa da Copa de 1950 em que aparece Augusto da Costa, zagueiro do Vasco da Gama e da seleção brasileira.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/1682(6)].

- **Figura nº** 4: Augusto da Costa, zagueiro e capitão da seleção brasileira na Copa de 1950. Da esquerda para a direita, o terceiro de pé.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/1682(33)].

- **Figura nº** 5: "Bilhetinhos da censura" (notas de proibição). 25/6/1968.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/229(417)].

- **Figura nº** 6: Rogério Nunes (à esquerda) passa o cargo de diretor do DCDP a José Vieira Madeira. Brasília, s/d.
  Acervo: Banco de Dados/*Folha de S. Paulo*.

- **Figura nº** 7a: Solange Hernandez, a Solange "Tesourinha", diretora da DCDP. 2/2/1984.
  Acervo: Revista *IstoÉ* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

- **Figura nº** 7b: Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, diretor do DCDP na *Nova República*. 25/12/1985.
  Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

- **Figura nº** 8: Prédio do Departamento de Polícia Federal, Brasília, conhecido como "Máscara Negra".
  Acervo: Homepage do DPF (www.dpf.gov.br).

Bloco 2

- **Figura nº** 9: Protesto de artistas contra a censura, em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro (Praça Carlos Gomes/Cinelândia), em 12/2/1968.
  Exposição: *As Faces de 1968*, PUC-SP, agosto de1998.
  Acervo: *Última Hora* – Arquivo/AE.

- **Figura nº** 10: Passeata de artistas contra a censura. Rio de Janeiro, 12/2/1968. Da esquerda para a direita: Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benguell e Cacilda Becker.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/6640(24)].

- **Figura nº** 11: Protesto contra a censura, na Cinelândia. Rio de Janeiro, 12/2/1968.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/6640(26)].

- **Figura nº** 12: Jornal *Opinião*, nº 8, 25/12/1972 a 1/1/1973.
  Acervo: Exposição *Sinal Fechado*, Museu da República. Rio de Janeiro, s./d.

Bloco 3

- **Figura nº** 13: Confronto dos alunos da Mackenzie, envolvidos com o CCC, com os da USP na Rua Maria Antônia, no dia 3/10/1968. Esta foto, feita pela fotógrafa Makiko Yshi para a *Folha da Tarde*, foi publicada no dia seguinte e mostra os alunos da Mackenzie apontando uma arma em direção à fotógrafa.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 14: As duas grandes manchetes do dia 13/10/1968: os estudantes presos no 30º Congresso da UNE e o assassinato do capitão norte-americano Charles Rodney Chandler.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 15: Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, e o locutor Alberto Curi, durante a leitura do Ato Institucional nº 5. Rio de Janeiro, 13/12/1968.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/42486(13)].

- **Figura nº** 16: Fachada do Cine Odeon: "A noite dos generais". Rio de Janeiro, s/d.
  Acervo: *Correio da Manhã*/AN [PH/FOT/229(217)].

- **Figura nº** 17: Capa da revista *Veja* de 18/12/1968. O ministro da Guerra do governo Castello Branco e futuro presidente da República, Costa e Silva, em visita à Câmara dos Deputados com o plenário vazio. A foto de capa coincidiu com a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso. Parte dessa edição foi apreendida.
  Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

🏷 **Figura nº** 18: Capa da revista *Veja* de 10/12/1969, cuja edição foi apreendida.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

Bloco 4

🏷 **Figura nº** 19: Grupo de militantes da VPR que se arrependeu diante das câmeras da TV. Da esquerda para a direita: Rômulo Augusto Romero Fontes, Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho, Marcos Vinício Fernandes dos Santos e Gilson Teodoro de Oliveira. São Paulo, sede da Secretaria de Segurança Pública, 21/4/1970.
Acervo: Revista *Veja* (Biblioteca Bastos Tigre/ABI).

🏷 **Figura nº** 20: Massafumi Yoshinaga, militante da VPR que se teria entregado às autoridades militares e se arrependido publicamente de seus atos. São Paulo, 1/7/1970.
Acervo: Arquivo/AE.

🏷 **Figura nº** 21: Celso Lungaretti, militante da VPR preso, também renegou seus atos em uma declaração assinada na 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, em 8/7/1970, e foi à TV no dia seguinte. A foto é do seu depoimento no Supremo Tribunal Militar. Rio de Janeiro, 17/11/1970.
Acervo: Agência Folhas.

🏷 **Figura nº** 22: Caminhonete do jornal *Folha de S. Paulo* incendiada por militantes das esquerdas armadas. São Paulo, 21/9/1971. Publicação em 22/9/1971, p. 6.
Acervo: Agência Folhas.

🏷 **Figura nº** 23: *Charge* de Otávio, *Folha da Tarde*, São Paulo, 3/9/1971. A manchete do dia era o assalto à Clínica Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, por militantes de esquerda. Esses desenhos eram o editorial do jornal.
Acervo: Agência Folhas.

🏷 **Figura nº** 24: *Charges* de Otávio, *Folha da Tarde*, São Paulo, 4/9/1971. A manchete do dia era a identificação dos militantes envolvidos no assalto à clínica no Rio de Janeiro. Esses desenhos eram o editorial do jornal.
Acervo: Agência Folhas.

🏷 **Figura nº** 25: Primeira página da *Folha da Tarde*, um dia após as paradas militares pelo dia da Independência. São Paulo, 8/9/1971.
Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 26: Coronel Antônio Lepiane (à esquerda) e seu afilhado, Antonio Aggio Jr., editor-chefe da *Folha da Tarde*, do grupo Folha da Manhã, durante comemoração do aniversário do jornal. São Paulo, s/d.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 27: *Charges* publicadas na *Folha da Tarde*, dias antes de o jornalista Antônio Aggio Jr. deixar o jornal. São Paulo, 4/5/1984.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 28: Nota de despedida publicada na *Folha da Tarde*, no último dia em que foi dirigida pelo jornalista Antônio Aggio Jr. São Paulo, 7/5/1984.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 29: Fax que me foi enviado pelo jornalista Antônio Aggio Jr., no dia seguinte da nossa entrevista. São Paulo, 9/7/1999.

- **Figura nº** 30: Seleção de algumas primeiras páginas da *Folha da Tarde* nos anos 1960, 1970 e 1980. Elas fizeram parte do último número do jornal, que circulou dia 21/3/1999.
  Acervo: Agência Folhas.

Bloco 5

- **Figura nº** 31: Comício pelas "diretas já", com mais de um milhão de pessoas, no Vale do Anhangabaú. São Paulo, 16/4/1984.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 32: Cerco da PM ao Congresso Nacional, acionado pelo general Newton Cruz, responsável pelo Comando Militar do Planalto e pela 11ª Região Militar, na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria a eleição direta para a presidência da República. Brasília, 25/4/1984.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 33: Placar da votação da Emenda Dante de Oliveira. Brasília, 26/4/1984.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 34: Ato público que ficou conhecido como "descensura", reunindo intelectuais e políticos no Teatro Casa Grande. Da esquerda para a direita: Dias Gomes, Aluísio Pimenta, Antonio Houaiss, Fernando Lyra, Darcy Ribeiro e Pompeu de Souza. Rio de Janeiro, 29/7/1985.
  Acervo: Agência Folhas.

- **Figura nº** 35: "Ratos e urubus, larguem minha fantasia", enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, durante o desfile de Carnaval de 1989 (sambódromo da Marquês de Sapucaí/Rio de Janeiro).
  Acervo: Arquivo/AE.

- **Figura nº** 36: *Charge* "A censura", de Redi. Rio de Janeiro, s/d.
  Acervo: AN.

- **Figura nº** 37: *Charge* "A liberdade aprisionada", de Augusto Bandeira. Rio de Janeiro, s/d.
  Acervo: AN.

Extras

- Revista *Pif-paf*, julho de 1964, chargista Fortuna.
  Revista mensal, cujo editor era Millôr Fernandes, e que fechou no mês seguinte.
  Acervo: Dedoc/Editora Abril.

- *Charges* de Chico Caruso, publicadas no *O Globo*.
  Acervo: Chico Caruso, *Nova República, velho testamento* (São Paulo, Brasiliense, 1987).
  (São dois desenhos: um com Figueiredo/Tancredo; o outro com Tancredo/Sarney).

- Quarta capa da revista *Binóculo*, de 1881.
  Acervo: Dedoc/Editora Abril.

FONTES PRIMÁRIAS

1. Entrevistas

a. Jornalistas

✓ *Folha da Tarde*

- Adilson Laranjeira
- Antônio Aggio
- Antônio Pimenta Neves
- Carlos Brickmann
- Carlos Dias Torres
- Carlos Penafiel
- Carlos Antônio Guimarães Siqueira
- Giba Um
- Frei Betto
- Ítalo Tronca
- Jorge Miranda Jordão
- Luiz Roberto Clauset
- Paulo Sandroni
- Raimundo Pereira
- Ricardo Gontijo
- Romulo Fontes
- Rose Nogueira
- Tonico Ferreira

✓ *Outros*[1]

- Alexandre Daunt Coelho (Editora Abril)
- Ana Maria Machado (Rádio *JB*)
- Boris Casoy (*Folha de S. Paulo)*
- Borjalo (TV Globo)
- Cláudio de Souza (Editora Abril)
- Cláudio Martins-Marques (TV Bandeirantes e *Shopping News*)
- Duarte Franco (TV Globo)
- Edgar Catoira (*Veja*)
- Elio Gaspari (*Veja*)
- Fernando Gasparian (*Opinião*)
- Fernando Lyra (Ministro da Justiça)
- Hélio Fernandes (*Tribuna da Imprensa*)
- Henrique Caban (*Veja* e *O Globo*)
- Ivan Seixas (militante do MRT)
- Izaías Almada (militante da VPR e jornalista na *Folha de S. Paulo*)
- João Vieira Madeira
- José Mindlin (Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia no governo Paulo Egídio, 1975-79)
- José Silveira (*Jornal do Brasil*)
- Leandro Konder
- Lutero Mainardi
- Luís Carlos Rocha Pinto (Agência Folhas)
- Mino Carta (*Veja*)
- Nilson Lage (*Jornal da Tarde* e *O Globo*)
- Oliveiros S. Ferreira (*O Estado de S. Paulo*)
- Percival de Souza (*Jornal da Tarde*)

---

[1] A identificação do local de trabalho do jornalista, entre parênteses após o seu nome, refere-se ao órgão a que este estava ligado no período contemplado pela pesquisa e não necessariamente à época da entrevista.

- Ricardo Kotscho (*O Estado de S. Paulo*)
- Roberto Farias (cineasta, presidente da Embrafilme)
- Vanna Piraccinni (Livraria Leonardo da Vinci)

b. Censores[2]

- Coriolano de Loyola Cabral Fagundez
- Pedro José Chediak
- Margarida[3] (Censora em SP, assessora de Solange Hernadez, fez parte do Sigab)
- Carolina (Censora no RJ)
- Helena (Censora no RJ)
- Rebecca (Censora no RJ, autora de livro sobre o tema)
- Djalma (Jornalista e censor, autor de livro sobre o tema, chefe do Serviço de Censura no RJ)
- Matilde (Censora em SP, autora de tese sobre o tema da censura)
- Guerra (Censor no RJ, chefe do Serviço de Censura no RJ)
- Tereza (Censora em SP, fez o último concurso para o Cargo)
- Paulo (Chefe da Censura em SP entre 1974-77, jornalista e ator)

[2] Foram entrevistados onze censores, mas apenas dois liberaram os seus nomes verdadeiros. Os outros dez receberam apelidos.

[3] Os apelidos serão usados quando o material citado for as entrevistas. Foi esse o acordo feito com o entrevistado. Contudo, quando fizer menção à documentação assinada, por esse ou por qualquer outro censor, utilizarei seus nomes completos.

2. Arquivos e Bibliotecas

a. Arquivos Públicos

✓ ***Arquivo Nacional/RJ***

- Divisão de Segurança e Informação (DSI),
- Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP)/seção RJ,
- Coleção de Leis (Coordenação de Projetos e Promoção Cultural/CPC),
- Coleção de fotografias do jornal *Correio da Manhã*

✓ ***Arquivo Nacional/Brasília***

- Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP)

✓ ***Academia Nacional de Polícia/Brasília***

- Cursos e Provas para Técnico de Censura

✓ ***Arquivo do Estado do Rio de Janeiro***

- Fundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

✓ ***Arquivo Público do Estado de São Paulo***

- Fundo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)

✓ ***CPDOC/FGV***

- Arquivo Filinto Müller,
- Arquivo Gustavo Capanema

✓ ***Universidade Federal de São Carlos***

- Arquivo Ana Lagoa

b. Arquivos Privados

- Arquivo jornalista José Silveira (notas de censura recebidas pelo *Jornal do Brasil*, entre 1971 e 1973);
- Arquivo jornalista Ana Maria Machado (notas de censura recebidas pela rádio *Jornal do Brasil*, entre 1973 e 1978)

c. Banco de Dados

- Editora Abril
- *Folha de S. Paulo*
- *Jornal do Brasil*

d. Bibliotecas

- Biblioteca Bastos Tigre/ABI (RJ)
- Biblioteca da Faculdade de Direito/USP
- Biblioteca FFCHL/USP

- Biblioteca Fundação Getúlio Vargas/RJ
- Biblioteca IFCH/UNICAMP
- Biblioteca Machado de Assis/AN (Brasília)
- Biblioteca Ministério da Fazenda (RJ)
- Biblioteca Nacional/RJ
- Biblioteca do Núcleo de Estudos da Violência/USP

Bibliografia

ABREU, João Batista de. (2000). *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979).* Rio de Janeiro, Mauad/EdUFF.

ABREU, Márcia (org). (1999). *Leitura, história e história da leitura.* São Paulo, FAPESP/Mercado das Letras.

ABRAMO, Cláudio. (1988). *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro.* São Paulo, Companhia das Letras.

ALGRANTI, Leila Mezan. (1997). "Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI". Conferência proferida no colóquio Minorias Silenciadas, no âmbito do Seminário "Direitos humanos no limiar do século XXI", São Paulo, Centro Universitário Maria Antonia/USP, 18 de abril, mimeo.

ALMEIDA, Maria Herminia de. (1992). *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política.* São Paulo, Sumaré.

ALVES, Maria Helena Moreira. (1984). *Estado e oposição no Brasil (1964-84).* Petrópolis, Vozes.

ALVIM, Thereza Cesario (org.). (1979). *O golpe de 64: a imprensa disse não.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ANDERSON, Benedict. (1996). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism.* London, Verso.

ANGRIMANI, Danilo. (1995). *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa.* São Paulo, Summus.

AQUINO, Maria Aparecida de. (1999). Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. *O Estado de S. Paulo* e o *Movimento.* Bauru, EDUSC.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. (2001). *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.* Rio de Janeiro, FGV.

ARENDT, Hannah. (1989). *Origens do totalitarismo.* São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relatório sobre a banalidade do mal.* São Paulo, Companhia das Letras.

A REVISTA NO BRASIL. (2000). São Paulo, Editora Abril.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. (1996). *A direita explosiva no Brasil.* Rio de Janeiro, Mauad.

ARQUIVO Público do Distrito Federal. (1989). *Imprensa alternativa e cultura, 1970-1984.* Brasília, Ed. do Arquivo Público do Distrito Federal.

ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. (1993). *DOPS — a lógica da desconfiança.* Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça.

_____. (1994). *Os arquivos das polícias políticas — reflexos de nossa história contemporânea.* Rio de Janeiro, FAPERJ.

ASSIS, Denise. (2001). *Propaganda e cinema a serviço do Golpe (1962/1964).* Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ.

ASSIS, Sulamita Maria Barbosa. (1987). Censura à imprensa no regime brasileiro pós-64: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos. Tese de mestrado, UFMG.

BAHIA, Juarez. (1990). *Jornal, história e técnica.* São Paulo, Ática.

BADEN, Nancy T. (1999). *The muffled cries: the writer and literature in authoritarian Brazil, 1964-1985.* Boston, University Press of America.

BANDEIRA, Moniz. (1983). *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).* (6ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. (1988). *Meningite, uma doença sob censura?* São Paulo, Cortez.

BECKER, Howard. (1971). *Los extraños: sociología de la desviación.* s/l., Editorial Tiempo Contemporaneo.

BEDARIDA, François. (1994). "Temps présent et présence de l'histoire'". *In* Bedarida, F., *Écrire l'histoire du temps présent. Diogène*, nº 168.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. (1984). *Dicionário histórico biográfico brasileiro.* Rio de Janeiro, Forense.

BERARDINELLI, Cleonice. (1993). "De censores e de censura". *Palavra*, nº 1, Rio de Janeiro, pp. 41-49.

BERG, Creuza de Oliveira. (1997). Os mecanismos do silêncio: expressões artísticas e o processo censório no regime militar; Brasil, 1964-1984. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP.

BERSTEIN, Serge. (1992). "L'historien et la culture politiques". *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, nº 35, pp. 67-77.

BIBLIOTECA Bastos Tigre. (1979). *Catálogo da imprensa alternativa e episódica do Brasil.* Rio de Janeiro, s/ed.

BOBBIO, Norberto. (1989). "Público/Privado". *Enciclopédia Einaudi.* Porto, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 14: Estado-Guerra, pp.177-190.

_____. (1997). *Intelectuais e poder.* São Paulo, Unesp.

BOCCANERA, Sílio. (1978). An experiment in prior restraint press censorship in Brazil, 1972-1975. Tese de Mestrado, University of Southern California.

BOURDIEU, Pierre. (1996). "A ilusão biográfica". *In* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Ed. FGV.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). (1998). *Passados recompostos: campos e canteiros da história.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. (2000) "Projetos e projeções da nação brasileira". *In* Chiappini, L. *et alii* (orgs.), *Brasil, país do passado?* São Paulo, EdUSP, pp. 231-53.

BRASIL. Constituição. (1986). *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.* Brasília, Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. (1985). *Manual Básico de Organização do DPF.* Brasília, DPF.

BRASIL: Tribunal Regional de Recursos. (1988). *A censura e a jurisprudência do TFR.* Brasília, s/ed.

BRETAS, Marcos Luiz. (1995). *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

_____. (1997). *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930.* Rio de Janeiro, Rocco.

BRODSKY, Joseph. (1994). *Menos que um.* São Paulo, Companhia das Letras.

BUCCI, Eugênio. (2000). *Sobre ética e imprensa.* São Paulo, Companhia das Letras.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo (orgs.). (1979). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos.* Rio de Janeiro, Opção.

CALDAS, Álvaro. (1982). *Tirando o capuz.* Rio de Janeiro, Codecri.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. (1993). "Informação, documento e arquivo: o acesso em questão". *Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros,* n° 11. São Paulo.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. (1982). *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro, Achiamé.

CANCELLI, Elizabeth. (1993). *O mundo da violência - a polícia da era Vargas*. Brasília, Ed. da UnB.

CANDIDO, Antônio. (1980). "Literatura e cultura de 1900 a 1945". *In* Candido, A., *Literatura e sociedade*. São Paulo, Nacional.

CAPELATO, Maria Helena. (1980). *O bravo matutino*. São Paulo, Alfa-Ômega.

_____ e MOTA, Carlos Guilherme. (1981). *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres.

CARTA, Mino. (2000). *O castelo de âmbar*. Rio de Janeiro, Record.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (1997). *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo, Estação Liberdade.

CARVALHO, José Murilo de. (1988). "Aspectos históricos do pré-modernismo no Brasil". *In* Fundação Casa de Rui Barbosa, *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro, FCRB, pp. 13-30.

_____. (2001). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CASTELLO, José. (1994). *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão, uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1996). *Vinicius de Moraes: uma geografia poética*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará (Coleção Perfis do Rio, nº 7).

CASTRO, Ruy. (1997). *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. (11ª ed.). São Paulo, Companhia das Letras.

CHAGAS, Carlos. (1970). *113 dias de angústia*. Rio de Janeiro, Agência Jornalística Image.

_____. (1975). *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1985). *A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. (4ª ed.). Porto Alegre, L&PM.

_____. (2001). *O Brasil sem retoque, 1808-1964. A história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro, Record (2 vols.).

CHARTIER, Roger. (1996). *Culture écrite et société: l'ordre des livres (XIV-XVIII siècles)*. Paris, Albin Michel.

CHAUVEAU, A. e TÉTARD, P. (orgs.). (1999). *Questões para a história do presente*. São Paulo, EDUSC.

CHAVES, Selma e CUNHA, Mariotavia. (s/d.). *Censura: sim ou não.* Rio de Janeiro, s/ed.

CHINEM, Rivaldo. (1995). *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação.* São Paulo, Ática.

CLARK, Walter. (1991). *O campeão de audiência.* São Paulo, Best Seller.

CONTI, Mario Sergio. (1999). *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor.* São Paulo, Companhia das Letras.

CONY, Carlos Heitor. (1979). *O ato e o fato (crônicas políticas).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CORRÊA, Hércules. (1994). *Memórias de um stalinista.* Rio de Janeiro, Opera Nostra.

COSTA, Emília Viotti. (1988). "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". *In* Mota, C. G. (org.), *Brasil em perspectiva.* (17ª ed.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COSTA, Manto. (1997). *Meu caro Júlio, a face oculta de Julinho da Adelaide.* Rio de Janeiro, Sette Letras.

COSTELLA, Antônio F. (1970). *O controle de informação no Brasil.* Petrópolis, Vozes.

COTTA, Pery. (1997). *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COUTO, André Luís Faria. (1992). O suplemento do *Diário de Notícias* nos anos 50. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, mimeo.

COUTO, Ronaldo Costa. (1998). *História indiscreta da ditadura e da abertura, Brasil: 1964-1985.* Rio de Janeiro, Record.

CUNHA, Maria de Fátima da. (1998). *Eles ousaram lutar... A esquerda e a guerrilha nos anos 60/70.* Londrina, UEL.

CURRY, Jane Leftwich (ed.). (1984). *The black book of polish censorship.* New York, Random House.

_____ e DASSIN, Joan R. (1982). *Press control around the world.* New York, Praeger.

D'AGUIAR, Hernani. (1999). *Ato 5: a verdade tem duas faces.* Rio de Janeiro, Razão Cultural.

D'AMARAL, Marcio Tavares. (1996). *O dia do AI-5.* Rio de Janeiro, Rocco.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio A.D. e CASTRO, Celso (orgs.). (1994). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

_____ *et alii* (orgs.). (1994). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

_____ *et alii* (orgs.). (1995). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). (1997). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV.

DARNTON, Robert. (1986). *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal.

_____. (1989). *Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1990). *O Beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1991). *Berlin journal: 1989/1990*. New York, W. W. Norton

_____. (1992a). *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1992b). "O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, nº 18.

_____. (1995). *The corpus of clandestine literature in France, 1769-1789*. New York, W. W. Norton.

_____ e ROCHE, Daniel (orgs.). (1996). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo, EDUSP.

_____. (1996b). *O iluminismo como negócio: história da publicação da* Enciclopédia, *1775-1780*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1998). *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras.

DELGADO, Ariel. (1995). *Agresiones a la prensa (1991/1994)*. Buenos Aires, Asociación Madres de Plaza de Mayo.

DEBBASCH, Charles e BOURDON, Jacques. (1997). *Les associations*. Paris, Presses Universitaires de France.

DINES, Alberto *et alii*. (1964). *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor

_____. (1970). *Papel do jornal*. Rio de Janeiro, Artenova.

_____. (1975). Censorship of the press in Brazil. Mimeo.

_____ (orgs.). (2000a). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil*. São Paulo, Editora 34 (vol. 1: Militares, igreja e sociedade civil)

_____ (orgs.). (2000b). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil.* São Paulo, Editora 34 (vol. 2: Ecos do parlamento)

_____ (orgs.). (2000c). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil.* São Paulo, Editora 34 (vol. 1: Visões do Exército)

DOSSIÊ dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. (1996). São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial.

"DOSSIÊ Maio de 68". (1998). *Tempo Social/Revista de Sociologia USP*, vol. 10, nº 2, outubro.

DREIFUSS, René Armand. (1987). *1964: a conquista do Estado. Estado, ação política e golpe de classe*. (5ª ed.). Petrópolis, Vozes.

DUARTE, Celina Rabello. (1980). "A lei Falcão: antecedentes e impactos". *In* Lamounier, B. (org.), *O voto de desconfiança*. Petrópolis, Vozes.

_____. (1983). "Imprensa e redemocratização no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 2.

_____. (1987). Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-78. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-São Paulo.

DURHAM, Eunice. (1978). O livro negro da USP - o controle ideológico na Universidade. São Paulo, ADUSP.

ECHECHRRE, Humberto. (1997). *Periodistas bajo fuego: los ataques a la libertad de prensa.* Buenos Aires, El Tribuno Catálogos Editora.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. (1974). *Censura e liberdade de expressão.* São Paulo, Taika.

FALCÃO, Armando. (1989). *Tudo a declarar*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FARIA, José Eduardo. (1979). *Política e jornalismo: em busca da liberdade*. São Paulo, Perspectiva.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. (1996). *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro, FGV.

FERREIRA, Fernando. (2000). *Una historia de la censura. Violencia y proscripción en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma.

FERREIRA, Marie de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). (1996). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV.

FERES, Sheila Maria. (1980). A censura, o censurável, o censurado. Tese de Doutorado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. (1982). *A ditadura em questão*. São Paulo, T. A. Queiroz.

FERNANDES, Rofan. (1985). *Teatro Ruth Escobar: 20 anos de resistência*. São Paulo, Global.

FERREIRA, Jorge. (1997). *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-45*. Rio de Janeiro, FGV.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (1992), "A nova 'Velha História': o retorno da história política". *Estudos Históricos*, nº 10, pp. 265-71.

FICO, Carlos. (1996). Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no brasil (1969/1977). São Paulo, Tese de doutoramento, FFLCH/USP.

_____. (2001). *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record.

FIDELIS, Guido. (1979). *Lei de Segurança Nacional e censura: comentários*. São Paulo, Sugestões Literárias.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (1980). *Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do Presidente Castelo Branco*. Rio de Janeiro, Graal.

FON, Antonio Carlos. (1986). *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. (7ª ed.). São Paulo, Global.

FONSECA, Francisco César Pinto da. (1994). A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista *Visão* e jornal *O Estado de S. Paulo*). Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp.

FONSECA, Guido. (1989). "DOPS — um pouco de sua história". *Revista ADPESP*, ano 10, nº 18, pp. 41-85.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. (1988). *Retrato calado*. São Paulo, Marco Zero.

FRAGOSO, Heleno. (1981). *Terrorismo e criminalidade política*. Rio de Janeiro, Forense.

FRANCIS, Paulo. (1995). *Trinta anos esta noite: o que vi e vivi*. São Paulo, Companhia das Letras.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. (1957). *Pela liberdade de imprensa*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

FRANÇOIS, Étienne. (1998). "Os 'tesouros' da *Stasi* ou a miragem dos arquivos". *In* Boutier, J. e Julia, D. (orgs.), *Passados recompostos — campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, pp. 155-161.

FRANK, Robert. (1992). "La mémoire et l'histoire". *Les Cahiers de L'IHTP*, nº 21, pp. 65-72.

FREI BETTO. (1982). *Batismo de sangue*. São Paulo, Círculo do Livro.

_____. (1999). *Frei Tito: memória - esperança.* São Paulo, s/ed.

_____. (2000). *Batismo de sangue. A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito.* (11ª ed.). São Paulo, Casa Amarela.

FREITAS, Alípio de. (1981). *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil.* Rio de Janeiro, Record.

FREITAS, Jânio de. (1998). "A imprensa e o AI-5". *Folha de S. Paulo*, 15/12, p. 5.

FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de G. (orgs.). (1997). *Tiradentes: um presídio da ditadura (memória de presos políticos).* São Paulo, Scipione.

FURET, François. (1995). *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX.* São Paulo, Siciliano.

GABEIRA, Fernando. (1979). *Carta sobre a anistia: a entrevista do Pasquim.* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Codecri.

_____. (1981). *O que é isso, companheiro?* (24ª ed.). Rio de Janeiro, Codecri.

GALVÃO, Walnice N. (1974). *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição.* São Paulo, Ática.

_____. (1999). "Nas asas de 1968: rumos, rimos e rimas". *In* Garcia, M. A. e Vieira, M. A. (orgs.), *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França, Alemanha.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir e HOLLANDA, Heloisa B. de. (2000). *Cultura em trânsito: da repressão à abertura.* Rio de janeiro, Aeroplano Editora.

GAZZOTTI, Juliana. (1998). Imprensa e ditadura: a revista *Veja* e os governos militares (1968/1985). São Carlos, Dissertação de Mestrado, UFSCar.

GEORGE, David. (2000). *Flash and crash days: brazilian theater in the post-dictatorship period.* New York, Garland Publishing.

GINZBURG, Carlo. (1989). "Sinais: mitos de um paradigma indiciarão". *In* Ginzburg, C., *Mitos, emblemas, sinais — morfologia e história.* São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1991). *A micro-história e outros ensaios.* Lisboa, Difel, Coleção Memória e Sociedade.

GOMES, Ângela de Castro. (1996). *História e historiadores.* Rio de Janeiro, FGV.

GOMES, Dias. (1998). *Apenas um subversivo — autobiografia.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

GORENDER, Jacob. (1998). *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* (5ª ed.). São Paulo, Ática.

GOULART, Silvana. (1990). *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero.

GRAEL, Dickson M. (1986). *Aventura, corrupção e terrorismo à sombra da impunidade*. (4ª ed.). Petrópolis, Vozes.

GRAMSCI, Antonio. (1995). *Os intelectuais e a organização da cultura*. (9ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRINBERG, Lúcia. (1999). A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): a criação do bipartidarismo e do partido do governo (1965-1979). Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF.

_____. (no prelo). "Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA". *In* Kushnir, B. (org.), *Perfis cruzados, trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago.

GRUPO Tortura Nunca Mais. (1986). *Brasil: Tortura Nunca Mais*.

GUENA, Márcia. (1996). *Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980)*. São Paulo, Memorial da América Latina.

GULLAR, Ferreira. (1998). *Rabo de foguete — os anos de exílio*. Rio de Janeiro, Revan.

HABERMAS, Jürgen. (1984a). "Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa". *In* Marcondes Filho, C. (org.), *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairós.

_____. (1984b). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HALBWACHS, Maurice. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.

HALIMI, Serge. (1998). *Os novos cães de guarda*. Petrópolis, Vozes.

HAROCHE, Claudine e COURTINE, Jean Jacques. (1986-7). "O homem desfigurado: semiologia e antropologia política de expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX". *Revista Brasileira de História*, vol. 7, nº 13, set./fev., pp. 7-32.

HOBSBAWN, Eric. (1995). "Escrevendo a história do seu próprio tempo". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (1987). *Raízes do Brasil*. (19ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio Ed., Coleção Documentos Brasileiros, 1.

HOLLAWAY, Thomas H. (1998). *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV.

HUGGINS, Martha K. (1998). *Polícia e política — relações Estados Unidos/América Latina*. Rio de Janeiro, Cortez .

IGLÉSIAS, Francisco. (1993). *Trajetória política do Brasil, 1500/1964*. São Paulo, Companhia das Letras.

JARDIM, Eduardo. (1988). "Modernismo revisitado". *Estudos Históricos*, nº 2.

JORDÃO, Fernando Pacheco. (1979). *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo, Global.

KENSKI, Vania Moreira. (1990). O fascínio do *Opinião*. Tese de Doutorado, Campinas, Faculdade de Educação/Unicamp.

KHÉDE, Sônia Salomão. (1981). *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri.

KUCINSKI, Bernardo. (1991). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta.

_____. (1998). *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

_____. (2001). *O fim da ditadura militar*. São Paulo, Contexto.

KUSHNIR, Beatriz. (1997). "Era proibido proibir? O DOPS, a censura e a imprensa clandestina no Brasil — do AI-5 à Anistia". *Discursos sediciosos*, n.º 3, Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia.

_____. (2000). "Depor as armas — a travessia de Cony e a censura no partidão". *In* Reis Filho, D. A. (org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Sette Letras.

_____. (no prelo). "Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975)". *In* Kushnir, B. (org.), *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago.

LAFER, Celso. (1988). *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1991). *Ensaios liberais*. São Paulo, Siciliano.

LAFETÁ, João Luís. (1973). "Estética e ideologia". *Argumento*, ano 1, nº 2.

LACOUTURE, Jean. (1988). "L'histoire immediate". *In* Le Goff, J., *La nouvelle histoire*. Paris, Complexe.

LAGO, Mário. (1976). *Na rolança do tempo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1977). *Bagaço de beira de estrada*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LIMA, Luiz Costa. (1988). *O fingidor e o censor: no Ancien Régime, no Iluminismo e hoje*. Rio de Janeiro, Forense.

LOBO, Amilcar. (1989). *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis, Vozes.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. (1993). *Romantismo e política*. São Paulo, Paz e Terra.

_____. (1993). *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. (1978). *Opinião x Censura — momentos de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre, L&PM.

MARCONI, Paolo. (1980). *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. (2ª ed.). São Paulo, Global.

MARKUN, Paulo (org.). (1985). *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo, Brasiliense.

MARTIN, Marc. (1997). *Médias et journalistes de la république*. Paris, Éditions Odile Jacob.

MARTINS, Luciano. (1979). "A geração AI-5". *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINS, Ricardo Constante. (1999). Ditadura militar e propaganda política: a revista *Manchete* durante o governo Médici. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, UFSCar.

MARTINS FILHO, João Roberto. (1995). *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Ed. UFSCar.

MEIRELLES, Domingos. (1974). "Memórias de um censor do DIP (e outras histórias)". *Boletim da ABI*, nov./dez., pp. 6-7.

_____. (1975). "O homem do lápis vermelho". *Boletim da ABI*, jan./fev., p. 13.

MELO, José Marques de. (1973). *Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis, Vozes.

MELLO, Maria Amélia (org.). (1986). *20 anos de resistência. Alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

MICELI, Sérgio. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.

_____ (org.). (1984). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.

_____. (1986). "Entre no ar em Belíndia". *Cadernos do IFCH*, nº 15, Unicamp.

_____. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.

MICHALSKI, Yan. (1979). *O palco amordaçado*. Rio de Janeiro, Avenir.

MINDLIN, José E. (1982). Uma experiência de programação cultural. Mimeo.

MINOIS, Georges. (1995). *Censure et culture sous l'Ancien Régime*. Paris, Fayard.

MIRANDA, Darcy Arruda. (1995). *Comentários à lei de imprensa*. (3ª ed.). São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. (1999). *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo.

MOBY, Alberto. (1994). *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura*. Rio de Janeiro, Obra Aberta.

MOISES, José Álvaro e BENEVIDES, Maria Vitória. (1984). "O *Estadão* e o golpe de 64". *Lua Nova — Cultura e Política*, vol. 2, nº 1, pp. 26-31.

MOLAS, Ricardo E. Rodrigues. (1985). *Historia de la tortura y el orden represivo en la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires.

MORAES, Dênis. (1989). *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

MORAES, João Luiz de. (1994). *O calvário de Sônia Angel*. Rio de Janeiro, s/ed.

MORAES NETO, Geneton. (2000). *Dossiê 50: os onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Objetiva.

MORAIS, Fernando. (1994). *Chatô: o rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo, Companhia das Letras.

MOTTA, Paulo Roberto. (1971). *Movimentos partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro, FGV.

MOURA, Roberto M. (1993). *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE/INM/Divisão de Música Popular.

_____. *Carnaval: da redentora à Praça do Apocalipse*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

NAFFAH NETO, Alfredo. (1985). *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma forma de terror*. São Paulo, Hucitec.

NAPOLITANO, Marcos. (2001). *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo, Contexto.

NASSER, David (1947). *A revolução dos covardes*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro.

NEGRONI, Barbara de. (1995). *Lectures interdites: le travail des censeurs au XVIII siècle (1723-1774)*. Paris, Albin Michel.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (1993). "Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795/1822)". *Ler História*, nº 23, pp. 61-78.

_____ e FERREIRA, Tânia Maria T. B. (1989). "O medo dos 'abomináveis princípios franceses': a censura dos livros nos inícios do século XIX o Brasil". *Acervo*, vol. 4, nº 1, jan.-jun., pp.113-9.

NORA, Pierre. (1988). "O retorno do fato". *In* Le Goff, J. e Nora, P., *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). (1999). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Unesp.

NUNES, Augusto (coord. editorial). (1988). *Samuel Wainer: minha razão de viver*. (8ª ed.). Rio de Janeiro, Record.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Castro. (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

ORTIZ, Renato. (1994a). *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. (5ª ed.). São Paulo, Brasiliense.

_____. (1994b). *Cultura brasileira e identidade nacional*. (4ª ed.). São Paulo, Brasiliense.

ORY, Pascal (dir.). (1987). *Nouvelle histoire des idées politiques*. Paris, Hachette/Pluriel.

_____ (dir.). (1997). *La censure en France à l'ère démocratique (1848-...)*.Bruxelles, Éditions Complexe.

PANDOLFI, Dulce. (1995). *Camaradas e companheiros — história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ Fundação Roberto Marinho.

PATARRA, Judith Lieblich. (1993). *Iara: reportagem biográfica*. (4ª ed.). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

PAZ, Carlos Eugênio. (1996). *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1997). *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

PEREIRA, Márcia Guerra e REZNIK, Luís. (1993). "De polícia federal a departamento estadual — o DOPS: evolução administrativa". *In* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *DOPS — a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça.

_____; FIGUEIREDO, Míriam Beatriz C. e REZNIK, Luís. (1993). "A reconstrução do acervo". *In* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *DOPS — a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça.

PEREIRA, Moacir. (1984). *O golpe do silêncio: imprensa, censura e medidas de emergência*. São Paulo, Global.

PEREIRA, Raimundo. (1976). "Os censores têm sentimento de culpa? Alguns já confessaram que têm vergonha da profissão". *Boletim da ABI*, mar./abr., p. 8.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). (1983). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1984). *Escritos indignos: polícia, prisões e política no Estado autoritário*. São Paulo, Brasiliense.

POLLAK, Michael. (1989). "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3.

_____. (1992). "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10.

PONTES, José Alfredo Vidigal. (1998). *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo, O Estado de S. Paulo.

QUILLET-HEYMANN, Luciana. (1997). As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ.

REGO, Norma Pereira. (1996). *Pasquim: gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

REIS FILHO, Daniel Aarão. (1988). *1968, a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

_____. (1997). "Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60". *In* Reis Filho, D. A. *et alii*, *Versões e ficções: o seqüestro da História*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2000a). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (2000b). "Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução". *In* Reis Filho, D. A. (org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Sette Letras.

RÉMOND, René (org.). (1996). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV.

RIBEIRO, Renato Janine. (1993). *A última razão dos reis: ensaio sobre filosofia e política*. São Paulo, Companhia das Letras.

RIDENTI, Marcelo. (1993). *O fantasma da revolução*. São Paulo, Unesp.

_____. (2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.

RIOUX, Jean-Pierre. (1992). "Entre histoire et journalisme". *In* Chauveau, A. e Tétart, P. (orgs.), *Questions à l'histoire des temps présents*. Bruxelles, Éditions Complexe.

_____. (1997). "La memóire collective". *In* Rioux, J.-P. e Sirinelli, J. F. (orgs.), *Pour une Histoire Culturelle*. Paris, Seuil, pp. 325-54.

ROCHA, Hildon. (1981). *Memória indiscreta: de Getúlio, Juscelino, Prestes etc. a Drummond, Vinícius, Bethânia etc*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente Alencar e GARCIA, Wilson de Queiroz. (1971). *Censura Federal — leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*. Brasília, C. R. Editora.

ROLLEMBERG, Denise. (1999). *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo, Record.

_____. (2001). *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad.

_____. (no prelo). "Clemente". *In* Kushnir, B. (org.), *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil do século 20*. Rio de Janeiro, Imago.

ROSANVALLON, Pierre. (1992). "Pour une histoire conceptuelle du politique". *In* Ferreira, Marie de M., "A nova 'Velha história' e o retorno da história política", *Estudos Históricos*, nº 10, pp. 265-271.

ROSENBERG, Tina. (1996). *The haunted land: facing Europe's ghosts after communism*. New York, Vintage Books.

ROUANET, Sérgio Paul. (1988). *O espectador noturno. A Revolução Francesa através de Retif de la Bretonne*. São Paulo, Companhia das Letras.

ROUQUIÉ, Alain (coord.). (1980). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1999). *O contrato social e outros escritos*. (16ª ed.). São Paulo, Cultrix.

ROUSSO, Henry. (1991). "Les usages politiques du passé: histoire et mémoire". *In Histoire politique et sciences sociales*. Paris, Complexe.

_____. (1996). "A memória não é mais o que era". *In* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (org.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV.

SACCHETTA, Hermínio. (1992). *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas, Ed. Unicamp.

SANTOS, Maria Cecília Losschiavo dos. (1988). *Maria Antônia: uma rua na contramão.* São Paulo, Nobel.

SANTOS, Reinaldo (org.). (1979). *Vade-mécum da comunicação.* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas.

_____. (1998). *Vade-mécum da comunicação.* (12ª ed.). Rio de Janeiro, Destaque.

SCHWARZ, Roberto. (1992). *O pai de família e outros estudos.* (2ª ed.). São Paulo, Paz e Terra.

SCOTT, George R. (1995). *A history of torture.* London, Senate.

SEVCENKO, Nicolau. (1985). *Literatura como missão — tensões sociais e criação cultural na primeira* República. São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (1988). *Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal.* São Paulo, Trajetória Cultural.

SILVA, Deonisio. (1989). *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.* São Paulo, Estação Liberdade.

SILVA, Eduardo. (1988). *As queixas do povo.* São Paulo, Paz e Terra.

SIRINELLI, Jean-François. (1996a). "Os intelectuais". *In* Rémond, R. (org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora da FGV.

_____. (1996b). "A geração". *In* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, FGV.

_____. (1999). "Ideologia, tempo e história". *In* Chauveau, A. e Tétard, P. (orgs.), *Questões para a história do presente.* São Paulo, EDUSC.

SIRKIS, Alfredo. (1998). *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida.* (14ª ed.). Rio de Janeiro, Record.

SIMÕES, Inimá. (1999). *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil.* São Paulo, Editora Senac/Terceiro Nome.

SKIDMORE, Thomas. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1988a). "A lenta via brasileira para a democracia: 1974-1985". *In* Stepan, A. (org.), *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1988b). *Brasil: de Castelo a Tancredo.* (6ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SMITH, Anne-Marie. (1997). *A forced agreement: press acquiescence to censorship in Brazil.* Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.

_____. (2000). *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.* Rio de Janeiro, FGV

SOARES, Gláucio A. D. (1989). "A censura durante o regime autoritário". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 4, nº 10.

SOARES, Maria Clara Leite Guimarães. (1986). *O jogo de espelhos.* Rio de Janeiro, UERJ.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1999). *História da imprensa no Brasil.* (4ª ed.). Rio de Janeiro, Mauad.

SOSNOWSKI, Saúl e SCHWARTZ, Jorge (orgs.), (1994). *Brasil: o trânsito da memória.* São Paulo, EDUSP.

SOUZA, Gilda de Mello e. (1980) "Vanguarda e nacionalismo na década de vinte". *In Cadernos de Literatura e Exercícios de leitura.* São Paulo, Duas Cidade, pp. 249-278.

_____. (s/d). "Vanguarda e Nacionalidade". *Cadernos de literatura e ensaios.* São Paulo, Brasiliense.

SOUZA, Maurício Maia de. (1999). Henfil e a censura: o papel dos jornalistas. São Paulo, Dissertação de mestrado, ECA/USP.

SOUZA, Percival de. (1999). *Eu, cabo Anselmo.* Rio de Janeiro, Globo.

_____. (2000). *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.* Rio de Janeiro, Globo.

SOUZA, Ulysses Alves. (1988). "A história secreta da *Veja*". Revista *Imprensa,* vol., setembro/1988, pp. 75-105.

STAROBINSKI, Jean. (1991). *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo.* São Paulo, Companhia das Letras.

STEPAN, Alfred C. (1986). *Os militares: da abertura à Nova República.* (4ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SUSSEKIND, Flora. (1985). *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e relatos.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

TASCHNER, Gisela. (1992). *Folhas ao vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil.* São Paulo, Paz e Terra.

TAVARES, Flávio. (1999). *Memória do esquecimento.* Rio de Janeiro, Globo.

TELES, Janaína (org.). (2000). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?.* São Paulo, Humanitas/FFLCH.

THOMPSON, A; FRISCH, M.; e HAMILTON, P. (1996). "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". *In* Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). (1997). *1964: visões do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Ed. Unicamp.

TORRES, Alberto. (1982). *O problema nacional brasileiro*. Brasília, UnB.

UCHA, Danilo da Silva. (1985). *O poder da imprensa alternativa pós-64: história e desdobramentos*. (2ª ed). Rio de Janeiro, RioArte.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. (1987). *Rompendo o silêncio*. (2ª ed.). Brasília, Editerra.

VALLI, Virginia (org.). (1986). *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro, Philobiblon.

VELLOSO, Mônica. (1982). "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". *In* Oliveira, L. L.; Velloso, M. P. e Gomes, A. M. de C., *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1990). "As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro". *Estudos Históricos*, vol. 3, nº 6, pp. 207-228.

_____. (1997). *Mário Lago, boêmia e política*. Rio de Janeiro, FGV.

VENTURA, Zuenir. (1988). *1968: o ano que não terminou*. (25ª ed.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

VIANA, Helena Besserman. (1994). *Não conte a ninguém... Contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imago.

VIANNA, Oliveira. (1981). "O idealismo da constituição". *Margem da história da República*. Brasília, UnB, vol. 1.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício e SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. (1986). "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados". *Arquivos e Administração*, vol. 10-14, nº 2, pp. 62-76.

VIMONT, Jean-Claude. (1993). *La prision politique en France: genèse d'un mode d'incarcération spécifique (XVIII - XX siècles)*. Paris, Anthropos.

VOVELLE, Michel. (1987). *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense.

WAINER, Samuel. (1988). *Minha razão de viver*. (5ª ed.). Rio de Janeiro, Record.

WERNECK, Humberto. (1989). *Chico Buarque: letra e música*. São Paulo, Companhia das Letras.

WESCHLER, Lawrence. (1990). *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo, Companhia das Letras.

WHITE, Hayden. (1994). *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.* São Paulo, EDUSP.